

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



***Integração morfológica e fonológica de empréstimos lexicais
bantos no Português Oral de Luanda***

Afonso João Miguel

Orientadores: Professora Doutora Maria Antónia Mota (FLUL/CLUL)

Professor Doutor Xosé Afonso Álvarez Pérez (Universidad de Alcalá/CLUL)

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Linguística, na especialidade de Sociolinguística

2019

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



***Integração morfológica e fonológica de empréstimos lexicais bantos no
Português Oral de Luanda***

Afonso João Miguel

Orientadores: Professora Doutora Maria Antónia Mota (FLUL/CLUL)

Professor Doutor Xosé Afonso Álvarez Pérez (Universidad de Alcalá/CLUL)

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Linguística, na especialidade de Sociolinguística

Júri:

Presidente: Doutora Ana Maria Martins, Professora Catedrática e Diretora da área de Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutor Mbiavanga Fernando, Professor Auxiliar do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, Angola;
- Doutora Cristina dos Santos Pereira Martins, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- Doutora Maria João dos Reis Freitas, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras de Lisboa;
- Doutora Maria Antónia Ramos Coelho da Mota, Professora Associada da Faculdade de Letras de Lisboa, orientadora;
- Doutora Margarita Maria Correia Ferreira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa;
- Doutor Hugo Canelas Cardoso, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa.

Instituição Financiadora: Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE) de Angola; Projeto Intersetorial sobre o Acordo Ortográfico de 1990”, sob a coordenação da Comissão Nacional do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP).

Dedicatória

À minha pequena e doce Wami Yohanna; como compensar-te pela dívida da minha ausência no momento do teu primeiro vagido neste mundo confuso e ao mesmo tempo desafiante? Ai! Como gostaria de assistir ao teu sorriso e passos iniciais!

Às professoras Maria Gil Barreiro e Dora Martins da Fonte (in memoriam), as duas grandes mentoras dessa grande epopeia em terras lisiponenses e nesta ilustre casa da ciência linguística, ainda no longínquo ano de 1999.

Agradecimentos

A Deus, pelos dons da vida e sabedoria; obrigado, Senhor, pela resiliência que me concedeu ao longo dessa jornada, quase infindável.

À Professora Doutora Maria Antónia Mota e ao Professor Doutor Xosé Afonso Álvarez Pérez, meus orientadores, pela sua sábia orientação, paciência constante, pronta disponibilidade e apoio indefetível, sem os quais não seria possível elaborar este trabalho. Não há palavras suficientes para exprimir a minha profunda gratidão; expresso-lhes o meu reconhecimento indelevelmente marcante.

Aos Professores Ernesto d’Andrade (*in memoriam*) e Tjerk Hagemeijer, pelos doutos e valiosos conhecimentos transmitidos ao longo da parte curricular do curso.

À Professora Doutora Maria João Freitas, Diretora do Curso de Doutoramento em Linguística na FLUL, pelo apoio crucial em termos institucionais, atenção e incentivo, em certo momento de desespero e incerteza.

À direção do CLUL, pelo apoio com o gravador digital que me permitiu gravar as entrevistas para o *corpus* deste trabalho. Ainda nesta instituição, agradecimentos ao grupo que me auxiliou na transcrição de uma parte das entrevistas.

Ao Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, por mais uma bolsa que me concedeu, no âmbito do “Programa de Bolsas de Investigação”, permitindo-me concluir a parte curricular desse doutoramento.

À sempre prezada e benquista Professora Luísa de Carvalho, pela proposta e apoio institucional na bolsa de Camões – IP, e sobretudo pela sua amizade, atenção, afeto e apoio permanentes e incansáveis, que sempre me restituíram o alento, quando me faltavam força e vontade para continuar. À Doutora Ana Paula Tavares, pela simpatia e encorajamento.

À minha amada e sacrificada família, pelo apoio inequívoco e por suportar sempre o vazio e a dor das minhas ausências prolongadas, que parecem já intermináveis.

Aos meus diletos informantes (anónimos, por razões de privacidade), que voluntária e desapeadamente se dispuseram para as entrevistas, para o *corpus* da tese, proporcionando-me também momentos agradáveis e inesquecíveis de partilha de conhecimentos, experiências e vivências. Quebro o sigilo para uma homenagem à Maria Amélia Cabral da Costa, já falecida, mas cuja voz suave ainda permanece na minha memória e no registo da entrevista. Amiga Amélia, obrigadíssimo pela tua colaboração, eterna saudade e descanse em paz, na graça do Senhor!

A Tânia Margarida, Luciana Nicolau, Araújo dos Anjos, Gaudêncio Gameiro e Scoth Kambolo, pela prestimosa ajuda no trabalho de campo, sobretudo no contacto com os informantes; muito obrigado, meus “bons ajudantes”! À Daniela Ipanga, pela ajuda na transcrição de algumas entrevistas.

Ao Prof. Mbiavanga Fernando, pela sua disponibilidade e apoio variado, mas sobretudo na discussão de algumas questões linguísticas pertinentes sobre as línguas bantas.

Ao Ministério da Educação, concretamente à representação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), pela proposta de candidatura à bolsa de estudo para a parte final deste doutoramento, no âmbito da Comissão Interssetorial sobre o Acordo Ortográfico de 1990. Este agradecimento é extensivo ao Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos (INAGBE), a instituição que concedeu a referida bolsa. No entanto, esse apoio financeiro não seria possível sem o empenho pessoal da Dra. Paula Henriques, responsável pelo IILP e coordenadora da Comissão suprarreferida, a quem eu endereço também os meus profundos agradecimentos.

À Direção do Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED – de Luanda, pela dispensa laboral, para a fase de elaboração da tese.

Aos rapazes da casa de Pedralvas, pela camaradagem e troca de ideias, e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para esta tarefa hercúlea, o meu **MUITO OBRIGADO!**

Resumo

O português oral de Luanda é uma subvariedade do português falado em Angola, resultante do contacto entre as línguas locais, com especial referência para o Kimbundu, e o Português Europeu. Este português caracteriza-se particularmente pela forte presença de traços dessas línguas africanas, em todos os domínios linguísticos, mas com destaque para os empréstimos lexicais. Esta tese, inserida na temática do contacto linguístico, constitui um estudo descritivo desse aspeto específico do português luandense. O objetivo fundamental é descrever, o mais rigorosamente possível, os processos morfológicos e fonológicos envolvidos na integração do material lexical banto em português, considerando também fatores extralinguísticos que entendemos determinantes para a compreensão global da questão. Considerando o empréstimo lexical como um processo comum à generalidade das línguas, no caso que nos ocupa procurámos mostrar que esses empréstimos foram integrados, adaptando-se às regras da língua-alvo. Figurando no seu inventário lexical, funcionam como elementos de expressão identitária local e como um contributo para a inovação e enriquecimento do léxico do português.

Para realizar essa descrição, recorremos a um vasto conjunto de estudos realizados sob diversos enquadramentos teóricos, para um conhecimento aprofundado do estado da arte, dos quais aproveitámos os contributos que nos permitiram compreender mais aprofundadamente os factos em análise. Sem estar vinculado e limitado a uma única abordagem teórica, o tratamento dos aspetos linguísticos é, contudo, fortemente inspirado nas abordagens de matriz generativista da morfologia e da fonologia. Quanto às questões sociolinguísticas, apoiámo-nos em diversos contributos no âmbito da disciplina da Sociolinguística, graças à vasta literatura especializada consultada, em particular sobre os resultados possíveis do contacto linguístico.

Um contributo metodologicamente muito importante para a realização deste trabalho consiste no *corpus* oral que reunimos, constituído por 36 entrevistas feitas em Luanda, no qual identificámos 255 empréstimos lexicais. É este o material empírico que suporta, ao longo de várias secções, a abordagem dos factos linguísticos identificados, numa perspetiva de análise combinada, qualitativa-quantitativa.

Palavras-chave: contacto linguístico, empréstimos lexicais, integração morfológica e fonológica, línguas bantas de Angola, português oral de Luanda.

Abstract

The oral Portuguese of Luanda is a subvariety of the Portuguese spoken in Angola, resulting from the contact between the local languages, specially the *Kimbundu* language, and the European Portuguese. This subvariety of Portuguese is specifically characterized by the presence of strong features of African languages in all linguistic domains, and mainly at the level of lexical borrowing. This thesis, inscribed in the framework of the linguistic contact, is a descriptive study of the lexical borrowing in the Portuguese spoken in Luanda. The main goal of the study is to describe, as accurately as possible, the morphological and phonological processes involved in the integration of such lexical material in this subvariety, taking into account some extra-linguistic factors determinant for the general understanding of the situation. It is a fact that the lexical borrowing is a common process in most languages; in the case of Luanda, we tried to show that the borrowed words have followed a trajectory of adaptation to the rules of the target language. As part of the lexical inventory of Luanda Portuguese, they function as elements of local identity expression and as a contribution to the innovation and enrichment of the Portuguese lexicon.

In order to carry out our description, we have consulted a wide range of studies carried out under diverse theoretical framework, aiming at a comprehensive knowledge of the state of the art in this domain; this exercise helped us to have deeper understanding of the facts under research. Without being bound and limited to a single theoretical approach, the treatment of linguistic aspects is, however, strongly inspired by generative approaches to morphology and phonology. With regard to sociolinguistic issues, we got the most out of the readings in the field, thanks to the vast literature consulted, in particular on the possible results of linguistic contact.

An important methodological contribution to undertake this study consisted on the oral *corpus* that we collected in Luanda from 36 speakers, in which we identified 255 lexical borrowings. This empirical material supports, along several sections of this thesis, the analysis of linguistic facts identified and approached under a qualitative-quantitative methodology.

Key-words: linguistic contact, lexical borrowing, morphological and phonological processes of integration; *Bantu* languages of Angola, oral Portuguese of Luanda.

ÍNDICE GERAL

Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
<i>Abstract</i>	vi
Índice de tabelas	x
Índice de figuras	xii
Índice de gráficos	xii
Índice de mapas	xii
Símbolos, siglas e abreviaturas	xiii
Introdução geral	1
0.1. Objeto de estudo e objetivos da tese	1
0.2. Estrutura da tese	10
Capítulo I Questões introdutórias ao estudo	13
Introdução	13
1. Alguns conceitos de base e especificação do objeto de estudo	13
1.1. Empréstimo	14
1.2. Mudança lexical, criação neológica e inovação lexical	16
1.3. O léxico como material de partida	19
1.3.1. Notas sobre o conceito de léxico	19
1.3.2. A palavra como unidade do léxico	22
1.3.3. Interação entre o léxico e os outros módulos da gramática	25
1.3.4. Apontamentos sobre o léxico do português	28
1.4. A grafia das palavras de origem banta em português	30
Capítulo II Enquadramento teórico-metodológico de base sociolinguística	33
Introdução	33
2. Aspetos introdutórios gerais	33
2.1. O estudo do vernáculo	36
2.1.1. Vernáculo e comunidade de fala	38
2.1.2. Comunidade de fala e redes sociais	43
2.2. Questões sobre o contacto linguístico	44
2.2.1. Notas sobre o percurso histórico dos estudos em contacto linguístico	49
2.2.2. Tipos de contacto e fatores intervenientes	57
2.2.3. Processos e produtos linguísticos do contacto	64

2.2.3.1. Processos e produtos linguísticos do contacto aplicados a Luanda	69
2.3. Metodologia sociolinguística: constituição de amostra, recolha de dados e tipos de análise	76
2.3.1. Definição da amostra	77
2.3.2. Metodologia de recolha de dados linguísticos	78
2.3.3. Métodos de análise qualitativos e quantitativos	82
2.3.4. As opções metodológicas adotadas nesta tese	83
2.3.4.1. Recolha dos dados empíricos	84
2.3.4.2. Luanda como comunidade de fala investigada	85
2.3.4.3. Técnica de amostragem utilizada e o perfil social dos informantes	86
2.3.4.4. Técnica de recolha de dados utilizada: a entrevista sociolinguística	92
2.3.4.4.1. Guião da entrevista	93
2.3.4.4.2. Realização das entrevistas: estratégias e procedimentos	95
2.3.5. Constituição do <i>Corpus POL</i>	99
2.3.5.1. Transcrição do <i>Corpus</i>	102
2.3.6. Primeira fase de trabalho sobre o <i>Corpus</i> : a identificação dos empréstimos	104
2.4. <i>Corpus POL</i> : resultados globais	106
2.4.1. Línguas bantas de origem dos empréstimos lexicais	107
2.4.2. Número de empréstimos por informante	108
2.4.3. Classe lexical dos empréstimos	109
2.4.4. Recategorização lexical	110
2.4.5. Variação do significado dos empréstimos	111
2.4.6. Empréstimos com formas lexicais equivalentes em português	112
2.4.7. Interpretação dos resultados	113
2.5. Aprofundamento da caracterização de “empréstimo lexical”	120
2.6. Síntese	125
Capítulo III Situação sociolinguística de Angola	127
Introdução	127
3. Situação etnolinguística geral	128
3.1. As línguas bantas de Angola	132
3.1.1. Classificação tipológica das línguas bantas	133
3.1.2. Classificação geográfico-genealógica das línguas bantas	135
3.2. Situação do português	139
3.2.1. Implantação do português em Angola	139
3.2.2. Sobre a(s) variedade(s) do português de Angola	143
3.2.3. Estudos sobre o português de Angola	148
3.3. Realidade histórico-social geral de Luanda	150
3.3.1. Aspectos históricos e sociopolíticos	151
3.3.2. Luanda: aspectos sociológicos e sociolinguísticos	152
3.3.2.1. Relevância do Kimbundu e do português	157
3.3.2.2. Línguas estrangeiras presentes em Luanda	160
3.3.2.3. Estatuto linguístico do falante luandense	163
3.3.3. Traços característicos do Português Oral de Luanda	164
3.3.3.1. Aspectos fónicos	165

3.3.3.2. Aspectos lexicossemânticos	168
3.3.3.3. Aspectos sintáticos (e interface com léxico e morfologia)	169
3.4. Síntese	175

Capítulo IV Kimbundu: aspetos linguísticos 177

Introdução	177
4. Características do Kimbundu	177
4.1. Aspectos fonológicos	178
4.1.1. Aspectos segmentais	178
4.1.2. Aspectos suprasegmentais	181
4.1.2.1. A sílaba	182
4.1.2.1.1. Aspectos gerais	182
4.1.2.1.2. Estrutura silábica do Kimbundu	185
4.1.2.2. O tom em Kimbundu	190
4.1.2.3. Ressilabificação em Kimbundu	192
4.2. Aspectos morfológicos	196
4.2.1. Morfologia nominal	196
4.2.1.1. Prefixos e classes nominais	197
4.2.1.2. Funções morfossintáticas dos prefixos nominais	200
4.2.2. Morfologia verbal	207
4.2.2.1. Marcação de tempo e aspeto nos verbos de Kimbundu	209
4.2.2.2. Sufixos derivativos: extensões verbais	210
4.2.3. Formação de palavras	213
4.2.3.1. Composição nominal	213
4.2.3.2. Empréstimos lexicais	218
4.3. Aspectos sintáticos	220
4.4. Aspectos lexicais	223
4.5. Síntese	226

Capítulo V Processos morfológicos e fonológicos de integração de empréstimos lexicais das línguas bantas de Angola no português oral de Luanda 229

Introdução	229
5. Estratégias de integração dos empréstimos: adaptações morfológicas e fonológicas	230
5.1. Adaptações morfológicas	233
5.1.1. Tratamento dos prefixos	234
5.1.1.1. Manutenção de prefixos	235
5.1.1.2. Não manutenção de prefixos	248
5.1.1.3. Palavras adotadas sem prefixo em banto	251
5.1.1.4. Palavras adotadas com recuperação de prefixo do banto	257
5.1.1.5. Sequência de prefixos bantos	259
5.1.2. Tratamento de sufixos	263
5.1.2.1. Empréstimos formados com sufixos nominalizadores do português	265
5.1.2.2. Empréstimos formados com sufixos adjetivalizadores do português	271
5.1.3. Empréstimos formados por conversão de radicais	272
5.1.4. Empréstimos de radicais verbais bantos	274

5.1.5. Caso de parassíntese	275
5.1.6. Casos de composição	277
5.1.6.1. Composição em português	278
5.1.6.2. Estruturas de composição nos empréstimos bantos em POL	282
5.1.7. Casos de hibridismo (LBA e português)	291
5.1.8. Flexão em número	295
5.1.8.1. A flexão de número em português	296
5.1.8.2. A flexão de número nos empréstimos bantos em POL	296
5.1.9. Marcação do género	298
5.1.9.1. O género em português	298
5.1.9.2. O género nos empréstimos bantos em POL	301
5.2. Adaptações fonológicas	305
5.2.1. Estrutura silábica do português	306
5.2.2. Processos fonológicos nos empréstimos em POL	314
5.2.2.1. Questões de nasalidade	314
5.2.2.2. Ressilabificação dos empréstimos lexicais das LBA em POL	316
5.2.2.2.1. Elisão	317
5.2.2.2.2. Semivocalização	318
5.2.2.2.3. Degeminação	318
5.3. Síntese	319
Capítulo VI Considerações finais e trabalho futuro	323
6.1. Conclusões	323
6.2. Questões em aberto e trabalho futuro	331
Referências bibliográficas	335
Anexos	361
Anexo 1: Lista de empréstimos lexicais do POL	362
Anexo 2: Guião de entrevista sociolinguística	373
Anexo 3: Protocolo de transcrição	377
Índice de tabelas	
Tabela 1: A nossa amostra – distribuição dos informantes por variáveis sociais	87
Tabela 2: Perfil dos informantes	88
Tabela 3: Níveis de ensino do Sistema de Educação em Angola (Lei 13/2001)	90
Tabela 4: Distribuição dos informantes por província de origem	91
Tabela 5: Resultado da primeira fase de trabalho sobre as transcrições	105
Tabela 6: Número de empréstimos por LBA	107
Tabela 7: Resultados de recategorização lexical dos empréstimos	110
Tabela 8: Variação do significado dos empréstimos	111
Tabela 9: Recategorização lexical dos empréstimos	116
Tabela 10: Mudança de significado de empréstimos bantos no POL	117
Tabela 11: Empréstimos com formas equivalentes em português	118

Tabela 12: Classificação dos produtos lexicais do contacto linguístico no POL	124
Tabela 13: Cognatos do termo <i>Bantu</i>	134
Tabela 14: Quadro das línguas bantas de Angola e respetivas variedades	137
Tabela 15: Quadro sociolinguístico de Luanda	156
Tabela 16: Neologismos internos do POL	168
Tabela 17: Sistema vocálico do protobanto	179
Tabela 18: Vogais do Kimbundu	179
Tabela 19: Consoantes do Kimbundu	180
Tabela 20: Prefixos nominais - marcadores de número, género e concordância	199
Tabela 21: Formas lexicais do PBt e radicais do Kimbundu	224
Tabela 22: Empréstimos adotados com prefixo nominal do singular (<i>mu-</i> : cl. 3)	237
Tabela 23: Empréstimos adotados com prefixo nominal do singular (<i>di-</i> : cl. 5)	239
Tabela 24: Empréstimos adotados com prefixo nominal do singular (<i>ka-</i> : cl. 12)	240
Tabela 25: Empréstimos adotados com prefixo nominal do singular (<i>ki-</i> : cl. 7)	241
Tabela 26: Empréstimos adotados com prefixo nominal do plural (<i>mi-</i> : cl. 4)	243
Tabela 27: Empréstimos adotados com prefixo nominal do plural (<i>ma-</i> : cl. 6)	243
Tabela 28: Empréstimo adotado com prefixo nominal do plural (<i>i-</i> : cl. 8)	244
Tabela 29: Empréstimos adotados com prefixo nominal do plural (<i>ji-</i> : cl. 10)	244
Tabela 30: Empréstimos adotados com prefixo verbal (<i>ku-</i> : cl. 15)	247
Tabela 31: Empréstimos sem manutenção de prefixo nominal banto	248
Tabela 32: Empréstimos formados a partir da queda do prefixo verbal (cl. 15: <i>ku-</i>)	250
Tabela 33: Empréstimos sem prefixos nominais bantos, simplesmente integrados	252
Tabela 34: Empréstimos com consoante prenasalizada inicial	253
Tabela 35: Empréstimos integrados com a perda do timbre nasal inicial	255
Tabela 36: Empréstimos adotados através de inserção da vogal protética	256
Tabela 37: Empréstimos adotados com a recuperação de um prefixo banto	257
Tabela 38: Empréstimos com sequência de prefixos	259
Tabela 38a: Classe gramatical e significado dos empréstimos com sequência de prefixos	260
Tabela 39: Empréstimos com sufixos nominais <i>-dor</i> ; <i>-eiro-eira</i> ; <i>-ista</i> ([+humano])	266
Tabela 40: Empréstimos com sufixos nominais em <i>-eira</i> ([+vegetal])	267
Tabela 41: Empréstimos com sufixos nominais em <i>-mento</i> ; <i>-ismo</i>	268
Tabela 42: Empréstimos com sufixos nominais (avaliativos)	269
Tabela 43: Empréstimos com sufixos adjetivizador	271
Tabela 44: Empréstimos formados por conversão de radicais	273
Tabela 45: Empréstimos com base banta e morfologia portuguesa	274
Tabela 46: Empréstimos de compostos morfossintáticos formados por N+N (estruturas de parataxe)	284
Tabela 46a: Empréstimos de compostos morfossintáticos formados por N+N (estruturas de hipotaxe)	286
Tabela 47: Empréstimos de compostos sintáticos formados por N + Adj	288
Tabela 48: Empréstimos de compostos do tipo N + PREP + N (decalques bantos)	289
Tabela 49: Empréstimos de compostos com estrutura N (port)v+ PREP + N (kmb)	290
Tabela 50: Hibridismos (banto + português) no POL: modificação prefixal	292
Tabela 50a: Hibridismo (banto + português) no POL: N composto	294

Índice de figuras

Figura 1: Esquema geral da sílaba (plana)	184
Figura 2: Esquema silábico do modelo “Ataque-Rima”/estrutura hierarquizada	184
Figura 3 (a e b): Esquema modelo da estrutura prototípica da sílaba banta	185
Figura 4: Estrutura da sílaba prenasalizada (NCV) em Kimbundu	188
Figura 5: Estrutura da sílaba canónica em Kimbundu	190
Figura 6: Esquema do emparelhamento dos PN do Kimbundu	201
Figura 7: Esquema da estrutura da sílaba canónica em português	307
Figura 8: Ilustração esquemática das sílabas da palavra <i>carta</i>	307
Figura 9 (a; b): Representação da estrutura da sílaba vocálica nasal em português	309
Figura 10: Representação das estruturas silábicas dos ditongos oral (a) e nasal (b)	311

Índice de gráficos

Gráfico 1: N.º de informantes por escolaridade e sexo	91
Gráfico 2: N.º de informantes por LM e sexo	91
Gráfico 3: N.º de informantes por LM e nível de instrução	91
Gráfico 4: N.º de informantes por nível de instrução e faixa etária	91
Gráfico 5: Línguas bantas de origem dos empréstimos	108
Gráfico 6: Número de empréstimos por informante	108
Gráfico 7: Classe lexical dos empréstimos	109
Gráfico 8: Recategorização lexical dos empréstimos	111
Gráfico 9: Variação do significado dos empréstimos	112
Gráfico 10: Empréstimos com formas lexicais equivalentes em português	112

Índice de mapas

Mapa 1: Situação geográfica e divisão político-administrativa de Angola	xv
Mapa 2: Distribuição etnolinguística de Angola	xvi
Mapa 3: Famílias de Línguas Africanas	xvii
Mapa 4: Distribuição das línguas bantas por zonas geográficas	xviii
Mapa 5: Cidade de Luanda e zonas periféricas	xix

Símbolos, siglas e abreviaturas

σ – sílaba

< – indica a origem do elemento à esquerda a partir do outro à direita

> – indica a origem do elemento à direita a partir do outro à esquerda

~ – indica que o termo seguinte é alternativo ou equivalente ao antecedente

/N/ – autosegmento nasal

NC – sequência consonântica complexa: nasal-consoante

NCV – estrutura silábica: nasal-consoante-vogal

Adj – adjetivo.

ADLP – Aurélio Século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa

APL – Associação Portuguesa de Linguística

Cl – classe (de prefixos bantos)

CLUL – Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

CLUNL – Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

CLUP – Centro de Linguística da Universidade do Porto

c.p. – comunicação pessoal (contribuição de alguém, na explicação de algum assunto)

CUP – Cambridge University Press

CV – estrutura silábica consoante-vogal

CV/N/ – estrutura silábica: consoante-vogal-nasal

DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo (PUC-SP)

DET – determinante

DHLP – Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa

DLPC-ACL – Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa

DTL-ILTEC – Dicionário de Termos Linguísticos do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (online)

E.U.A. – Estados Unidos da América

FLEX – flexão

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

G – gentílico (adjetivo)

GEN – genitivo

GN – género

IDPE-online – Infopédia Dicionário Porto Editora (online)

ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional

ISO – *International Organization for Standardization* (em português ‘Organização Internacional para Padronização’)

IT – índice temático

L1 – língua primeira.

L2 – língua segunda

LA – língua-alvo

- LB** – línguas bantas
LBA – línguas bantas de Angola
LE – língua estrangeira
Lit. – literalmente
LM – língua materna
LN – língua nacional
LO – língua de origem
LOC – locativo
MASC – masculino (género)
N > V – indica que o nome se transforma em verbo, no processo de recategorização lexical.
NUM – número (gramatical)
O. m. q. – o mesmo que (remete para o mesmo significado)
PA – Português angolano (em alusão à variedade local)
PB – Português Brasileiro
PBt – protobanto
PCV – Português Cabo-verdiano (em alusão à variedade local)
PE – Português Europeu
PI – plural
PM – Português Moçambicano (em alusão à variedade local)
POL – Português Oral de Luanda
PREF – prefixo
PREF-CONC – prefixo concordante
PREF-VERB – prefixo verbal
PT – português
RAD – radical.
RAD-NOM – radical nominal
RCA – República Centro Africana
RDC – República Democrática do Congo
SF/SUF FLEX – sufixo flexional.
Sg – singular
SUF – sufixo
SVO – indica a ordem sintática dos constituintes: sujeito-verbo-objeto
t.n. – tradução nossa
UEM – Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique)
UFG – Universidade Federal de Goiás (Brasil).
USP – Universidade de S. Paulo (Brasil)
V – verbo; na estrutura silábica representa “vogal”, em contraste com C – “consoante”
V > N – indica que o verbo se transforma em nome, no processo de recategorização lexical
VL – vogal de ligação
V/N/ – sequência silábica: vogal-autossegmento nasal
VT – vogal temática
VV/N/ – sequência vogal-vogal-nasal (em núcleos ramificados)

Mapa 1: Situação geográfica e divisão político-administrativa de Angola



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_de_Angola#/media/File:Angola_Map.jpg (acesso: 02.02.2018)

Mapa 2: Distribuição etnolinguística de Angola



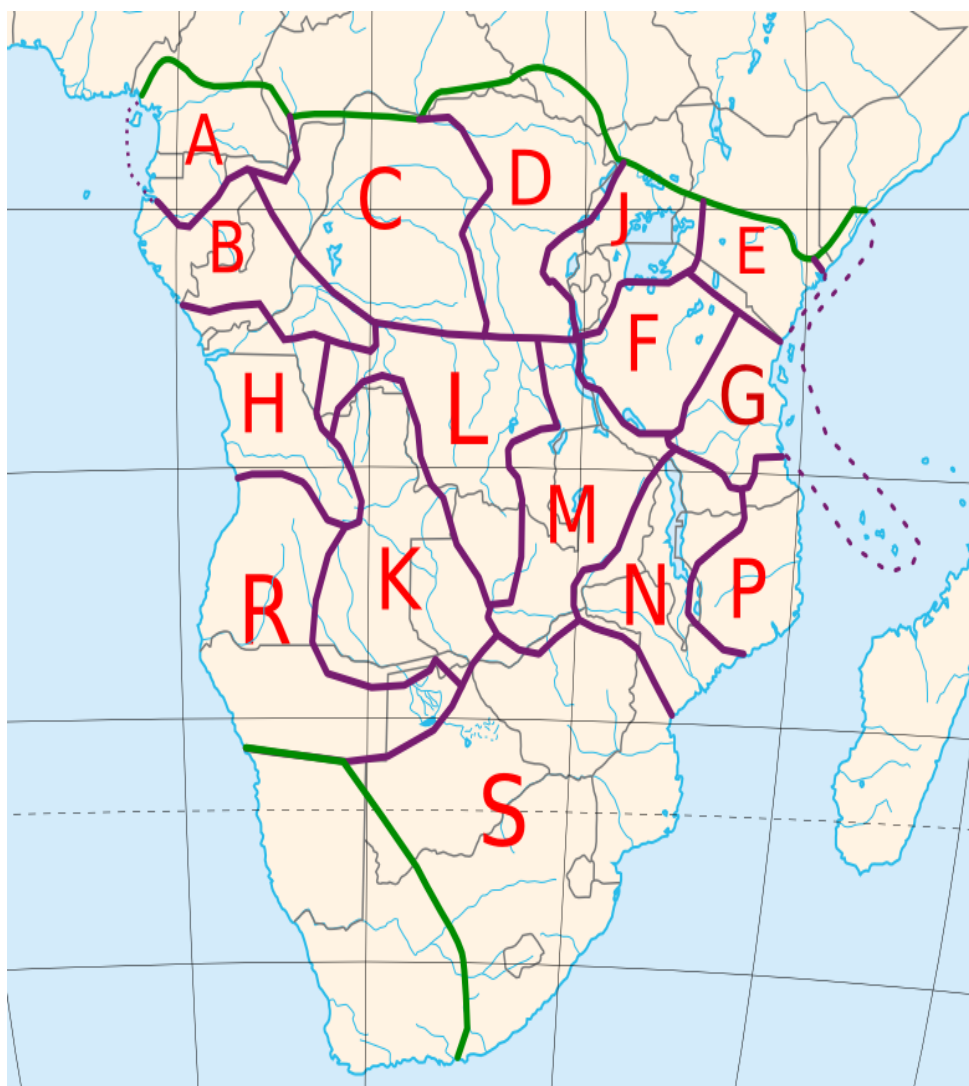
Fonte: Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (Fernandes e Ntongo 2002:57; *apud* Oliveira 2003; cf. http://www.triplov.com/letras/americo_correia_oliveira/literatura_angolana/anexo3.htm (acesso: 23.01.2018))

Mapa 3: Famílias de Línguas Africanas



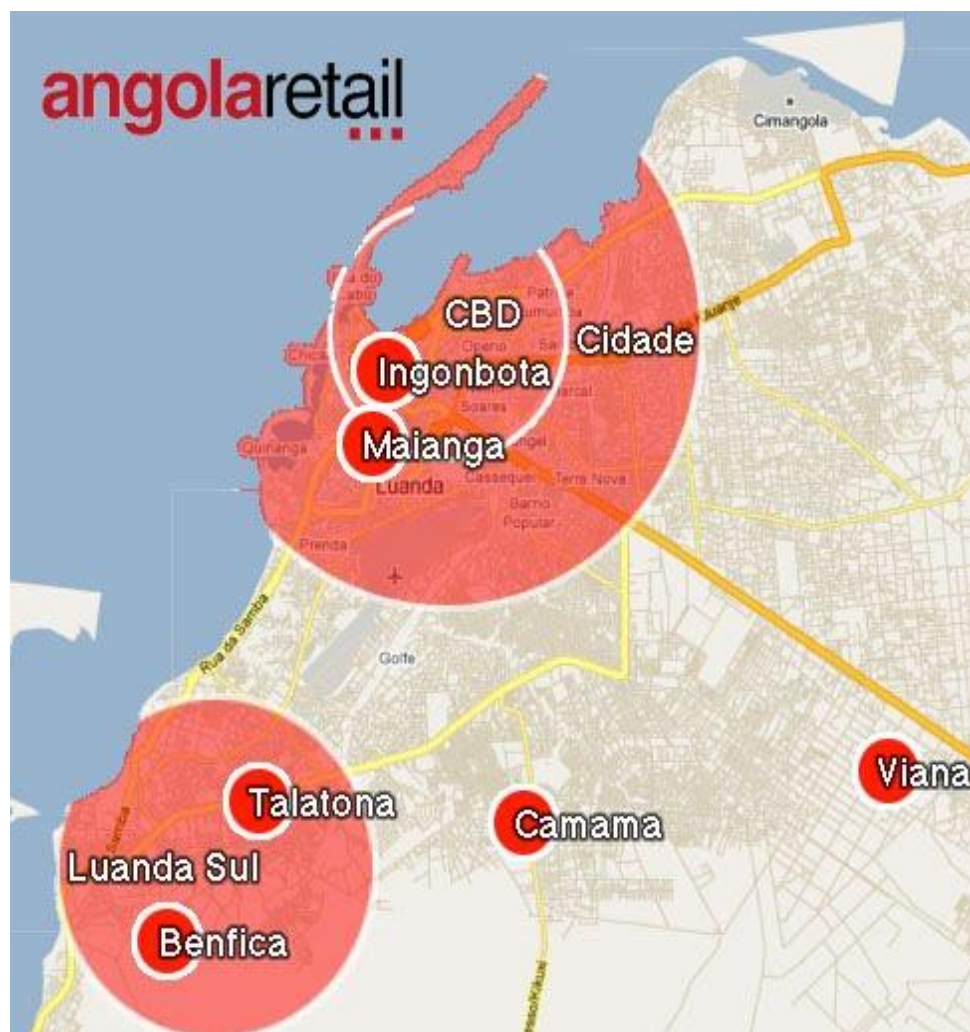
Fonte: http://www.freelang.net/families/language_maps.php (acesso: 06.10.2017)

Mapa 4: Distribuição das línguas bantas por zonas geográficas



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_bantas; (acesso: 25.01.2018)

Mapa 5: Cidade de Luanda e zonas periféricas¹



Fonte: <https://sites.google.com/a/angolaretail.com/www-pt/angola/luanda> (acesso: 01.02.2018)

¹ Neste mapa, podem divisar-se as demarcações da cidade colonial, na qual se destacam duas subdivisões: a zona da baixa (representada pelos bairros da Ingombota e Maianga, situando-se também aí o CBD – *Central Business District* – o centro de negócios –, de acordo com a fonte) e a zona dos musseques. Exceto Viana e Cacucaco (município situado a norte da cidade, mas não mapeado), que já existiam antigamente como vilas, os outros pontos salientes são novas urbanizações que vão surgindo, a partir dos anos 90 do século anterior. Até à independência, da zona limítrofe da cidade e arredores até aos pontos focados, havia apenas espaços maioritariamente desabitados, mas atualmente encontram-se povoados, constituindo alguns dos novos musseques e novos nichos urbanos.

Introdução geral

0.1. Objeto de estudo e objetivos da tese

O português falado em Luanda (POL) constitui uma subvariedade urbana da variedade nacional do português de Angola (PA) e caracteriza-se particularmente pela forte presença de elementos das línguas bantas faladas nesta cidade, com grande preponderância para o Kimbundu². Este facto resulta do contacto permanente e prolongado entre as línguas africanas e a língua europeia, destacando-se, como resultado desse contexto linguístico, os empréstimos lexicais, que constituem uma das marcas mais evidentes (reconhecida por qualquer falante atento) da influência banta na referida subvariedade do português. Esta é empregue, sobretudo, em contextos informais, diferenciando-se da variedade do português usada em contextos formais. Deve-se ter em conta, contudo, que a variedade do português falado pelas pessoas cultas em Angola é PA e não português europeu (PE); portanto, embora sejam variedades nacionais próximas, há diferenças entre ambas.

Escolher Luanda como local de recolha de dados justifica-se por esta cidade ser um polo de atração de indivíduos de diferentes origens étnicas e linguísticas, constituindo assim um espaço heteroglóssico propiciador da ocorrência de produtos do contacto linguístico. Enquanto grande espaço urbano, Luanda presta-se à criação de múltiplas redes sociais entre indivíduos com diferentes perfis sociolinguísticos, facilitando a rápida difusão dos referidos produtos linguísticos do contacto (cf. Milroy 1980, 1987a, 1987b, 2004; Milroy 1981; Milroy e Milroy 1985, 1992). Por isso, a cidade constitui um espaço social adequado ao estudo realizado, de contacto intenso e prolongado, dando origem a inovações lexicais que se expandem rapidamente na comunidade. Lembre-se, a propósito, que “[a]s palavras são, a seu modo, documentos históricos” (Bréal 1992:172, *apud* Mota 2013:190).

² Sobre a opção da grafia dos nomes das línguas bantas, ver os critérios que definimos, em 1.4.

A análise dos empréstimos bantos no português falado em Luanda revela a complexidade dos processos linguísticos envolvidos. Várias questões se colocam e, para lhes responder, partimos da seguinte premissa:

A integração dos empréstimos lexicais de origem banta no POL constitui um processo complexo que envolve diferentes aspetos morfológicos e fonológicos, no percurso para o seu ajustamento ao sistema gramatical do português. O seu estudo requer a consideração dos fatores extralinguísticos que enquadraram e talvez ditaram a adoção desse tipo de palavras na subvariedade do português que se fala em Luanda (as quais contribuem para a inovação e enriquecimento do léxico).

A linha orientadora do nosso trabalho é, assim, definida pelas metas de identificar e explicar as transformações estruturais sofridas pelos vocábulos bantos na sua integração no POL, os padrões morfológicos e fonológicos de integração e os mecanismos envolvidos no processo. No início do Capítulo I, especificamos a questão.

Para esta análise, é crucialmente importante considerar a vertente sociolinguística – a prolongada interação entre africanos e portugueses, no contexto do contacto das diferentes línguas bantas envolvidas e do multilinguismo daí decorrente, particularmente em zonas urbanas, caracteriza, em termos gerais, a situação angolana e favorece a ocorrência de processos linguísticos como aqueles de que nos ocupamos. O contacto entre línguas é, por essência, um fenómeno que se inscreve na sociedade, como notado já em Weinreich (1953:5), que decorre de fatores de ordem geográfica, social/sociocultural, política ou económica. No ambiente de contacto, uma das línguas exerce influência sobre outra ou outras, ou então as influências são recíprocas. O fenómeno mais comum e fácil de atestar tem a ver com os empréstimos lexicais; são as palavras os primeiros elementos a entrarem na língua de empréstimo. Ou seja, mesmo quando existe empréstimo estrutural este é invariavelmente precedido de empréstimo lexical (Thomason e Kaufman 1988:113), o que justifica o nosso tema de investigação. No Capítulo II, em 2.2.3, retomamos a questão do empréstimo como processo associado ao contacto linguístico e como resultado, visível no léxico do POL.

Relativamente a Luanda, a língua de contacto mais relevante é o Kimbundu, sendo também essa a língua que mais relevância tem na análise dos empréstimos lexicais; no entanto, estão implicadas outras línguas bantas, em palavras que integram o conjunto de empréstimos em análise na presente tese.

Para a efetivação desta pesquisa, traçámos os seguintes objetivos:

- (i) Identificar, como pano de fundo e questão prévia, os fatores linguísticos e sociais que propiciaram e continuam a propiciar a integração de unidades lexicais bantas no português falado na área urbana de Luanda.
- (ii) Fazer um levantamento das referidas unidades lexicais, com base fundamentalmente num *corpus* de português falado em Luanda (recolhido para o efeito, segundo os princípios metodológicos da Sociolinguística: o *corpus* é equilibrado em termos de faixa etária, nível de escolarização e sexo dos informantes; cf. o princípio da representatividade da amostra, em 2.3.1).
- (iii) Pesquisar a existência de variantes lexicais (i.e., de unidades lexicais portuguesas *vs* de origem banta com o mesmo significado) e quantificar o seu peso relativo, no *corpus* (cf. 2.4.6, fundamentalmente).
- (iv) Identificar o grau de *adaptação* (Thomason e Kaufman 1988; McMahon 1994, entre outros) das unidades lexicais bantas ao português, analisando os processos morfológicos e fonológicos implicados.
- (v) Indagar se a adaptação de unidades lexicais é acompanhada, ou não, de aquisição de novos valores semânticos ou de diferentes propriedades sintáticas, em POL (por exemplo, no domínio da subcategorização de verbos, nomes ou adjetivos de origem banta).

O material lexical banto, ao ser integrado no léxico português, configura uma situação de empréstimo especificamente, ou uma simples *adoção* – i.e., entrada sem adaptação à gramática do português, tendo as unidades lexicais em causa uma configuração que as identifica como exógenas –, ou uma *adaptação*, sofrendo então essas unidades alterações morfológicas e fonológicas, de aproximação à gramática da língua de acolhimento (o português). Neste caso, o grau e o tipo de adaptação pode variar. Vejam-se, a título de exemplo, os seguintes vocábulos provenientes do Kimbundu, a nossa língua de referência neste trabalho³:

³ Os étimos e outras palavras de Kimbundu são acompanhados da respetiva transcrição fonética, sempre que necessário e possível. Nessa transcrição, assinalamos apenas a vogal de tom alto ou de tom baixo com maior intensidade, conforme o diacrítico correspondente, sobreposto nas referidas vogais (excecionalmente, marcámos mais de um tom, em estruturas de palavras complexas, aglutinadas ou não).

- **alembamento**: dote matrimonial. Nome, derivado do tema do verbo ALEMBAR (já aportuguesado) ‘dote de casamento, que o noivo oferece à família da noiva’; de *lemba* < KULEMBA [kulémba]. No português brasileiro, este vocábulo tomou a forma de *alambamento*, com a vogal <a> e não <e>, presente no étimo.
- **caluanda**: luandense. Gentílico, da expressão MUKWA LUWANDA [mukwá luwánda] ‘nativo ou habitante de Luanda’.
- **camba**: amigo, compadre. Nome, do nome KAMBA [kámba], com o mesmo significado no português de Angola (PA), podendo o vocábulo aglutinar, em banto, os prefixos *di* e *ma*, para formar o singular (*dikamba*) e o plural (*makamba*), respetivamente.
- **candengue**: criança, miúdo, garoto. Nome, da expressão nominal MONA WANDENGE [móna wandénge] ‘filho(a) pequeno(a) / mais novo(a); menor’.
- **cota**: designação dada por adolescentes a uma pessoa mais velha. Nome e forma de tratamento, do nome ou forma de tratamento KOTA [kóta] ‘adulto, mais velho’, a cujas formas de singular e plural se acrescentam os prefixos *di-* (*dikota*) e *ma-* (*makota*), respetivamente, em banto.
- **imbondeiro**: *Boabá*, árvore da espécie de *Adansonia*. Nome, formado do nome MBONDU [mbóndu], com o mesmo significado.
- **maca**: conflito, contenda, problema, controvérsia, querela. Nome, do nome MAKÁ [máka], com o mesmo significado.
- **muangolé**: angolano; termo usado sobretudo na diáspora, denotando um “angolano típico”. Gentílico, da expressão MUKWA NGOLA [mukwángóla] ‘nativo ou originário de Angola’.
- **mujimbeiro**: boateiro, bisbilhoteiro, mexeriqueiro. Nome, formado do termo aportuguesado *mujimbo* ‘boato’, ‘bisbilhotice’, ‘mexeriquice’, que provém da adaptação do nome NJIMBU [nǰímbu] ‘recado, notícia’.

- **muzongué**: prato típico da culinária luandense (caldo), feito à base de peixe. Nome, do nome MUZONGE [muzònge] ‘molho, caldo’.
- **quínguila**: cambista de divisas no mercado informal. Nome, do verbo QUINGUILAR ‘esperar (por x)’, já aportuguesado, provindo do verbo KUKINGILA [kukingíla] ‘esperar’.
- **xinguilamento**: ato de entrar em transe; ritual tradicional (individual ou coletivo) para invocar os espíritos dos ancestrais. Nome, derivado do tema do verbo XINGUILAR, já aportuguesado; do verbo KUXINGILA [kufingíla] ‘ato de cair/entrar em transe’; ritual tradicional de alguns povos africanos para invocar espíritos dos antepassados ou forças sobrenaturais.
- **zungueira**: vendedeira ambulante. Nome, do verbo ZUNGAR ‘vaguear, andar sem destino’, já aportuguesado, cujo étimo banto é o verbo KUZUNGA [kuzúnga], com o mesmo significado.

Uma breve observação das transformações ocorridas permite identificar algumas características interessantes do ponto de vista linguístico, em particular:

- (i) Uso dos processos de formação de palavras existentes em português, com relevância para a derivação sufixal a partir de bases verbais (*xinguilamento*, *zungueira*), mas também de bases nominais (*muambeira*, *mujimbeiro*);
- (ii) Perda dos prefixos bantos (p.e., KUXINGILA → *xinguilamento*; MUKWA LUWANDA → *caluanda*) ou inversamente incorporação desses prefixos na base da palavra (MUKWA NGOLA → *muangolé*);
- (iii) Flexão em número, seguindo o paradigma do português europeu (*quínguilas*);
- (iv) Transformações fonético-fonológicas. Apenas a título de exemplo: em *imbondeiro* ocorre o fenómeno de prótese de *i-* no início do radical que, da palavra banta *MBONDU*, serve de base ao derivado, evitando uma estrutura silábica NCV não admitida em português.

A investigação sobre os processos de adaptação ou não à morfologia e à fonologia do português permite isolar palavras com adaptação formal (*alembamento* < KULEMBA, *caluanda* < MUKWA LUANDA, *muangolé* < MUKWA NGOLA; transcrita apenas a última palavra), etc.) e sem adaptação formal (*camba* < KAMBA, *cota* < KOTA, *maca* < MAKÁ [máka]).

Antes de avançar, convirá lembrar a escala de empréstimos em Thomason (2001), como contributo para a justificação do nosso tema de investigação e como suporte da nossa avaliação do posicionamento do POL numa escala desse tipo⁴. Como refere a autora, uma hierarquia deste tipo é indicativa, podendo ser muito útil em particular em situações em que os falantes são fluentes na língua de acolhimento (p. 64) e em que as línguas em contacto são muito diferenciadas, do ponto de vista tipológico (p. 71). A autora, chamando a atenção para que “qualquer escala de empréstimos é uma questão de probabilidades” (p.71, t. n.), situa na terceira posição da escala o “contacto mais intenso (mais bilingues, atitudes e outros fatores sociais favorecedores do empréstimo)”⁵ e na quarta posição o “contacto intenso (bilinguismo muito alargado dos falantes da língua que recebe os empréstimos, fatores sociais favorecendo fortemente o empréstimo)” (p.70, t. n.). Apesar de considerarmos que existe um contacto linguístico muito intenso em Luanda, verificamos que,

- a. se a situação na quarta posição implica “forte empréstimo lexical em todos os domínios do léxico”, ocorrência de “mudanças tipologicamente disruptivas como a substituição de morfologia flexional por aglutinativa (...), a adição ou perda de categorias morfológicas que não coincidem nas duas línguas” (com implicação na concordância morfossintática), e ainda, na fonologia, “perda ou adição de categorias (...) e de regras morfofonológicas” (p. 71,t. n.);
- b. se a situação na terceira posição implica “empréstimo de vocabulário básico e não básico (...) incluindo membros de classes lexicais fechadas (...), nomes, verbos e adjetivos”, assim como empréstimo de afixos derivacionais e, na fonologia, “perda ou adição de restrições silábicas (p. e., não adoção de sílabas fechadas) e de regras morfofonológicas” (p. 70, t. n.),

⁴ Ver também Thomason e Kaufman (1988:74-76).

⁵ Os níveis anteriores são “contacto esporádico” e “contacto ligeiramente mais intenso”(casual contact e slightly more intense contact, no original).

parece-nos que a situação do POL se encontra entre ambas, com as devidas adaptações, relativamente à identificação sintética feita pela autora dos pontos da escala (a mesma desenvolve e complexifica a questão, através de muitos exemplos atestados, que aqui não referiremos).

A integração de léxico banto em português foi já objeto de alguns estudos. Trata-se, no entanto, de glossários ou vocabulários, esparsos em algumas obras, publicações periódicas e teses, em Angola e no estrangeiro (cf. 3.2.3). A pesquisa que nos propusemos realizar distingue-se claramente daqueles trabalhos; é, tanto quanto sabemos, original e justifica-se por várias razões, destacando-se as seguintes:

- (i) Adopção do enquadramento teórico-metodológico da Sociolinguística, mais concretamente na perspectiva do contacto linguístico e do multilinguismo (relacionados com variação e mudança linguística), que se adequa perfeitamente à situação de Luanda, dada a realidade linguística heterogénea e a complexidade social dessa zona urbana;
- (ii) Dentro desse enquadramento, a constituição de um *corpus* de português falado, representativo do uso do português de Luanda, o qual, para além de ser vasto e seguindo os preceitos metodológicos da Sociolinguística, servirá não só os objetivos da presente tese como também ficará disponível, no CLUL, para outros estudos;
- (iii) Consideração da íntima interface entre morfologia e fonologia como enquadramento central do estudo das adaptações de unidades lexicais de origem banta ao português, o que permitirá contribuir para o avanço do conhecimento dos fenómenos que, nesse domínio, afetam diferentes categorias gramaticais do português;
- (iv) Consideração das relações de significado entre as novas unidades e eventuais variantes preexistentes ou a aquisição de traços semânticos diferentes dos da palavra de origem e da existência de interferência estrutural por via do léxico (por exemplo, interferência de construções bantas em português).

Na abordagem das várias questões linguísticas implicadas, privilegiámos um enfoque descritivo e nem sempre filiado a uma única teoria linguística, procurando antes utilizar contributos úteis que, não sendo contraditórios entre si, permitissem uma

aproximação adequada aos processos gramaticais em estudo. Contudo, recorremos a uma base de informação teórica fundamentalmente generativista, para a análise dos aspetos morfológicos e fonológicos. Neste trabalho, estão imbricados, com efeito, vários campos de investigação e várias questões específicas, pelo que foi necessário mobilizar uma extensa bibliografia para suportar as nossas análises. Deste modo, procurámos apresentar em cada tópico os contributos mais relevantes, destacando em cada caso aqueles trabalhos que constituem marco incontornável.

Dentro deste quadro e tendo em conta a necessidade de se estudar extensivamente as variedades e subvariedades do português falado em Angola, consideramos que este estudo poderá contribuir para esse objetivo, ao almejar fornecer uma descrição o mais rigorosa possível, mas acessível aos leitores interessados, sobretudo os professores de português em Angola, os quais necessitam de forma urgente de dispor de estudos que apoiem a sua formação e a sua atividade docente. Pensamos que um ensino consistente e mais eficaz do português num contexto multilingue, como o de Luanda, deve passar também necessariamente pela compreensão dos fenómenos de variação linguística que afetam a língua, principalmente aqueles que provêm das influências bantas. Põe-se, por exemplo, a questão da dissociação do português usado no contexto escolar, que tem o padrão do PE como modelo, e o usado no seio familiar ou no bairro, em geral, fortemente impregnado de marcas das línguas locais. Se a escola não for capaz de identificar essas diferenças, dificilmente o aluno adquire a variedade do português privilegiada nessa abordagem formal. Aliás, esta preocupação tem sido manifestada por muitos estudiosos atentos à realidade, aconselhando mesmo a reformulação dos métodos de ensino do português nessas condições.

Este estudo pode ainda proporcionar uma consciencialização dos falantes face à estigmatização a que está sujeito o uso desses empréstimos, já que muitas vezes se julga que tais palavras se restringem aos indivíduos da classe baixa da sociedade ou de baixa escolaridade, limitando-se, deste modo, a esferas menos formais ou particulares. Mas, partindo da realidade quotidiana de Luanda, verifica-se que muitos desses empréstimos são usados extensivamente em todos os contextos e ambientes sociais, fazendo parte do léxico de todos os luandenses, da sua variedade do português nativizada⁶. Se, em termos

⁶ Em Linguística, “nativização”, conceito formulado a partir da abordagem de Kachru (1986), acerca do inglês, é o “processo caracterizado pelo surgimento de diferentes tipos de inovações linguísticas, através do qual uma variedade não nativa é culturalmente integrada na ecologia social das pós-colónias” (Petter

linguísticos, é evidente o impacto das novas unidades lexicais no sistema lexical da língua recetora ou de acolhimento (LA), socioculturalmente também pode ser grande a influência dessas novas palavras na vida quotidiana dos falantes dessa língua. Esse impacto pode ser aferido a partir das razões geralmente apontadas, que motivam o empréstimo de palavras estrangeiras numa comunidade: “necessidade” de designar novas realidades ou razões de “prestígio” (2.2.2). Na essência, porém, são razões político-sociais, culturais e comunicativas que ditam a adoção de empréstimos lexicais (p.e., as situações de colonização, escravidão, comércio, conquista de territórios e migração – 2.2.3), cuja interação é assegurada pelas línguas envolvidas. Nesta perspetiva, o contacto linguístico promove encontro de culturas (Molina 2010:7) e consequentemente os empréstimos lexicais traduzem as realidades representativas de cada cultura envolvida. Quer dizer que

[um] “termo que se instala é mais que um grupo fónico ou um conjunto de letras. É um signo com um sentido, um referente e suas pressuposições. Mais que um ato linguístico, é um ato cultural, uma tentativa de impor uma visão de mundo à comunidade. É impor um modo de ver e, através da língua, agir” (Carvalho 2009:80).

Está em jogo, portanto, a identidade cultural da comunidade.

Dependendo das relações de equilíbrio entre os grupos em contacto, as suas motivações e interesses e também consoante o estatuto das respetivas línguas, as novas palavras podem ser objeto de plena aceitação e ser integradas facilmente no sistema da língua, ou então sofrerem ostracização, com a desconfiança de desvirtuarem a matriz identitária já constituída. Esta pode ser determinante no acolhimento ou na rejeição dos empréstimos linguísticos, sobretudo naquelas comunidades mais fechadas e conservadoras ou dominadas e marginalizadas, às quais é imposta uma outra língua, e que fazem da sua língua de origem um elemento de autoafirmação da identidade cultural e política (cf. 2.2.2).

Resta fazer notar que, sendo necessário delimitar o objeto de estudo, não nos ocuparemos de outros aspetos característicos do POL, quer resultantes da dinâmica de variação e de mudança interna da língua, quer decorrentes da própria pressão externa que é exercida sobre ela. Como brevemente descrito ao longo da secção 3.3.3, pode perceber-

2008:154). Para o caso particular das variedades do português africano, considerem-se também as abordagens de Firmino (2002a; *apud* Gonçalves 2013:160) e Araújo e Agostinho (2010).

se que o português falado em Luanda está sujeito a variação em todos os domínios linguísticos e apresenta determinadas características peculiares, que o diferenciam de outras (sub)variedades do português, até pela força dos *inputs* das línguas bantas com as quais interage diretamente e de outras línguas estrangeiras com as quais está em contacto direto ou não (3.3.2.1 e 3.3.2.2). Todas essas marcas correspondem a fenómenos bastante interessantes do ponto de vista da investigação científica, de alguns dos quais já se ocuparam vários linguistas. Mas a opção pelo tema da tese resulta da minha tomada de consciência mais aprofundada sobre os problemas do português falado em Angola, ao longo do curso do mestrado, que se foi consolidando no percurso da minha atividade como docente de várias cadeiras ligadas à Linguística, no ensino superior, em Luanda. Este facto aguçou o meu interesse pelos aspetos que aqui analiso.

0.2. Estrutura da tese

Para além da *Introdução*, acima, que define o objeto de estudo e os objetivos gerais, enquadrando o trabalho em grandes traços, a presente tese estrutura-se em mais seis capítulos, cujo conteúdo é, a seguir, resumido.

No **Capítulo I** (Questões introdutórias ao estudo), apresentamos alguns conceitos que são importantes na análise e tratamento de várias questões centrais que o tema levanta, que estão relacionadas entre si e cuja consideração necessita de ser prévia à abordagem mais marcadamente sociolinguística que apresentamos nos capítulos II e III. Grande parte dos aspetos focados neste capítulo e centrais para o nosso estudo têm desenvolvimento no Capítulo V.

O **Capítulo II** (Enquadramento teórico-metodológico de base sociolinguística) centra-se na abordagem teórico-metodológica da Sociolinguística. Juntamente com o terceiro capítulo, precede os capítulos centrados no estudo linguístico dos empréstimos das LBA por considerarmos importante ter presente a situação sociolinguística de Angola e de Luanda como pano de fundo desse estudo. Além de uma breve descrição do percurso desta disciplina, este capítulo focaliza, enquadrando-as no contexto do contacto linguístico, (i) a importância do contexto sócio-histórico no estudo dos empréstimos de uma língua noutra, já que os fenómenos linguísticos constituem factos sociais; (ii) a relevância do vernáculo, como propriedade de uma comunidade de fala ou grupo determinado, para a definição do tipo de *corpora* a usar como base do estudo; e (iii) a

relação entre a comunidade de fala e outros aspetos da sociedade, como as redes sociais e as atitudes dos falantes face à língua do grupo. Metodologicamente, o capítulo aborda os métodos e os princípios sociolinguísticos que orientaram o trabalho, permitindo-nos definir e conceber as estratégias e as ferramentas para as diferentes tarefas.

No **Capítulo III** (Situação sociolinguística de Angola), refletimos essencialmente e na sequência do capítulo anterior, sobre os fatores linguísticos e extralinguísticos que ditaram a emergência e o desenvolvimento do POL, inserido globalmente na variedade nativizada do PA, com o principal enfoque para os seguintes aspetos: (i) caracterização da situação sociolinguística geral de Angola; (ii) situação atual do português em Angola e o processo da sua implantação, ao qual estão ligados a emergência e o desenvolvimento da variedade local; (iii) caracterização histórica, sociológica e cultural de Luanda, como comunidade de estudo; (iv) subvariedade do POL, resultante da variedade nacional do PE em contacto com as línguas locais e usada em contexto multingue; e (v) descrição dos traços caracterizadores do POL, um dos quais é a presença dos empréstimos lexicais bantos, tema central da nossa investigação.

Quanto ao **Capítulo IV** (Kimbundu: aspetos linguísticos – a principal língua doadora dos empréstimos), fazemos nele uma caracterização linguística do Kimbundu, como referência das LBA envolvidas no contacto com o português. Não se trata de um estudo exaustivo, mas apenas de uma descrição dos traços gramaticais dessa língua banta que são pertinentes para o estudo e que ajudam a compreender os vários aspetos envolvidos na análise dos empréstimos desenvolvida no capítulo seguinte. É sabido que as línguas bantas e o português constituem sistemas linguísticos tipológica e estruturalmente muito diferentes, sendo preciso identificar as semelhanças e as dissemelhanças para uma melhor explicação dos casos em estudo. Contudo, não se visa uma descrição sistematicamente contrastiva das duas línguas.

O **Capítulo V** (Processos morfológicos e fonológicos de integração de empréstimos lexicais das LBA no POL) constitui o âmago do trabalho, no qual culminam convergendo os contributos dos capítulos precedentes. Do capítulo, destacam-se os seguintes pontos: (i) processos de integração, assentes nos diferentes processos neológicos de criação de palavras: (a) morfológicos (afixação e composição) e (b) não morfológicos (decalques de palavras bantas no POL, simples integração de palavras); e (ii) processos fonológicos, traduzidos numa variedade de fenómenos, ligados a queda,

inserção ou substituição de segmentos fonológicos e também a reestruturação silábica, que se efetiva através do processo da ressilabificação.

Por último, o **Capítulo VI** (Considerações finais) é a parte que encerra o trabalho e na qual retomamos as ideias mais destacadas ao longo do texto, procurando recapitular o que de essencial foi dito e avançando as conclusões que se nos oferecem. O capítulo reagrupa também as várias “questões em aberto”, identificadas ao longo do texto, e que podem constituir temas para futuras investigações. A estas questões estão também subjacentes algumas sugestões, como contributo pessoal para a resolução de alguns problemas mais gerais descortinados no decurso da investigação.

Capítulo I Questões introdutórias ao estudo

Introdução

Este capítulo é dedicado à abordagem de um conjunto de conceitos de base, que são importantes na análise e tratamento de várias questões centrais que o tema dos empréstimos levanta e que estão relacionadas entre si.

Um destaque evidente é dado a “empréstimo”, um termo polissémico, talvez até ambíguo, que percorre todo o texto, capaz de remeter para uma focagem múltipla. Assim, o empréstimo lexical, como palavra, remete-nos incontornavelmente para o léxico, que se articula com outros módulos da gramática, numa relação de interfaces.

As “questões introdutórias” desta tese, organizadas em torno do tópico geral “alguns conceitos de base e especificação do objeto de estudo”, traduzem-se nos seguintes pontos essenciais: (i) o léxico como material de partida (1.3); (ii) a palavra como unidade do léxico (1.3.2); (iii) interação entre o léxico e os outros módulos da gramática (1.3.3); (iv) apontamentos sobre o léxico do português (1.3.4); e (v) a grafia das palavras de origem banta em português (1.4), mas sendo este um aspeto suplementar.

1. Alguns conceitos de base e especificação do objeto de estudo

Nesta secção, focam-se os conceitos de empréstimo, de criação neológica/inação lexical e ainda de mudança linguística, articulando-os. No capítulo II, volta-se à questão dos empréstimos, numa abordagem sociolinguística do contacto entre línguas (cf. 2.2.3), ou como produto específico deste contacto linguístico (2.5).

Há, desde já, uma articulação entre os conceitos em abordagem na presente secção. O empréstimo constitui um dos processos neológicos ou de inação lexical, que pode concorrer também para a evolução e mudança de uma língua, tendo em conta a dinâmica social. Uma vez integradas na nova língua, as palavras emprestadas passam a fazer parte do seu léxico, estando sujeitas aos critérios gramaticais desta LA.

1.1. Empréstimo

A noção de “empréstimo” é bastante polémica e tem sido objeto de posições divergentes, muitas vezes partilhando espaço com outro termo concorrente, o de “estrangeirismo”, que denota uma realidade geralmente condenada pelos puristas. No caso do material aqui analisado e visto que, em nenhum contexto, nem as línguas bantas de Angola (LBA) nem o português são línguas estrangeiras em Angola, dada a sua situação sociolinguística, a equivalência acima referida não se aplica. Note-se, apesar disso, que mesmo que de estrangeirismos se tratasse, a inevitabilidade do acolhimento de novas palavras na língua parece ser um facto e um facto não negativo:

Debalde se condena *detalhe*, *detalhar*, usados há 150 anos em boca portuguesa e brasileira, e se propõe *particularidade*, *circunstância*, *pormenor*, *pormenorizar*, *minudência*, *miudeza*, *minúcia*. *Detalhe* é um francesismo expressivo, insinuante e afortunado. Logrou entrada fácil em todos os idiomas cultos (...). E está a parecer que nunca mais o deportarão nem as forças unidas dos puristas de todas estas nações (Said Ali 1957:190-191, *apud* Mota 2013:189; itálicos nossos).

O conceito de empréstimo varia de autor para autor ou consoante a tradição gramatical de um ou de outro país. Por exemplo, há países onde os empréstimos são acolhidos favoravelmente por gramáticos e pela sociedade e são também objeto de estudos vastos e aprofundados, enquanto noutros a sua aceitação e uso constituem motivo de objeção e condenação, sendo mais facilmente associados a “estrangeirismo” ou a outros termos menos simpáticos⁷.

Mas na sua essência, o termo “empréstimo” remete basicamente para duas aceções: o processo ou o produto de criação neológica. Ou seja, para o “processo de transferência de uma unidade lexical de um registo linguístico para outro dentro da mesma língua (“empréstimo interno”), ou de uma língua para outra (“empréstimo externo”)” e para “[u]nidade que resulta do processo de transferência anteriormente descrito” (Correia e Lemos 2005:53; ver também Correia e Almeida 2012:70). Na primeira aceção, podemos falar de um processo que consiste no facto de uma língua adotar elementos exógenos ao seu sistema, por razões diversas e inovando-se lexical e estruturalmente. Assim, a também chamada “importação de palavras” é considerada como um dos mecanismos de inovação

⁷ Para uma explicação mais detalhada desta questão, ver Booij (2005, 2007), Kang (2013), Vilela (1995) e Villalva (2008).

lexical disponível nas línguas. A segunda aceção, de empréstimo como produto, é a central no âmbito do presente trabalho⁸. Em ambas as aceções, o termo remete, portanto, para a integração de elementos novos numa LA, requerendo ou não a sua adaptação ao novo sistema, que por sua vez precisa de se reajustar para acolher esse material, como tentaremos mostrar, ao longo da nossa abordagem.

No caso concreto do nosso estudo, que incide sobre o léxico comum, empréstimo é usado na segunda aceção (unidade lexical exógena integrada numa dada língua de acolhimento), considerado especificamente como produto resultante do contacto entre línguas genética e tipologicamente afastadas e seguindo o percurso seguinte: de várias línguas bantas de Angola para a variedade do português oral de Luanda.

O empréstimo é considerado como um dos elementos ou aspetos da neologia lexical (apesar de esta ser caracterizada pelos mais puristas como um “mal inevitável”, de acordo com Quemada 1971; *apud* Alves 1984:119). Para Villalva (2008:50),

As palavras que não fazem parte do léxico de uma língua desde a sua fundação como língua são ou foram neologismos. Neologismos são, pois, palavras que, num dado momento da existência de uma língua são consideradas palavras novas, como, por exemplo, *telemóvel*, cujo aparecimento no final do século XX motivou a integração da palavra no léxico do Português.

Em trabalho anterior ao citado, Correia (1998:60) define neologismo como “um item lexical que é sentido como novo pela comunidade linguística” e, referindo Cabré (1993:445), faz notar que a instabilidade formal do neologismo é relevante para a sua classificação enquanto tal; isto é, uma unidade será considerada neológica, se cumulativamente apresentar sinais de instabilidade de natureza morfológica, fonética ou ortográfica. Acrescenta, em nota, que um neologismo é mais corretamente associado a ‘vocabulário ativo’ do que a léxico, no seu sentido mais abrangente de “repositório de todas as unidades lexicais de uma língua (possíveis e atestadas, arcaicas e novíssimas, correntes e pertencentes a linguagens especializadas)”.

⁸ O nome “empréstimo” corresponde a *loanword*, em inglês, e a *emprunt*, em francês. Sobre a abordagem deste termo em PE, ver o artigo de Andrade (2002), no qual a autora discute e propõe a terminologia adequada a aplicar, e também Freitas, Ramilo e Arim (2010), que remetem para outros textos.

Para o nosso trabalho, interessam não só aquelas palavras adotadas pelo português na época colonial, por razões denominativas de objetos e entidades da realidade local, que hoje estão perfeitamente adaptadas ao português e muitas delas até já dicionarizadas (*e.g. funge, marimba, muamba, mufete, palanca, xinguilar*), mas também aquelas que, no período pós-colonial, vão sendo integradas no léxico do POL, mais por razões culturais ou identitárias e até mesmo estilísticas, tendo em conta a dinâmica social de uma cidade como Luanda. Muitas dessas palavras estão, hoje, em situação de competição com termos portugueses vernáculos (*e.g. candengue e criança, miúdo; cota e mais velho, adulto; muzongué e caldo; zungueiro(a) e vendedor(a) ambulante*).

1.2. Mudança lexical, criação neológica, inovação lexical

Nesta subsecção, privilegiando os aspetos que mais se adequam ao nosso estudo, fazemos algumas considerações sobre mudança no léxico e inovação lexical. No conjunto dos empréstimos lexicais das LBA, muitas das palavras sofrem transformações estruturais, categoriais e de significado. Por estas razões pode afirmar-se, assim, que as vertentes da mudança e da inovação lexical da subvariedade do português em análise são relevantes, enquadrando-se numa situação condicionada por fatores extralinguísticos que marcam a situação histórica e sociológica de Luanda.

A mudança por contacto, à qual estão sujeitas inúmeras línguas, tem sido objeto de muitos estudos, procurando-se compreender as causas e as consequências desse mesmo fenómeno (cf. 2.2.2). Essa mudança pode incluir inovações por influência de línguas ou variedades com as quais a língua de dada comunidade estabelece contactos mais ou menos prolongados e mais ou menos intensos.

Milroy e Milroy (1985:347-348), escrevem, sobre a relação entre inovação individual e sua extensão ou não à comunidade, o seguinte:

As inovações dos falantes, como outras inovações, podem ser classificadas em termos do seu sucesso na subsequente difusão: (1) uma inovação pode não se difundir, ficando restrita ao falante que a produz; (2) uma inovação pode difundir-se numa comunidade com a qual o falante tenha contacto, mas não ir mais adiante; (3) uma inovação pode difundir-se numa comunidade com a qual o falante tenha contacto e, posteriormente, passar dessa comunidade para outras comunidades através de um falante inovador adicional que tenha laços com ambas as comunidades relevantes. Quando os resultados desse processo são

observados, tendemos a rotulá-los como "mudança linguística". O conjunto de comunidades através das quais tal mudança se pode difundir é, em princípio, infinito, e embora restrições linguísticas e sociais sobre a mudança possam ser especificadas em alguns casos, os limites da difusão POSSÍVEL não podem ser estabelecidos com precisão, seja em termos de espaço e tempo seja em termos de situações linguísticas ou sociais que podem favorecer ou desfavorecer a mudança (t.n.).

A mudança e a inovação operam em todos os domínios da gramática, embora com maior visibilidade no léxico, domínio que, como já notado, é de natureza a facilitar esses processos, nomeadamente pelo facto de o dicionário/léxico mental refletir as representações dos falantes e a designação das entidades da realidade, elas mesmas sempre em mudança. Deste modo, qualquer alteração dessa realidade afeta direta, rápida e fundamentalmente as unidades que constituem o sistema lexical (Correia 1998:59; Thomason 2001:64; Correia e Lemos 2005:10) e novas unidades lexicais são ou podem ser introduzidas no léxico da língua, enriquecendo-o.

O processo de inovação pode envolver a reativação de determinadas palavras desusadas, passando-as para o léxico corrente (quer individualmente quer coletivamente), a criação de novas palavras, a partir das palavras vernáculas já existentes ou das suas bases morfológicas, a diferente utilização dessas mesmas palavras (constituindo neologismos semânticos) ou a adoção de palavras de outras línguas (consideradas empréstimos) com ou sem adaptação à gramática da língua de acolhimento. Todos esses processos apelam à própria criatividade lexical dos usuários da língua, por razões diversas e em contextos diferentes.

Nesta tese, interessam-nos os empréstimos lexicais. Estes elementos constituem um dos aspetos da criação neológica das línguas (Correia e Lemos (2005:17-18) e é nessa perspetiva que se consideram como um dos mecanismos de inovação lexical; trata-se consequentemente de um dos principais processos de evolução e de mudança linguística (Karaağaç 2009:154), a par de outros, mencionados em 1.3.4, sobre o português.

O conceito de inovação lexical é aqui tomado como “forma ou construção nascida de uma mudança linguística, criada no interior de um determinado sistema linguístico, ou tomado como empréstimo numa dada época. Este termo aplica-se também ao processo que conduz ao aparecimento dessas formas ou construções novas. A inovação pode acrescentar elementos a um sistema linguístico ou substituir elementos existentes que se tornarão arcaísmos” (APL/ILTEC 1990:211). Admite-se, deste modo, que todos os

elementos que se vão afastando dos padrões atuais de uma língua constituem uma inovação, são alterações introduzidas e fixadas num determinado subsistema linguístico.

As inovações lexicais podem ser consideradas como resultado de um processo diacrónico; a mudança linguística implementada representa a expansão das inovações lexicais surgidas ao longo do tempo, mas só há mudança efetiva quando, por influências internas ou externas, as inovações passam a integrar o domínio do conhecimento comum dos falantes. Nesse sentido, a mudança, como imagem da renovação/inovação linguística, contraria o risco de dada língua se tornar obsoleta e estar condenada à morte (ver, entre outros, Vilela 1994:14; Quivuna 2014:10; Costa 2015:37):

A inovação lexical é um indício da vitalidade de uma língua. Quanto maior o número de novas palavras mais “viva” estará uma língua, se assim podemos dizer. A realidade envolvente determina e condiciona, de forma directa, a criação de novas palavras. Uma vez que a criatividade lexical dos falantes é quase ilimitada, estando perante novos conceitos e novas realidades, é necessário dar-lhes um nome. Assim, os novos usos e novas exigências do mundo serão traduzidas em novas denominações: podemos “fazer um print” ou “printar”, colocar notícias no twitter, ou “twittar”, etc. (Cameron 2010:2).

As diferentes transformações socioculturais e as inovações tecnológicas concorrem para a evolução do léxico, por se tratar do “subsistema da língua mais dinâmico, (...) o elemento mais directamente chamado a configurar linguisticamente o que há de novo, e por isso é nele que se reflectem mais clara e imediatamente todas as mudanças ou inovações políticas, económicas, sociais, culturais ou científicas” (Vilela 1994:14).

Tendo em conta o acima referido, o nosso objeto de estudo é, em suma, o conjunto das palavras atestadas no POL, cuja origem é o léxico banto e cujas formas morfológica e fonológica revelam frequentemente mas nem sempre, a sua origem banta; sem se fazer a periodização da sua entrada no léxico do POL, assumimos que palavras totalmente adaptadas têm entrada mais antiga do que palavras que ainda revelam traços da morfologia e da fonologia bantas. Do ponto de vista da sua significação, todas estas palavras herdam parte dos traços semânticos de origem, sendo que as mais recentes revelam, de forma mais evidente, esse facto e são sentidas como inovações. Centrando-nos na inovação que afeta o subsistema lexical do POL, assumimos “inovação” como processo e este processo como envolvendo a criação de novas palavras a partir das (bases das) já existentes na(s) língua(s) banta(s).

1.3. O léxico como material de partida

Até ao momento, tratámos de questões lexicais específicas, com a finalidade de melhor definir e delimitar o nosso objeto de estudo. Nesta subsecção, fazemos algumas considerações sobre o conceito de léxico, como ponto de partida para a abordagem das questões que analisamos.

Estamos cientes de que o léxico é um domínio complexo e extensamente estudado no âmbito de diferentes disciplinas, sob várias perspectivas teóricas e com várias finalidades. Não sendo um objeto de estudo em si, nesta tese, mas sendo no léxico que vamos buscar a matéria que analisamos, apenas focamos alguns aspetos úteis para este trabalho. Fazemos também um apontamento sobre o léxico do português e sobre os processos de enriquecimento e inovação lexical disponíveis nesta língua, remetendo para o Capítulo V, para desenvolvimento, nos respetivos tópicos, como já referido anteriormente. Subsidiariamente, comentamos a grafia das palavras bantas no POL, permitindo-nos apresentar previamente a nossa opção ortográfica, face às divergências na escrita desse tipo de palavras.

1.3.1. Notas sobre o conceito de léxico

Para Vilela (1995:13), do ponto de vista cognitivo-representativo e comunicativo, o léxico codifica o saber extralinguístico interiorizado pela comunidade e permite que os membros dessa comunidade comuniquem entre si. O léxico de uma língua é, assim, o material linguístico através do qual se interpreta e expressa a conceção que se tem do mundo, a partir de uma determinada realidade cultural, conceção esta partilhada por muitos autores. Assim, tendo em conta a função representativa da linguagem, é o léxico que nos permite configurar a realidade extralinguística (Vilela 1979:10). Colocando no centro da discussão a ideia de que a própria civilização humana é produto das diferentes relações que se estabelecem através da linguagem, é sobretudo por meio do léxico que se manifestam as diferentes conceções do mundo sobre as quais se fundam as distintas matrizes civilizacionais, como podemos depreender do seguinte:

Na história das diferentes civilizações a palavra sempre foi mensageira de valores pessoais e sociais que traduzem a visão de mundo do homem enquanto ser social; valendo-se dela o homem nomeia e caracteriza o mundo que o rodeia, exerce seu poder sobre o universo natural e antropológico, registra e perpetua a cultura. Assim, o léxico como repertório de

palavras das línguas naturais traduz o pensamento das diferentes sociedades no decurso da história, razão por que estudar o léxico implica também resgatar a cultura. A palavra favorece a transfiguração da experiência num universo de discurso e, consequentemente, assume diferentes dimensões dependendo da natureza desse discurso (Isquendo e Krieger 2004:11-12).

Do ponto de vista da sua constituição, o léxico “é entendido, de forma genérica, como o conjunto de todas as palavras que dela [da língua] fazem parte” (Correia e Lemos 2005:7), como o “conjunto de palavras de uma língua” (Villalva 2008:47), como o “dicionário ideal de uma língua” (Vilela 1994:10). Para além dessas definições, muito gerais (como reconhecido pelos autores citados), o léxico é mais adequadamente definido como o “dicionário mental” (Chaves 2013:187), apontando esta última designação para a natureza do léxico, para o facto de que o léxico é um dos módulos do conhecimento linguístico dos falantes, onde estão armazenadas as unidades lexicais da língua e onde serão acolhidas as unidades possíveis de formar ou de adotar.

A noção de léxico remete, assim, para o conhecimento lexical, na medida em que o falante conhece uma dada quantidade de palavras da sua língua assim como as propriedades lexicais que lhes estão associadas, no seu saber interiorizado (Anderson 1992:182-183; Chaves 2013:185-212; Duarte 2000:51; Vilela 1994:10): as propriedades fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas que as palavras apresentam, numa rede de interfaces (1.3.3.). Neste sentido, o léxico é entendido como o módulo da gramática onde estão registadas as palavras com as suas propriedades, com os diferentes tipos de informação nelas codificadas (Akmajian et al. 1992:11-13) necessários à produção e compreensão correta das mesmas pelo falante-ouvinte (Lowie 1998:1, 9). Em suma, o léxico mental preserva toda a informação sobre os aspetos gramaticais e semânticos das palavras (Al-Dala‘ien, Mudhsh e Al-Takhayinh 2015:1; Babin 2000:1; Lieber 2009:15), sob forma de uma matriz de traços associada inerentemente a cada item.

Ao contrário do modo como vem estruturado nos dicionários (físicos e virtuais), o léxico não é, portanto, uma mera “enumeração das palavras que o compõem” (Villalva 2008:47), ordenadas alfabeticamente, mas um subsistema organizado nos planos gramatical e semântico (Lehmann e Martin-Berthet 2003:xii), formado de unidades significativas (Costa 2015:33). Neste dicionário interiorizado, as palavras estão organizadas de forma complexa, em torno de relações abstratas que implicam operações mentais de categorização em redes semânticas estruturadas e categorizadas em função do

contexto cultural civilizacional (Chaves 2013:186). Assim, diferenciando-se de indivíduo para indivíduo,

The mental lexicon is not a collection of words, it also deals with how those words are stored, activated, processed and retrieved by a speaker whenever he/she wants. An individual's mental lexicon is not perpetual; it is always developing and growing as new words are learned (Al-Dala'ien, Mudhsh e Al-Takhayinh 2015:1)⁹.

A noção do léxico é distinta da noção de “vocabulário”, apesar de serem dois aspetos da mesma realidade: o léxico constitui o conjunto (virtual) de todas as palavras de uma língua; o vocabulário é particular, traduzindo-se num conjunto de palavras usadas por uma determinada pessoa, em dada área do saber ou escola de pensamento (Vilela 1995:13; Correia e Lemos 2005:9; Hatch e Brown 1995:1, *apud* Leiria 2006:15). Na prática, se não é possível determinar o léxico de uma língua, pode-se, pelo menos, delimitar o vocabulário de uma área de conhecimento específica, de uma disciplina, de um campo profissional, ou até de um falante¹⁰.

Por outro lado, e fazendo abstração da distinção acima evocada, é importante distinguir o léxico geral, de uso comum, do léxico de especialidade, pertencente a linguagens específicas das diferentes áreas científicas, técnicas ou de diferentes setores de atividade e que constitui o objeto da Terminologia¹¹. Pelo facto de o léxico ser o material linguístico primário dos textos orais e escritos, o seu estudo também interessa as áreas da análise textual, da análise do discurso e da estilística. Num mundo fortemente marcado pela tecnologia, o léxico, como componente essencial das línguas, tem a atenção das disciplinas que se ocupam das tecnologias da linguagem, como, por exemplo, a Linguística computacional (Amaro e Mendes 2016:178).

Retomando a ideia de Lowie (1998:1), já referida anteriormente, o léxico constitui o elemento essencial no processamento da linguagem, cuja compreensão depende do

⁹ Considere-se também a seguinte definição formulada no âmbito da Psicologia cognitiva: “o léxico mental corresponde ao conjunto de representações formais que permitem ligar as entradas de uma sequência gráfica às representações fonológica, semântica e conceptual da memória.” (Babin 2000:2, t.n.).

¹⁰ O léxico, como o vocabulário, pode ainda considerar-se enquanto conhecimento ativo e passivo. Como geralmente aceite, a relação entre o “léxico passivo” e o “léxico ativo” é assimétrica. O léxico passivo (o número de palavras que um falante é capaz de compreender) é sempre superior ao léxico ativo (número de palavras que usa). É também geralmente referido que o léxico pode considerar-se na sua vertente atual e potencial.

¹¹ Sem desenvolver a questão, referimos, apenas, que a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia são três disciplinas linguísticas diretamente envolvidas no estudo do léxico.

conhecimento que se tem das palavras. Para que o processamento seja possível, as palavras integram-se em estruturas frásicas, de forma organizada e de acordo com as suas características. Assumem funções específicas e ocupam determinada posição na frase, tendo em conta a sua natureza categorial. Para tal, o léxico é estruturado em diferentes classes de palavras, pertencendo cada palavra a uma determinada classe, também chamada categoria gramatical¹².

1.3.2. A palavra como unidade do léxico

Para o nosso estudo, interessam-nos as palavras das classes abertas, adotando a distinção em Booij 2005:4: “noção de ‘palavra’ em sentido abstrato (lexema) e noção de ‘palavra’ no sentido de ‘palavra concreta tal como usada numa frase’”, acrescentando o autor que “[a]s palavras concretas *walk, walks, walked* e *walking* podem ser qualificadas como formas de palavra do lexema WALK” (t. n.). Se, nos estudos sobre o léxico, se coloca no centro a “palavra” como uma das unidades fundamentais da estrutura linguística (cf. Lyons 2004:14), a sua definição clara é uma tarefa complexa, como reconhecem muitos autores.

O conceito parece depender muito da perspetiva teórica que se adota, consoante o domínio linguístico em que se insere o estudo, ou até mesmo consoante a tipologia das línguas (cf. Matthews 1991:3-4; Dixon e Aikhenvald 2002:3-4). No meio da diversidade de definições, parte-se sempre da noção vulgar que se tem desse termo, assente na ideia comum que cada falante tem de uma palavra na sua língua: para os alfabetizados, na escrita as palavras reconhecem-se facilmente pela sua forma gráfica e por estarem delimitadas por espaços em branco. Mas na oralidade, essa caracterização não se aplica, evidentemente. Em qualquer caso, considera-se a palavra como um signo (Aronoff 1994:9-11)¹³, possuindo determinadas propriedades em diferentes domínios da gramática e podendo desempenhar determinadas funções gramaticais. Como unidade do léxico,

¹² Como é sabido, foi Aristóteles quem criou as “categorias de pensamento” (também chamadas “categorias aristotélicas”), que deram origem às “partes do discurso”, as quais se chamariam posteriormente “categorias gramaticais” e, finalmente, “classes de palavras” (Kristeva 2007:122). O português é uma língua estruturada em 10 classes de palavras: nomes, verbos, adjetivos, artigos, pronomes, numerais (variáveis), preposições, advérbios, conjunções e preposições (invariáveis). Para uma explicação mais aprofundada sobre as “categorias ou partes do discurso”, não só do inglês, mas também aplicável a línguas como o português, ver Akmajian et al. (1992:17-20). Ver também Dixon e Aikhenvald (2002:32-34), sobre o estatuto social das palavras, nas diferentes línguas do mundo, condicionado pela cultura de cada povo.

¹³ Como sabido, na perspetiva saussuriana, a associação arbitrária de uma imagem mental sonora a um determinado conceito corresponde a um signo verbal.

considerada de forma abstrata, a palavra identifica-se, assim, por uma forma, um significado, uma classe lexical/categoria gramatical e por um conjunto de outras especificações, podendo ser realizada sob uma ou várias formas; nesta perspetiva, está em causa a distinção entre lexema (palavra abstrata) e palavra concreta, flexionada (se a sua classe lexical o admitir) – ver Matthews (1991:1, 30-31), Aronoff (1994:9-11) ou Spencer (2010:328).

Reconhece-se que a definição de “palavra” é uma tarefa complicada e que continua a suscitar variadas posições controversas¹⁴. Remete para interpretações mais complexas, ao ponto de ser polissémica, a julgar pela variedade de conceitos a ela associados. Do seu sentido etimológico (do grego *parabole*, via latim *parabola*, inicialmente significando ‘comparação’ – lembre-se o significado atual de ‘parábola’), *palavra* remete para, pelo menos, sete definições, consoante o domínio do conhecimento linguístico: (i) palavra fonológica ou prosódica; (ii) palavra sintática; (iii) palavra morfológica; (iv) palavra semântica; (v) lexema; (vi) forma de palavra e (vii) palavra ortográfica¹⁵.

No presente trabalho, interessa-nos essencialmente o conceito de “palavra morfológica”. Morfológicamente, as palavras são estruturas ou unidades maiores analisáveis em unidades menores a que se dá o nome de constituintes morfológicos ou “morfemas”¹⁶. Assim, podemos dizer que, em português, uma palavra morfológica nominal como *cabelo* é constituída por radical (simples) e índice temático (CABEL- RAD (simples) + O IT) e que *cabeleira* apresenta um radical complexo, concretamente um radical

¹⁴ Ver ainda, por exemplo, Anderson (1992:9-10), Azuaga (1996:217), Babin (2000:1-2), Basílio (2000:9-10), Halliday e Yallop (2007:1-3), Lehmann e Martin-Berthet (2003:1), Villalva (2008:16).

¹⁵ Para o caso particular do português, as definições desses conceitos podem encontrar-se em Azuaga (1996:216-223) e Villalva (2008:15-25); no caso de outras línguas, principalmente as europeias, como o inglês e o francês, ver-se Akmajian et al. (1992), Anderson (1992), Dixon e Aikhenvald (2002), Lieber (2009), Lowie (1998), Lyons (1968), Matthews (1991), Mortureux (2004), Togeby (2004) e Zwicky (1990).

¹⁶ Desde a sua origem, com os estruturalistas, passando pelos generativistas, até aos nossos dias, “morfema” é um dos termos/conceitos centrais em Morfologia, tal como “palavra”, concretamente no estudo da estrutura interna das palavras. No entanto, ao longo desse percurso, muitos linguistas têm vindo a questionar a noção clássica desse termo, definido como unidade formal mínima e indivisível, que entra na constituição das palavras, e cuja forma está associada a um significado próprio. Entende-se, pois, que nem sempre é possível esta associação, para além de outros constrangimentos (Anderson 1992; Aronoff 1976; Aronoff e Feudman 2011; Bazell 2004; Lieber 2009; Villalva 1994), o que sugere o uso de outros termos. Sem nos envolvermos em qualquer discussão teórica sobre o assunto, neste trabalho, optámos pelo termo “constituintes morfológicos”, como unidades de análise morfológica, em detrimento de “morfemas”, seguindo a perspetiva de Aronoff (1976:7-15), onde o autor discute e “põem em causa a tradicional definição de morfema, e consequentemente a sua pertinência no domínio da análise morfológica” (Villalva s.d.:2); ver também Rio-Torto 1998:16-17). Sendo assim, ao longo da nossa abordagem, o termo morfema será usado apenas em contexto de citação de um determinado autor. Usaremos também o termo “elemento morfológico” como sinónimo de constituinte morfológico, essencialmente no caso de afixos.

derivado (CABELEIR- RAD (complexo, com sufixo *-eir*) + a IT)¹⁷. As palavras simples possuem um radical simples, não segmentável em unidades menores, como em *cabelo*, *livro*, *amar*, *contar*, *bonita*, *certo*. As palavras complexas possuem um radical decomponível em constituintes menores portadores de maior ou menor significação, dependendo a sua interpretação do conjunto formado pelo radical juntamente com o(s) afixo(s)¹⁸. Considerando as palavras *realidade*, *descontável*, *coisificar*, verifica-se que estruturalmente têm os radicais complexos REALIDAD-, DESCONTÁVEL-, COISIFIC-, decomponíveis numa base radical simples (REAL-, CONT-, COIS-) e numa parte afixal derivacional (respetivamente, os prefixos e/ou sufixos *-idad-*, *des-* e *-vel*, *-ific-*)¹⁹. Para além de traços semânticos, os sufixos acrescentam às bases propriedades morfológicas e morfossintáticas, especificando, por exemplo, as suas categorias gramaticais.

Para além das palavras morfológicamente simples e das morfológicamente complexas (afixadas e compostas, com significado regido por maior ou menor grau de composicionalidade semântica), o conceito de palavra recobre igualmente unidades multilexicais, expressões idiomáticas mais ou menos fixas, provérbios, etc. (“unidades multipalavras”, *multi-word units*, em Booij 2010:19), correspondendo estes casos a unidades com um significado não composicional (por exemplo, *estar com a pulga atrás da orelha* ‘desconfiar’; *dar à sola* ‘fugir’). O princípio de composicionalidade, formulado por Friedrich Ludwig Gottlob Frege, lógico e matemático alemão (1848-1925), e desenvolvido por correntes linguísticas modernas, está diretamente relacionado com a interpretação do significado das unidades complexas, tendo em conta os seus constituintes. Assim, “Quando a interpretação de uma expressão é obtida a partir do significado dos elementos que a formam, diz-se que o seu significado é composicional (...). Quando isso não acontece, (...), diz-se que o seu significado não é composicional” (Bacelar do Nascimento 2013:216). Composicionalidade é, portanto, o princípio básico para a interpretação de expressões linguísticas complexas: “A significação de uma forma

¹⁷ Para uma descrição mais aprofundada dos constituintes de uma “palavra morfológica”, em português, veja-se Villalva (2008:22). Em Selkirk (2004:274ss.), faz-se uma abordagem sobre a teoria geral da estrutura das palavras complexas (“sintaxe das palavras complexas”), no âmbito da gramática generativa.

¹⁸ Ver, entre muitos outros, Azuaga (1996:217-218), Lowie (1998:1-2), Rio-Torto (2006) e Villalva (2008:29). Segundo Booij (2010:1), na abordagem baseada em morfemas, uma palavra complexa é concebida como uma combinação de morfemas, sendo que a análise morfológica se define como a sintaxe de morfemas.

¹⁹ Não se incluem nesses exemplos radicais de palavras complexas que podem ser caracterizados pela coexistência de dois ou mais radicais de palavras distintas como os que ocorrem em compostos do tipo: *claro-escuro*, *cheque-livro*, *conta-gotas*; *luso-afro-brasileiro*.

gramaticalmente complexa é uma função composicional das significações dos seus constituintes gramaticais” (t.n.), numa relação entre o todo e as partes (Cruse 2011:65).

“Palavra” pode ter como correspondente “unidade lexical”, conceito lato, conforme definido no *Dic. de Termos Linguísticos do ILTEC online* (“unidade que diz respeito ao nível da análise relativo ao léxico [podendo] recobrir várias realidades”²⁰), equivalente de “item lexical”, usado em muitas obras (Bauer 2004:64; Duarte 2000:53; Hoey 2005:1; Lowie 1998:5; Vilela 1979:15). No nosso trabalho, usaremos “unidade lexical” e “item lexical” também como equivalentes e podendo ambos corresponder a “palavra”, como em muitos trabalhos de descrição linguística²¹ e para abarcar, quando necessário, todas as unidades pertencentes ao léxico, seja qual for a sua estrutura, natureza ou função, incluindo as palavras funcionais.

1.3.3. Interação entre o léxico e os outros módulos da gramática

A presente subsecção visa uma breve referência à interação do léxico com os outros subsistemas gramaticais ou níveis do conhecimento linguístico: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Estes quatro subsistemas estão diretamente ligados às diferentes questões a tratar na tese, tendo como ponto comum o léxico, concretamente as unidades lexicais que o POL recebeu das LBA.

Havendo diferentes abordagens sobre o assunto, consideramos aqui a perspectiva de análise modular, associada aos estudos generativos, que considera o léxico como um dos módulos da gramática, a par dos restantes acima focados e com os quais se articula²². Nesta perspectiva, a gramática é concebida como o conjunto dos diferentes subsistemas ou módulos do conhecimento linguístico. Os diferentes módulos encerram os domínios do conhecimento linguístico sobre os quais incidem as teorias linguísticas ou gramaticais (Duarte 2000:51-53; Villalva 2008:36-37)²³; cada módulo está vinculado a uma disciplina

²⁰ Cf. <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=3366> (acesso: 22.08.2018).

²¹ Ver, por exemplo, Basílio (2000), Correia e Lemos (2005), Correia e Almeida (2012), Cusin-Berche (1999), Karaağaç (2009) e Quivuna (2014). Para uma discussão mais aprofundada sobre os aspetos gramaticais específicos das unidades lexicais, em português, ver, por exemplo, Rio-Torto (2006) e Rio-Torto e Ribeiro (2010).

²² Há teorias que distinguem o léxico da ‘gramática’ (sintaxe e morfologia) e da fonologia, cuja relação se estabelece essencialmente através das propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas das palavras, detentoras de um significado. Sobre estas perspectivas, ver Hoey (2005) e Vilela (1979; 1995).

²³ Ver, ainda, entre outros, Anderson (1992:8), que dá conta da morfologia como componente autónoma da gramática a par da fonologia, sintaxe, semântica e léxico, e também Matthews (1991:1-2), cuja análise se

linguística/gramatical e o léxico ganha grande relevância, enquanto módulo congregador de toda a informação lexical das palavras, como enfatiza Raposo (1992:89)²⁴:

O léxico é a componente do modelo gramatical onde se encontram as informações de natureza fonético-fonológica, sintáctica e semântica sobre os itens lexicais individuais. Podemos dizer que o léxico é o dicionário da gramática: as regras desta manipulam os itens lexicais, fazendo um uso crucial da informação aí contida. O léxico é assim uma parte central de qualquer teoria gramatical.

É nesse pressuposto geral que assenta a nossa visão sobre a relação entre esse subsistema e os restantes, conforme sintetizamos, a seguir:

- (i) **Léxico e fonologia:** esta relação baseia-se nas propriedades fonológicas das palavras, aspeto já evidenciado anteriormente. Uma palavra é, assim, uma materialidade sonora, que veicula um significado, associando-se-lhe valores gramaticais. Neste caso, as palavras são portadoras de informação fonológica, necessária para a sua interpretação, constituindo o chamado conhecimento fonológico, entendido como o subsistema ou o módulo do conhecimento linguístico que determina a forma fónica das palavras e das combinações de palavras.
- (ii) **Léxico e morfologia:** o conhecimento morfológico tem a ver com a estrutura das palavras, as unidades do léxico. É a morfologia o “subsistema da gramática que contém o conjunto de princípios responsável por uma boa parte dos processos de formação de palavras e que se relaciona com os outros subsistemas, em particular com o léxico, a fonologia e a sintaxe” (Villalva 2008:36). O léxico, como repositório de palavras, é onde a morfologia vai buscar as suas unidades terminais e é onde deposita o resultado dos seus processos neológicos (*idem*)²⁵. Existe uma

centra nas várias vertentes de uma língua, traduzidas em fenómenos fonéticos, fonológicos, sintáticos, semânticos e morfológicos nas palavras, definindo assim os diferentes subcampos da descrição linguística. Sobre interfaces, é muito vasta a bibliografia, como pudemos dar-nos conta; aqui, remetemos para Booij (2005, em particular p.155) e Mota (2016a).

²⁴ Nessa mesma linha de pensamento, o léxico é visto como a parte da gramática que cuida das palavras, o “vocabulário” da língua, incluindo as suas regras de formação de palavras, na perspetiva da tradição lexicalista da gramática generativa. Neste caso, apesar de encarado como uma componente autónoma e distinta da gramática, interage com a morfologia e a sintaxe (Hoeksma 2004:185).

²⁵ Numa posição que nos parece semelhante, Mota (2016a:158), baseando-se em Galani, Hicks e Tsoulas (2001:5), fala na existência da interface óbvia entre morfologia e léxico: “os lexemas, existentes ou possíveis, possuem uma estrutura morfológica e o léxico é constituído por lexemas”. De outro modo, também se percebe, seguindo Booij (2005, 2007:16), que, no léxico, estão listados lexemas simples e os lexemas complexos, que são as unidades estudadas em morfologia. Lembramos que, aqui, a nossa

relação muito estreita e multifacetada entre o léxico e a morfologia, ao ponto de existirem áreas convergentes no estudo das palavras, como, por exemplo, os processos de formação de palavra, estudados tanto em morfologia como em lexicologia. O próprio conhecimento das palavras passa também pela análise da sua estrutura interna, uma tarefa dos morfologistas, mas que também deve interessar os lexicólogos, para poderem compreender melhor a natureza das unidades lexicais. Nesta ótica, as duas áreas interpenetram-se e, por consequência, a “morfologia pode ser vista como uma componente importante do léxico, e as informações morfológicas sobre palavras são essencialmente informações lexicais” (Lowie 1998:1), sendo na morfologia lexical que se cruzam as abordagens lexical e morfológica, essencialmente a partir das “regras de formação de palavras que regem as formações derivadas dentro do léxico” (Anderson 1992:197)²⁶.

(iii) **Léxico e sintaxe:** esta relação estabelece-se pelo facto de as palavras, enquanto unidades do léxico, possuírem informação sintática na sua entrada lexical (desde logo, pertencem a determinada classe de palavras e, conforme a sua classe, estão aptas a assegurar determinadas funções sintáticas), serem o material usado na construção das frases, serem unidades sintáticas mínimas e indivisíveis (na perspetiva da “hipótese lexicalista”, Anderson 1992:8). A sintaxe utiliza as propriedades sintáticas das unidades lexicais, na seleção e combinação das palavras para formar frases gramaticais.

(iv) **Léxico e semântica:** a interação entre esses dois subsistemas está relacionada com as propriedades semânticas das palavras; ou seja, os traços semânticos que as palavras detêm é uma das propriedades do léxico da língua, cujo conhecimento por parte dos falantes é uma condição essencial para a produção e compreensão dos enunciados linguísticos.

perspetiva de análise das interfaces parte do léxico, como já referido acima. No entanto, muitos autores, como os referidos nesta nota, colocam no centro dessa abordagem a morfologia, uma postura fortemente vinculada na seguinte posição de Spencer e Zwicky (1998:1): “A morfologia está no centro conceptual da linguística (...), porque a morfologia é o estudo da estrutura da palavra, e as palavras estão na interface entre a fonologia, a sintaxe e a semântica. As palavras têm propriedades fonológicas, articulam-se para formar sintagmas e frases, a sua forma geralmente reflete a sua função sintática e as suas partes são frequentemente compostas por partes menores e significativas” (t.n.).

²⁶ As regras de formação de palavras pertencem estritamente à componente morfológica, mas da sua aplicação formam-se novas palavras que, depois, passam a fazer parte do léxico (cf. Ortega 1992:2).

(v) **Léxico-morfologia-fonologia-sintaxe-semântica:** a combinação simultânea de todos estes módulos numa relação de interação pode parecer exagerada, mas com ela queremos fazer notar que, possuindo as unidades do léxico uma matriz de traços que relevam de todos estes domínios, múltiplas interfaces são possíveis, consoante os casos. A título de ilustração, tomamos um exemplo de representação lexical/entrada lexical de Spencer (2010:328), onde ficam claras as propriedades de diferentes domínios que definem o lexema DRAW, em inglês²⁷:

3 Lexical representations

I assume that a lexical representation is at least a four-dimensional object as in (1):¹

$$(1) \left[\begin{array}{l} \text{FORM} \\ \text{SYN} \\ \text{SEM} \\ \text{LI} \end{array} \left[\begin{array}{l} \left[\begin{array}{l} \text{STEM0} \quad /draw/ \\ \text{STEM1} \quad /drew/ \\ \text{STEM2} \quad /draw-n/ \end{array} \right] \\ \text{MORCAT Verb} \\ \left[\begin{array}{ll} \text{SYNCAT} & \text{VERB} \\ \text{A-STR} & \langle \text{SUBJ}, \text{OBJ} \rangle \end{array} \right] \\ [Event \quad \text{DRAW}(x,y)] \\ \text{DRAW1} \end{array} \right] \right]$$

Para o nosso trabalho, revestem-se de principal importância as interfaces léxico-morfologia-fonologia.

1.3.4. Apontamentos sobre o léxico do português

O léxico do português é constituído por palavras de origem latina (basicamente, do latim popular ou vulgar) e por outras resultantes dos diferentes processos de enriquecimento e de inovação lexical disponíveis nesta língua e que deram origem a formações vernáculas. O contributo de muitas outras línguas, desde a sua origem até aos nossos dias, completam o acervo lexical desta língua. São notórias as marcas do léxico das línguas germânicas (p.e., *guerra*, *trégua*) e do árabe (p.e., *açúcar*, *assassino*, *faia*) dada a presença desses povos na Península Ibérica, mesmo antes da formação do reino de Portugal; depois, com os descobrimentos marítimos, a expansão portuguesa e a

²⁷ O exemplo foi retomado literalmente, como está no referido trabalho, mas a numeração e a nota de rodapé nele expressas não têm nenhuma implicação na organização de elementos dessa natureza na tese.

colonização, o português acolhe no seu léxico os chamados “elementos exóticos”, constituídos por palavras de línguas ameríndias (p.e., *abacaxi*, *jibóia*), africanas (p.e., *batuque*, *cachimbo*) – com realce, no presente trabalho, para os empréstimos das LBA (angolanismos) – e asiáticas/orientais (p.e., *biombo*, *chá*, *leque*, *marajá*). Por outro lado, razões históricas e culturais favoreceram a entrada de palavras do castelhano (castelhanismos, como *manilha*, entre muitas outras) e, mais tarde, do espanhol; o incremento da literatura e das artes permitiram a entrada de palavras de origem francesa (galicismos/francesismos), italiana (italianismos) e de outras “línguas de cultura”²⁸.

O desenvolvimento científico e tecnológico mais recente levou à entrada tardia de muitas outras palavras do fundo latino, os ditos “latinismos” ou “cultismos”, sob a forma de empréstimos ou de neologismos eruditos, para designar novas realidades. Movimento idêntico é associado ao Renascimento, em que o interesse pela Antiguidade favoreceu a criação de neologismos, indo-se buscar bases latinas. Somam-se a todo esse material elementos que vão sendo recebidos, moderna e contemporaneamente, de várias línguas europeias, com destaque para o inglês (anglicismos). O crescimento vertiginoso das invenções e as inovações científicas e tecnológicas têm sido a grande causa desses empréstimos, nos dias atuais, sobretudo com a posição hegemónica de muitos países de expressão inglesa, em particular os E.U.A. e o Reino Unido. Globalmente, podemos considerar, de forma sucinta, que

o conjunto vocabular do português nunca se manteve estacionário, antes evoluiu constantemente num ritmo ora mais, ora menos acelerado, evolução que não chegou ainda ao seu termo e que representa o esforço comum de homens procedentes de ambientes geográficos e sociais muito diversos. Entre as formas faladas-populares e as cultas-literárias observa-se uma permuta contínua e fertilizadora, em ambos os sentidos. Ao caudal vocabular do primitivo património afluíu, em ondas sucessivas, uma infinidade de elementos estrangeiros, europeus e extra-europeus, entrando em linha de conta praticamente todas as línguas com que os portugueses, no decorrer da sua história, estiveram, directa ou indirectamente, em contacto (Piel 1989:9)²⁹.

²⁸ Sobre os “arabismos” no português, ver Alves (2013), essencialmente. Em termos gerais, parece-nos que o *Dicionário de Estrangeirismos do ILTEC online* constitui um dos recursos valiosos para o conhecimento dos empréstimos presentes no léxico do português (ver: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=loanwords&act=list>; acesso: 14.07.2018). Ver também Rebello d’Andrade (1995), para além de vários outros trabalhos sobre o assunto.

²⁹ Aliás, esta análise é semelhante ao pensamento expresso em Vilela (1994:12-13). Ver ainda Mota (2013).

Em termos meramente linguísticos, é preciso considerar os mecanismos internos disponíveis em português para o enriquecimento do seu léxico. Tal como já expresse atrás e como referido em vasta literatura sobre o assunto (que aqui não poderemos mencionar), esta língua dispõe de vários processos de alargamento e inovação lexical, permitindo criar ou integrar novas palavras na língua. Trata-se concretamente de (i) processos morfológicos de formação de palavras (maioritariamente, modificação prefixal, sufixação, parassíntese, composição), (ii) processos não (tipicamente) morfológicos, que permitem formar internamente novas palavras sem recorrer a estratégias ou recursos morfológicos (conversão, eponímia, extensão semântica, acronímia, siglação, abreviação, criação onomapatopaica) e (iii) processo de empréstimo (para muitos, “importação”), através do qual se introduzem palavras de outras línguas no português.

No presente trabalho, contudo, interessam-nos particularmente os processos diretamente envolvidos na integração dos empréstimos bantos no POL, discutidos mais abaixo: prefixação (5.1.1), sufixação derivacional (5.1.2), conversão (5.1.3), parassíntese (5.1.5) e composição (5.1.6).

1.4. A grafia das palavras de origem banta em português

Complementarmente, nesta parte introdutória, fazemos uma breve observação sobre a grafia das palavras de origem banta no português. Apesar de não ser um aspeto crucial, merece certo esclarecimento, dada a confusão que se verifica na escrita dessas palavras, aqui estudadas, e de outros termos bantos, por exemplo os nomes das línguas desse grupo. Não se trata de uma discussão do assunto, em si, mas apenas de indicar um posicionamento pessoal, tendo em conta o espírito do trabalho.

A questão é complexa e sempre suscitou debate, divergindo entre uns que tendem para a grafia banta dessas palavras aqui estudadas e de outros que defendem o uso da grafia latina. Como consequência, verifica-se muita confusão ortográfica, provocando muitas dúvidas e incertezas nas pessoas. Até hoje não se conhece qualquer orientação oficial para a escrita das palavras bantas adotadas no PA. No entanto, o Ministério da Administração do Território, para evitar confusão na escrita dos nomes oficiais das diferentes localidades do país, decidiu manter ou recuperar, através de uma lei, a grafia portuguesa de algumas circunscrições territoriais, vigente até à altura da independência (cf. Lei 8/16, de 15 de Julho, “Lei da Codificação das Circunscrições Territoriais”), o que criou reações negativas em alguns segmentos da sociedade (ver, p.e., o artigo de

Domingos e Bernardo (2016), que parece refletir bem essa dissonância). Provavelmente, é uma questão que pode ser resolvida com o trabalho em curso, no âmbito do “Acordo Ortográfico de 1990”, com vista à inserção de palavras locais no “Vocabulário Ortográfico Comum (VOC)”, sob a coordenação do IILP – Instituto Internacional de Língua Portuguesa. Em relação aos sistemas de escrita das línguas nacionais, existem os alfabetos ortográficos oficiais de 6 línguas nacionais (Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu, Mbunda e Kwanyama (Oshikwanyama)), publicados pelo I.L.N. – Instituto de Línguas Nacionais, ex-Instituto Nacional de Línguas (cf. Histórico Sobre a Criação dos Alfabetos em Línguas Nacionais, 1980), servindo de base para a escrita dessas línguas. Depois, foi aprovada uma resolução governamental, para o uso, a título experimental, desses alfabetos e as respetivas regras de transcrição, que vigoram até esta altura (cf. Resolução n.º 3/87, de 23 de Maio).

Nesta tese, as nossas opções foram as descritas a seguir.

Em primeiro lugar, para a escrita dos empréstimos lexicais em estudo, adotámos as convenções ortográficas da língua-alvo, apesar de se encontrarem grafias que se aproximam mais da banta (*e.g.*: *candengue*, *funge*, *muamba*, *quilápi*, *quizaca*, *xinguilar*, etc.). Achamos que esses empréstimos, já integrados no português, estão sujeitos às normas dessa língua no domínio gramatical, pelo que consideramos que ganham em o ser também quanto à ortografia.

Em segundo lugar, para a escrita dos nomes das línguas bantas, optámos por manter a ortografia original, em detrimento das formas aportuguesadas (*e.g.*: “Kikongo”, em vez de “quicongo”; “Kimbundu”, em vez de “quimbundo”; “Umbundu”, em vez de “umbundo”; “Cokwe”, em vez de “quioco”; “Nyaneka-nkhumbi”, em vez de “nhaneca-humbi”, etc.). Esta nossa posição justifica-se pelo respeito à convenção ortográfica do Instituto de Línguas Nacionais (I.L.N). Também algumas línguas apresentam nomes cujas formas gráficas são difíceis de converter para português, ou não encontram uma equivalência possível, com o risco de se deturpar o seu sentido original (cf. nomes de algumas variedades: *Ngondzelo* – zona K, *Gcirikue* – zona K e *Oluhinga* – Zona R).

Em terceiro lugar, quanto a formas adjetivais e a gentílicos ligados a essas línguas, decidimos grafá-las de acordo com a ortografia do português, por considerá-las já aportuguesadas ou plenamente integradas na LA (*e.g.*: *povo* “quicongo” ou “bacongo” e

não povo “*kikongo/bakongo (kongo/mukongo)*”; os “*ovimbundos/umbundos*” e não os “*ovimbundu / umbundu*”, etc.).

Por último, sobre a opção pelo uso do termo “línguas bantas” (“línguas *bantu*” é o comumente aceite em Angola), seguimos a forma usada no PE, contexto da produção da presente tese, onde se admitem flexões (*banto/bantos* e *banta/bantas*). Tal como assumido por alguns autores em Portugal, pensamos que, como designativo de língua(s), a palavra *bantu*, oxítone, é adaptável às regras do português, à semelhança do que acontece com outras línguas estrangeiras. Como adjetivo, deve concordar em número e género com o nome que modifica, uma vez admitida a integração plena do termo original nessa língua (e.g., *povo banto/povos bantos*; *língua banta/línguas bantas*)³⁰.

Por conseguinte, estamos conscientes de certa polémica que algumas das nossas posições possam suscitar, mas parecem-nos as mais coerentes, para evitar certas divergências. Também temos noção clara da grafia *banta*, recomendada e usada em muitos meios científicos nacionais e internacionais.

³⁰ A integração deste empréstimo segue o mesmo paradigma dos “duplos plurais”, discutidos em 5.1.1.1. Sobre o uso das formas flexionadas (*banto, banta, bantos, bantas*) no PE, ver Andrade (2007:21, nota 19) e também o artigo de Chimbutane (1991), que discute o uso divergente dos termos “línguas *bantu*” vs. “línguas bantas”, no contexto moçambicano.

Capítulo II Enquadramento teórico-metodológico de base sociolinguística

Introdução

O presente capítulo centra-se na abordagem teórico-metodológica da Sociolinguística laboviana, que utilizamos para enquadrar o nosso trabalho. Assim, numa parte introdutória geral (secção 2 e subsecções seguintes), apresentamos as linhas mestras dessa abordagem. A partir da secção 2.3, descrevemos o trabalho por nós realizado, nas suas diferentes fases, retomando questões focadas na parte introdutória e com destaque para o *corpus* que recolhemos, que constitui a base material da análise que desenvolvemos no Capítulo V, sobre os empréstimos das LBA no POL.

Vale lembrar que a temática em abordagem se situa no âmbito dos estudos sobre o contacto linguístico, como subdomínio da Sociolinguística, cujo propósito é estudar a presença das palavras bantas na variedade do português falado em Luanda, enquanto facto linguístico particular desta sociedade.

2. Aspetos introdutórios gerais

A Sociolinguística é devedora dos estudos de antropólogos-linguistas americanos, como Franz Boas e Edward Sapir, que trabalharam sobre as línguas ameríndias e que desenvolveram conceitos e técnicas de trabalho de campo que vieram a tornar-se importantes para o estudo do inglês falado nos E.U.A, no início do século XX³¹. Por outro lado, estudos posteriores sobre contacto linguístico, como os de Haugen (1950b, 1953) e Weinreich (1953), contribuíram para a Sociolinguística definir o seu âmbito, ao defender a necessidade de se ter em conta os fatores sociais nas abordagens das questões linguísticas. Outro contributo veio da abordagem etnográfica da linguagem; apoiando-se na tradição da pesquisa etnográfica, foi introduzida para o estudo da língua por Dell

³¹ Estas abordagens viriam a estar na base do surgimento do chamado estruturalismo americano, com Leonard Bloomfield como pioneiro, ao qual se pode associar a Sociolinguística inicial.

Hymes, na década de 1960, sob a designação “etnografia do discurso” ou “etnografia da comunicação”. O autor considera que a língua é uma vertente da própria cultura e enfatiza a importância da “observação participante”, que se caracteriza pelo envolvimento de longo prazo de um pesquisador numa comunidade (Johnstone 2000:84, *apud* Bijeikienė e Tamošiūnaitė 2013:11).

A grande viragem que ditou a fixação definitiva desta disciplina e ajudou a definir o seu campo de atuação e os seus pressupostos é grandemente devedora a William Labov, cujos trabalhos são considerados como o marco da Sociolinguística moderna americana, uma nova corrente, hoje conhecida sob várias designações: Sociolinguística laboviana (Variacionismo laboviano), Sociolinguística Variacionista, ou Sociolinguística quantitativa/estatística³². O texto fundador desta nova perspetiva da variação e da mudança linguística, de Weinreich, Labov e Herzog (1968), defende que os sistemas linguísticos considerados como um todo são “ordenadamente heterogêneos”, conceção que redundava em admitir a existência de sistemas em coexistência e em concorrência numa mesma língua³³, defendendo também que a variação é não só inerente às línguas mas também regulada, i.e., organizada e explicável através de regras. A relação entre a existência de variantes e a mudança linguística implica que variantes com o mesmo valor (mas pertencendo a sistemas diferentes e disponíveis para os falantes da língua) entrem em competição, a qual pode conduzir a uma mudança, ou não. Ou seja, pode ocorrer o enfraquecimento e desaparecimento de uma das variantes, ocorrendo então uma mudança linguística, ou a permanência da coexistência de variantes, por muito tempo, configurando uma situação de variação estável.

Basicamente, uma *variante* corresponde a uma das formas alternantes, semanticamente equivalentes, num mesmo contexto (Freitag e Lima 2010:50). Por exemplo, ao nível fonológico, um determinado fonema pode apresentar certa variação alofónica na sua realização, como são os casos do uso de /i/ em início de palavras como *exame*, que, na realidade angolana, pode ocorrer, pelo menos, em forma de três alofones: [i], [e] e [ɛ], dependendo da variação dialetal (sociocultural) dos falantes; ou em

³² Os estudos de Labov que marcaram o início da Sociolinguística variacionista são fundamentalmente sobre: a variação do inglês falado na ilha de Martha’s Vineyard, no Estado de Massachusetts – E.U.A. (1963, 1972c), a estratificação social do inglês falado na cidade de Nova Iorque (1966) e o inglês vernáculo dos adolescentes negros do Harlem, Nova Iorque (1972b).

³³ Numa perspetiva de base generativista, trabalhos como os de Kroch (1989) e de Lightfoot (1999) defendem a existência de diferentes gramáticas em coexistência e em concorrência.

morfologia, o uso alternado das formas *nós* e *a gente*, em certa variedade do português (com relevo para o PB); no léxico, referem-se as formas de palavras em competição (e.g. *alembamento* vs. *dote*; *candengue* vs. *miúdo*, no PA); ou ainda em sintaxe, em que frases estrutural e formalmente diferentes se encontram em competição (e.g., casos do PE: *vende-se gelados* vs. *vendem-se gelados*, sendo a primeira frase impessoal e a segunda, passiva de clítico).

Nessa linha, é conhecido que a investigação sociolinguística contemporânea se caracteriza por uma metodologia específica, vinculada à forma como é entendido o estudo da variação em sincronia e o da mudança já em curso ou previsível, em função de indícios suficientemente fortes (implementados por ‘forças’ inerentes à língua no seu uso – Labov 2002). Uma componente fundamental dessa metodologia consiste em tomar um *corpus* (ou vários *corpora*, para comparação) como base empírica da investigação; este é geralmente constituído de produções espontâneas orais, visando obter o vernáculo³⁴ e implica que a sua constituição seja rigorosamente controlada, para permitir chegar-se à determinação de padrões de comportamento linguístico associado a variáveis linguísticas e sociais. Considera-se que um *corpus* bem constituído deverá ter o mesmo número de informantes por combinação de variáveis selecionadas. Esse princípio é fundamental para se proporem conclusões válidas, para se obterem os padrões acima referidos (sendo que a noção de padrão *a* ou *b* não exclui variação nas produções dos falantes, interna a dada comunidade; um falante pode dispor de mais de um padrão).

Os estudos da influência das variáveis sociais ou independentes (idade, sexo, escolarização, etc.) sobre as variáveis linguísticas dependentes datam dos anos 60 e 70 do século passado, com relevância para os trabalhos pioneiros de Labov (1966; 1972b, 1972c) e depois de Sankoff, Kemp e Cedergen (1978), Laberge (1977), Kemp (1979, 1981) e de tantos outros sociolinguistas, cuja lista não é possível, neste capítulo, a partir dos quais se formularam ideias importantes para as bases das abordagens subsequentes.

A Sociolinguística variacionista foi alvo de críticas por parte de teóricos da linguagem, sobretudo por centrar a sua análise no uso real das comunidades (na *E-language* e não na *I-language*, objeto da ciência linguística, como defendido pela escola chomskiana: “the system of knowledge of language attained and internally represented in

³⁴ Ou seja, “o estilo em que um mínimo de atenção é dado à monitorização da produção”, por parte do informante (cf. Labov 1972c:208, t.n.).

the mind/brain”, Chomsky 1986:24) – remete-se para Figueroa (1994), em particular para as pp.79-84, para uma sùmula dos posicionamentos destes linguistas quanto à questão acima focada. Mas nada impede, como se verifica na bibliografia disponível, que em trabalhos de teor sociolinguístico se recorra a diferentes teorias para a análise dos dados recolhidos; por seu lado, cada vez mais se encontram trabalhos de linguística teórica usando dados atestados em *corpora* para defender os respetivos pontos de vista. Assim, diferentes perspetivas e métodos podem contribuir, com as suas peculiaridades, para o conhecimento linguístico. O próprio Labov o reconhece, defendendo a articulação da teoria com a prática adotada das ciências sociais experimentais e adaptada ao estudo da variação e da mudança.

Para a nossa investigação, e sobretudo tendo em conta a situação de contacto que caracteriza Luanda, consideramos que a abordagem sociolinguística é a indicada; para o tratamento das questões linguísticas que são objeto dessa investigação, recorreremos a abordagens teóricas que consideramos adequadas, como a Fonologia generativa, referidas nos respetivos passos da tese.

Na abordagem sociolinguística que pretendemos fazer, ganham relevância particular, em função do tema da tese, questões sobre o contacto linguístico. Com efeito, a presença de empréstimos lexicais no POL constitui o resultado da pressão social dos falantes locais sobre as línguas em interação, um processo natural e incontornável a que estão sujeitas todas as línguas em situação de contacto, conforme defendido na vasta literatura especializada. Note-se que o estudo das múltiplas questões inerentes ao fenómeno do contacto ganhou grande importância nos últimos anos, no âmbito da Linguística e, em particular, da Sociolinguística, dando lugar a uma disciplina autónoma, a “Linguística de contacto”, com um campo de atuação bem definido e com um enfoque teórico e metodológico transversal.

2.1. O estudo do vernáculo

Na abordagem sociolinguística, considera-se que a língua se inscreve socialmente e que o seu estudo não deve dissociar-se da realidade histórica, sociocultural, económica, da identidade e do discurso dos seus utentes sobre esta mesma língua, situados num espaço e tempo específicos. Estudar os factos linguísticos condicionados por fatores sociais e chegar a padrões de comportamento (socio)linguístico constitui a tarefa desta disciplina, a Sociolinguística (Downes 1994:9; Mollica 2003:9; Tagliamonte 2006:3-4;

Wardhaugh 2006:10-11; Wodak, Kerswill e Johnstone 2010:2; Holmes 2013:452).

Da relação língua-sociedade, sobressaem dois aspetos fulcrais: o carácter variável da língua (a variabilidade linguística como reveladora de um sistema heterogeneamente organizado, segundo Labov) e a consciência que os falantes têm dessa variabilidade, em diferentes situações de comunicação (Tarallo 1986:13). Assim, em termos muito gerais, o objetivo do sociolinguista é explicar os diferentes usos da língua, numa comunidade de fala (Holmes 1992:16, *apud* Wardhaugh 2006:11).

Consoante os diferentes objetivos e interesses, a Sociolinguística cobre atualmente várias subáreas de investigação, envolvendo diferentes disciplinas, umas a si mais intrinsecamente ligadas e outras a ela conexas³⁵. Por esse facto, costuma dividir-se os estudos sociolinguísticos em duas grandes subáreas: a “microsociolinguística” ou abordagem sociolinguística propriamente dita, incluindo um enquadramento sociológico da comunidade, e a “macrosociolinguística”, particularmente associada à área da Sociologia, da Sociologia da linguagem, à Análise do discurso e conversacional, à Sociolinguística interacional e à Psicologia social da linguagem.

Em termos gerais, a Sociolinguística apoia-se nos métodos e princípios das ciências sociais e de outras disciplinas congéneres. Em termos particulares, dá grande relevância ao enfoque quantitativo, sendo este um contributo do Variacionismo laboviano. Labov, pondo em prática, de forma sistemática, métodos quantitativos, propôs uma nova abordagem da variação, considerando que diferentes variantes atingem diferentes frequências de uso em função de variáveis ou fatores linguísticos e extralinguísticos. O seu contributo para a demonstração de que o *African American (Vernacular) English* (AAE / AAVE) não é uma ‘deturpação’ da língua falada pela classe privilegiada, mas sim uma variedade do inglês americano diferente da da comunidade de prestígio marcou a viragem. A sua contribuição neste domínio, para além de muito importante para a linguística, revestiu-se de grande relevância social ao chamar a atenção para o não fundamento da visão socialmente desprestigiada dos falantes do AAVE e motivo de

³⁵ No primeiro caso, a Análise Quantitativa, a Dialectologia Social, a Geolinguística, a Sociolinguística Funcional, os Estudos de Contacto Linguístico, a Crioulística (estudos de pidgins e crioulos), a Sociologia da Linguagem, a Sociolinguística Interacional, a Análise do Discurso e a Análise da Conversação, a Psicologia Social da Linguagem, a Linguística Antropológica e a Etnografia da Expressão e ainda a Geografia Linguística. No segundo caso, a Etnologia, a Antropologia, Psicolinguística, Geografia Humana, e Dialectologia Geral (Trudgill 2004:2). Ver também Coulmas (1998:1-2); Tagliamonte (2006:3-4); Wardhaugh (2006:13-14).

discriminação – em particular, escolar (cf. Labov 1966; 1969; 1972b; 2006; 2010). Também no seu trabalho sobre Martha's Vineyard (1972c) conclui que o aparente 'caos' linguístico na ilha é explicável quando se articulam os dados linguísticos com o perfil dos informantes e as situações de comunicação entre habitantes locais e com estrangeiros. Em muitos outros trabalhos, demonstra como o aperfeiçoamento da metodologia da recolha de dados e a utilização de um aparato teórico adequado tornam possível descrever a variação e a mudança linguística, esta como consequência da variação existente e também do próprio processo de aquisição linguística: “successive cohorts and generations of children advance the change beyond the level of their caretakers and role models, and in the same direction over many generations” (Labov 2007:346).

2.1.1. Vernáculo e comunidade de fala

Todos os sociolinguistas compartilham uma orientação comum: as análises do comportamento linguístico devem basear-se em dados empíricos. Registar o vernáculo, em contextos de uso naturais, é um aspeto fundamental da pesquisa. O uso do vernáculo, como o estilo mais adequado para o estudo da variação linguística, é de grande relevância nas abordagens sociolinguísticas, concretamente na corrente variacionista; daí ter sido recomendado destacadamente por Labov, ao formular o conhecido “Princípio do vernáculo” (1972c:208). Definido como o discurso diário, espontâneo e real em uso na comunidade, o vernáculo deve constituir o estilo a partir do qual se devem analisar os outros estilos (Labov 1984, *apud* Tagliamonte 2006:8). Os dados que correspondem ao vernáculo constituem o fundamento da investigação sociolinguística (Tarallo 1986:19, entre outros); o vernáculo é propriedade de um grupo, não de um indivíduo³⁶.

Contudo, obter o vernáculo não é fácil. O princípio metodológico do “paradoxo do observador” chama a atenção para que, na recolha de dados sociolinguísticos, “o objetivo da pesquisa linguística na comunidade deva ser descobrir como as pessoas falam quando não estão a ser observadas sistematicamente; no entanto, só podemos obter esses dados por observação sistemática” (Labov 1972c:209, t.n.). Concretamente, a presença do

³⁶ A questão do uso do vernáculo na descrição de factos linguísticos tem merecido a atenção de muitos autores, partindo da abordagem de Labov. A partir da bibliografia consultada, destacamos, além dos autores já referidos, Sankoff (1974, 1980a), Bell (1976), Milroy (1992), Poplack (1993) e Wardhaugh (2006). Há outros tipos de dados utilizáveis na pesquisa sociolinguística, resultantes de fontes diversas, e que variam dependendo também da questão em abordagem, dos objetivos e dos métodos da investigação (Milroy e Gordon 2003:49ss.; Tagliamonte 2006:50ss.; Bijeikienė e Tamošiūnaitė 2013:45-46).

investigador (observador) pode influenciar os informantes, alterando a forma como se expressam. Quando se apercebem que estão a ser observados, os entrevistados podem tender a aproximar as suas opções linguísticas a um registo mais próximo do do entrevistador ou mais formal, afastando-se do seu vernáculo. Contudo, para desviá-los da situação de observação, Labov propõe que o investigador encontre estratégias de fazer fluir o vernáculo, aconselhando a escolha de temáticas de carácter emocional, como o seu famoso “perigo de morte” ou as lembranças da infância do informante (Milroy e Gordon 2003:49; Wardhaugh 2006:19).

A relação língua-sociedade é vista como intrinsecamente natural, sendo impossível conceber-se a existência de uma sem a outra (Monteiro 2000:13; 16-20):

if we look back at the history of linguistics it is rare to find investigations of any language which are entirely cut off from concurrent investigations of the history of that language, or of its regional and/or social distributions, or of its relationship to objects, ideas, events, and actual speakers and listeners in the ‘real’ world (Wardhaugh 2006:9-10).

Nessa relação, a noção de “comunidade de fala” toma grande importância; como está associada a um espaço, a um meio social, a um grupo, é uma noção mais restrita do que “sociedade”. Labov (1972a:158) define comunidade de fala como um “grupo de indivíduos que partilham a mesma norma linguística” e que apresentam atitudes semelhantes face à mesma (Labov 2008:188, 225). Os sociolinguistas não são, porém, unânimes quanto aos critérios de delimitação de uma comunidade. Por exemplo, Guy (2001, *apud* Coelho et al. 2012:39) amplia a conceção de Labov, defendendo que a comunidade de fala pode ser definida em função de três critérios: os falantes devem partilhar traços linguísticos que sejam diferentes de outros grupos; devem ter uma frequência de comunicação alta entre si; devem ter as mesmas normas e atitudes em relação ao uso da linguagem. Por seu lado, Coelho et al. (2012:39) defendem que a noção em causa recobre tanto aspetos sociais quanto linguísticos, envolvendo atitudes compartilhadas pelos falantes e características linguísticas que os diferenciam de outros grupos sociais. Articulando a questão da definição de comunidade de fala com o tratamento que lhe é dado no âmbito dos estudos sobre contacto linguístico, Winford (2005:26) avança que a comunidade de fala é

the unit of analysis for investigating the social ecology of linguistic contact. [Thus, it] can be defined at the different levels of generalization, from communities of practice to the local neighborhood to the nation state. They can also be identified in terms of social criteria such as ethnicity, social class, gender, and so on. What unites each of these social constructs is the fact that its members share certain linguistic repertoires and the rules for the conduct and interpretation of speech.

Em consequência, a compreensão dos produtos do contacto linguístico passa também pela compreensão das comunidades em contacto e da dinâmica de seus padrões de interação: bilinguismo/multilinguismo, diglossia/poliglossia, atitudes linguísticas, identidade de grupo e outros aspetos diretamente presentes em situações de contacto.

Em qualquer caso, a comunidade de fala constitui o *locus* da observação sociolinguística, pelo que devem definir-se com o máximo de exatidão os parâmetros que ajudam à delimitação da comunidade e da sua variedade (em geral, com subvariedades): rural ou urbana, com maior ou menor estratificação social interna, com redes estritas ou largas de socialização, etc. Esta caracterização pressupõe um estudo prévio de tipo sociológico e um primeiro contacto com a comunidade³⁷.

O conceito de comunidade de fala deve distinguir-se do de “comunidade linguística”, pois nem sempre uma é coextensiva à outra. A primeira pode confinar-se a um único espaço social ou geográfico, enquanto a segunda pode ser mais abrangente e não delimitada por fronteiras sociais e físicas (Romaine 1994, *apud* Monteiro 2000:40-41). O exemplo mais claro é o de comunidades definidas sobre uma base linguística como os PALOP, a CPLP, a Francofonia, etc., marcadas por descontinuidades geográficas, mas unidas por uma língua comum, configurando macrocomunidades diversas.

A noção de “comunidade de prática” deve também ser distinguida da de comunidade de fala; surge como resposta às divergências existentes na definição desta última e pode ser entendida como um grupo ou conjunto de indivíduos específico, que partilha determinadas práticas, entre as quais as linguísticas, tendo em vista um objetivo específico comum. Trata-se, por exemplo, de grupos presentes regularmente em reuniões de pais e professores, grupos familiares e escolares, comunidades de *hackers*, comunidades de pescadores, etc. (Meyerhoff 2004:530; Coelho et al. 2012:42).

³⁷ Existem muitas outras definições de comunidade de fala, conforme as abordagens de vários autores, citados por Monteiro (2000:40-44). Aqui, não temos possibilidade de as focar todas.

No seio das comunidades de fala, os indivíduos têm determinadas atitudes linguísticas sobre a sua própria língua ou variedade e a(s) dos outros, positivas ou negativas, sendo geralmente considerado que esses juízos determinam o seu comportamento linguístico, sobretudo em situações de bilinguismo. Sobre estas situações, Lopes (2011:25-26) – que se baseia na análise de vários autores, como, por exemplo, Thomason (2001) e Calvet (2002a) – considera o seguinte:

As atitudes constituem um dos factores que mais influenciam, positiva ou negativamente, o comportamento linguístico dos locutores bilingues (e dos locutores, de um modo geral). Ter acesso a essas atitudes permite, portanto, perceber a dinâmica social das relações das línguas em contacto susceptíveis de modificar essas atitudes, assim como as relações de força vigentes numa comunidade e as práticas linguísticas dos falantes, e ainda as características identitárias destes.

Para McKenzie (2010:26), “atitudes” é um termo genérico (*umbrella term*); retomando as ideias de Baker (1992:29-30), apresenta uma variedade de domínios em que o referido termo pode aplicar-se: (i) atitude em relação à variação linguística, dialetal e ao estilo de fala; (ii) atitude em relação à aprendizagem de uma nova língua; (iii) atitude em relação a uma língua minoritária específica; (iv) atitude em relação aos grupos linguísticos, comunidades e minorias; (v) atitude em relação aos usos de uma língua específica; (vi) atitude em relação à preferência por dada língua, entre outras.

As atitudes linguísticas, enquanto atitudes sociais, são relevantes para a caracterização de uma comunidade de fala. Quando essas atitudes são positivas, a solidariedade e a lealdade linguísticas funcionam como “estratégias mais ou menos conscientes de construção identitária, mediante as quais se assinala a pertença a um grupo (*lingua de pertença*) mas também a diferença face a outros grupos” (Lopes 2011:27-28). A avaliação positiva da sua língua ou variedade remete para a identidade linguística, que é um dos elementos de construção da identidade étnica ou grupal, para a lealdade e solidariedade linguísticas, particularmente visíveis em contextos multilingues e multiétnicos³⁸. Contudo, o sentimento de identidade linguística não funciona apenas como uma atitude positiva; pode ser problemática, se originar marginalização identitária

³⁸ É vasta a bibliografia sobre estas questões, da qual destacamos Austin e Sallabank (2011: 8-9), Brown e Miller (2013:254), Crystal (2008:267), Haarmann (2005:1361ss.), Heller (2005:1582ss.), Nelde (2005:1347) e Vandermeeren (2005:1318ss), dentre vários outros.

de indivíduos ou grupos, sobretudo em zonas urbanas multilingues (Mackey 2004:130)³⁹, sendo então negativa. As atitudes negativas face a determinado grupo linguístico podem originar estereótipos linguísticos negativos, sobretudo em contexto de uso ou de aprendizagem formal, quando se trata de uma língua ou variedade de menor prestígio social (dando lugar ao fenómeno conhecido como “intolerância” ou “preconceito” linguístico)⁴⁰. No âmbito do contacto linguístico, uma das consequências visivelmente imediatas é o bloqueio que se impõe na aquisição de uma nova língua, muitas vezes considerada invasora. Como explicado em 2.2.2, países há que impõem até medidas legislativas para limitar ou inibir a adoção de palavras estrangeiras.

No âmbito da Linguística de contacto, Thomason (2001:17) considera as atitudes como um dos fatores sociais mais fortes no condicionamento dos tipos e graus das mudanças decorrentes de contacto. Em situações que tendam a resultar na uniformização ou convergência das línguas em interação, a identidade linguística é uma das formas de distinção e manutenção da identidade social, étnica e cultural, ou de autoafirmação identitária étnica ou grupal. A afirmação da identidade faz-se através da conservação ou recuperação de elementos linguísticos específicos ao grupo ou à etnia, sobretudo no domínio do vocabulário quotidiano (Aitchison 2004:247; Bills e Vigil 2008:14). Mas não só no léxico tal é visível; Matras (2014:22) fala, por exemplo, do recurso a uma morfologia flexional distinta como prática de algumas comunidades para simbolizar a relutância em renunciar inteiramente à sua identidade híbrida. O sentimento de identidade reforça a importância da língua do grupo, face à presença de uma outra, vista como “intrusa”; mas, coexistindo com essa outra, a língua do grupo dificilmente fica isenta da sua influência.

³⁹ A respeito desse aspeto particular, ver, por exemplo, Duranti (1997:78), sobre a existência de identidades linguísticas partilhadas entre línguas indígenas e o castelhano, em algumas cidades mexicanas.

⁴⁰ A intolerância ou preconceito linguístico pode funcionar, em muitos casos, como elemento de discriminação e estratificação social, impedindo a integração e/ou a ascensão do cidadão a esferas mais altas da sociedade. Na abordagem sociolinguística desta questão, ver Lopes (2011:28-29), que se socorre de estudos de vários autores. No Brasil, o fenómeno é muito discutido, por exemplo, por Marcos Bagno [principalmente, em *Preconceito linguístico: o que é, como se faz?*, de 1999 (e edições posteriores)], que foca diretrizes do sistema educacional brasileiro, apelando para um discurso linguístico mais tolerante e inclusivo, na escola (Coelho et al. 2012:43).

2.1.2. Comunidade de fala e redes sociais

Tal como as atitudes linguísticas, também as redes sociais têm um papel importante na manutenção de uma língua no seio de uma comunidade ou grupo. Termo inicialmente introduzido em Antropologia por Radcliffe-Brownem, em 1940, e depois elaborado por Barnes, em 1954 (Bussmann 1996:795-796; Marshall 2004:18), “redes sociais” surge em oposição às noções de “classe social”, “grupo social” e equivalentes, usadas pelos sociólogos estruturalistas/funcionalistas. As redes sociais dizem respeito, antes de mais, à interação e coesão social entre indivíduos de um dado grupo que partilha determinados valores, atitudes e padrões comportamentais. Mas a abertura a outras comunidades traz consigo o alargamento dessas redes e a possibilidade de se verificarem consequências linguísticas. Nessa medida, o conceito interessou os sociolinguistas James e Lesley Milroy, que o introduziram no seu estudo sobre a situação sociolinguística da cidade de Belfast (Milroy e Milroy 1985, 1992). Este e outros dos seus trabalhos constituem referências incontornáveis na análise da variação, da inovação e da possível consequente mudança linguística relacionadas com a estrutura social. Muitos outros trabalhos de outros autores se seguiram, nesta linha⁴¹.

A ideia de base dos estudos sobre redes sociais assenta na interação entre o indivíduo e o grupo ou as instituições da comunidade onde está inserido (Milroy 1987a:45-46; 2004:549). Coelho et al. (2012:40) definem assim o conceito:

Redes sociais são redes de relacionamento dos indivíduos estabelecidas na vida cotidiana. Essas redes variam de um indivíduo para outro e são constituídas por ligações de diferentes tipos, envolvendo graus de parentesco, amizade, ocupação (ambiente de trabalho) etc. Quanto maior o número de pessoas que se conhecem umas às outras numa certa rede, mais alta será a densidade dessa rede; quanto menor o número de pessoas, mais baixa será a densidade da rede. Os indivíduos que se relacionam entre si em diversas situações (ex.: parentes e vizinhos, parceiros no trabalho e no lazer) estabelecem redes multiplexas; já os indivíduos que se relacionam de uma única maneira estabelecem redes uniplexas.

A densidade das redes sociais pode ser calculada de acordo com um conjunto de fatores que a definem como sendo alta, média e baixa; os graus são indicadores de alto, médio ou baixo nível de integração do falante na comunidade (Milroy e Margrain 1980).

⁴¹ Várias obras são citadas em Milroy e Milroy (1992); ver também as referências disponíveis em <https://www.scribd.com/document/54771678/Bibliography-of-Research-on-Social-Network-Sites>.

As redes multiplexas de densidade elevada podem funcionar como elemento inibidor da variação e mudança linguística, dada a tendência a conservar as marcas do vernáculo da comunidade e a resistir a influências externas, por forte coesão social e solidariedade aos valores do grupo (ocorrendo, segundo a literatura, nos estratos sociais alto e baixo) – Milroy e Milroy (1992:6). As redes de frouxa densidade, em que os falantes da comunidade não apresentam forte solidariedade interna, são facilitadoras da inovação e da mudança, uma vez que os sentimentos de solidariedade e identidade ao grupo são reduzidos, como acontece no estrato social médio (cf. Milroy e Milroy 1992:8; Wardhaugh 2006:129). Este tipo de abordagem possibilita, sobretudo, o estudo de grupos sociais de pequena dimensão como comunidades de bairro, grupos étnicos minoritários ou comunidades migrantes, favorecendo a identificação das dinâmicas sociais que motivam a mudança linguística⁴².

Concordamos com Bussmann (1996:796), que defende que o conceito de redes sociais tem importância central para os estudos empíricos do comportamento linguístico, em termos gerais, e dos processos de mudança linguística especificamente. Os aspetos que caracterizam os tipos de redes (coesão social e partilha de valores, conhecimentos, atitudes e padrões de comportamento) podem ser úteis para a análise dos fenómenos de contacto linguístico, uma vez que resultam da interação em comunidades ou grupos específicos, com dadas dinâmicas internas.

2.2. Questões sobre o contacto linguístico

Todas as línguas estão (ou alguma vez já estiveram) sujeitas ao contacto com outra(s) língua(s) e, mesmo em situações de hegemonia linguística, tanto as línguas mais fortes como as mais fracas se influenciam mutuamente. Por exemplo, na época das diferentes colonizações, as línguas europeias exerceram influência lexical sobre as línguas autóctones, mas, em contrapartida, enriqueceram os seus sistemas lexicais com elementos das línguas locais.

O contacto linguístico é entendido, em Thomason (2001:1-2), como a existência de duas ou mais línguas ou variedades usadas num mesmo espaço e numa mesma época por

⁴² Parece-nos, porém, que a questão da dimensão do grupo é, sobretudo, associada a procedimentos metodológicos na recolha de dados, conforme podemos depreender das explicações de alguns autores (cf. Labov 2001b:236; Tagliamonte 2006:21), sublinhando-se a vantagem de o pesquisador poder estar inserido no grupo e, através da observação direta, poder obter dados mais naturais e espontâneos.

falantes diferentes (bilinguismo/multilinguismo não individual, mas na sociedade) ou pelos mesmos falantes (bilinguismo/multilinguismo individual e eventualmente na sociedade), no seu quotidiano ou apenas em situações muito específicas, como ilustra o exemplo do árabe clássico usado nas mesquitas, em contraste com o árabe dialetal nas restantes situações do quotidiano. É um fenómeno tão antigo como a própria humanidade (Robins 1997:14-15), condicionado por fatores linguísticos, sociais/culturais e políticos (cf. 2.2.2), de uma situação em que duas ou mais línguas coexistem dentro de um dado espaço (estado, região, província ou zonas fronteiriças, como referido em Segura (2013:116-120), etc.) e onde os falantes usam essas diferentes línguas alternadamente, em situações específicas (Bussmann 1996:640)⁴³. No caso do nosso estudo, as línguas em contacto são faladas num território-estado.

Na ótica de muitos autores, entre os quais Thomason e Kaufman (1988:35, t. n.), o ponto de partida para a teoria da interferência por contacto linguístico é a história sociológica dos falantes e não a estrutura da sua língua. Matras (2009:2-3), focalizando o comportamento do locutor, num contexto de interação bilingue, como responsável da mudança linguística por contacto, nota que:

the speakers' communicative goals and intentions, their discourse strategies, and their language processing capacities are at the core of any speech production and so also of the structural innovations that constitute the seeds of potential language change. They therefore merit consideration when we set out to interpret processes of change induced by contact. (...). The relevant locus of contact is the language processing apparatus of the individual multilingual speaker and the employment of this apparatus in communicative interaction. It is therefore the multilingual speaker's interaction and the factors and motivations that shape it that deserve our attention in the study of the linguistic contact.

⁴³ No âmbito da tradição ocidental europeia dos estudos linguísticos, tendo a Grécia Antiga como berço, este autor nota que os Gregos se interessaram sempre pela linguagem como parte da vida humana, havendo já neles consciência sobre a existência de línguas diferentes do grego, faladas por outros povos, ou dialetos no seio da própria língua grega. Este facto leva Robins a levantar a possibilidade de ter havido contactos linguísticos consideráveis entre Gregos e não-gregos no comércio, diplomacia e em grande parte da vida quotidiana nas colónias gregas ou em assentamentos de Gregos, em regiões de outras línguas, como, por exemplo, na Ásia Menor e na Itália. Como se sabe, no seguimento dessa linha, houve outros contactos entre o latim e outras línguas, ao longo da existência do Império Romano, na medida em que se iam conquistando outros povos, territórios e línguas, sobretudo os crioulos. A época dos Descobrimentos marítimos, com a consequente expansão europeia, constitui o momento mais significativo desses contactos, que alcançaram a dimensão global, ditando mesmo o surgimento de novas línguas, sobretudo os crioulos.

Segundo Matras (2014:49), o conceito de “contacto” é visto tradicionalmente como uma “metáfora útil” na descrição das circunstâncias em que as línguas mudam, ao absorverem influências de outras línguas, e propõe (em 2009:3-4), na mesma linha já referida, uma abordagem baseada numa visão da linguagem como prática da interação comunicativa, cujo processamento é engatilhado e operado pelas categorias gramaticais⁴⁴. Assim, um locutor bilingue tem à sua disposição um repertório enriquecido e vasto de estruturas gramaticais, que é parte da sua competência linguística (o *code-switching* é um dos factos reveladores da competência bilingue do locutor; cf. 2.2.3.1). O papel do locutor na interação comunicativa e o estatuto de cada língua envolvida podem determinar a direção e os resultados do contacto. Neste caso, o locutor não é um mero reproduzidor do material linguístico ‘emprestado’, mas sim um ator consciente que usa adequadamente as novas formas, capaz de as recriar, de acordo com o contexto e os seus interesses comunicativos (Matras 2014:52).

Por não desenvolvermos nesta tese comentário sobre alguns produtos do contacto que não se aplicam ao caso angolano, não deixamos, contudo, de os focar, mas apenas nesta parte introdutória. Um desses produtos são os pidgins, sistemas muito simplificados e instáveis, que servem tipos de comunicação particulares; de acordo com Baxter (1996:535), um pidgin é

um género especial de língua reduzida que se forma quando grupos de falantes de línguas diversas mantêm um contacto prolongado e precisam de comunicar dentro de um domínio restrito: tal como a escravidão, o comércio, as viagens de reconhecimento. (...). As restrições sociais impedem o processo normal de aprendizagem de uma segunda língua e nenhum grupo aprende a língua do outro grupo. Contudo, por meio de um processo de negociação e acomodação linguística, os diversos grupos criam uma língua de emergência.

Para muitos pesquisadores, a existência de pidgins é antiga. É geralmente aceite que o termo “pidgin” deriva palavra do inglês *business*, traduzindo a função mais comum destas línguas como veículos para transações comerciais. Um rótulo que parece ter sido aplicado pela primeira vez ao *Chinese Pidgin English*, que serviu como língua franca entre falantes chineses e ingleses, e outros, na costa do sul da China, a partir 1715 (Winford 2005:268; Mota 1996:524). Por outro lado, tem-se conhecimento da “Língua

⁴⁴ Ver também Ehlich (2007), Green (1998), Gumperz (1982), Paradis (2004), Rohbein (1977) e Sacks, Shegloff e Jefferson (1974).

Franca Mediterrânica”, que se pensa ser um dos primeiros pidgins que serviu de contacto entre a Europa, o mundo árabe e África, ao longo da Idade Média. Admitem-se evidências de pidgins em épocas muito mais antigas, em várias partes do mundo, sendo consideradas “criações de falantes adultos (...) que adaptam de forma seletiva recursos linguísticos [disponíveis]” e “em que nenhum dos grupos tem a oportunidade ou a necessidade de aprender a língua do outro” (Winford 2005:268, t.n.). Mas a situação mais relevante para a ocorrência de pidgins é a expansão colonial europeia, concretamente nos séculos XV a XIX, que originou novas comunidades, marcadas pela interação de pessoas de proveniências diferentes, dando-se o contacto entre as línguas coloniais e as dos colonizados.

Como se sabe, a convergência de populações de origens e línguas diferentes (sobretudo do continente africano), em várias colónias e/ou sociedades de plantação, na América, provocou a interação inevitável desses povos entre si e entre os mesmos e os seus proprietários e/ou colonizadores. Em termos linguísticos, esse contacto ditou, em contextos sociais particulares diversos, o surgimento de novos produtos designados por “crioulos”. Com efeito, os crioulos podem ser definidos como línguas nativas de formação rápida, que surgiram em circunstâncias especiais de contacto linguístico, geralmente com base num pidgin. Estas línguas são faladas por comunidades cujos antepassados perderam parcialmente os seus laços sociolinguísticos e culturais originais, devido à colonização europeia (Baxter 1996:541).

Alguns autores incluem pidgins, línguas francas, sabires e também crioulos (línguas maternas de comunidades nascidas em situação de contacto) no conceito de “línguas mistas”, porque, em termos gerais, se desenvolveram a partir do contacto entre línguas europeias e não europeias, através da adoção de elementos do vocabulário estrangeiro e uma extensa simplificação da gramática da língua local ou de escravos. Contudo, existem diferenças entre eles, como descrito na vasta literatura, hoje produzida e cuja referência extensiva não cabe no escopo deste trabalho.

Por último, consideremos o caso de “morte de língua”. Situando a questão no âmbito específico do contacto linguístico, este fenómeno resulta geralmente da situação da mudança de língua, implicando conseqüentemente o abandono da língua nativa ou ancestral e a aquisição de uma nova língua, sobretudo em casos de bilinguismo assimétrico ou desigual (Winford 2005:30; Romaine 2010:320). Assim, quando uma língua se sobrepõe à outra, há um bilinguismo “limitado” ou “subordinado” (Loveday

1996:20), concretamente em situações de contacto mais ou menos restringido entre um grupo linguisticamente dominante e outro subjugado. Ou seja, a morte de uma língua constitui o caso extremo de consequência da mudança de língua por contacto linguístico.

De acordo com o testemunho de muitos autores, o perigo da extinção de novas línguas persiste, sobretudo perante as ameaças da globalização, potenciada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. A respeito das tecnologias, alerta-se, por exemplo, que as línguas que não estiverem preparadas para enfrentar o choque tecnológico digital em curso estão condenadas à extinção, tal como aconteceu com muitas, no passado (Branco 2013:35). Face a essas ameaças, com esforços institucionais e científicos, surgiu a preocupação da criação de mecanismos, não só para a defesa e preservação das línguas ameaçadas de extinção, mas também para a proteção e revitalização de línguas minoritárias⁴⁵; ou a preocupação de muitos estudiosos, refletida em diversos trabalhos, como, por exemplo, os que estão reunidos em Austin e Sallabank (2011), girando as discussões em torno de línguas ameaçadas à extinção.

O estudo sobre a morte de línguas constitui um campo de investigação autónomo, quer no âmbito geral da Linguística quer no âmbito particular da Sociolinguística, existindo hoje muitos trabalhos nesse domínio (cf. Bloomfield 1927; Krauss 1992; Dressler e Wodak-Lleodolter 1977; Dorian 1981; Schmidt 1985; Sasse 1991; 1992a; Romaine 2010). Thomason e Kaufman (1988:100), na mesma perspetiva de McMahon (1994:285), consideram esse fenómeno como resultado de uma pressão social, que obriga os falantes a aprender a língua dominante da comunidade, a qual conduz geralmente às seguintes situações: (i) a população subordinada abandona num curto espaço de tempo a sua língua nativa, para adotar a língua dominante, resultando em morte abrupta da língua abandonada; (ii) ao longo de várias gerações, a LO sofre um desgaste lento e chega à consequente morte; e (iii) a língua nativa mantém-se parcialmente por vontade e lealdade linguística e cultural, ao mesmo tempo que vai sendo substituída pela língua dominante, até desaparecer.

Finalmente, pode argumentar-se que nem sempre o desaparecimento de uma língua significa exatamente a morte da mesma, mas tão somente uma mudança estrutural profunda ou uma metamorfose, como sinónimo de fortes transformações internas

⁴⁵ O exemplo desse esforço é a “Declaração Universal dos Direitos Linguísticos”, de Barcelona, 1996 (http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf; (acesso: 25.11.2016).

ocorridas ao longo dos tempos, em função de novas forças sociais em jogo. São os casos de línguas como o sânscrito, o latim, o grego antigo e outras, das quais resultaram muitas línguas modernas atuais, de entre elas as línguas românicas, sendo um dos exemplos o português (Cristófar-Silva 2002:56). Evidentemente, muitas vezes, as línguas extintas podem subsistir através de elementos residuais, geralmente visíveis nas línguas atuais (vivas), sobretudo no léxico.

Pela centralidade da temática do contacto linguístico na nossa tese e porque optámos por seguir mais de perto alguns dos muitos autores consultados, fazemos uma pequena incursão na história do tratamento do contacto linguístico, nesta secção introdutória, destacando algumas obras de referência.

2.2.1. Notas sobre o percurso histórico dos estudos em contacto linguístico

Com base em Winford (2005:6-9), os primórdios dos estudos sobre o contacto linguístico situam-se no séc. XIX, sendo que, ao longo desse século, essa investigação constituiu parte da Linguística histórica, como em Müller (1875), Paul (1886), Schmidt (1872), Schuchardt (1884), entre outros. Na fase do estruturalismo, na primeira metade do século XX, destacam-se os contributos de Sapir (1921) e de Bloomfield (1933). O interesse pela mudança linguística induzida por contacto, no âmbito da linguística histórica, conduziu a diferentes perspetivas de entendimento da relevância e dos efeitos do contacto linguístico⁴⁶. A existência do cruzamento de traços das línguas em presença foi defendida por alguns linguistas, e esta posição passou a constituir uma ameaça à teoria genética das línguas a partir de um único elemento comum, uma protolíngua, considerando os críticos da mesma que os resultados do contacto eram fenómenos marginais e desinteressantes para a pesquisa comparativa e histórica.

Apesar das divergências, o período que vai do final do séc. XIX à primeira metade do séc. XX é marcado por uma forte tradição de pesquisa em contacto linguístico, no âmbito da Linguística histórica e noutras disciplinas, cujo foco se centrou em diferentes áreas como: (i) áreas geográficas específicas de contacto; (ii) processos linguísticos e tipos de mudança induzida por contacto; (iii) pidgins, crioulos e línguas mistas bilingues; (iv) possíveis restrições sobre a mudança devida ao contacto; (v) empréstimos lexicais;

⁴⁶ Sobre esse aspeto particular, ver a abordagem feita em Thomason e Kaufman (1988:1-8), na qual os autores focalizam a perspetiva histórica sobre o assunto, com certa ênfase na referida controvérsia sobre o papel do contacto linguístico na origem e evolução das línguas.

(vi) papel da influência do substrato ou adstrato na mudança linguística. A par destas, algumas outras questões específicas foram abordadas posteriormente, tais como: (i) problemas das minorias étnicas estabelecidas há muito tempo numa zona, confrontadas com a forte influência de uma língua nacional maioritária; (ii) estudo sistemático de manutenção da língua (*language maintenance*) vs. abandono da língua de origem (*language shift*); e (iii) o destino das línguas de imigrantes na América do Norte e em outros lugares⁴⁷. Outros temas de abordagem recente têm merecido a atenção de muitos estudiosos desta área: aquisição de duas línguas desde a nascença (bilinguismo precoce), processamento da linguagem bilingue, diglossia e bilinguismo social e políticas linguísticas em comunidades multilingues (Matras 2009:1).

Modernamente, é consensual reconhecer-se a relevância dos trabalhos de Haugen (1950b, 1953) e Weinreich (1953), neste domínio específico de estudos linguísticos, por terem formulado teorias que permitiram outros desenvolvimentos nessa matéria. Considera-se que os trabalhos desses dois autores marcam o início da Sociolinguística americana (Clyne 1987; *apud* Winford 2005:8-9; Kang 2013:2), estabelecendo as bases para o ressurgimento do contacto linguístico como um tópico central e para uma nova subdisciplina, a “Linguística de contacto” (*Contact Linguistics*)⁴⁸, impulsionando a abordagem de vários temas centrais, um dos quais o estudo do bilinguismo individual e do multilinguismo social (Matras 2009:1). Novas questões estão no centro dessa disciplina e nas preocupações dos linguistas de contacto, tais como a aquisição, o processamento e a produção da linguagem; conversação e discurso; funções da linguagem e política linguística; tipologia e mudança linguística; identificação dos fatores linguísticos e extralinguísticos que determinam as causas e as consequências do contacto entre falantes de diferentes línguas e/ou variedades linguísticas (Matras 2009:1). Os novos desafios impostos pela globalização, com o recurso das modernas tecnologias da comunicação, associados também a vários fatores de mobilidade social, como, por exemplo, os fluxos migratórios que se verificam em quase todo o mundo, podem produzir

⁴⁷ Winford mostra ainda que o percurso deste campo de investigação proporcionou condições para o surgimento e desenvolvimento de outras disciplinas, como, por exemplo, a Sociologia da Linguagem (cf. Fishman 1964; Fishman et al. 1966), com o foco na preservação e variação linguística, fornecendo dados importantes sobre os fatores sociais e psicológicos que determinam os resultados do contato de línguas; a Teoria da Acomodação do Discurso (Street e Giles 1982), um contributo da psicologia social na escolha linguística, etc. (p. 8).

⁴⁸ O termo Linguística de contacto foi introduzido no Primeiro Congresso Mundial sobre contacto entre línguas, especificamente no tópico sobre “Contacto e Conflito Linguístico”, em Bruxelas, junho de 1979 (Nelde 1997:287; 2005:1347).

novas situações de contacto e consequentemente novas abordagens também (Matras 2013:8-9), que apelam os linguistas que trabalham nesta área para desafios mais atuais⁴⁹.

De forma sucinta, vale destacar alguns pesquisadores, cujos trabalhos constituem um marco incontornável no estudo de qualquer assunto sobre o contacto entre línguas⁵⁰.

I. Weinreich (1953)

Uriel Weinreich, por muitos considerado a figura central nos estudos do contacto linguístico modernos, propôs, pela primeira vez, os conceitos fundamentais e a agenda de pesquisa neste subcampo (Kim 2011:102). Na sua monografia *Languages in contact. Findings and problems* (1953), ele formulou várias teorias importantes sobre o contacto linguístico, das quais destacamos apenas algumas: (i) definição do contacto linguístico como resultado da ação discursiva do falante bilingue, em ambientes bilingues, cuja consequência é o “fenómeno de interferência” entre as línguas envolvidas, um aspeto interessante a estudar⁵¹; (ii) na análise das interferências linguísticas, é necessário o conhecimento dos aspetos estruturais das línguas envolvidas, procurando-se determinar os elementos convergentes (semelhanças) e divergentes (diferenças); (iii) a interferência linguística como consequência de contacto é condicionada por fatores internos (linguísticos) e externos (extralinguísticos) ou variáveis socioculturais, cuja identificação passa necessariamente pela descrição das comunidades de fala envolvidas (*idem*); (iv) contra a visão da época, que colocava no centro da investigação dos fenómenos do contacto linguístico os aspetos estruturais das línguas em contacto, ele defendeu que era o locutor (bilingue) o ponto de partida para uma pesquisa adequada, tendo em conta o

⁴⁹ Vale referir ainda que a Linguística de contacto também se preocupa com o estudo das variedades linguísticas parcialmente reestruturadas, sobretudo as resultantes do contacto entre línguas europeias e certas línguas autóctones, em várias partes do mundo. No caso particular de África, esta questão também não passa despercebida, a julgar pelos estudos já realizados, com a preocupação de se compreenderem os fatores e os resultados específicos desse contacto. Mais concretamente sobre o contacto entre o português e as línguas locais, sobretudo nas antigas colónias portuguesas, há já um trabalho considerável nesse sentido. Para o caso específico da nossa tese, basta olharmos para os vários trabalhos aos quais nos apoiámos na abordagem das questões sobre o “português de Angola”, feita ao longo da secção 3.2 e respetivas subsecções.

⁵⁰ O contributo de William Labov pode ser aferido nas suas ideias comentadas ao longo da secção anterior. Efetivamente, os aspetos abordados no âmbito da teoria variacionista ocorrem tipicamente em comunidades de fala bilingue/multilingue, resultantes do contacto entre línguas em interação. Também vale dizer que muitos princípios metodológicos labovianos são aplicados no estudo das questões do contacto linguístico.

⁵¹ A definição do termo “interferência”, segundo Weinreich, é apresentada em 2.2.3, no âmbito da descrição do fenómeno como produto do contacto linguístico.

contexto discursivo e o ambiente comunicativo⁵²; e (v) metodologicamente, Weinreich defendeu a necessidade do estudo empírico, quantitativo da língua natural no seu contexto social, cultural e político completo, como a única via a seguir para uma melhor compreensão dos mecanismos e causas da mudança linguística⁵³. As teorias de Weinreich (1953) constituem, por conseguinte, a base para muitos trabalhos subsequentes, como por exemplo, a famosa monografia de Thomason e Kaufman (1988).

II. Haugen (1953)

Este trabalho de Einar Haugen constitui uma obra de referência, como já foi dito acima. Subdividido em dois volumes, o trabalho aborda a questão da aculturação dos imigrantes noruegueses nos E.U.A., fruto do contacto com a cultura local, tendo como uma das consequências o abandono definitivo do norueguês e a adoção do inglês. Este facto é propiciado por vários fatores socioculturais, dentre os quais a predominância do inglês como língua dominante (McDavid, Jr. 1955:1339-1340). No 2.º volume, Haugen aborda muitas questões ligadas a aspetos específicos do contacto, com realce para a relação que existe entre a situação de bilinguismo e o processo de empréstimo linguístico, alargando e aprofundando noções formuladas em trabalhos anteriores, sobretudo no seu artigo referido no parágrafo seguinte. Em termos de metodologia, destacam-se os métodos e os recursos adequados à investigação sociolinguística: observação, elaboração de questionário, trabalho de campo, com entrevistas e gravações (mecânicas), revisão e análise do material e análise do perfil dos informantes. Muitas ideias de Haugen constituem, ainda hoje, fundamentos teórico-metodológicos de estudos sobre questões de contacto linguístico e mesmo sobre os fenómenos de variação linguística, genericamente.

Anterior a esta obra está o artigo *The analysis of linguistic borrowing* (1950b), que é um texto centrado num aspeto específico do contacto entre línguas: “empréstimo linguístico”, onde o autor apresenta a definição do referido termo, assente na noção da “tentativa de reprodução” de padrões (adquiridos) de uma língua na outra (p. 212)⁵⁴. Deste

⁵² Esta perspectiva viria a ser também adotada posteriormente por vários estudiosos, de entre eles Matras (2009; 2014), ao focalizar o papel do locutor bilingue em interação comunicativa.

⁵³ Considera-se que este postulado lançou as bases para o surgimento da Sociolinguística variacionista, com William Labov, cujos métodos e princípios, expressos em vários trabalhos, privilegiam a abordagem dos factos linguísticos na fala espontânea (o vernáculo) de comunidades de fala. Para Labov, o objeto de estudo não é a produção individual (diferentemente da Dialetologia clássica, que utiliza um falante por ponto de rede de inquérito), mas sim a do grupo, visando a determinação de padrões de comportamento linguístico alargados a setores da sociedade.

⁵⁴ Essa definição de Haugen sintetiza os três aspetos subjacentes ao termo “empréstimo”, que são

modo, empréstimo é o processo que ocorre quando os bilingues reproduzem um padrão de uma língua noutra (p. 230). Além de outros vários assuntos, Haugen formula uma tipologia (taxonomia) dos empréstimos, baseada nos critérios de “importação” e “substituição” morfé mica e fonémica, classificando as palavras de acordo com os elementos importados ou substituídos (p. 214-215). Estes conceitos têm sido adotados por autores contemporâneos, como Winford (2003; 2005) e Haspelmath (2009).

III. Thomason e Kaufman (1988)

Depois de Weinreich (1953) e Haugen (1950b, 1953), o trabalho de Sarah G. Thomason e Terence Kaufman (1988) é, talvez, o que tem sido mais referenciado, no que tange ao estudo dos problemas do contacto linguístico. A obra constitui o forte ímpeto nesta área de pesquisa linguística, no período a seguir aos trabalhos dos dois autores anteriores, realçando-se nela os seguintes aspetos: (i) apresenta uma variedade de fenómenos de contacto e constitui uma tentativa de estabelecer simultaneamente uma tipologia dos resultados desse processo e um quadro empírico/teórico para a análise dos seus resultados (Winford 2005:9); (ii) dá-se um grande destaque aos aspetos diacrónicos da mudança linguística por contacto, na perspetiva da Linguística histórica, ao retomar-se a análise da querela sobre a existência ou não de línguas mistas, à qual subjaz a questão genética das línguas; (iii) relança-se a discussão sobre os fatores determinantes na ocorrência de fenómenos do contacto e, partilhando a posição de Weinreich (1953), destaca-se a relevância de fatores externos (não estruturais) como decisivos para o surgimento de produtos de contacto (p.3); (iv) os produtos do contacto linguístico, inseridos globalmente no âmbito dos resultados da mudança linguística por contacto, podem traduzir-se basicamente em empréstimos (lexicais e estruturais) de uma língua noutra e no surgimento de novos produtos linguísticos (sobretudo, de pidgins, crioulos e línguas mistas bilingues), cuja distinção dependerá obviamente de fatores diversos, quer linguísticos quer extralinguísticos; e (v) como mecanismo de mensurar as probabilidades de empréstimo, propõe-se a famosa “escala de empréstimo” (*borrowing scale*), que hierarquiza os elementos gramaticais emprestados, e está estruturada em cinco níveis/fases (p. 74ss.). Esta proposta é bastante importante, pois tem servido para a

resumidamente: (1) tentativa de reprodução de novos padrões linguísticos em novas situações linguísticas pelo locutor; (2) alguns desses padrões são de uma outra língua; e (3) quando reproduzidos num contexto diferente da língua de aprendizagem conformam o empréstimo. No entanto, tal definição não focaliza o comportamento do locutor, mas sim o resultado da sua ação ou do processo em si.

descrição do grau de “emprestabilidade” dos elementos linguísticos em situação de contacto e constitui uma das ideias centrais desses dois linguistas, sendo referência em inúmeros trabalhos atuais.

IV. van Coetsem (1988)

A abordagem de Frans van Coetsem centra-se no estudo do empréstimo fonológico (*loan phonology*), uma questão que tem recebido um tratamento marginal no âmbito da fonologia, em geral, segundo o próprio autor. Para ele, enquanto as implicações sociolinguísticas deste tipo de empréstimo são objeto de uma atenção ampla, a sua relevância nos sistemas fonológicos é pouco investigada (p. 1). De igual modo, as noções que devem ajudar a explicar esses aspetos mantêm-se mal definidas, uma vez que não se tem em conta o agente da ação. De facto, van Coetsem defende que a marginalização da questão dificulta a criação de um quadro teórico-metodológico adequado para o tratamento do assunto e, em função disso, propõe um quadro terminológico capaz de colmatar a referida lacuna (p. 2). A partir desse quadro, introduz vários termos, dois dos quais são básicos na abordagem sobre o empréstimo linguístico; trata-se de “empréstimo” e “imposição”, definidos como dois tipos de transferência do material do contacto linguístico, condicionados pelo papel do locutor, em função do estatuto das línguas em contacto: a língua de origem (*source language*) e a língua destinatária (*recipient language*). É nesta base que empréstimo e imposição se diferenciam um do outro, a partir da relação de agentividade do locutor (p. 22ss.)⁵⁵. Apesar de não ter sido acolhido por muitos, o termo “imposição”, em substituição de “empréstimo”, conforme proposto por van Coetsem, continua a ter alguns seguidores, destacando-se Winford (2005; 2010).

V. Winford (2005)

Este trabalho de Donald Winford começa por uma panorâmica geral sobre a discussão das questões do contacto entre línguas, como uma matéria controversa, entre leigos e especialistas. No essencial, está-se perante um fenómeno ao qual estão sujeitas todas as línguas e que traduz a capacidade da “criatividade” humana, visando quebrar barreiras comunicativas, decorrentes de sistemas linguísticos distintos. Apoiando-se em muitos dos seus antecessores, este linguista mostra essencialmente que: (i) os resultados do contacto linguístico podem ser variados, desde o empréstimo do vocabulário à criação

⁵⁵ Dada a relevância do assunto no âmbito da nossa tese, a distinção entre ambos os termos é desenvolvida concretamente na subsecção 2.2.3.1.

de línguas inteiramente novas (pidgins, crioulos, línguas mistas bilingues), consoante diferentes graus de influência de uma língua noutra; (ii) os locutores são os autores do contacto e da consequente mistura de traços linguísticos, na mesma linha de autores como Weinreich (1953); (iii) o contacto linguístico é propiciado tanto por fatores internos/linguísticos (p.e., a natureza da relação entre as línguas envolvidas, especificamente o grau da semelhança tipológica) como por fatores externos (sociais e psicológicos), que têm a ver também com a dimensão e a intensidade do contacto entre os grupos, as relações de poder ou prestígio, os padrões de interação entre eles, etc. (p. 2), na perspectiva de Thomason e Kaufman (1988); e (iv) a Linguística de contacto é uma disciplina com um quadro teórico próprio, no qual se fundamentam: (a) o seu objeto de estudo, (b) o seu objetivo, (c) as suas áreas de interesse, (d) o seu campo de atuação e (e) a sua linha metodológica (p. 5, 9-10), aspetos que se podem interpretar no que foi dito acima, mais propriamente em 2.2.

Dos vários temas que o trabalho aborda, destaca-se ainda a questão da manutenção da língua da e pela comunidade. Em relação ao empréstimo, saltam à vista as divergências no tratamento do termo, pondo-se em confronto a definição de Thomason e Kaufman (1988), considerada vaga, e a de van Coetsem (1988), que envolve a agentividade linguística do locutor (p. 16-17). A análise da situação de contacto e dos seus resultados é um dos assuntos que percorre e encerra o livro. Realçam-se a descrição de aspetos que têm a ver com “os contextos sociais de contacto linguístico” e “comunidade de fala e contacto linguístico” (p. 10ss.) e a caracterização detalhada dos produtos do contacto linguístico: (i) os empréstimos lexical e estrutural, apresentando os critérios de integração (fonológica, morfológica e lexical) de algumas classes de palavras, com realce para nomes e verbos (p. 46ss); e (ii) *code-switching*⁵⁶, criação de novos produtos linguísticos (pidgins, crioulos, línguas mistas bilingues) e muitos outros.

⁵⁶ Neste caso particular, Winford é considerado um dos primeiros linguistas a combinar uma discussão de *code-switching* com uma visão geral dos aspectos históricos do contacto (Matras 2009:1-2).

VI. Matras (2009)

Yaron Matras pode ser considerado atualmente como um dos pesquisadores que se tem destacado no domínio da pesquisa sobre questões de contacto e multilinguismo. Dentre a sua vasta obra, interessa-nos destacar alguns aspetos analisados no seu livro *Language contact*, de 2009. É uma obra que apresenta muitas ideias inovadoras, que procuram explorar outros assuntos até aqui não considerados, abrindo novas perspetivas ao debate. Assim, destacam-se os seguintes aspetos importantes: (i) o autor apresenta uma ampla gama de campos de ação da Linguística de contacto, seguindo-se uma série de princípios teóricos, para uma abordagem integrada e funcional das questões deste âmbito, procurando cobrir certas lacunas nessa área de estudo; (ii) contra a tendência de muitos trabalhos se concentrarem mais nas implicações do contacto a partir de estruturas internas dos sistemas linguísticos, ele foca a sua atenção na interação comunicativa e no comportamento dos locutores bilingues em situações de contacto, cujo desempenho condiciona os resultados desse contacto (p. 2-3), como já referido acima; (iii) Matras focaliza claramente aspetos das teorias da comunicação, de aquisição da segunda língua e do processamento da linguagem bilingue, não consideradas em muitas abordagens anteriores; (iv) focaliza também, a partir da perspetiva funcionalista sobre o contacto linguístico, o aspeto da língua como atividade social e a comunicação como o meio através do qual o locutor atinge os seus objetivos comunicativos (p. 3); (v) o autor apresenta uma discussão de temas diversos, a partir do contributo de vários autores e de pontos de vista variados, que ele assume; (vi) a abordagem desse trabalho assenta no pressuposto de que o locutor dispõe de um repertório linguístico que manipula de forma orientada e eficaz, em função do contexto comunicativo e dos seus interesses (p. 4); e (vii) seguindo as pegadas de muitos dos seus predecessores, Matras analisa alguns aspetos muito relevantes para o nosso trabalho, como, por exemplo, (a) o *code-switching* com as suas diversas implicações, (b) critérios de distinção entre empréstimo e *code-switching*, (c) a definição e as condições de ocorrência do empréstimo, (d) os diferentes processos de integração de empréstimos lexicais, (e) os mecanismos de empréstimo de estruturas gramaticais, e (f) a emergência de produtos de contacto, como resultado do uso criativo e da exploração do repertório multilingue pelo locutor, aspeto que remete para a revisão das atuais abordagens.

2.2.2. Tipos de contacto e fatores intervenientes

Para Weinreich (1953:1), se duas ou mais línguas estiverem em contacto e forem usadas alternadamente pelos falantes, têm muitas hipóteses de se influenciarem reciprocamente, independentemente das suas diferenças genéticas ou tipológicas, ou ainda da distância espacial que as separam. Dependendo de fatores extralinguísticos envolventes e de fatores linguísticos, a transferência de traços pode ser mais ou menos facilitada (há evidências de que línguas geneticamente muito próximas têm maiores probabilidades de transferência de traços, mas esta é também possível entre línguas tipologicamente afastadas, desde que haja condições sociológicas propícias, como se verifica no caso angolano).

Se o contacto linguístico está condicionado pela interação de duas ou mais línguas em presença, implicando “o contacto social dos respectivos falantes, enquadrados em situações de comunicação de ordem diversa” (Mota 1996:507), é evidente que a este facto subjazem fatores estruturais e não estruturais. O contacto entre sistemas linguísticos diferentes, propiciado por vários fatores desses dois tipos, tem consequências traduzidas em fenómenos linguísticos de diversa natureza (cf. 2.2.3).

Os *fatores estruturais*, específicos ao sistema de cada uma das línguas envolvidas, podem relacionar-se com as restrições gramaticais decorrentes da tipologia das línguas; como já brevemente focado, é geralmente defendido que há maiores probabilidades de integração de elementos entre línguas tipologicamente semelhantes, resultando frequentemente em convergência de formas de palavras ou estruturas. São exemplos disso os casos de empréstimo de palavras entre muitas línguas europeias, em que a adoção é muito fácil. No caso de línguas estruturalmente diferentes, pode haver dificuldades na transposição de elementos de uma língua para outra, como ocorre entre línguas bantas e línguas europeias: os domínios fonológico, morfológico e sintático são aqueles que maior resistência oferecem a empréstimos.

Como já referido na *Introdução*, o empréstimo lexical antecede o empréstimo estrutural e é considerado um pré-requisito para o segundo tipo. Enquanto o empréstimo lexical pode decorrer de um nível de contacto leve, e até mesmo do contacto indireto, o empréstimo estrutural situa-se num nível de contacto sociocultural intenso e prolongado, em conformidade com a escala de empréstimo de Thomason e Kaufman (1988) e Thomason (2001) também. Há, assim, maior resistência ao empréstimo dos domínios

fortemente regulados (fonologia, morfologia e sintaxe), apesar de ser possível escalonar essa resistência, como é proposto na referida escala. Mas, sendo o léxico um ponto de confluência da fonologia e da morfologia, o mesmo não está isento de ser alvo de resistências ou restrições vindas desses domínios (cf. 1.3.3, acima). Por exemplo, a mudança de um segmento fonológico na estrutura de dada palavra ou a adoção de um afixo que não faz parte da sua morfologia pode produzir tensão interna na língua-alvo, facilitando ou dificultando a integração de um dado item lexical (van Coetsem 1988:80). Este aspeto é particularmente importante, quando se lida com empréstimos das línguas bantas no POL (p.e., os empréstimos com consoantes prenasalizadas, tratados mais abaixo, em 5.1.1.2 e 5.2.2.1). Essas palavras estão sujeitas, muitas vezes, a uma reestruturação, no processo de adaptação à nova língua, ao mesmo tempo que ela se reorganiza para acolher os novos elementos (Haugen 1950b:225-226). De facto, a presença de novos elementos pode levar ao reajustamento do sistema da própria LA, quando, por exemplo, se trata de traços morfossintáticos (flexão nominal e verbal, com consequências nos padrões de concordância⁵⁷) ou fonológicos (inserção e/ou substituição de fonemas da LO na LA), como se discute no último capítulo desta tese. O fenómeno da ressilabificação atestada em algumas estruturas silábicas dos empréstimos é um exemplo claro do reajustamento estrutural dessas palavras ao sistema da nova língua.

Tal como já referido acima, em situações de contacto entre línguas, é o falante bilingue a fonte do empréstimo, tanto lexical como estrutural, o qual incorpora no seu repertório novos elementos linguísticos, usados em situações comunicativas apropriadas e/ou consoante as motivações discursivas. É o falante que está habilitado a empregar adequadamente as palavras e as estruturas gramaticais das duas línguas em contextos de comunicação apropriados (Matras 2014:4). Por consequência, evidencia-se a possibilidade de qualquer aspeto linguístico ser “emprestável”, desde que as necessidades comunicativas o requeiram, dependendo das condições externas.

Os *fatores não estruturais*, também designados por *fatores extralinguísticos*, envolvem aspetos externos à língua, sociais e psicológicos, como teorizou Weinreich (1953), já atrás referido. A seguir, passamos a apresentar alguns desses fatores, cuja descrição constitui a síntese de vários textos consultados, embora não possamos referir todos os autores:

⁵⁷ Sobre esta questão da concordância, particularmente nas variedades do português falado nas antigas colónias portuguesa, em África, ver a bibliografia referida na nota 143, mais abaixo.

(i) Fatores **socioculturais e políticos**: têm a ver com as relações de poder e prestígio e traduzem-se na pressão social, cultural e política de um grupo forte sobre outro menos forte, levando, muitas vezes, a influenciar a língua deste último. Este facto pode decorrer, por exemplo, do contexto de conquista e dominação. Normalmente, o grupo dominado pode sofrer uma forte pressão cultural e política dos dominadores, que afeta a própria língua, a ponto de provocar alterações ou mudanças.

(ii) Fatores **migratórios**: estão ligados à mobilidade das populações, quer por razões económicas quer por razões de segurança. Ilustram-nos os vários casos já estudados como os de grupos de imigrantes na América (Herzog 1941; Reed 1948; Pap 1949; Haugen 1953; Poplack, Sankoff e Miller 1988; Poplack e Sankoff 1988); Thomason 2001; Sankoff 2001; Lipsik 1985, 2014), ou dos portugueses em França (Mota 1990, por exemplo); a livre circulação no espaço da UE, que tem provocado a instalação de cidadãos comunitários em novas comunidades; e o atual fluxo migratório de vários pontos do mundo para a Europa, sobretudo, por causa das guerras, fome e pobreza nos países de origem. Estes dois últimos fenómenos podem ditar novas situações de contacto dos quais resultarão consequentemente outros produtos linguísticos.

(iii) Fatores **económicos** e de **desenvolvimento científico e tecnológico**: decorrem sobretudo de trocas comerciais ou de hegemonia económica. Geralmente, economias mais fortes ou desenvolvidas tendem a influenciar as mais fracas e, por consequência, pode haver transposição de elementos de uma língua para outra, sobretudo o léxico ligado a designações de produtos e de tecnologias ou afins. Por exemplo atualmente no domínio das novas tecnologias de informação e comunicação, termos do inglês estão presentes em quase todas as línguas do mundo, dado o desenvolvimento científico de países anglófonos, com destaque para os E.U.A. Hoje, reconhece-se que os variados recursos de informação e comunicação, como a *Internet*, as redes sociais, os sítios, os blogues, os *chats* e outras ferramentas digitais, constituem novos meios de contacto linguístico, mesmo à distância, numa interação mais intensa e dinâmica⁵⁸.

⁵⁸ Ver abordagem de Matras (2013:9), sobre este fator, realçando-se o facto de, cada vez mais, se verificar certa crise na lealdade linguística grupal, por causa desses meios, num mundo globalizado.

(iv) Fatores **demográficos**: estão relacionados com o tamanho dos grupos envolvidos, e em geral grupos populacionalmente maioritários tendem a influenciar os grupos minoritários. Por outras palavras, comunidades com número reduzido de falantes inseridos numa comunidade mais numerosa acabam, na maioria das situações, por serem absorvidas por esta última, adotando a língua da maioria (e podendo perder a de origem, havendo então “mudança de língua” – *language shift*). Geralmente, essa mudança pode resultar da pressão política ou sociocultural de um grupo maioritário ou forte, em situações de acolhimento ou dominação, nas quais o grupo minoritário ou dominado muda para a língua local ou do grupo dominador, abandonando a sua língua de origem. Como consequência disso, os falantes da LO (*shifting population*) tornam-se bilingues numa primeira fase, mais ou menos longa, enquanto os detentores da LA continuarão monolingues, embora possam ser afectados pelas interferências da LO. Por outro lado, os novos falantes da LA podem abandonar bruscamente a sua LO, provocando o desaparecimento ou a morte dessa mesma língua.

(v) Fator **atitudes perante a nova língua**: em situações de contacto, sobretudo de grau intenso, a manutenção da *língua de origem* (LO) ou a mudança para a *língua-alvo* (LA) dependerá também da atitude que o falante possa ter em relação a esta última, se de hostilidade ou de simpatia. A primeira atitude leva geralmente a conservação da LO, enquanto a segunda facilita a aquisição e/ou a transição para a LA. Por exemplo, quando um grupo de imigrantes é bem acolhido numa nova comunidade tende a adotar voluntária e facilmente a língua local, por razões de integração social. Mas se for hostilizado, então oferece resistência à língua local (cuja aquisição será mais uma obrigação por razões de sobrevivência), conservando a LO, que funciona como símbolo de autoafirmação e distanciamento em relação à comunidade de acolhimento⁵⁹.

(vi) Fator **lealdade linguística**: um fator que está subjacente ao anterior, o sentimento de lealdade à língua do grupo, por razões culturais e identitárias, constitui um elemento importante na conservação ou mudança da língua, em

⁵⁹ A questão referente a “atitudes linguísticas” tem merecido muita atenção, a julgar pelos vários autores que lhe dedicam bastante espaço nos seus trabalhos, sob diversas perspectivas (cf. Fasold 2004; Garmadi 1983; Lima 2000; Lopes 2011; Martínez 2008; Milroy e Gordon 2003; Moreno-Fernández 1990, 1998; Thomason 2001; Vala 1986).

situações de contacto. Mesmo até a incorporação de empréstimos lexicais ou estruturais pode estar condicionada a este fator e, no caso do POL, parece evidente a lealdade às línguas bantas locais. Há casos em que, através de medidas políticas ou legislativas e linguísticas, se tenta restringir a introdução de termos exógenos numa língua: por exemplo, a França, relativamente a empréstimos do inglês (Winford 2005:40-41), ou o Brasil, onde, em 2001, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto-lei que restringia o uso de estrangeirismos, levado ao Senado Federal, “onde foi aperfeiçoado” (Júnior 2007:18)⁶⁰.

(vii) Fator **padrões de interação dos grupos**: definidos dentro duma comunidade de fala, são um aspeto que se deve ter em conta já que os mesmos fazem parte da interação social dentro do grupo e permitem então a difusão de práticas culturais e linguísticas. Esses padrões podem facilitar ou condicionar o contacto da língua da comunidade com outra(s), porque a comunicação em ambientes multíngues depende também das normas sociais às quais se está vinculado (Matras 2009:4).

Em suma, sobre o que motiva o empréstimo lexical, a pergunta de investigação é esta: por que razão são acolhidas palavras exógenas, quando as línguas ou já dispõem de léxico equivalente ou, não sendo o caso, possuem processos para formar novas palavras, se há a necessidade de designar novas realidades? Sabe-se que, no processo de contacto, estabelecem-se relações de força e de equilíbrio entre as línguas envolvidas; o estatuto das línguas em cena joga um papel crucial na adoção de empréstimos lexicais, da língua forte “High language (H)” para a língua fraca “Low language (L)”, sobretudo em situações de bilinguismo desigual. Muitos autores apontam a necessidade e o prestígio como as duas motivações sociais promotoras de empréstimos lexicais (cf. Weinreich 1953:56, van Coetsem 1988:13-14; Winford 2005:37-39). Estas duas motivações dão lugar aos chamados “empréstimos culturais” (*cultural loans*) e “empréstimos de prestígio” (*prestige loans*). Os empréstimos culturais, como “preenchedores de lacunas lexicais” (*lexical gap-fillers*), decorrem de necessidades designativas. São “rótulos” que assinalam as novas atividades sociais e aquisições culturais, referindo, às vezes, funções comunitárias e institucionais. Os empréstimos de prestígio, que frequentemente

⁶⁰ Até à data da publicação do texto de Júnior, o referido projeto-lei ainda não tinha sido aprovado pelo Senado brasileiro. A bibliografia consultada (na *Internet*) não nos permitiu saber se o documento chegou a ser aprovado ou não por aquela alta instância do Parlamento brasileiro. Ver também em <http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling04.htm> (acesso: 24.11.2016).

coexistem paralelamente com palavras vernáculas, são mais adotados por razões de afirmação sociais, pois os falantes imitam geralmente elementos do discurso duma comunidade dominante, socialmente mais forte, com o propósito de aprovação e estatuto social (Winford 2005:38-39; Matras 2009:150-151).

Haspelmath (2009:46-50), analisando largamente esta questão, aponta fatores sociais e comportamentais (como o prestígio da língua doadora vs. as atitudes puristas dos recetores, que recusam a adoção de empréstimos), mas também fatores gramaticais ligados à restrição de empréstimo de certas classes de palavras ou do chamado “vocabulário de base/nuclear” (*core vocabulary*). Este autor aponta ainda um terceiro tipo de fatores que tem a ver com razões “terapêuticas”, visando substituir as chamadas “palavras tabus”, proibidas em algumas línguas, por razões culturais, ou traços estigmatizados, ou com vista a evitar casos de homonímia (recorrendo-se, então, a léxico de uma outra língua). Ambos os tipos de motivação para os empréstimos estão presentes no quotidiano de quase todas as comunidades.

A este conjunto de elementos acrescem outros que, uma vez criada e estabilizada a situação de contacto, são determinantes para a sua implementação e caracterização:

- (i) Fator **grau de bilinguismo/multilinguismo**: quanto maior for o nível de bilinguismo ou de multilinguismo, marcado por relações socioculturais intensas e permanentes entre os membros das comunidades envolvidas, maior também será a permeabilidade entre línguas.
- (ii) Fator **duração e intensidade de contacto**: uma duração breve de contacto gera resultados diferentes de uma situação prolongada. No primeiro caso, podem registar-se empréstimos lexicais, mas no segundo são possíveis empréstimos estruturais. Quanto maior for o tempo de contacto maior poderá ser a intensidade desse contacto e poderá chegar-se ao extremo da mudança de língua (abandono da LO). A pressão social, cultural e política associa-se à existência de grupos numerosos de falantes da LA e ao tempo de contacto.
- (iii) Fator **aquisição de uma língua segunda (L2) ou estrangeira (LE)**: havendo escolarização na L2/LE, há também forte possibilidade de um aprendente incorporar na sua língua materna elementos lexicais e estruturais da L2/LE, sendo que o contrário também é possível. Trata-se aqui de um contacto indireto, através

da interação com o professor e o acesso à escrita nessa língua: manuais escolares, dicionários, textos religiosos e outros meios didáticos de aquisição da nova língua.

A partir desta descrição sumária, podemos concluir que os resultados do contacto determinados pela história das relações sociais entre as populações, propiciada principalmente por fatores económicos, políticos e demográficos (Sankoff 2001:3), constitui uma vertente de análise importante para se enquadrarem situações concretas e as definir. Winford (2005:25) enfatiza que a compreensão das situações de contacto passa por uma explicação clara da história e das dinâmicas sociais do grupo afetado e Thomason (2010:32-33), definindo o “contacto” como uma fonte de mudança linguística, reconhece que, apesar do progresso considerável na busca das causas da mudança linguística, ainda não é possível explicar todos os casos atestados. A autora insiste na necessidade do estudo e da compreensão das situações e dos resultados do contacto linguístico a partir da combinação de fatores estruturais e não-estruturais. De facto, o percurso seguido pelas línguas está intrinsecamente ligado ao percurso sócio-histórico dos seus falantes e das comunidades a que pertencem, de cujas relações resultam diferentes situações (Mota 1996:508-509). Com base em estudos multidisciplinares, procura-se identificar as regularidades e irregularidades subjacentes aos diferentes processos de contacto. É assim que linguistas históricos, linguistas de contacto, linguistas variacionistas, dialetólogos, sociólogos, teóricos da comunicação e do discurso e outros estão envolvidos neste grande desafio, buscando as causas internas e externas do contacto linguístico, enriquecendo, cada vez mais, este domínio do conhecimento linguístico.

Sublinhe-se, no entanto, que nem sempre existe uma relação intrínseca entre as causas e as consequências do contacto; ou seja, nem sempre é fácil prever um resultado do contacto a partir de uma determinada causa, daí o apelo para um estudo articulado dos fatores internos e externos, como a melhor forma de se compreender cada tipo de resultado específico. Note-se que algumas causas são gerais, isto é, transversais a todo o resultado, enquanto outras são específicas a cada tipo desse mesmo resultado. Note-se também finalmente que, estruturalmente, certos componentes ou domínios da língua são mais estáveis e mais resistentes à mudança do que outros, como já referido anteriormente.

Antes de apontarmos alguns resultados do contacto linguístico, consideremos ainda um aspeto essencial que tem a ver com as relações entre as línguas em contacto. Conforme reconhecido por alguns autores, numa situação de contacto linguístico, as línguas em

presença estabelecem relações de força ou de equilíbrio, que determinam as tendências e a direção desse contacto; ou seja, seja qual for o resultado do contacto, é preciso determinar o ponto de partida desse processo, ajudando a compreender os fenómenos resultantes, o que passa pela necessidade de identificar a língua de origem (LO) e a língua-alvo (LA). Sendo assim,

Língua-alvo (LA) será aquela para a apropriação da qual tende uma comunidade cuja língua de origem (LO) pode ser substituída pela LA ou simplesmente modificada, por adopção de características dessa outra língua, podendo ser esta última igualmente afectada pela LO. O percurso e o resultado do contacto entre elas dependem fundamentalmente do tipo de relação que as respectivas comunidades estabelecem e do tempo durante o qual a mantêm. Se a LO desaparece rapidamente, por submissão total à LA, e sobretudo se tal processo tiver tido lugar há séculos, torna-se difícil ter acesso ao percurso da mudança linguística que terá ocorrido na língua que desapareceu. De facto, nos casos de substituição abrupta de uma ou mais línguas por outra, que se sobrepõe, interessará mais analisar o resultado final e as condições que o provocaram do que o curto processo de transformação que se operou (Mota 1996:510).

Olhando para a situação sociolinguística de Angola, à luz deste postulado e em *stricto sensu*, isto é, considerando apenas a questão do contacto entre as LBA e o português, que é o foco da nossa abordagem, podemos considerar como as LO as línguas africanas e como a LA o português, na sua variedade local.

2.2.3. Processos e produtos linguísticos do contacto

Entre os processos e as consequências linguísticas do contacto contam-se a “interferência linguística” e o empréstimo, como um tipo de interferência.

- A *interferência linguística* é um conceito abrangente e consiste, em termos gerais, no processo que conduz à ocorrência de traços de uma língua numa outra e ao seu próprio produto. Contudo, o processo pode operar nos dois sentidos e as influências serem recíprocas; os dois sistemas influenciam-se mutuamente deixando marcas na gramática quer duma quer doutra língua. Os resultados dependerão muito do grau e do tipo das interferências, em função de fatores internos e externos condicionantes. No âmbito do contacto linguístico, os fenómenos de interferência são assim definidos por Weinreich (1953:1): “Those instances of deviation from the norms of either language which occur

in the speech of bilinguals as a result of their familiarity with more than one language, i.e. as a result of language contact”. Nesta ótica, determinados resultados do contacto linguístico, como o empréstimo, a alternância de código ou a mistura de códigos, por exemplo, são associados a interferência⁶¹.

Como relativamente ao contacto, vários autores consideram que o que determina a direção e o grau de interferência (leve, moderado e forte) é o contexto social e não a estrutura das línguas envolvidas (Thomason e Kaufman 1988:19). Mas seja qual for o cenário, a interferência lexical é a mais fácil de ocorrer e, como afirma Weinreich (1953:47):

The ways in which one vocabulary can interfere with another are various. Given two languages, A and B, morphemes may be transferred from A into B, or B morphemes may be used in new designative functions in the model of the A-morphemes with whose content they are identified; finally, in the case of compound lexical elements, both processes can be combined.

- O *empréstimo linguístico* pode ser considerado também, em termos gerais, como um tipo de interferência que envolve a adoção de elementos lexicais e gramaticais de uma língua noutra, independentemente da fonte e direção da mudança. Em geral, um empréstimo ocorre em contexto de bilinguismo, resultante de uma situação de manutenção das línguas em presença (cf. 2.2.2).

Thomason e Kaufman (1988:37) consideram-no como incorporação de traços estrangeiros na língua nativa de um grupo, por falantes dessa mesma língua. Esta definição não se aplicaria totalmente ao caso do POL, mas, como já anteriormente referido, os mesmos autores chamam a atenção, na referida obra, para a necessidade de adaptar os conceitos básicos às situações concretas.

Haspelmath (2009:36-37), por seu lado, opta pela definição mais comum e lata de “empréstimo”, assente no uso clássico e técnico do termo, conforme explicita (os sublinhados são nossos, realçando a associação de cada tipo de falante a cada tipo de conceito; de novo, esta associação não dá totalmente conta da situação do POL):

⁶¹ A eles nos referimos muito brevemente, na subsecção seguinte. Outros domínios de investigação, como a aquisição de línguas segundas ou estrangeiras também usam este conceito, questão que aqui não cabe desenvolver.

we use borrowing in the more common, broad sense, and the two types of borrowing, depending on whether the borrowers are native speakers or non-native speakers, are called adoption and imposition (or, equivalently, retention). Apart from the fact that this terminology is more in conformity with traditional usage, it is symmetrical, and it gives us additional verbs (adopt, impose, retain) that can be used in a precise, technical sense. Of course, the term *borrowing* is based on a strange metaphor (after all, the donor language does not expect to receive its words back), so a term like transfer or transference (...) would be preferable. Even better is Johanson's (2002) term *copying*, because the transfer metaphor still suggests that the donor language loses the element in question. However, since borrowing is so well established in linguistics, going back at least to the 18th century, and since the metaphor does not lead to any misunderstandings, we will continue to use it here (alongside its synonyms transfer(ence) and copying).

Para alguns autores, a definição de “empréstimo” cobre globalmente todo o processo e todos os fenómenos de adoção de elementos linguísticos de uma língua noutra (Haugen 1950b:211-212; Haspelmath 2009:36); outros consideram que o conceito não explica plenamente todas as vertentes do processo, uma vez aplicado a situações específicas, o que suscita certa reserva ou mesmo o seu abandono, propondo-se outros conceitos considerados mais adequados (van Coetsem 1988:2-3, a que se volta mais abaixo). Este conceito é, assim, bastante controverso no âmbito dos estudos sobre contacto linguístico, suscitando perceções diversas, de acordo com a focagem de aspetos diferentes entre si. Vejam-se alguns exemplos: o empréstimo (i) constitui uma das formas de interferência (Weinreich 1953:1); (ii) consiste na reprodução do modelo de uma língua noutra (Haugen 1950b:212); (iii) é um conceito que recobre todos os outros tipos de mudança induzida por contacto (Winford 2005:12); (iv) é definido tendo em conta a agentividade do locutor, contrastando, neste caso, com o conceito de imposição linguística (van Coetsem 1988:3); (v) corresponde a uma visão geral veiculada pelos dicionários especializados (linguísticos), que evidenciam os aspetos de novidade e de necessidade de adoção ou integração de um dado elemento exógeno (Bussmann 1996:139; Crystal 2008:58); e (vi) tem um sentido metafórico, a partir do senso comum e das atitudes ‘apaixonadas’ de leigos na matéria, que corresponde a tomar emprestada uma palavra, sem retorno ou devolução, ganhando o sentido de “usurpação”⁶².

⁶² Relembrem-se os comentários sobre a visão mais tradicional que distingue “empréstimos” de “estrangerismos”, olhando sobretudo para o aspeto da integração formal dessas unidades na nova língua, uma vez adaptadas ou não ao sistema da LA (cf. 1.1).

Tendo em conta as condições internas e externas próprias de *contextos bilíngues/multíngues*, Winford (2005:22-24, em particular Tabela 1.2), retomando a abordagem de Thomason e Kaufman (1988:50), apresenta uma breve taxonomia sobre os principais resultados de contacto, que resumimos do seguinte modo: (i) manutenção das línguas em presença, implicando a) situações de empréstimo e b) situações de convergência; (ii) mudança de língua (*language shift*); e (iii) novos vernáculos de contacto: pidgins, crioulos e línguas mistas bilíngues.

As situações de manutenção da língua e de mudança de língua são apresentadas, em Thomason e Kaufman (1988), como duas situações da mudança linguística induzida por contacto. Habtoor (2012:946) apresenta um conjunto de casos exemplares de resultados de contacto entre diferentes línguas e implicando diferentes tipos de comunidades e de contextos, precedidos de definições que nos interessaram (p. 946) e que organizámos em alíneas:

- (i) Language maintenance refers to the situation where speech community continues to use its traditional language in the face of a host of conditions that might foster a shift to another language. (...) Language maintenance is also referred to as “language survival” or “language retention”. It is the product of language contact where a linguistic minority or a dominated ethnolinguistic group is successful in keeping its original language in spite of the pressure exerted on it by a dominant linguistic group.
- (ii) [L]anguage shift is the process by which a new language is acquired by a community usually resulting with the loss of the community’s first language.
- (iii) Language shift (...) means that a community gives up entirely its language in favour of another one (Fishman, 1966). According to Weinreich (1964), language shift is the “change from the habitual use of one language to that of another one”(p. 68). Jaspert and Kroon (1993) defined language shift as “the gradual disappearance of a language in a community where it used to be spoken” (p. 293).
- (iv) Both language maintenance and language shift are the results of language contact situations.

Ainda quanto à manutenção de língua, as situações mais reportadas na literatura de especialidade estão relacionadas com ambientes que envolvem o contacto entre a língua de uma comunidade de adoção e outra de acolhimento (ou adotiva), em condições sociais adversas (por exemplo imigração, colonização, dominação ou hegemonia sociocultural, política ou militar e superioridade demográfica) e aquelas que envolvem a aquisição de

uma língua segunda (L2) ou estrangeira (LE). Assim, no primeiro caso, dada a pressão ou o interesse, a comunidade dominada ou inferior populacionalmente adota a língua da comunidade do grupo dominante ou de maior dimensão populacional, mas mantém a sua LO, tornando-se os seus falantes bilingues. Estas duas realidades são os exemplos mais evidentes do bilinguismo resultante de uma situação de manutenção da língua, pressupondo naturalmente a coexistência e coabitação de duas línguas em presença, ou o uso individual dessas línguas diferentes, conforme o contexto discursivo específico.

Em relação à mudança de língua, ela pode ser ‘bem sucedida’, havendo pouca ou nenhuma influência na aquisição da nova língua, mas podem verificar-se duas situações distintas (Winford 2005:15-17):

- Nos casos de mudança parcial ou total, os falantes de grupos minoritários introduzem elementos da LO na sua versão da LA, inovações, muitas vezes, absorvidas pela comunidade de acolhimento como um todo, estabelecendo-se definitivamente na língua (p. ex. o caso de falantes do francês normando, que mudaram para o inglês, no período do inglês médio). Um grupo minoritário pode preservar a sua LO para determinadas funções, enquanto adquire a LA para o uso corrente, implicando uma forte influência da primeira língua na segunda.
- Nos casos de mudança de língua, imposta por uma situação de invasão ou colonização, na qual os falantes da LO são levados à adoção da LA (estrangeira), para uso adicional à primeira, podem resultar as chamadas “variedades indigenadas” ou “variedades nativizadas” dessa língua, inicialmente estrangeira.

Enquadra-se perfeitamente neste último âmbito, o perfil da variedade do português falado em Angola, na qual se insere a subvariedade do POL, aqui em abordagem. Um dado interessante sobre estas variedades, de acordo com o autor atrás referido, diz respeito a serem resultantes de uma aprendizagem não orientada em ambientes comunitários naturais, sendo contudo de certo modo semelhantes às variedades de L2/LE, adquiridas em ambiente não formal (p.16). É o caso, por exemplo, de aquisição do português, nos musseques de Luanda, pela população indígena, na época colonial (cf. 3.3.2).

2.2.3.1. Processos e produtos linguísticos do contacto aplicados a Luanda

No âmbito do nosso trabalho, podemos considerar alguns tipos claros de consequências do contacto linguístico, na cidade de Luanda, tendo como pano de fundo que o bilinguismo está globalmente associado a variação e a mudança linguística:

- (i) o contacto deu origem a uma variedade nativizada do português, o PA;
- (ii) existe manutenção das línguas bantas, o que propicia a situação (a manutenção) de bilinguismo. A definição de Jaspert e Kroon (1993) citada em (iii), acima, é aquela que mais se aproxima da situação de Luanda, em que o uso das línguas bantas, embora regrida paulatinamente face ao português, se mantém ainda presente;
- (iii) as escolhas dos falantes determinam, pelo menos parcialmente, a manutenção ou não das línguas em contacto, no decurso das gerações, como também ilustrado em Habtoor (2012);
- (iv) os falantes bilingues estão sujeitos a sofrer um processo lento de mudança de língua, em prol do português, entre outras causas pela coexistência geográfica de diferentes línguas bantas nem sempre intercompreensíveis, pelo aumento da escolarização, por o português ser língua oficial, de prestígio e de comunicação nacional (veicular);
- (v) essa mudança pode resultar na morte de uma ou mais línguas africanas na comunidade urbana de Luanda, a médio ou longo prazo;
- (vi) o bilinguismo acarreta diglossia (Ferguson 1959);
- (vii) ocorrem variedades deficitárias, associáveis à formação de pidgins e crioulos e talvez à “mistura de códigos” (*codemixing*)⁶³, em comunidades mais coesas e fechadas (cf. redes sociais, em 2.1.2.), menos escolarizadas ou que acederam ao português por transmissão linguística irregular de tipo leve (Lucchesi e Baxter

⁶³ As chamadas “línguas mistas” ou “línguas mistas bilingues” (Winford 2005) caracterizam-se como línguas híbridas, constituídas por elementos das línguas envolvidas, dando lugar, em algumas comunidades, ao chamado bilinguismo “indigenado”, resultante da mistura entre traços das línguas europeias (léxico) e das línguas indígenas (morfologia e sintaxe). Como exemplo, é avançado o caso do Caló, um dialeto do Romani, formado pela mistura de Espanhol e Romani, falado pelos ciganos em Espanha, ou a Lengua Media do Equador, formada de vocabulário do Espanhol e estrutura gramatical quase inalterada do Quechua. Matras (2009:8) defende que, no âmbito da interação comunicativa, línguas mistas (bilingues) são o resultado da capacidade criativa e inovadora dos falantes, que conscientemente recorrem aos seus recursos gramaticais em situações de contacto. Por isso, estas línguas são o produto de uma negociação propositada, consciente e deliberada do repertório multilingue num conjunto limitado de contextos de interação, que envolvem geralmente reafirmação identitária do grupo.

2009) – ou seja, como consequência de “a língua do grupo dominante [ser] imposta aos grupos dominados, (...) sua aquisição é defectiva, pois ocorre em condições adversas, por indivíduos em sua maioria já adultos” (Lucchesi 2012:53); “o grau de reestruturação gramatical ocorrido nos processos de transmissão linguística irregular é proporcional aos valores de certas variáveis sócio-demográficas que determinam, em cada caso histórico específico, o grau de acesso dos falantes do grupo dominado e seus descendentes aos modelos gramaticais da língua do grupo dominante (*idem*:56);

(viii) o bilinguismo acarreta interferências em particular empréstimos lexicais.

A seguir, centramo-nos na discussão mais pormenorizada de cada um desses resultados. Esta discussão apoia-se, sobretudo, nos trabalhos que nos têm servido de referência, principalmente Weinreich (1953), Thomason e Kaufman (1988), Winford (2005) e Matras (2009). Por isso, alguns deles só são referidos especificamente em situações pontuais.

Quando faixas da sociedade, ou a sociedade como um todo, incluem no seu conhecimento linguístico novos elementos, exógenos, num único ou em alguns domínios específicos dessa mesma língua, e se estes não substituírem os equivalentes pré-existentes, desencadeia-se uma situação de variação interna à língua recetora.

Essa variação nem sempre implica mudança estrutural (induzida por contacto), como no caso da situação que se analisa no presente trabalho; ou seja, a presença de empréstimos lexicais bantos no POL não afetou necessariamente a estrutura gramatical dessa subvariedade do português, a ponto de implicar rutura com o sistema de origem, mas limitou-se a enriquecer e alargar o seu léxico. Em situações deste tipo, acabam por coexistir gramáticas ligeiramente diferenciadas, no interior de um sistema mais amplo (Lightfoot 1999:79-80). Tomada no seu todo, pode assim dizer-se que a situação angolana inclui, a par das línguas nacionais e das respetivas variedades, uma variedade vernácula do português, subvariedades diversas do português vernáculo, entre as quais o POL, e que este conjunto, por sua vez, coexiste com a variedade formal, próxima do PE, como referido preliminarmente na *Introdução*, e descrito em 3.2.2.

Em casos de o bilinguismo ser funcional (extensivo a toda a sociedade ou afetando apenas parte dela), estamos perante a possibilidade de haver diglossia. O conceito de “diglossia” foi introduzido inicialmente por Ferguson (1959) e posteriormente foi retomado e ampliado por Fishman (1967), que mostrou que a diglossia pode acontecer com línguas não relacionadas, ao contrário do seu antecessor. No sentido clássico do termo, a diglossia insere-se numa situação de *bilinguismo*; as duas línguas são usadas em contextos diferentes e desempenham funções também diferentes, sendo que, em geral, uma das línguas ou variedades tem prestígio alto (*High language*) e a outra língua ou variedade tem prestígio baixo (*Low language*), na sociedade (Meyerhoff 2006:103; Holmes 2013:27)⁶⁴. Em Angola, existe diglossia: a variedade de uso corrente do PA, na qual se inclui o POL, está presente nos contextos informais, e a variedade de prestígio, mais próxima do PE, é apenas de uso formal (cf. 3.3.2.1). Veja-se, também, a situação de Cabo Verde, onde o crioulo se usa em contextos informais e o português nativizado (PCV), em contextos formais, podendo haver falantes com uma variedade próxima da do PE, globalmente (cf. Lopes 2011).

Parte dos falantes de POL adquiriram o português por transmissão linguística irregular, estando nesse caso indivíduos não escolarizados, pertencentes a comunidades desfavorecidas, descendentes de famílias rurais ou que exerciam profissões não prestigiadas na sociedade colonial. Essa população apresenta traços linguísticos, em português, que revelam essa “transmissão deficitária”, que se pode associar a uma L2 com características de criouliização (cf. situação brasileira, em Lucchesi e Baxter 2009).

Concentrando-nos agora na questão do empréstimo (termo já definido em 1.1., no âmbito da criação neológica, e em 2.2.3, no domínio do contacto linguístico), central no nosso estudo, distinguimo-lo de alguns outros produtos do contacto linguístico, como “imposição” e “*code-switching*”.

⁶⁴ Em situações de multilinguismo, haverá “poliglossia”, em casos de uma sociedade dispor de mais de uma língua ou variedade para funções diversas (Holmes 2013:32). Por exemplo, há comunidades onde se usam uma língua para o meio familiar, outra para contexto informal, de interação quotidiana (língua veicular) e outra ainda para uso formal, nas instituições de estado. A poliglossia é própria de sociedades bastante complexas, com uma elevada diversidade cultural e etnolinguística (o caso de Angola). O termo “poliglossia” foi usado pela primeira vez em 1970, no *Academic Journal International Migration Review*, (cf. <https://en.wikipedia.org/wiki/Polyglossia>; acesso: 04.11.2016).

- **Empréstimo e imposição: dois produtos diversos**

Os conceitos de “empréstimo” e de “imposição” têm um uso não consensual, enquanto produtos do contacto linguístico. Os comentários seguintes apoiam-se fundamentalmente em van Coetsem (1988:2-3), talvez o trabalho no qual essa questão é discutida mais clara e longamente. Segundo o autor, a explicação das noções de empréstimo e de imposição devem considerar o traço de agentividade do falante bilingue, aspeto não inerentemente presente em “transferência” e “interferência”. Quer dizer, em situações de comunicação bilingue, é a ação do falante que determina a direção da mudança e conseqüentemente o tipo de resultado linguístico. Pressupõe-se, então, que o empréstimo e a imposição são dois tipos distintos de transferência, que podem ser caracterizados nos seguintes moldes:

- (i) Trata-se de **empréstimo** se o agente é falante da língua destinatária, transferindo material linguístico de uma outra língua (*source language* / LO) para a sua língua (*recipient language* / LA). Por outras palavras, toma elementos de outra língua para a sua língua nativa. Por exemplo, na situação particular do POL, um falante luandense, que tem o português como LM (neste caso, a LA), usa as palavras de uma LB local (a LO), enquanto fala a sua língua nativa.
- (ii) A **imposição** ocorre em caso de o locutor de dada língua ser o agente que transfere elementos da sua língua nativa para a língua destinatária. Ao contrário da situação descrita anteriormente, aqui podemos ter o exemplo de um falante do POL, cuja LM é uma língua banta, que usa os seus hábitos articulatórios da LO (sua língua nativa), quando está a falar o português.

Na situação de empréstimo, o locutor da língua destinatária, como agente, tem tendência natural de preservar os aspetos fonológicos da sua língua, ao mesmo tempo que aceita as palavras da outra língua. Em caso de imposição, sendo o locutor da língua de origem o agente, tenderá naturalmente a preservar, de igual modo, a fonologia da sua língua, concretamente os seus hábitos articulatórios, procurando impô-los à língua destinatária. Em função dessa explicação, depreende-se que o empréstimo consiste na transferência do material de domínios menos estáveis da língua, enquanto a imposição tem a ver com a transferência dos elementos de domínios mais estáveis da língua.

Em Hickey (2010:18-19), empréstimo é definido, em termos muito simples, como o item / a estrutura copiada da língua X para a língua Y, mas sem os falantes de Y mudarem para X, resultante do contacto cultural (p. e., o contacto entre o inglês e outras línguas); enquanto isso, a imposição pode verificar-se numa situação em que, numa comunidade bilingue, o grupo minoritário, com alto estatuto social, adota a língua do grupo maioritário, de baixo *status* social, mas esta é afetada pela língua do primeiro grupo (mais prestigiado).

- **Empréstimo e *code-switching***

A distinção entre os dois conceitos é uma das questões incontornáveis e amplamente discutidas no domínio do contacto entre línguas, a julgar pelo número de autores que se debruçaram sobre o assunto⁶⁵. A abordagem contrastiva que se segue enquadra-se globalmente no âmbito das questões do contacto linguístico.

Apesar de, em termos gerais, serem marcados pela combinação de elementos de duas línguas diferentes, empréstimo e *code-switching* ('alternância de códigos') devem ser concebidos como fenómenos potencialmente diferentes, orientados por dinâmicas separadas (Winford 2005:42), pois se traduzem em processos distintos: no empréstimo (principalmente o lexical), as palavras adotadas instalam-se definitivamente como material da LA e são caracterizadas como "empréstimos permanentes"; no caso de *code-switching*, verifica-se uma acomodação provisória do material de uma língua noutra; ou então, há uma inserção momentânea de palavras ou expressões de uma língua no sistema da outra, dando lugar aos chamados "empréstimos ocasionais" (*nonce borrowings*)⁶⁶.

O empréstimo é um processo diacrónico através do qual as línguas se enriquecem lexical e estruturalmente, enquanto o *code-switching* se traduz na alternância linguística espontânea, na conversa/discurso de falantes bilingues (Matras 2009:106). Mais especificamente, *code-switching* é um produto do contacto linguístico, que resulta de situações de manutenção da língua em comunidades bilingues mais ou menos estáveis, sendo de uso normal e quotidiano nas comunidades, na decorrência de enquadramentos

⁶⁵ São os casos de Pfaff (1979), Poplack (1980, 2001), Treffers-Daller (1991) Myers-Scotton (1993b), Winford (2005), Matras (2009), Haspelmath (2009), Sankoff (2001), entre vários outros.

⁶⁶ Um *nonce borrowing* é globalmente uma "*nonce word*", definida como uma palavra inventada apenas para uma única ocasião; i.e., palavra ocasional num determinado contexto comunicativo. Para uma noção mais aprofundada sobre o referido termo, concretamente em contacto linguístico, ver particularmente os trabalhos de Haspelmath (2009) e Poplack (2001).

sócio-históricos favorecedores⁶⁷. Conforme Mota (1996:522, que se apoia em Poplack 1980, 1983 e Sankoff e Poplack 1981), este processo pode assim definir-se:

[O]s falantes que utilizam alternância de códigos recorrem a um processo linguístico a que têm acesso por distinguirem os sistemas das duas línguas em contacto sem cruzarem traços de uma e de outra. Teoricamente, e apesar de poderem alternar dentro da mesma frase elementos das duas línguas, não violam as regras morfológicas, sintácticas e, eventualmente, fonológicas de nenhuma delas. Esta possibilidade tem relação directa com um estado de bilinguismo avançado ou total.

A título de ilustração, consideremos apenas os casos em (1), retomados de Poplack (1983:104), que traduzem os diferentes tipos de estrutura de *code-switching* espanhol-inglês, com os elementos de inglês em itálico e mantendo o texto original⁶⁸:

- (1) a. Cambio tipo «etiqueta» (mudança de apenas um termo ou expressão dentro da mesma oração ou frase):

Ave María, *which english?* (08/436) «Ave María, ¿qué inglés?»

- b. Cambio oracional (mudança ocorre em diferentes orações ou frases diferentes – o mesmo que “alternância interfrásica”, acima):

It's on the radio. A mí se me olvida la estación. I'm gonna serve you another one, righth? (08/187) «Está en la radio. A mi se me olvida la estación. Te voy a servir otra, ¿vale?»

- c. Cambio intra-oracional (mudança que ocorre alternadamente dentro da mesma oração ou frase):

Si tú eres puertorriqueño, *your father's a Puerto Rican, you should at least*, de vez en cuando, *you know*, hablar español. (34/25) «Si tú eres puertorriqueño, tu padre es puertorriqueño, deberías al menos de vez en cuando, sabes, hablar español.»

Apesar das diferentes perspectivas de análise, o facto é que, conforme se verifica nestes exemplos, a alternância pode ocorrer entre frases, no interior de uma frase ou corresponder apenas à inserção de um ou outro item lexical da outra língua na frase (cf.

⁶⁷ Liberman (2008) mostra que o *code-switching* é geralmente usado para se referir a escolha que os falantes fazem entre línguas numa situação bilingue/multilingue, embora também entre variedades da mesma língua. No entanto, desde a sua origem, este termo não define se essa escolha é feita conscientemente. Para Haspelmath (2009:40), este fenómeno não implica a existência de um “código misto”, mas sim “enunciados mistos”, que incluem elementos de ambos os códigos.

⁶⁸ Ver outros exemplos sobre este tipo de estruturas, em Winford (2005:14 e 102-106).

Winford 2005:101). Basicamente, *code-switching* é a alternância de palavras, sintagmas, orações ou frases de línguas diferentes no mesmo enunciado discursivo.

Nem sempre é fácil determinar a diferença entre empréstimo e *code-switching*, sobretudo quando um enunciado apresenta apenas uma única palavra estranha no seio das palavras da outra língua. Assim, propõem-se vários critérios de distinção, de entre os quais se destacam dois principais (cf. Haspelmath 2009:40; Matras 2009:102-106; Winford 2005:39-41; 107-108):

- (i) “grau de uso por falantes monolíngues” – de acordo com este critério, o empréstimo caracteriza-se como material permanente (já estabelecido na LA) e usado comumente por falantes monolíngues e bilingues, enquanto *code-switching* define-se como material transitório, que se restringe ao discurso dos bilingues, a quem se exige competência/especialização para o uso alternado dos elementos de dois códigos diferentes num único enunciado. Neste âmbito, o empréstimo situa-se no domínio da gramática da língua partilhada pela comunidade e o *code-switching* faz parte do uso individual de um locutor bilingue, sendo um fenómeno discursivo;
- (ii) “grau de integração morfofonémica”: trata-se do critério que permite distinguir estes dois processos pela integração estrutural (fonológica e/ou morfológica) dos elementos linguísticos em causa⁶⁹. Os empréstimos integram-se na LA (com maior ou menor grau de adaptação), mas as inserções de *code-switching* no discurso dos falantes não estão sujeitas a qualquer tipo de adaptação.

Winford (2005:101-102) aponta diferentes contextos sociolinguísticos, políticos e históricos, favorecedores de *code-switching*. Aqui, interessa-nos enfatizar, apenas, aquele que é paradigmático ao caso de Angola e de muitos outros países africanos: situações de colonização europeia, em várias partes do mundo, mas com maior incidência na África, no sudeste Asiático, nas Caraíbas e na América do Sul, onde as línguas da colonização foram introduzidas na administração, escola, etc., e, em muitos casos, adotadas como línguas oficiais, após as independências das antigas colónias.

⁶⁹ A relação entre empréstimo e *code-switching* enquadra-se num *continuum*, baseado no grau de integração ou assimilação de elementos de uma LO na LA, sob responsabilidade inicial de um falante bilingue. Estes elementos começam como *code-switching* e, com o tempo e uso regular, tornam-se empréstimos, uma vez apropriados pelos falantes monolíngues (ver Matras 2009:110-114).

2.3. Metodologia sociolinguística: constituição da amostra, recolha de dados e tipos de análise

Em termos gerais, e como já mencionado, a metodologia de investigação sociolinguística inspirou-se nas ciências sociais⁷⁰. Mas, ao longo do seu percurso, foi-se desenhando um quadro metodológico mais específico, a par da definição clara do seu objeto de estudo e do campo de atuação. A questão da metodologia foi crucial para o rumo da investigação sociolinguística, ensinando-nos que o investigador deve saber seleccionar e aplicar os métodos, princípios e técnicas que permitam alcançar os seus objetivos na análise dos dados com que lida.

De acordo com Grawitz (1993), citado por Carmo (1998:175, *apud* Sousa e Baptista 2011:53), um método constitui “um conjunto concertado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objectivos, um corpo de princípios que presidem a toda a investigação organizada, um conjunto de normas que permitem seleccionar e coordenar técnicas”. A aplicação de um método requer determinadas técnicas, que são concebidas como procedimentos operatórios rigorosos, bem definidos, transmissíveis e suscetíveis de serem novamente aplicados nas mesmas condições, adaptados ao tipo de problemas e aos fenómenos em causa e seleccionados tendo em conta o objetivo a alcançar (Carmo 1998:175; *apud* Sousa e Baptista 2011:53). Os métodos, como vias ou meios que levam a alcançar um determinado resultado, estão condicionados ao enfoque do trabalho e variam de acordo com a área de conhecimento e também em função da etapa da investigação. Em Sociolinguística, tal como em outras ciências sociais, usam-se métodos qualitativos e métodos quantitativos, para a análise dos dados de *corpora* (cf. 2.4.3, abaixo).

⁷⁰ Sobre os tipos de pesquisa em Ciências sociais, ver Marconi e Lakatos (2003), Silveira e Córdova (2009), Sousa e Baptista (2011), entre muitos outros e apenas para referir estes três textos em português. Historicamente, a Sociolinguística apoiou-se nos métodos de outras disciplinas congêneres, principalmente nos métodos da Antropologia e da Dialectologia (cf. Moreno-Fernández 1990:17ss.; Milroy e Gordon 2003:1ss., 12-22).

2.3.1. Definição da amostra

A noção de “amostra”, entendida como a parte de um todo da população a investigar ou grupo de referência, a partir do qual se extrapolam os resultados, é assim definida por Rasinger (2008:47-48; *apud* Bijeikienė e Tamošiūnaitė 2013:47):

Populations are usually too large to be studied in their entirety (...). Therefore, one needs to break down the population into smaller groups. These groups are defined as sample. (...). [A] sample is a part of our population, and crucially, the sample must be an adequate reflection of our population. To put it simple: the sample represents the population.

A seleção dos informantes para a constituição da amostra, processo designado convencionalmente por “constituição da amostra/amostragem”, é considerada uma tarefa bastante difícil, sobretudo em contextos sociais complexos de população numerosa e heterogénea, e requer métodos e técnicas próprias. Sociolinguisticamente, é aceite o princípio da representatividade da amostra, nos moldes em que é aqui enunciado⁷¹:

Any social scientific study that draws conclusions about a large group when only selected members of that group have been observed must be concerned with representativeness. Indeed, the strength of the conclusions one can draw depends on how accurately the sample represents the larger population (Milroy e Gordon 2003:24).

Reconhece-se que os factos linguísticos variam menos do que outros factos sociais, sujeitos a múltiplas dinâmicas do quotidiano. A mudança linguística é um processo lento, até se estabilizar. Este é um dos critérios que asseguram as bases da representatividade da amostra em situações de população grande e diversa (*idem*).

Na literatura, aconselha-se um “desenho da amostra/amostragem”, no início da investigação, partindo das seguintes decisões: (i) definir o universo de amostragem, delimitando o grupo ou a comunidade a estudar e a identificação dos elementos da amostra; (ii) avaliar as dimensões relevantes da variação dentro da comunidade, remetendo para a estratificação e a representatividade da amostra; e (iii) determinar o tamanho da amostra, dependente do número dos informantes e dos estratos sociais considerados no estudo (Sankoff 1980a, *apud* Milroy e Gordon 2003:26), i.e., o tamanho da amostra deve ser proporcional ao número dos informantes definidos para cada célula

⁷¹ Ver também Bijeikienė e Tamošiūnaitė (2013:49), Gordon (2005:956), Sankoff (2005:1000) e Tagliamonte (2006:23-24).

social. A estratificação tem, por base, determinadas categorias sociais/variáveis extralinguísticas (p.e., sexo, idade, nível de instrução, *status* social, local de nascimento, etc.), suscetíveis de se relacionarem com os aspetos linguísticos em estudo, assegurando-se que a representação de cada uma dessas categorias seja a mais equilibrada possível, dependendo, contudo, da questão e dos objetivos da investigação (Tagliamonte 2006:30-31)⁷². Por sua vez, o tamanho da amostra tem a ver com a previsão da quantidade de dados necessários e da previsão da facilidade de os poder obter, em situação de entrevista.

2.3.2. Metodologia de recolha de dados linguísticos

A recolha de dados linguísticos é uma das três fases do trabalho sociolinguístico, juntamente com o processamento e análise dos mesmos. Esta tarefa exige a tomada de decisões sobre o tipo de dados a recolher e as ferramentas a aplicar. A qualidade dos dados depende fortemente da forma como são recolhidos e a qualidade da análise que sobre eles é depois feita depende em idêntico grau de decisões prévias quanto àquilo que se pretende estudar. Ou seja, para que o investigador tenha um material adequado aos seus objetivos, precisa de prever que tipo de população selecionar e que tipo de metodologia usar para a obtenção do material linguístico. Assim, é recomendado que o ponto de partida passe pela realização de uma recolha-amostra, a fim de serem refinadas as opções finais (Milroy e Gordon 2003:24; Tagliamonte 2006:17).

A observação direta da língua falada, usada em situações naturais de interação social, face a face, afigura-se como um método transversal, um marco inicial, a partir do qual se concebem, depois, os recursos metodológicos para cada fase do trabalho, em função do tipo de investigação, ou qualitativa ou quantitativa (2.3.3). A opção por um determinado método e respetivas técnicas de aplicação depende muito dos objetivos da investigação e das condições para a sua realização. Conforme afirma Silva-Corvalán (1989, *apud* Martínez 2008:230):

la investigación sociolingüística se inicia con un proceso previo de observación de la comunidad y formulación de la hipótesis. Y es durante ese proceso durante el cual, a tenor de los resultados mismos de esa observación y en función de la hipótesis que se pretende investigar, deben considerarse aspectos metodológicos como las técnicas empleadas en el

⁷² Estes elementos constituem as chamadas “variáveis sociais, externas ou não linguísticas”. Sobre este aspeto, ver a subsecção 2.4, mais abaixo, no âmbito da análise dos resultados do nosso *corpus*.

estudio, así como considerar qué variables cuentan a priori con incidencia en la hipótesis de trabajo, y cuál ha de ser el tamaño de la muestra.

Os estudos sociolinguísticos podem recorrer a diferentes técnicas de recolha de dados, umas mais ‘clássicas’ e menos específicas da Sociolinguística contemporânea do que outras. Antes de as referir, veja-se um excerto do posicionamento de Labov (1972d) relativamente às diferentes possibilidades:

We might approach the various methods available to linguistics by looking at the activity of the linguists themselves, according to where they can be found. In this search, we would find linguists working in the *library*, the *bush*, the *closet*, the *laboratory*, and the *street*, and might so name each sub-division of the discipline.

But (...) we will take a different approach and examine the raw materials gathered by each variety of linguistics, distinguishing each linguist by his product: *texts*, *elicitations*, *intuitions*, *experiments*, and *observations* (p. 99). (...) But the observation of natural speech is in fact the most difficult of all the methods discussed so far (p. 108).

Vejam-se, então, as diferentes abordagens metodológicas:

- (i) A *observação participante* é uma das técnicas da pesquisa etnográfica que consiste na participação do investigador, envolvendo-se diretamente nas questões da comunidade, no local de recolha de dados.
- (ii) A *análise documental* é uma técnica que envolve a recolha de dados em documentos em papel ou em suporte digital, para informações novas ou para complementar a investigação.
- (iii) A *entrevista sociolinguística* (cf. 2.3.4.4, dada a sua relevância neste trabalho) é uma das técnicas básicas e tradicionais que os sociolinguistas usam na recolha de dados empíricos e traduz-se essencialmente numa interação direta entre o investigador e o informante, num local familiar ao entrevistado e com o mínimo de pressão possível⁷³.

⁷³ Para mais detalhes sobre cada uma dessas técnicas, considerem-se os seguintes trabalhos, sendo as referências metodológicas, nas quais nos apoiámos genericamente: Bijeikienė e Tamošiūnaitė (2013), Briggs (2005), Eckert (1998), Labov (1984, 2001b), Marconi e Lakatos (2003), Martínez (2008), Milroy e Gordon (2003), Nzau (2011), Silveira e Córdova (2009), Sousa e Baptista (2011) e Tagliamonte (2006).

A entrevista é um instrumento de trabalho no campo das ciências sociais em geral, como na Antropologia, na Dialectologia e na Sociologia, constituindo uma das técnicas tradicionais e mais comuns de recolha de dados sociolinguísticos, sendo uma ferramenta poderosa de recolha de dados em casos de amostras pequenas. Trata-se de um método ou técnica de recolha de informações através de conversas orais entre o entrevistador e o(s) entrevistado(s), sobre um determinado assunto. Para os sociolinguistas, este instrumento permite a recolha de dados da fala natural e espontânea (o vernáculo), considerados o material empírico autêntico ou original, cuja finalidade é a composição de um banco de dados para estudos sociolinguísticos. E cremos que é aqui que radica a própria designação de “entrevista sociolinguística”⁷⁴.

No universo de diferentes propostas tipológicas, há basicamente três tipos de entrevista: (a) a entrevista não estruturada, também considerada informal, é aquela que não tem um guião e permite muita liberdade tanto nas perguntas do entrevistador como nas respostas do entrevistado, podendo decorrer dentro de uma conversa de estilo informal; (b) a entrevista semiestruturada, que dispõe de um guião, no qual se estruturam os tópicos ou as perguntas; permite certa liberdade do entrevistado, mas não favorece grande distanciamento do guião, dos marcos definidos pelo entrevistador; e (c) a entrevista estruturada, também classificada como formal: dispõe de um guião e centra-se exclusivamente na abordagem de temas ou nas respostas às perguntas previamente definidas, em conformidade com os objetivos traçados.

Apesar de já usada noutras áreas de investigação, foi o próprio Labov o primeiro a aplicar este tipo de entrevista em Sociolinguística, nos seus trabalhos clássicos sobre a variação linguística (Briggs 2005:1053), considerando-a como “uma estratégia bem desenvolvida” em torno de objetivos precisos (Labov 1984:32-33) e como “a base das nossas investigações, já que só através delas controlamos o essencial da fala e as estruturas complexas de que precisamos para o estudo da gramática” (Labov 1972d:115).

A entrevista sociolinguística tem, no entanto, algumas desvantagens ou limitações, conforme apontado por vários autores (Milroy e Gordon 2003:67-68; Briggs 2005:1056;

⁷⁴ Sobre os aspetos aqui referidos, ver, por exemplo, Briggs (2005:1052ss.), Coelho et al. (2012:116), Gerhardt, Ramos, Riquinho e Santos (2009:72), Marconi e Lakatos (2003:195), Martínez (2008:234), Milroy e Gordon (2005:57), Nzau (2011:133), Sousa e Baptista (2011:79) e Tagliamonte (2006:37). Note-se que a entrevista sociolinguística conhece variantes: por exemplo, podem ser feitas entrevistas a múltiplos sujeitos, permitindo a sua interação; também podem envolver-se vários investigadores; e ainda podem fazer-se entrevistas telefonicamente, etc. (Milroy e Gordon 2003:57).

Martínez 2008:231)⁷⁵. Interessa destacar a questão do paradoxo do observador, uma vez que a presença do pesquisador pode diminuir a fluidez da fala espontânea, conduzindo a alguma formalidade do discurso dos entrevistados ou ao evitamento de certas variantes estigmatizadas e assim reduzir a possibilidade de obtenção do vernáculo. Note-se que nem mesmo a entrevista informal é capaz de evitar totalmente certas limitações, mas estas ineficiências podem ser supridas com recurso a outras técnicas complementares, como a observação participante (Milroy e Gordon 2003:68) e outras, numa perspetiva de triangulação metodológica.

(iv) O *inquérito*, adequado para recolher informações vastas sobre um determinado assunto, através de perguntas orais ou escritas feitas a um conjunto de indivíduos selecionados para o efeito, é uma das técnicas amplamente utilizadas na Dialectologia e pelos investigadores sociais⁷⁶. O *inquérito* pode ser fechado ou aberto; no primeiro caso, quem o aplica segue rigorosamente um guião preparado; no segundo, segue maioritariamente esse guião, mas deixa o informante muito mais livre, favorecendo assim a produção espontânea e intervindo apenas na exata medida – é claramente este o método que melhor corresponde ao objetivo da obtenção do vernáculo, embora não traduza cabalmente um contexto de fala real. De acordo com alguns autores, o *inquérito sociolinguístico* constitui uma das técnicas valiosas de recolha de dados para o estudo da variação linguística e de outros fenómenos sociais da linguagem, como, por exemplo, as atitudes linguísticas. O *inquérito* escrito, com génese nos métodos das investigações antropológicas, dialetológicas e etnográficas, pode ser usado como complemento ou contraparte nos estudos variacionistas centrados nos dados orais.

Por fim, note-se que, para a obtenção do vernáculo, importa que o investigador tenha alguns cuidados – nomeadamente, motivar a produção do informante, guiando-o de forma subtil e dando-lhe a palavra o máximo de tempo; realizar a gravação num ambiente confortável para o informante (em geral, os primeiros minutos de gravação são considerados não muito relevantes, dada a previsão de um natural estado de emoção do informante), tentando não dar um lugar de destaque à aparelhagem de captação sonora.

⁷⁵ Note-se que, em Briggs (2005), a limitação da entrevista sociolinguística reflete-se essencialmente na abordagem crítica que se faz sobre a questão da interação entre o entrevistador e o entrevistado, considerando-se que há um maior protagonismo de um em relação ao outro.

⁷⁶ Remete-se para Milroy e Gordon (2003:51ss.), Tagliamonte (2006:20), Sousa e Baptista (2011:89-90) e Bijeikienė e Tamošiūnaitė (2013:48).

2.3.3. Métodos de análise qualitativos e quantitativos

Independentemente do tipo de técnica de recolha de dados utilizado, os métodos qualitativos são mais usados em Sociolinguística para amostras reduzidas, cujas características não permitem o uso de quantificação ou em que a mesma não se apresenta como vantajosa. Sousa e Baptista (2011:56) caracterizam-nos de modo seguinte:

Não existe uma preocupação com a dimensão da amostra nem com a generalização de resultados, e não se coloca o problema da validade e da fiabilidade dos instrumentos, como acontece com a investigação quantitativa. Este tipo de investigação é indutivo e descritivo, na medida em que o investigador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, em vez de recolher dados para comprovar modelos, teorias ou verificar hipóteses como nos estudos quantitativos.

No domínio da Sociolinguística, o uso da pesquisa qualitativa é atribuído originalmente aos trabalhos de Hymes (1962) e Gumperz (1982), continuando a influenciar contemporaneamente outros sociolinguistas, em diversos subcampos (Milroy e Gordon 2003:3; Bijeikienė e Tamošiūnaitė 2013:140).

Os métodos quantitativos são adequados ao tratamento de grande quantidade de dados e baseiam-se, como o nome indica, na quantificação dos resultados, com vista a atingir generalizações fundamentadas nos dados empíricos considerados representativos para o estudo em causa e chegar à determinação de uma regra variável explicativa do mesmo. Para tal, empregam técnicas estatísticas, matemáticas e computacionais, tendo sido desenvolvida uma ferramenta especificamente destinada ao estudo variacionista por David Sankoff, Henrietta Cedergren, Pascale Rousseau e William Labov: o Pacote de programas *Varbrul*, seguido do *GoldVarb 2001* e do *GoldVarb X*, modelos matemáticos que permitem arquivar, codificar e obter frequências e pesos relativos das variantes. Permitem também lidar com *variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas* para a análise da *variável dependente* (a questão em estudo) e trabalhar sobre os resultados (unir variáveis semelhantes, cruzar variáveis, etc.), assim como produzir gráficos.

Como sublinha Guy (1993:235, *apud* Tagliamonte 2006:12), contudo, no caso específico do estudo das línguas, o objetivo da quantificação não é produzir números ou percentagens, mas identificar e explicar fenómenos linguísticos de forma objetiva e concisa, isto é, avaliar, matematica e estatisticamente, a correlação entre as variáveis

linguísticas e as sociais⁷⁷. Para alguns sociolinguistas, a investigação quantitativa variacionista constitui o “âmago” da própria Sociolinguística (Chambers 2003, *apud* Wardhaugh 2006:156).

Feita esta breve análise geral dos princípios e da metodologia sociolinguística, a seguir especificamos os diferentes métodos e técnicas usadas em diferentes etapas da execução do plano desta tese, no que diz respeito a aspetos sociolinguísticos.

2.3.4. As opções metodológicas adotadas nesta tese

O nosso trabalho inscreve-se numa abordagem que combina a análise qualitativa com a quantitativa, como na maioria dos trabalhos em Sociolinguística. A abordagem qualitativa aplica-se concretamente à fase da recolha dos dados empíricos, sobretudo na caracterização do perfil dos informantes (2.3.4.3), à interpretação dos dados (2.3.7) e à análise dos aspetos referentes à “integração morfológica dos empréstimos” (Capítulo V). Quanto à abordagem quantitativa, ela incidiu sobre algumas questões relativamente às quais usámos fatores linguísticos, tomados como variáveis (2.4).

A opção pela combinação destes dois tipos de enfoque radica na própria transversalidade metodológica da Linguística de contacto, apoiada em variados métodos, e na natureza da nossa investigação, como já referido. Pensamos, portanto, que o uso deste conjunto de estratégias metodológicas corresponde à especificidade do nosso trabalho, permitindo-nos tratar, de forma coerente, as questões que o tema levanta. Na verdade, tal como sustenta Caws (1989:26, *apud* Nzau 2011:131), os métodos qualitativos e quantitativos não dividem um território, ambos o cobrem. Significa isto que não constitui perigo algum ou erro metodológico articular diferentes perspetivas metodológicas, numa investigação científica; na ótica de Nzau (2011:131), o acesso ao conhecimento e a sua representação não pode residir numa separação absoluta entre o que se considera ser do âmbito da quantidade e do âmbito da qualidade.

⁷⁷ Cf. Bijeikienė e Tamošiūnaitė (2013), Labov (1972c; 1984; 2001b), Milroy e Gordon (2003), Moreno-Fernández (1990), Tagliamonte (2006), Tarallo (1986) e Wardhaugh (2006).

2.3.4.1. Recolha dos dados empíricos

Cientes de que a recolha de dados é uma das fases cruciais de qualquer investigação que se apoie em material empírico, sabemos, por experiência, que é uma tarefa complexa e um desafio obter dados que satisfaçam totalmente as exigências da investigação.

Um grande desafio foi realmente decidir a forma de obter esses mesmos dados, começando pela identificação da comunidade de fala/grupo social, ou seja, a população ou o público-alvo⁷⁸ a investigar, em geral, e dos informantes, em particular, tomados como uma parte desta totalidade, e acabando na determinação dos métodos, atendendo ao facto de nos situarmos numa cidade grande e densamente povoada. Face a esta preocupação, seguimos a orientação de Sankoff (1974, *apud* Tagliamonte 2006:17-18), que aconselha que um investigador deve tomar, pelo menos, três decisões básicas na recolha de “bons dados”: escolher que tipo e que quantidade de dados recolher e como estratificar a amostra⁷⁹. Tentámos, assim, adequar tanto quanto possível o nosso trabalho a esses princípios reguladores da qualidade.

No âmbito da nossa tese, optámos apenas por um tipo de dados, orais e captados em áudio, em ambiente de entrevista, seguindo nós um guião previamente preparado, mas deixando os informantes desenvolverem um ou outro tópico, dentro dos limites de um tempo controlado. Conforme o desenho da amostra, estes dados resultam num *corpus* constituído por 36 entrevistas, feitas em Luanda, em 2012 e 2013. A partir do referido *corpus*, seleccionámos 255 empréstimos lexicais bantos, presentes no POL (cf. o Anexo 1, mais abaixo). São estes dados que constituem o material empírico principal que suporta a abordagem dos factos linguísticos em estudo.

Os referidos dados resultaram, assim, de um conjunto de produções de fala real e espontânea, obtidos em contextos naturais e não formais. Este facto aproxima-os ao vernáculo, o estilo de fala tradicionalmente considerado como referência em análises sociolinguísticas. Como um dos nossos propósitos consistiu em verificar o uso natural dos empréstimos bantos no POL, o recurso à entrevista permitiu-nos conduzir os nossos informantes a esta meta, quer pelo controlo da elicitação dessas unidades lexicais quer pela sua ocorrência espontânea, em diferentes contextos discursivos.

⁷⁸ O termo “população-alvo”, de acordo com Rasinger (2008:45, *apud* Bijeikienė e Tamošiūnaitė 2013:45-46), pode ser definido como um grupo de pessoas que interessam, em geral, numa pesquisa.

⁷⁹ Ver a noção de “dados bons” (*good data*), em Sankoff (1974:21-2, *apud* Tagliamonte 2006:16-17) e Milroy e Gordon (2003:49).

2.3.4.2. Luanda como comunidade de fala investigada

Naturalmente, a comunidade de fala ou o grupo social selecionado para o estudo condiciona as estratégias e os procedimentos a aplicar; entre eles, a determinação do número dos informantes e a sua seleção. Como já referido, Luanda é o nosso *locus* de pesquisa, uma comunidade urbana com uma grande estratificação social, marcada pela representação de todos os estratos sociais da população. Esta cidade constitui o centro do poder e das decisões políticas e económicas; concentra o maior número de instituições de ensino e educação formais; concentra também grande parte dos *media*; constitui o palco de intensas atividades culturais, configurando-se como um ponto de confluência de diferentes povos e culturas (3.3.2).

Como é óbvio, o meio social é bastante determinante para os factos de variação linguística, que são geralmente resultantes da pressão dos falantes sobre a língua. Então, podemos depreender que, “sendo produto de um comportamento social e cultural imbricado, a língua sofre variações de acordo com o meio onde está inserida” (Vanin 2009:147)⁸⁰. De facto, o POL é um produto da realidade sociocultural luandense, proporcionando fenómenos interessantes para o estudo sociolinguístico.

Apesar da diversidade etnolinguística e cultural, bastante notória, a comunidade urbana luandense ainda conserva a sua matriz socioantropológica, que se revela através da perpetuação de alguns hábitos e costumes dos axiluanas e do modo de vida urbano das elites negras luandenses, formadas ainda na época colonial e reforçadas com a independência. O conceito de cidade/comunidade urbana não se aplica apenas à zona tradicionalmente urbana, atual município de Luanda, mas abrange também as zonas periféricas, os musseques (cf. a divisão político-administrativa da província de Luanda, apresentada em 3.3.1; e ainda o Mapa 5).

Linguisticamente, o Kimbundu continua a ser a língua banta dessa região, independentemente de a sua vitalidade poder estar em diminuição, juntando-se-lhe o português, falado por quase toda a população dessa cidade (3.3.2.1). Todos esses fatores permitem definir uma identidade coletiva, cujos laços de solidariedade são estabelecidos através de práticas sociolinguísticas e culturais. Este ambiente heterogéneo pode conformar uma macrorrede social, com microrredes diversas, nas quais se compartilham

⁸⁰ Ver 2.1.1 e 2.1.2, sobre a relevância da “comunidade de fala” na investigação sociolinguística, enquanto espaço de recolha do “vernáculo”.

atitudes linguísticas comuns, como, por exemplo, o apreço pela presença de empréstimos na subvariedade do português falado nessa urbe.

2.3.4.3. Técnica de amostragem utilizada e o perfil social dos informantes

Para o nosso trabalho, optámos pela técnica de “amostragem aleatória estratificada ou quase-aleatória” (Tagliamonte 2006:23). Resultante da modificação ou evolução da “amostragem aleatória”, tornada inadequada em situações complexas, a amostragem aleatória estratificada passou a constituir um instrumento mais útil para a representatividade da amostra, assegurando a extrapolação dos resultados obtidos na análise da amostra para toda a população⁸¹.

Quanto à dimensão da amostra e à estratificação dos informantes, considerámos que 36 informantes, com uma distribuição equilibrada por faixa etária, nível de instrução e sexo, seriam adequados. A nossa amostra é, assim, equilibrada e representativa das variáveis sociais tomadas como principal referência, as que têm sido utilizadas nomeadamente em trabalhos sobre o português falado em África (cf. Brandão e Vieira 2012a; 2012b; Inverno 2009b; Mota 2015, por exemplo), por se revelarem as mais relevantes na análise.

A localização da maior parte dos informantes e o contacto com os mesmos foram feitos através da indicação de pessoas conhecidas, como colegas de trabalho e nossos alunos, a quem pedíamos que nos indicassem pessoas disponíveis para a entrevista. Nalguns casos, foram até esses nossos conhecidos que combinaram o lugar, a hora e as condições das entrevistas, em diferentes pontos da cidade de Luanda. Quando chegávamos, já os nossos interlocutores estavam de acordo para realizar uma conversa, sem saberem, contudo, qual a sua finalidade concreta. Consideremos a tabela seguinte, que traduz o desenho amostral básico concebido para a nossa tese (as siglas em cada célula correspondem à identificação dos informantes, como forma de assegurar o anonimato dos mesmos, um procedimento recomendado em trabalhos desse género), remetendo-se, desde já, para a Tabela 2, abaixo, que completa a informação:

⁸¹ Para a compreensão da amostragem aleatória e outros tipos, ver Sankoff (1980a), Milroy e Gordon (2003), Sousa e Baptista (2011) e Bijeikienė e Tamošiūnaitė (2013).

Tabela 1: A nossa amostra – distribuição dos informantes por variáveis sociais

Faixa etária	Nível de instrução					
	1 analfabeto/primária		2 ensino secundário		3 ensino médio-superior / superior	
	homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
A 18-25	E0O	AAB	A0F	FSP	ACB	AV
	DFC	I0G	JPS	MCQ	EP	ABI
B 26-45	JXM	D0F	B0S	DFA	C0T	CBT
	BMA	MEJ	SAK	MAC	M0C	M0A
C 46>	AAF	CDS	G0N	AGH	C0V	EMC
	A0E	A0J	J0C	ASM	JPM	CMS

Embora alguns autores recomendem seis informantes por cada subgrupo (ou seja, seis informantes por faixa etária e por nível de instrução, três de cada sexo), consideramos que quatro integrantes, como acontece em muitos trabalhos que consultámos, são um número adequado aos nossos propósitos. Na verdade, foram efetuadas mais entrevistas, mas algumas delas não puderam ser aproveitadas ou por o informante se limitar a respostas demasiado breves e não responder, assim, aos objetivos, ou por as condições acústicas serem más. Das leituras feitas, podemos inferir que não existem valores rigorosamente definidos para o efeito, dependendo da dimensão ou complexidade de cada projeto e dos recursos disponíveis para a execução da tarefa em causa. Na verdade, as amostras para estudos linguísticos tendem a ser muito menores do que as encontradas em outros tipos de pesquisas; as amostras muito grandes parecem não ser mais fiáveis, de acordo com diversos autores, entre os quais o próprio Labov (Labov 1966:180-181; Sankoff 1980a:51-52; Milroy e Gordon 2003:38-39; Tagliamonte 2006:32-33).

O perfil social dos falantes corresponde a um conjunto de traços que ajudam a caracterizá-los de acordo com os fatores sociais definidos no “desenho da amostra”, ilustrado na Tabela 1. Para tal, concebemos uma ficha sociológica, integrada no guião da entrevista (cf. tabela do Anexo 2). A ficha não foi aplicada explicitamente – por exemplo, preenchida previamente pelos informantes ou pelo entrevistador –, mas foi completada por nós a partir das informações obtidas no decurso das entrevistas: procurámos obter, com naturalidade, os dados respetivos a cada item⁸².

⁸² Por razões de delimitação do presente trabalho, importa referir que nem todos os elementos constantes desse documento foram explorados, podendo vir a sê-lo em trabalho posterior.

Na prática, esse instrumento serviu-nos de ponto de partida para a realização da entrevista, fornecendo-nos informações úteis para um conhecimento prévio dos nossos informantes e para, de algum modo, adequar a condução da entrevista. Os resultados da sua aplicação podem ser aferidos resumidamente nos dados da tabela seguinte:

Tabela 2: Perfil dos informantes

N.º	Informante	Sexo	Idade	Nível de instrução	Língua materna (LM)	Local de nascimento
1	E0O	H	22	Primário	Oshiwambo	Cunene
2	D0C	H	24	Primário	Português	Benguela
3	A0B	M	19	Primário	Português	Cuanza Norte
4	I0G	M	21	Primário	Kikongo	Uíge
5	A0F	H	25	Secundário	Português	Luanda
6	JPS	H	23	Secundário	Português	Luanda
7	FSP	M	23	Secundário	Português	Luanda
8	MCQ	M	24	Secundário	Português	Luanda
9	ACB	H	25	Superior	Umbundu	Huíla
10	EAP	H	25	Superior	Português	Luanda
11	A0C	M	25	Superior	Português	Luanda
12	ABI	M	25	Superior	Português	Luanda
13	JXM	H	28	Secundário	Português	Malange
14	BMA	H	37	Primário	Kimbundu	Cuanza Norte
15	D0M	M	31	?	Kimbundu	Cuanza Norte
16	MEJ	M	43	Secundário	Português	Cuanza Norte
17	B0S	H	42	Secundário	Kimbundu	Cuanza Sul
18	SAK	H	44	Secundário	Kimbundu	Bengo
19	DFA	M	30	Secundário	Kikongo	Uíge
20	MAC	M	32	Secundário	Português	Benguela
21	CT	H	29	Superior	Português	Luanda
22	M0C	H	42	Superior	Umbundu	Benguela
23	CBT	M	28	Superior	Português	Malange
24	M0A	M	26	Superior	Português	Luanda
25	AAP	H	59	Primário	Kimbundu	Uíge
26	A0E	H	61	Primário	Português	Luanda
27	ADS	M	60	Analfabet.	Kimbundu	Bengo
28	A0J	M	47	Analfabet.	Luvale	Moxico
29	G0N	H	52	Secundário	Kimbundu	Luanda
30	J0C	H	55	Secundário	Kimbundu	Bengo
31	AGH	M	46	Secundário	Oshiwambo	Cunene
32	ASB	M	49	Secundário	Kimbundu	Cuanza Norte
33	C0V	H	47	Superior	Kimbundu	Malange
34	JPM	H	54	Superior	Umbundu	?
35	EMC	M	53	Superior	Português	Luanda
36	CMS	M	52	Superior	Português	?

Os dados desta tabela e da anterior mostram que considerámos cinco variáveis extralinguísticas, para a constituição da amostra:

- (i) *Sexo*: para esta variável social, tomámos como referência da nossa amostra um grupo de 18 homens e outro de 18 mulheres, representando as 3 faixas etárias e os três níveis de instrução definidos na amostragem.
- (ii) *Faixa etária*: definimos três faixas etárias: (a) 18-25 anos de idade, cujos integrantes estão geralmente ainda em fase de escolarização, embora alguns já a caminho da vida ativa, uma vez concluída a escola ou não; (b) 26-45 anos de idade, já inseridos na vida ativa do mercado de trabalho; e (c) informantes na faixa dos 46 anos de idade para acima, envolvendo indivíduos adultos, estando uns ainda em atividade e outros já na fase da reforma. Cada subdivisão corresponde a 12 indivíduos, totalizando 36 informantes.
- (iii) *Nível de instrução*: em relação a esta variável, tivemos em conta três grandes grupos: 12 informantes do nível 1 de instrução, integrada por indivíduos analfabetos (apenas dois informantes) e com instrução primária; 12 informantes do nível 2, que abarca pessoas que tenham concluído ou estejam no ensino secundário; e 12 informantes do nível 3, no qual se agrupam falantes que concluíram ou estão a iniciar o ensino superior⁸³.

A estruturação desses níveis de instrução aproxima-se aos níveis de escolaridade determinados na Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei 13/01), vigente no país, na altura das entrevistas (2012/2013), como resultado da 2.^a Reforma da Educação, em Angola⁸⁴. O sistema compreende três níveis de escolaridade, conforme a tabela seguinte:

⁸³ No nível 1, apenas 11 informantes, já que um dos entrevistados não declara o seu nível de escolaridade, por culpa do entrevistador que não solicitou essa informação, daí o sinal (?), na tabela anterior. Mas podemos deduzir, pelo conteúdo da conversa, que faz parte do nível em que se encontra encaixado.

⁸⁴ A I Reforma Educativa, no período pós-colonial, ocorreu em 1976, e estabelecia cinco níveis de ensino: 1.º nível (1.^a à 4.^a classe); 2.º nível (5.^a e 6.^a classes); 3.º nível (7.^a e 8.^a classes); ensino médio (9.^a à 11.^a/12.^a classe); e ensino superior (4 a 5/6 anos de escolaridade).

Tabela 3: Níveis de ensino do Sistema de Educação em Angola

Nível		Classes
Primário		1. ^a , 2. ^a , 3. ^a , 4. ^a , 5. ^a , e 6. ^a
Secundário	I Ciclo	7. ^a , 8. ^a e 9. ^a
	II Ciclo	10. ^a , 11. ^a , 12. ^a ou 13. ^a nos cursos de formação de professores
Superior		4/5 anos de duração e 6 anos para o curso de Medicina

Fonte: Elaboração nossa a partir dos dados da Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei 13/01).

(iv) *Língua materna*: quanto à língua materna⁸⁵ dos nossos informantes, registámos que o português é predominante, havendo depois uma grande diversidade de LBA: estão envolvidas seis línguas diferentes (2.4.1). A língua, como um dos aspetos de identidade coletiva, marca evidentemente o perfil do indivíduo, na medida em que, a partir dela, se pode evidenciar a lealdade e solidariedade grupal e as atitudes positivas face à língua de origem e à outra língua de contacto. Um dado importante que se pode tirar desse aspeto é o facto de todos os informantes falarem português, independentemente da competência de cada um, o que constitui um traço comum no presente estudo. É curioso verificar que alguns informantes, essencialmente jovens nascidos em Luanda, não falam nenhuma LBA, mesmo a dos seus pais, não sendo assim bilingues.

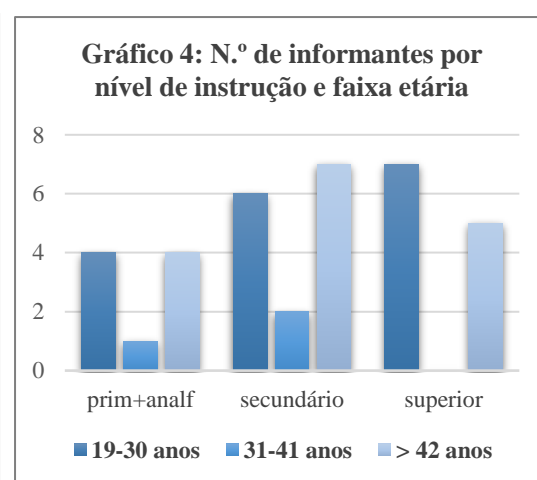
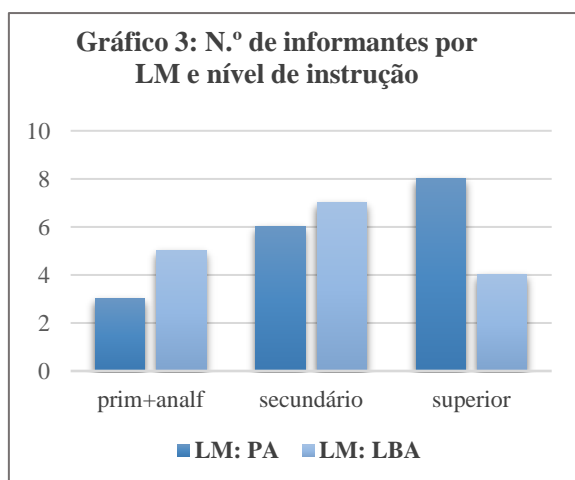
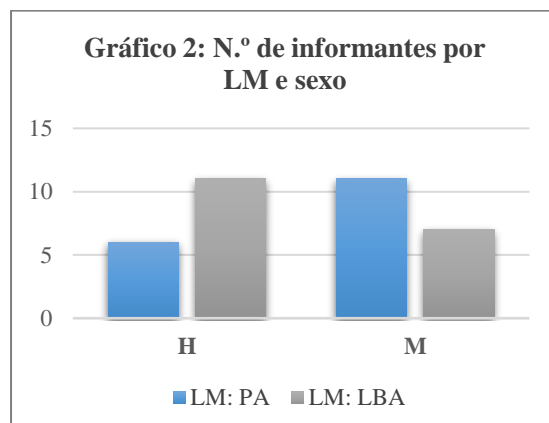
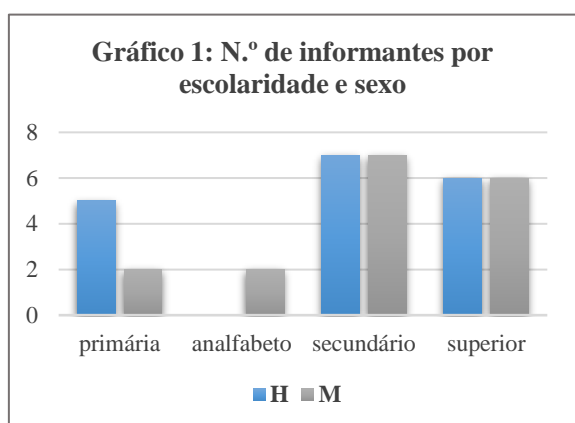
(iv) *Local de nascimento*: conforme se vê na análise dos dados, mais abaixo, Luanda recolhe o maior número de informantes. Cremos que a origem (em termos de lugar e mesmo de grupo étnico) pode funcionar também como um dos elementos do seu perfil, a par da(s) língua(s) que fala. No âmbito deste trabalho, o interesse por esse aspeto reside apenas em termos uma ideia sobre a distribuição geográfica dos nossos informantes, em relação ao local de origem (note-se que dois dos informantes também não declararam a sua proveniência, daí serem marcados com o sinal (?), na Tabela 2):

⁸⁵ Neste trabalho, não discutimos os conceitos associados à língua considerada como a primeira adquirida no seio familiar, embora estejamos cientes de que se trata de um domínio em que há diferentes designações, consoante as escolas de pensamento, sobretudo quando se trata de falantes bi/multilíngues. Para o nosso objetivo, interessa-nos apenas conhecer qual a primeira língua que os nossos informantes adquiriram, que denominamos “língua materna” (LM), embora hoje se fale de L1, L2, mais concretamente, no âmbito de aquisição linguística. Como sinónimo de LM, usámos também o termo “língua nativa”.

Tabela 4: Distribuição dos informantes por província de origem

Província	Informantes	Percentagem
Bengo	3	8%
Benguela	3	8%
Cuanza Norte	5	14%
Cuanza Nul	1	3%
Cunene	2	6%
Huíla	1	3%
Luanda	12	33%
Malange	3	8%
Moxico	1	3%
Uíge	3	8%
Desconhecido	2	6%
Total	36	100%

A partir do conjunto dos dados acima, é possível fazer cruzamentos de variáveis de vários tipos, como ilustramos nos gráficos a seguir, aspeto que poderá, em trabalhos subsequentes, ser mais explorado do que na presente tese:



2.3.4.4. Técnica de recolha de dados utilizada: a entrevista sociolinguística

Na recolha de dados, usámos a entrevista sociolinguística, uma técnica com grande tradição em Sociolinguística, como descrito em 2.3.2, e que constitui uma ferramenta bastante eficaz e adequada aos propósitos do nosso trabalho. Este tipo de entrevista tem a vantagem de minimizar o efeito negativo causado pela presença do pesquisador na naturalidade da situação de coleta de dados. Ou seja, permite o contacto direto entre o pesquisador e o informante, em ambientes informais, e salvaguarda em grande parte o carácter espontâneo exigido neste tipo de pesquisa, apesar de o informante saber que está a ser gravado. A opção por este tipo de técnica permitiu, segundo cremos, criar um contexto de fala o mais natural e o mais próximo possíveis da conversa quotidiana.

Da entrevista semiestruturada, pela qual optámos, fazem parte quatro tipos de questões, como se pode observar nas perguntas constantes do guião (cf. Anexo 2):

- (i) Perguntas de resposta fechada: com um carácter de eliciação dos resultados, este tipo de perguntas previa propositadamente que a resposta do informante alcançasse o empréstimo pretendido, embora, em certos casos, acabassem por aparecer outros não previstos.
- (ii) Perguntas de resposta aberta: recorrendo a estas perguntas, pretendíamos obter resultados espontâneos, suscitados pela fala mais fluida, dado o carácter de resposta livre requerida.
- (iii) Perguntas de resposta semiaberta: com este tipo de questões, objetivámos respostas um pouco mais controladas ou direccionadas, partindo sempre de uma resposta livre.
- (iv) Narrativas de vida pessoal: a preocupação era criar um certo à-vontade nos informantes, que concorresse para um ambiente de certa naturalidade e espontaneidade no discurso, procurando evitar o “paradoxo do observador”.

Como se sabe, este tipo de entrevista permite certa liberdade do entrevistado, mas sem nunca fugir dos temas em abordagem, situando-se sempre dentro dos marcos definidos pelo entrevistador, conforme a nossa pretensão. Com esta flexibilidade, ao longo da entrevista, aplicámos o questionário em função da dinâmica do próprio processo, sem nos cingirmos rigorosamente à ordem do guião. Por exemplo, determinadas questões (algumas não previstas) surgiram no seguimento ou na deixa de uma resposta. O

importante foi termos mantido o controlo da situação, já que, em certo momento de deriva, tivemos que voltar ao roteiro.

2.3.4.4.1. Guião da entrevista

A planificação da entrevista deve refletir o objetivo central da investigação e a sua realização deve apoiar-se num guião, seja qual for a sua estrutura ou formato. Esta ferramenta funciona como elemento de orientação na execução dessa tarefa no terreno, isto é, no trabalho de campo. O guião ou roteiro pode ser caracterizado genericamente de acordo com a definição apresentada em Sousa e Baptista (2011:83):

Guião de entrevista é um instrumento para a recolha de informações na forma de texto que serve de base à realização de uma entrevista. O guião é constituído por um conjunto (ordenado ou não) de questões abertas (resposta livre), semi-abertas (parte da resposta fechada e outra livre) ou fechadas.

A entrevista sociolinguística caracteriza-se como uma série de conjuntos de questões hierarquicamente estruturadas, definidos como “módulos conversacionais ou recursos” (Labov 1984:33-35; Tarallo 1986:22; Milroy e Gordon 2003:58-59; Tagliamonte 2006:37-39). Estes selecionam-se com base em dois critérios, concretamente as experiências das entrevistas anteriores bem sucedidas e o valor das informações que os tópicos podem gerar para o investigador.

Estruturámos o nosso guião com base em cinco itens, conforme o documento apresentado no Anexo 2, já referido anteriormente:

- (i) Tema da entrevista: “Realidade sociocultural de Angola”; este tema emana da temática geral e dos objetivos da tese e cobre especificamente os aspetos ligados ao tipo de unidades lexicais em estudo. Como se pode notar, na subsecção seguinte, o referido tema é subdividido em diferentes tópicos a partir dos quais se formularam as várias questões da entrevista;
- (ii) Objetivo da entrevista: indica o propósito da entrevista globalmente centrado na recolha de dados espontâneos do POL;
- (iii) Tipo da entrevista: definido em função do modelo (audiogravada) e estruturada, tendo em conta a tipologia das questões (semiestruturada);

(iv) Dados sociológicos dos informantes (ficha): inserida no guião, contém elementos que servem para caracterizar o perfil dos informantes;

(v) Questionário para dados linguísticos: subdividido em nove subtemas, esta parte é constituída por 39 perguntas, conforme numeradas no documento em descrição.

Como um dos instrumentos que asseguram a boa realização da entrevista, o guião deve ser flexível, podendo ser reajustado a cada situação específica. Por outro lado, é preciso considerar que não existe um modelo único de guião, variando em função do tipo da entrevista. Devemos reconhecer, portanto, que o nosso guião, apesar de conter determinadas insuficiências, pôde corresponder às necessidades do nosso trabalho.

Quanto aos tópicos da entrevista, seguindo a orientação de Vaux e Cooper (2003:37) e Bower (2008:35-36), partimos de uma lista prévia de empréstimos bantos para a estruturação do guião de entrevista, tentando levar os informantes a falar de realidades que conduzissem à utilização desse léxico; foi este o fio condutor dos diálogos.

A estruturação da entrevista por tópicos ou módulos privilegiou questões do quotidiano, de cariz essencialmente sociocultural (p. e., comportamentos dos jovens, danças e músicas típicas de Angola, desporto, etc.), embora tenhamos incluído também um subtema sobre aspetos ambientais (fauna e flora), dado o número considerável de empréstimos comuns nessa área. Seleccionámos nove tópicos, a partir dos quais concebemos as diferentes questões colocadas aos informantes. Remetemos para o guião no Anexo 2, para informação detalhada.

Importa referir que alguns subtemas foram definidos tendo em conta pressupostos teórico-metodológicos ligados à necessidade de se reduzir o impacto que a compreensão da intenção do estudo teria, podendo inibir o discurso dos informantes, se percebessem que estavam a ser observados para fins de um estudo académico. Neste caso, optámos por temas de natureza diversa, sem fazer referência específica à língua, evitando a desconfiança dos informantes em relação ao objetivo real da entrevista, que influenciariam possivelmente as respostas. Assim, procurámos assegurar a espontaneidade necessária nesse tipo de investigação.

A partir desses tópicos, formulámos as questões da entrevista, baseando-nos no conhecimento prévio que temos da situação real em estudo. Para tal, primeiro elaborámos uma lista, contendo todos os empréstimos que conseguimos recolher de fontes diversas, e depois, estruturámos o roteiro, quanto a esse quesito particular.

2.3.4.4.2. Realização das entrevistas: estratégias e procedimentos

A efetivação das entrevistas foi uma tarefa muito complexa de executar, daí que tenha exigido determinadas estratégias e procedimentos adequados a cada situação. Assim, a nossa atitude inicial pautou-se pela observância de alguns procedimentos básicos orientados para situações de entrevista, em geral (cf. Sousa e Baptista 2011:84-85), e de entrevista linguística e/ou sociolinguística, particularmente (Margetts e Margetts 2012:14-15, para além das obras citadas nas notas 73 e 74, acima).

As entrevistas realizaram-se numa interação direta, ou seja, numa “interação diádica” (Milroy e Gordon 2003:61-62), por envolver o entrevistador e o entrevistado, cada um com o seu papel bem definido, cabendo ao primeiro fazer as perguntas e suscitar a produção e ao segundo responder a estas mesmas perguntas ou reagir a estímulos do entrevistador, dentro de um “princípio cooperativo”. Como dissemos anteriormente, os locais e as horas das entrevistas foram sempre combinados previamente, com ajuda de pessoas conhecidas do entrevistador e dos informantes.

As entrevistas começaram com questões sobre os dados sociológicos dos informantes e foram progredindo para aspetos mais relevantes do ponto de vista do objetivo linguístico, tal como projetado no guião e conforme é aconselhado (Tagliamonte 2006:39). Tentámos mostrar-nos bem integrados no ambiente onde decorria cada entrevista, visando a criação de uma cooperação entre entrevistado e entrevistador que favorecesse a descontração do entrevistado, salvaguardando, contudo, a sua privacidade. De seguida, adotámos os seguintes procedimentos com base em Sousa e Baptista (2011:84-85): esclarecimento dos objetivos da entrevista (claro que fora do âmbito linguístico, pondo a tónica em hábitos culturais), garantindo confidencialidade quanto à identificação do entrevistado; sensibilizámos o informante sobre a relevância dessa mesma entrevista, cujos resultados desejados dependiam muito da sua colaboração; procurámos mostrar compreensão e simpatia pelo entrevistado; usámos um tom informal, de conversa, procurando reduzir a carga de formalidade que poderia existir entre pessoas desconhecidas até ao momento.

A condução da entrevista requer muita atenção e habilidade do entrevistador, pois, à medida que se vai avançando, podem ir surgindo dificuldades imprevistas, como, por exemplo, a desatenção, o desinteresse, o desvio dos objetivos, a fadiga dos informantes, ou mesmo a complexidade e a sensibilidade das questões colocadas que podem embaraçar

o interlocutor. Para debelar tais situações, são aconselhadas estratégias que têm a ver com a necessidade de adequação das perguntas em função da especificidade de cada comunidade de fala ou de cada informante, atendendo a situações socioculturais específicas (Tagliamonte 2006:40). Embora se reconheça a utilidade de temas sensíveis ou tabus, com certa carga emocional, para incentivar os informantes ou tornar a entrevista mais natural (como referido em 2.1.1), aconselha-se maior atenção ou cautela na formulação das questões sobre tais temas ou até evitá-las, segundo Vaux e Cooper (2003:40) e Tagliamonte (2006:42); na prática, podem em geral abordar-se, desde que se conheça o contexto sociocultural, mas nem sempre com sucesso. Por exemplo, no nosso trabalho de campo, deparámo-nos com a seguinte situação: uma informante, moradora da ilha de Luanda, recusou-se a falar de rituais tradicionais daquela comunidade, referentes a *kianda* ('sereia'), por não ser da sua competência e por professar a fé cristã. Todavia, a mesma senhora empolgou-se com a conversa sobre o carnaval, os bailes antigos e as mulheres *bessanganas*, a ponto de pedir que fosse fotografada, uma vez vestida como tal.

Perante esse tipo de dificuldades, fomos incentivando os nossos interlocutores, ao longo da entrevista, quer introduzindo algumas questões até certo ponto sensíveis, mas familiares e de interesse dos informantes, quer usando a elicitación, intervindo em algumas respostas para procurar conduzi-los aos resultados preconizados, quer ainda recorrendo a questões de resposta direta. Com efeito, em muitos casos, os empréstimos foram surgindo espontaneamente, ao longo da conversa, enquanto noutros casos, foi preciso redirecionar os informantes para os objetivos. Por exemplo, algumas vezes, tivemos que dar algumas explicações sobre determinado assunto, só para motivar o informante e permitir a progressão da conversa, o que, reconhecemos, resultou em interferência exagerada do entrevistador no discurso do entrevistado. Este é um aspeto negativo em algumas dessas entrevistas; aconselha-se, de facto, que se deve evitar influenciar as respostas dos informantes, mesmo que seja pela entoação ou pelo destaque das palavras produzidas pelo entrevistador (Milroy e Gordon 2003:84).

Um aspeto importante a considerar na entrevista tem a ver com a gestão de tempo. Deve sempre informar-se o entrevistado do tempo previsto para a realização da entrevista (Sousa e Baptista 2011:85), procurando adaptar-se ao tema e aos objetivos da investigação. Para autores como Milroy e Gordon (2003:58) e Bower (2008:44), por exemplo, dados fonológicos podem ser obtidos num curto espaço de tempo, ao contrário de questões sintáticas, que exigem maiores quantidades de dados e obviamente mais

tempo. Este aspeto fica evidente no presente trabalho: a obtenção de dados lexicais requerer entrevistas extensas, já que nem sempre é fácil obter dos informantes itens relevantes para o estudo. Existem, nas nossas entrevistas, partes bastante longas sem a produção de nenhum empréstimo e houve entrevistas completas que foram descartadas por não nos terem fornecido um número razoável do material pretendido.

Independentemente das circunstâncias diversas ou das diferentes vicissitudes registadas no decurso das entrevistas, todas terminaram num clima descontraído e de cordialidade. Este aspeto é notório a partir do último tópico do guião, que é a “conclusão” da entrevista, no qual pedíamos que o informante enviasse “uma mensagem final aos luandenses”. Com este procedimento, queríamos também que o nosso entrevistado pudesse dar-nos livremente qualquer outra informação, útil ao trabalho, que não tivesse tido oportunidade de fornecer ao longo da entrevista⁸⁶.

Quanto à qualidade do material por nós recolhido, cremos que esses dados podem ser considerados, na sua globalidade, como linguisticamente bons, pela sua qualidade e quantidade, satisfazendo os objetivos preconizados, apesar do número reduzido de empréstimos verificado em certas entrevistas. Tecnicamente, apesar de alguns ruídos e interferência de vozes, as entrevistas são de bastante qualidade, no geral. Há que lamentar, contudo, algumas insuficiências técnicas, como a baixa audibilidade de alguns trechos, e o facto de ruídos do exterior e interferência de vozes estranhas nos terem obrigado, por vezes, a desligar o gravador, criando-se um lapso na sequência da conversa. Nota-se também alguma discrepância no tempo das entrevistas, cuja duração foi ditada pela dinâmica da própria conversa, sendo algumas mais longas e outras mais curtas. Algumas dificuldades no contacto com alguns informantes foram também inconvenientes. Esses aspetos devem-se principalmente aos ambientes pouco propícios onde as entrevistas foram realizadas e também a certa inexperiência da nossa parte nesse tipo de atividades de campo, uma dificuldade que fomos superando, à medida que íamos avançando com o trabalho. O investigador tem que refinar ou aprimorar continuamente as técnicas e as estratégias que utiliza, ao longo do processo da recolha de dados, como o nosso desempenho demonstrou.

⁸⁶ Recomenda-se que se “deve terminar a entrevista como se começou, num ambiente de cordialidade, caso seja necessário voltar e obter novos dados” (Sousa e Baptista 2011:85).

Recolhidos para que servissem de material empírico no tratamento da integração morfológica e fonológica dos empréstimos lexicais bantos na subvariedade do português em estudo, gravámos as entrevistas em áudio, com o recurso de um gravador áudio digital. Na verdade, do ponto de vista técnico, a definição do tipo de gravador e outros equipamentos de suporte a usar, como os microfones, auriculares e os *softwares*, deve constituir uma das prioridades básicas da agenda do investigador. No nosso trabalho, optámos pelo gravador do tipo já referido como principal instrumento nas gravações. Trata-se de um aparelho de marca *Phillips Voice Tracer*, gentilmente cedido pelo CLUL. Em termos técnicos, é caracterizado como um “gravador de estado sólido” (*solid state recorders*) e considerado como um aparelho áudio de alta resolução, aconselhado neste tipo de pesquisa, por poder armazenar na memória interna grandes quantidades de dados (Margetts e Margetts 2012:7-8). Equipado de um microfone interno, de alta precisão, admite também a incorporação de um “microfone de cabeça” (*head-mounted microphone*) e outro de lapela, ajustável às condições de cada informante. Os auriculares ou fones de ouvido foram o outro equipamento acessório, diretamente incorporados ao gravador, e usados no final de cada entrevista, para aferir a qualidade do material, e nas transcrições.

Para a conservação do material, as gravações foram transferidas para um PC, descarregadas em ficheiros áudio de formato digital DVT. Estes mesmos ficheiros, configurados para passar no sistema de som MP3 *player*, foram utilizados para a realização das transcrições (em ficheiros do tipo *Word*).

Por último, interessa referir que, tal como em outros campos de investigação científica que envolvem seres humanos, em Linguística também são observados determinados princípios éticos e procedimentos legais nas gravações. Ou seja, o investigador precisa de respeitar determinados critérios que não atentem contra os interesses da comunidade e/ou dos entrevistados, na recolha de dados sociolinguísticos. Este procedimento resume-se na necessidade de o projeto ser reconhecido ou autorizado por uma instituição competente e que a realização das entrevistas tenha o consentimento dos informantes⁸⁷. No nosso caso, o projeto é reconhecido pelas instituições às quais estou

⁸⁷ Para uma abordagem aprofundada das questões éticas nas investigações linguísticas, ver concretamente os trabalhos de Bijeikienė e Tamošiūnaitė (2013), Bower (2008), Freitas (2010), Labov (1984), Meyerhoff (2006), Milroy e Gordon (2003), Tagliamonte (2006). Ainda a respeito desse aspeto, segundo Milroy e Gordon (2003:79) e Bower (2008:148), em vários países, muitas instituições universitárias e de investigação dispõem de comissões de ética ou estabelecem diretrizes próprias que orientam os pesquisadores que trabalham em qualquer campo com seres humanos. Nos E.U.A, existe, por exemplo, o IRB – *Institutional Review Board* (Conselho de Revisão Institucional) –, ao qual se devem subter as

vinculado, concretamente a FLUL, enquanto estudante, e o ISCED de Luanda, como docente; esta entidade autorizou a frequência do referido curso e a essa condição junta-se o beneplácito das instituições promotoras e financiadoras da formação, respetivamente os Ministérios da Educação e de Ensino Superior de Angola, no âmbito do “Projeto Intersectorial sobre o Acordo Ortográfico”. No terreno, todas as entrevistas tiveram a permissão dos informantes e não nos foi necessário exhibir qualquer documento que legitimasse a nossa ação, já que contámos sempre com o apoio de algum intermediário, como explicado acima.

2.3.5. Constituição do *Corpus POL*

Os dados recolhidos foram processados e organizados; isto é, para que esses dados “brutos” constituíssem um verdadeiro *corpus* linguístico, necessitaram de ser trabalhados em diferentes fases.

A seguir, após um breve enquadramento teórico sobre a noção de “*corpus* linguístico”, e refletindo as tarefas principais pós-recolha dos dados, referimos os aspetos associados à transcrição do *corpus* (2.3.5.1) e à identificação e seleção dos empréstimos (2.3.6), antes de passar à análise dos dados obtidos, em 2.4.

Os dados da fala real, considerados nas abordagens sociolinguísticas, uma vez sujeitos a procedimentos apropriados, constituem o “*corpus* linguístico”, ou simplesmente “*corpus*”, o material de base, do qual se extraem os elementos necessários ao estudo. O *corpus* consiste, deste modo, numa coleção de textos de linguagem natural que é armazenada e processada eletronicamente (Bijeikienė e Tamošiūnaitė 2013:77). Ou, como definido por Baker (2010:5-6), partindo de uma perspetiva etimológica do termo (do latim *corpus* ‘corpo’ (sg) e *corpora* ‘corpos’ (pl)), *corpus* é linguisticamente entendido como um “corpo” de linguagem, ou mais especificamente, uma coleção (normalmente) muito grande de linguagem natural, armazenada como arquivos de computador. Como se pode notar, a noção envolve naturalmente o material linguístico e o aspeto tecnológico do seu processamento e conservação. Mas são os dados que

propostas de pesquisa, para uma revisão interna. Freitas (2010:32) remete para as orientações da BAAL (*British Association for Applied Linguistics*), no caso daquelas instituições que não tenham regulação para as pesquisas linguísticas (<https://baal.org.uk/> [16/03/2018]). Também vale referir, aqui, a “Comissão de Ética para Investigação” (CEI) da FLUL (cf. <http://www.lettras.ulisboa.pt/pt/investigacao/comissao-de-etica-para-a-investigacao>; acesso: 27.04.2012).

constituem a substância básica de um *corpus* linguístico (Tagliamonte 2006:51).

Em princípio, um *corpus* é parte do projeto de investigação e a sua construção deve obedecer a um plano previamente definido, para melhor servir os interesses do estudo⁸⁸. A natureza e as características desse material dependem muito dos objetivos e da dimensão da pesquisa; ou seja, o pesquisador define inicialmente o tipo de dados com que quer trabalhar, ou orais ou escritos, como recolhê-los e processá-los. Em suma, pode obter-se um *corpus* de tamanho reduzido ou de grandes dimensões, de referência ou especializado (Baker 2010:12), cuja relevância é determinada, sobretudo, pela sua utilidade no estudo das línguas⁸⁹. Por isso, Bacelar do Nascimento (2002:2) defende que “um *corpus* se define não só por factores tão importantes como a sua dimensão, constituição, diversificação, estrutura e dinâmica de atualização, mas também, decididamente, pela variedade de utilizações que proporciona”. Atualmente, reconhece-se o papel relevante dos *corpora* linguísticos na interpretação e explicação de diferentes fenómenos linguísticos, sendo cada vez mais alargada a aplicação desses recursos, em diferentes áreas de estudo. De facto, considera-se “de uma forma abrangente, que os *corpora* proporcionam novas maneiras de estudar as línguas, das quais resultam descrições, generalizações e hipóteses teóricas de grande consistência porque fortemente enraizadas nos dados empíricos” (Bacelar Nascimento 2002:1), à semelhança do que já realçámos acima, sobre o “estudo do vernáculo”, em abordagens sociolinguísticas (2.1).

Na investigação sociolinguística, em particular, os *corpora* ocupam um espaço privilegiado, já que toda a abordagem sobre os factos linguísticos na sociedade assenta na análise de dados recolhidos num determinado contexto social e tratados com métodos próprios. Reiteramos, baseiando-nos em Milroy e Gordon (2003:2), que o uso de um *corpus*, em qualquer estudo sociolinguístico, constitui uma das preocupações metodológicas importantes da qual todos os investigadores devem ter consciência.

Passando à constituição do ***Corpus POL***: o material empírico que suporta a análise dos empréstimos linguísticos resultantes do contacto linguístico, uma das formas de enriquecimento e inovação lexical da língua de acolhimento, caracteriza-se como um

⁸⁸ Ver Tagliamonte (2006:50), sobre os componentes de um *corpus* e a sua construção.

⁸⁹ Sobre as noções de *corpora* de referência e *corpora* especializados, considere-se a abordagem de Baker (2010:12-16). Hoje em dia existem grandes bases de dados linguísticos, quer orais quer escritos. Para o caso particular do PE, destaca-se o trabalho do CLUL, na elaboração desse tipo de material (cf. a lista de recursos desta instituição, em <http://www.clul.ulisboa.pt/en/resources-en>; acesso: 20/04/2017).

corpus oral e especializado, pelo seu tamanho e por privilegiar um assunto específico. Como referido em 2.3.4.1, trata-se de um *corpus* que resulta das 36 entrevistas informais a 36 informantes, gravadas em Luanda, em 2012 e 2013, com a duração total de 25 horas, 25 minutos e 15 segundos, no âmbito da investigação de Doutoramento em Linguística na FLUL. Os informantes foram selecionados de acordo com os princípios metodológicos da Sociolinguística (2.3.4.3). Este material acompanha a nossa tese, em versão digital.

O *corpus* reunido permitiu-nos:

- Identificar um número considerável de empréstimos lexicais, produzidos em contextos discursivos, os mais naturais possíveis.
- Extrair dados necessários à compreensão dos processos de integração morfológica e fonológica desse tipo de palavras na subvariedade em estudo.
- Interpretar ou aferir o grau de integração das referidas unidades lexicais na LA, com realce para a mudança de classe lexical e de significado.
- Explicar os fatores externos implicados na adoção de empréstimos no POL, partindo do aspeto básico da copresença de línguas diferentes na mesma comunidade.

A opção por trabalhar sobre um *corpus* oral justifica-se pela relevância que os dados da oralidade têm no estudo dos factos linguísticos, em geral: “contrariamente à escrita, ela [a fala] não se vislumbra tão prescritiva e possibilita um maior leque de variações, o que não significa que não haja limites para estas mesmas variações” (Ribeiro 2012:38; *apud* Adriano 2014b:147-148). Por outro lado, o discurso oral é caracterizado por marcas específicas que o diferenciam do discurso escrito, mais controlado, o que permite uma maior possibilidade de observar a variação e a mudança linguística que, como é sabido, ocorrem primeiro na oralidade. Esta constatação parece encaixar-se perfeitamente naquilo que acontece com os empréstimos lexicais, sobretudo no primeiro momento da sua ocorrência na comunidade. Os empréstimos são condicionados por fatores sociais e muitos deles são específicos a usos informais ou do uso comum numa determinada comunidade de fala, como é o nosso caso. Assim, a utilização de dados do discurso oral propicia a obtenção do vernáculo da comunidade em estudo.

Fazendo notar que já existem estudos da variedade do PA com base em *corpora*, estes são escassos (ver, p.e., Adriano 2014a, 2014b; Chavagne 2005; Inverno 2005, 2008, 2009a, 2009b, quase todos dissertações de mestrado e teses de doutoramento), sendo urgente a construção de *corpora* linguísticos mais vastos, quer de referência quer

especializados, uma tarefa para a qual pensamos contribuir com o nosso *corpus* e para a qual gostaríamos de contribuir mais, no futuro.

2.3.5.1. Transcrição do *Corpus*

A transcrição do *corpus* é o processo de representação de um texto oral sob forma escrita, incluindo a transposição, o mais fiel possível, das marcas da oralidade no texto escrito.

Desde as primeiras formas de transcrição, feitas manualmente no local, passou-se para a transcrição com meios tecnológicos, cada vez mais avançados, que concorrem para resultados melhores e racionalização de recursos⁹⁰. No entanto, seja qual for o mecanismo adotado, a transcrição revela-se como tarefa bastante complexa, árdua, exigente, longa e onerosa; envolve muito esforço, tempo e dedicação, conforme reconhecido por muitos autores, daí que se requeira a adoção de certas estratégias para atenuar as dificuldades (Vaux e Cooper 2003:27; Tagliamonte 2006:53-54; Bower 2008:39; Baker 2010:103; Freitas 2010:37-38).

Quanto ao tempo requerido para a tarefa, dependerá muito do tipo de transcrição adotado. Por exemplo, as transcrições sobre questões fonético-fonológicas são mais demoradas do que as referentes à sintaxe ou ao léxico, sobretudo quando se pretende representar todos os aspetos de variação nesse domínio. Contudo, mesmo em termos gerais, a tarefa requer muito tempo e certa paciência (Ribeiro 2012:46; *apud* Adriano 2014b:149). Para ultrapassar ou reduzir dificuldades, recomenda-se que se opte por uma transcrição seletiva, que envolva escolhas, tendo em conta o interesse do trabalho (Ochs 1979:44; Milroy e Gordon 2003:144).

Para o nosso caso, optámos por uma transcrição que consistiu na simples transposição do material oral para a escrita, privilegiando a ortografia canónica. Para o

⁹⁰ Ver, por exemplo, Bacelar do Nascimento (2002:1), Baker (2010:103) e Freitas (2010:34). Atualmente, os linguistas (transcritores) dispõem de diversos sistemas ou programas eletrónicos que facilitam a manipulação dos dados, desde a transcrição, anotação/codificação até à análise dos mesmos. Algumas dessas ferramentas são: CHAT – *Codes for the Human Analysis of Transcripts* e CLAN – *Computerized Language Analysis*, ligados a CHILDES – *Child Language Data Exchange System* (cf. Bijelkienė e Tamošiūnaitė 2013:73; Antunes et al. 2016:48); o GoldVarb – programa de análise de dados da variação linguística (cf. Tagliamonte 2006:127-128, 159ss.); o Software EXMARaLDA – *Extensible Markup Language for Discourse Annotation* (cf. Antunes et al. 2016:48); o TEI – *Text Encoding Initiative* (cf. Baker 2010:15; Antunes et al. 2016:46); e o *Transcriber* – programa de transcrição, segmentação e anotação de fala (cf. Cardoso 2012:54; Antunes et al. 2016:46).

efeito, adotámos algumas convenções, usadas em transcrições de *corpora* orais, aplicadas em muitos trabalhos sobre o português (ver, por exemplo, Adriano 2014b:156; Antunes et al. 2016:48; Cardoso 2012:56; Ramilo e Freitas 2010:69-71). Os aspetos convencionais relevantes da nossa transcrição refletem-se num documento orientador, o “protocolo de transcrição” (cf. novamente, o Anexo 3), assim definido em Tagliamonte (2006:55):

The transcription protocol is a reference document of transcription practice. It is a permanent record that ensures consistent representation of words, phrases, features of natural discourse, and particular features to the data within and across all the transcriptions in a corpus.

O nosso protocolo de transcrição apresenta as diferentes convenções (com símbolos específicos), que ajudam na representação gráfica de determinados aspetos da oralidade (como, por exemplo, contrações, pausas, hesitações, palavras incompletas, etc.), informações extralinguísticas (p.e., risos, tosse). Conforme realçado por Ramilo e Freitas (2010:67-69), a representação de muitas dessas marcas da oralidade na escrita é problemática, por não existir correspondência direta entre os dois tipos de discurso⁹¹.

Definidas as convenções de transcrição e salvaguardados todos os critérios inerentes ao processo, passámos para a digitalização e gravação do *corpus* no computador. Esta tarefa envolveu a transcrição manual e o arquivamento dos ficheiros criados no sistema informático disponível. A transcrição foi executada usando o sistema de processamento de textos *Word* e os ficheiros, gravados numa pasta criada para o efeito⁹². Cada ficheiro de transcrição foi codificado com as informações metalinguísticas (metadados) sobre os informantes que constam do cabeçalho do texto da transcrição e arquivado numa paste específica (ver Tabela 5, na secção seguinte)⁹³.

⁹¹ Sobre os diferentes sistemas de transcrição, ver Vaux e Cooper (2003:28-29) e Freitas (2010:18). Para uma compreensão aprofundada dos diferentes aspetos a considerar num “protocolo de transcrição”, ver também Tagliamonte (2006:55-60) e Bijeikienė e Tamošiūnaitė (2013:109-110).

⁹² Segundo Bijeikienė e Tamošiūnaitė (2013:111), a transcrição pode ser feita utilizando qualquer um dos processadores de texto, por exemplo, *MS Word*, *Notepad*, *Pages*, etc. Os ficheiros de texto mais tarde podem ser alimentados em programas de *software*. No entanto, existe *software* especializado para transcrições, permitindo ao pesquisador combinar arquivos textuais com áudio e gravações de vídeo.

⁹³ Sobre os critérios de codificação dos ficheiros transcritos e os elementos constituintes de uma base de dados, ver as autoras citadas na nota anterior e Tagliamonte (2006:51-52).

2.3.6. Primeira fase de trabalho sobre o *Corpus*: a identificação dos empréstimos

Numa primeira fase do nosso trabalho sobre as transcrições, as palavras que identificámos como empréstimo no POL foram marcadas manualmente nas transcrições, já que se trata de um *corpus* pequeno que permitiu detetar e contar os elementos em referência sem recorrer a meios tecnológicos⁹⁴. Para tal, usámos alguns critérios:

- (i) Para além de serem grafados em itálico, os empréstimos foram destacados em **bold** (e.g., “vai na panela de **calulu** - vai o peixe seco o peixe fresco - **jimboa quiabo**” (E28-A0J:397)).
- (ii) Os empréstimos foram assinalados em todas as suas ocorrências, em cada texto. Contudo, para a análise que se desenvolve no Capítulo V, cada palavra só se considerou uma única vez. Por exemplo, no extrato “**ngonguenha**” - a *ngonguenha* geralmente *ngonguenha*” (E25:AAF:299), basta uma ocorrência no texto para a palavra ficar registada na lista de itens lexicais de empréstimo; daí estar em **bold**. Quer dizer, só contabilizámos os itens em **bold**.
- (iii) Em casos de o empréstimo apresentar duas formas diferentes (com a mesma classe lexical), no mesmo texto, considerámos apenas uma, aquela mais próxima da forma corrente, baseando-nos em dicionários do português, caso a palavra já esteja dicionarizada. Mas, se uma variante aparece como forma única num outro texto, é contabilizada como empréstimo (e.g., “agora **lembamento** /X, *alembamento*/ - casamento – compra-se ~ grade des cerveja pá ir ~ dá nas ~ famílias” (E28-A0J:88).
- (iv) Considerámos apenas as palavras proferidas pelo informante, quer espontaneamente quer de forma elicitada.

Com estes critérios, elaborámos uma lista de 255 palavras simples e complexas (ver os dados da tabela do Anexo 1), as quais constituem o objeto da nossa análise.

A tabela seguinte resume os diferentes aspetos referidos sobre as duas fases anteriores do tratamento linguístico dos dados, preparando espaço para essa última tarefa. Os vários elementos desta tabela permitem ter uma compreensão mais global do processo:

⁹⁴ Atualmente, existem diversos sistemas de processamento automático de dados, desde a transcrição à análise dos mesmos. O uso dessas ferramentas tecnológicas traz muitas vantagens para o pesquisador, das quais se destacam, por exemplo, a facilidade da identificação ou “extração automática” dos dados e a fácil obtenção de resultados estatísticos desses mesmos dados, quando necessários.

Tabela 5: Resultado da primeira fase de trabalho sobre as transcrições

Informante	Ficheiro		Citação / Referência	Tempo gravação	Data gravação	Data transcrição	N.º empréstimos
	Áudio	Transc.					
E00 ⁹⁵	E01	E00	E01-E00	00:20:33	15-04-2013	28-02-2014	20
DFC	E02	DFC	E02-DFC	00:38:33	07-02-2013	06-03-2014	17
AAB	E03	AAB	E03-AAB	00:30:37	15-04-2013	12-06-2014	44
I0G	E04	I0G	E04-I0G	00:30:05	20-04-2013	06-07-2014	40
A0F	E05	A0F	E05-A0F	00:44:31	14-08-2012	26-02-2014	36
JPS	E06	JPS	E06-JPS	00:31:04	14-08-2012	27-05-2014	57
FSP	E07	FSP	E07-FSP	01:02:46	14-08-2012	01-03-2014	59
MCQ	E08	MCQ	E08-MCQ	00:46:07	17-08-2012	04-03-2014	67
ACB	E09	T09	E09-ACB	00:34:18	27-07-2012	06-03-2014	41
EEP	E10	EEP	E10-EEP	00:47:59	03-08-2012	28-02-2014	51
A0V	E11	A0V	E11-A0V	00:58:46	22-07-2012	24-02-2014	51
ABI	E12	ABI	E12-ABI	01:21:09	22-07-2012	25-02-2014	57
JXM	E13	JXM	E13-JXM	00:35:39	07-02-2013	06-07-2014	54
BMA	E14	BMA	E14-BMA	00:24:49	15-04-2013	05-07-2014	37
D0F	E15	D0F	E15-D0F	00:23:56	20-04-2013	28-02-2014	46
MEJ	E16	MEJ	E16-MEJ	00:35:15	20-04-2013	03-03-2014	74
B0S	E17	B0S	E17-B0S	00:46:53	17-08-2012	18-04-2014	35
SAK	E18	SAK	E18-SAK	00:40:25	07-02-2013	08-06-2014	55
DFA	E19	DFA	E19/DFA	00:39:51	17-08-2012	05-05-2014	45
MAC	E20	MAC	E20-MAC	00:57:57	14-08-2012	03-03-2014	50
C0T	E21	C0T	E21-C0T	00:56:55	27-07-2012	27-02-2014	56
M0C	E22	M0C	E22-M0C	00:50:07	08-09-2012	03-00-2014	50
CBT	E23	CBT	E23-CBT	00:47:33	08-09-2012	03-02-2014	74
M0A	E24	M0A	E24-M0A	00:59:11	03-08-2012	03-03-2014	55
AAF	E25	AAF	E25-AAF	00:41:28	07-02-2013	26-02-2014	25
A0E	E26	A0E	E26-A0E	00:23:58	14-09-2012	26-03-2014	19
ADS	E27	CDS	E27-CDS	00:35:07	28-04-2013	08-03-2014	61
A0J	E28	A0J	E28-A0J	00:40:22	28-04-2013	12-03-2014	72
G0N	E29	G0N	E29-G0N	00:59:36	14-09-2012	01-02-2014	39
J0C	E30	J0C	E30T-J0C	00:39:56	25-04-2013	06-07-2014	36
AGH	E31	AGH	E31/AGH	00:52:44	30-04-2013	13-03-2014	99
ASM	E32	ASM	E32-ASM	00:43:41	30-04-2013	05-07-2014	88
C0V	E33	C0V	E33-C0V	00:40:52	25-04-2013	26-02-2014	58
JPM	E34	JPM	E34-JPM	00:40:27	30-08-2012	06-07-2014	25
EMC	E35	EMC	E35-EMC	00:49:30	30-08-2012	28-02-2014	53
CMS	E36	CMS	E36-CMS	00:31:49	22-03-2013	26-02-2014	54

⁹⁵ Os zeros (“0”) que aparecem na tabela não devem ser confundidos com a letra “o”; servem para completar a estrutura da identificação anonimizada dos informantes que tenham apenas dois nomes, pois optámos por uma estrutura de três elementos, para evitarmos confusão.

2.4. *Corpus POL*: resultados globais

Nesta subsecção, passamos a discutir a relevância dos dados obtidos, no presente estudo, procurando interpretar as implicações linguísticas dos mesmos, à luz das teorias nas quais se fundamenta a nossa tese. Trata-se de uma abordagem exclusivamente linguística desses dados, não sociológica.

Considerando sobretudo o enfoque metodológico adotado nesta tese, privilegiámos uma abordagem combinada entre as análises quantitativa e qualitativa no tratamento dos dados (cf. 2.3.4). Essa análise incide sobre o conjunto dos empréstimos das LBA no POL, entre palavras simples e compostas, representados na tabela do Anexo 1. Nessa tabela, cada empréstimo é caracterizado pelos seguintes elementos: o étimo, a língua banta de origem, a classe lexical a que pertence, quer na LO quer LA, e ainda os significados original e atual. Deste conjunto de palavras, excluimos aqueles empréstimos antroponímicos e toponímicos, que referem nomes de pessoas e localidades angolanas, que julgamos merecerem outro estudo, à parte. Mas considerámos os derivados dos topónimos atestados no *corpus* (e.g., *benguelense*, *caluanda*, *malangino*, *muangolé*).

Muitas palavras complexas consideradas na referida tabela já foram criadas na LA, mas integram na sua estrutura elementos das LB e do português (e.g. *funge de milho*, *gelado de múcua*, *mãe de quixiquila*). No âmbito da presente abordagem, entendemos incluí-las no conjunto dos empréstimos lexicais em análise, sob a designação de “compostos híbridos”, por envolverem elementos das duas línguas (5.1.6). Só incluimos no étimo desses empréstimo o elemento banto, para assinalar a presença do seu vestígio.

Os dados extraídos do *corpus* foram submetidos a um primeiro exame, tendo em conta os factos linguísticos considerados relevantes nesta tese: (i) línguas que deram origem aos empréstimos lexicais; (ii) número de empréstimos por informante; (iii) classe lexical dos empréstimos; (iv) recategorização lexical dos empréstimos sujeitos à variação categorial; (v) alteração de significação na integração dos empréstimos no POL; e (vi) existência de formas lexicais equivalentes (variantes) no português. As questões em (i) e (iii) a (vi) constituem o que podem ser consideradas *variáveis linguísticas independentes* (associadas a uma *variável dependente*, a “adaptação de empréstimo no POL”), ou seja, o grupo de fatores linguísticos que podem condicionar a variação (por exemplo, o Kimbundu favorece o empréstimo vs. não favorece; o empréstimo é recategorizado no POL vs. não é recategorizado) – cf. 2.4.

Estas questões são, no entanto, tomadas aqui não como variáveis, no sentido da sociolinguística quantitativa, com consideração de pesos relativos, mas como aspetos linguísticos pertinentes ao nosso estudo. Assim, pretendendo avaliar o impacto desses fatores na descrição dos diferentes factos linguísticos em análise, recorreremos a cálculos estatísticos cujos resultados são apresentados em gráficos, produzidos através do programa informático *Excel*. Em alguns casos, inserimos também uma tabela, que ajuda na leitura dos resultados.

2.4.1. Línguas bantas de origem dos empréstimos lexicais

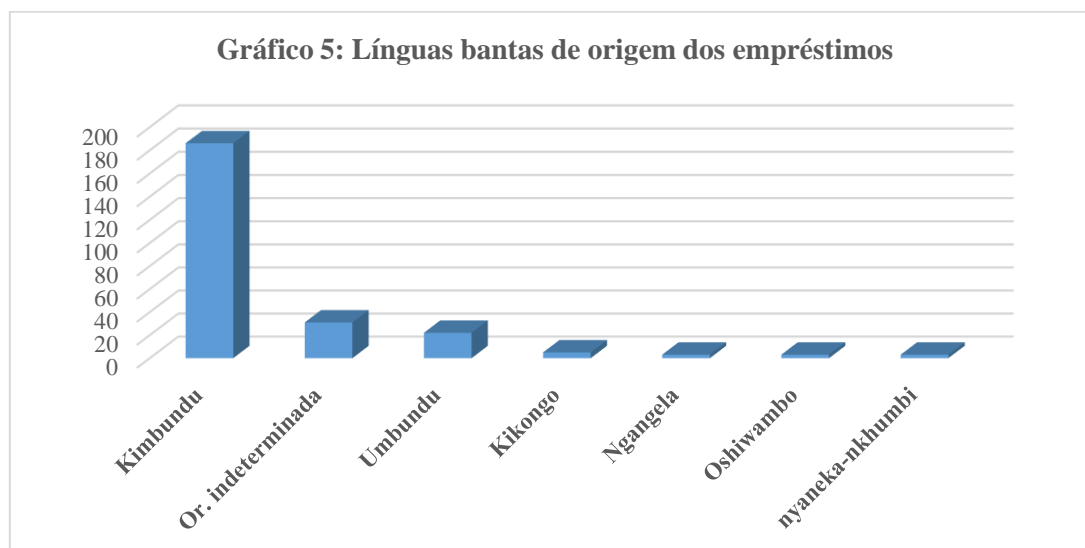
Este aspeto tem uma certa relevância na caracterização dos dados, uma vez que as palavras identificadas como empréstimos provêm de diferentes línguas bantas angolanas que interagem com o português, no mesmo espaço geográfico. Assim, procurar verificar qual a LBA que forneceu maior número de empréstimos é importante, se olharmos para o contexto etnolinguístico em que se insere a investigação. De acordo com a Tabela 6, os empréstimos que constituem os nossos dados são provenientes de seis LBA, somando-se alguns de origem banta comum ou indefinida (que aqui cunhámos de “origem comum/indeterminada”): Kimbundu (186), origem indeterminada (31), Umbundu (22), Kikongo (5), Ngangela (3), Oshiwambo (3) e Nyaneka-nkhumbi (3). Excluímos, aqui, dois casos, cujos étimos são do português (*cadinheiro* > *ka-dinheiro* e *caponteira* > *ka-ponteira*), por isso não considerados na análise. Logo, trabalhámos apenas com 253 empréstimos e não com o número total (255).

Tabela 6: Número de empréstimos por LBA

Língua	N.º de empréstimos	Percentagem
Kimbundu	186	74%
Or. indeterminada/ comum	31	12%
Umbundu	22	9%
Kikongo	5	2%
Ngangela	3	1%
Oshiwambo	3	1%
Nyaneka-nkhumbi	3	1%
Total	253	100%

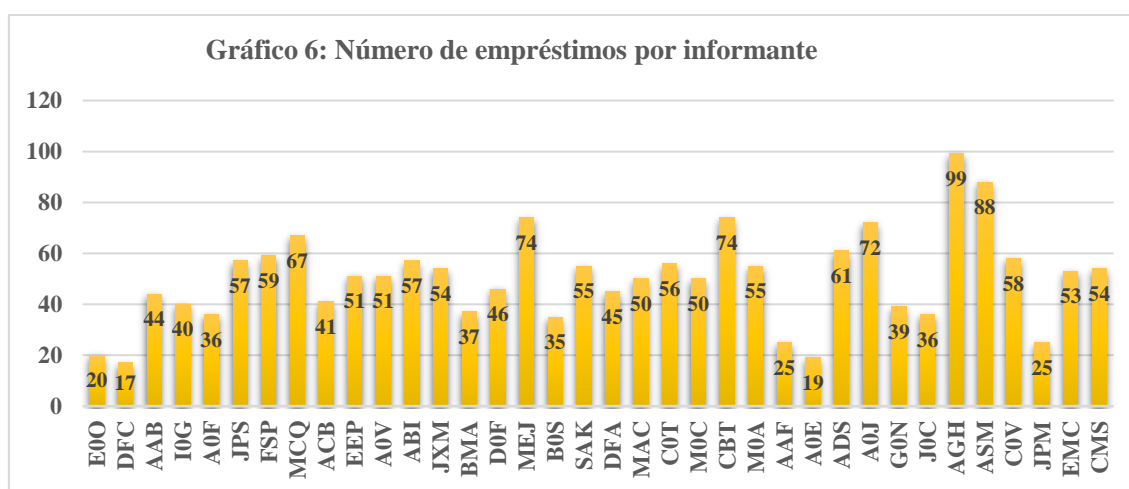
Olhando para esses resultados, conclui-se que o Kimbundu, com 74% do total dos empréstimos selecionados, é a língua que maior número de empréstimos forneceu ao POL. Depois, segue-se, de longe, o grupo de empréstimos cujos étimos são transversais

a mais de uma língua banta, ou cuja origem é confusa ou duvidosa (13%), e pelo Umbundu (8%), enquanto as outras línguas apresentam valores residuais. Para reforçar a visualização desses resultados, consideremos também o seguinte gráfico:



2.4.2. Número de empréstimos por informante

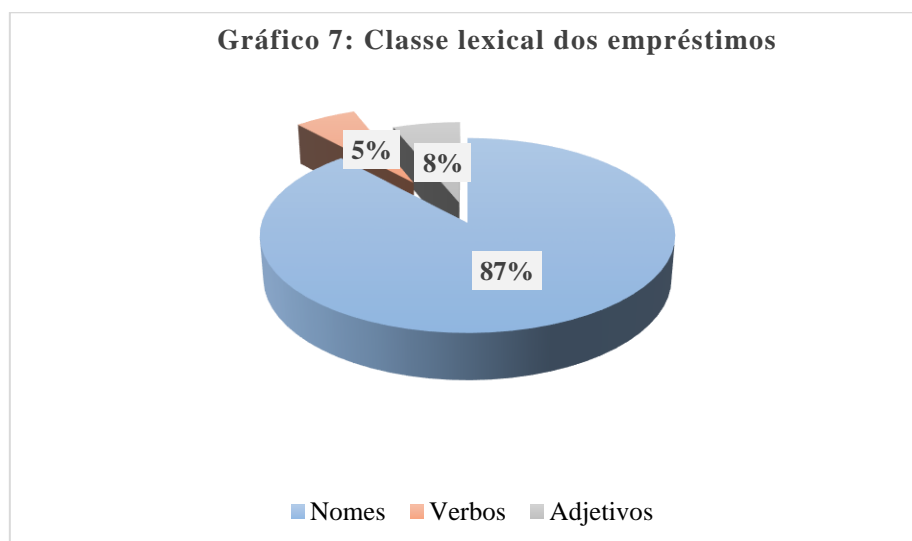
Pretendemos avaliar a quantidade de empréstimos que ocorre no discurso de cada um dos nossos informantes, o que nos permite ter uma ideia da performance individual dos entrevistados, independentemente de fatores externos subjacentes. Interessam-nos os resultados finais detetados em cada entrevista, que podem indiciar certo grau de sensibilidade sobre o uso dessas palavras. Nos dados à nossa disposição (cf. Gráfico 6), verificámos uma grande oscilação nos resultados, havendo informantes cujos discursos apresentam um número considerável de empréstimos, enquanto outros, valores baixos.



Verifica-se uma grande distância entre o valor mais alto e o mais baixo de empréstimos por informante: 99 (cf. AGH) e 17 (cf. DFC), respetivamente. Independentemente das razões subjacentes, procurámos dar certa explicação das mesmas na subsecção 2.5.7.

2.4.3. Classe lexical dos empréstimos

A integração dos empréstimos lexicais envolve também a sua inserção em diferentes classes lexicais da LA. Assim, determinadas transformações morfológicas e fonológicas que ocorrem nessas palavras decorrem da conformação das mesmas ao sistema da LA; isto implica agrupar os novos elementos nas classes lexicais dessa nova língua. Deste modo, interessa-nos identificar as classes lexicais a que pertencem os empréstimos em estudo. Este aspeto pode ajudar-nos, por um lado, a verificar se uma palavra variou ou não de classe lexical ao ser adotada no português (cf. o ponto sobre a recategorização lexical); por outro lado, permite-nos confirmar que são os nomes a classe lexical mais propensa a empréstimos, tal como referido no capítulo anterior. Para o efeito dessa abordagem, consideremos os resultados espelhados no Gráfico 7:



As 255 unidades lexicais pertencem a apenas três classes lexicais, assim distribuídas: nomes (221 empréstimos: 87%), verbos (14 empréstimos: 5 %) e adjetivos (20 empréstimos: 8%). Como facilmente se pode depreender, os nomes constituem a classe lexical que maior contribuiu para os dados do *corpus*, confirmando-se o que é defendido neste sentido. Os nomes são naturalmente propensos à variação e mudança,

estando subjacentes a este comportamento razões socioculturais, como procuramos analisar na subsecção 2.4.7, adiante.

2.4.4. Recategorização lexical

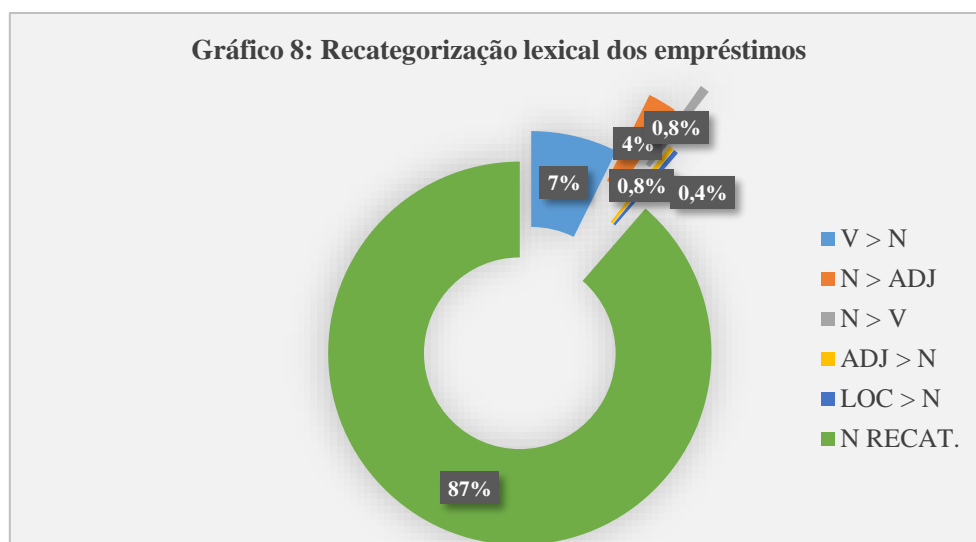
O empréstimo de palavras acarreta várias consequências nos traços das palavras, uma das quais é a mudança de categoria lexical. Apesar de não muito numerosos, verificámos que alguns empréstimos identificados no *corpus* mudaram da sua categoria inicial, em banto, para uma nova, quando integrados no português.

A tabela que se segue mostra-nos apenas cinco fenómenos relevantes neste sentido, que se resumem em mudanças de: (i) verbo para nome (V > N: 19 empréstimos); (ii) nome para adjetivo (N > Adj: 9 empréstimos); (iii) nome para verbo (N > V: 2 empréstimos); (iv) adjetivo para nome (Adj > N: 2); e (v) locativo para nome (LOC > N: 1 empréstimo). O total desses casos é de 33 empréstimos. Incluímos também um item designado de “não recategorizados” (222 empréstimos), agrupando todas as palavras que mantiveram a sua categoria lexical, mostrando a clara supremacia deste grupo em relação ao anterior.

Tabela 7: Resultados de recategorização lexical dos empréstimos

Fenómenos de recategorização		Número de empréstimos
Recategorizados	V > N	19
	N > Adj	9
	N > V	2
	Adj > N	2
	LOC > N	1
	Subtotal	33
Não recategorizados		222
Total		255

Os 222 casos correspondentes a 87% de todas as palavras identificadas pertencem ao grupo de empréstimos não recategorizados, realçando-se que apenas é significativa a mudança V > N, com 19 empréstimos (7% do total); os outros tipos de mudança apresentam um valor baixo (4%) e outros bastante insignificantes, daí as percentagens ínfimas (0,8%; 0,8%; 0,4%), conforme os dados do gráfico que se segue:



Cremos que a fraca produtividade desse tipo de fenómenos tem a ver com o baixo número de verbos no material em análise.

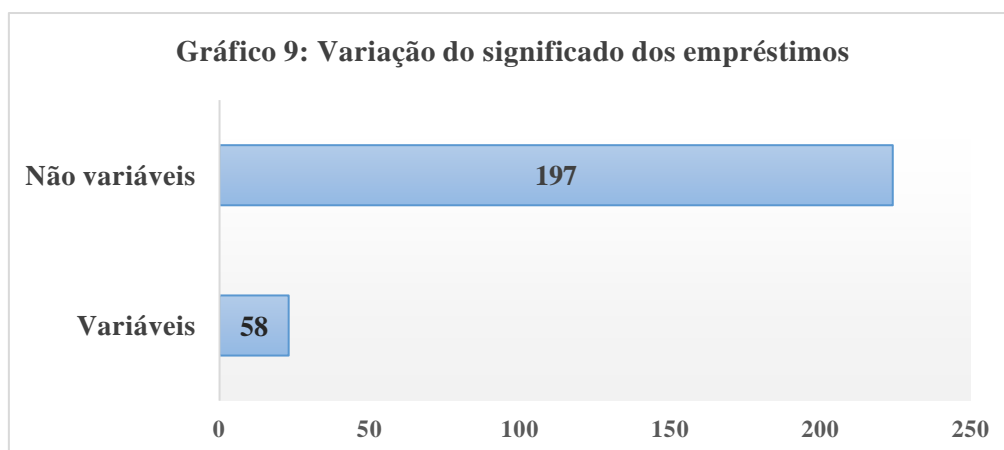
2.4.5. Variação do significado dos empréstimos

Um dos aspetos a considerar nos dados prende-se com o significado dos empréstimos integrados. Há casos em que algumas palavras, sofrendo ou não transformações estruturais, ao serem integradas numa nova língua, mudam o seu significado original e passam a referir novas entidades. Este facto também se verifica nos dados em análise, embora em número reduzido, conforme os valores da tabela seguinte:

Tabela 8: Variação do significado dos empréstimos

Empréstimos	Número	Percentagem
Variáveis	58	23%
Não variáveis	197	77%
Total	255	100%

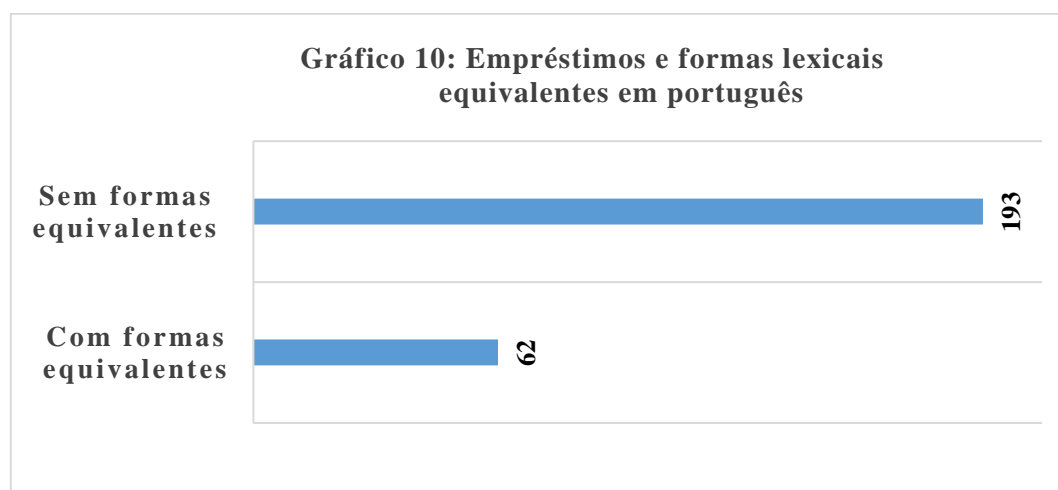
Nesta tabela, temos dois grupos de empréstimos, uns que mudaram de significado (apenas 58 palavras, 23%) e outros que o conservam (197 palavras, 77%), após a sua integração na língua-alvo, como se indica no gráfico seguinte:



Como analisamos em 2.4.7, razões de ordem conceptual podem estar na base desse comportamento. Ou seja, em função da dinâmica social, muitas dessas palavras vão ganhando novas conotações, mas outras continuam a referir as mesmas realidades.

2.4.6. Empréstimos com formas lexicais equivalentes em português

Este último aspeto refere-se ao grupo de empréstimos que ocorrem paralelamente com formas equivalentes em português. No material em análise, detetámos um número razoável dessas palavras, como se pode ver nos exemplos da Tabela 11, na subsecção seguinte. Para a análise desses elementos, subdividimos os empréstimos em dois subgrupos: um ao qual pertencem as palavras com forma equivalente em português e outro que engloba as palavras sem um termo paralelo:



O contraste entre um e o outro grupo de empréstimos (76% e 24%, respetivamente) mostra que as palavras de origem banta que estão em competição com as palavras do português equivalentes atingem uma percentagem mesmo assim significativa, sendo que

o uso de umas ou outras tem muito a ver com o contexto de comunicação ou com o registo da língua (português) usado no discurso (informal ou formal). Pensamos que é pertinente e interessante cotejar essas palavras, considerando o seu valor, que traduz simbolicamente aspetos identitários da realidade luandense e angolana.

2.4.7. Interpretação dos resultados

Retomando alguns indicadores referidos ao longo das subsecções anteriores, observamos, neste ponto, a relevância dos resultados, no âmbito geral do trabalho, enquanto material representativo da fala espontânea da comunidade investigada. Situada numa abordagem qualitativa, a nossa reflexão apoia-se em várias teorias discutidas ao longo do trabalho e também no conhecimento que temos da realidade, partindo do pressuposto de que o ponto de vista e a atitude do investigador também são importantes na interpretação e explicação dos fenómenos em estudo.

- Quanto à interpretação dos resultados referentes às línguas bantas que emprestaram palavras ao POL, o Kimbundu destaca-se com 74% do total das palavras, é a língua que maior número de empréstimos forneceu à subvariedade do português em análise. Seguem-se um grupo de palavras bantas diversas (origem comum/indeterminada) e o Umbundu, com 12% e 9%, respetivamente. A partir destes resultados, interessa-nos ressaltar os seguintes aspetos:

- (i) Em termos etnolinguísticos, Luanda, que é a comunidade de fala em estudo, classifica-se como região dos povos ambundos, cuja língua é o Kimbundu. Assim, é perfeitamente compreensível que os termos que referem aspetos identitários típicos dos caluandas, como usos e costumes, rituais, danças, culinária e outros, ainda hoje conservados, sejam veiculados nessa língua, e alguns deles adotados no português, para designarem determinadas realidades específicas. Em consequência, mesmo os falantes de outras línguas, uma vez inseridos na sociedade luandense, adquirem esse léxico, já integrado no POL;

- (ii) Como observado em 3.3.2.1, abaixo, do ponto de vista sociolinguístico, o Kimbundu é uma das línguas que manteve, desde muito cedo (século XVI), o contacto mais intenso com o português, a par do Kikongo. Sendo a língua mais predominante nos territórios ocupados pelos portugueses, ainda que o português fosse a língua oficial, viria a ser a língua das elites luandenses, de matriz afro-

portuguesa. Este facto proporcionou as condições para a inserção de muitas palavras dessa língua de adstrato (e mesmo de substrato) no POL;

(iii) Pelo seu valor numérico expressivo, os “quimbundismos” presentes no *corpus* constituem o material empírico de base para a análise linguística, neste trabalho; é uma das razões pelas quais o consideramos como língua de referência das LBA, como referido logo no início do Capítulo IV;

(iv) Como elemento do perfil dos informantes, o Kimbundu ocupa a segunda posição no elenco das línguas maternas dos entrevistados (cf. Tabela 2, acima), só ultrapassada pelo português. Portanto, este fator também poderá ter concorrido para a presença dominante dos empréstimos desta língua no *corpus*.

- Em relação à frequência de empréstimos por informante, sabe-se que quanto mais raras as variáveis menos se prestam à análise e quanto mais frequentes mais importantes se tornam para o estudo (Tagliamonte 2006:82-83). Pelos dados apresentados em 2.4.2, nenhum informante atingiu os 50% de uso do total dos empréstimos identificados, situando-se o valor mais alto nos 40% e o mais baixo nos 6%. Em princípio, esses resultados não diminuem a relevância e o valor dos dados, porque nos interessava detetar fundamentalmente o uso deste tipo de palavras nos discursos proferidos.

Como razões para estas discrepâncias, podemos avançar a associação do facto da não total uniformidade no tempo das entrevistas, o desconhecimento de muitos informantes sobre alguns assuntos abordados e os fatores de ordem psicoemocional (falta de motivação, receio em falar). Parece-nos que a questão da língua de origem do informante não pode colocar-se, pois o valor mais alto até pertence a alguém cuja LM não é o Kimbundu e que não nasceu em Luanda (cf. informante AGH, com 99 empréstimos). Pontualmente, interessa referir que as mulheres produziram os valores mais altos (99, 88, 74 e 72 empréstimos) e os homens, os mais baixos (17, 19, 20 e 25 empréstimos), talvez por causa dos empréstimos ligados à culinária, domínio sobretudo feminino, no contexto social em análise. A extensão da entrevista não pode ser determinante, por si só: tal como em determinadas entrevistas longas encontramos poucos empréstimos, em algumas entrevistas curtas identificámos muitos empréstimos.

- Quanto à classe lexical dos empréstimos, constata-se que as novas palavras são acolhidas consoante a sua classe gramatical; constatámos que 87% dos empréstimos identificados são nomes e os outros verbos (5%) e adjetivos (8%), respetivamente. Estes resultados confirmam que, em situações de contacto linguístico, os nomes são a classe mais visível nos *corpora*, por a sua integração ser mais rápida e fácil; pode dever-se também ao facto de, nas entrevistas, as temáticas levarem a que tal acontecesse, não favorecendo tanto o uso de adjetivos. O significado de muitas dessas palavras restringe-se ao universo banto, daí que não encontrem formas equivalentes na LA. Desde muito cedo, essas palavras entraram no português, permitindo nomear as novas realidades que foram sendo descobertas ou conhecidas pelos portugueses. Quase todas elas traduzem aspetos típicos da cultura local, constituindo assim um dos elementos identitários intrínsecos dos povos que falam as LO das quais provêm os empréstimos. No caso dos 14 verbos, muitos deles criados a partir de radicais bantos já aportuguesados (tal como a maioria dos 15 adjetivos), parece-nos que a restrição vem do facto de o português não poder receber formas não flexionadas de verbos bantos. Provavelmente, este é um dos aspetos que facilitou a transformação de muitos verbos bantos em nomes, partindo da sua própria estrutura silábica (*e.g.*, KUNANGA [kunánga] ‘folgar’ – verbo banto > *cunanga* (nome, em POL) ‘vadio’ – nome aportuguesado; a partir deste, já é possível formar-se o verbo *cunangar* ‘vadiar’), conforme se pode comprovar no Capítulo 5 (concretamente, referente a integração morfológica dos empréstimos).

- A recategorização lexical dos empréstimos bantos no POL corresponde à mudança de classe lexical que sofreram algumas dessas palavras, no processo de integração. Conforme constatámos nos dados em 2.4.4, há cinco tipos de mudança, com realce para V > N (19 casos, cerca de 7%) e N > ADJ (9 casos, 4%). Os outros três casos podem considerar-se residuais, já que apresentam valores bastante insignificantes. É de assinalar que 87% dessas palavras (222 empréstimos) mantiveram a sua classe lexical, destacando-se os nomes, como já referido no segundo item desta subsecção.

O que interessa aqui comentar é o facto de que, na sua integração, alguns desses empréstimos mudaram da sua categoria inicial, em banto, para uma nova, em português. Nesses casos, uma palavra, ao mudar de categoria, muda também de referente, passando a renomear novas entidades ou realidades, pela retoma de elementos já existentes na língua (Apothéloz e Reichler-Béguelin 1995; *apud* Silveira 2010:956-957). Consideremos, na tabela seguinte, alguns dos casos retirados dos dados gerais que

mostram que este processo pode resultar da fácil adaptação de uma forma verbal banta terminada em *-a* a um nome do português, de tema em *-a*:

Tabela 9: Recategorização lexical de verbos

Empréstimo	Étimo	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>cassumbula</i>	ku-sumbula	V	N	tirar algo de alguém com destreza	brincadeira infantil; conquista subtil da mulher do outro
<i>comba</i>	ku-komba	V	N	varrer	ritual do sétimo / trigésimo dia dedicado aos defuntos
<i>cunanga</i>	ku-nanga	V	N	folgar; descansar	indivíduo sem ocupação ou entregue ao ócio
<i>quínguila</i>	ku-kingila	V	N	esperar	cambista informal de moeda estrangeira
<i>támbula</i>	ku-tambula	V	N	receber	ofertório religioso, entre os católicos.
<i>zongola</i>	ku-zongola	V	N	espreitar; observar à distância ou de forma discreta	bisbilhoteiro; delator; espião
<i>zunga</i>	ku-zunga	V	N	de <i>kuzunga</i> ‘vaguear, andar sem destino’	venda ambulante, pelas ruas da cidade

• Acerca da variação do significado dos empréstimos, é evidente a mudança de significado de algumas palavras, quando são adotadas numa nova língua, sofrendo ou não transformações estruturais. Em PE, há exemplos dessa natureza, como *bife* (do inglês *beef* ‘carne bovina’), que passa a significar em português ‘fatia de carne de vaca grelhada ou frita, depois de temperada’ (Correia e Lemos 2005:55). No material empírico desta tese, também encontrámos empréstimos bantos que, integrados no POL, ganharam novos significados, passando a referir novas entidades. Trata-se apenas de 58 palavras, que perfazem 23% do total dos empréstimos, conforme os dados do Gráfico 9, em 2.4.5. Para uma interpretação mais adequada desse processo, consideremos alguns exemplos extraídos dos dados gerais (cf. Anexo 1):

Tabela 10: Mudança de significado de empréstimos bantos no POL

Empréstimo	Significado	
	LO	LA
<i>cafune</i>	massagem; de <i>kufuna</i> ‘cravar, enterrar’	afago na cabeça para adormecer, carícia leve (no PB)
<i>curibota</i>	perder-se; entregar-se a futilidades/má vida	traíçoeiro; bisbilhoteiro; alcoviteiro; o m. q. <i>fofoqueiro</i> (no PB).
<i>madié</i>	pessoa do círculo familiar ou de amizade	amigo; camarada; mas também pode referir um indivíduo estranho
<i>mujimbo</i>	recado, notícia	notícia (sem fonte e que pode ser falsa); zunzum; boato
<i>musseque</i>	areia fina	bairro pobre ou zona periurbana (de Luanda)
<i>quilápi</i>	lápiz grande	fiado; vale; dívida; crédito
<i>quínguila</i>	de <i>kukingila</i> ‘esperar’	cambista informal de moeda estrangeira
<i>tâmbula</i>	de <i>kutambula</i> ‘receber’	ritual de ofertório religioso (particularmente os católicos)
<i>zungar</i>	de <i>kuzunga</i> ‘vaguear; andar sem destino’	praticar venda ambulante; vender ambulantemente pela cidade

Apesar desse valor baixíssimo, esses empréstimos suscitam certo interesse, na medida em que, a partir deles, podemos encontrar algum indicador da vitalidade do POL, condicionado por um contexto sociocultural bastante dinâmico. Ou seja, em função desse dinamismo social, a subvariedade do português local vai ‘pedindo emprestadas’ muitas palavras das LBA, que, ganhando novas conotações, passam a referir novas realidades. Linguisticamente, é relevante o facto de estarmos perante um processo de inovação lexical, através de empréstimos semânticos (*semantic loans*), um dos aspetos inerentes deste tipo de palavras, conforme descrito no capítulo anterior.

Este facto linguístico remete-nos para a necessidade de olharmos para as variações semânticas sofridas por determinados empréstimos bantos, aquando da sua inserção no POL. Podemos divisar empréstimos:

- a. que conservaram a sua classe lexical original, mas mudaram de significado (*e.g.* *bessangana* (N) ‘mulher tipicamente luandense, que se veste de forma tradicional’ < BESA NGANA (N) [bésangána] ‘tratamento de respeito’; *quilápi* (N) ‘fiado, dívida’ < KILAPI (N) [kilápi] ‘lápiz grande’);

b. cuja mudança de significado decorre da sua recategorização lexical, tendo como exemplos os casos estudados no tópico anterior (*e.g.*, *comba* (N), ‘ritual do sétimo dia...’ < KUKOMBA (V) [kukómba] ‘varrer’; *cunanga* (N) ‘desocupado’ < KUNANGA (V) [kunánga] ‘folgar’; *curibota* (N) ‘bisbilhoteiro’ < KUDIBOTA [kudibóta] ‘perder(-se); e *quínguila* ‘cambista informal’ < KUKINGILA [kukingíla] ‘esperar’.

Em ambos os casos, o estado de coisas referido inicialmente passa agora a designar a entidade detentora dessa faculdade ou função. Nos verbos particularmente, não se dá nenhuma alteração da estrutura formal do referido termo, um processo similar ao que ocorre em casos de conversão, atestados em português (Capítulo V). Claro que, em todos esses casos, não se muda radicalmente de campo semântico, verificando-se apenas a alteração de determinados traços específicos.

• Relativamente aos empréstimos que equivalem a palavras existentes em português, numa situação de competição entre as formas bantas e as vernáculas da LA, temos um número razoável de empréstimos (24%) do total das palavras consideradas. Consideremos alguns exemplos que retirámos dos dados gerais; na primeira coluna de cada par, figura o empréstimo e, na segunda, a forma correspondente:

Tabela 11: Empréstimos com palavras equivalentes em português

PA	PE	PA	PE
<i>alembamento</i>	dote	<i>jindungo</i>	malagueta; piri-piri
<i>alembar</i>	entregar dote	<i>jinguba</i>	amendoim
<i>cafuné</i>	carícia	<i>luando</i>	esteira
<i>caluanda</i>	luandense	<i>mujimbo</i>	boato
<i>caporroto / capuca</i>	aguardente	<i>muteta</i>	pevides
<i>comba</i>	missa do sétimo dia	<i>muzongue</i>	caldo
<i>cota</i>	adulto; mais velho	<i>quianda ~ kianda</i>	sereia
<i>curibota</i>	bisbilhoteiro	<i>quijila</i>	preceito
<i>cunaga</i>	vadio, vagabundo	<i>zongola</i>	espião; vigia
<i>fuba</i>	farinha	<i>zunga</i>	venda ambulante

A partir desta tabela, constata-se que as entidades ou as realidades e estados de coisa referidos por termos de origem banta podem ser nomeados com recurso a palavras vernáculas do português. Todavia, a opção por esses termos bantos em detrimento de formas do português resulta de razões pragmáticas, essencialmente de ordem sociocultural (função simbólica de restringir o elemento nomeado ao contexto angolano).

Note-se, contudo, que falar de “equivalência” é uma simplificação: muitos desses empréstimos podem ser substituídos por itens do português, dependendo do contexto discursivo ou registo de língua usado na comunicação (informal ou formal), mas poderão não representar ou descrever cabalmente a própria realidade como tal. Quer dizer que há palavras que traduzem especificamente algum sentimento da angolanidade (nos luandenses, em particular), a maneira de ser deste povo, uma vez que os valores que elas veiculam o caracterizam ou identificam como único. Reciprocamente, também se assumem muitas das entidades assim nomeadas como exclusivas dos angolanos, um dos aspetos da sua identidade espiritual e material. Empréstimos como *alembamento*, *caluanda*, *candengue / ndengue*, *cassule*, *comba*, *caporroto / capuca*, *cota*, *cunanga*, *cupapata*, *curibota*, *jindungo*, *jinguba*, *muangolé*, *quilápi*, *quínguila*, *sanzaleiro*, *zongola*, *zungueira*, etc., retratam aspetos específicos da realidade sociocultural dessa população e, se substituídos por outras palavras “equivalentes”, o seu valor pragmático é alterado (fora do país, muitas dessas palavras permitem facilmente identificar um angolano). Em princípio, tem-se a ideia de que quem diz *jindungo* ou *jinguba*, em vez de *piri-piri / malaguetta* ou *amendoim*, respetivamente, só pode ser um *muangolé*, até se provar o contrário. Neste caso, está evidente o aspeto de identidade linguística como elemento identitário do grupo ou etnia, que pode concorrer para conservação de certos aspetos linguísticos ou manutenção de uma língua ou variedade, em situações de bi/multilinguismo, como é o caso de Luanda (cf. 2.1.1, sobre “atitude perante a nova língua” e “identidade linguística”, como fatores de contacto entre línguas).

Conforme a abordagem feita em (2.4.6), contrariamente aos outros 76% de empréstimos, que consideramos como culturais (2.2.2), esses 24% constituem “empréstimos de prestígio”, tomados de LBA para o POL, mais por razões de autoafirmação identitária do que por necessidade cultural de nomear novas realidades, coocorrendo com palavras vernáculas da LA. Todavia, muitos desses empréstimos funcionam como simples “modismos”, sobretudo quando designam uma realidade

recente e em voga na sociedade, podendo não persistir com o desaparecimento do fenómeno que representam.

Interrogando-nos sobre a total equivalência entre empréstimos e palavras existentes na LA que podem ocorrer num mesmo contexto linguístico, interrogamo-nos também sobre a existência de sinónimos no seu sentido mais estrito, mas sabendo-se que não existem sinónimos perfeitos nas línguas (*e.g.*, *alembamento* = *dote*; *candengue* = *miúdo*; *maca* = *problema*; *quilápi* = *fiado*; *quizango* = *desgraça*; *xídi* = *azar*). Algumas dessas palavras podem ajudar a desambiguar situações de ambiguidade semântica (*e.g.*, *fuba* [de *bombó* ou milho] vs. farinha [de trigo, batata, peixe]; *quinda* [típico de cargas domésticas] vs. cesto [de cargas, flores, roupa]; *cassumuna* / *quissonde* [tipo específico de formigas] vs. formiga [genericamente]).

2.5. Aprofundamento da caracterização de “empréstimo lexical”

Partindo de Haspelmath (2009:36), quando escreve que uma palavra que em algum momento da história de uma língua entrou no seu léxico como resultado de empréstimo (ou transferência, ou cópia), constitui um empréstimo lexical, damos conta, nos dois tópicos seguintes, de elementos seus caracterizadores com base em vários estudos (cf. Haspelmath 2009, Poplack e Sankoff 1984; Alves 1984 e Freitas, Ramilo e Arim 2010 – estes dois últimos, para o caso particular do português), com realce para alguns critérios de identificação e aspetos taxinómicos.

- **Critérios de identificação do empréstimo lexical**

Existe um conjunto de critérios que pode ajudar a identificar e definir os empréstimos lexicais, presentes no léxico de uma LA, dos quais se destacam quatro, que a seguir descrevemos sucintamente:

- (i) **Critério etimológico:** este aspeto permite a identificação dos empréstimos pela sua relação formal e semântica com as palavras da(s) língua(s) das quais poderiam ter sido emprestadas, ou seja, dos étimos que lhes deram a origem, excluindo outras explicações. Neste caso, o estudo evolutivo dessas palavras, baseado nos métodos da Linguística histórica e comparativa, ajuda a determinar os seus étimos e até o momento do empréstimo⁹⁶. Este critério garante que se tenha a certeza de que uma

⁹⁶ Ver, por exemplo, os trabalhos reunidos em *Loanwords in the world's languages. A comparative*

palavra é um empréstimo, quando se consegue reconhecer uma outra palavra originária correspondente na LO com a qual se identifica relacionadamente.

(ii) **Critério de frequência:** tem a ver com a regularidade de uso de um determinado termo de uma língua noutra. Quer dizer que quanto maior for o grau de frequência de uso de uma palavra estrangeira numa língua nativa e por mais falantes, maior será também a sua aceitação ou integração nessa língua e na comunidade de fala. Deste modo, uma palavra nova, introduzida na língua por um locutor bilingue (ou por um grupo) e que inicialmente podia parecer estranha e objeto de rejeição para os outros membros da comunidade, pode propagar-se na comunidade e ser totalmente aceite, com o tempo, se o seu uso se tornar frequente e intenso na língua de acolhimento. A sua disseminação pela comunidade garante a sua vitalidade e consequente aceitação, o que geralmente lhe confere o estatuto de um empréstimo pleno. Este facto pode ser decisivo na fixação ou duração efémera de palavras exógenas: uma palavra nova usada frequentemente pode ser sentida como parte do inventário do vocabulário da LA, enquanto outra, embora mais antiga, mas menos frequente, pode manter-se estranha e marginalizada. Por exemplo, pode haver palavras já antigas no léxico da língua que continuem a ser reconhecidas como estrangeiras (e apareçam como tal registadas nos dicionários, o que não quer dizer que todos os falantes tenham consciência de que se trata de estrangeirismo⁹⁷), enquanto outras mais recentes já não são facilmente reconhecidas como tal⁹⁸. A questão de saber que consciência têm os falantes do carácter vernáculo ou exógeno do léxico que utilizam dependerá, decerto, de fatores como o conhecimento das línguas estrangeiras em que os empréstimos têm origem ou com a sua formação académica, entre outros. Este aspeto não pôde ser investigado, no âmbito desta tese.

(iii) **Critério da integração:** trata-se da integração ortográfica, formal e gramatical das palavras estrangeiras numa língua de acolhimento. Normalmente, quando um termo emprestado já assume as formas gráfica, fonológica, morfológica e sintática

Handbook, editado por Haspelmath e Tadmor (2009), um estudo sobre a “tipologia de empréstimos lexicais” nas diversas línguas do mundo, a partir de uma perspectiva diacrónica, através do método comparativo, baseado nos termos cognatos.

⁹⁷ Ver: Dicionário de Estrangeirismos, já referido em 1.3.4, acima (nota 28).

⁹⁸ Como analisado atrás, este é um dos critérios que têm servido de base para a distinção entre “empréstimo” e “code-switching”, enquanto dois resultados da mudança linguística induzida por contacto.

típicas da LA, então pode ser considerado um empréstimo bem integrado no sistema dessa língua. Neste caso, estas palavras adaptam-se à ortografia da LA, adquirem traços fonológicos (fonemas, estrutura silábica, acentuação) e morfológicos (afixos) e funcionam como constituintes sintáticos tal como as palavras nativas da nova língua. Este critério conforma um processo em si (cf. Capítulo V), que compreende, pelo menos, três fases: transformações imediatas, transformações progressivas e integração no léxico, “correspondendo a cada fase um determinado conjunto de fenómenos fonológicos, morfológicos, semânticos, semânticos e gráficos específicos” (Freitas, Ramilo e Arim 2010:147-157)⁹⁹.

(iv) **Critério de sinonímia:** traduz-se na possibilidade de as palavras emprestadas estabelecerem relações de sinonímia com as palavras vernáculas. Considera-se que, se um termo exógeno puder ser usado como equivalente do termo endógeno para o mesmo conceito, pode considerar-se, então, que ele assumiu o papel do último no léxico da LA e, com isso, classifica-se como empréstimo. A sinonímia é descrita como um dos elementos motivadores de empréstimos lexicais.

Convém sublinhar, por último, que o tratamento dos empréstimos em estudo se situa globalmente na sincronia, excluindo os aspetos da diacronia, embora reconheçamos que este material lexical é um produto da evolução histórica da língua (Haugen 1950b:227). Interessa-nos olhar simplesmente para a realidade atual do uso desses itens lexicais, enquadrada num determinado contexto sociolinguístico, depois de um processo gradual até à sua incorporação / nativização plena no POL.

- **Taxonomia de empréstimo como produto lexical do contacto linguístico**

Conforme reconhecido no ponto anterior, um dos aspetos a considerar no estudo do empréstimo lexical tem a ver com a necessidade de determinar a natureza e a especificidade do material emprestado. Devido a divergências que acompanham a própria questão do contacto linguístico, é natural que haja interpretações diversas sobre a classificação e caracterização dos produtos dele resultantes. De facto, o estudo dos empréstimos lexicais requer uma taxonomia, cuja estrutura permita classificar

⁹⁹ A abordagem desses autores focaliza o percurso de integração dos empréstimos (designados genericamente por “estrangeirismos”) no PE. Ver também Alves (1984), que discute uma série de critérios de “integração dos neologismos por empréstimo ao léxico do PB”.

convenientemente esse tipo de palavras, evitando a tentação de considerar todo o “material estranho” como empréstimo lexical.

A preocupação de estabelecer um quadro coerente para a classificação dos empréstimos lexicais é antiga, destacando-se os trabalhos de Haugen (1950a, 1950b, 1953), servindo de referência para muitos linguistas. Esta classificação, já referida em 2.2.1, baseia-se na presença ou ausência de elementos linguísticos (fonológicos ou morfológicos) de outra língua, conformados nos processos de “importação” e “substituição”. Importação refere-se à adoção de uma forma exógena e/ou o seu significado, enquanto substituição consiste na troca de sons ou constituintes morfológicos (morfemas, no texto original) nativos pelos do modelo da língua doadora.

Sublinhamos que existem outras classificações, em função da especificidade do material em análise, que depende muito das línguas envolvidas e do foco de abordagem. Vejam-se, por exemplo, a classificação feita em Li e Lee (2006:771), com base em Honna (1995) e Loveday (1996), sobre os sete tipos básicos de padrões de empréstimos do japonês; ou o trabalho de Walter (2006:103-105), que define a tipologia de empréstimos em francês, que depois serve de referência a Karaağaç (2009) para estudar os tipos de empréstimo desta língua no turco.

Tentando analisar o material empírico da tese numa possível taxonomia de empréstimos, partimos da proposta de Winford (2005:42-46), resumida na sua Tabela 2.3, aqui retomada como Tabela 12, uma vez adaptada ao caso concreto do POL, e com exemplos do nosso *corpus*. É uma taxonomia concebida no âmbito de uma classificação geral do material lexical emprestado, resultante de diversos processos de contacto linguístico, e que o autor designa globalmente como “classificação dos fenómenos de contacto lexical” (*classification of lexical contact phenomena*, no original¹⁰⁰). O autor, seguindo a perspetiva de Haugen, estabelece duas grandes categorias nessa classificação: (i) os empréstimos, no sentido amplo (*borrowings*) e (ii) as criações nativas (*native creations*). A primeira categoria abarca o material que envolve a presença de algum elemento ou traço da língua doadora, enquanto a segunda implica elementos inteiramente nativos/da língua destinatária, sem contrapartida na língua doadora, ou à combinação de

¹⁰⁰ Fenómenos designados por *A simplified classification of lexical borrowings*, em Winford (2003:133).

elementos nativos e elementos exógenos. Cada uma dessas categorias subdivide-se ainda em diferentes subcategorias¹⁰¹.

No que se refere aos exemplos que inserimos na tabela, em função das diferentes subcategorias e respetivos processos, apoiamo-nos no pressuposto de que há uma língua doadora, uma das LBA, e uma outra que é destinatária, o português (correspondente à língua nativa, em Winford, e que não é o nosso caso), a partir da qual calculámos os empréstimos. Consideramos, portanto, que os elementos não portugueses são exógenos.

Tabela 12: Classificação dos produtos lexicais do contacto linguístico no POL

Tipos	Processos envolvidos	Exemplos
I. Empréstimos (<i>borrowings</i>) – modelados na língua doadora		
A. Empréstimos lexicais (<i>loanwords</i>)		
1- Empréstimos puros (<i>pure loanwords</i>)	Importação morfé mica total de palavras simples ou compostas. Graus variados de substituição fonémica. Possível mudança semântica.	<i>bassula, musseque; axiluanda, massambala bombó, dendém comba, cunanga,</i>
2- Hibridismos (<i>loanblends</i>)	Combinação de elementos da língua destinatária e elementos exógenos	
2a- Hibridismo derivacional (<i>derivational blend</i>)	Base banta + afixo português Base portuguesa + afixo banto	<i>jingar, zungueira capeixe</i>
2b- Hibridismo em compostos (<i>compound blend</i>)	Base banta + base portuguesa	<i>muamba de galinha</i>
B. Empréstimos semânticos (<i>loanshifts</i>)		
Traduções de empréstimos / decalques (<i>loan translations</i>)	Combinação de morfemas da língua destinatária em imitação de padrões exógenos.	<i>farinha musseque, mãe de quixiquila</i> ¹⁰²
II. Criações nativas (<i>native creations</i>)		
Criações híbridas (<i>hybrid creations</i>)	Combinações de elementos bantos e portugueses para expressar conceitos exógenos (a ambas as línguas).	<i>quixicrérito</i>

Fonte: Adaptação a partir da Tabela 2.3, de Winford (2005:23-24).

Verifica-se que: (i) tanto exemplos das *loanwords* como os das *loanblends* correspondem à descrição do tipo de material em estudo, enquadrando-se globalmente no grupo de empréstimos; (ii) os exemplos das *loan translations* constituem decalques do material banto no POL (5.1.6.2) e também se encaixam nos princípios classificatórios propostos para esse tipo de material; e (iii) quanto às *native creations*, realça-se o facto de

¹⁰¹ Algumas subcategorias da tabela original não foram incluídas na nossa por não terem material correspondente no *corpus*.

¹⁰² Aqui considerando *musseque* e *quixiquila* como palavras já aportuguesadas, cujos constituintes morfológicos (radicais e IT), de origem banta, foram convertidos a elementos do português.

termos palavras híbridas, já criadas na LA e recorrendo a elementos das LBA e do português. Neste último caso, apesar de não serem propriamente empréstimos, há influência cultural da língua doadora (nesse caso, africana), na formação desses produtos.

2.6. Síntese

Neste capítulo, abordámos vários aspetos teóricos e metodológicos que suportam a nossa investigação, inserida genericamente no âmbito da Sociolinguística. Considerando as diferentes questões abordadas e retomando os aspetos mais relevantes, destacamos que:

- (i) A Sociolinguística é um domínio de investigação multidisciplinar e a preocupação dos sociolinguistas consiste em estudar sistematizadamente as produções linguísticas que correspondem ao vernáculo das comunidades de fala. Esse trabalho enquadra-se no pressuposto de que a língua é um facto social, pelo que o comportamento linguístico variante e a mudança linguística se compreendem melhor se enquadrados num determinado contexto sócio-histórico.
- (ii) No estudo dos factos sociolinguísticos, os investigadores têm à sua disposição variados recursos metodológicos, cabendo-lhes selecionar e aplicar os mais adequados, em função do enfoque do seu trabalho e do material de que dispõem. Partindo desse pressuposto básico, no presente trabalho, optámos por recolher os dados através da técnica de entrevista sociolinguística, por acharmos ser a ferramenta metodológica adequada para a obtenção do material pretendido. Adotámos uma abordagem combinada: qualitativa e quantitativa, no tratamento dos dados e na análise e discussão das diferentes questões, tendo em conta a natureza e os objetivos da investigação.
- (iii) Essas tarefas foram antecedidas do trabalho de campo, que consistiu na recolha dos dados do POL que constituíram o material empírico da tese. Para o efeito, fizemos gravações de 36 entrevistas, numa amostra de igual número de informantes, representativa das variáveis sociológicas (sexo, faixa etária e instrução) e definida através da técnica de amostragem aleatória estratificada. A comunidade de fala investigada é a cidade de Luanda, um contexto bastante complexo, dada a sua grande heterogeneidade sociocultural e etnolinguística.

(iv) O tratamento dos dados compreendeu a transcrição das entrevistas, cujas convenções se baseiam naquelas que são usadas em muitos trabalhos sobre o português, a seleção dos elementos em estudo e o seu exame prévio e a interpretação dos resultados. Quanto a esta última tarefa, recorrendo a procedimentos estatísticos básicos, obtivemos resultados globais, cuja interpretação nos permitiu chegar a algumas conclusões: (a) o número de empréstimos identificados confirma claramente a presença dessas palavras no uso comum do POL, em situações do quotidiano, independentemente da flutuação dos resultados por informante; (b) o Kimbundu constitui a língua de base dos empréstimos no POL, por razões socioculturais e etnolinguísticas, resultantes do facto de ser a língua banta típica de Luanda e que está em contacto intenso e permanente com o português, desde há vários séculos; (c) o domínio numérico de nomes sobre verbos e adjetivos confirma a tese de que essa é a classe mais propensa a empréstimo, para além de justificar a ideia de o léxico ser mais facilmente adotável do que os outros domínios gramaticais; (d) muitos empréstimos mudaram de classe lexical, pela necessidade de se adaptarem à estrutura da LA. Por isso, algumas dessas palavras mudaram também de significado, passando a referir novas entidades ou realidades; e (e) atestam-se empréstimos com formas equivalentes no PE, muitos deles adotados para referirem objetiva e exclusivamente realidades socioculturais típicas locais, fazendo deles marcas identitárias dos luandenses. Linguisticamente, sublinha-se o facto de enriquecerem o inventário lexical da subvariedade em referência, também contribuindo para a opção sinonímica.

(v) Os empréstimos lexicais constituem um tipo de produto específico do contacto linguístico e o que mais facilmente pode ocorrer, estando presente em quase todas as línguas naturais, principalmente por razões culturais, dada a necessidade de denominar novas realidades.

(vi) Nem sempre foi consensual, na literatura de especialidade, a definição e determinação do escopo do termo “empréstimo”, no contexto dos fenómenos decorrentes do contacto. Nesta tese, optámos pela aceção mais geral, considerando que é empréstimo todo o material linguístico que, originalmente associado a uma língua, é transposto para outra.

Remetemos para a discussão dos vários casos ao longo do Capítulo V.

Capítulo III Situação sociolinguística de Angola

Introdução

No presente capítulo, abordamos algumas questões sociolinguísticas de Angola, com principal foco para a realidade de Luanda. O país, na sua configuração atual, é resultado da agregação de vários reinos, sob a égide da colonização portuguesa. Neste território, de 1 246 700 km², tornado independente, em 1975, e hoje subdividido em 18 províncias (cf. Mapa 1), confluem vários povos, culturas e línguas, caracterizando assim o seu mosaico etnolinguístico (cf. Mapa 2).

Num processo longo, condicionado por fatores sócio-históricos diversos, foi-se formando uma sociedade híbrida, étnica, cultural e linguisticamente. De facto, a atual sociedade angolana é basicamente uma simbiose de realidades distintas, das quais se destaca a interação de diferentes elementos de matriz africana entre si e entre todas essas matrizes locais e elementos de matriz europeia. Nestes casos, as diferentes línguas envolvidas sempre jogaram um papel relevante na proximidade e convivência entre pessoas de diferentes origens. Em consequência, verificam-se influências recíprocas, primeiro, entre as diferentes línguas autóctones, e depois, entre estas e o português.

No quadro da presente tese, a nossa abordagem centra-se, portanto, em dois pontos importantes: (i) descrição da situação sociolinguística geral, procurando realçar a diversidade etnolinguística que caracteriza o país – destacam-se, por um lado, as línguas bantas, maioritárias, pelo seu valor histórico e cultural (3.1), e por outro, o português, dada a sua plurifuncionalidade hegemónica (3.2); e (ii) caracterização da realidade histórica e social geral de Luanda, tópico que nos permite analisar os aspetos sociolinguísticos pertinentes da comunidade de fala em estudo (3.3).

3. Situação etnolinguística geral

Angola é um país caracterizado por uma diversidade etnolinguística bastante acentuada (cf. novamente o Mapa 2). Como ocorre em muitos contextos similares, sobretudo em África, verifica-se uma relação íntima entre a língua e a respetiva comunidade de falantes. Consequentemente, a definição dos grupos étnicos correspondeu sempre “a uma lógica que relacion[a] língua, cultura, modalidade psíquica e território” (Coelho 2015:5). Numa relação intrinsecamente dicotómica “língua-etnia”, a língua constitui um dos elementos fundamentais para a identificação do grupo étnico; ou seja, “Estes Grupos Etnolinguísticos fundamentam-se, como a sua própria designação indica, em diferenças de ordem linguística (...) existentes entre os diversos grupos” (Redinha 1975:8; *apud* Coelho 2015:6).

A estrutura populacional do país apresenta uma grande complexidade, à semelhança do que ocorre na maioria dos países africanos. A população angolana atual é constituída por pessoas de proveniência diversa, basicamente de duas matrizes: africana (povos não bantos e povos bantos) e europeia (em consequência da colonização portuguesa).

O estudo sobre a população angolana e as suas línguas é antigo, primeiro com o labor de missionários e administradores coloniais, e mais tarde, com investigações de etnólogos, etnógrafos, antropólogos e historiadores locais e estrangeiros. Desta plêiade de investigadores, destaca-se José Redinha, cujo trabalho tem servido de referência para as classificações subsequentes, até à atualidade, desses grupos étnicos. A população e as suas línguas agrupam-se em quatro grupos etnolinguísticos: Khoisan, Vatawa¹⁰³, Bantos e Europeu, como passamos a descrevê-los sucintamente, a seguir:

I. Grupo etnolinguístico Khoisan¹⁰⁴

Este grupo designa os povos africanos autóctones que habitam o território angolano, subdivididos em dois subgrupos: os Khoi Khoi e os San, anteriormente conhecidos como Hontetote e Mukankala, respetivamente. Caracterizados como nómadas, os Khoisan não estavam organizados em reinos nem em estados, mas subdivididos em numerosas tribos.

¹⁰³ Ver novamente a posição assumida em 1.4, sobre a escrita dos nomes das LBA; para atenuar certas divergências, sobretudo por razões de convenções terminológicas internacionais, acrescentámos, naqueles casos possíveis, o código do ISO 639-2 de cada língua (cf. https://www.loc.gov/standards/iso639-2/php/code_list.php; acesso: 17.01.2018), destacado em *bold* e entre parênteses.

¹⁰⁴ Este grupo é designado por “Grupo étnico Hotentote-Bosquímano (Não-Negro e não-Banto)”, em Redinha (1975:8, *apud* Coelho 2015:6).

Esses povos falam duas línguas principais pertencentes ao grupo linguístico “Khoisan” (khi): o Khoi, dos Hontetotes, e o San, dos Mukankala. Trata-se de línguas que constituem uma unidade, apesar de exibirem alguns traços específicos, sendo fortemente marcadas por cliques¹⁰⁵, uma das principais características que as distingue de outras línguas africanas. Globalmente, destacam-se no Khoisan as seguintes variedades: Kankala (Bosquimane), Hontetote, Kazama, Kasekele e Kwankala.

II. Grupo etnolinguístico Vatwa

Os Vatwa formam uma etnia de origem africana, que atualmente habita principalmente a região semidesértica, na província do Namibe, entre o mar e a Serra da Chela e compreende dois subgrupos etnolinguísticos, os Kwisi e os Kwepe.

Havendo afinidades entre esses dois grupos, algumas considerações conjuntas se impõem. Juntamente com os Pigmeus (concentrados na RDC e Tanzânia), os Khoisan e os Vatwa constituem a população mais antiga do sul de África e os primeiros habitantes primitivos conhecidos no território que é hoje Angola, antes das migrações de povos bantos, razão por que são designados por “prebantos”. Também são designados globalmente de “não bantos”, porque se diferenciam da população de matriz banta, tanto no aspeto antropológico como na organização social. Hoje encontram-se apenas em cinco países: África do Sul, Angola, Botswana, Namíbia e Zimbabwe. Em Angola, em particular, encontram-se confinados no sul do país, concretamente nas províncias do Namibe e Cunene, partilhando espaço com populações bantas. Devido às guerras e a certas calamidades naturais, que foram afetando o seu habitat, muitos deles foram obrigados a refugiar-se também nas cidades ou em aldeias de outros povos. Este facto fez com que se aculturassem para se adaptar à nova realidade. Como consequência, verifica-se uma redução dessa população, reduzindo também o número de falantes das respetivas línguas, por influência quer das línguas bantas quer do português.

¹⁰⁵ Cliques são sons produzidos a partir da rarefação de ar na cavidade bucal, diferenciando-se sobretudo pelo ponto de articulação (Traill 1985:102). No *Dicionário de Termos Linguísticos do ILTEC online*, clique é definido como um “som produzido com mecanismo de fluxo de ar velar ingressivo, criando-se uma região de vácuo parcial”. Trata-se de sons consonânticos presentes nas línguas da família Khoisan e por influência desses povos nativos, os referidos sons encontram-se também em algumas línguas bantas, nomeadamente o Shosa e o Zulu (faladas na África do Sul) e o Sotho (falada na África do Sul e no Lesoto). Sobre a questão, ver ainda Clements (2000:150ss.), que se apoia no trabalho do autor citado no princípio dessa nota.

III. Grupos etnolinguísticos Bantos

Em geral, genética e antropológicamente, os bantos, caracterizados como população negroide, são um povo que habita a região do continente africano que se situa a sul do Equador. Terão emigrado da região de Benue, na fronteira entre Camarões e Nigéria, alcançando as regiões da Bacia do Congo, do Planalto Luba e dos Grandes Lagos, num movimento que teve início no I milénio a.C e durou cerca de dois mil anos (Fernandes e Ntongo 2002:35; Nzau 2011:48-49).

Além da caça, este povo já dominava a domesticação de animais, a agricultura, a arte de trabalhar o ferro e estava organizado em tribos. Por causa da pressão demográfica e escassez de recursos na região de origem, os bantos lançaram-se na conquista de novos territórios, dirigindo-se mais para o Sul, e pelo caminho foram expulsando os grupos autóctones, para as zonas com menos potencialidades agrícolas. A presença da população banta em Angola enquadra-se nessa lógica expansionista e de conquista territorial, cujos movimentos migratórios partem da região do Baixo Congo. Esta “invasão” teve início por volta do século XIII e só viria a terminar no século XIX, devido à nova ordem criada no território, com a presença militar dos portugueses. À medida que os diferentes grupos se fixavam, foram constituindo os seus estados, conhecidos como reinos, que viriam a desagregar-se pela ação colonizadora europeia.

Os bantos constituem demograficamente o agrupamento maioritário e o mais importante da população angolana que se encontra espalhada por todo o território nacional. Apesar de formarem um único povo, estão organizados em grupos etnolinguísticos distintos, com os traços peculiares: características fisionómicas, línguas, hábitos, costumes e modo de vida próprios. Assim, os bantos de Angola subdividem-se em nove grupos étnicos, correspondendo a cada etnia a(s) sua(s) respetiva(s) língua(s)¹⁰⁶:

- (i) Grupo etnolinguístico Kikongo: língua Kikongo (**kon**);
- (ii) Grupo etnolinguístico Kimbundu: língua Kimbundu (**kmb**);
- (iii) Grupo etnolinguístico Cokwe: língua Cokwe ~ Tchokwe (**cjk**, de Ciokwe, segundo o ISO 639);

¹⁰⁶ Reiteramos que o elemento em *bold* e entre parênteses é o respetivo código ISO 639, para cada língua, como já referido atrás. Desde já, esses códigos servem também para indicar, de forma abreviada, as referidas línguas, ao longo do texto, em caso de necessidade, como, por exemplo, na tabela do Anexo 1.

- (iv) Grupo etnolinguístico Umbundu: língua Umbundu (**umb**);
- (v) Grupo etnolinguístico Ngangela: língua Ngangela (**nba**);
- (vi) Grupo etnolinguístico Nyaneka-Nkhumbe: língua Olunyaneka (**nyk**);
- (vii) Grupo etnolinguístico Ociherero: língua Ociherero ~ Otjiherero (**her**);
- (viii) Grupo etnolinguístico Ovambo: línguas Oshikwanyama ~ Kwanyama (**kua**) e Oshindonga (**ndo**);
- (ix) Grupo etnolinguístico Kavangu: línguas Thimbukushu (**mhw**) e Gciriku (**diu**).

Como se dá conta em 3.3, as línguas aqui enumeradas caracterizam-se como sistemas linguísticos mais ou menos homogêneos, que abarcam determinadas variedades, o que demonstra bem a riqueza e a diversidade linguística dos bantos.

IV. Grupo de descendentes de Europeus

Este grupo é formado fundamentalmente por descendentes de portugueses, e por descendentes do cruzamento entre estes e os africanos, ou ainda entre gerações subsequentes de descendentes. Os primeiros são geralmente brancos, já nascidos em Angola, enquanto os outros constituem o grupo da população mestiça, ou simplesmente mestiços, também designados por “euro-africanos” ou “afro-europeus” (Pantoja 2004:50), conforme as conveniências¹⁰⁷.

Em termos linguísticos especificamente, os descendentes dos europeus têm como língua materna o português, podendo falar também uma língua banta, enquanto com os descendentes de africanos e europeus ocorrem duas situações: uns podem ter como língua materna o português (se nascidos numa cidade ou vila), podendo também dominar uma língua banta; outros, uma língua banta (principalmente, os que nasceram em zonas rurais), tendo o português como língua segunda (Fernandes e Ntongo 2002:102).

Em síntese de tudo o que foi dito ao longo desta secção geral, rematamos que Angola é, portanto, um país multilingue, caracterizado pela coexistência e coabitação no mesmo espaço geográfico, das “línguas nacionais” (LN) e o português. Das línguas africanas, as bantas constituem a maioria, enquanto as pré-bantas e não bantas são

¹⁰⁷ Para uma explicação clara destes termos, ver o artigo desta autora referida no texto.

minoritárias. Quanto ao número de falantes, o português ultrapassa largamente todas as línguas africanas, em conjunto. As LN confinam-se a regiões específicas do país e são monofuncionais, pois só se usam no âmbito de interação comunitária limitada; o português cobre a dimensão de todo o território nacional e é usado em várias esferas da sociedade, daí que detenha o estatuto plurifuncional, por servir de meio de comunicação em instituições públicas, no ensino, na religião, no comércio, etc., como se constata no quotidiano dos angolanos.

3.1. As línguas bantas de Angola

As línguas bantas de Angola (LBA) fazem parte de um grupo muito mais vasto que engloba cerca de 600 línguas africanas, pertencentes à subfamília das línguas Benue-Congo, do ramo das línguas Níger-Congo, que faz, por sua vez, parte da grande família das línguas africanas Congo-Cordofânia, partilhando o espaço com línguas de outras famílias faladas neste continente (cf. Mapa 3, no início deste trabalho).

As línguas bantas são faladas numa extensa zona da África subsariana, que vai do sul dos Camarões ao sul do continente, num conjunto de cerca de 22 países: África do Sul, Angola, Botswana, Burundi, Camarões (sul), Comores, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Quénia, RCA, RDC, Ruanda, Suazilândia (atualmente, *eSwatini*), Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábwe (com algumas comunidades na Somália e Sudão). É, portanto, um dos grupos linguísticos mais numerosos, com cerca de 220 a 240 milhões de falantes (Ngunga 2004:29-30; Andrade 2007:21-22; Williamson e Blench 2000:11; Nurse e Philippson 2003:1ss.).

Foi Greenberg, primeiro, na década de 1950, e depois, em 1963, que estabeleceu a relação entre as línguas bantas e a família Níger-Congo (atualmente, Congo-Cordofânia), a partir da classificação genética das referidas línguas. Esta hipótese, à qual estão subjacentes os níveis subsequentes dessa afiliação, como descrito acima, é atualmente aceite por muitos bantuístas (Fernando 2008:9).

A determinação do número de línguas bantas faladas em Angola é também uma questão complexa, marcada por posições divergentes, desde os trabalhos mais antigos até aos mais recentes. Este facto pode ser ilustrado, grosso modo, na discrepância de número de línguas revelada em Huth (1994) e em Kukanda (1992): a primeira autora refere 64 línguas e o segundo fala, apenas, em 9 línguas (Lusakalalu 2005:9-10). As dificuldades

assentam, sobretudo, na própria definição e distinção de uma língua em relação às suas variedades, pois o que alguns autores consideram como sendo língua, outros consideram-no como “dialeto” e outros ainda, um “grupo de línguas” (Cabral 2005:12).

Face a todas estas polémicas, optámos pela classificação apoiada no trabalho de Redinha (1975), no qual se têm baseado muitos autores contemporâneos, como por exemplo Fernandes e Ntongo (2002) ou Andrade (2007) e tantos outros que se debruçam sobre as línguas de Angola (cf. a Tabela 14, abaixo).

3.1.1. Classificação tipológica das línguas bantas

Tipologicamente, as línguas bantas caracterizam-se como línguas aglutinantes, ao privilegiarem a junção de diferentes elementos morfológicos e lexicais numa única estrutura (nominal ou verbal, ou ainda frásica). Trata-se de uma característica básica dessas línguas que, em alguns casos, se traduz em estruturas bastante complexas, como, por exemplo, as que aqui ilustramos (concretamente, da língua Kimbundu)¹⁰⁸:

- (2) a. *dixita* [dɨʃɪta] ‘lixeira’
di-]PN_(sg) xit-]RN -a]VF
b. *monami* [monámi] ‘meu filho’
mon-]RN -a]VF u-]PC a-]GEN -ami]POSS
- (3) a. *ngakuzolu* [ngakuzólu] ‘amo-te’
nga-]PV ku-]OD zol-]RV -u]VF
b. *wamukwatekesele* [wámukwatekeséle] ‘tinha-o ajudado’
u]PV a-]IPF mu-]PC kwatek-]RV -esel]SD -e]VF

A estrutura de (2a) apresenta apenas um processo de prefixação nominal, indicando o singular do nome em questão, com o recurso ao prefixo nominal da classe 3; a de (2b) mostra o processo de reestruturação silábica, através de vários processos fonológicos (4.1.2.3), permitindo a aglutinação de diferentes elementos numa única estrutura. Em (3), temos duas estruturas complexas, resultantes da aglutinação de diferentes elementos prefixais, pronominais e sufixais em torno do radical verbal.

¹⁰⁸ As abreviaturas nos exemplos devem ler-se: PN (prefixo nominal); RN (radical nominal); VF (vogal final); PC (prefixo concordante); GN (prefixo genitivo); PV (prefixo verbal); OD (objeto direto); IPF (imperfetivo).

Etimologicamente, o termo *BANTU*, que quer dizer “pessoas, indivíduos, povos, gente” (Nzau 2011:57), enfim “humanidade”, é formado pelo prefixo plural *ba-* e o radical nominal *-ntu* (singular), cunhado por Wilhelm Bleek, em 1851, mas anteriormente já referido por Johann Krapf, em 1850. Bleek, depois de analisar várias línguas da África Subsaariana, constatou existir um sistema de concordância por meio de prefixos, com destaque para o *ba-*; então estabeleceu as classes de prefixos nominais e passou a designar esse grupo de idiomas como “Línguas *Bantu*” (*Bantu Sprachen*).

Numa perspetiva comparativa, através dos cognatos do termo *Bantu*, Bleek conseguiu provar essa afinidade entre as diferentes línguas do referido grupo, tal como a seguir demonstramos com exemplos retirados de Andrade (2007:24):

Tabela 13: Cognatos do termo *Bantu*

Termo	Estrutura	Língua	Termo	Estrutura	Língua
<i>bantu</i>	ba-ntu	Congo	<i>athu</i>	a-thu	Kimbundu
<i>abantu</i>	a-ba-ntu	Cossa	<i>bhanu</i>	bha-nu	Ronga
<i>vantu</i>	va-ntu	Chope	<i>watu</i>	wa-thu	Suahíli
<i>bato</i>	ba-to	Lingala	<i>bathu</i>	ba-thu	Tonga
<i>antu</i>	a-ntu	Kikongo	<i>abantu</i>	a-ba-ntu	Zulu

Com ligeiras variações, tanto no prefixo como no radical, próprias das transformações fonético-fonológicas específicas de cada língua, ao longo do processo evolutivo, as formas dadas nas diferentes línguas revelam uma uniformidade estrutural (PREF+RAD) e semântica, ao remeterem para o mesmo significado e referente. Fonologicamente, assinala-se o facto de, em caso de oscilação, sobretudo ao nível do prefixo, o fonema que substitui não se afastar muito daquele do étimo, com a estrutura segmental original do radical a ser conservada.

Consideremos, por conseguinte, alguns dos critérios estritamente linguísticos que permitem identificar e definir as línguas bantas, diferenciando-as de outras línguas (cf. Andrade 2007:34-35; Guthrie 1967-71:11-12; Ngunga 2004:50-51; Nzau 2011:57-58): (i) afinidades genealógicas e tipológicas, nos aspetos morfológico, sintático e lexical; (ii) presença de prefixos nominais, com funções lexicais, morfossintáticas e semânticas, sendo indispensáveis na estrutura da frase; (iii) verbos que exibem no infinitivo o prefixo verbal, cuja estrutura conjugada (o. m. q., flexionada) pode ser simples ou complexa; (iv) aglutinação de elementos de diferentes classes gramaticais (afixos, radicais, palavras),

essencialmente ao nível de superfície; (v) ocorrência do SN-Sujeito sempre em posição inicial da frase, encabeçado pelo prefixo nominal; (vi) um vocabulário comum a outras línguas bantas, através de raízes hipotéticas, que remetam para uma possível protolíngua comum; (vii) estrutura silábica básica do tipo -CVC- (consoante, vogal, consoante), sendo mais comum a sílaba CV, ao nível de superfície; (viii) presença de tom, com valor contrastivo e função lexicossemântica e gramatical; (ix) sistema vocálico simétrico, uma herança do protobanto; e x) presença de consoantes complexas, de diferente natureza articulatória, destacando-se as prenasalizadas, por se atestarem em todas essas línguas (veja-se também a abordagem do Capítulo IV, acerca das características do Kimbundu).

3.1.2. Classificação geográfico-genealógica das línguas bantas

Essas línguas também costumam ser classificadas de acordo com o critério “geográfico-genealógico”, fixado inicialmente por Guthrie (1967-71), seguindo-se outros trabalhos, principalmente os do SIL – *Summer Institute of Linguistics* – (Grimes 1996; Grimes e Grimes 1996) e do grupo de Tervuren (Bastin, Coupez e Mann 1999), mas sempre baseados nesse primeiro autor¹⁰⁹. Nesse caso, as línguas são codificadas por letras maiúsculas e agrupadas em zonas, consoante o grau de afinidade linguística (genealógica) e a proximidade ou distanciamento geográfico (Andrade 2007:35-36; Fernando 2008:3; Flores 2009:18-20; Maho 2001:43-44; Nzau 2011:58-59; Ngunga 2004:43).

Essas zonas são definidas como “agregados de línguas que têm uma certa uniformidade ou similaridade de fenómenos linguísticos, mas que não necessitam de ser mutuamente inteligíveis. A divisão em zonas é basicamente geográfica. As zonas são subdivididas em grupos cujas línguas têm traços fonéticos e gramaticais comuns, e são tão similares que chegam a ser em grande medida mutuamente inteligíveis” (Cole 1961:81, *apud* Ngunga 2004:37-38; ver também Rego 2012:16).

Conforme ilustra o Mapa 4, no início da tese, as línguas bantas estão distribuídas por 16 zonas: A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N, P, R, S, subdividindo-as em grupos de línguas do Banto Ocidental e línguas do Banto Oriental. Destas zonas, quinze foram apresentadas por Guthrie, às quais mais tarde se acrescentou a zona J pelos linguistas de

¹⁰⁹ Este critério é também conhecido como a “classificação de Guthrie (1948)”, já que o trabalho seminal *The classification of bantu languages* é desse mesmo ano, embora tenha sido continuado nos anos seguintes e hoje inserido globalmente em Guthrie (1967-1971). No entanto, essa classificação de Guthrie não é a única, mas a mais importante e a mais referida nos trabalhos sobre as línguas bantas.

Tervuren, anteriormente referidos. Estes pesquisadores reconheceram semelhanças entre as línguas bantas dos Grandes Lagos, que estavam integradas nas zonas D e E, e decidiram agrupá-las numa nova zona, adicional à proposta inicial de Guthrie.

No âmbito da nossa tese, interessa-nos destacar apenas que as LBA se distribuem em três zonas linguísticas, ocupando cada grupo de línguas um determinado espaço geográfico do país:

- (i) **Zona H:** Kikongo e Kimbundu – ocupa as regiões norte e noroeste do país, concretamente as províncias de Cabinda, Zaire, Uíge, Bengo, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Luanda e Malange;
- (ii) **Zona K:** Cokwe, Ngangela (grupo Lunda-Cokwe) e as chamadas “línguas do rio Cubango: Kwangali, Gciriku e Thimbukusu – corresponde essencialmente às regiões leste e sudeste, nas províncias do Bié, Cuando Cubango, Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico;
- (iii) **Zona R:** Umbundu, Olunyaneka-nkhumbi, Ociherero, Oshikwiyama e Oshindonga – compreende a extensa região centro-sul de Angola, concretamente as províncias do Bié, Benguela, Cuando Cubango, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla Namibe.

A tabela que se segue representa o quadro possível das LBA, incluindo as suas respetivas variedades (designadas por “variantes”, na perspetiva bantuísta). Assim, articulamos o aspeto da identificação dessas línguas, focado na subsecção anterior, com a questão da distribuição geográfica das mesmas, aqui em abordagem.

Tabela 14: Quadro das línguas bantas de Angola e respetivas variedades.

LÍNGUAS										
	Kikongo (zona H)	Kimbundu (zona H)	Cokwe (zona K)	Ngangela (zona K)	Umbundu (zona R)	Olunyaneka- Nkhumbe (zona R)	Ociherero ~ Otjiherero (zona R)	Oshikwiny- ma (zona R)	Oshindonga (zona R)	Línguas do rio Cubango (zona K)
V A R I E D A D E S	Kilinji	Holo	Badinga	Kamaxe	Ambwi	Olumwila	Ocicavikwa	Evale	Oshikwami	Kwangali
	Kikoci	Ndongo	Bakete	Lucazi	Kacisanje	Olungambwe	Osimba	Kwamato	Oshimbandjera	Gcirikue
	Kikwakongo	Kambondo	Kafula	Lwimbi	Kakonda	Oluhinga	Ocikuvale	Ombadja Efima		Thimbukusu
	Kimboma	Sama	Lunda	Mbande	Mbalundu	Olunkwakhwa	Ocikwanyoka			
	Kihungu	Mbangala	Lunda-ndembu	Mbunda	Mwanya	Olundongwena	Ocingendelengo			
	Kinsoso	Bolo	Mai	Mbwela	Ndombe	Olukamba				
	Kipombo	Ndembu	Mataba	Ngangela	Nganda	Oluciteve				
	Kisikongo	Ngola/Jinga	Xinji	Ngondzelo	Sambu	Olumulondo				
	Kisolongo	Ngoya	Minungu	Nyemba	Sele	Oluhanda				
	Kisuku	Nkari		Yahuma	Sumbi	Olucipungu				
	Kisundi	Songo			Viye	Ocilenge				
	Kivili				Cikuma	Ocilenge musó				
	Kiwoyo				Wambu					
	Kiyaka									
	Kiyombe									
	Kizombo									

A classificação de Guthrie permitiu o mapeamento das línguas bantas por zonas, tendo em conta a distribuição geográfica e os aspetos linguísticos. Usando um critério alfanumérico, as línguas pertencentes a cada grupo receberam um número decimal, anteposto à letra da respetiva zona; por sua vez, as diferentes variedades (dialetos) de cada língua foram “codificadas através de unidades dentro desse número decimal” (Ngunga 2004:43), no caso, uma letra do alfabeto. Seguindo a explicação desse autor, consideremos, por exemplo, os casos de duas LBA, o Kimbundu e o Cokwe:

- **Grupo Kimbundu: H.20**¹¹⁰

- língua Kimbundu: H.21

- variedades: Ngola ~ Njinga: H.21a); Songo: H.21b

- **Grupo Lunda-Cokwe: K.10**

- língua Cokwe: K.11

- língua Ngangela: K.12

Aqui, o Kimbundu, como grupo linguístico, está codificado com o número H.20 (com o “0” indicando o valor decimal) no conjunto de outros grupos linguísticos da zona H: Kikongo (H10), Yaka (H.30) e Hungana (H.40) – a estes dois últimos grupos pertencem línguas faladas na RDC; dentro do grupo em referência, encontramos a própria língua Kimbundu (*standard*): H.21, que tem como variedades o Ngola: H.21a e o Songo: H.21b, além de outras. No grupo Lunda-Cokwe, identificado com o código K.10, podemos distinguir o Cokwe: K.11 e o Ngangela: K.12, no conjunto de outras línguas. Este grupo partilha a zona K com outros grupos de línguas, faladas propriamente na RDC e Zâmbia (Lunda: K.20, Luyana: K.30, Subiya-totela: K.40 e Pende: K.50).

¹¹⁰ Esta análise baseia-se na classificação da anterior, partindo da perspectiva de estarmos perante a língua Kimbundu, pertencente ao grupo com o mesmo nome, e que possui diferentes variedades (dialetos). No entanto, há classificações que consideram algumas dessas variedades como línguas autónomas a par do próprio Kimbundu. Sendo assim, nesse grupo distinguem-se o Kimbundu: H.21 (com as variedades *Ngola*: H.21a e *Jinga*: H.21b), o *Sama*: H.22, o *Bolo*: H.23 e o *Songo*: H.24 (cf. Flores 2009:68-69).

3.2. Situação do português

A análise da situação real do português no contexto angolano é uma tarefa difícil, na medida em que se levantam muitas questões, algumas das quais ainda não suficientemente respondidas, ou cujas respostas se revestem de certa complexidade. Por exemplo, uma das preocupações tem a ver com a definição do contexto histórico e sociológico em que se desenvolveu essa língua, em Angola, desde os seus primórdios até aos nossos dias. Por outro lado, torna-se pertinente compreender de que português se trata, implicando a definição da(s) variedade(s) em causa.

Ao longo da presente secção, propomo-nos a analisar algumas questões importantes, como (i) o percurso sócio-histórico da implantação e difusão dessa língua em Angola, envolvendo a sua adoção como língua oficial, já no período pós-colonial (3.2.1); e (ii) as discussões sobre essa variedade, na ótica de vários estudiosos (3.2.2).

A discussão sobre o português falado em Angola não é um tema novo, pois já vem merecendo certa atenção de linguistas angolanos e estrangeiros, há vários anos, ainda que trabalhos de cariz estritamente científico sejam escassos e se esteja ainda numa fase incipiente da investigação.

3.2.1. Implantação do português em Angola

O processo de implantação do português em Angola e a sua consequente difusão resulta da colonização portuguesa em África, ao longo de quase cinco séculos. Constitui um dos capítulos da história de Portugal e da sua língua, quando esse país se lançou na aventura da conquista de outros mundos, por razões económicas e de expansão territorial (do império). Com um quadro histórico diverso, o português foi-se implantando paulatinamente, à medida que a presença portuguesa se impunha. Simbolicamente, o ano de 1482, quando a armada portuguesa, capitaneada por Diogo Cão, chega à foz do rio Zaire, no antigo reino do Congo, marca o início da convivência entre as populações africanas e europeias e as respetivas línguas, da qual resultou a variedade do português falada atualmente no país.

Em termos gerais, podemos considerar que a implantação e difusão do português em Angola conheceu três períodos históricos distintos, correspondentes a três fases da história dos dois povos, seguindo a perspetiva de Chavagne (2005:20-21), na qual se

baseia a descrição detalhada de Filusová (2012:10-18). Cada uma dessas etapas é marcada por vários factos, favoráveis ou não ao desenvolvimento do português e das línguas locais, de que aqui damos conta sucintamente.

Primeiro período – séc. XV a XIX: correspondente à fase dos Descobrimentos e da expansão marítima e comercial, em que Portugal se lança na aventura da descoberta do caminho marítimo para a Índia, em busca de especiarias. Linguisticamente, destaca-se o primeiro contacto entre o português e o Kikongo, podendo ser considerada a fase inicial da implantação do português, marcada pela adoção supostamente voluntária da língua pelos nativos¹¹¹; e a convivência “pacífica” entre o português e as línguas locais, o Kikongo e o Kimbundu, nos reinos do Congo e de Angola, nesses primeiros momentos da presença portuguesa (Vansina 2001:273; *apud* Inverno 2009a:2).

Segundo período – séc. XIX até 1974: coincidente com a fase de maior ocupação militar portuguesa (em que muitos dos soldados eram angolanos e cuja formação militar era feita em português) e a consequente colonização dos territórios, na altura pertencentes a Portugal, provocando o aumento da população branca¹¹². Dois factos linguísticos de relevo a assinalar nesse período:

- Proibição do uso público das línguas autóctones (na altura classificadas errada e pejorativamente como simples “dialetos”) e a imposição do português: entre 1764 e 1772, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador português em Angola, na época, inicia essa ação, ainda no período anterior, ao determinar que os portugueses ensinassem a língua portuguesa aos filhos e também aos negros, como no Brasil. Esta política continuou com Norton de Matos, também Governador em Angola, que, através do conhecido Decreto n.º 77 de 9 de dezembro de 1921, proibiu o uso das “línguas indígenas” no ensino, que não fosse como auxiliares na catequese, para muitos uma atitude glotofágica em relação a essas línguas (Adriano 2014b:60; Cabral 2005:14; Costa 2006:44-46; Mingas 2000:32-33). Esta medida reforça o papel do português na sociedade,

¹¹¹ Segundo Zau (2007:30) e Samuels (2011:25), referidos por Miguel (2013:115), os habitantes do Congo adotaram o catolicismo, a cultura e a língua portuguesa, voluntariamente, a partir do interesse do próprio soberano local, o Rei Nzinga Mbemba (Nkuvu), que solicitou ao seu homólogo português, D. João II, apoio para a educação do povo bacongo em aspetos daquela civilização europeia.

¹¹² Esta situação foi ditada por dois factos importantes: os receios da independência do Brasil (que poderia suscitar processo semelhante em Angola) e a obrigação de cada potência colonizadora exercer o direito e o controlo efetivo da sua porção territorial, saída da célebre Conferência de Berlim (1885-1886), na qual se decidiu a partilha de África pelos europeus (Inverno 2009a:3; Filusová 2012:12-13).

criando condições para a sua hegemonia perante as outras línguas em presença, ao longo do século XX.

- Implementação da política de assimilação, que visou a aculturação dos povos nativos a hábitos e valores portugueses, considerados “civilizados”, entre os quais se encontrava o domínio da língua portuguesa. Como consequência, a população local ficou estratificada em assimilados e indígenas. Pertenciam ao primeiro grupo os negros que adotassem os valores da civilização portuguesa, dos quais o conhecimento do português; e ao segundo faziam parte os “indivíduos de raça negra e os seus descendentes” (Mingas 2000:47), que não possuísem os hábitos portugueses.

Terceiro período - de 1974 até à atualidade: corresponde principalmente à fase da descolonização, refletida na independência do país, em 1975. Este acontecimento teve como consequências imediatas a saída maciça da população de matriz europeia e a emergência de uma elite tipicamente angolana. No plano linguístico, realçam-se dois factos: a adoção do português como língua oficial, garantindo a continuidade do seu uso pelos angolanos, apesar de considerado, no passado, instrumento de colonização, ao mesmo tempo que se lhe insufla outra dinâmica e vitalidade inovadoras¹¹³; e a emergência de uma variedade do português angolano, marcadamente caracterizada por traços das línguas locais, e ditada pela nova realidade política do país, incentivadora do resgate e reafirmação da identidade africana.

Estes dois aspetos remetem para uma nova etapa de implantação do português, marcada sobretudo pela forte e rápida difusão dessa língua no seio dos angolanos, concorrendo, para tal, três fatores fundamentais: (i) as políticas de gratuidade, obrigatoriedade e massificação de ensino, implementadas a seguir à independência, que permitiram o acesso de muitos angolanos à escola e a consequente aprendizagem formal e massificada do português, em todo o país; (ii) a intensificação das guerras pós-independência e pós-eleitoral, que forçaram o êxodo das populações das zonas rurais para as cidades, em busca de segurança, obrigando-as à rápida adoção do português, para a sua inserção na nova realidade social; e (iii) o serviço militar obrigatório, que também ajudou a expandir e reforçar a presença do português em todo o território nacional, já que este

¹¹³ Segundo Filusová (2012:17), durante a colonização, “o português torna-se um instrumento valioso de dominação colonial, cuja expansão por todo o território visava facilitar o controlo de toda a colónia”.

processo envolvia o recrutamento de jovens de várias origens étnicas, enviados para diferentes partes do país, onde esta era a única língua de comunicação.

A questão de adoção oficial do português tem grande simbolismo. Integra-se num processo comum à grande maioria dos países africanos que mantiveram as línguas dos antigos colonizadores para essa função. Marcando a nacionalização formal dessa língua, essa adoção resulta da opção livre do Estado angolano, por razões históricas, políticas, linguísticas, económicas e diplomáticas, como enfatizado por muitos autores¹¹⁴.

Face a esse cenário e independentemente das circunstâncias em que ocorreu esse processo, o português encontrou bases políticas e jurídicas para se tornar a língua de todos os angolanos. Com esse estatuto, foi-lhe também garantido o apoio institucional e científico, para a sua promoção e desenvolvimento, fomentando-se o seu ensino e aprendizagem, e também a investigação científica. Constitucionalmente, o português passou a ser também língua angolana, juntamente com as outras línguas africanas¹¹⁵.

Sendo a única língua oficial, o português torna-se uma língua plurifuncional, usada em quase em todos os domínios da vida sociopolítica, económica e cultural, como já dissemos no início do capítulo. É também a língua veicular no país, sobretudo nas cidades, pois permite a comunicação entre os vários grupos etnolinguísticos, ocupando todo o espaço nacional e funcionando assim como instrumento de unidade nacional. Como única língua usada no sistema de ensino, é o meio privilegiado de acesso aos conhecimentos científicos e técnicos.

Celebrado e assumido, por conseguinte, o português deixou de ser exclusivamente língua dos portugueses para ser também dos africanos, pois como bem afirmou Amílcar Cabral, citado por Ferreira (1988:19): “O português (...) é uma das melhores coisas que

¹¹⁴ Para uma melhor compreensão dessa questão, ver Ferreira (1988:22-28), que aborda detalhadamente as razões de adoção da língua do ex-colonizador como oficial pelos cinco “Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)”: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

¹¹⁵ Parece-nos, no entanto, que a adoção do português como língua oficial em Angola foi primeiro uma decisão política e só depois jurídica. Segundo Coelho (2004), este estatuto foi declarado “no próprio acto da proclamação da independência em 11 de Novembro de 1975”, por Agostinho Neto, embora mal recebido por muitos presentes, a julgar pelos apupos que se seguiram ao anúncio. Já para Cabral (2005:27), a primeira menção desse estatuto está documentada nas decisões de uma reunião política, a “3.ª Reunião Ordinária do MPLA”, em 1978. Como se pode compreender, em nenhuma das primeiras normas jurídicas (sobretudo as duas anteriores leis constitucionais, no pós-independência), vinha expressa esta questão. Só muito mais tarde, na atual CRA – Constituição da República de Angola, de 2010, no ponto 1 do Artigo 19.º, se estatuiu claramente que “A língua oficial da República de Angola é o português”, legitimando-a também “de jure”, nessa função, pois só o era “de facto”.

os tugas nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem com os outros.”; ou como enaltecido pelo escritor angolano Ondjaki, referido por Leão, Gamito e Costa (2007:173): “Depois de língua conquistadora, a língua conquistada virou raiz reprodutora – arma e fogo artificial; embrião e simultânea gravidez”. Cremos que subjaz a todas essas palavras a real dimensão e relevância do português adotado nos nossos países.

3.2.2. Sobre a(s) variedade(s) do português de Angola

Atualmente considerada a língua de maior expressão no país e falada em todo o território nacional, o português está presente em todos os domínios da vida social. Todavia, partindo de uma visão mais objetiva da situação, é importante tentar definir a variedade angolana do português, condicionada por fatores diversos da realidade local, no decorrer do seu longo percurso de implantação.

Podemos assumir, de forma genérica, que o português falado em Angola, nos nossos dias, é a mesma língua levada pelos navegadores portugueses, no longínquo século XV, mas que ganhou novos contributos, ao longo da sua evolução sócio-histórica, como documenta a vasta bibliografia historiográfica. Fatores linguísticos (o contacto com as línguas bantas) e extralinguísticos (transformações sociopolíticas e atitudes face às línguas) ditaram a emergência de uma nova variedade de uso corrente e generalizado. Contudo, o português europeu continua a ser considerado como um ideal, sendo usado por pessoas de nível de instrução médio-alto (apesar de existirem naturalmente algumas diferenças gramaticais, relativamente ao PE, mesmo no português de indivíduos de nível de instrução elevado).

Em consequência, coexistem, em Angola, duas variedades básicas do português, pelo menos, que operam numa relação diglósica, a nível social: uma variedade do português muito próxima da europeia, idealmente tomada como a norma-padrão angolana (3.3.2.1, adiante) e usada em contextos formais, principalmente por falantes com grau de escolarização elevado, e a variedade do português angolano (PA), propriamente dita, falada em contextos informais, sendo transversal a quase todos os estratos da sociedade¹¹⁶. Efetivamente, se cada variedade assume as suas funções e um mesmo falante pode usar

¹¹⁶ Existe ainda a variedade europeia, falada pelos portugueses presentes sobretudo em Luanda.

uma ou outra, consoante o contexto de comunicação, muitos falantes só dispõem da variedade local; o nível sociocultural dos falantes é, assim, um fator relevante.

Esta situação decorre da dimensão do português, enquanto “língua histórica” e de cultura (Cunha e Cintra 1986:3; Mattos e Silva 1991:116). De facto, ao longo da sua evolução, a partir de Portugal rumo a outras paragens, essa língua conservou sempre a sua identidade, ao mesmo tempo que se foi modificando, através da força inovadora, ao incorporar novos elementos, consoante o tempo e os diferentes lugares onde foi sendo acolhida, servindo também de meio de expressão de culturas locais.

De acordo com os autores anteriormente referidos e também Vilela (1994:12), línguas como o português são concebidas como um diassistema, que admite sistemas e/ou subsistemas, fruto de diversos tipos de variação a que estão sujeitas (diacrónicas, diatópicas, diastráticas e diafásicas). Com efeito, essa língua possui diferentes variedades impregnadas de traços específicos, consoante a própria realidade sociológica onde cada uma se insere. Por isso, assume-se existirem as variedades do português europeu, português brasileiro, português angolano, português cabo-verdiano, português guineense, português moçambicano, português santomense, português timorense, etc., refletindo as diferentes formas de falar esta língua em cada um dos respetivos países¹¹⁷. Internamente, é ainda possível distinguir subvariedades dessas variedades, peculiares de regiões ou comunidades específicas¹¹⁸.

Mas a conceção do português falado em Angola como uma variedade distinta nem sempre foi um assunto consensual, a julgar pelos diferentes pontos de vista que existem. Para uns, ainda não se pode falar objetivamente de uma variedade do PA, embora já reconhecida como uma maneira de falar português, especificamente angolana (cf. Nzau 2011:62; Nzau, Venâncio e Sardinha 2013:162); para outros, é uma variedade em

¹¹⁷ Partimos do pressuposto geral da configuração geoestratégica da língua portuguesa, baseada no facto de todos esses países terem o português como língua oficial, realidade institucionalmente refletida na CPLP. Mais especificamente, o PE e o PB são considerados variedades básicas e o PA e PM, também conhecidas como “variedades do português africano” ou “português africano/de África”, constituem variedades emergentes (cf. Mattos e Silva 1991:116).

¹¹⁸ Em termos dialetológicos, reconhecem-se muitos dialetos no PE e no PB, suficientemente descritos, como reflexo da variação linguística nos respetivos países (mais acentuada no Brasil). Quanto às variedades do PA e PM, também já é possível identificar alguma variação dialetológica. Similarmente ao que acontece em Moçambique, em Angola, fala-se hoje de pelo menos duas subvariedades no PA: uma, o português culto, vinculado a falantes escolarizados, e uma outra, que cunharíamos de “português não culto”, em oposição ao anterior, pertencente a falantes de baixo nível escolar e cultural (sobre o caso do PA, ver Cabral 2005; Undolo 2016; e sobre o PM, Firmino 2002b; Dias 2002, *apud* Gonçalves 2013:161).

formação (Cabral 2005:46) ou em fase de mutação (Hagemeijer 2016:50), mas cujos traços linguísticos distintivos já são possíveis de identificar (Inverno 2009a:4).

Na definição das variedades emergentes, põe-se com importância capital a questão da existência de uma norma-padrão, sendo que, em geral, se acredita que essas variedades não possuem as respetivas normas específicas. Ora, se consideramos, por exemplo, que o PA e o PM constituem variedades nacionais da mesma língua, que é o português, então é evidente que as duas variedades possuem normas próprias, se nos basearmos nos dados empíricos a que temos acesso dos falantes cultos, independentemente do nível da descrição e da sistematização das suas regras. Sabemos que a norma-padrão de Portugal, que se visa aplicar a Angola, é a reconhecida como a variedade de maior prestígio e que serve de referência, mas não é expectável que os falantes cultos de Angola, como do Brasil ou de qualquer outro país onde se fale português, partilhem a norma europeia: são variedades distintas e cada uma com a sua norma, sendo que umas são mais próximas entre si do que outras. Por um lado, conforme defende a generalidade dos sociolinguistas, dialetólogos e mesmo historiadores da língua, a variedade-padrão não é linguisticamente mais importante ou mais “perfeita” do que as outras variedades; trata-se apenas de uma das variedades escolhidas dentre as várias possíveis, por beneficiar de um estatuto privilegiado, mais por razões políticas, económicas, culturais do que por fatores meramente linguísticos.

Contudo, a importância de cada variedade nacional do português possuir uma norma-padrão corresponde ao reconhecimento do estatuto de variedade nacional da língua, podendo exercer a sua função social de regularização e de igualização de oportunidades para os cidadãos, através da escolarização, e permitindo o acesso aos bens que a mesma facilita. Por outro lado, como já defendido por Castilho (2002:27-35), pode falar-se de normas plurais. O autor propôs a distinção entre norma objetiva (reconhecida como a efetivamente usada pela classe socialmente de maior prestígio), norma subjetiva (relacionada com as atitudes dos falantes, que preveem que, em determinadas situações, determinados falantes usem a norma objetiva) e a norma prescritiva, que combina as anteriores e é considerada a ideal.

No Brasil, esta questão é muito estudada, podendo ainda citar-se, por exemplo, Lucchesi (2002:64-66) que também defende a existência de diferentes normas, associadas a diferentes comunidades ou grupos, sublinhando que a chamada norma-padrão está associada às regras prescritas pelas gramáticas normativas (que, como se sabe, têm como

pilar a cultura escrita), enquanto a norma culta está relacionada com a prática efetiva dos setores altamente escolarizados, que nem sempre seguem a norma-padrão prescrita. Em sociedades heterogêneas, como a brasileira e a angolana, definir a norma culta é certamente mais útil e funcional do que definir uma norma-padrão afastada do uso dos falantes cultos e, desse modo, não seguida por um número significativo de falantes e, por tal, artificial.

As diferentes posições sobre a existência de uma variedade do português tipicamente angolana têm provocado interpretações diversas, que se repercutem na própria terminologia. Em consequência, encontramos na literatura sobre o assunto designações como “falar português híbrido/miscigenado”, resultado da “mistura” do português com as línguas de origem africana (Nzau 2011:62)¹¹⁹. Mas, independentemente das divergências e da abundância de designações, parece que as posições tendem a convergir num ponto comum: o reconhecimento explícito ou implícito da existência da variedade do PA, um português específico de Angola, considerado por Mingas (1998:115), que também vaticinou a grande pujança dessa variedade, como:

uma nova realidade linguística em Angola, a que chamamos ‘português de Angola’ ou ‘angolano’, à semelhança do que aconteceu ao brasileiro ou ao crioulo. Embora em estado embrionário, o ‘angolano’ apresenta já especificidades próprias (...) Pensamos que, no nosso país, o ‘português de Angola’ sobrepor-se-á ao português padrão como língua segunda dos Angolanos.

Diante dessas diferentes propostas, optámos pelo termo “variedade do português angolano”, ou simplesmente “português de Angola”, ou ainda “português angolano”, para designarmos o português falado nesse país, com diferentes subvariedades e em contextos diversos, sendo transversal a quase todos os estratos da sociedade¹²⁰. É uma variedade do

¹¹⁹ Repare-se na fertilidade de termos: “pretoguês” (sem autor específico, o termo é bastante referenciado na literatura linguística e estudos literários, para designar o modo pejorativo e desprezível como os colonizadores denominavam a variedade híbrida do português falado pelos africanos (cf. Macedo 1992:173; Nzau 2011:62)), “português dos *musseques*” (Vilela 1995:49), “português de Angola” (Marques 1983), “português angolanizado” (Mendes 1985:183), “português de Angola” ou simplesmente “angolano” (Mingas 1998:115), “português angolano” (Hagemeijer 2016:49), “português vernacular de Angola” (Inverno 2008:170; 2009a:1), “português vernacularizado” (Fernandes e Ntongo 2002:19), “variante angolana de português” (Nzau 2011:62; Nzau, Venâncio e Sardinha 2013:162), “variedades africanas do português” (Gonçalves 2013:161, em alusão conjunta do PA e PM, ou publicações do projeto Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias do português, UFRJ-CLUL, UFRJ-ALFAL, nas quais “português de Angola” também é utilizado), etc.

¹²⁰ Segundo Nzau (2011:62), essa variedade do português, por ele designado como “linguajar em causa”, já não é exclusivo aos *musseques*, pressupondo também ser já extensivo a toda a sociedade. Este facto

português marcada por traços das línguas africanas, em todos os domínios linguísticos, como reflexo da realidade sociocultural e histórica angolana, como reconhecido por muitos autores.

Numa perspetiva de aquisição linguística, o português de Angola tem sido considerado como um “resultado de diferentes graus de reestruturação linguística num cenário de aquisição de língua não materna (L2), os quais dependem de fatores sociais e linguísticos específicos, tais como o grau de acesso e exposição à língua-alvo (o português), aspetos demográficos e a tipologia das línguas em contacto” (Hagemeijer 2016:43-44), ideia também perfilhada, de certo modo, por Gonçalves (2013:161)¹²¹.

Sociologicamente, o português falado correntemente em Angola, apesar de forjar as suas bases no passado, surge com a independência do país, como já referido no ponto anterior; ou seja, com a emancipação política, verificou-se a erupção do português outrora confinado aos musseques e outras periferias, invadindo os espaços antes proibidos. Sob a capa de reafirmação identitária, caiu-se numa espécie de liberdade linguística, que legitimou todas as inovações introduzidas. Esta situação traduziu-se na nativização do português, similarmente ao que ocorreu noutras ex-colónias portuguesas em África. Trata-se de um processo assegurado por vários fatores, dentre os quais o aumento do número de falantes (Gonçalves 2013:160), a influência do substrato banto (Inverno 2009a:4), a massificação do ensino, a intensa mobilidade social, a timidez das políticas linguísticas efetivas em prol das línguas nacionais e o estatuto privilegiado do português como língua de ascensão social (Hagemeijer 2016: 46-47).

Cremos, portanto, que os fatores políticos foram determinantes para a emergência do PA, uma vez criadas as condições ideológicas e jurídicas, assim como a consciência linguística da população para a assunção dessa língua como pertencente a todos, desconstruindo a carga pejorativa de “língua do colono” e “instrumento de colonização”. Vale lembrar que, nessa altura, enquanto a variedade PE ficou restrita aos contextos formais, sobretudo nas instituições do Estado, após o abandono do país de milhares de

também é reconhecido por Inverno (2009a:2), quando se refere ao “português vernáculo de Angola”, ou quando afirma que, “contrariamente à ideia implícita no discurso de governantes e meios de comunicação social, a variedade do português que se tem vindo a generalizar não é a variedade padrão europeia, mas sim uma variedade vernácula do português resultante do contacto com as línguas africanas num contexto multilingue” (Inverno 2008:171).

¹²¹ Sobre a questão da reestruturação da variedade do PA, ver também Inverno (2009a:1, 10-11; 2009b:viii) e Nzau (2011:62).

portugueses, cá fora irrompe a variedade do PA, que, dos musseques e de outras zonas desfavorecidas, atravessa a “fronteira do asfalto”¹²² e se instala também na cidade, passando a fazer parte do quotidiano linguístico dos angolanos.

Apesar das dificuldades ou hesitações na sua aceitação, é um facto que a variedade do português em análise apresenta traços peculiares que a diferenciam de outras variedades de referência, como, por exemplo, o PE e o PB. Mesmo não havendo ainda estudos exaustivos e suficientes sobre o assunto, há uma clara percepção de que o PA apresenta características típicas, concretizadas em (i) traços resultantes do contacto permanente com as línguas locais, principalmente as bantas e (ii) inovações internas, próprias do português de Angola. Para evitarmos repetições desnecessárias, essas características são descritas na subsecção referente ao POL, por entendemos que essa subvariedade constitui globalmente a referência do PA (3.3.3). É importante notar, contudo, que essa variedade é recente; a sua formação constitui um processo em curso, contemporâneo, ideia com a qual concorda a maioria dos linguistas (Inverno 2009a:2).

3.2.3. Estudos sobre o português de Angola

Os estudos descritivos do PA são recentes, tal como a sua própria emergência e implantação social (Cabral 2005:46; Gonçalves 2013:162; Hagemeijer 2016:48). Segundo Inverno (2009a: viii), a primeira descrição sobre a variedade do PA foi feita no trabalho de Schuchardt (1888), mas em alusão a um português “durante muito tempo confinado a certos grupos sociais, nomeadamente aos afro-europeus nas cidades costeiras e, posteriormente, aos traficantes de escravos em algumas partes do interior”. Cabral (2005:45) aponta alguns trabalhos, situados nas décadas de 30 a 70 do século XX, mais preocupados com as interferências, sobretudo lexicais das LB no português do que com a descrição dessa variedade.

A escassez de estudos parece dever-se muito à indiferença e desinteresse dos portugueses sobre esta variedade. Seguindo o raciocínio de Cabral (2005:46), para as autoridades coloniais, não se falava outro português que não fosse o mesmo da Metrópole, logo não havia necessidade de estudá-lo; ou, pelo facto de Angola ter sido uma colónia

¹²² Em alusão a um texto da obra *A cidade e a infância*, de Luandino Vieira (1960:37-42), que caracteriza a realidade colonial, em Luanda, com a clara delimitação entre a cidade e os musseques, realçando não apenas uma fronteira física, mas principalmente sociocultural, traduzida na discriminação racial.

penal, assuntos do contacto entre as duas culturas não constituíam preocupação imediata, para os portugueses aí desterrados, ou por fraca instrução ou por desinteresse.

Este atraso tem implicações no nível das investigações sobre o PA, cujo resultado se traduz em trabalhos que não podem cobrir efetivamente todos os domínios linguísticos e com o aprofundamento necessário e se apoiam, maioritariamente, em materiais escritos, em particular textos literários (Gonçalves 2013:177). Contudo, existem já vários contributos parciais de linguistas que procuram identificar e explicar alguns dos traços típicos dessa variedade, isolada ou conjuntamente com as outras variedades do português de África (trabalhos de investigação no âmbito de projetos coordenados), e ainda em trabalhos realizados para a obtenção de graus académicos – dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Aos primeiros trabalhos que têm servido de marco referencial destes estudos, situados principalmente no último quartel do século passado (cf. Marques 1983; Mendes 1985; Gärtner 1989, 1996; Endruschat 1989, Mingas 1998, 2000), juntam-se outros, mais ou menos recentes¹²³. A maioria desses trabalhos centra-se no estudo das características da variedade local, mas evidenciando as diferenças entre esta e a variedade do PE, principalmente as decorrentes da adoção de traços das LB. Apesar de tudo, os estudos sobre o PA estão menos desenvolvidos do que, por exemplo, em relação ao PM, como pertinentemente constatou Hagemeijer (2016:48).

Em relação ao material empírico, baseando-nos em Hagemeijer (2016:49-50), esses trabalhos apoiam-se em *corpora* de natureza diversa, vários deles em textos literários, que sempre serviram de referência para o estudo do “português/linguagem dos *musseques*”, como paradigma do PA (p.e., as obras de Luandino Vieira, Jofre Rocha, Boaventura Cardoso, Uanhenga Xitu, Pepetela); textos manuscritos, sobretudo os recolhidos no ambiente escolar ou académico, procurando identificar os “desvios” em relação à norma-padrão; testes escritos, para avaliar o conhecimento linguístico dos utentes (alunos) e trabalhos sobre a gramática adulta das variedades africanas do português, que privilegiam dados da oralidade (*corpora* orais).

¹²³ Interessa referir destacadamente apenas quatro trabalhos diretamente ligados ao português falado em Luanda: Mingas (2000), Bento (2010), Miguel (2014) e Mota (2015). No entanto, para uma lista mais abrangente, embora não completa, de trabalhos sobre o PA, ver Cabral (2005:45-56). De igual modo, indicamos aqui a lista da Cátedra “Português Língua Segunda e Estrangeira”, da Universidade Eduardo Mondlane, como uma grande fonte bibliográfica do PA, com 160 títulos sobre o assunto (cf. http://www.catedraportugues.uem.mz/?__target__=lista-bibliografia-angola; acesso: 12.10.2017).

Devido à relevância do material linguístico nesse tipo de investigações, é necessário o uso de *corpora* orais e também escritos representativos do uso corrente da variedade em análise (os textos literários não constituem fontes seguras, por estarem assentes na recriação estética da língua – cf. Gonçalves 2013:62, *apud* Hagemeijer 2016:49).

Por outro lado, pensamos que, no presente estágio das investigações, devem combinar-se as diferentes perspetivas de abordagem, com o recurso a teorias linguísticas contemporâneas, para estudos mais rigorosos. Como alguns trabalhos têm demonstrado, a compreensão de muitos fenómenos da variação linguística depende também da definição de fatores sociais (grau de instrução, idade, etc.) e não apenas de aspetos linguísticos, podendo refletir-se nos resultados finais (cf. Capítulo II). Deste modo, parece-nos crucial recorrer-se à abordagem sociolinguística, privilegiando-se o enfoque e os métodos quantitativos, por forma a determinar os traços típicos do PA; com esta metodologia, podem os investigadores ver-se confrontados “com novos fenómenos ou com novas abordagens, que obrigam a rever e a reavaliar as suas descrições de forma dinâmica” (Gonçalves 2013:178). Para a efetivação dessa tarefa, são necessários estudos diacrónicos e sincrónicos, com grupos multidisciplinares (Mota 2015:26), visando a compreensão do fenómeno de nativização do PA e de outras variedades emergentes em África. No caso de Angola, são necessários mais estudos aprofundados, para a determinação clara dos traços característicos do português angolano. Assim, caminhar-se-ia igualmente para a definição da norma-padrão do PA.

3.3. Realidade histórico-social geral de Luanda

Nesta secção, passamos a abordar os diferentes aspetos que conformam a realidade sociolinguística de Luanda, a comunidade de fala em estudo. Essa abordagem centra-se nos seguintes tópicos essenciais: (i) aspetos históricos e político-administrativos, para uma breve caracterização histórica e relevância sociopolítica e económica da cidade de Luanda, que se destaca das demais por ser a capital e polo de atração (3.3.1); (ii) aspetos sociológicos e sociolinguísticos, dos quais se realçam a sua própria génese, a elevada densidade demográfica e a estratificação social, fatores preponderantes que condicionaram a formação da subvariedade do português local, num contexto de multilinguismo bastante acentuado (3.3.2); e (iii) descrição linguística dos traços característicos da variedade do português resultante dessa interação sociocultural (3.3.3).

Só uma análise articulada de todos esses aspetos nos garante uma melhor compreensão da situação sociolinguística de Luanda, cuja subvariedade do português é uma parte específica, mas que se integra num todo maior, o PA. Toda a investigação feita sobre o assunto afigura-se como um valioso contributo para o estudo da situação linguística geral do país e do português, em particular. Esta é modestamente a tarefa a que nos propomos nos pontos seguintes, apoiando-nos em bibliografia diversa e em experiência pessoal, enquanto integrante e observador da realidade em discussão.

3.3.1. Aspetos históricos e sociopolíticos

A história de Angola reza que a cidade de Luanda foi fundada a 25 de janeiro de 1576, pelo capitão português Paulo Dias de Novais, com o nome de “São Paulo de Assunção de Loanda”. Antes desta presença, o espaço pertencia ao Reino do Ndongo, cuja capital se designava Kabasa. Este reino, fundado entre os séculos XII-XIII (Coelho 2010:17), ou concretamente no século XIII (Pinto 2015:90), foi habitado inicialmente pelos povos da etnia dos ambundos cuja língua era o Kimbundu, e governado pelos reis da dinastia dos Ngola, de que se destaca o rei Ngola Kiluanji-Kya-Samba. Os ambundos pertenciam a um conglomerado de reinos: Ndongo, Matamba, Kisama e Mpemba, territórios vassalos do reino do Congo (Miller 1976, *apud* Xavier 2010:2; Pinto 2015:91).

A origem do nome “Luanda” (etimologia) é controversa até hoje, apontando-se, pelo menos, três hipóteses, que refletem as posições de diferentes pesquisadores, conforme a abordagem de Júnior (1970:140-141): (i) o termo deriva da palavra do Kimbundu *WANDA* (‘rede’), à qual se junta o prefixo singular *LU*, em alusão à designação atribuída aos seus habitantes, *axiluanda* (‘atiradores de rede’), por terem a pesca como atividade principal; (ii) é uma palavra formada do étimo quimbundo *LUANDU*, que significa ‘esteira’ ou ‘superfície plana’, estabelecendo-se uma analogia entre estes elementos e as características do terreno dessa ilha, de “areias planas” e (iii) o referido nome provém do étimo *LU-NDANDU*, com junção do prefixo *LU-* ao nome *NDANDU*, que significa ‘valor’ ou ‘objeto de comércio’, em referência à exploração dos pequenos búzios chamados *njimbu* (“zimbo”), colhidos na ilha de Luanda (na altura, possessão do reino do Congo) e que serviam de moeda corrente nesse antigo reino.

Como já referido anteriormente, os habitantes de Luanda são tipicamente designados por *axiluandas* ou *caluandas*, formas do plural, já aportuguesadas, dos termos *muxiluanda* (< MUXILWANDA) e *caluanda* (< KALWANDA), respetivamente. O último termo pode tomar a forma de diminutivo *calu*, com carácter mais valorativo-afetivo. Trata-se de um povo culturalmente bastante rico, destacando-se a culinária, os rituais à *kianda* ‘sereia, deusa do mar’, e a dança do carnaval. Na atualidade, a população luandense é constituída globalmente por povos de diversas origens etnoculturais, destacando-se os ovimbundos e os bacongus, que escolheram Luanda para viver, por razões migratórias diversificadas, como damos conta no tópico subsequente.

No domínio político-administrativo, enquanto capital do país, é a sede de todos os poderes políticos, sendo uma das 18 províncias de Angola. Com uma superfície de cerca de 24 651 km², o seu território está atualmente dividido em sete municípios: Belas, Cacuco, Cazenga, Icolo e Bengo, Luanda, Quissama e Viana, e estes, subdivididos em distritos urbanos. Possui uma população estimada em 6 945 386 habitantes (cf. Censo Geral de 2014 – INE 2016:89), que tende a crescer devido ao carácter atrativo que o seu maior desenvolvimento socioeconómico representa. Luanda tem a taxa demográfica mais elevada de todo o país e concentra o maior número de escolas e instituições de ensino superior; também é onde se encontram mais espaços culturais, estações de rádio e televisão, jornais/revistas e editoras (livreiras e discográficas). É o maior centro de produção e difusão de conhecimentos, ao ponto de influenciar as demais províncias. Por outro lado, constitui a província económica e financeiramente mais poderosa, concentrando a maior parte do tecido industrial do país e das instituições financeiras. Enfim, a maior praça linguística, onde o português encontra terreno fértil para inovações, em todos os aspetos, fruto da dinâmica social desta urbe.

3.3.2. Luanda: aspetos sociológicos e sociolinguísticos

Luanda pode ser considerada, desde a sua génese até aos nossos dias, como uma cidade híbrida ou “crioula” (Weeler e Pélissier 2016:113ss.), em todos os domínios sociais. Está em contínuas transformações socioculturais e é um espaço onde convergem povos de diversas origens, culturas e línguas. Trata-se de uma sociedade caracterizada por uma hibridez de relações entre os aspetos civilizacionais da matriz tradicional africana ancestral e os da matriz ocidental moderna, herdada da colonização portuguesa. Por isso, qualquer estudo sociológico deve passar pela “caracterização das transformações sociais

mais significativas ocorridas na cidade e periferia de Luanda e a identificação de uma tipologia de estratificação social e níveis de urbanidade dos grupos sociais da capital” (Rodrigues 2003:2). Assim, Luanda caracteriza-se, hoje, pelo rápido crescimento demográfico e consequente extensão territorial, fenómenos marcados pelo exponencial aumento da população e surgimento de novos bairros na periferia urbana, com matizes sub e/ou ruriurbanas (*idem*). Demograficamente, por exemplo, se no ano 1846 esta cidade registava apenas uma população de cerca de 6 000 habitantes, em 2014, este número cresceu vertiginosa e espantosamente para quase sete milhões de pessoas¹²⁴.

No que tange ao crescimento e estruturação urbanística, o espaço urbano de Luanda concentra três cidades distintas (Quelhas 2006), como também espelhado no Mapa 5, no início deste trabalho:

- A cidade colonial, que constitui o centro administrativo, dos negócios e urbanizada antes de 1974; é a chamada “Baixa de Luanda”, que foi sempre a zona nobre, envolvendo os bairros mais antigos como o Saneamento (Cidade Alta), o Bairro dos Coqueiros, Ingombota e Maianga.
- Os “Musseques”, onde mora a maioria da população luandense; são zonas periféricas, circundantes ao centro da cidade, podendo atualmente classificar-se em “antigos” e “novos”¹²⁵. Os musseques antigos são aqueles existentes desde a época colonial até à altura da independência, enquanto os novos musseques foram já sendo construídos ao longo do período pós-independência, marcando o surgimento de novos bairros. Adensaram-se, cada vez mais, depois dos conflitos pós-eleitorais.
- Os subúrbios de luxo, que surgiram principalmente em função do redimensionamento ou alargamento da cidade, atendendo à pressão populacional. Com

¹²⁴ Para a compreensão do crescimento demográfico em Luanda, de 1846 a 2007, ver os dados expressos em Weeler e Pélissier (2016:114). O número atual, considerado arredondadamente, tem como fonte os resultados do “Censo Geral da População e Habitação de 2014”, publicados em 2016. Neste momento, já se fala em cerca de nove milhões de habitantes, assistindo-se a um crescimento ininterrupto.

¹²⁵ Etimologicamente, a palavra *musseque* provém do termo quimbundo MUSEKE (sg) /MISEKE (pl) e significa ‘areia fina e vermelha’. Mas, a “um dado momento, *musseque* passa a designar os grupos de palhotas, que se adensam no alto das barrocas e que por semelhança à SEKE (vermelho ocre) toma o nome do material (areia) sobre o qual se implantam” (Quelhas 2006). Muitas vezes, carregado de uma carga negativa ou sentido pejorativo, tomado no plural, o termo *musseques* passa a referir os bairros informais e periféricos da cidade de Luanda geralmente de construções precárias. Caracterizam-se também como “assentamentos de carácter informal localizados maioritariamente nas áreas peri-urbanas da cidade, são a representação física da segregação social no espaço urbano desta cidade capital de Angola, localizada na parte ocidental da África austral” (Bettencourt 2011:i). Sobre a estruturação desses espaços luandenses, ver também Kasack (1996).

esta medida, foram surgindo novas microcidades, provavelmente a partir da década de 1980. Alguns desses conglomerados urbanísticos, existentes um pouco por toda a parte de Luanda, foram construídos sob modelo de condomínios fechados, a maioria de direito privado. Paralelamente, foram construídas pelo Estado as chamadas “centralidades” ou “novas cidades”, e edificaram-se também novos bairros sociais, mais bem estruturados do que os musseques antigos e novos.

As causas do crescimento constante da cidade e da elevada densidade populacional em Luanda prendem-se, fundamentalmente, com os seguintes fatores (cf. Rodrigues 2003; Quelhas 2006; Weeler e Pélissier 2016):

- (i) O êxodo das populações rurais para as cidades, concretamente a fuga das populações de outras províncias para Luanda, em busca de segurança, por causa das várias guerras vividas no país.
- (ii) A busca de melhores condições de vida, cujas oportunidades só a cidade pode proporcionar, devido ao seu desenvolvimento socioeconómico. É que nos países subdesenvolvidos, mormente em África, as capitais constituem os únicos lugares que oferecem as melhores condições de vida, daí o maior fluxo de pessoas.
- (iii) O regresso de muitos angolanos que viviam na diáspora por causa da colonização portuguesa e das guerras subsequentes (sobretudo na RDC e Zâmbia), instalados maioritariamente em Luanda¹²⁶.

Como se pode depreender, os problemas de Luanda, concretamente o crescimento demográfico e territorial desordenado, são antigos e acompanham o seu desenvolvimento, nas suas diferentes fases de existência. Claro que este adensamento desestruturado tem implicações no modo de vida das populações, traduzidas na precariedade de muitos serviços sociais, dos quais sobressai a educação. Em termos linguísticos, particularmente, constata-se que os musseques foram sempre, desde a época colonial, um espaço onde se desenvolveu a variedade não formal do português (daí o termo “português dos musseques”), paralela ao português formal.

A situação social atual de Luanda pode ser compreendida a partir da sua génese, passando por diversas etapas do seu desenvolvimento. Uma cidade inicialmente colonial,

¹²⁶ Sobre a situação dos “regressados” ou “retornados” da República Democrática do Congo, quanto à sua inserção na sociedade luandense, ver o trabalho de Nzatuzola (2008), no qual também o autor aponta esse facto como uma das “causas mais importantes” da pressão urbanística de Luanda.

dependendo da metrópole portuguesa, foi construída para albergar apenas um determinado número de habitantes¹²⁷. No entanto, após à independência do país (1975), passa a capital de um novo Estado africano, seguindo-se-lhe um adensamento populacional e territorial bastante acelerado. É neste momento que se intensifica a convergência das matrizes ocidental e africana, acima apontadas, embora já interagindo ao longo da sua coabitação tímida ou ténue, sobretudo depois das restrições da cultura endógena, impostas pelas autoridades coloniais, nos séculos passados.

Na época colonial, a população luandense estava estratificada, socialmente, em três categorias, que caracterizam as relações sociais e humanas nesta urbe: europeus (os colonos), os africanos “assimilados” e os africanos “não assimilados”/os indígenas (estes dois últimos grupos já referidos acima, em 3.2.1). Com o país independente, estabeleceram-se novas relações e redefiniu-se a tal estratificação, introduzindo transformações no tecido social angolano e luandense, em particular. Assistiu-se, consequentemente, ao surgimento de novos grupos sociais: elites ligadas ao poder político e económico, ao governo, a outras instituições do Estado e ao poder militar, e a população, em geral, já profundamente enraizada na cidade ou recém-chegada. Note-se que muitos membros dessas elites estão ligados às antigas famílias de assimilados da época colonial, pressupondo a perpetuação dos respetivos valores culturais, entre os quais o português; mas uma boa parte não tem domínio de nenhuma língua local. Por outro lado, os outrora indígenas, idos das zonas rurais ou desde sempre residentes nos musseques de Luanda, procuram conciliar as duas vertentes socioculturais, uma pela necessidade de integração e autoafirmação social e outra pela fidelidade e preservação das origens. Conservaram, assim, a sua língua materna, geralmente banta.

Para todos estes grupos, a integração no espaço urbano implicou herdar certos traços sociais coloniais, destacando-se a língua portuguesa, com a sua “utilização generalizada”, cujo grau de adoção está condicionado ao tempo de vivência urbana. O português substituiu as línguas de origem desses indivíduos e tornou-se o meio de integração social urbana, de ascensão socioprofissional e de exercício da cidadania, funcionando também como veículo de transmissão de conhecimentos às novas gerações (Rodrigues 2003:11; Miguel 2014:27).

¹²⁷ Segundo Weeler e Pélissier (2016:113) e Birmingham (2015:35), em finais do séc. XIX e início do séc. XX, a cidade de Luanda foi considerada a “única digna deste nome na costa da África Ocidental”, em referência às palavras de Mary Kingsley (etnógrafa, escritora científica e exploradora inglesa, do séc. XIX).

É evidente que a estratificação urbana está também ligada à questão linguística, conformando, assim, o aspeto sociolinguístico. Com efeito, no período colonial, o português (variedade padrão) era falado principalmente na Baixa, sobretudo pelos brancos e assimilados, enquanto a variedade local do português e o Kimbundu funcionavam no Mussesque, usados pelos indígenas¹²⁸. Atualmente, porém, a realidade é outra, como se pode compreender a partir dos elementos da tabela seguinte:

Tabela 15: Quadro sociolinguístico de Luanda

Língua	Domínios de uso	Esfera funcional	Estrato social
Kimbundu	oral, escrito	família, educação (informal), alfabetização, manifestações culturais, igreja, imprensa	média, baixa
Outras LN (Kikongo, Umbundu...)	oral, escrito	família, educação (informal), alfabetização, manifestações culturais, igreja, imprensa	média, baixa
Português			
- variedade do PE	escrito	escola (educação-ensino formal), instituições públicas e políticas, justiça, imprensa	alta, média
- (sub)variedade(s) do PA	oral, escrito	igreja, atividade laboral, cultura, literatura	alta, média, baixa
Línguas estrangeiras	oral, escrito	escola, atividade laboral, igreja, imprensa (apenas francês e inglês – programas radiofónicos)	alta, média

Fonte: Adaptação a partir do trabalho de Mingas (2000:56-57).

O Kimbundu e as outras LN restringem-se, fundamentalmente, a esferas íntimas e particulares (família, manifestações culturais, igreja). Contudo, diferentemente do Kimbundu, o Kikongo e o Umbundu mostram uma grande vitalidade, com tendências de não se limitarem apenas às esferas indicadas, talvez por razões identitárias dos seus falantes, uma vez imigrados das suas zonas de origem para Luanda, procuram conservar a sua língua. Apesar de serem faladas em toda a extensão da cidade, cada língua chega a ter as suas próprias zonas de influência, com as comunidades de fala bem identificadas, estando nitidamente patente a proveniência étnica dos seus falantes.

¹²⁸ Sobre a caracterização da situação linguística de Luanda no período colonial, com realce para a classificação dos falantes, ver Mingas (2000:49-51).

Sem podermos precisar o seu impacto ou as percentagens de uso, as LN são usadas também nos *media*, concretamente em programas radiofónicos e televisivos, não se conhecendo, porém, alguma divulgação da imprensa escrita ou literária nessas línguas, apesar de, na época colonial, ter havido dois jornais em Kimbundu (Aqualusa 2004/2005:30)¹²⁹. Esta tarefa é realizada pela Rádio *Ngola Yetu* (o termo que significa, ‘Nossa Angola’, em muitas LBA), um canal pertencente à Rádio Nacional de Angola (RNA), a emissora oficial do país, que, com 20 horas de emissão diária, apresenta informações diversas; e pela Televisão Pública de Angola (TPA), que, através do seu programa “Jornal Nacional” (também conhecido por “Noticiário em Línguas Nacionais”), emite noticiários e outros programas diários (Songa e Dias 2015:6)¹³⁰. O Kimbundu é a única LN que ainda beneficia de um programa radiofónico diário matinal, o “*Balumuka*” (de Kimbundu, ‘acordar, despertar’), na Rádio Luanda (a rádio oficial da cidade, também designada por “Rádio Kianda¹³¹”), por ser a língua local, etnolinguisticamente.

3.3.2.1. Relevância do Kimbundu e do português

O Kimbundu é a língua-matriz, “a língua natural de Luanda” (Miguel 2014:32), a mais antiga, falada localmente e de maior simbolismo etnocultural e social. A par do português, esta língua sempre serviu de meio de interação, veículo de cultura e elemento de socialização dos luandenses, ao longo do desenvolvimento da cidade. Historicamente, considera-se que, desde a chegada dos portugueses a essa região, em 1575, até à primeira metade do século XIX, o Kimbundu foi a língua dominante, apesar de o português ter sido já a língua oficial (Inverno 2009b:2). Falado por quase todos os luandenses, quer nos lares quer quotidianamente, esta língua fortaleceu-se ao longo dos séculos que

¹²⁹ Trata-se concretamente dos jornais *Mukuarimi* ‘linguareiro, maldizente’ e *Muen’xi* ‘nativo’, publicados respetivamente em 1888 e 1889 (Sousa e Veloso 1987:60; Barata 2013). Fala-se também de um jornal editado em Kimbundu, intitulado *Kamba dia Ngola* (‘amigo de Angola’), nos E.U.A, em 1896, por iniciativa de Héli Chatelain, mas que teve apenas uma edição (Coelho 1999, *apud* Songa e Dias 2015:5).

¹³⁰ As emissões nessas línguas nos referidos órgãos de comunicação social são nacionais, mas a partir de Luanda, embora haja programas também produzidos nas províncias. Deve entender-se que o conceito de “línguas nacionais” aqui é abrangente, porquanto envolve também variedades, em sentido estrito, como apresentadas em 3.1 (cf. Tabela 14). Assim, em termos globais, são emitidas as seguintes línguas e/ou variedades: (i) na rádio: Kikongo, Fiote, Kimbundu, Songo, Cockwe, Lunda-Ndenbo, Luvale, Ngangela, Umbundu e Oshiwambo; e (ii) na televisão: Kikongo, Fiote, Kimbundu, Cockwe, Ngangela, Umbundu e Oshiwambo (Coelho 2004).

¹³¹ Designação atribuída a partir da expressão “Cidade da Kianda”, termo homónimo de Luanda, em homenagem a “kianda”, entidade mitológica luandense (cf. o significado na tabela do Anexo 1), considerada informalmente a padroeira desta cidade.

antecederam ao seu declínio, graças ao contributo das elites afro-portuguesas desta cidade, formadas principalmente por funcionários públicos, intelectuais, comerciantes, capturadores de escravos e homens de ofício (Venâncio 1996:5; Vansina 2001:273, *apud* Inverno 2009b:2). Luanda foi, portanto, “até finais do século XX, uma cidade bilingue, sendo os colonos portugueses forçados a aprender o quimbundo” (Agualusa 2004/2005:30).

Ao longo do século XX, no entanto, assiste-se a um certo decréscimo no número de falantes desta língua, situação que continuou até aos nossos dias. Para muitos, o desinteresse pelo Kimbundu e por outras LN está ligado à posição hegemónica do português, propiciada pelos seguintes fatores históricos e socioculturais: (i) política assimilacionista da colonização portuguesa (cf. 3.2.1); (ii) estatuto privilegiado do português, já depois da independência nacional, quando se torna a língua oficial do novo país (cf. 3.4.1, igualmente); e (iii) ausência de políticas linguísticas coerentes, que incentivassem o ensino das línguas locais. Neste último aspeto, apesar de um interesse inicial das autoridades do novo país, apenas na primeira década deste século, viriam a ser introduzidas essas línguas no sistema de educação, a título experimental (em algumas escolas), situação que perdura até hoje¹³².

Tanto os factos que atestam a relevância como os ligados ao declínio do Kimbundu tiveram as suas implicações sociolinguísticas, que se repercutiram até aos nossos dias, produzindo os seguintes resultados: (i) formação de uma variedade do Kimbundu na cidade de Luanda, marcada pela influência do português, por isso diferente dos dialetos falados no interior dessa região (Chatelain 2001:v; Tavares 1915; Carvalho 1890:I; *apud* Inverno 2009b:52-53)¹³³; e (ii) esta variedade já urbanizada (ou “aportuguesada”) terá

¹³² Considere-se o postulado na “Lei de Bases do Sistema de Educação” (2001), o documento que assegura o ensino formal das LN. No seu Artigo 9.º, define-se que: “o ensino nas escolas é ministrado em língua portuguesa”, sendo que “o Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais” e “sem prejuízo do nº 1 do presente artigo, particularmente no subsistema de educação de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais” (Ndombele 2014:54). Esse processo tem um caráter local, ensinando-se em cada região a respetiva língua, de acordo com a divisão etnolinguística do país. Neste caso, por exemplo, em Luanda, ensina-se Kimbundu, pelo seu estatuto de língua autóctone local.

¹³³ Provavelmente, terá sido esta a variedade transportada para fora de Angola, cujos resquícios, sobretudo lexicais, ainda hoje estão presentes em algumas variedades do português, com realce para o PB, e em vários crioulos de base lexical portuguesa, destacando-se o Angolar, um dos crioulos do Golfo da Guiné, falado concretamente na ilha de S. Tomé. No caso particular do Brasil, sublinhe-se o facto de o Kimbundu ser uma das línguas africanas com uma forte presença naquele país, dado o grande número de escravos idos dos territórios onde se falava esta língua. As marcas são evidentes, sobretudo no léxico, referidas abundantemente na literatura especializada. Em certas comunidades escravas, teve mesmo grande

fornecido provavelmente a maior quantidade de empréstimos lexicais ao português, globalmente. Assim, o Kimbundu pode ser considerado claramente como a língua de adstrato/substrato do português que hoje se fala em Luanda.

Em relação ao português, é evidente que esta língua constitui o principal meio de interação social em Luanda, considerando-se mesmo como língua de todos os luandenses. Num contexto de grande diversidade linguística, o português funciona como um instrumento que assegura a comunicação entre pessoas de origens diferentes. Este quadro remete-nos para as variedades e/ou subvariedades do português falado em Luanda, ou seja, as formas distintas de falar essa língua nessa cidade, situação semelhante a que descrevemos em 3.2.2, sobre o PA, em termos globais. Mas, no contexto luandense especificamente, podem admitir-se também outras sub/microvariedades, à medida que formos avançando para zonas e grupos sociais específicos da cidade¹³⁴. Verifica-se também a presença das variedades do PB e PE, faladas por milhares de brasileiros e portugueses que trabalham em Luanda, em diversos ramos da economia¹³⁵. Contudo, o grande impacto dessas duas variedades na fala dos luandenses vem principalmente da influência das televisões desses países, cujos conteúdos são muito apreciados.

Depreendemos, deste modo, que o português em Luanda se realiza em situação de diglossia e/ou poliglossia entre distintas variedades (e subvariedades) em cena, nos mesmos moldes da situação atrás assumida sobre a realidade angolana, no geral (cf. 2.2.3.1). Sublinhamos, apenas, que desta realidade decorre, por exemplo, o problema da dissociação entre o português ensinado na escola e o português falado no contexto familiar ou no bairro, considerado por investigadores angolanos como um dos aspetos do estrangulamento na aprendizagem do português, enquanto língua oficial¹³⁶.

relevância, ao ponto de ser ensinado, como se prova com a publicação da gramática *A arte da língua de Angola*, escrita no Brasil por um padre jesuíta, Pedro Dias (cf. Rosa 2013:9).

¹³⁴ Por exemplo, pode falar-se de subvariedades ligadas a alguns bairros da cidade, ou de linguagens típicas em algumas atividades informais, como, por exemplo, a linguagem dos taxistas informais (candongueiros), engraxadores, lavadores de carros, zungueiras, etc., que usam termos ou expressões específicas.

¹³⁵ Mota (2015:27), reportando os dados do *Observatório da Imigração* (de Portugal), aponta que, em 2012, residia em Angola um total de 114.000 portugueses. Mas, segundo outra fonte, em 2014, esses números cifravam-se em cerca 120.000 a 130.000 portugueses, mas vindo a decrescer em 2016, situando-se nos cerca de 100.000 a 110.000 portugueses, por causa da crise económica e financeira que afeta o país (<https://online.sapo.pt/521126>; acesso: 01.02.2018). Para a autora aqui referida, a presença dessa comunidade constitui um reforço do *input* do PE no POL. Do lado do Brasil, de acordo com o *Imaraty* (Ministério das Relações Exteriores do Governo Brasileiro), o número de brasileiros a residir em Angola era de cerca de 30.000 indivíduos, em 2016 (<https://www.jafezasmalas.com/morar-em-angola/>; acesso: 01.02.2018), constituindo também uma presença bastante considerável.

¹³⁶ Cf. Barros (2002), Bento (2010), Costa (2006), Miguel (2014), Mingas (2002), entre outros.

O português estabelece também uma relação diglósica/poliglósica no convívio com as outras línguas em presença (sobretudo as LN), refletida no espaço que cada língua ocupa na sociedade. Quer dizer que, em termos sociolinguísticos gerais, essas várias línguas são usadas em contextos e com finalidades diferentes, consoante o meio ou o estrato social e o nível cultural dos interlocutores. Por exemplo, as LN sempre foram usadas em ambientes familiares e quotidianamente em grupos específicos; enquanto isso, o português é falado em todos os ambientes e contextos. Atualmente, no entanto, verifica-se uma maior preponderância para o português, que mostra tendência clara para ocupar todos os espaços da vida pública e privada, ao ponto de ir substituindo as outras línguas nas suas esferas específicas.

Este quadro, considerado numa perspectiva geral, remete-nos, portanto, para a condição hegemónica do português em relação a essas línguas. A principal razão desta realidade parece estar subjacente à incidência do monolinguismo funcional atribuído ao português nas comunicações (3.2.1), que relega o uso das LN para uma função secundária, retirando aos falantes interesse em aprendê-las (Miguel 2014:31). O facto conforma um “processo coletivo de mudança e erosão linguística”, que quebra a situação de diglossia estável havida no período colonial, sendo substituída por a de uma diglossia instável (Hagemeijer 2016:47-48). Ou então, caminha-se de uma situação de “multilinguismo” para a outra de “unilinguismo”, já que a tendência é alterar o estatuto das línguas indígenas na relação diglósica existente (Vilela 1995:68; Cabral 2005:23).

3.3.2.2. Línguas estrangeiras presentes em Luanda

O quadro sociolinguístico de Luanda remete-nos também para o uso de línguas estrangeiras (LE) nessa cidade, em consequência não só da presença de indivíduos de outros países, mas também do facto de essas línguas serem faladas por alguns luandenses, aprendidas localmente, na escola ou noutras situações. Assim, uma breve reflexão se impõe, para a compreensão dos contextos de uso e a relevância social das mesmas na sociedade em análise.

As várias LE em presença são usadas concretamente na comunicação externa ou com os estrangeiros que vivem ou trabalham em Luanda, oralmente ou por escrito, sobretudo por pessoas com grau de escolaridade médio ou alto (aspeto não necessariamente ligado à classe social). As esferas de uso são diversas, vão desde a

comunicação institucional (sobretudo na diplomacia), diferentes atividades laborais (com ênfase para as áreas dos hidrocarbonetos e construção civil), comércio, igreja, imprensa (rádio e TV), até a *Internet* e outras tecnologias afins. Para aquelas LE ensinadas na escola, no entanto, este espaço não constitui um contexto de uso, mas apenas de aquisição, pois não há comunicação através das mesmas fora das aulas, tão pouco elas servem como meio de ensino, mesmo nas universidades.

O seu nível de expressão e a relevância social são diversificados, havendo línguas mais usadas e mais relevantes do que outras, embora não tenhamos dados palpáveis para provar esta constatação. Sendo assim, passamos apenas a apresentar alguns aspetos específicos de cada uma das seis LE mais presentes no panorama linguístico de Luanda:

- **Árabe:** esta língua é falada principalmente por imigrantes muçulmanos, provenientes maioritariamente de países da África Ocidental e do Médio Oriente, que se dedicam ao comércio diverso; é mais usada nas mesquitas construídas em alguns bairros da cidade, onde a presença desses indivíduos é bastante significativa. Mas, aos poucos, alguns angolanos vão aprendendo a falar o árabe, uma vez casados com esses imigrantes ou trabalhando para eles, ou ainda convertendo-se ao islão.

- **Chinês:** é falado pela comunidade chinesa, fortemente presente nesta cidade. Nos últimos tempos, Luanda e todo o país vão recebendo milhares de chineses que trabalham em várias áreas, mas sobretudo na construção civil e no comércio¹³⁷. As marcas dessa língua asiática são notórias no contacto diário entre os angolanos e os chineses, na interação laboral, quando até os nativos são levados a experimentar algum chinês¹³⁸. Mesmo não sendo tão influente, nota-se também a presença dessa língua nas inscrições em placas publicitárias, espalhadas por toda a cidade, e em rótulos de produtos importados da China. Já se ensina formalmente essa língua, através do Instituto Confúcio, instalado numa das universidades de Luanda.

- **Espanhol:** já foi muito falado no passado, logo após a independência até o final da década de 90, por milhares de cubanos, enviados para Angola, como militares ou como cooperantes nas áreas da educação, saúde, construção civil, etc. Nas últimas décadas, essa

¹³⁷ Considera-se Angola o segundo destino preferido da emigração chinesa em África, depois da África do Sul, e estima-se que trabalham no país cerca de 200 mil chineses (<http://www.plataformamacau.com/angola/200-mil-chineses-ja-trabalham-em-angola>; acesso: 01.02.2017).

¹³⁸ Nestes casos, a comunicação só é possível, recorrendo-se a uma variedade simplificada do português, sobretudo da parte dos chineses. É possível falar-se, portanto, da emergência de um pidgin “português-chinês” local, por solidariedade comunicativa de ambas as partes, como meio de facilitar a interação.

presença reduziu-se e o espanhol continua a ser falado residualmente em situações de comunicação esporádicas pelos antigos estudantes em Cuba e pelo número razoável de cubanos que continuam a residir e trabalhar em Luanda.

- **Francês:** a língua francesa é uma das duas LE constantes do currículo escolar e ensinada desde a sétima classe. Trata-se de uma língua com uma presença bastante notória no panorama linguístico luandense, não pelo seu uso em alguns contextos particulares por indivíduos escolarizados, mas sobretudo por estar fortemente implantada na comunidade de angolanos regressados da RDC e de outras diásporas francófonas, assim como por milhares de congoleses que vivem em Angola. O seu ensino é também apoiado pela ação da *Alliance Française*, através de cursos intensivos e de formação de formadores.

- **Inglês:** também constante do currículo escolar, igualmente a partir da sétima classe, é falado por angolanos da classe média-alta, em vários contextos, mas sobretudo em ambientes de negócios e atividades ligadas à exploração petrolífera. No entanto, a maior influência dessa língua no quotidiano dos luandenses, sobretudo dos jovens, provém dos diferentes produtos audiovisuais de origem americana, com destaque para a música, o cinema e o uso da *Internet* e de outros meios digitais. O ensino do inglês, que começou nos anos 80 do século passado, hoje, massificou-se, e muitos indivíduos aprendem-no em várias escolas particulares, espalhadas por quase toda a cidade.

- **Lingala:** esta língua banta, originária da RDC, tem uma forte implantação em algumas zonas de Luanda, constituindo mesmo um elemento identificador de certas comunidades bem definidas. Objetivamente, os falantes do Lingala repartem-se em dois grupos: um constituído por angolanos regressados da RDC e aqueles que contactam com a população congolesa, em zonas de comércio fronteiriço; e outro, formado pela vasta comunidade de congoleses imigrados em Luanda. Restringe-se mais à comunicação oral e usada em contextos informais, como ambiente familiar, negócios e cultos religiosos.

Com esta breve descrição, podemos concluir que luandenses e estrangeiros podem interagir através de outras línguas que não sejam o português ou as LN.

3.3.2.3. Estatuto linguístico do falante luandense

Se, em termos coletivos, podemos admitir situações de bi-/multilinguismo, traduzidos em casos de diglossia e/ou poliglossia, individualmente ocorrem vários cenários, ligados ao estatuto do falante luandense, face à diversidade linguística em cena. A premissa básica é que todos os luandenses falam português, independentemente do nível de proficiência de cada um, em função do grau de instrução de cada um (Miguel 2014:31). Por outro lado, é um dado assente que quase todas as crianças e jovens nascidos em Luanda têm o português como língua materna¹³⁹. Sendo assim, encontramos quatro perfis de falantes, em Luanda:

- Falantes monolíngues de “português”: aqueles que só falam esta língua e que a têm como LM, uma situação típica das grandes cidades angolanas. São maioritariamente jovens e nascidos em Luanda, embora encontremos também muitos adultos que nunca aprenderam nenhuma LN;
- Falantes bilingues “português-LN”: os que dominam o português e uma outra das LN. Neste grupo, situam-se sobretudo os adultos, cuja LM pode ser tanto o português (sobretudo os nativos de Luanda) como a LN (os falantes oriundos de outras províncias);
- Falantes bilingues “português-LE”: neste grupo enquadram-se os estrangeiros residentes em Luanda que falam português, além das suas línguas de origem, e os luandenses que também dominam uma LE e a podem usar em interações sociais;
- Falantes multilingues “português-LN-LE”: estes falam mais de duas línguas, o português e duas das LN ou LE. Por exemplo, há falantes que dominam o português, mais uma ou duas LN e também mais uma ou duas LE. Para estes falantes, o português é geralmente L2, tendo como LM uma das LN ou uma LE. Trata-se particularmente de adultos imigrados para Luanda, com todas essas línguas já aprendidas nas suas terras de origem; mas algumas delas também podem ter sido adquiridas em Luanda, essencialmente o português.

¹³⁹ Consideremos, por exemplo, os dados ilustrados na Tabela 2, que mostram claramente esta tendência: dos 12 informantes nascidos em Luanda, apenas um diz ter o Kimbundu, como LM. Trata-se de uma falante já adulta, o que torna a situação natural.

3.3.3. Traços característicos do Português Oral de Luanda

O português oral de Luanda (POL) define-se como uma subvariedade do PA, não padronizada, periférica e usada em contextos informais, numa sociedade caracterizada por uma grande heterogeneidade sociocultural e linguística (cf. 3.3.2). Consoante a época e as condições socioculturais efetivas, o processo de formação, desenvolvimento e afirmação do POL foi facilitado por fatores diversos, próprios da dinâmica social luandense. Além daqueles fatores já mencionados no âmbito do PA, destacam-se especificamente os seguintes, baseando-nos nas abordagens de Mingas (2000:50), Quelhas (2006) e Weeler e Pélissier (2016:116-117):

- (i) Presença portuguesa efetivada, primeiro, pelas práticas de escravidão e comércio, e depois, pela colonização, ditando o contacto entre o Kimbundu e o português;
- (ii) Desenvolvimento socioeconómico e industrial de Luanda, sobretudo a partir do início da década de 1960, atraindo muitas populações rurais para essa cidade, que, confinadas nos musseques, desenvolveram uma variedade própria do português, como reflexo das suas origens;
- (iii) Europeização da realidade sociocultural de Luanda, com a imposição de valores culturais de matriz europeia, dos quais o português, obrigando os autóctones a aprender essa língua, mas em situação de informalidade;
- (iv) Questão sociocultural e demográfica: a maioria dos colonos portugueses mandados para Angola, em geral, e em Luanda, particularmente, era de baixa educação e pobre. Pode depreender-se que a variedade falada por esses colonos já estava bastante afastada da norma do PE e isso ajudou na formação do POL. Depreende-se também que o português falado pela população branca luandense, em número reduzido, não foi capaz de se impor ao Kimbundu, a língua da população maioritária dessa urbe.
- (v) Deficiências no processo de ensino e aprendizagem do português, por escassez de professores qualificados, com a saída dos portugueses, logo após a independência. Com a massificação do ensino, muita gente foi para a escola, mas esta não estava preparada para a demanda, recorrendo a professores sem preparação adequada, gerando uma aprendizagem deficitária do português.

Posto isto, passamos agora a descrever os traços típicos do POL, nos domínios fonético-fonológico, lexicossemântico e sintático (este último em interface com os domínios lexical e morfológico). Essa descrição não é de forma alguma exaustiva, por não ser esse o objetivo principal desta tese, e baseia-se em alguma bibliografia afim, da qual também retirámos alguns exemplos (outros são de nossa autoria)¹⁴⁰.

3.3.3.1. Aspetos fónicos

As principais peculiaridades do POL neste domínio têm a ver com a realização das vogais e das consoantes, quer em termos físico-articulatórios quer em termos funcionais. São traços que consistem fundamentalmente na maior abertura do timbre das vogais e em fenómenos relacionados com o comportamento das consoantes. Alguns dos fenómenos adiante referidos podem ocorrer em variedades do PE e noutras variedades do português (em particular, o caso em (viii) relativo às vogais e os casos em (iii) e (iv) relativos às consoantes); aqui, tomamo-los como características do POL, apesar desse facto geral. Em relação ao comportamento das vogais, o sistema vocálico dessa subvariedade pode já ser caracterizado globalmente como estável.

I. Vogais

- (i) A vogal [ɨ] do PE é realizada como [i] ou [e], em posição átona medial ou final da palavra: a) [peke'nino] *pequenino*; b) [de'bate/i] *debate* (cf. Gonçalves 2013:163)
- (ii) As vogais [ɐ] e [u] do PE, em posição átona, são pronunciadas como [a] e [o], respetivamente: a) [a'luno] *aluno*; b) [ko'lɛga] *colega* (*idem*:164).
- (iii) As vogais médias [e, ɐ, o], atestadas em PE em posição tónica, são pronunciadas como [ɛ, a, ɔ], o que demonstra a ausência de contraste entre esses dois grupos de sons, quanto ao traço de altura: a) ['dɛdo] *dedo* (cf. Mingas

¹⁴⁰ Cf. Bento (2010), Cabral (2005), Chavagne (2005), Gärtner (1989; 1996), Gonçalves (2013), Hagemeijer (2016), Inverno (2008; 2009a; 2009b), Mendes (1985), Miguel (2014), Mingas (2000), Nzau (2011), Nzau, Venâncio e Sardinha (2013), Petter (2008) e Vilela (1995). Lembra-se que os exemplos retomados desses trabalhos foram adaptados de acordo com a nossa perspetiva de análise.

2000:64); b) [ˈkaza] *casa*; c) [ˈpɔvo] *povo*. Este aspeto é também extensivo às vogais homólogas nasais [ẽ, ẽ̃, õ], pronunciadas como [ẽ, ã, õ]: a) [ˈvẽto] *vento* (cf. Mingas 2000:64); b) [reˈkãto] *recanto* (cf. Undolo 2016:184); c) [ˈmõtra] *montra*.

(iv) A vogal grafada como <e>, em posição inicial absoluta da palavra e representada em PE como categoria vazia, em palavras como *escola*, ou como [i], em palavras como *exército*, no POL corresponde geralmente a [e]: a) [eʃˈkɔla] *escola*; b) [eˈzɛɾsɪto] *exército*.

(v) A vogal [ɐ], correspondente ao grafema <e>, atestada no PE, quando precede um som palatal, realiza-se como [e], no POL: a) [serˈveʒa] *cerveja* (cf. Gonçalves 2013:164); b) [ˈkweʎo] *coelho*.

(vi) O ditongo médio [ɛj] do PE, grafado <ei>, realiza-se como [ej] ou é reduzido à vogal [ɛ], com a supressão do glide [j]: a) [ˈbejɾa] ou [ˈbɛɾa] *beira* (cf. Mingas 2000:66); b) [ˈpejʃe] ou [ˈpɛʃe] *peixe* (*idem*).

(vii) Dos ditongos nasais, destaca-se a ocorrência de vogais abertas [ã, õ], em vez das médias [ẽ, õ̃], em consequência dos traços dessas vogais nasais, já focados acima: a) [tãˈbẽʃ] *também* (cf. Chavagne 2005:104); b) [baˈlõʃ] *balões*.

(viii) Introdução de uma vogal epentética ou paragógica, [i] ou [e] (esta última vogal pode tomar a forma de [ɛ]), a seguir a sílabas terminadas em consoante, provavelmente para se conformarem à estrutura silábica das línguas bantas que não admitem consoantes em coda (interna/final), tipicamente CV: a) [difikuliˈdade] *dificuldade* (cf. Gonçalves 2013:163); b) [asɔˈɾɛda] *açorda* (Mingas 2000:163); c) [ˈviri] *vir* (cf. Mendes 1985:159); d) [beˈbere] *beber* (cf. Gonçalves 2013:163).

II. Consoantes

(i) Ocorrência de consoantes prenasalizadas, em posição inicial absoluta, não atestadas no PE, uma herança das LBA: a) [‘^mbɔwa] *mboa* ‘rapariga, moça’ (cf. Chavagne 2005:114); b) [‘ⁿdɛ̃ⁿge] *ndengue* ‘criança, miúdo’.

(ii) Variação alofónica entre as vibrantes ([ɾ, r, R]), quer em posição intervocálica quer em posição inicial absoluta de palavra: a) [‘kaRu] ~ [‘kaRo] *caro* (adj); b) [‘kaRo] *carro* (nome); c) [‘ɾɔda] *roda*; d) [kɔ‘Rida] *corrida*.

(iii) A lateral velarizada, em final de sílaba, realiza-se como vibrante alveolar simples [ɾ]: a) [‘aɾgũ] *algum*; b) [‘aɾto] *alto*. Contrariamente, as vibrantes [ɾ] e [R] lateralizam-se em alveolar [l]: a) [ma‘lido] *marido*; b) [‘liko] *rico*.

(iv) Supressão da consoante em posição de coda da sílaba final, sobretudo o [ɾ] dos verbos no infinitivo, também como tendência para a conformação com a estrutura silábica CV das línguas bantas: a) [kã‘ta] *cantar*; b) [kome‘tɛ] *cometer*; c) [par‘ti] *partir*; d) [sa‘bɔ] *sabor*. O apagamento da rótica final parece não dever-se necessariamente à influência das línguas bantas, mas sim é uma tendência universal em português, podendo ocorrer também nas variedades do PE padrão (nomeadamente em formas do infinitivo, *e.g.*, *falaØ mal*; *comeØ bem*) e do PB (*e.g.*, *dançaØ pagode*; *sentiØ frio*). Sobre esta questão, vejam-se Brandão, Mota e Cunha (2003), Brandão, Pessanha, Pontes e Correia (2017) e Oliveira (2018), entre outros autores.

(v) Ocorrência de consoante fricativa glotal [h], não existente em PE, em início ou no meio de palavra; trata-se de uma das heranças das línguas bantas, concretamente do Kimbundu: *e.g.*: a) [‘hoʒ’ ja ‘hẽda] *Hoji ya Henda* ‘antropónimo/topónimo’; b) [ka‘hõbo] *cahombo* ‘espécie de pimenta malagueta’.

3.3.3.2. Aspetos lexicossemânticos

Esses traços situam-se na interface entre os aspetos lexicais e semânticos, resultantes do contributo das LN e do processo inovador interno que é característico de línguas como o português, num contexto de intensa pressão social, como o luandense.

Considerando (i) os empréstimos lexicais bantos no POL e (ii) neologismos internos, criados quer pela formação de novas palavras quer pelo processo de inovação lexicossemântica das palavras vernáculas do português, nesta subsecção, ocupamo-nos apenas e sucintamente do segundo ponto (cf. a Tabela 16). A questão dos empréstimos bantos no POL é tratada no Capítulo V, por constituir o objeto principal da tese.

Tabela 16: Neologismos internos do POL

Palavra	Significado novo	Significado original (normal)
<i>bife</i>	farpa	fatia de carne de vaca grelhada ou frita, depois de temperada
<i>bifar</i>	lançar farpas	formado a partir de <i>bife</i>
<i>catorzinha</i>	rapariga adolescente, entre os 12 e 16 anos que leva vida considerada leviana	(?) diminutivo do numeral <i>catorze</i>
<i>cromar</i>	lavar carro com brilho	revestir uma camada de crómio
<i>dar brilho</i>	lavar carro / engraxar sapatos	fazer brilhar algo (limpeza).
<i>emagrecer</i>	apinhar-se (em táxis informais)	enfraquecer, definhar
<i>gasosa</i>	gorjeta, suborno	refrigerante, bebida gaseificada
<i>gasosar</i>	dar gorjeta, subornar	---
<i>ignorante</i>	indivíduo que despreza, denigre (finge não conhecer) outrem	inculto, que não sabe
<i>ignorar</i>	desprezar, denegrir	não saber
<i>madrinha</i>	tratamento informal de uma senhora respeitável	mulher que é testemunha de baptismo ou casamento
<i>manga</i>	chefe, rico; indivíduo social e economicamente importante	fruta de mangueira...
<i>partir braço</i>	prática aliciante de extorquir bens	magoar / quebrar o braço a alguém
<i>pente</i>	prática de extorsão ou usurpação, geralmente por coação	utensílio para pentear cabelo
<i>pentear</i>	extorquir, usurpar.	compor ou alisar o cabelo
<i>poucalizar</i>	desconsiderar, desprezar, humilhar	cf. “fazer pouco de alguém”
<i>tirar o pé</i>	arrancar o carro (contexto de serviço de táxi informal)	afastar ou desencostar o pé

Subsidiariamente, assinalamos também o contributo de outras línguas em presença ou outra(s) variedade(s) do português no enriquecimento do léxico do POL, embora alguns desses empréstimos não sejam específicos a essa subvariedade. Neste caso, destacam-se palavras adotadas de: (i) **PB**: *capoeira* ‘jogo ou desporto de luta’, *cambalacho* ‘transação artilosa’, *fofoca* ‘mexerico, intriga, bisbilhotice’, *goleiro* ‘guarda redes (futebol...)’, *guaraná* ‘refrigerante de origem brasileira’, *jabaculé* ~ *jabá* ‘dinheiro’; (ii) **lingala**: *kwasa-kwasa* ‘dança rítmica típica congoleza’, *macayabo* ‘prato feito à base de corvina frita’, *malembe-malembe* ‘calmamente, devagar’, *mamaleque* ‘mulher de origem congoleza’, *miqué-miqué* ‘notas de dólares americanos de menor valor facial (de 1 a 5 *usd*)’; (iii) **inglês**: *bosse* ‘chefe, patrão; indivíduo influente’, *bisno* ‘negociata; burla, furto’, *game* ‘situação desagradável, problema’; (iv) **francês**: *bureau* ‘gabinete’; *maquis* ‘guerrilha’; *naife* ‘ignorante’¹⁴¹; (v). **Árabe**: *faíta* (< *fahita*) ‘comida de tradição muçulmana, feita à base de carne de carneiro e vaca, frango, camarão e pão sem fermento’; *salamaleco* (< *salamalekum*) ‘saudação em Árabe, que significa: «que a paz esteja consigo»’; (vi) **mandarim**: *ni hao* ‘saudação equivalente a «olá»’).

3.3.3.3. Aspetos sintáticos (e interface com léxico e morfologia)

Um primeiro conjunto de traços situa-se na interface entre a sintaxe e o léxico. Têm muito a ver com as mudanças de natureza categorial que certas unidades lexicais sofrem, afetando as estruturas sintáticas nas quais estão integradas. Por exemplo, a supressão ou inserção de um elemento subcategorizado por uma determinada unidade lexical acarreta logo alteração da função desses constituintes da frase.

I. Traços ligados à alteração de estruturas sintáticas

Estes traços consistem na alteração de determinadas estruturas sintáticas, por supressão ou inserção de itens lexicais (sobretudo conectores e articuladores). Como em casos anteriores, o descrito adiante pode ocorrer em PE *não-standard* ou noutras variedades do português. Em alguns casos, é clara a semelhança com o PB, variedade suficientemente descrita, que nos permitiu uma referência mais segura:

¹⁴¹ Todos esses exemplos foram retirados de Leão de Gamito e Costa (2007).

- (i) Supressão de preposições que regem determinados verbos, alterando a regência dos mesmos e consequentemente a natureza dos seus complementos: a) *estão sempre a conversar [-] a mesma coisa* (cf. Gonçalves 2013:167); b) *depois dos resultados do recurso que dá razão [-] o clube encarnado* (Gonçalves 2013:167). Nestas frases, com a omissão da preposição, o complemento oblíquo e OI, respetivamente, passam a ter uma estrutura semelhante à do OD prototípico.
- (ii) Supressão da conjunção subordinativa integrante *que*, criando rutura na estrutura de subordinação: a) *Vimos pelas horas [-] era um pouco tarde* (cf. Gonçalves 2013:174); b) *fingi [-] queria comprar o relógio (idem)*.
- (iii) Omissão da preposição *a* em perífrases com verbos auxiliares flexionados e verbo principal no infinitivo: *estou [-] estudar* (Gonçalves 2013:170).
- (iv) Inserção da preposição *de* com verbos declarativos simples, percetivos e de atitude mental, em orações completivas: a) *Conseguiu-se ver de que realmente a cistostomia era também possível no nosso país* (Gonçalves 2013:169).
- (v) Inserção de *que*, coocorrendo com outros conectores de subordinação: a) *Havia tudo isso embora que houvesse uma administração portuguesa (idem:173)*.

II. Alteração da natureza sintático-semântica de alguns verbos

Na subvariedade do POL, há tendência para a alteração da regência de alguns verbos, repercutindo-se na respetiva estrutura argumental, como se pode constatar nos casos que se seguem:

- (i) Emprego de verbos intransitivos como verbos tipicamente transitivos: a) *tu também podes nascer um filho como eu* (Gonçalves 2013:168). Este tipo de construções até permite estruturas passivas alternativas, como “*um filho também pode ser nascido...*”.
- (ii) O contrário também é possível, i.e., o uso de verbos transitivos como intransitivos, reduzindo a sua estrutura argumental para um argumento (externo): *A criança infetada de sarampo internou no Hospital Pediátrico de Luanda*.

III. Substituição do verbo *haver* por *ter*

É quase constante o uso do verbo *ter* com o valor de *haver*, quando este apresenta valor de “existência”: a) *Tinha pouca gente que reparava nele* (Mendes 1985:142); b) *Se tem confusão não tem cerveja* (*idem*).

IV. Plurifuncionalidade da preposição *em*

Este aspeto refere-se às várias funções que esta preposição pode desempenhar no POL, a par da função de localização estativo-espacial:

- (i) Substitui as preposições *a* e *para*, seleccionadas por verbos direccionais: a) *Ainda antes de irem na cama* (Mingas 2000:76); b) *e desde oitenta e cinco nunca mais voltou lá no Huambo* (Gonçalves 2013:169).
- (ii) Ocorre no lugar da preposição *a*, em construções com verbos que seleccionam um complemento indireto com a função semântica de beneficiário: a) *Começaram a contar nos amigos* (Mingas 2000:76); b) *Ainda temos que pagar nos professores* (Cabral 2005:132, *apud* Hagemeijer 2016:53).
- (iii) Substitui a preposição *por*: a) *A dona passou na cozinha* (Mendes 1985:140); b) *Devo começar nas mais velhas ou [-] nas novas?* (Mendes 1985:140).

Nos exemplos seguintes, consideramos aspetos na interface sintaxe–morfologia que têm merecido a atenção de muitos autores, constituindo mesmo o foco central dos estudos sobre a subvariedade do POL.

V. Concordância nominal e verbal

Em termos de concordância nominal e verbal, o POL apresenta padrões próprios, que se traduzem tendencialmente na ausência de concordância na estrutura do sintagma nominal (número e género) e entre o sujeito e o verbo (pessoa gramatical). Estes traços diferenciadores, do âmbito da morfologia flexional nominal e verbal, manifestam-se fundamentalmente nos seguintes casos:

- (i) Ausência de concordância ao nível do sintagma nominal: normalmente, não existe acordo entre o especificador e o núcleo sintagmático. Verifica-se o cancelamento da marca do número dos nomes, cujo traço de pluralidade é marcado

no determinante ou noutros elementos à esquerda do nome: a) *Os carro~~o~~ estão longe* (Nzau, Venâncio e Sardinha 2013:172); b) *Ele marca muitos golo~~o~~*. (Sebastião 2010:41).

(ii) Ausência de concordância na marcação do género gramatical: nestes casos, o nome não concorda com o elemento à esquerda (determinante) ou direita (atributo); geralmente, o especificador ou o modificador são despojados do traço [+ feminino], que o nome exhibe: a) *esses visitas* (Bento 2010:42); b) *Ter sapato engraxado e camisa limpo* (Mendes 1985:149).

(iii) Ausência da concordância entre o sujeito e o verbo: este aspeto reflete-se, basicamente, no “uso do verbo na terceira pessoa do singular em contextos que requerem a terceira pessoa do plural ou a primeira pessoa do singular no português europeu” (Hagemeijer 2016:50-51): a) *As pessoas paga renda no fim do mês* (Mendes 1985:150); b) *nós chama ele de pirão* (Mota 2015:19).

(iv) Ausência de concordância entre o sujeito e o clítico pronominal: não há concordância em pessoa gramatical entre o sujeito e o clítico pronominal selecionado como complemento do verbo (reflexo), sendo muito frequente a seleção do pronome da terceira pessoa *se*: a) *Já se lavei quando acordei*. (Bento 2010:36); b) *Vou se matar / se mata*¹⁴².

Conforme atestam muitos estudos, este tipo de variantes de concordância ocorre também em diferentes variedades não europeias do português (concretamente no PB e no português africano, falado noutras antigas colónias de Portugal), diferentemente dos padrões do PE, no qual a “variação da concordância” é tida como residual e periférica (Lucchesi, Baxter e Ribeiro 2009:331, *apud* Brandão e Vieira 2012b:1039)¹⁴³. Nestas variedades, para além do maior ou menor grau de exposição à língua local, em situações de contacto linguístico, como também é defendido, e de fatores estruturais propiciadores de “concordância não canónica”, este fenómeno está muito ligado a fatores extralinguísticos, principalmente o nível de instrução. Ou seja, o discurso de grupos mais

¹⁴² Refrão da música de *kuduro*, com o título “Se mata”, do álbum “Inquiridor”, de Salsicha e Vaca Louca, lançado a 07/10/2007.

¹⁴³ Dos vários trabalhos sobre esta questão, destacamos os realizados no âmbito do “Projecto Estudo comparado de padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias” do CLUL-UFRJ, UFRJ-ALFAL (já referido acima), mencionando apenas alguns textos a que tivemos acesso (cf. Brandão 2011; 2013; 2015; Brandão e Vieira 2012a; Brandão e Vieira 2012b; Mota, Miguel e Mendes 2012; Mota 2015; Vieira 2015).

escolarizados é geralmente marcado pelos traços de concordância, ao contrário ao de grupos menos escolarizados, caracterizado pela não-concordância. Este fator permite, portanto, aproximar os falantes cultos de todas as variedades, concorrendo para o esbatimento de certas diferenças (Mota, Miguel e Mendes 2012:166).

VI. Seleção e uso dos pronomes clíticos átonos

O uso dos pronomes clíticos átonos com a função de complementos no POL tende para a próclise em construções frásicas básicas:

- (i) Tendência para a próclise em vez da ênclise, em frases declarativas simples, semelhante ao que ocorre no PB: a) *O carnaval se transformou na festa mais popular da nossa cultura* (Miguel 2014:65); b) *Lhe partiram a cabeça?* (Miguel 2014:67).
- (ii) Tendência para a ênclise em detrimento da próclise, em construções com ativadores da próclise: a) *Este é o livro que deste-me no meu aniversário...?* (Bento 2010:37); b) *Ontem não viste-me?* (Miguel 2014:60).
- (iii) Uso das formas tónicas dos pronomes pessoais, como complementos OD ou como OI (precedido de *a*), como, em particular, em PB: a) *Eu acho ele uma pessoa eloquente* (Bento 2010:35); b) *Levaram as moças (...) e queriam massacrar elas* (Miguel 2014:66).
- (iv) Uso, quase consagrado, do *lhe* com o valor de OD em referência tanto a entidades humanas como a não humanas¹⁴⁴. Os exemplos seguintes mostram que o falante do POL recorre indistintamente a esse pronome, em situações de pronominalização dos complementos do verbo: a) *O meu pai lhe massacraram* (Miguel 2014:66); b) *A minha mãe diz que lhe vão buscar e lhe vão levar todos os dias* (Gonçalves 2013:175).
- (v) Substituição do sujeito pronominal *eu* pela forma tónica do pronome pessoal oblíquo *mim* como sujeito de frases infinitivas introduzidas pela preposição *para*: a) *O meu marido não quero me dar dinheiro para mim ir comprar comida* (Bento 2010:36); b) *A senhora falou para mim entrar.* (Miguel 2014:68).

¹⁴⁴ No discurso de falantes de baixa escolaridade, o pronome *lhe* tem a forma *le*: *Hoje ainda não le vi* (Bento 2010:35), como acontece noutras variedades, incluindo a europeia.

VII. Neutralização das formas de tratamento da segunda pessoa

Este traço do POL consiste na substituição dos pronomes ou das formas de tratamento da segunda pessoa, através de estratégias linguísticas diversas:

(i) Substituição da segunda pessoa do singular do Imperativo pelas formas do Conjuntivo, em enunciados diretivos diretos, numa relação de comunicação que exige tratamento de intimidade/afetividade ou de igualdade entre os interlocutores:

a) *Amigo, não tenha pressa. (...). Construa tuas coisas com degraus. Esqueça o imediatismo* (in póster de Facebook); b) *Meninos, antes de irem para cama, lavem os dentes e apaguem também a televisão.*

(ii) Substituição do pronome *tu* por *você*, com formas verbais da terceira pessoa, mesmo em situações de intimidade, igualdade ou relação de inferioridade entre os interlocutores, como em PB: a) *Amor, você é a mulher que sempre quis*; b) *Lembra-se, quando você me ajudou, meu “camba”?*

(iii) Uso indistinto na mesma frase do pronome *tu* e *você* e de pronomes pessoais e possessivos da segunda ou terceira pessoa do singular, como no PB não padrão: a) *a tua vizinha diz que você saiu tarde* (Gonçalves 2013:177); b) *Velho Mbende, esteja descansado. Porque, depois da tua filha acordar, dir-te-á, de certeza que...* (Mendes 1985:151).

(iv) Uso da forma *você* com a forma verbal da segunda pessoa do singular: a) *queres que eu te dou dinheiro, se você ainda não me pagaste* (Gonçalves 2013:177); b) *Se você me enganares novamente, fico chateado.*

VIII. Questão da conjugação pronominal

Trata-se de casos da flexão de verbos que, normalmente, selecionam pronomes; o falante do POL suprime o pronome, intrinsecamente ligado ao verbo: a) *Quando o João apareceu de repente eu assusteiØ* (cf. Bento 2010:33); b) *Zeca Santos queria chorar, os olhos dele enchiam [-] de água* (cf. Mendes 1985:137).

3.4. Síntese

A atual situação sociolinguística de Angola pode ser entendida a partir da própria configuração geográfica, socioantropológica e etnolinguística do país, resultante de um conjunto de transformações ocorridas ao longo da sua história. Território inicialmente habitado pelos *Khoisan* e *Vatwa*, depois foi povoado também por povos bantos e europeus, fruto de processos migratórios e de colonização. É um país que se forjou ao longo de três épocas distintas: pré-colonial, colonial e pós-colonial, e esse percurso histórico ajudou a alicerçar uma sociedade híbrida e complexa, onde se misturam diferentes povos, culturas e línguas. Desta simbiose nasce uma nova identidade, que tem como uma das marcas o português falado à maneira tipicamente angolana. Assim, podemos aferir, em síntese, os seguintes aspetos:

- (i) Etnolinguisticamente, Angola é um país marcado por uma forte miscigenação racial, cultural e linguística, com o cruzamento dos povos africanos (não bantos e bantos) e europeus. Realçamos a diversidade linguística bastante acentuada no país, falando-se as línguas Khoisan, Vatwa, bantas e o português. Coabitando o mesmo espaço geográfico, essas línguas continuam a influenciar-se reciprocamente fruto da interação cultural entre os seus falantes.
- (ii) As LBA pertencem a um vasto conjunto de línguas do grupo Banto, que são tipológica e estruturalmente diferentes do português. Dada a forte influência banta na estrutura do PA, a compreensão das características dessas línguas constitui o ponto de partida de qualquer estudo sobre a variedade do português em questão.
- (iii) Na nossa perspetiva, o português de Angola, em foco neste trabalho, deve entender-se como a variedade falada no domínio informal, não só por indivíduos de baixo nível de escolaridade, mas também por uma boa parte da população com um nível de instrução médio ou elevado. Independentemente do grau de perceção que dele se tenha e a consciência da sua assunção pela comunidade, a verdade é que este português, com os seus traços específicos, constitui uma realidade no contexto angolano, coexistindo adversamente com a variedade que se aproxima da do PE.
- (iv) Pela sua história, posição central e relevância político-administrativa e socioeconómica, Luanda constitui, em termos sociolinguísticos, o espaço privilegiado para o desenvolvimento dessa variedade do português. Neste ambiente,

insere-se o POL cuja origem remonta aos musseques luandeses, sob o crescimento exponencial da cidade e o olhar indiferente e discriminatório das autoridades coloniais, ganhando dimensão própria com a independência do país.

(v) O tema deste capítulo levanta também algumas questões que ficam em aberto, exigindo uma análise particular e mais cuidada, em futuras investigações: (a) a problemática da dissociação entre o português ensinado na escola e o português falado no contexto familiar; (b) o ensino e aprendizagem deficiente do português como uma das fontes de traços da variedade do PA; (c) a inibição do uso do Kimbundu em Luanda, a favor do português e outras LN; e (d) o impacto de outras línguas (estrangeiras) faladas em Luanda no POL.

Importa rematar, portanto, que Angola é um país multilingue, mas com tendências para uma situação de unilinguismo, ditada pela hegemonia do português sobre outras línguas em presença, em consequência do seu estatuto de monolinguismo funcional. Esta língua foi recebendo particularmente muitos *inputs* das línguas bantas, causando-lhe transformações assinaláveis, em todos os domínios. Deste processo, decorre a variedade do português que se fala, hoje, em Angola, pelo menos, em contexto não formal ou não oficial. É esta variedade, mais concretamente a subvariedade do POL, que constitui globalmente o foco da nossa investigação.

Capítulo IV Kimbundu: aspetos linguísticos

Introdução

Na sequência do capítulo anterior, em que foram focados aspetos linguísticos que caracterizam o POL, em particular a presença dos empréstimos lexicais bantos nesta subvariedade, no presente capítulo, centramo-nos no Kimbundu (principal língua dadora do material lexical em estudo) e nos seus traços gramaticais que estão envolvidos nos empréstimos lexicais.

Para se compreender a influência banta no léxico do português, tomamos como referência a referida língua¹⁴⁵; como já focado, a opção por esta LB particular justifica-se por ela ser: (i) a língua da região de Luanda (o espaço onde se situa o nosso estudo), em termos etnolinguísticos e (ii) a LB que mais empréstimos forneceu ao português, tendo em conta o contacto intenso e prolongado entre ambas (Nzau 2011:64) e tal como os dados da Tabela 6 e do Gráfico 5 demonstram (cf. 2.4.1). A estes aspetos adiciona-se, ainda, o facto de o número elevado das LBA presentes em Luanda inviabilizar uma abordagem específica de todas elas, principalmente pelo volume e complexidade do trabalho. Mas muitas das características do Kimbundu são partilhadas com outras LB.

4. Características do Kimbundu

Das suas características linguísticas básicas, serão destacadas as mais relevantes para o tratamento dos empréstimos identificados no *Corpus POL*, nos domínios fonológico (em 4.1), morfológico (em 4.2), sintático (em 4.3) e lexical (em 4.4).

A descrição que se segue não constitui um ‘tratado’ sobre o Kimbundu e tem como base geral trabalhos de grandes bantuístas, quer clássicos quer modernos. Sendo ainda hoje escassa a bibliografia sobre essa língua, anima-nos o facto de podermos apresentar os aspetos essenciais que permitem compreender o seu funcionamento.

¹⁴⁵ Os aspetos essenciais sobre o português serão apresentados sempre que necessário, sobre cada aspeto específico da integração dos empréstimos lexicais, concretamente ao longo do Capítulo V.

O Kimbundu, a par de algumas outras LBA, é uma língua gráfica, com um sistema de escrita alfabética, que se baseia no alfabeto de matriz latina (cf. I.N.L:1980:51-69, já referido em 1.4). Um aspeto extralinguístico (aqui, complementar) a reter: o Kimbundu é atualmente falado por cerca de 7,82% da população do país, ocupando, assim, a quarta posição, depois do português, Umbundu e Kikongo, segundo os dados dos resultados finais do *Censo Geral da População e da Habitação de Angola* (2016:41)¹⁴⁶.

4.1. Aspetos fonológicos

Segmentalmente, esta língua possui três tipos de sons: vogais, consoantes e semivogais (estas realizam-se apenas no nível fonético). Em termos fonológicos, o sistema restringe-se a vogais e consoantes, já que os glides não estabelecem oposição alguma¹⁴⁷. Quanto ao domínio suprasegmental, o Kimbundu é uma língua afetada por reestruturação silábica, provocando a alteração ou a supressão de determinados segmentos, em função de conformar as suas sílabas à estrutura canónica CV, pelo menos a nível de superfície. Como língua tonal, o tom desempenha também um papel preponderante na modificação da natureza das vogais, além de marcar uma distinção semântica das palavras, já que, em certos casos, a diferença do significado de dois vocábulos depende da variação deste elemento.

4.1.1. Aspetos segmentais

Os aspetos segmentais que aqui merecem atenção resumem-se à identificação dos fonemas vocálicos e consonânticos do Kimbundu, ao seu inventário fonológico.

I. Vogais do Kimbundu

O Kimbundu é formado por cinco fonemas vocálicos e, segundo Xavier (2010:16), que se apoia na proposta de Meeussen (1980), essas vogais são o resultado da redução das sete vogais do protobanto (PBt)¹⁴⁸, com a fusão dos graus de abertura 1 e 2. Este processo também aconteceu em outras línguas bantas, segundo Ngunga (2004:64).

¹⁴⁶ Alguns trabalhos anteriores colocavam o Kimbundu como a segunda LN mais falada, em Angola, com cerca de 1 500 000 falantes, depois do Umbundu e seguida do Kikongo (cf. Mingas 2000:35).

¹⁴⁷ Sobre os vários fenómenos fonético-fonológicos ligados a este aspeto em LB, ver Ngunga (2000; 2004) e Ngunga e Simbine (2012). Para o caso particular do Kimbundu, considere-se o trabalho de Xavier (2010).

¹⁴⁸ Sem prejuízo das convenções sobre as línguas bantas, optámos por esta abreviatura para evitar semelhança ou confusão com a sigla PB, referente ao “Português do Brasil”, já usada primeiramente.

Tabela 17: Sistema vocálico do protobanto

	Anteriores	Central	Posteriores
Super-fechadas / Super-altas	ɨ		ɯ
Fechadas / Altas	i		u
Semi-abertas / Médias	e		o
Aberta / Baixa		a	

Fonte: Adoção da tabela de Ngunga (2004:65).

Conforme exemplificado na Tabela 18, adaptada da Tabela 2 de Xavier (2010:16), o sistema vocálico do Kimbundu é o seguinte:

Tabela 18: Vogais do Kimbundu

	Anteriores	Central	Posteriores
Fechadas [altas]	i		u
Médias	e		o
Aberta [baixa]		a	

Fonte: Adaptação a partir das abordagens de Mingas (2000:36) e Xavier (2010:27).

Para conferirmos o carácter fonémico das vogais do Kimbundu, consideremos os seguintes pares mínimos, que atestam as oposições fonológicas possíveis:

- (4) /i/ – /o/ *mixi* [míʃi] ‘árvores’ – *moxi* [móʃi] ‘um (numeral)’
 /e/ – /a/ *mesu* [méʃu] ‘olhos’ – *masu* [másu] ‘urina’
 /a/ – /o/ *mataku* [matáku] ‘nádegas’ – *matoku* [matóku] ‘rapazes lindos’
 /o/ – /u/ *kulonga* [kulònga] ‘ensinar’ – *kulunga* [kulùnga] ‘misturar’
 /u/ – /o/ *phuku* [phúku] ‘rato’ – *phuku* [phóku] ‘faca’

Na realização desses segmentos, ocorrem diversos fenómenos fonéticos, que “podem ser motivados por razões de natureza segmental e prosódica em interação com a estrutura morfológica da língua e podem atingir tanto as vogais dos nomes quanto as dos verbos” (Xavier 2010:20).

II. Consoantes do Kimbundu

O sistema consonântico do Kimbundu terá evoluído das consoantes do PBt. Esta língua apresenta um sistema constituído por 22 fonemas, distribuídos em quatro grupos, ao nível articulatorio: oclusivas, fricativas, laterais (líquidas) e nasais¹⁴⁹. A tabela que se segue foi elaborada a partir dos trabalhos de Mingas (2000:38) e Xavier (2010:41):

Tabela 19: Consoantes do Kimbundu

		bilabiais	labio-dentais	alveolares	palato-alveolares	velares	glotal
Oclusivas	Orais	p b		t d		k	
	Prenasal.	mb		nd		ng	
Fricativas			f v	s z	ʃ ʒ		h
	Prenasal.		mv	nz	nʒ		
Lateral				l			
Nasais		m		n	ɲ		

Fonte: Adaptação a partir das abordagens de Mingas (2000:38) e Xavier (2010:42).

Como se verifica, deste inventário não fazem parte consoantes vibrantes; mas [r] pode ocorrer como variável alofónica de /d/, na variedade do Kimbundu de Luanda (cf. *dibitu* [ri'bitu] ~ [di'bitu] 'porta').

(5) Oposição fonológica das consoantes do Kimbundu:

/p/ - /b/: <i>pata</i> [páta] 'dúvida'	–	<i>bata</i> [báta] 'casa, cabana'
/b/ - /f/: <i>kubana</i> [kubána] 'dar'	–	<i>kuxana</i> [kufána] 'chamar'
/t/ - /l/: <i>kutamba</i> [kutámba] 'pescar'	–	<i>kulamba</i> [kulámba] 'cozinhar'
/d/ - /ʒ/: <i>kidima</i> [kidìma] 'cultivo'	–	<i>kijima</i> [kizíma] 'hospedaria'
/k/ - /b/: <i>kukola</i> [kukóla] 'gritar'	–	<i>kubola</i> [kubóla] 'apodrecer'
/f/ - /m/: <i>funza</i> [fúnza] 'moda'	–	<i>munza</i> [múnza] 'vapor'
/v/ - /k/: <i>mavu</i> [mávu] 'terra, barro'	–	<i>maku</i> [máku] 'mãos'
/s/ - /k/: <i>usudi</i> [usúdi] 'preguiça'	–	<i>ukudi</i> [ukúdi] 'solteirice'

¹⁴⁹ Sobre a evolução do sistema consonântico do protobanto e a evolução das consoantes atuais das LB, no âmbito da reestruturação lexical, ver Andrade (2007:41).

/z/ - /t/: <i>kuzuka</i> [kuzúka] ‘moer’	–	<i>kutuka</i> [kutúka] ‘saltar’
/ʃ/ - /b/: <i>kuxita</i> [kufíta] ‘tapar’	–	<i>kubita</i> [kubíta] ‘passar’
/ʒ/ - /f/: <i>maji</i> [máʒi] ‘azeite’	–	<i>mafi</i> [máfi] ‘folhas’
/l/ - /nd/: <i>mukolu</i> [mukólu] ‘corda’	–	<i>mukonda</i> [mukóndu] ‘nostalgia’
/m/ - /mb/: <i>maku</i> [máku] ‘mãos’	–	<i>mbaku</i> [mbáku] ‘estéril’
/n/ - /l/: <i>kukuna</i> [kukúna] ‘semear’	–	<i>kukula</i> [kukúla] ‘crescer’
/ɲ/ - /b/: <i>mwenyu</i> [mwéɲu] ‘vida’	–	<i>mwebu</i> [mwébu] ‘sobrinho’
/mb/ - /m/: <i>mbiji</i> [mbíʒi] ‘peixe’	–	<i>miji</i> [míʒi] ‘gerações’
/nd/ - /p/: <i>ndolu</i> [ndólu] ‘dor’	–	<i>polo</i> [pólu] ‘face, rosto’
/ŋ/ - /ɲ/: <i>nganga</i> [ngáŋga] ‘feiticeiro’	–	<i>nyanga</i> [ɲáŋga] ‘caçador’
/nv/ - /nd/: <i>nvunda</i> [mvúnda] ‘briga’	–	<i>ndunda</i> [ndúnda] ‘génio’
/nz/ - /t/: <i>nzumbu</i> [nzúmbu] ‘sudário’	–	<i>tumbu</i> [túmbu] ‘umbigo’
/nz/ - /ʃ/: <i>njimba</i> [nzímba] ‘moela’	–	<i>ximba</i> [ʃímba] ‘gato bravo’
/h/ - /ng/: <i>honga</i> [hóngga] ‘horta’	–	<i>ngonga</i> [ngóngga] ‘cofre’

O segmento em *bold* é o fonema considerado em cada caso; aqui, não tivemos em conta a oposição tonal, também possível, como se pode ver mais abaixo, em 4.1.2.2.

4.1.2. Aspectos suprasegmentais

Em termos simples, os aspetos suprasegmentais caracterizam-se como as unidades prosódicas (sílabas, entoação, duração, acento e tom), que se situam a um nível superior ao dos fonemas. Não estão envolvidos na oposição fonológica e atuam sobre estruturas discursivas ou linguísticas maiores, como a palavra e a frase, ajudando a interpretar o significado das mesmas.

Tendo em conta o foco deste trabalho e a especificidade do Kimbundu, vamos tratar apenas das questões da sílaba e do tom, dois aspetos essenciais na caracterização dessa língua. A sílaba é um dos elementos que marcam a peculiaridade do Kimbundu, dada a sua regularidade estrutural (CV), a nível de superfície, e o tom joga papel crucial na interpretação das unidades lexicais, desempenhando mesmo função distintiva.

4.1.2.1. A sílaba

Neste capítulo, a abordagem deste tema passa primeiramente por uma breve análise dos aspetos gerais sobre “sílabas”, enquanto unidade suprasegmental, já na subsecção a seguir, e só depois é que trataremos da sílaba em Kimbundu, noutra subsecção seguinte. Há aspetos sobre a sílaba que são comuns a várias línguas do mundo. Sendo assim, apresentamos um enquadramento teórico de apoio não apenas para a descrição dos traços silábicos do Kimbundu mas também para os do português (cf. 5.2.1, mais abaixo).

4.1.2.1.1. Aspetos gerais

Numa abordagem geral, a noção de “sílabas”, tanto na visão da gramática tradicional como na da abordagem das teorias linguísticas contemporâneas, insere-se no domínio sonoro da língua, e está intrinsecamente ligada aos aspetos articulatorio-percetivos. É definida tradicionalmente como “Uma só vogal, ou diferentes associações de phonemas em que entre pelo menos uma vogal, proferidos numa só emissão de voz, numa só expiração” (Gonçalves Viana 1973:178); ou modernamente, como “unidade de som situada ao nível imediatamente superior ao do fonema” (Wiesemann et al. 1983; *apud* Ngunga 2004:82); ou, ainda, como uma unidade mínima ou a base da análise fonológica (Akhamanova 1971:52). Trata-se, portanto, de um elemento perceptivo e intuitivo da parte do ouvinte, cuja identificação depende do conhecimento silábico dos locutores, em particular dos nativos (Iribarren 2005:32; MacMahon 2002:104-105; Mateus e Andrade 2000:38; Vigário e Falé 1994:465-466):

A **sílaba** é uma construção perceptual, isto é, criada no espírito do ouvinte, com propriedades específicas que não decorrem da simples segmentação fonética das sequências de segmentos. Na realidade, a sílaba tem uma **estrutura interna organizada hierarquicamente** (Mateus, Frota e Vigário 2003:1038; **negritos no original**).

Em trabalhos especializados das últimas décadas, segundo teorias conhecidas como “não-lineares”¹⁵⁰, a sílaba é considerada como um elemento ou uma unidade suprasegmental e/ou prosódica, uma vez que se situa num nível acima de unidades segmentais (os fonemas) e está envolvida numa cadeia de fala, tal como o acento e a

¹⁵⁰ As “teorias não-lineares” são modelos teóricos, que surgiram, grosso modo, depois do modelo SPE – *Sound Pattern of English*, de Chomsky e Halle (1968).

entoação ou o tom¹⁵¹. Atualmente, parece, assim, consensual enquadrar o estudo da sílaba no domínio da fonologia suprasegmental. Veloso (2007:88), por exemplo, aponta dois argumentos que justificam essa opção: a sílaba constitui o “domínio da aplicação de regras e processos fonológicos, por um lado (...), e, por outro, de restrições fonotáticas (...)”. Gayer (2015:158) escreve que “Algumas regras fonológicas têm como domínio a sílaba, o que explica a sua existência como constituinte prosódico”.

Segundo a hierarquia prosódica (e apesar de haver diferenças de perspetiva quanto à sua constituição¹⁵²), a sílaba situa-se na posição extrema, ou mais baixa, no conjunto dos constituintes dessa hierarquia (sílaba, pé, palavra fonológica, ...). As restrições na seleção de um segmento fonológico dependem da estrutura silábica da língua. No caso particular dos empréstimos lexicais, algumas modificações (fonológicas e morfológicas) que se verificam na estrutura das palavras resultam, sobretudo, do processo da reestruturação silábica, tendo em conta as características da LA. Nessa ótica, partilhamos a posição de Katamba (1989:153) de que a sílaba está no centro das representações fonológicas. É a unidade em torno da qual os sistemas fonológicos são organizados, é uma entidade puramente fonológica.

Nas línguas do mundo, existem determinados padrões silábicos, em função das suas características fonológicas (e, por vezes, de condicionantes morfológicas), os quais podem ser diversamente definidos em função das diferentes correntes teóricas. Em línguas como o Kimbundu (e como o português, também), uma sílaba pode ser constituída por uma vogal (V) e uma consoante (C), ordenadas como CV (cf. o destacado em *ar.te*, por exemplo) ou como VC (cf. o destacado em *ar.te*) e, no mínimo, por apenas uma vogal (cf. o destacado em *a.ve*, por exemplo). Existem, porém, línguas que possuem sílabas formadas apenas por consoantes, como no caso das LB, que possuem uma consoante nasal com função silábica, a “nasal silábica”, como damos conta na subsecção seguinte.

Na maioria das línguas do mundo, uma vogal ocupa sempre uma posição nuclear, enquanto as consoantes se posicionam à margem do Núcleo (à esquerda ou à direita). Ocorre frequentemente a sílaba CV, considerada a forma canónica da sílaba ou a estrutura universal da sílaba, com a qual se costuma representar a sua estrutura interna, conhecida

¹⁵¹ Cf. Barbosa (1994), Blevins (1995), Freitas e Santos (2001), Katamba (1989), Mateus e Andrade (2000), Selkirk (1982), Spencer (1996b) e Veloso (2007).

¹⁵² Cf. Gayer (2015). Aqui, não desenvolvemos essa questão, por não caber no objetivo desta tese.

como “modelo de estrutura plana da sílaba”, como referido em muitos trabalhos de fonologia e aqui ilustrada na Figura 1:

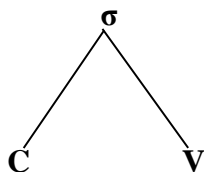


Figura 1: Esquema geral da sílaba (plana)

Neste caso, σ (sílaba) é constituída por **A** (Ataque), situado à margem esquerda e sempre ocupado por uma consoante **C**, e **N** (Núcleo), que constitui o “centro, pico, crista” (Andrade 2007:87) da sílaba, de preenchimento obrigatório (Freitas e Santos 2001:24)¹⁵³, geralmente formado por uma vogal (**V**) – ver, por exemplo, *ku.di.a* (‘comer’) e *co.mer*. O Núcleo pode ser complexo (ou ramificado), quando preenchido por vogal+glide, formando um ditongo decrescente (p. e., *ei.xo* vs. *e.co*, com N simples). Havendo sílabas constituídas apenas por V (como em *ku.di.a* ou *a.ve*), considera-se que C é facultativo.

Em estruturas mais complexas, pode ocorrer um terceiro elemento, **Cd** (Coda), também facultativo e restrito a /l, r, s/, em português; a Coda é preenchida por uma única consoante, que se situa à margem direita do segmento nuclear. Nesta estrutura, conhecida na literatura especializada como “modelo de ramificação binária”, a sílaba é composta por **A** e **R** (Rima), e esta é constituída por Núcleo e Coda. A Rima situa-se, assim, no mesmo nível de Ataque, tal como se exemplifica no esquema seguinte que tipifica o modelo “Ataque-Rima”, ou estrutura hierarquizada da sílaba (cf. *par.que* ou *cul.to*) – cf. Mateus, Frota e Vigário (2003), por exemplo:

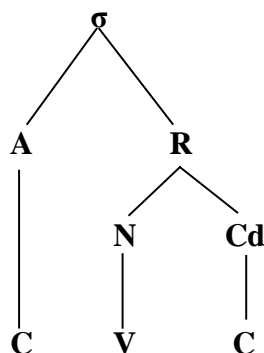


Figura 2: Esquema silábico de modelo “Ataque-Rima”/estrutura hierarquizada

¹⁵³ Existem línguas, como o português, nas quais é possível ocorrerem sílabas com Núcleos de sílaba vazios, em casos de algumas sequências consonânticas complexas (ver, mais abaixo, em 5.2.1).

O Ataque pode ser complexo/ramificado, correspondendo, em português, a C obstruinte+C líquida alveolar (*cra.vo* ou *clo.ro*, p.e., vs. *par.que* ou *cul.to*, sílabas com Ataque simples). Esta análise corresponde ao modelo generativo multilinear, e em particular à teoria autosegmental.

Consoante os elementos que a compõem, a sílaba pode ser simples ou complexa: o primeiro tipo é formado por uma vogal (sílabas = Núcleo) e o segundo, por vogal e consoante(s). Uma sílaba terminada em vogal chama-se aberta ou livre; terminada em consoante (incluindo-se nessa categoria o segmento [+nasal] que, em português, origina uma vogal nasal, como em *an.ta*, equivalendo a V[+nasal]¹⁵⁴), designa-se por fechada ou travada. Em Kimbundu, não existe esta estrutura silábica, não existindo também vogais nasais. As sílabas classificam-se também de acordo com a quantidade das vogais, naquelas línguas com a oposição vocálica conforme a sua duração. Assim, existem sílabas leves (terminadas em vogal breve) e sílabas pesadas (terminadas em vogal longa)¹⁵⁵.

4.1.2.1.2. Estrutura silábica do Kimbundu

O Kimbundu segue o paradigma da maioria das LB, em termos de estrutura silábica. Assim, a sílaba banta corresponde basicamente à estrutura CV(V), como no seguinte esquema silábico (Ngunga 2004:82-84; Vicente 2009:20; Xavier 2010:96):

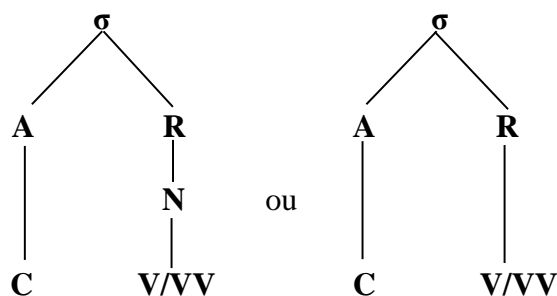


Figura 3 (a e b): Esquema modelo da estrutura prototípica da sílaba banta¹⁵⁶

¹⁵⁴ No domínio da sílaba, o traço [+nasal], representado por /N/, espraia-se para a vogal precedente e /N/ não se realiza como C nasal, nas palavras simples.

¹⁵⁵ Existindo diferentes conceções ou propostas sobre a estrutura interna da sílaba, neste trabalho não entramos na discussão sobre as mesmas, por não ser esse o objetivo desta investigação. Optámos apenas por dois modelos compatíveis com os objetivos do nosso trabalho, um apresentado em Ngunga (2004) e que se coaduna com a linha de Andrade (2007), aplicável à análise da estrutura da sílaba em Kimbundu, e o outro, largamente aplicado no estudo da estrutura da sílaba em português, proposto em Mateus (2004), Mateus e Andrade (2000) e Veloso (2007).

¹⁵⁶ Adaptado de Ngunga (2004:84), que se inspirou em Hyman (1975).

Numa estrutura básica como a ilustrada acima, o Ataque (A) pode ser facultativamente preenchido por uma consoante (C); na Rima, constituída apenas por um Núcleo, pode ocorrer uma vogal breve (V) ou longa (VV). Note-se, no entanto, que em Kimbundu (como noutras línguas bantas) existem sílabas formadas apenas por uma consoante nasal, a chamada ‘nasal silábica’ (uma consoante com função silábica):

- (6) a. [m].kaji (< MUKAJI) N.CV.CV: *mkaji* [mkázi] ‘esposa’ (kmb) (Xavier 2010: 61)
 b. [m̃].tu (< MUTHU) N.CV: *ntu* [m̃tu] ‘pessoa’ (kmb) (*idem*)
 c. [m].ka.ma (< MUKAMA) N.CV.CV: *mkama* [mkáma] ‘ama’ (kon)
 d. [m].ba.le (< MUBALE) N.CV.CV: *mbale* [mbále] ‘irmão’ (seh) (Vicente 2009:20)

Nos exemplos ilustrados em (6), <m> ([m]), a consoante nasal resultante do prefixo da classe 1 (*mu-*), é silábica e acentuada nos radicais monossilábicos, como no exemplo de (6b), em línguas como Kimbundu (kmb), Kikongo (kon) e Sena (seh) – esta última uma língua de Moçambique –, dada a queda do Núcleo vocálico, geralmente uma vogal [+alt,+arr], [u]. A realização deste tipo de consoante “explica-se pelo apagamento da vogal na sequência /N/VC” (Xavier 2010:61). Não estamos perante uma consoante prenasalizada (cf. o ponto seguinte), mas na presença de uma sequência de consoantes que pertencem a sílabas diferentes: uma nasal (Núcleo da sílaba precedente) e outra oclusiva ou fricativa (Ataque da sílaba seguinte).

Em Kimbundu, “toda a sílaba (...) compreende uma vogal, acompanhada ou não de uma consoante à sua esquerda [(e.g. *ki.ji.la* ‘preceito’ e *i.ji.la* ‘preceitos’)] ou de um glide à direita ou esquerda [(e.g., *way* ‘foi’ e *we.nji* ‘negócio’)]. A sílaba em Kimbundu é sempre aberta, nunca termina em consoante” (Xavier 2010:96).

• **Sílaba prenasalizada em Kimbundu**

Em posição de Ataque, tanto em início como no meio da palavra, em Kimbundu, podem ocorrer consoantes simples e modificadas, cuja natureza físico-articulatória é diversificada. Apesar da diversidade dessas consoantes, interessa-nos focar apenas as sílabas com consoantes prenasalizadas (aqui representadas como NCV: nasal - consoante + vogal), cuja análise se torna pertinente para a compreensão dos processos decorrentes da integração de muitos empréstimos do Kimbundu no português.

Consideremos algumas palavras com esse tipo de consoantes, presentes como étimos de certos empréstimos identificados no *corpus*. Nos exemplos abaixo, a sílaba NCV ocorre em posição inicial (cf. 7a-b) e em posição medial (cf. 7c-d) de palavra. Olhando para as estruturas resultantes dessas mesmas sílabas, consideramos, numa perspectiva geral, que a sequência segmental NC constitui um segmento complexo, uma única consoante; daí a estrutura CV expressa nos casos ilustrados:

- (7) a. *mbo.mbu* [mbómbu] CV.CV *bombó* ‘mandioca demolhada’
 b. *nde.nge* [ndéngé] CV.CV *ndengue* ‘criança; miúdo; petiz’
 c. *ka.nji.ka* [kanʒíla] CV.CV.CV *canjica* ‘guisado de milho e feijão’
 d. *di.ka.nza* [dikànza] CV.CV.CV *dikanza* ‘instrumento musical’

Segundo Xavier (s/d:2), que se baseia em Childs (2003), as consoantes prenasalizadas, incomuns em muitas línguas do mundo, mas presentes nas línguas da África Subsariana, são foneticamente sequências complexas, por envolverem duas características articulatórias: nasal e oral. Na produção das mesmas, “o véu palatino permanece abaixado – portanto a cavidade nasal permanece aberta – até certo momento durante a produção da oclusiva oral que segue a oclusão nasal” (Xavier 2010:2; ver ainda Ngunga e Simbine 2012:39). Fonologicamente, representam um único fonema, podendo contrastar com segmentos orais e nasais (simples) ou com outros da mesma natureza:

- | | | | | | | |
|-----|---------------|----------------------------|-------------------------|---|---------------------------|------------------|
| (8) | a. /mb/ – /m/ | <i>mbi.ji</i>
[mbízi] | ‘peixe’ | – | <i>mi.ji</i>
[mízi] | ‘gerações’ |
| | b. /nd/ – /l/ | <i>ndu.mbu</i>
[ndúmbu] | ‘adúltero/a’ | – | <i>lu.mbu</i>
[lúmbu] | ‘leito conjugal’ |
| | c. /ng/ – /ɲ/ | <i>nga.nga</i>
[ngánga] | ‘feiticeiro’ | – | <i>nya.nga</i>
[ɲánga] | ‘caçador’ |
| | d. /nv/ – /z/ | <i>nvu.la</i>
[mvúla] | ‘chuva’ | – | <i>zu.la</i>
[zúla] | ‘despir(-se)’ |
| | e. /nz/ – /p/ | <i>nzo.lo</i>
[nzólu] | ‘anzol’ | – | <i>po.lo</i>
[pólu] | ‘face; rosto’ |
| | f. /nʒ/ – /ʃ/ | <i>nji.ngu</i>
[nʒínqu] | ‘branco’ ¹⁵⁷ | – | <i>xi.ngu</i>
[fínqu] | ‘pescoço’ |

¹⁵⁷ A palavra *njingu* ‘branco’ refere um ‘indivíduo de raça branca’ (também designado por *mundele*) e não a cor. A noção de “branco” como cor é traduzida pela raiz *-zel-*, podendo tomar diferentes formas, consoante a acentuação (p.e.: *kuzela* (V) ‘ser/estar branco ou limpo’; *mbinza ya-zele* (valor de adjetivo) ‘a camisa [é/está] branca ou limpa’).

Ao assumirmos que se trata de um segmento complexo, torna-se necessário diferenciá-lo de outros segmentos simples e complexos, destacando a particularidade da presença do traço nasal /N/, associado à consoante oral seguinte, com a qual partilha certas características articulatórias. A sua caracterização suscita algumas dúvidas, quando se procura dar-lhe um tratamento mais fino; uma das dificuldades que se levanta é saber se ambos os elementos podem ser separados ou não, passando a figurar em sílabas diferentes. Ou seja, procura-se entender se o segmento nasal pode constituir ou não um fonema. Na nossa perspetiva, podemos afirmar que se trata de uma única consoante, caracterizada como uma sequência homorgânica, isto é, partilhando os dois elementos o mesmo ponto de articulação. Assim, não existe possibilidade de se separarem esses elementos e de figurarem em sílabas diferentes.

O fundamental da estrutura silábica das consoantes prenasalizadas em Kimbundu pode ser sintetizado da forma seguinte, com a palavra *ndenge* ‘criança, miúdo’:

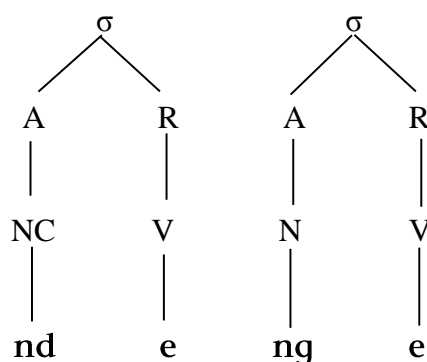


Figura 4: Estrutura da sílaba prenasalizada (NCV) em Kimbundu

Neste esquema, sublinha-se que a estrutura NC constitui o Ataque tanto da primeira sílaba (posição inicial) como da segunda sílaba (posição medial), o que confirma que as consoantes prenasalizadas podem ocorrer nas duas posições aludidas¹⁵⁸.

• Estruturas silábicas de radicais nominais e verbais

Tendo em mente o esquema básico da Figura 1, apresentamos a seguir algumas das estruturas silábicas mais relevantes, em função da classe de palavras, retomando a análise e os exemplos de Xavier (2010). Trata-se de estruturas de radicais nominais e verbais,

¹⁵⁸ Uma discussão mais aprofundada sobre o comportamento das consoantes prenasalizadas em línguas bantas, em geral, e em Kimbundu, particularmente, é feita em Andrade (2007:89-90) e em Xavier (2010:59ss.), respetivamente.

cuja análise nos permite compreender o comportamento da estrutura dos empréstimos lexicais em estudo nesta tese.

I. Estruturas silábicas de radicais nominais

Os radicais nominais apresentam basicamente três tipos de estruturas silábicas:

-CV

- (9) a. *di-zu* [dízu] ‘dente’
b. *ji-nzu* [jínzu] ‘casas’

-CV.CV

- (10) a. *mu-ha.tu* [muhátu] ‘mulher’
b. *Ø-nza.la* [nzála] ‘fome’

-V.CV

- (11) a. *di-u.ta* [djúta] ‘cobra surucucu’
b. *mu-e.zu* [mwézu] ‘barba’

Nos nomes, a última vogal faz parte do radical e é invariável, diferenciando-se dos verbos. Nestes, esta vogal desaparece, quando se juntam aos seus radicais elementos sufixais (sobretudo as “extensões verbais”), que indicam diferentes modalidades. Isto é, a vogal *a*, típica na terminação dos verbos no infinitivo, dá lugar a uma outra que é a marca do sufixo derivacional (e.g., *kukwata* ‘pegar, segurar, caçar’ > *kukwat-Ø]esa* ‘ajudar, acudir’; *kufuta* ‘morrer’ > *kufut-Ø]ila* ‘pagar por/ para...’)¹⁵⁹.

II. Estruturas silábicas de radicais verbais

Os radicais verbais mais frequentes em Kimbundu são de quatro tipos; o tipo -CV.C parece ser a estrutura silábica mais produtiva:

-C

- (12) a. *ku-t-a* [kúta] ‘pôr’
b. *ku-x-a* [kúfa] ‘deixar ficar’

-CV

- (13) a. *ku-di-a* [kudjá] ‘comer’
b. *ku-nu-a* [kunwá] ‘beber’

-CV.C

- (14) a. *ku-ba.nz-a* [kubánza] ‘pensar’
b. *ku-ko.l-a* [kukòla] ‘gritar’

-VC

- (15) a. *ku-end-a* [kwénda] ‘andar’
b. *ku-imb-a* [kwímba] ‘cantar’

¹⁵⁹ Nos exemplos dados, a vogal em *bold* pertence à extensão verbal e o símbolo Ø representa a vogal terminal do verbo, apagada. Sobre “sufixos derivativos/extensões verbais” em Kimbundu e as diferentes modalidades que traduzem, ver a abordagem feita em 4.2.2.2.

Na cadeia discursiva, depois de determinados processos fonológicos e morfológicos, todas essas estruturas tendem a concorrer para a formação de sílabas CV, como paradigma da “estrutura de sílaba bem-formada em Kimbundu” (Xavier 2010:97).

No esquema abaixo, representa-se a estrutura silábica canónica verbal, com base no verbo *kulenga* 'fugir', como síntese do que vimos até aqui:

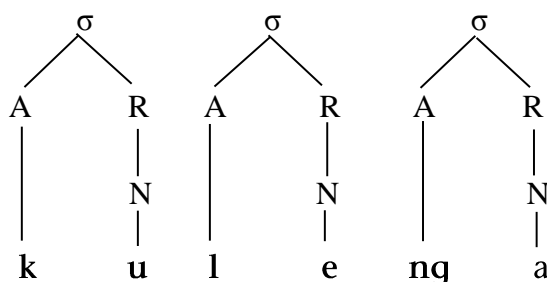


Figura 5: Estrutura da sílaba canónica em Kimbundu

4.1.2.2. O tom em Kimbundu

Linguisticamente, “tom” define-se como “a altura relativa de uma sílaba ou de uma mora numa palavra” (Ngunda e Simbine 2012:68) e constitui um traço que caracteriza a altura dos sons da linguagem; é comum a todas as línguas do mundo (Andrade 2007:93), mas ganha outra relevância naquelas em que ele desempenha uma função distintiva. Assim, existem línguas, conhecidas como “tonais”, nas quais os tons têm valor contrastivo, pois permitem distinguir o significado das unidades lexicais.

O Kimbundu é uma língua tonal, tal como as outras línguas bantas, em particular, e africanas, em geral. Como explicam Ngunga e Simbine (2012:69), a respeito do changana, uma das línguas bantas de Moçambique, nestas línguas, “duas ou mais palavras podem ter uma sequência igual dos mesmos elementos segmentais e exprimirem significados diferentes por causa da sua diferença no timbre de voz em alguma(s) sílaba(s)”. Consideremos os seguintes pares de palavras do Kimbundu:

- (16) a. *mbámbi* [mbámbi] ‘corsa’ – *mbàmbi* [mbàmbi] ‘frio’
 b. *ndánji* [ndánzi] ‘rocha’ – *ndànji* [ndànzi] ‘raiz’
 c. *njíla* [nžíla] ‘pássaro’ – *njìla* [nžíla] ‘caminho’
 d. *kubúnda* [kubúnda] ‘misturar’ – *kubùnda* [kubùnda] ‘usurpar’

- e. *kubéta* [kubé̌ta] ‘bater’ – *kubèta* [kubè̌ta] ‘molhar’
 f. *kulówa* [kuló̌wa] ‘pescar’ – *kulòwa* [kulò̌wa] ‘enfeitiçar’

Os exemplos de (16) permitem-nos distinguir dois tons básicos em Kimbundu: o tom alto (‘) e o tom baixo (̌), marcados usualmente com os respetivos símbolos sobrepostos à vogal afetada (*kulówa* e *kulòwa*, por exemplo). Como em outras línguas tonais, ocorrem ainda outros dois tons secundários: o tom ascendente e o tom descendente, respetivamente presentes nas duas vogais seguintes: [ô] e [ǎ]. Mas o Kimbundu é uma língua dominada pelo tom alto, pelo que não é hábito marcarem-se os tons secundários, exceto em casos distintivos.

Em situações de desconhecimento desses timbres específicos, podem confundir-se as pronúncias e os significados das referidas palavras, tratando-se então de um “tom lexical”; isto é, este elemento desempenha a função lexical de distinguir semanticamente duas ou mais palavras, a partir da altura das sílabas (Andrade 2007:93; Nguna e Simbine 2012:70).

O tom em Kimbundu tem implicações fonético-fonológicas, a nível de superfície da cadeia fónica, quer entre constituintes morfológicos distintos quer entre unidades lexicais diversas. Este elemento está ligado a uma série de fenómenos fonéticos, para a reestruturação da sílaba, conforme ilustramos nos seguintes exemplos:

- (17) a. *mwiji* [mwí̌zi] < mù-í̌ji ‘descendência’
 b. *kwenda* [kwé̌nda] < kù-é̌nda ‘andar’
 c. *monandenge* [monándé̌nge] < mona-wá̌-ndé̌ngè < monà-ú̌-á̌-ndenge ‘criança’
 d. *mukajina* [mukazí̌na] < mu-kaǰ-í̌na ‘consorte’

Em todas estas palavras (apenas são marcados os tons em análise), o tom alto sobrepõe-se ao tom baixo. Ou seja, em situações de contiguidade de vogais com tom alto e vogais com tom baixo, estas últimas semivocalizam-de (17a-b), são elididas (17c) ou degeminadas (17d). Perante esta realidade, diz-se que, em Kimbundu e em muitas outras línguas tonais, o tom alto caracteriza-se como um traço “ativo”, enquanto o tom baixo é “inerte” (Xavier 2010:101; Carvalho 2014:3). Este aspeto é bastante importante e responsável pelos fenómenos que ocorrem no processo da ressilabicação, nesta língua.

Por último, interessa considerar que, em línguas como o Kimbundu, o tom está também ligado à acentuação, com o qual se confunde, considerando-se também que este segundo traço está subjacente ou ao serviço do primeiro. Nestas línguas, ocorre o seguinte: (i) o acento tónico localiza-se geralmente na vogal da penúltima sílaba, aquela que é articulada com maior intensidade; (ii) uma palavra ou estrutura pode ter vários tons (altos e baixos), mas exibirá apenas um único acento, localizado na vogal de tom alto da penúltima sílaba (*e.g.*, *kì-ngúlù.ngú.mbà* ‘inimigo’; *kù-phá.phú.mú.kà* ‘ressuscitar’); e (iii) o acento localiza-se na sílaba com vogal de tom baixo só na ausência de vogal com tom alto (*e.g.*, *mù.bì.kà* ‘escravo, servo’). A questão de acentuação em Kimbundu e outras línguas semelhantes é muito complexa e exige um tratamento mais cuidadoso e rigoroso, como aquele que lhe dão no âmbito das teorias fonológicas referidas na subsecção anterior¹⁶⁰. Resta-nos, contudo, ter em conta algumas implicações que os dois traços, aqui referidos, podem ter na forma final dos empréstimos integrados no POL (cf. 5.2, abaixo).

4.1.2.3. Ressilabificação em Kimbundu

A ressilabificação é um processo de reestruturação silábica que consiste em religar elementos de sílabas diferentes em novas sílabas, depois de certos reajustes de traços fonológicos, tendo em conta as regras de cada língua. Envolve aspetos segmentais (contiguidade de segmentos) e suprasegmentais (disposição dos constituintes silábicos e implicações do jogo tonal).

O Kimbundu caracteriza-se como uma língua “ressilabificável”, ao nível da palavra, já que muitas das suas estruturas de superfície resultam da junção de diferentes elementos da cadeia fónica e gramatical. De facto, muitas unidades que ouvimos são formadas a partir da reelaboração estrutural de certos segmentos silábicos (geralmente pertencentes a diferentes constituintes morfológicos ou unidades lexicais), passando por processos intermédios e ao longo dos quais ocorrem determinados fenómenos fonológicos. Como poderemos ver mais abaixo, no Capítulo V, em 5.2.2.2, muitos casos de ressilabificação presentes nos empréstimos lexicais em estudo tiveram lugar nessa língua e têm influência no produto final dos dados em análise.

¹⁶⁰ Sobre acentuação em línguas bantas, particularmente, e das línguas africanas, em geral, ver Downing (2004), que realizou um estudo sobre a tipologia do acento em 28 línguas diferentes faladas em África; e também Hyman (2009).

Neste trabalho, apoiamo-nos em Xavier (2010), cuja abordagem se situa no âmbito da fonologia suprasegmental. Em Kimbundu, a ressilabificação está associada ao fenómeno de *sândi* (à semelhança do que ocorre noutras línguas, como o português) e manifesta-se através dos processos fonético-fonológicos a seguir indicados¹⁶¹.

I. Elisão

A elisão, no âmbito da ressilabificação, consiste na supressão de segmentos e/ou sílabas, com o aspeto tonal evidenciado, pois elidem-se as vogais de tom baixo (a seguir, representado por “B”), subsistindo a vogal de tom alto (adiante, representado por “A”). Para ilustrar esse aspeto, apoiemo-nos nos exemplos (37) e (38) de Xavier (2010:23), aqui renumerados em (18a-b):

(18) a. *ngé.ndà* [ngénda] ‘andarei’

ngì- Ø- énd- à

1SG-PRS-andar-IPF (SG: singular; PRS: presente; IPF: imperfeito)

b. *tò.ndó.só.né.kà* [tondósonéka] ‘escreveremos’

tù- óndó -sonék -à

1PL-ITC-escrever-ITC (PL: plural; ITC: intencional)

Estes exemplos oferecem a seguinte análise:

(i) Em (18a), dá-se a elisão da vogal /ì/ (B) do morfema *ngì* (marca/pronome concordante da 1SG), a favor de /é/ (A) de *énd-* (radical do verbo *andar*); daí, a forma final *ngé.nda* (CV.CV) ‘andarei / vou andar’;

(ii) Em (18b), elide-se a vogal /ù/ (B) presente em *tù-* (marca/pronome concordante da 1PL), subsistindo a vogal /ó/ (A) de *óndò-* (marcador de valor intencional); daí, a forma final *tó.ndó.só.né.kà* (CV.CV.CV.CV.CV) ‘escreveremos/vamos escrever’.

Nos dois casos analisados, a queda das referidas vogais desestrutura as sílabas afetadas, ficando as consoantes (Ataques) flutuantes, sem Núcleo silábico. Como o Kimbundu é uma língua que restringe a ocorrência de consoantes em posição nuclear

¹⁶¹ Estes processos constituem globalmente algumas das “estratégias de resolução de hiatos” em línguas bantas (cf. Ngunga e Sambini 2012:44-45; Professor Mbiavanga Fernando, c.p.), como o Kimbundu. Sobre a ressilabificação em português, em particular, ver a abordagem que se faz no último capítulo, no qual se explica o fenómeno de *sândi* e outros aspetos inerentes ao processo aqui em análise (cf. Cap. V, 5.2.1).

(exceto a nasal silábica), o sistema reestrutura-se com a junção das referidas consoantes às vogais das sílabas seguintes, formando-se a estrutura silábica CV, típica nessa língua.

II. Semivocalização

A semivocalização, como fenómeno de ressilabificação em Kimbundu, consiste na transformação das vogais /i/ e /u/, de tom baixo, em semivogais ([j; w]), em contexto de contiguidade com vogais de tom alto, como por exemplo, <é>, conforme (19a-c), idênticos aos exemplos (30), (31) e (35) de Xavier (2010) e aqui adaptados:

- (19) a. *njíl.lá.yé* [nʒílaɲé] ‘teu pássaro’ b. *kwé.ndà* [kwénda] ‘andar’
 Ø- *njíl-á* ì- -é *kù- énd* -à
 classe 9-pássaro-classe 9-DET classe 15-andar-VF
- c. *wó.ló.tú.ndà* [wolótúnda] ‘está a sair’
 ù- óló- túnd -à
 3SG-PRG-sair-IPF

O aspeto relevante no contexto da presente abordagem prende-se com o facto de a reestruturação silábica, no nível fonético, resultar do encontro de sons vocálicos contíguos em sequências de constituintes morfológicos diversos (*e.g.*, ì-: PREF-CONC (cl. 9¹⁶²) e -é: DET, em (19a), e *kù-* (PREF-VERB) e -énd (RAD-NOM)), em (19b), que, no nível subjacente, pertencem a sílabas diferentes. Assim, as vogais altas /i, u/ semivocalizam, ao lado da vogal baixa /a/ e das médias /e, o/, formando-se ditongos, em vez de hiatos, uma característica da maioria das línguas bantas, conforme descrito em Ngunga (2004:67-69, *apud* Xavier 2010:21). Os ditongos estão ligados à semivocalização da vogal alta não acentuada em sequência com uma vogal acentuada, também portadora do tom alto. Tal como defendido em Ferreira (2009:21), a propósito da semivocalização nos ditongos nasais em português, esta transformação caracteriza evidentemente o processo de ressilabificação, já que a vogal em causa perde a sua ‘silabicidade’, torna-se glide e origina um ditongo¹⁶³.

¹⁶² O Kimbundu, como todas as LB, possui elementos que marcam a classe formal em que as palavras se inserem. A descrição sobre as classes nominais e os prefixos bantos é feita abaixo, em 4.2.1.1.

¹⁶³ Para os bantuístas, a questão de “semivocalização”, como aqui se coloca, parece ser dúbia, pois os sons classificados como “semivogais” tomam características essencialmente consonânticas. Neste caso, [j]

III. Degeminação

Em Kimbundu, a degeminação ocorre quando duas vogais idênticas se fundem, isto é, são pronunciadas como se de uma se tratasse (tal como acontece noutras línguas e em português). Concretamente, “duas vogais idênticas de tom baixo podem ser pronunciadas como uma só em Kimbundu” (Xavier 2010:24). Os dados deste autor, nos seus exemplos (39) e (40), aqui retomados como (20), ajudam a elucidar esta situação:

(20) a. *mbámbimófi* [mbámbimófi] 'uma gazela'

Ø- *mbámbì i- mofi*

cl. 9-gazela-cl. 9-DET

b. *mú.tu.mó.fi* [mútumófi] 'uma pessoa'

mú- tù ù- mofi

cl. 1-tu-cl. 1-DET

Nestes casos, ocorre a fusão de *ì-* e *ú-* (vogais finais dos nomes *mbámbì* 'gazela' e *mútù* 'pessoa') com as vogais idênticas: *ì-*, prefixo concordante (cl. 9 sg) e *ù-*, também prefixo concordante (cl. 1 sg) do determinante *moxi* 'um/uma'.

A ressilabificação em Kimbundu é uma característica que decorre de fatores morfológicos e fonológicos, dado o caráter aglutinante dos constituintes da estrutura, provocada pela contiguidade de certos segmentos. Ocorrem certos fenómenos fonológicos, como os que vimos descrevendo, condicionados pela sua natureza tonal. O exemplo (408) de Xavier (2010), aqui adaptado em (21), sintetiza e justifica essa análise:

(21) a. *mónámì* [monámi] CV.CV.CV 'meu filho'

b. *mónà[ù-á]mì* → *mónà[wá]mì* CV.CV.GV.VC – semivocalização

c. *mónà[w]ámì* → *món[ãá]mì* CV.CVV.CV – elisão

d. *món[à á]mì* → *mon[a]mi* CV.CV.CV – degeminação

(alvéolo-palatal) e [w] (velar) figuram no grupo das consoantes aproximantes das línguas bantas. O processo em si é considerado como “desvocalização”, para evitar a sequência de vogais do 1.º grau (fortes) e do 3.º grau (fracas), eliminando os hiatos, não permitidos nessas línguas. Mas, no quadro da presente tese, preferimos seguir posições semelhantes às de Xavier (2010), em que nos apoiámos, como referido no início da presente subsecção.

4.2. Aspetos morfológicos

O Kimbundu é uma língua caracterizada por uma morfologia complexa, por ser uma língua aglutinante, como as outras línguas bantas. As palavras são marcadas pela concatenação de constituintes lexicais e morfológicos diversos (bases, radicais, afixos).

Nas subsecções seguintes, vamos procurar descrever brevemente os aspetos mais relevantes dessa língua, no que tange à estrutura do nome (4.2.1) e à do verbo (4.2.2).

4.2.1. Morfologia nominal

Com base em vários autores que se debruçam sobre a morfologia do nome nas LB, conclui-se que a estrutura dos nomes nessas línguas é composta por prefixos de classe nominal (PN) e um tema¹⁶⁴. Este, por sua vez, subdivide-se em radical nominal (RAD NOM – ou RN, adiante) e uma vogal final (VF), conforme os exemplos seguintes:

- (22) a. mu]PREF NOM (Sg) HAT]RAD NOM **u**]VF NOM *muhatu* [muhátu] ‘mulher’
 a’. a] PREF NOM (PL) HAT] RAD NOM **u**]VF NOM *ahatu* [ahátu] ‘mulheres’
 b. mu]PREF NOM (SG) LEL]RAD NOM **e**]VF NOM *mulele* [muléle] ‘pano’
 b’. mi]PREF NOM (PL) LEL]RAD NOM **e**]VF NOM *milele* [miléle] ‘panos’
 c. Ø]PREF NOM (SG) NGOM]RAD NOM **a**]VF NOM *ngoma* [ngóma] ‘batuque’
 c’. ji]PREF NOM (PL) NGOM]RAD NOM **a**]VF NOM *jingoma* [zingóma] ‘batuques’

Estes exemplos mostram que os nomes, nessa e noutras línguas da família Níger-cordofânia, podem ser decompostos nos constituintes morfológicos (i) **prefixos** (PN), que determinam a classe nominal, tendo função gramatical (algumas palavras não exibem este elemento, no singular, como em (22c), ao contrário da sua forma plural (22c’)); (ii) **radicais nominais** (RN), elementos fixos, invariáveis, à esquerda dos quais se adjungem os PN e (iii) **vogal final** (VF), colocada imediatamente à direita do RN e realizada por qualquer uma das cinco vogais do Kimbundu. O RN e a VF constituem o **tema**, portador do significado lexical do nome, porque a estrutura PN + RN, por si só, não assegura o

¹⁶⁴ Cf. Andrade (2007), Dimmendaal (2000), Fernandes e Ntongo (2002), Ngunga (2000, 2002, 2004), Ngunga e Simbine (2012), apoiados nos estudos pioneiros de bantuístas, como Bleek (1862, 1869), Bryan (1959), Chatelain (1888-9), Greenberg (1963), Guthrie (1967-71), Meeussen (1980), Meinhof (1906, 1948) e Werner (1915).

significado pleno do nome, que depende também da realização da VF; a presença dos afixos só garante uma especificação semântica parcial (Ngunga e Simbine 2012:91).

A vogal final, embora constitua uma vogal necessária à formação do tema nominal, em línguas como o Kimbundu, não apresenta uma série fechada (diferentemente do índice temático dos nomes, em português), está desprovida de qualquer função morfológica relevante (não é responsável pela inclusão dos nomes em classes formais, diferentemente do português) e de um valor semântico específico. Na nossa perspectiva, a sua ocorrência resulta da necessidade de salvaguardar a estrutura silábica CV, típica das LB, restringindo a realização de sílabas que terminem em Coda. Essas diferentes vogais não foram, até ao presente, alvo de uma explicação científica, nem mesmo a pronúncia desses sons finais. Ou seja, não há uma caracterização morfológica que explique, por exemplo, a razão por que as palavra *dikala* ‘carvão’ termina em [a], *ditwi* ‘orelha’, em [i] e *muthu* ‘pessoa’, em [u]. O interesse dos bantuístas tem-se centrado mais na vogal final dos verbos, que pode constituir-se num elemento gramatical com várias funções e também nos prefixos nominais, dada a sua rica e complexa estrutura morfológica (Mbiavanga Fernando, c.p.). A VF das estruturas verbais assegura a formação dos verbos derivados, com a adjunção de diferentes sufixos derivacionais, conforme adiante se discute (4.2.2.2).

4.2.1.1. Prefixos e classes nominais

O Kimbundu e as outras línguas bantas são prefixativas; usam prefixos para indicar o número e o género gramatical dos nomes e dos pronomes, o local das ações, assegurando também a concordância frásica, ao estabelecerem diversas relações de dependência entre os constituintes da frase. Para a exemplificação, consideremos os constituintes destacados nas frases seguintes, em que usamos as seguintes siglas descritas abaixo, no comentário aos exemplos:

(23) a. *Jimbwa ja Nzwa jakwata mukenge wadikota.*

jɨ]PN10 mbwa ja-]CON nzwa] ji-]PV/IS a-]PERF kwata] mukenge] u-]PA a-]CON dikota]

cão João apanhar raposa grande

‘os cães do João apanharam (caçaram) uma raposa grande’

b. *Jimbwa ja ukuata ku muxitu.*

jimbwa ja u-]IO kuata ku]LOC muxitu

cães caçar mato

‘os cães caçaram-na no mato’

Em (23a), temos o prefixo nominal (PN: *ji-*), da classe 10 (PN10), marcador do plural do nome que é o sujeito da frase. A forma deste prefixo determina a do prefixo conectivo (CON: *ja-* < *ji-+a-*) e a do prefixo verbal/índice do Sujeito (PV/IS: *ji-*). O prefixo adjetival (PA) *u-* depende do PN do nome *mukenge* ‘raposa’, que seleciona o adjetivo *dikota* ‘grande’. Em (23b), destacamos o prefixo que é índice do objeto (IO: *u-*) e que recupera o objeto (*mukenge*), neste caso OD da frase anterior. Partindo dessa descrição, constatamos que, em Kimbundu, podemos identificar cinco tipos de prefixos: (i) PN marca o nome; (ii) CON representa o genitivo; (iii) PA marca o adjetivo; (iv) PV ou IS marca o sujeito da frase; e (v) IO marca o complemento do verbo.

Nesta abordagem, todavia, a nossa atenção centra-se nos prefixos nominais. Estes elementos são de grande importância na estruturação morfológica e sintática de línguas como o Kimbundu. Permitem organizar os nomes em grupos ou classes, funcionam como marcadores de número e género gramatical dos nomes, da concordância frásica e possuem certo valor semântico, conforme a descrição de textos especializados¹⁶⁵

A organização dos nomes em classes, marcadas pelo prefixo que exibem, constitui uma das características fundamentais das línguas bantas, um aspeto notado pelos primeiros bantuístas, desde muito cedo (Ngunga e Simbine 2012:91). Essas classes nominais são definidas de acordo com os prefixos, com os padrões de concordância e também com o campo semântico ao qual os nomes estão associados. O seu número varia de língua para língua, numa escala que vai de 10 a 20 classes, de acordo com os autores anteriormente referidos. Conforme os elementos da Tabela 20, adiante, o Kimbundu apresenta 18 classes, incluindo as três classes dos locativos, de acordo com a proposta de Fernandes e Ntongo (2002:72).

O valor semântico da classe nominal relaciona-se com o campo semântico das entidades nomeadas, tendo em conta os respetivos PN. Este valor permite também atribuir o valor de género dos nomes nessas (Katamba 2003:115, *apud* van de Velde 2006:9).

¹⁶⁵ Cf. Corbett (1991; 2000; 2006), Dimmendaal (2000), Iorio (2011), Mchombo (2004), Ngunga (2000) e Williamson e Blench (2000), entre vários outros estudiosos dessas línguas africanas.

Tabela 20: Prefixos nominais - marcadores de número, género e concordância

Prefixos		Classes nominais	Géneros		Exemplos			
					Kimbundu		Português	
Singular	Plural				Singular	Plural	Singular	Plural
<i>mu-</i>	<i>a-</i>	1 e 2	“1/2” (I)	Nomes comuns que referem entidades com traço semântico [+ humano].	<i>muhatu</i>	<i>ahatu</i>	mulher	mulheres
<i>mu-</i>	<i>mi-</i>	3 e 4	“3/4” (II)	Nomes comuns que indicam entidades diversas: fenómenos naturais, animais, partes do corpo, plantas.	<i>mukanda</i> <i>mukenge</i>	<i>mikanda</i> <i>mikenge</i>	carta raposa	cartas raposas
<i>di-</i>	<i>ma-</i>	5 e 6	“5/6” (III)	Nomes comuns que designam entidades com traços semânticos [±concreto; ±coletivo/massivo]: fenómenos naturais, animais, partes do corpo, referências de tempo, comportamentos, modos de ação, etc.	<i>ditadi</i> <i>dikanu</i> <i>diLOWA</i>	<i>matadi</i> <i>makanu</i> <i>malowa</i>	pedra boca lodo	pedras bocas lodos
<i>ki-</i>	<i>i-</i>	7 e 8	“7/8” (IV)	Nomes comuns que referem entidades com traço semântico [± concreto]: animais, insetos, partes do corpo, doenças, ferramentas ou utensílios; designações de línguas e povos, etc; <i>ki-</i> indica também valor gradativo (grau aumentativo) dos nomes, com conotações positivas ou depreciativas.	<i>kinama</i> <i>kimbundu</i> <i>kikonya</i> <i>kilumba</i>	<i>inama</i> <i>(tu)jimbundu</i> <i>ikonya</i> <i>ilumba</i>	perna quimbundo epilepsia moça (linda)	pernas quimbundos epilepsias moças (lindas)
<i>Ø-</i> ; <i>i-</i>	<i>ji-</i>	9 e 10	“9/10” (V)	Nomes comuns que não possuem prefixo nominal no singular, mais um número reduzido de nomes que têm o prefixo <i>i-</i> , no singular: animais, pessoas, partes do corpo, ferramentas, etc.	<i>Onjila</i> <i>Onzamba</i> <i>Inzu</i>	<i>jinjila</i> <i>jinzamba</i> <i>jizu</i>	caminho elefante casa	caminhos elefantes casas
<i>lu-</i>	<i>ma-</i>	11 e 6	“11/6” (VI)	Nomes comuns com traço [+/- concretos]: entidades longas e finas, linguagens, partes do corpo, fenómenos naturais, etc.; o plural é feito com <i>ma-</i> , prefixo da classe 6.	<i>lukwaku</i> <i>lumwenu</i> <i>lwanya</i>	<i>malukwaku</i> <i>malumwenu</i> <i>malwanya</i>	mão espelho sol	mãos espelhos sois
<i>ka-</i>	<i>tu-</i>	12 e 13	“12/13” (VII)	Nomes comuns com traço semântico [+/-concretos]: partes do corpo, entidades humanas, animais, objetos, etc. <i>ka-</i> indica ainda o diminutivo dos nomes em Kimbundu, também com valor gradativo de <i>ki-</i> .	<i>kasende</i> <i>kasumuna</i> <i>kambwa</i>	<i>tusende</i> <i>tusumuna</i> <i>tumbwa</i>	calcanhar formiga cãozinho	calcanhares formigas cãezinhos
<i>u-</i>	<i>ma-</i>	14 e 6	“14/6” (VIII)	nomes comuns com os traços semânticos [+abstrato; +coletivo]; plural é feito com o prefixo da classe 6.	<i>uhaxi</i> <i>ufusa</i> <i>ubika</i>	<i>mauhaxi</i> <i>maufusa</i> <i>maubika</i>	doença desasseio escravatura	doenças desasseios escravaturas
<i>ku-</i>	<i>ma-</i>	15 e 6	“15/6” (IX)	Nomes concretos, derivados de verbos, cujo plural é feito com o prefixo da classe 6. ¹⁶⁶	<i>kudya</i> <i>kunwa</i>	<i>makudya</i> <i>makunwa</i>	comida bebida	comidas bebidas
<i>bu-</i>		16	16	Indica superfície; localização estativa.	<i>bukanga</i> <i>boxi</i> (< <i>m-oxi</i>)		(em) fora no chão	
<i>ku-</i>		17	17	Indica direcção e/ou superfície. <i>kubata</i> ‘em casa’	<i>kubata</i> <i>kuxilu</i>		(em) casa (= aldeia/bairro) atrás de casa	
<i>mu-</i>		18	18	Indica interioridade ou simples localização espacial: <i>monzo</i> (< <i>mu-inzu</i>) ‘dentro de casa’; ‘na horta’.	<i>nonzu</i> (< <i>mu-inzu</i>) <i>mu honga</i>		(em) dentro de casa na horta	

Fonte: Adaptação a partir do quadro de Maho (1999:51).

¹⁶⁶ A classe 15 engloba também o prefixo verbal (*ku-*), marca do infinitivo dos verbos, em Kimbundu (4.2.2); é designada, por isso “classe verbo-nominal”.

4.2.1.2. Funções morfossintáticas dos prefixos nominais

Os elementos apresentados na tabela anterior desempenham basicamente três funções a nível morfológico e sintático da língua em estudo, como a seguir se descreve.

I. Marcação de número gramatical dos nomes

O número é uma categoria gramatical que indica a quantidade do referente. Está presente na maioria das línguas naturais, mas varia no tipo de oposições existentes e no modo de marcá-las. Em muitas línguas, essa categoria traduz-se na oposição “singular / plural”. Em línguas como o Kimbundu, prefixativas, a variação em número é feita com recurso a prefixos nominais de classe (como é sabido, em línguas flexionais como o português, a marcação desse traço manifesta-se através de um sufixo flexional, -Ø vs. -s)¹⁶⁷.

Uma das funções naturais dos prefixos nominais é marcar o número gramatical dos nomes, em Kimbundu e noutras línguas bantas:

- | | | | |
|------|--|---------------------------|--------------------|
| (24) | a. mu]PREF NOM (SG) SONYI]TEMA NOM | <i>musonyi</i> ’ [muʃóni] | ‘visita’ (cl. 1) |
| | a’. a]PREF NOM (PL) SONYI]TEMA NOM | <i>asonyi</i> [aʃóni] | ‘visitas’ (cl. 2) |
| | b. mu]PREF NOM (SG) XIMA]TEMA NOM | <i>muxima</i> [muʃíma] | ‘coração’ (cl. 3) |
| | b’. mi]PREF NOM (PL) XIMA]TEMA NOM | <i>mixima</i> [miʃíma] | ‘corações’ (cl. 4) |

Os prefixos asseguram a alternância do número gramatical, graças a um emparelhamento desses constituintes morfológicos, traduzindo a oposição singular-plural dos nomes que marcam, conforme descrito na vasta literatura sobre o assunto. O **processo de emparelhamento** consiste na organização dos prefixos em pares, consoante a classe na qual o nome está agrupado, isto em função do seu valor semântico, tal como ilustramos na figura que se segue¹⁶⁸:

¹⁶⁷ Para uma melhor compreensão dos mecanismos de marcação de número nas diferentes línguas do mundo, ver Corbett (2000). Neste trabalho, o autor analisa a realização dessa categoria em mais de 250 línguas diferentes e observa que o tratamento da questão sobre número gramatical é uma tarefa complexa, que varia de língua para língua.

¹⁶⁸ A referida figura foi adaptada de Corbett (1991:146), sobre a língua Chibemba, falada principalmente na Zâmbia, e de Harjula (2006:202), sobre a língua banta *Ha*, da parte ocidental da Tanzânia.

Classes de PN			Exemplos	
1	→	2	<i>mubika / abika</i>	‘escravo / escravos’
3	→	4	<i>mulonde / milonde</i>	‘ponte / pontes’
5	→	6	<i>ditadi / matadi</i>	‘pedra / pedras’
7	→	8	<i>kibaka / ibaka</i>	‘assento / assentos’
9	→	10	<i>Øngulu / jingulu</i> <i>inzu / jinzu</i>	‘porco / porcos’ ‘casa / casas’
11		[-]	<i>lusolu / malusolu</i>	‘pressa / pressas’
12	→	13	<i>kasende / tukasende</i>	‘calcanhar / calcanhares’
14		[-]	<i>ukumbu / maukumbu</i>	‘ vaidade / vaidades’
15		[-]	<i>kufwa / makufwa</i>	‘morte / mortes’

Figura 6: Esquema do emparelhamento dos PN do Kimbundu

Uma breve análise desta figura permite-nos compreender o seguinte: (i) verifica-se um emparelhamento regular dos cinco primeiros grupos de PN, no qual o número ímpar está associado ao singular (1, 3, 5 e 7) e o número par traduz o plural (2, 4, 5, 6 e 8); (ii) na classe 9, incluem-se também alguns nomes que marcam o singular com o prefixo *i-*, além daqueles que não possuem marcador do singular; (iii) as classes 12 e 13 emparelham-se entre si (aqui, o número par está ligado ao singular e o ímpar, ao plural); (iv) as classes 11, 14 e 15 estão emparelhadas com o prefixo da classe 6. Não entram nesse emparelhamento as classes 16, 17 e 18, por serem locativas, portanto, invariáveis.

Existem determinados critérios de marcação do plural dos nomes, que podem variar de língua para língua. No entanto, o critério básico é que os nomes comuns formam o plural segundo a classe a que pertencem. O Kimbundu e as outras LBA apresentam apenas duas estratégias de emparelhamento de prefixos, para a formação do plural: a substituição e a adição (Fernandes e Ntondo 2002:68-81).

(i) **Substituição do PN:** esta é uma estratégia que se traduz na substituição do prefixo do singular pelo do plural:

- (25) a. *musonyi* [muʃóni] / *asonyi* [aʃóni] ‘visita / visitas’ (cl. 1/2)
 b. *muzumbu* [muzùmbu] / *mizumbu* [mizùmbu] ‘lábio / lábios’ (cl. 3/4)
 d. *dilonga* [dilònga] / *malonga* [malònga] ‘prato/ pratos’ (cl. 5/6)
 c. *kitanda* [kitànda] / *itanda* [itànda] ‘feira / feiras’ (cl. 7/8)

- d. *Øhonga* [hónɡa] / *jihonga* [ʒihónɡa] ‘horta / hortas’ (cl. 9/10)
 d’. *imbwa* [ím̩bwa] / *jimbwa* [ʒím̩bwa] ‘cão / cães’ (cl. 9/10)
 e. *kaleya* [kaléja] / *tuleya* tuléja] ‘cadeia / cadeias’ (cl. 12/13)

Estes prefixos ocorrem numa situação de distribuição complementar, pois a presença de um exclui a ocorrência simultânea do outro. Esta é a estratégia regular, mais produtiva e comum em muitas línguas bantas e restringe-se às classes 1/2, 3/4, 5/6, 7/8, 9/10 e 12/13, como se pode notar nos exemplos dados em (25).

(ii) **Adição ou acréscimo de prefixo:** trata-se de uma estratégia que consiste no acréscimo do prefixo do plural ao do singular; ou seja, o prefixo do plural junta-se à esquerda do prefixo do singular (assinalado a negrito, na Figura 6):

- (26) a. *lusolu* [lusólu] / ***mal**usolu* [malusólu] ‘corrida / corridas’ (cl. 11/6)
 b. *ufunu* [ufúnu] / ***ma**ufunu* [mawfúnu] ‘profissão / profissões’ (cl. 14/6)
 c. *kunwa* [kúnwa] / ***ma**kunwa* [makúnwa] ‘bebida / bebidas’ (cl. 15/6)

Em (26), temos a junção dos prefixos do singular e do plural e ambos formam uma única estrutura prefixal, facilmente segmentável, que se liga ao tema nominal. Esta estratégia envolve os prefixos das classes nominais 11, 14 e 15, que formam o plural com o PN da classe 6.

II. Marcação de número gramatical dos nomes e concordância

Nas línguas bantas, são também os prefixos nominais que controlam a concordância, ligada ao número gramatical dos nomes (Katamba 2003:111-113; Mchombo 2004:4-5). Quer dizer que, numa frase, o prefixo do nome é Núcleo do SN que encabeça a estrutura frásica e determina o número de todos os outros elementos adjacentes: especificadores, quantificadores e verbos. Os prefixos concordantes, que ocorrem nos elementos da frase que estabelecem relação de concordância entre si, são dependentes dos PN do Sujeito e de outras palavras às quais se ligam. Assim, a concordância morfossintática evidencia a dupla função dos prefixos nominais: são simultaneamente constituintes morfológicos e elementos que concorrem para a boa formação da frase.

- (27) a. **Monandenge** *wazange* **dikal***u* **dya***ube*.
 mu-]PN1 anandenge u-]PC1 a-] zange di-]PN5 kalu di-]PC5 a-] ube
 ‘a criança estragou o carro novo’
- b. **Anandenge** *azange* **ma***kalu* **ma***ube*.
 a-]PN2 nandenge a-]PC2 a-] zange ma-]PN6 kalu ma-]PC6 a-] ube
 ‘as crianças estragaram os carros novos’
- (28) a. **Kinama** *kimoxi* **kya** *sanji* **kyabukuka**.
 ki-]PN7 nama ki-]PN7 moxi ki-]PN7 a-] sanji ki-]PN7 a-] bukuka
 ‘uma perna da galinha partiu(-se)’
- b. **Inama** *yadi* **ya** *sanji* **yabukuka**.
 i-]PN8 nama i-]PC8 i-]PC8 adi i-]PC8 a-] sanji i-]PC8 a-] bukuka
 ‘as duas pernas da galinha partiram(-se)’

Em cada par de frases, a primeira é uma estrutura do singular e a segunda do plural, nas quais considerámos apenas os marcadores de concordância, rotulados genericamente de prefixos concordantes (PC), conforme os elementos em *bold*, com o número a indicar a classe nominal. Esses prefixos envolvidos na cadeia de concordância estabelecem uma relação de dependência com o prefixo nominal (PN), que encabeça a frase, através do nome com função de Sujeito. Assim, verifica-se o seguinte, em cada exemplo:

- (i) em (27), os PN *mu-* (cl. 1) e *a-* (cl. 2) determinam o número dos respetivos PC, *u-* e *a-*, marcando a concordância do verbo. Os PN *di-* (cl. 5) e *ma-* (cl. 6), pertencentes ao nome *dikal* ‘carro’ e a sua forma do plural *makalu* ‘carros’, afetam os PC do adjetivo *ube* ‘novo’, assegurando a concordância, através de *di-* e *ma-*, respetivamente singular e plural;
- (ii) nas frases de (28), destaca-se a ocorrência dos numerais cardinais *moxi* ‘um’ e *yadi* ‘dois’, cujos PC das formas do singular e do plural estão claramente marcadas pelos PN *ki-* (cl. 7) e *i-* (cl. 8), respetivamente.

As frases anteriormente analisadas caracterizam-se pela chamada “concordância aliterativa”, isto é, “o prefixo de concordância é uma repetição do prefixo nominal” (Ngunga 2002:81), salvaguardadas determinadas alterações fonéticas, decorrentes de fenómenos fonológicos (cf. *mo-* < *mu-*, em 28a, por exemplo).

A concordância pode não ser marcada necessariamente pelo prefixo do nome que encabeça a frase, como se pode ver na seguinte estrutura:

(29) *Kanzala wasaluka mukonda unwa kyavulu.*

Ka]PN7 nzala u-]PC1 a- saluka mukonda u-]PC1 nwa ki-] avulu

‘Kanzala enlouqueceu porque bebe muito’

Kanzala é um nome próprio, formado pela junção do prefixo *ka-* (cl. 7) e o nome comum *nzala* (cl. 9) ‘fome’, designando um indivíduo nascido em condições específicas de penúria alimentar. Como passa a referir uma entidade humana, a concordância é determinada pelo prefixo da classe 1, típica deste tipo de entidades. Daí aparecer o PC *u-* ligado aos radicais verbais *-saluka* ‘enlouquecer’ e *-nwa* ‘beber’.

III. Marcação de género gramatical dos nomes e concordância

O “género gramatical” é definido como uma categoria linguística que se reflete na organização de nomes em grupos ou classes de género, que podem partilhar determinadas características semânticas comuns. Alguns linguistas defendem que a atribuição de um valor de género parte da conceção que se tem das coisas e entidades denotadas no mundo real, de acordo com os condicionalismos sociais e culturais de cada comunidade (Vilela 1974:140). Para este autor, “género, entendido em sentido amplo, como modo de classificação dos nomes, é uma noção universal e, quanto à origem e aos critérios dessa classificação, existe um sem número de hipóteses que não permitem uma interpretação unificada” (*idem*:141) ¹⁶⁹. Iorio (2011:47), por exemplo, defende que, em línguas românicas, o género natural das entidades é relevante para o valor de género, partindo do latim. Mas o tratamento de género, enquanto categoria gramatical, tem sido uma tarefa complexa e desafiadora, como o reconhecem vários autores ¹⁷⁰. Este facto parte da própria noção que se tem dessa categoria, passando pela definição de um quadro teórico claro que sustente abordagens válidas em todas as línguas, e desemboca na questão das dificuldades de uma clarificação possível de aspetos gramaticais específicos em cada língua particular. É em função dessas questões que se estabelecem os critérios para a determinação de géneros suficientes para agrupar todas as palavras, em cada língua. Assim, como demonstrado em Corbett (1991:1-2), há línguas que apresentam três géneros (masculino,

¹⁶⁹ Ver também as definições de Déchain et al. (2014:18) e Hockett (1958:231, *apud* Corbett 1991:1).

¹⁷⁰ Cf. Audring (2009; 2014), Carvalho (2013), Corbett (1991; 2006), Costa e Esteves (2009), Trudgill (1999), entre vários outros.

feminino e neutro), outras possuem dois géneros (masculino e feminino), outras ainda apresentam um número elevado de géneros e, por fim, algumas não dispõem de género gramatical¹⁷¹. Na literatura recente, a categoria do género gramatical é frequentemente considerada maioritariamente não motivada, essencialmente idiossincrática e inerente a cada nome (Câmara Jr. 1966, Corbett 1991, ou Spencer 2002, entre outros, e ainda Mota em curso de pub., Vol III da *Gramática do português*).

A noção de “sexo”, apesar de não ser crucial, esteve muitas vezes subjacente à definição e estabelecimento de género gramatical dos nomes nas várias línguas do mundo. Esta questão reflete-se no tratamento da relação entre este e o “género natural” (biológico), ligado ao sexo das entidades com traço [+animado]. Desde já, a forma de marcar ambos os tipos de género nas línguas do mundo varia consideravelmente (Trudgill 1999:137), dependendo de aspetos culturais e da capacidade que os falantes têm em associar o primeiro tipo aos nomes das entidades referidas na sua língua (Corbett 1991:7, *apud* Audring 2009:7). Hoje, é consensual que é preciso distinguir o género gramatical do sexo biológico/género natural, pois a categoria gramatical não se restringe a nomes de traço [+animado], com género natural, mas sim estende-se a todos os nomes, incluindo os que denotam entidades com traço semântico [-animado] (Crystal 2008:206; Trudgill 1999:134; Vilela 1974:142).

Em Kimbundu e nas outras LB, é também complexa a questão da relação entre género natural e género gramatical, nos nomes que referem entidades animadas e sexuadas, já que, na maioria dos casos, nem o prefixo nem o radical nominal especificam o sexo biológico da entidade referida. Essas línguas dispõem apenas de um número reduzido de nomes simples cuja estrutura, por si só, veicula a noção de género natural ou sexo biológico, com implicações no género gramatical. Não desenvolvemos esta questão, por julgá-la fora do escopo da tese, merecendo um tratamento adequado em outros trabalhos. Mas fazemos notar que, se alguns autores de gramáticas sobre certas LBA trataram a questão de género fundamentando-se na noção que se tem desse aspeto, em latim e grego, tal não corresponde à realidade banta¹⁷².

¹⁷¹ Quanto à marcação de género nas várias línguas do mundo, ver a abordagem deste mesmo autor. Corbett, na referida obra, ao analisar mais de 200 línguas, mostra até que ponto “género” é importante em algumas línguas e pouco relevante em outras, ou mesmo ausente em algumas.

¹⁷² São os casos de Maia (1951), para o Kimbundu; Santos (1962), acerca do Cockwe; e Valente (1964), referente ao Umbundu.

Em Kimbundu, o género gramatical é marcado pelos prefixos nominais e legitimado pela concordância entre esses prefixos e outros elementos da frase, por exemplo os determinantes, adjetivos e verbos. Tipicamente, o PN do SN-sujeito é o marcador deste traço sintático (30a), mas naqueles casos em que esse prefixo é diferente dos **prefixos concordantes** (genitivo, verbal, adjetival), são estes últimos que marcam o género (30b), facto que ocorre também em contextos nos quais o nome não exhibe nenhum prefixo, como, por exemplo, os nomes da classe 9 (30c)¹⁷³:

(30) a. *Musonyi wami wabixila.*

mu-]PN1 sonyi u-]PC1 ami u-]PV1 abixila
‘a minha visita chegou’

b. *Disoladi wandalunga nvunda, mukonda wala ni nguzu.*

di-]PN5 soladi u-]PV1 anda-] lunga nvunda, mukonda u-]PV1 ala ni nguzu.
‘o soldado vai ganhar a luta/briga, porque tem força’

c. *Hombo yetu yalenge.*

Ø]PN9 hombo i-]PN9 etu i-]PN9 a-]PERF lenge
‘a nossa cabra fugiu’

Interessa apenas realçar o caso de (30b), em que o PN do SN-sujeito é da classe 5, mas o traço de género é marcado pelo prefixo verbal da classe 1 (PV1), que traduz o género “1/2”, ao qual pertencem os nomes que referem entidades humanas. Este facto mostra que, como evidenciado pelos autores referidos no primeiro parágrafo desta subsecção e outros, a relação entre valor de género e classe(s) formal(ais) não é uma constante, na generalidade das línguas.

A marcação do género gramatical em Kimbundu e em outras línguas bantas é também um processo que não deve ser confundido com a noção tradicional de género natural. Trata-se de uma questão que suscita muitas controvérsias, desde a sua definição como categoria gramatical e a fixação do número exato de valores até à determinação dos elementos linguísticos que o realizam¹⁷⁴. Mas parece consensual que cada língua apresenta um número determinado de géneros, de acordo com as classes de prefixos nominais que possui (de 10 a 20, segundo Corbett 1991:44).

¹⁷³ Para uma melhor compreensão deste aspeto, ver Corbett (1991:44-46; 2006:249-151).

¹⁷⁴ Cf. Corbett (1991), Demuth (2000), Garbo (2013), Harjula (2006), Iorio (2011), Katamba (2003) e van de Velde (2006), entre vários outros trabalhos.

O Kimbundu apresenta **12 géneros gramaticais**, resultantes do emparelhamento das primeiras 15 classes nominais, às quais se juntam as três locativas (invariáveis), já atrás descritas e representadas na Tabela 20¹⁷⁵. Nesta tabela, podemos ver a disposição desses géneros, conforme os elementos em *bold* na terceira coluna e os respetivos exemplos. Foi Corbett (1991:44), baseando-se na numeração tradicional das classes nominais feita por Bleek (1862) e seguida por Meinhof (1899), quem adotou o critério de representar os diversos géneros gramaticais em banto por pares, fazendo-os coincidir com a numeração das classes de prefixos nominais. Ou seja, enquanto os prefixos aparecem em classes independentes, marcando o singular ou o plural, os géneros são agrupados dois a dois, com base na oposição de número. Segundo o mesmo autor, o rótulo “1/2” serve para distinguir a marcação de género gramatical das classes nominais 1 e 2. Mas existem autores que apresentam esses géneros identificados em numeração romana, conforme também os representado na Tabela 20.

4.2.2. Morfologia verbal

A morfologia verbal é um dos aspetos morfológicos importantes do Kimbundu e de outras LB. A nossa abordagem fundamenta-se nas análises de Xavier (2010), para o caso particular da língua em estudo, e em Ngunga (2004) e Ngunga e Simbine (2012), para as línguas bantas em geral.

Os verbos em Kimbundu são caracterizados por estruturas complexas, formadas por constituintes morfológicos obrigatórios e outros facultativos. Assim, como ponto de partida dessa análise, tenhamos em conta os seguintes exemplos:

- (31) a. *ku-*[**PREF VERB** BING-]*[RAD VERB -a]*_{VF} → *kubinga* [kubínga] ‘pedir’
 b. *ku*[**PREF VERB** BING-]*[RAD VERB -il]*_{SUF DERIV -a}_{VF} → *kubingila* [kubingíla] ‘pedir para / por x’

Os verbos em Kimbundu podem ser “não derivados” (31a) e “derivados” (31b). O primeiro tipo de verbos é constituído pelo prefixo verbal (**PREF VERB**) *ku-*, da classe 15, pelo radical verbal (**RAD VERB**), invariável, e por uma vogal final/terminal (VF), que não é a vogal temática, diferentemente daquela considerada em português¹⁷⁶. O segundo

¹⁷⁵ Das línguas bantas de maior expressão em Angola, além do Kimbundu, o Kikongo (cf. Fernando 2008:18; Mudiambo 2013:136) e o Umbundu (cf. Schadeberg 1990:10-11) apresentam 10 géneros.

¹⁷⁶ Ngunga (2004:154) considera que não há vogal temática em línguas bantas, pois “[o] que existe é uma

tipo, além desses elementos, apresenta também o sufixo derivativo (SUF DERIV), com valor semântico diferente do original, inserido entre o radical e a VF.

Essa complexidade é ainda maior quando o verbo varia e comporta vários elementos na sua estrutura, marcadores de diferentes funções gramaticais. As estruturas das formas verbais exemplificadas em (32) são reveladoras desta realidade:

- (32) a. Ø]SUJ NGI-]IS a-]F i-]IO SUMB-]RAD VERB is-]CAUS -a]VF
 Ø (eu) 1P-sg pas. OD comprar causar
ngajsumbisa [ngajsumbisa] ‘vendi-o’
- b. Ø]SUJ ka-]Neg ngi-]IS a-]F i-]IO SUMB-]RAD VERB is-]CAUS -a]VF
 Ø (eu) não 1P-sg pas. OD comprar causar
kingajsumbisa [kingajsumbisa] ‘não o vendi’

Estamos perante duas estruturas complexas, a nível subjacente, que resultam em estruturas amalgamadas, à superfície, depois de certos processos fonológicos. Na prática, cada uma dessas estruturas traduz uma frase plena; a primeira, com valor afirmativo, e a segunda, negativo. Analisando os elementos constitutivos, temos em (32a): Ø (sujeito nulo, cl. 1: *eme* ‘eu’); *ngi-* (índice de sujeito (IS): prefixo concordante de sujeito:); *a-* (formante (F): marcador do tempo-aspeto verbal: passado/perfectivo); *i-* (índice de objeto (IO): marcador de objeto direto pronominalizado), no singular, quando se trata de entidades com traço semântico [-humano]); *sumb-* (radical do verbo); *is-* (sufixo derivativo, que indica o valor causativo (CAUS)); *-a* (vogal final (VF)). Em relação à segunda estrutura, acrescenta-se apenas a presença de *ka-* (entre o sujeito nulo e o prefixo de concordância de sujeito), como marcador de negação frásica, que é transformado em *ki-*, por razões fonético-fonológicas: assimilação de [a] pelo [i] do IS).

Esta configuração morfológica da estrutura verbal permite caracterizar mais claramente as línguas bantas como aglutinantes, de acordo com Ngunga e Simbine (2012:128). Para estes autores, que se referem à língua Changana, a capacidade do verbo

vogal final invariável no infinitivo de todos os verbos”. Em Ngunga e Simbine (2012:133), defende-se que a interpretação desse tipo de vogal nas línguas bantas não é a mesma que se tem no português: “A noção de vogal temática em Português não coincide com a de vogal terminal na língua changana dadas as diferenças morfológicas entre esta língua e aquela. Em Português a vogal temática (...) é uma característica marcante da morfologia verbal, pois os verbos são classificados em formas de conjugação em termos de primeira, segunda ou terceira conjugações. Nas línguas bantu, por seu turno, vogal terminal é sempre a mesma e ocorre sempre na posição final dos verbos no infinitivo”.

“quase ilimitada, de aglutinação de elementos que podem ter ou não co-referência sintáctica na estrutura da frase, permite que ele seja definido como o centro da gramática desta língua” (*idem*).

4.2.2.1. Marcação de tempo e aspeto nos verbos de Kimbundu

Tempo e aspeto são duas categorias gramaticais inerentes ao verbo, na maioria das línguas do mundo. O Kimbundu apresenta marcas morfológicas de tempo e aspeto bem visíveis (Xavier 2010:120); para o caso concreto de Tempo, existem seis marcadores, localizados entre o marcador de concordância do Sujeito e a raiz verbal (*idem*):

- (i) Ø-, marcador nulo ou zero, indica o presente (*e.g.*, *ngi-Ø-SUMB-a* > *ngisumba* [ngisumbísa] ‘compro’);
- (ii) á-, traduz o passado recente (*e.g.*, *ngi-á-SUMB-u* > *ngasumbu* [ngasúmbu] ‘comprei (há pouco tempo)’ e o remoto, mas marcado por um sufixo derivativo -*il-e* (*ngi-á-SUMB-il-e* > *ngasumbile* (‘comprei (há muito tempo)’);
- (iii) *ozo-*, para o irreal, a hipótese (*e.g.*, *ngi-ozo-SUMB-a* > *ngozosumba* [ngozósúmba] ‘compraria (uma casa grande, se...)’);
- (iv) *olo-*, marca o tempo das ações e eventos em progresso, mas com finalização iminente (p.e., *ngi-olo-SUMB-a* > *ngolosumba* [ngolosúmba] ‘estou a comprar’);
- (v) *énìú-*, marca o habitual, tempo das ações e eventos relativos a um hábito (p.e., *ngi-énìmu-SUMB-a* > *ngenimusumba* [ngenimusúmba] ‘costumo comprar...’);
- (vi) *óndó-*, marca o intencional, o tempo das ações e eventos relativos à intenção do falante em realizá-las ou à sua percepção, segundo a qual um evento ocorrerá (p.e., *ngi-óndó-SUMB-a* > *ngondosumba* [ngondósúmba] ‘tenho a intenção de comprar’).

Quanto a aspeto, assinalam-se duas marcas, que se situam à direita do radical verbal: (i) o imperfetivo, marcado pela vogal final *-a* (p.e., *ngi-a-SUMB-a* > *ngasumba*, ‘tinha comprado’) e (ii) o perfetivo, marcado por uma das cinco vogais da língua (p.e., *u-a-NYAN-a* > *wanyana* [wapána] ‘roubou’; *u-a-BET-e* > *wabete* [wabéte] ‘molhaste-

te’; a-a-XIK-**i** > *axiki* [aʃiki] ‘tocaram’; tu-a-SOK-**o** > *twasoko* [twasóko] ‘consequimos’; ngi-a-SUMB-**u** > [ngasúmbu] ‘comprei’).

4.2.2.2. Sufixos derivativos: extensões verbais

Os sufixos derivativos, conhecidos como “extensões verbais”, na tradição bantuísta, são constituintes morfológicos “não obrigatórios e que estendem o valor semântico inicial da raiz do verbo Kimbundu” (Xavier 2010:120)¹⁷⁷. Localizados entre o radical verbal (RV) e a terminação aspetual do verbo (VF), estes elementos fazem parte da morfologia derivacional das línguas bantas (Ngunga 2004:175; Langa 2013:117; Schadeberg 2003:71) e permitem formar, às vezes, um verbo com um novo significado.

Em Kimbundu, atestam-se basicamente **quatro sufixos derivativos**, conforme a descrição que se segue, suportada pela abordagem de Xavier (2010:121-123). Em cada caso, o constituinte em referência está sublinhado, rotulado abreviadamente como SD (sufixo derivativo), ao qual se acrescenta o termo específico, como, por exemplo, APL (aplicativo), tendo no fim a descrição SD-APL (sufixo derivativo-aplicativo):

(i) **Aplicativo**: este derivativo, também conhecido como atributivo ou ainda relativo, utiliza-se para expressar ideias de benefício, prejuízo, causa, instrumento ou modo pelo qual um evento se realiza. Representa-se pelo sufixo *-el*, que em alguns verbos aparece em forma de *-il*:

(33) a. u-]PV1-SU(2sg) a-]PERF ZWEL-]RV -el]SD-APL -a]VF *wazwelela* [wazweléla] ‘falaste para...’

b. u-]PV1-SU(3sg) Ø-]PRES SUMB-]RV -il]SD-APL -a]VF *usumbila* [usumbíla] ‘compra para...’

(ii) **Causativo**: o derivativo com a função de causativo é marcado pelo sufixo *-es* (34a), mas pode variar como, por exemplo, em *-is* (34b), dependendo da qualidade das vogais do radical verbal. Este elemento é usado em enunciados em que há um agente que faz um paciente realizar uma ação:

¹⁷⁷ Para Lodhi (2002:4), apoiado na abordagem de Mieke (1989:23), o termo “extensão verbal” é muito mais amplo que a simples noção de “derivação verbal” e inclui todos os elementos antepostos aos radicais ou finais de um tronco verbal. Ver também Nurse (2008) e Ngunga e Simbine (2012).

- (34) a. tu-]PV1-SU(1pl) Ø-]PRES ZWEL-]RV -es]SD-CAUS -a]VF *tuzwelesa* [tuzwelésa]
 ‘fazemos falar’
 b. mu-]PV1-SU(2pl) a-]PERF MINY-]RV -is]SD-CAUS -a]VF *mwaminyisa* [mwamipísa]
 ‘fizestes engolir’

(iii) **Estativo**: este derivativo realiza-se com dois sufixos distintos: *-am*, a forma utilizada na expressão de um sujeito interpretado como médio-passivo (35a) e *-ek*, usado para expressar um sujeito paciente em construções impessoais, nas quais a expressão do argumento agente não é relevante (35b):

- (35) a. i-]PV9-SU(3sg) a-]PERF XIK-]RV -am]SD-EST -a]VF *yaxikama* [yafíkáma] ‘sentou-se’ (o cão)
 b. Ø-]SU A-]PERF ZANG-]RV -ek]SD-EST -a]VF *azangeka* [azangéka] ‘estragaram(-se)’

O exemplo de (35b) pode ser confrontado com o valor da frase *mabitu (m)azangeka* ‘estragaram-se as portas / estragaram as portas’, estrutura passiva de clítico ou da terceira pessoa do plural, com o Agente nulo e o SN (“as portas”) Paciente.

(iv) **Reversivo**: derivativo que se realiza com o sufixo *-ul*, indica a inversão de uma ação expressa pelo verbo, implicando mesmo uma oposição semântica:

- (36) a. a-]PV1-SU(3sg) Ø-]PRES JIK-]RV -ul]SD-REV -a]VF *ajikula* [azikúla] ‘abrem’ (em oposição a *ajika* [azíka] ‘fecham’, forma de um verbo não derivado).
 b. tu-]PV1-SU(1pl) a-]PERF BAK-]RV -ul]SD-REV -a]VF *twabakula* [twabakúla] ‘salvamos, libertamos’ (em oposição a *twabake* [twabáke] ‘privamos, guardamos’).

A derivação verbal constitui um dos processos morfológicos de formação de novas palavras, exclusivamente verbos, em línguas bantas. É um mecanismo que permite formar os chamados verbos derivados, com recurso aos sufixos derivativos ou extensões verbais. Estes verbos, muito abundantes, têm a tendência de desenvolver significados especiais (Lodhi 2002:4), conferidos pelos respetivos marcadores derivativos. Além do valor básico, decorrente do verbo não derivado correspondente, determinados verbos derivados apresentam significados muitas vezes afastados do de origem, tal como ocorre nos casos ilustrados em (37) – (39), nos quais os elementos à esquerda são derivados e os da direita, não derivados (ou derivantes):

- (37) a. *kuwabela* [kuwabéla] ‘gostar de...’ ← *kuwaba* [kuwába] ‘ser bom’
 b. *kudyelela* [kudjeléla] ‘confiar em...’ ← *kudiela* [kudjéla] ‘arrepender-se’

Nestes exemplos, os verbos derivados apresentam um significado extensivo, diferenciando-se dos verbos derivantes, graças ao derivativo com o valor de aplicativo. Como se vê, em certos casos, o aplicativo confere ao novo verbo um sentido mais específico ou oposto, em relação ao verbo de origem.

- (38) a. *kusumbisa* [kusumbísa] ‘vender’ ← *kusumba* [kusúmba] ‘comprar’
 b. *kufundiisa* [kufundísa] ‘julgar, ajuizar’ ← *kufunda* [kufúnda] ‘reclamar, depor’
 c. *kukwatessa* [kukwatésa] ‘ajudar’ ← *kukwata* [kukwáta] ‘segurar, agarrar’

Nos exemplos de (38), os verbos derivados resultam do sufixo com função de acusativo e, tal como nos casos anteriores, também se verifica alteração do sentido do verbo original: o significado do novo verbo é uma extensão metafórica ou metonímica do verbo original. Realça-se o par *kusumbisa* ‘vender’ – *kusumba* ‘comprar’, que estabelecem uma autêntica relação semântica de antonímia conversas.

A seguir, damos exemplos de verbos derivados com sufixo reversivo:

- (39) a. *kusakula* [kusakúla] ‘curar, salvar’ ← *kusaka* [kusàka] ‘tratar enfermidade’
 b. *kukukula* [kukukúla] ‘envelhecer demasiado’ ← *kukuka* [kukúka] ‘envelhecer’

Este tipo de estruturas de derivação decorre de outros verbos derivados, os “derivados estativos”, que estabelecem nexos semânticos diversos, como, por exemplo, antonímia conversas (*e.g.*, *kujikula* ‘abrir’ ← *kujika* ‘fechar’; *kubakula* ‘salvar, libertar’ ← *kubaka* ‘privar, guardar’, já ilustrados atrás), sinonímia ou semelhança semântica (*e.g.*, *kusakula* ‘curar, salvar’ ← *kusaka* ‘tratar enfermidade’), intensificação de sentido (*e.g.*, *kukukula* ‘envelhecer demasiado’ ← *kukuka* ‘envelhecer’), etc.

4.2.3. Formação de palavras

Nesta subsecção, fazemos uma breve reflexão sobre os mecanismos de formação de palavras em Kimbundu. Por não encontrarmos trabalhos específicos sobre esta língua, baseámo-nos em abordagens feitas genérica ou especificamente sobre as línguas bantas, como, por exemplo, os trabalhos de Andrade (2007), Katamba (2003), Katushemererwe e Hanneforth (2010), Mchombo (2004) e Schadeberg (1990; 2003).

Podemos considerar dois processos morfológicos de formação de palavras, a composição e a derivação verbal, comentada acima, aos quais se junta o empréstimo de palavras de outras línguas. Apesar de essas línguas serem prefixativas, a prefixação é considerada fundamentalmente na marcação dos traços de número e género gramatical nos nomes, assim como da concordância frásica, como já descrito acima.

4.2.3.1. Composição nominal

Nas línguas bantas, a composição constitui um dos processos de formação de palavras mais comuns (Getao e Miriti s.d:133). Contudo, nesse grupo de línguas africanas, a composição é um tema pouco debatido e descrito (Basciano, Kula e Melloni 2011:206). Apesar de existirem outras estruturas de composição, a nossa abordagem restringe-se a compostos nominais.

Admite-se, em termos genéricos, que as línguas bantas são fortemente marcadas pela composição, a julgar pela estrutura final da maioria dos nomes e das formas verbais. Todos os nomes bantos são considerados originalmente como compostos nominais (Jespersen 2007:45), tendo em conta os componentes da palavra (prefixo e radical nominais) como elementos independentes. Entende-se que a adjunção de PN aos respetivos RN é um processo de composição, quer estes se considerem unidades lexicais autónomas, com valor semântico subjacente, quer sejam encarados como constituintes morfológicos, portadores das marcas de número e género gramatical, quer ainda se comportem como marcadores de concordância frásica. A combinação desses elementos com a raiz pode resultar em novas unidades lexicais, de significado imprevisível (não-composicionais), como próprio de estruturas de composição (Katamba 2003:106).

Shadeberg (1990:24-27) caracteriza o tipo de palavras aqui em foco, em Umbundu, distinguindo dois grupos: (i) os “nomes complexos”, aqueles formados por um RN ou um nome completo, antecidos de um PN (*e.g.*, *nálandulà* < *nà-lándula*, ‘companheira’

/ *sálandulà* < *sà-lándula* ‘companheiro’; (ò)*sàndómbwa* < *sà+ndómbwa* ‘noivo’ / (ò)*ndómbwa* < *ndómbwa* ‘noiva’; *ukwakuyeva* < *úkwá-ku-yevá* ‘caçador...’ e (ii) os “nomes compostos”, que consistem em estruturas com dois radicais de nomes diferentes ou então com palavras completas (e.g., *kátétaviti* ‘pequeno inseto que serve de remédio de dor de dente...’ < *-téta* ‘cortar’ + *óviti* ‘árvores’; *ótulwàsonde* ‘mistura de sangue e pus de uma ferida’ < *ótulwá* ‘pus’ + *ósonde* ‘sangue’)¹⁷⁸.

A nossa descrição, aplicada ao Kimbundu, leva em consideração todas essas estruturas como “compostos nominais”. A bibliografia específica sobre o assunto é escassa, valendo apenas referir Chatelain (1964:129), que apresenta uma pequena lista deste tipo de compostos (e.g., *mukajina*, ‘consorte / mulher rival’ < *mukaji-wa-dijina* (MUKAJI ‘fêmea’; WA ‘de’; DIJINA ‘nome’); *ngamuhatu*, ‘senhora / dama’ < *ngana-ya-muhatu* (NGANA ‘senhor(a); YA ‘de’; MUHATU ‘mulher’).

I. Compostos formados pela adjunção de prefixo nominal a radical ou nome

Este tipo de palavras compostas é formado pela adjunção de um prefixo de classe nominal (PN) a um radical ou nome (que exhibe ou não o PN), resultando numa nova estrutura, com significado diferente do original. O prefixo funciona como modificador do significado do RN. Para o efeito, consideremos apenas exemplos de dois prefixos primeiramente *mu-* (cl.1; cf. 40), e depois, *ka-* (cl. 12; cf. 41):

- (40) a. *mulongi* [mulóngi] < *mu-longi* ‘professor /mestre’ (de *ku-longa* ‘ensinar’)
 b. *mudimi* [mudími] < *mu-dimi* ‘lavrador’ (de *ku-dima* ‘lavar a terra’)
 c. *mutambi* [mutámbi] < *mu-tambi* ‘pescador’ (de *ku-tamba* ‘pescar’)

A função típica desse prefixo é de marcar a classe nominal, o número e o género gramatical dos nomes que referem entidades humanas. Mas como os nomes exemplificados são formados com base em verbos, esse prefixo substitui o PV *ku-*, não apenas para a nominalização do verbo, mas também para conferir o valor semântico inerente ao nome formado, que é o traço [+humano]. Com a adjunção do prefixo *mu-* e a alteração da vogal final, formam-se os nomes *mulongui* ‘professor, mestre’, *mudimi* ‘lavrador’ e *mutambi* ‘pescador’, dos radicais verbais *long-* ‘ensinar’, *dim-* ‘trabalhar’ e

¹⁷⁸ Sobre a formação deste tipo de compostos em outras línguas bantas, ver Basciano, Kula e Melloni (2011), Mchombo (2004) e Schadeberg (2003) e os autores por estes referidos.

tamb- ‘pescar’, referindo o agente da ação (ou processo) expressa pelo verbo. O prefixo *mu-* é usado para a formação de nomes deverbiais compostos com a função agentiva.

Em seguida, analisemos os casos do prefixo *ka-*, conforme os exemplos seguintes:

- (41) a. *kadibala* [kadibála] < *ka-dibala* ‘careca’ (cf. *dibala* ‘careca’)
 b. *kamabwinyi* [kamabwíni] < *ka-mabwiny* ‘desdentado’ (cf. *mabwiny* ‘falha de dentes’)
 c. *Kamabaya* [kamabáya] < *ka-mabaya* ‘antropónimo (cf. *mabaya* ‘madeiras’)
 d. *kawkumbu* [kawkúmbu] < *ka-ukumbu* ‘vaidoso’ (cf. *ukumbu* ‘vaidade’)

Em Kimbundu, uma das funções do prefixo *ka-* (cl. 12) é de marcar o singular de determinados nomes comuns com traço [+/-concreto]. Também serve para expressar o valor gradativo dos nomes (grau diminutivo). No entanto, em (41), esse elemento, uma vez ligado diretamente ao RN, que ocorre com o seu prefixo ou não, indica uma qualidade inerente à entidade denotada. Não se trata, portanto, de um valor gradativo (afetivo / pejorativo), como é típico, ou de um simples singular, como é natural.

Conforme o significado das palavras exemplificadas, nota-se que, em contextos específicos, (i) *kadibala* não significa ‘careca pequena’, mas uma pessoa que possui essa propriedade física; (ii) em *kamabwinyi*, não se trata de uma ‘pequena falha de dentes’, que seria *kadibuinyi* (sg), mas sim do indivíduo afetado por esse aspeto anatómico; (iii) *Kamabaya* não refere ‘quantidades de madeira’, pois indica a designação (nome próprio) atribuída a um indivíduo que trabalha a madeira (carpinteiro / marceneiro); e (iv) *kawkumbu* nada tem a ver com ‘pequena vaidade’ (aliás, por si já, não mensurável), mas caracteriza uma pessoa detentora desse comportamento.

II. Compostos formados por aglutinação

A aglutinação, na terminologia bantuísta e que aqui mantemos¹⁷⁹, é uma das características básicas desse tipo de línguas. Geralmente, na estrutura de superfície, estão subjacentes elementos lexicais e morfológicos diversos. Os compostos desse tipo são nomes formados pela concatenação entre prefixos, palavras ou partes de palavras e

¹⁷⁹ A “composição por aglutinação”, denominação usada na tradição românica, prefere-se hoje considerar tratar-se de composição lexicalizada, caracterizada por se ter perdido a noção da composicionalidade semântica e morfológica de origem (cf. *vinagre*, em português, p.e.).

radicais ou palavras completas. Trata-se de produtos marcados por certas transformações estruturais, muitas vezes profundas, das quais resultam alguns fenómenos fonético-fonológicos, para se atingir a forma final, entre eles a ressilabificação. A junção destes elementos todos dá origem a palavras com significação, de certo modo, diferente da dos elementos de base, com uma perda da composicionalidade parcial:

- (42) a. *axiluwanda* [aʃiluwánda] < *a-kwa-ixi-ya-luwanda* ‘nativo ou originário de Luanda’
 b. *monandengue* [monándénge] < *mona-wa-ndenge* ‘criança, miúdo’ (cf. *mona* ‘filho’ e *ndenge* ‘pequeno’)
 c. *mukwakwiza* [mukwákʷíza] < *mu-kwa-kwiza* ‘estrangeiro; forasteiro; estranho’ (cf. *mukwa* ‘alguém’ e *kwiza* ‘vir’)

Nas estruturas apresentadas em (42), que formam novos nomes, constata-se o seguinte: em (42a-b), aglutinam-se elementos nominais e prefixos diversos entre si, além de prefixos com valor de genitivo; e em (42c), temos uma estrutura formada por pronome (de referência indeterminada) e radical verbal. Nesses exemplos, verifica-se uma relação de pertença ou de qualidade inerente, remetendo-nos também para nomes com valores de genitivo (e.g., *axiluanda*) e agentivo (e.g., *mukwakwiza*), como explicado em 5.1.1.5.

III. Compostos formados por dois radicais nominais/dois nomes (N+(PC)+N)

Este é um tipo de compostos existentes na maioria das línguas bantas, segundo Schadeberg (2003:87). São palavras formadas por dois nomes ou por dois radicais nominais, resultando numa única estrutura, portadora de um significado diferente daqueles exibidos individualmente por cada elemento de partida:

- (43) a. *kalunga-ngombe* [kalùngangómbe] (< *kalunga* ‘morte’ + *ngombe* ‘boi’) ‘morte como entidade personificada’
 b. *mona-mongwa* [mónamóngwa] (< *mona* ‘filho(a)’ + *mongwa* ‘sal’) ‘afilhado(a)’
 c. *nganga-Nzambi* [ngánganzámbi] (< *nganga* ‘oficiante, feiticeiro’ + *Nzambi* ‘Deus’) ‘padre, sacerdote (católico)’¹⁸⁰

¹⁸⁰ Neste caso, o termo *nganga* é tomado no sentido de ‘oficiante, ritualista’, ao serviço do bem (Deus) e não do mal como o ‘feiticeiro’. No nosso imaginário banto e, por analogia, um sacerdote também faz coisas maravilhosas, como o feiticeiro, só que um é para o bem e o outro, para o mal.

- (44) a. *Nzambi-a-Pungu* [nzám bjápúngu] (< *Nzambi* ‘Deus’ + *Mpungu* ‘entidade suprema’) ‘Deus Omnipotente’
 b. *nzamba-ya-ndumbi* [nzám bajándúmbi] (< *nzamba* ‘elefante’ + *ndumbi* ‘macho’) ‘elefante-macho’, em oposição a *nzamba-ya-mukaji* ‘elefante-fêmea’ (cf. *mukaji* ‘fêmea’)
 c. *usuku-a-nzumba* [usùkwánzúmba] (< *usuku* ‘noite’ + *nzumba* ‘forte escuridão’) ‘eclipse lunar’

Estes são compostos que, ao nível subjacente, apresentam uma estrutura do tipo nome (N) + prefixo concordante (PC) + nome (N), na qual o prefixo tem sempre a função genitiva, veiculando relações diversas entre os dois nomes. Mas, à superfície, o resultado pode traduzir-se em dois tipos de estrutura: N+N (cf. 43) e N+PC+N (cf. 44). No primeiro tipo, verifica-se o desaparecimento do PC, como consequência da reanálise da própria estrutura, ao nível da cadeia fónica, quando entram em jogo aspetos segmentais e suprasegmentais entre os elementos contíguos. No segundo tipo, conserva-se o PC, com uma ligeira diferença em (44a) e (44c), em que desaparecem as marcas prefixais respetivas, depois de palatalizadas, também dadas as condições internas subjacentes.

Os nomes assim formados referem entidades humanas ou realidades a si ligadas (grau de parentesco, pertença familiar, relação etnómica, socioprofissional, etc.), divindades, seres animados, fenómenos naturais e outras situações comuns.

IV. Compostos formados por um verbo e um nome (V+N)

Por último, temos os compostos cuja estrutura é constituída por um verbo e um nome, na qual o nome se comporta como OD do verbo, com o papel temático de Paciente / Tema (Basciano, Kula e Melloni 2011:218). O verbo apresenta-se na forma marcada para as suas categorias e o nome exibe sempre o prefixo, quando este existe:

- (45) a. *Kula-xingu* [kùlaʃíngu] (< (*ku-*)*kula* ‘crescer’ + *xingu* ‘pescoço’ → ‘cresce pescoço’) antropónimo (nome atribuído a pessoas de pescoço comprido)
 b. *kanda-matadi* [kándamatádi] (< (*ku-*)*kanda* ‘cavar’ + ‘*matadi* ‘pedras’ → ‘cava pedras’) ‘animal que faz toca nas pedras’
 c. *jola-myongo* [zólamjóngo] (< (*ku-*)*jola* ‘esfregar’ + *myongo* ‘coluna vertebral’ → ‘esfrega coluna’) ‘remédio, feito de mistura de raízes, para dor na coluna vertebral (tomado mas não administrado por massagem); afrodisíaco’

- d. *komba-dithoka* [kómbadithóka] (< (*ku-*)*komba* ‘varrer’ + *di-/u-thoka* ‘cinzas’ → ‘varre cinzas’; cf. *comba*, no POL) ‘ritual tradicional que encerra um óbito’
- e. *kungula-musoke* [kungúlamusóke] (< (*ku-*)*kungula* ‘arrastar/recolher’ + *musoke* ‘haste do capim’ → ‘arrasta hastes de capim’) ‘as últimas chuvas da época’

Entre o verbo e o nome estabelece-se uma relação agentiva, marcada pela noção veiculada pelo verbo em relação ao seu objeto. Trata-se de nomes que referem entidades de natureza diversa: humanos (45a, como nome próprio); animais (45b); objetos ou produtos diversos (cf. 45c); eventos / processos (cf. 45d); fenómenos naturais/meteorológicos, neste caso particular, a chuva (45e), etc.

4.2.3.2. Empréstimos lexicais

O Kimbundu, como qualquer língua natural, também tem no seu léxico palavras adotadas de outras línguas com as quais está em contacto direto ou não. Neste caso particular, destacamos os empréstimos provenientes do português, numa perspetiva de influência mútua entre ambas as línguas. Trata-se de unidades lexicais adotadas por necessidades denominativas de realidades portuguesas, introduzidas por interação entre as culturas dos dois povos.

Reiterando a ideia de que esse processo configura também um dos mecanismos de enriquecimento do léxico do Kimbundu, vamos analisar, de forma sucinta, a integração de “portuguesismos” nessa língua. O aspeto mais saliente tem a ver com o facto de essas palavras se adaptarem às características estruturais da língua de acolhimento. Elas são integradas nas diferentes classes nominais do Kimbundu, com base em três critérios fundamentais: (i) o significado determina a classe em que a palavra se vai integrar; (ii) a semelhança fonética entre o início de uma palavra e a forma de um prefixo de classe pode determinar a sua integração nessa classe; e (iii) a palavra pode ser integrada numa dada classe sem prefixo (Andrade 2007:129; Ngunga e Simbine 2012:103-107).

A seguir, apresentamos somente alguns exemplos para ilustrar cada situação, já que um inventário completo desse tipo de palavras não está no escopo da presente tese.

I. Critério do significado

Este primeiro critério permite integrar os empréstimos por razões semânticas. Se uma palavra emprestada não tem nenhum som (ou sílaba) inicial idêntico aos prefixos bantos, é integrada numa classe correspondente ao seu significado, atribuindo-lhe o respetivo prefixo nominal. Este critério permite integrar os nomes que referem entidades com traço semântico [+concreto], nas classes nominais 5 (singular) e 6 (plural), tais como os que a seguir exemplificamos.

- (46) a. *dibalata* / *mabalata* [{di/ma}baláta] < ‘barata / baratas’
 b. *dikalú* / *makalú* [{di/ma}kàlu] < ‘carro / carros’
 c. *dikulusu* / *makulusu* [{di/ma}kulúsu] < ‘cruz / cruzes’
 e. *divulu* / *madivulu* [{di/ma}divúlu] < ‘livro / livros’

Este é um procedimento bastante produtivo, pois é o que seguem muitos verbos emprestados do português e integrados na estrutura verbal do Kimbundu (não flexionada), com a inserção do prefixo *ku-* (cl. 15), para além de outras transformações fonético-fonológicas (aqui não comentadas), quando necessário:

- (47) a. *kubelesela* [kubeléséla] (< obedecer) ‘obedecer’
 b. *kufisala* [kufisála] (< confessar) ‘confessar(-se)’
 c. *kujokala* [kuzókála] (< jogar) ‘jogar (à bola)’
 d. *kukondala* [kukondála] (< contar) ‘contar’

II. Critério da semelhança fonética

Sob este critério, integram-se as palavras cujos sons iniciais apresentam semelhanças fonéticas com prefixos nominais do Kimbundu; ou seja, a primeira sílaba dessas palavras comporta-se como um prefixo natural do singular, que varia na formação do plural. Conforme os exemplos que se seguem, trata-se de nomes agrupados nas classes 5/6 (48a), 11/6 (48b), 12/13 (48c) e 14/6 (48d):

- (48) a. *dijimu* / *ma(di)jimu* [{di/ma}{di}ʒìmu] < ‘dízimo / dízimos’
 b. *losu* / *malosu* [lósu/ malósu] < ‘arroz / (?)arroz’
 c. *kabalu* / *tubalu* [{ka/tu}bàlu] < ‘cavalo / cavalos’
 d. *ukaza* / *mawkaza* [ukàza/mawkàza] < ‘casamento / casamentos’

III. Critério da classe sem prefixo

Através deste critério, são integrados na classe nominal 9, cujo plural é feito com o prefixo da classe 10, todos os empréstimos do português que, em Kimbundu, não exibem um prefixo aparente. Este é também um critério bastante produtivo, pois a quase maioria das palavras do português, com diferentes traços semânticos, é agrupada nesta classe nominal, quando adotadas nessa língua banta, por não apresentarem condições estruturais para um prefixo do singular:

- (49) a. *Øbanyela / jibanyela* [{Ø/zi}banyéla] (< banheira) ‘banheira / banheiras’
 b. *Øfejá / jifejá* [{Ø/zi}fezá] (< feijão) ‘feijão / feijões’
 c. *Ømbinza / jimbínza* [{Ø/zi}mbínza] (< camisa) ‘camisa / camisas’
 d. *Øndolu / jindolu* [{Ø/zi}ndólu] (< dor) ‘dor / dores’
 e. *Øxikola / jixikola* [{Ø/zi}fikóla] (< escola) ‘escola / escolas’

4.3. Aspetos sintáticos

A estruturação frásica em Kimbundu importa-nos, pela sua relevância na análise dos empréstimos em estudo, nomeadamente quanto aos aspetos (i) posição do sujeito e ordem dos constituintes frásicos; (ii) posição dos objetos pronominalizados; (iii) parâmetro de sujeito nulo; (iv) posição dos especificadores do nome; e (v) colocação dos adjetivos. A seguir, fazemos uma breve descrição destes aspetos.

I. Posição de Sujeito e ordem dos constituintes frásicos

Em Kimbundu, o Sujeito encabeça a frase e controla o acordo verbal, através do PV/IS, que tipicamente é reflexo do PN, que antecede o núcleo sintagmático. Assim, o Kimbundu é uma língua de proeminência de sujeito. A ordem básica dos constituintes em frases declarativa-ativas e não marcadas é caracterizada pela estrutura sintática SVO, comum nas LB, quando o objeto ocorre nominalizado.

- (50) a. *Imbwa*]SN-SU *yalumata*]SV *kamona*]SN-OD
 S V O
 ‘o cão mordeu a criança’
 b. *Mwene*]SN-SU *wabana*]SV *dikalú kwa muhatu*]SN(OD+OI)
 S V O
 ‘ele ofereceu o carro à mulher’

II. Posição dos Objetos pronominalizados

Em contextos discursivos em que o objeto vem pronominalizado, a marca pronominal (acusativo ou dativo) ocorre prefixada ao radical verbal, a seguir ao marcador de tempo gramatical. Quer dizer que o objeto se insere na estrutura verbal, como exemplificamos a seguir, com o elemento em referência destacado a negrito, na estrutura verbal sublinhada:

(51) a. *Dikalú, mwene wadisumbu ku Phutu.*

u-]PC1 a-]PERF di-]PRON(OD) sumb-]RAD VERB -u]VF

“o carro, comprou-o em Portugal”

b. *Muwene wamubana dikalu.*

u-]PC1 a-]PERF mu-]PRON(OI) ban-]RAD VERB -a]VF

“ele {deu / ofereceu}-lhe o carro”

Quando os dois objetos estão pronominalizados, subcategorizados por um verbo ditransitivo, nunca ocorrem aglutinados, como acontece em português. O OD ocupa a posição pós-verbal e o OI é anteposto ao radical verbal, como no caso anterior, mas projetando uma marca à direita do OD, com o qual se aglutina parcialmente:

(52) *Dikalú wamubanadyu, maza.*

u-]PC1 a-]PERF mu-]OI(i) ban-]RAD VERB -a]VF di-]OD -u]OI(i)

‘(o carro) deu-lho, ontem’

III. Sujeito nulo

O Kimbundu é uma língua que exhibe positivamente o parâmetro de sujeito nulo. Nesta língua, o SN sujeito pode não ocorrer realizado foneticamente, mas ser recuperável através de um constituinte morfológico (PV/IS), semelhante à desinência verbal de número e pessoa, em português:

(53) a. *Eye uzola kilumba kina.*

‘tu amas aquela rapariga’

b. *[Ø]Uzola kilumba kina.*

‘[Ø] amas aquela rapariga’

Em (53a), o sujeito realiza-se foneticamente, em forma de pronome pessoal reto (*eye* “*tu*”), enquanto em (53b), ocorre apenas *u-*, marca do PC da segunda pessoa do singular (cl.1), que determina a concordância entre o sujeito e o verbo.

IV. Posição dos especificadores

O Kimbundu não possui artigos, mas apresenta outros determinantes, que funcionam como especificadores do nome: possessivos (54a-b), demonstrativos (54c-d), quantificadores (54e) e numerais (54f-g). Estes elementos ocorrem sempre em posição posnominal, concordando com o nome por meio do PC da respetiva classe nominal¹⁸¹:

- (54) a. *Kimbanba* *kiyami* *coisa minha* ‘minha coisa’
 b. *Imbamba* *yetu* *coisas nossas* ‘nossas coisas’
 c. *Kizuwa* *kiki* *kiya ufolu* *dia este...* ‘este dia é de felicidade’¹⁸²
 d. *Izuwa* *iyi* *ya ufolu* *dias estes...* ‘estes dias são de felicidade’
 e. *Athu* *avulu* *afu ni nzala* *peessoas muitas...* ‘muitas pessoas morreram de fome’
 f. *Muvu* *umoxi* *wabiti* *ano um passou* ‘um ano decorrido’
 g. *Mivu* *itatu* *yabiti* *anos três passaram* ‘três anos decorridos’

V. Colocação dos adjetivos

Por último, os adjetivos só ocorrem também em posição pós-nominal, concordando com o nome através do prefixo correspondente à respetiva classe nominal:

- (55) a. *Dikal* *diwukulu* ‘carro antigo’ – *makalu* (*m*)*awukulu* ‘carros antigos’
 b. *muhatu* *walebe* ‘mulher alta’ – *ahatu* *alebe* ‘mulheres altas’

A concordância frásica depende dos prefixos de classe nominal, que determinam o número e o género gramatical dos elementos presentes na frase (cf. 4.2.1.2).

¹⁸¹ Nos exemplos, os elementos sublinhados indicam os diferentes especificadores do nome, enquanto os negritos representam os marcadores de concordância.

¹⁸² Em frases dessa natureza, o verbo *ser* pode estar omissa.

4.4. Aspetos lexicais

Um aspeto crucial para a compreensão dos aspetos caracterizadores do léxico atual do Kimbundu é a sua origem. Como qualquer outra língua banta, a fonte básica do léxico do Kimbundu é o protobanto, pressupondo-se que o vocabulário dos sistemas lexicais dessas línguas terá evoluído de um antepassado comum. A partir de um conjunto de itens lexicais originais e outros reconstruídos, foi possível justificar e provar este processo, que tem sido, aliás, um dos aspetos centrais do estudo histórico-comparativo das línguas desse grupo¹⁸³. O material lexical dessas línguas tem origem num conjunto de radicais e/ou bases nominais e verbais, que se vão determinando ao longo dos tempos, graças ao trabalho de muitos bantuístas, dentre eles linguistas e historiadores.

A reconstrução lexical das línguas bantas é uma tarefa que, desde muito cedo, despertou o interesse dos pesquisadores e à qual dedicaram muito esforço. Destaca-se o trabalho pioneiro de Meinhof (final do século XIX), ao qual se seguiram Greenberg (1948), Meeussen (1969) e Guthrie (1967-71)¹⁸⁴. A partir desses trabalhos antigos, surgiram trabalhos mais recentes e atualizados, como, por exemplo, *Bantu Lexical Reconstruction 2 (BLR2)*, de Coupez, Bastin e Mumba (1998); e *Bantu Lexical Reconstruction 3 (BLR3)*, de Bastin et al. (2002)¹⁸⁵.

Na tabela que se segue, apresentamos alguns exemplos retirados do *BLR2* (Schadeberg 2003:160-163) e adaptados ao Kimbundu, em função do foco do tema em abordagem. Aproveitámos apenas os elementos da primeira coluna para desenvolver alguns aspetos pertinentes para o nosso trabalho: as bases, a classe gramatical / classe dos prefixos nominais da palavra do Kimbundu e os respetivos significados (o asterisco colocado à esquerda das formas do Proto-banto indica a natureza hipotética das mesmas).

¹⁸³ Ver que o próprio termo “*Bantu Lexical Reconstruction*” apresenta um duplo significado. Quando tomado simplesmente, sem numeração, refere uma das subdisciplinas da Linguística histórica banta, centrando-se no estudo diacrónico do léxico dessas línguas; quando lhe é associado um número, designa uma base de dados *online* que reflete a produção de mais de um século de investigação efetuada dentro desse campo, como é o caso do que é hoje a RLB 3 (Bostoen e Bastin 2015:1).

¹⁸⁴ Segundo Bostoen e Bastin (2015:3), o trabalho de Guthrie, *Comparative Bantu* (1967, 1970a, 1970b, 1971), ou simplesmente Guthrie (1967-71), como comumente é referido, constitui uma obra de referência, que lançou as bases sólidas para o estudo histórico das línguas bantas, a partir da reconstrução do seu léxico.

¹⁸⁵ Sobre as diferenças entre a BLR2 e a BLR3, ver Bostoen e Bastin (2015:9).

Tabela 21: Formas lexicais do PBt e radicais do Kimbundu

Proto-banto (PBt)	Radicais / temas do Kimbundu	Exemplos	Cl. gram. / Cl. nominal	Significado
*i-bumo	> VUMU	di-vumu	N; cl. 5	ventre, gravidez
*ki-nene	> NENE	ki-nene	Adj	grande
*njila	> NJILA	ka-njila	N; cl. 12	pássaro
*ma-ninga	> NYINGA	ma-nyinga	N; cl. 6	sangue
*i-kupa	> FUBA	ki-fuba	N; cl. 7	osso
*ma-béele	> ELE	me-ele > mele	N; cl. 6	seios
*ku-fú-a	> FU-A	ku-fu-a > kufwa	V; cl. 15	morrer
*i-mbwa	> MBWA	i-mbwa	N; cl. 9	cão
*ku-li-a	> L(D)I-A	ku-dya	V; cl. 15	comer
*mu-tue	> TUE	mu-twe	N; cl. 3	cabeça
*mu-tima	> MU-XIMA	mu-xima	N; cl. 3	coração
*mu-lume	> LUME	mu-lume	N; cl. 1	homem, esposo
*ki-ɲama	> AMA	ki-ama > kyama	N ; cl. 7	animal feroz
*i-jina	> JINA	li-/di-jina	N; cl. 5	nome
*mu-ntu	> THU	mu-thu	N; cl. 1	pessoa
*mbula	> NVULA	Ø-nvula	N; cl. 9	chuva
*i-tale	> TALE ~ TADI	di-tadi	N; cl. 5	pedra
*mu-kila	> KILA	mu-kila	N; cl. 3	rabo, cauda
*mu-ti	> XI >	muxi	N; cl. 3	árvore, pau
*ku-gend-a	> END-A >	ku-enda > kwenda	V; cl. 15	andar, caminhar
*mu-kadi	> KAJI >	mukaji	N; cl. 1	mulher, esposa

Fonte: Adaptação a partir do trabalho de Schadeberg (2003:160-163).

Os itens do protobanto dão lugar a bases do Kimbundu às quais se adjungem os prefixos de classe, para a formação de novas palavras, quer nomes quer verbos, quer ainda adjetivos (que, nestes casos, não exibem prefixo, já que este depende do nome que os seleciona). As formas do PBt são elementos hipotéticos reconstruídos, a partir das formas do “banto comum”, conforme Guthrie (1967-71). Muitos radicais ou bases do Kimbundu sofreram algumas transformações fonológicas, particulares desta língua e próprias do processo de reconstrução fonológica; mas alguns mantiveram a forma original do PBt, dada a semelhança dos segmentos.

Por último, resta considerar apenas que a estruturação do léxico das línguas bantas tem a ver também com a realidade histórico-social dos seus utentes, partindo da ideia básica de que a cultura de um povo se reflete na sua língua. Este aspeto é evidenciado no facto de cada comunidade possuir o seu vocabulário particular dos principais domínios da atividade humana que permite distingui-la de outra(s) comunidade(s). No caso do Kimbundu, encontramos determinado vocabulário específico em diferentes áreas do conhecimento mais típicas da vida dos povos ambundos (cerâmica, cultivo de terra, recolção, caça, pesca, primeiras formas de organização social, etc.), conforme podemos depreender dos exemplos apresentados em (56), a partir do radical *LEMB*¹⁸⁶:

(56) a. *mulemba* [mulèmba] < mu-LEMB-a (cl. 3)

‘figueira africana ou *figus phisilopoga*’; árvore da família das Moráceas’ (cf. *mulembeira*, no Anexo 1)

b. *dilemba* [dilèmba] < di-LEMB-a (cl. 5) ‘tio materno’

c. *lemba dia ngundu* [lèmbadjangùndu] < LEMB-a + *ngundu* (‘linhagem’)

‘chefe ou autoridade máxima da comunidade dos ambundos’

d. *lemba* [lèmba] < LEMB-a ‘deusa da fertilidade, protetora das mulheres grávidas’

e. *Lemba* [lèmba] < LEMB-a ‘antropónimo (nome de rapariga, sobretudo da região de Luanda), provavelmente ligado à questão da fertilidade e geração de filhos¹⁸⁷

f. *kilembu* [kilémbu] < ki-LEMB-u (cl. 7) ‘dote / oferta de casamento’ (cf. *alembamento*)

g. *kulemba* [kulémba] < ku-LEMB-a (cl. 15) ‘dar dote / oferta de casamento’

¹⁸⁶ Ver, por exemplo, o trabalho de Bostoen (2007), no qual se analisa o contributo do vocabulário das áreas da cerâmica e da olaria, na determinação do passado banto, a partir de estudos antropológicos.

¹⁸⁷ Cf. “Lembinha” (diminutivo de *Lemba*), nome de uma das personagens da famosa dúpla humorística angolana “Lembinha e Sidónio” (https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Kifas; acesso: 06.06.2017).

Estes sete termos estão relacionados com a organização sociocultural dos povos ambundos, como se explica na seguinte análise antropológica:

A *mulemba*, sempre ligada à terra, à fertilidade da mulher e aos antepassados, fundamentava, quer a união das linhagens, proveniente dos casamentos, quer as suas eventuais cisões, resultantes da iniciativa de determinados membros do *ngundu* que quisessem formar uma nova aldeia, os quais se muniam de ramos da *mulemba* da linhagem de onde saíam e plantavam-nos nos locais onde se fossem fixar e gerar filhos. A evolução semântica do substantivo *lemba* dentro das variantes do Kimbundu reflecte, aliás, a ligação permanente deste termo à matrilinearidade e à fertilidade do ventre feminino... (...). O verbo que dele deriva, *ku lemba*, aportuguesado para *alemba* e gerando o substantivo adverbial *alembamento*, significa pagar o preço da noiva, isto é, pagar o preço da linhagem matrilinear (Pinto 2015:95-96).

Este enquadramento explica a ideia de como o léxico de uma língua projeta o universo do conhecimento de uma terminada comunidade ou sociedade. Ou seja, “cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, reflectindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e lexicais” (Biderman 1978, *apud* Nzau 2011:73).

4.5. Síntese

Neste capítulo, abordámos os diferentes aspetos caracterizadores do Kimbundu, enquanto língua representativa de outras línguas bantas, no presente estudo. Na retoma das diferentes questões tratadas, em jeito de síntese, sublinhamos os seguintes pontos:

- (i) O Kimbundu caracteriza-se como uma língua aglutinante, dada a sua morfologia concatenada de vários constituintes numa única estrutura e é uma língua SVO, em termos da estrutura canónica dos elementos frásicos.
- (ii) O sistema fonológico do Kimbundu comporta cinco vogais orais e 22 consoantes, uma herança do PBt. Não ocorrem vogais nasais, destacando-se a presença de consoantes prenazalizadas e das nasais silábicas, que constituem algumas das características específicas dessa língua e das outras LB. Esta língua apresenta como estrutura silábica básica CV, seguindo os padrões da estrutura universal da sílaba. Destaca-se, no sistema dessa língua, a estrutura da sílaba com consoante prenasalizada, preenchida na posição de Ataque por consoantes

complexas, formadas por dois segmentos, nasal e oral (NC). É uma língua tonal, na qual este elemento prosódico tem função distintiva, já que permite distinguir as palavras, determinando a pronúncia e o significado das mesmas. Também é uma língua marcada pelo processo de ressilabificação, decorrente da reestruturação silábica, em casos de desagregação de certas sílabas ou constituintes morfológicos, ditada por determinados fenómenos morfossintáticos e/ou fonológicos.

(iii) Na estrutura do nome, os prefixos nominais desempenham funções morfolexicais, morfossintáticas e semânticas, pois:

- a. morfolexicalmente, funcionam como marcadores das classes lexical e nominal dos nomes e também de número e género gramatical;
- b. morfossintaticamente, esses marcadores determinam a concordância dos elementos da frase, marcando também a variação do número gramatical dos especificadores e modificadores do nome e o acordo entre o sujeito e o verbo;
- c. em termos semânticos, esses elementos são seleccionados consoante o valor semântico do nome, com influência direta no género gramatical dos nomes.

Os verbos em Kimbundu fazem parte da classe 15 e podem ser formas originárias do PBt ou criadas já nessa língua. Apresentam uma morfologia bastante complexa, no nível subjacente, podendo abarcar numa única estrutura, à superfície, constituintes morfossintáticos diversos.

(iv) No Kimbundu, podemos destacar três processos de formação de palavras: composição, que segue os paradigmas das LB, usando estratégias diversas; derivação verbal, com recurso a sufixos verbais derivativos; e empréstimos de palavras de outras línguas, que são integrados nas respectivas classes nominais, de acordo com três critérios diferentes.

(v) A sintaxe do Kimbundu enquadra-se no âmbito das LB, à semelhança de outros domínios analisados. Não constituindo uma questão central nesta tese, interessa apenas realçar que o Kimbundu é uma língua de proeminência de sujeito, que funciona como o controlador da concordância dos elementos da frase, através do PN que encabeça o nome que desempenha essa função.

(vi) Os aspetos lexicais tratados têm a ver com a origem das palavras dessa língua. Como um processo comum a todas as LB, o vocabulário do Kimbundu evoluiu do protobanto. A etimologia das palavras baseia-se num conjunto de radicais e/ou temas, reconstruídos das formas ancestrais, cuja quantidade vai-se definindo ao longo dos tempos, graças ao esforço de muitos estudiosos

Capítulo V Processos morfológicos e fonológicos de integração de empréstimos lexicais das LBA no POL

Introdução

Sob este título geral, analisamos os diferentes mecanismos de integração dos empréstimos lexicais bantos no POL, com especial destaque para o Kimbundu, como língua dadora (as restantes línguas serão focadas de forma secundarizada, sempre que necessário, como já procedido e referido em capítulos anteriores).

Este capítulo constitui a parte central da nossa tese. O estudo desta questão é, segundo cremos, original e lida com aspetos gramaticais de vários domínios. Daí, termos descrito, em capítulos precedentes, questões linguísticas que necessitamos de ter presentes para o desenvolvimento da análise que ocupa este capítulo, para além de termos dado o enquadramento sociolinguístico do POL, igualmente relevante. O nosso foco é, agora, a integração morfológica e fonológica dessas unidades lexicais vindas do Kimbundu, dois domínios principais no ajustamento estrutural das novas palavras ao sistema da LA¹⁸⁸. Com base nas abordagens sobre o contacto linguístico e partindo dos trabalhos consultados, constatámos que:

- A integração morfológica tem a ver com a adaptação dos empréstimos à morfologia da LA, exigindo a adequação dessas palavras ao sistema morfológico desta língua. Este processo implica (i) conformar a estrutura dos empréstimos à das palavras vernáculas criadas através de diversos processos morfológicos de formação de palavras (com realce para afixação e composição) e (ii) atribuir o traço de número a essas unidades lexicais, analisando também a questão de género, de acordo com os paradigmas da LA.
- A integração fonológica consiste na adequação da estrutura dos empréstimos ao sistema fonológico da LA, implicando a inserção de novos fonemas, a supressão e/ou substituição de segmentos da LO estranhos à LA. A nível da sílaba, pode ocorrer a

¹⁸⁸ Relembramos que os empréstimos lexicais bantos constituem um dos traços peculiares do POL, como enunciado antecipadamente, em 3.3.3.2, em que remetemos a análise dos mesmos, para o presente capítulo.

reestruturação silábica, com a simplificação da estrutura das sílabas da LO adaptadas na LA, através da ressilabificação. Em alguns casos, também podem adotar-se segmentos da LO na LA, uma vez mantidos certos fonemas.

O capítulo subdivide-se, portanto, em dois grandes blocos, referentes às várias adaptações sofridas pelos empréstimos em estudo, ao longo do processo do seu ajustamento ao sistema do POL, além de outras estratégias de integração. Trata-se das adaptações morfológicas, que constituem a parte mais extensa, na qual analisamos os aspetos essenciais subjacentes aos empréstimos, nesse domínio (5.1) e as adaptações fonológicas, que procuram dar conta dos aspetos desse domínio mais relevantes nesse processo (5.2). Contudo, a nossa abordagem inclui também uma breve súmula sobre a questão “integração linguística”, já no tópico que se segue, relembrando o que já foi dito até ao momento sobre o assunto (em particular nos Capítulos I e II), antes mesmo de nos referirmos preliminarmente sobre os dois tipos de adaptação em referência, como estratégias de integração do material banto, em foco neste capítulo.

5. Estratégias de integração dos empréstimos: adaptações morfológicas e fonológicas

Partindo da vasta literatura consultada sobre o assunto, com exemplificação de várias línguas, mas não quanto ao par “Kimbundu – português”¹⁸⁹, “integração” é um processo que consiste na inserção de unidades lexicais não vernáculas no léxico da LA, quer na sua forma original, isto é, palavras que não sofreram quaisquer adaptações ao serem incorporadas na língua de acolhimento (empréstimos formais), quer sob uma forma adaptada à estrutura da nova língua, de acordo com as características fonológicas, morfológicas e ortográficas dessa mesma língua (empréstimos adaptados)¹⁹⁰. Contudo, no caso concreto de Luanda, a situação linguística dos falantes é demasiado complexa para se adotar *ipsis verbis* esta definição. De facto, a língua-alvo da inserção do empréstimo é o português, mas o português pode ou não ser a língua “nativa” (i.e., a língua materna ou a L1) dos falantes que acolhem o empréstimo. Os falantes luandenses podem ter o português como língua segunda (L2) ou mesmo terceira ou quarta, dependendo da sua história linguística pessoal (3.3.2.3).

¹⁸⁹ Cf. Araújo e Agostinho (2009), Correia e Lemos (2005), Freitas, Ramilo e Arim (2010), Karaağaç (2009), Petter (2008), Poplack (1984), Sengo (2010), Thomason (2001) e Winford (2003).

¹⁹⁰ Para uma abordagem mais detalhada deste aspeto, ver a explicação de Correia e Lemos (2003:54).

Sengo (2010:33-34) aponta três processos ou vias de integração dos empréstimos lexicais, em termos globais: (i) **mudança semântica**, da qual resultam “decalques ou empréstimos semânticos” – empréstimos meramente conceptuais, caracterizados pela mudança semântica de uma palavra de uma dada língua por influência de uma palavra estrangeira cujo significado adquire (*e.g.*, *paper money*/papel moeda; *hot dog* / cachorro quente); (ii) **adaptações**, que dão lugar aos chamados “empréstimos adaptados” – os que se adaptam plenamente à LA, não sendo fácil perceber se vieram de uma outra língua (*e.g.*, *teste/test*”; *sanduíche/sandwich*; *futebol/football*); e (iii) **incorporações**, que têm a ver com os ditos “empréstimos incorporados” – aqueles que são integrados na LA, com a sua grafia e fonética originais, ou seja, sem sofrer qualquer alteração da sua forma original (*e.g.*, *diet*, *light*, *online*)¹⁹¹.

Dos três processos mencionados, parece-nos que é a “adaptação” que tem merecido uma maior atenção dos estudiosos em geral, a julgar pelo número elevado de autores que se debruçam sobre esse aspeto concreto¹⁹². Esse interesse assenta no facto de os vocábulos adaptados serem perfeita e plenamente aceites na LA, passando a fazer parte do sistema lexical da língua de adoção. Contrariamente, os outros tipos nem sempre são bem acolhidos e, em muitas línguas (ou comunidades), continuam como elementos exógenos e até estigmatizados. Mesmo naqueles casos em que a incorporação é consumada, poucas ou nenhuma modificação há a comentar, já que esses vocábulos conservam geralmente a sua forma original.

Tratando-se de uma estratégia de acomodação dos empréstimos ao novo sistema da LA (Apontes 2010:53), a adaptação ocorre sob diversas formas e torna-se um objeto particularmente interessante, quando estão em jogo duas línguas tipológica e/ou geneticamente afastadas. Com este processo, o termo novo é “naturalizado”, dilui-se no seio de outras palavras vernáculas e só provavelmente a consideração da etimologia poderá devolvê-lo à sua origem¹⁹³. Em situações de empréstimos lexicais, o mais provável

¹⁹¹ Sobre esses processos e os tipos de empréstimos deles decorrentes, ver também a abordagem feita em 2.5, essencialmente sobre a “taxonomia de empréstimos lexicais”, com realce para a proposta de Haugen (1950b), que serviu de referência para Winford (2005).

¹⁹² Ver, para o efeito, os trabalhos de Apontes (2009), Bloomfield (1933), Chavagne (2005), Correia e Lemos (2005), Sengo (2010) e Villalva (2007). Por exemplo, Kang (2013) apresenta uma vasta lista de autores que tratam particularmente desta questão de “adaptação dos empréstimos”, a diferentes níveis e em diferentes línguas do mundo.

¹⁹³ Interpretando alguns autores referidos acima, em 0.1 (cf. nota 6), “adaptação” pode ser encarada como um dos aspetos de “nativização” de uma língua, na perspetiva da definição aí apresentada.

é que as novas palavras se sujeitem aos padrões de modificação e derivacionais da LA, incorporando na sua estrutura os elementos afixais vernáculos. Acontece, porém, que ocorrem casos em que são adotados também ou mantidos afixos da LO, quando, na sua essência, os mesmos veiculam certos valores ou conceitos.

Como o próprio título do capítulo já enfatiza, neste trabalho, dois domínios merecem maior atenção, para a explicação do reajustamento das palavras estrangeiras ao sistema linguístico da língua-alvo: morfologia e fonologia. É de certo modo artificial fazer uma distinção estanque entre o contributo de um e do outro domínio, embora tentemos, nas secções seguintes, delimitá-los, na medida do possível. Trata-se de uma análise que se situa, na verdade, na interface entre esses dois domínios gramaticais, pois, na realidade, muitos fenómenos que ocorrem a nível fonológico são desencadeados a partir da morfologia; por outro lado, o comportamento morfológico pode ser condicionado pela ocorrência de fenómenos a nível segmental ou suprasegmental. Por exemplo, em português, a formação do plural dos nomes e adjetivos atemáticos terminados em /l/ gera certos fenómenos fonológicos, a nível segmental e a nível suprasegmental (cf. vocalização de /l/ e reestruturação da sílaba: *a.nel* > *a.néis*; *fá.cil* > *fá.ceis*); por seu lado, existe harmonização vocálica nas formas femininas dos nomes e adjetivos com vogal posterior velar na primeira sílaba, marcada pela mudança de timbre (/o/ vs. /ɔ/), como em *porco* ['pɔɾku] e *porca* ['pɔɾkɐ] ou *novo* ['novu] e *nova* ['nɔvɐ].

Situando-nos objetivamente no âmbito da nossa tese, salientamos que são vários os fenómenos identificados no material em análise, decorrentes da adaptação desses mesmos empréstimos lexicais nos níveis morfológico e fonológico: transformação, substituição, adição e eliminação de segmentos (nível segmental), manutenção e/ou substituição de constituintes morfológicos das línguas bantas, decorrente da reestruturação de algumas sílabas (nível suprasegmental), recorrendo a processos morfológicos de formação de palavras, mais propriamente por afixação (modificação, derivação e outros) e por composição. Por outro lado, há aspetos lexicais em jogo, concretamente a questão do género dos nomes e dos adjetivos.

Em suma, a presença de traços fonológicos e morfológicos nas unidades lexicais integradas na LA constitui o fenómeno de empréstimo estrutural. Segundo Winford (2005:49-50), as regras da LA determinam a atribuição desses traços ao referido material, uma vez considerada a interação entre fatores linguísticos e fatores sociais. Nestes casos,

as palavras emprestadas são manipuladas, de modo a que estejam em conformidade com as regras estruturais e semânticas da LA. Contudo, há sempre possibilidade de algum traço da LO transitar para a LA, já que, como sabemos, em situações de contacto linguístico, as línguas envolvidas podem influenciar-se mutuamente. Para Matras (2014:2), nesses contextos, estão presentes dois sistemas gramaticais e a integração de marcas de uma língua noutra depende da capacidade de o falante bilingue dominar e saber usar adequadamente as gramáticas das duas línguas.

5.1. Adaptações morfológicas

Um dos objetivos da morfologia consiste em estudar os mecanismos que estão na base da variação visível nas palavras e na da formação de palavras. Nesta perspetiva, está em jogo, por um lado, a morfologia flexional e, por outro lado, a morfologia derivacional, com diferentes processos cobertos por essa designação e que tentaremos distinguir, assim como a morfologia da composição.

Considerando o material do *corpus* em análise na presente tese, verificamos que os processos morfológicos de formação de palavras por prefixação e por derivação sufixal, assim com o mecanismo de flexão, constituem globalmente aspetos centrais das alterações morfológicas ocorridas nos empréstimos do Kimbundu no POL. Para analisar a adaptação dessas palavras da LO para a LA, é necessário lidar com os processos aí implicados, que listamos a seguir.

I. Formação de palavras, através de

- (i) Processo de prefixação, tradicionalmente incluído na derivação, apesar de ser mais propriamente um processo de modificação de uma base preexistente, como se discute já a seguir, em 5.1.1. Neste domínio, destacam-se a manutenção de prefixos bantos (singulares e plurais), a não manutenção/supressão de prefixos bantos, a recuperação de prefixos bantos não presentes no étimo, a adunção de prefixos em sequência e a adoção de elementos (segmentais ou afixais) do português.
- (ii) Processo de sufixação, que se manifesta na adoção de sufixos do português (com capacidade de veicular diferentes valores semânticos, presentes nas palavras que ajudam a formar), sobretudo para a formação de verbos.

- (iii) Processo afixal de parassíntese e processo de conversão.
- (iv) Processo de composição, efetivada a partir de decalques de compostos do Kimbundu no português.
- (v) Hibridação, caracterizada por empréstimos formados essencialmente por prefixos ou parte de palavra do Kimbundu e radicais/palavras do português.

II. Flexão das palavras e marcação de género nos empréstimos

- (i) Flexão em Número, visível na eliminação da oposição prefixal (singular/plural) banta e no uso do marcador *-s*, para a formação do plural dos nomes e adjetivos.
- (ii) Marcação de Género, sublinhando o aspeto que se concretiza na adoção do género invariável em adjetivos (gentílicos) associados a nomes com traço semântico [+humano].

5.1.1. Tratamento dos prefixos

Para o enquadramento do comportamento dos prefixos bantos presentes ou não nos empréstimos já integrados, impõe-se uma breve nota sobre os processos em causa. Tradicionalmente, em línguas como o português, a questão da prefixação situa-se no âmbito da derivação. Mas, em abordagens mais recentes, é defendido que se trata de um processo de formação de palavras que, não alterando a classe da base, não tem as mesmas potencialidades nem as mesmas consequências da derivação sufixal, nem da parassíntese, nem da conversão. Na prefixação, a presença de um prefixo acrescentado a uma base altera parte da matriz semântica da base, sem que a nova palavra formada sobre a base prefixada mude de classe. Por exemplo, comparando *fazer* e *desfazer*, são ambos verbos; comparando *comum* e *incomum*, são ambos adjetivos. Assim, é mais adequado falar-se de modificação prefixal e não propriamente de derivação (cf. subsecções sobre os restantes processos, para contraste)¹⁹⁴.

Nos empréstimos aqui em estudo, os dados recolhidos mostram-nos que muitas palavras foram adotadas com os prefixos nominais bantos (do singular e do plural) e verbal. Globalmente, podemos ter em conta, nessa ótica, cinco aspetos interessantes, para além de outros, a saber: (i) manutenção dos prefixos bantos, (ii) não manutenção dos

¹⁹⁴ Para um estudo mais aprofundado sobre a prefixação em português, ver Arim e Freitas (2003), Rio-Torto (2004), Sandmann (1989), Villalva (2007, 2008), entre outros autores.

prefixos bantos (iii) recuperação de um prefixo banto, não presente no étimo, (iv) inserção de segmentos da LA e (v) aglutinação de uma sequência de prefixos¹⁹⁵.

Convém reconhecer, portanto, o facto de que o grau de integração dos empréstimos lexicais em situações de contato linguístico é sempre variável, daí que se tenham registado comportamentos diferentes, cuja análise se apresenta nas subsecções que se seguem.

5.1.1.1. Manutenção de prefixos

Muitos empréstimos provenientes do Kimbundu para o POL mantiveram os prefixos nominais dessa língua banta, como já se adiantou anteriormente. A abordagem que se impõe no presente tópico consiste em procurar determinar os fatores que estão na base dessa manutenção, por um lado, e analisar os valores morfossemânticos desses mesmos prefixos no contexto da nova língua, por outro lado. Antes de entrarmos na análise desta questão, importa ainda referir que a manutenção de traços da língua de origem constitui uma possibilidade intrínseca de qualquer empréstimo. Alguns autores apontam como causas dessa manutenção a proximidade tipológica e cultural das duas línguas em contacto; quer dizer, quando duas línguas são próximas genética, tipológica ou culturalmente, torna-se fácil o reajustamento da estrutura original à língua de acolhimento (secção 2.2.2). No caso particular dos empréstimos aqui em análise, apesar de as LBA não serem genética e tipologicamente semelhantes ao português, parece-nos existir alguma similaridade entre essas línguas, nomeadamente a própria prefixação, presente numa e noutra língua (embora com nuances diferentes), a nível da estrutura silábica (por exemplo, a ocorrência de sílabas CV em ambas as línguas) e em termos segmentais (por exemplo, a existência de fonemas semelhantes em línguas bantas e em português). Este facto pode ter sido decisivo para que os prefixos mantidos se encaixassem na estrutura da LA.

Thomason e Kaufman (1988:32), debruçando-se particularmente sobre os níveis de interferência num contexto de duas línguas em contacto, advogam que, em caso de mudança, propiciada por fatores internos e externos, a tendência é a LA beneficiar-se mais do que a LO; ou seja, as adaptações tendem a ocorrer mais em conformidade com as características da língua de acolhimento, embora possam subsistir algumas da LO¹⁹⁶.

¹⁹⁵ A abordagem sobre os prefixos bantos, particularmente os do Kimbundu, é feita no Capítulo IV, 4.2.1.1, acima, destacando-se as diferentes funções gramaticais desses constituintes morfológicos.

¹⁹⁶ As características gramaticais transitadas de uma LO podem causar modificações na gramática da LA,

Centrando-nos agora na análise dos empréstimos propriamente ditos, vamos apoiá-los no material do *corpus* (cf. Anexo 1), cujos elementos ilustrados nas tabelas subsequentes servem de exemplos à abordagem que propomos¹⁹⁷.

- **Manutenção dos prefixos do singular**

Para a análise desta questão, consideremos as tabelas que se seguem, correspondentes aos **quatro prefixos nominais do singular** que subsistiram do Kimbundu. A primeira tabela abarca os empréstimos com *mu-*, prefixo nominal da classe 3; na segunda, temos aqueles que mantiveram o *di-*, prefixo nominal da classe 5; os que contêm o prefixo *ka-* (cl. 12), estão na terceira tabela; e aqueles que mantêm na sua estrutura *ki-*, prefixo nominal da classe 7, agrupam-se na última tabela do presente tópico.

A organização das tabelas obedece à natureza semântica dos prefixos e não ao critério alfabético. Mas, em relação às duas últimas tabelas, consideramos, primeiro, o prefixo de valor diminutivo, e depois, o que veicula o valor aumentativo, respeitando-se, desta forma, a escala gradativa. Em cada caso, privilegiamos apenas alguns exemplos da tabela do Anexo 1, consoante a respetiva classe nominal.

Constam de cada tabela os seguintes campos: (i) na primeira coluna, aparecem os empréstimos propriamente ditos, já integrados no POL; (ii) na segunda, vem inscrito o étimo banto dos referidos empréstimos, dando conta das respetivas estruturas de origem; (iii) na terceira, apresenta-se a classe gramatical da língua de origem (LO) e, depois, da LA, permitindo verificar a possível mudança ocorrida nesse aspeto; e (iv) a última coluna é destinada ao significado etimológico (a partir do étimo banto) e aos próprios empréstimos, o que ajuda a compreender se houve ou não alteração em cada caso.

mas esta como um todo conserva o seu fundo genético e tipológico. Sobre aspetos da convergência tipológica ou não entre as estruturas da LO e da LA, ver o trabalho, aqui, citado no corpo do texto.

¹⁹⁷ Podemos reconhecer que as questões em análise neste capítulo, particularmente, e outras questões linguísticas, de âmbito geral (sobretudo, as tratadas no Cap. III), costumam apelar para uma visão mais ampla da situação do português em África, mas que não cabem no espaço desta tese. Deste modo, importa apenas referir que a realidade de Angola aproxima-se muito à de Moçambique, país com o qual partilha muitas afinidades históricas e socioantropológicas, dada a colonização portuguesa e a forte influência das LB no português falado localmente. Quer dizer que muitos fenómenos presentes na variedade do PA também podem encontrar-se no PM, propiciados por fatores extralinguísticos também semelhantes, conforme se atesta em muitos estudos já realizados acerca dessas duas realidades. Para o caso particular de Moçambique, além de Gonçalves (2013), Hagemeijer (2016) e Sengo (2010), já referidos anteriormente, ver Firmino (2002a), Petter (2009), Timbane (2012), de entre vários autores. Em relação a Angola, considerem-se os trabalhos que temos vindo a referir ao longo da nossa abordagem.

I. Prefixo *mu-*

Este prefixo nominal pertence à classe 3 e marca o singular de certos nomes comuns, que, em Kimbundu e em muitas outras línguas bantas, designam entidades com o traço semântico [\pm concreto], não devendo ser confundido com o outro prefixo homónimo, da classe 1, indicador do singular de nomes com traço [+humano]. Os nomes constituídos por esse prefixo formam o plural com *mi-*, prefixo da classe 4:

Tabela 22: Empréstimos adotados com prefixo nominal do singular *mu-* (cl. 3)

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>mufete</i>	mu- fete	N	N	prato típico dos luandenses, à base de peixe grelhado, batata doce e feijão de óleo de palma	<i>idem</i>
<i>múcua</i>	mu- kwa	N	N	fruto de imbondeiro	<i>idem</i>
<i>mulemba</i>	mu- lemba	N	N	<i>Ficus thonningii</i> ou figueira africana; árvore sarmentosa da família das Moráceas....	<i>idem</i>
<i>musseque</i>	mu- seke	N	N	areia; terreno arenoso	zonas periféricas de Luanda
<i>muzongué</i>	mu- zonge	N	N	molho, caldo	prato típico dos ilhéus de Luanda, à base de peixe e mandioca

Em termos formais e gramaticais, a presença do prefixo banto não altera a estrutura da nova palavra, tão pouco a sua classe gramatical, verificando-se apenas transposição direta da mesma de uma língua para a outra. Este prefixo não desempenha função especial nessa unidade lexical, a não ser integrar simplesmente o radical da mesma; o prefixo e o radical bantos formam um único radical do empréstimo. Incorpora-se assim um elemento morfológico de origem numa base que não se analisa, em português, como prefixada.

Tal como noutros casos similares, parece-nos que a presença do prefixo nessas palavras tem também a função de desambiguar as situações de homonímia, ambiguidade e/ou vagueza, que os radicais podem provocar, pois alguns deles, sem a presença de prefixo, expressam um valor geral, que anula determinados aspetos morfossintáticos (que têm a ver com o género, número e concordância) e semântico-pragmáticos (relativos aos traços semânticos e ao significado extralinguístico inerentes). Para explicarmos essa situação, retomemos em 57 dois itens lexicais exemplificados na tabela acima:

- (57) a. *mufete* < mu-**FETE**
 b. *mulemba* < mu-**LEMBA**

Estes exemplos mostram que os radicais dos empréstimos deste tipo (destacados em *bold*) não traduziriam fielmente a realidade ou não especificariam as entidades nomeadas, se fossem adotados sem o prefixo. Neste caso, ou não designariam nenhuma entidade do mundo ou expressariam situações mais gerais e/ou abstratas, capazes de se confundirem com outros étimos, com os quais estabelecem relação de homonímia. Por exemplo, em (57a), o radical -FETE não significa nada em Kimbundu, muito menos em português, logo apresenta um sentido vago; e o radical -LEMBA, em (57b), apesar de remeter para uma das realidades socioantropológicas dos ambundos (cf. 4.4, exemplos de (56)), precisa de um prefixo para referir ou especificar determinado aspeto da realidade (e.g., *mu-lemba* ‘figueira africana...’; *di-lemba* ‘tio materno’; *ku-lemba* ‘dar dote’). Na essência, o prefixo tem um valor de designativo do objeto ou realidade identificada, salvaguardando a natureza semântica do empréstimo.

Para uma melhor clarificação dessa análise, apresentamos duas representações da estrutura nominal *mulemba*, já do POL (cf. 58): a primeira visa apenas mostrar que a nova palavra associa um prefixo banto e um radical nominal banto (RAD NOM) – além do índice temático (IT), resultante da reanálise da vogal final banta; a segunda corresponde à estrutura do POL, com o prefixo banto já incorporado no radical da nova palavra:

- (58) a. mu]PREF LEMB]RAD NOM **a**]IT]TEMA *mulemba*
 b. MULEMB]RAD NOM **a**]IT]TEMA *mulemba*

Ambas as análises são possíveis, mas achamos que a estrutura de (58b) é a que existe no POL, numa perspetiva sincrónica assumida nesta tese (cf. 2.5).

II. Prefixo *di-*

O constituinte *di-*, PN da classe 5, entra na formação do singular dos nomes comuns com traço [\pm concreto] e emparelha-se com *ma-*, PN da classe 6, para formar o plural desses mesmos nomes. Na tabela 23, apresentamos os empréstimos adotados em POL, que conservam o referido prefixo nominal:

Tabela 23: Empréstimos adotados com prefixo nominal do singular (*di-*: cl. 5)

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>dicanza</i>	di -kanza	N	N	instrumento musical tradicional (reco-reco); dança típica de Angola	<i>idem</i>
<i>dicomba</i>	di-komba < ku-komba	N < V	N	varrer	venda de produtos, no mercado informal, em tempo recorde.
<i>dipanda</i>	di -panda	N	N	independência; emancipação	<i>idem</i>
<i>dissue</i>	di -suwe	N	N	espécie de erva comestível	<i>idem</i>

Tal como no caso anterior, este prefixo passa a integrar o radical da nova palavra e a sua presença não altera a categoria lexical do empréstimo e não lhe acrescenta qualquer valor semântico evidente. Mas assegura a especificação da sua natureza semântica, continuando a denotar entidades com traço [\pm concreto]. A não manutenção desse prefixo nas palavras acima acarretaria certamente situações de ambiguidade ou vagueza, pois os seus radicais não remetem para nenhuma entidade específica.

As estruturas ilustradas em (59), paralelamente às de (58), procuram descrever os empréstimos lexicais com o prefixo *di-* integrados no POL, ou como resquício do étimo banto (cf. 59a) ou como parte integrante do radical da nova palavra (59b):

- (59) a. $di]_{\text{PREF}}CANZ]_{\text{RAD NOM a}}]_{\text{IT}}]_{\text{TEMA}}$ *dicanza*
 b. $DICANZ]_{\text{RAD NOM a}}]_{\text{IT}}]_{\text{TEMA}}$ *dicanza*

III. Prefixo *ka-*

Os empréstimos caracterizados pela manutenção do prefixo *ka-* (*ca-*, em POL) são nomes que expressam geralmente o grau diminutivo, decorrente do valor desse elemento em Kimbundu. Nesta língua, o prefixo *ka-* (cl. 12), que contrasta com a forma do plural *tu-* (cl. 13), indica o grau diminutivo dos nomes, tanto aqueles que designam entidades humanas como os que indicam objetos e situações comuns:

Tabela 24: Empréstimos adotados com prefixo nominal do singular *ka-* (cl. 12)

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>cabuenha</i>	ka- bwenya	N	N	pequeno peixe do rio ou do mar	<i>idem</i>
<i>cacusso</i>	ka(ki)- kusu	N	N	pequeno peixe de água doce, de coloração avermelhada; de <i>kukusuka</i> ‘ser avermelhado’	<i>idem</i>
<i>calundu</i>	(ka)ki- lundu	N	N	divindade; entidade, força sobrenatural; ser do mundo invisível (Júnior s/d)	mau humor; tristeza, cansaço, mau humor sem motivo aparente.
<i>cassule ~ cassula</i>	ka- sule	N	N	o mais novo, ou o último filho/irmão	<i>idem</i>
<i>cassumbula</i>	ka- sumbula < ku-sumbula	N < V	N	retirar algo do outro sem aviso prévio; jogo/brincadeira infantil	<i>idem</i>
<i>cassumuna</i>	ka- sumuna < ku-sumuna	N < V	N	de <i>kusumuna</i> ‘ablactar’, em referência à mordedura desse inseto; ‘pequena formiga preta, brava’	<i>idem</i>

Em todos os exemplos, o prefixo *ka-* está associado a diferentes valores, podendo indicar a ideia de simples pequenez (e.g. *cabuenha*, *cacusso*, *cassumuna*), de afetividade (e.g., *cassule*) ou um valor depreciativo (cf. *caxico*, ‘servente’; *cambuta*, ‘desdentado’; *camacoza*, ‘maltrapilhado’ – exemplos não presentes no *corpus*, mas atestados no POL). Por outro lado, muitas dessas palavras podem ainda admitir gradação de valor com recurso ao sufixo *-inho/-ito*, alterando, às vezes, o valor veiculado, com efeitos pragmáticos evidentes (cf. *cassule* = simples pequenez, *caçulinha* [+afetivo]; *cambuta* [+pejorativo], *cambutinha* [+afetivo])¹⁹⁸.

A presença do prefixo serve também para evitar situações de ambiguidade ou de vagueza, naqueles casos em que o radical banto por si só não é capaz de traduzir o valor gramatical e semântico pleno da nova palavra. Estruturalmente, o prefixo mantido passa

¹⁹⁸ Sobre o valor desse prefixo, ver Chavagne (2005:173-174), que identifica uma série de situações em que ocorrem empréstimos do Kimbundu (“empréstimos directos”) com *ka-*, indicando pequenez, sentido pejorativo, depreciativo, etc.

a fazer parte do radical do empréstimo, como nos casos anteriores e conforme se demonstra no seguinte exemplo:

- (60) a. ca]_{PREF} SSUMUN]_{RAD NOM a]}_{IT]}_{TEMA} *cassumuna*
 b. CASSUMUN]_{RAD NOM a]}_{IT]}_{TEMA} *cassumuna*

IV. Prefixo *ki-*

O prefixo *ki-* é o marcador do singular dos nomes que denotam entidades humanas e não humanas, cujo plural se faz com o recurso ao prefixo *i-*, da classe 8. Esse prefixo (em POL, *qui-*) funciona como marcador exclusivo do grau aumentativo dos nomes em Kimbundu, podendo equivaler a um sufixo avaliativo português com esse valor gradativo. Contrasta com o prefixo *ka-*, que expressa o grau diminutivo, analisado no ponto anterior. Para a análise desta questão, consideremos os elementos da tabela seguinte, que apresenta alguns empréstimos lexicais identificados nos dados do *corpus*:

Tabela 25: Empréstimos adotados com prefixo nominal do singular *ki-* (cl. 7)

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>quifumbe</i>	ku-fumba	V	N	vergar, danificar pela força	assassino; malfeitor; salteador
<i>quijila</i>	ki-jila	N	N	proibição imposta pela religião, pela tradição ou pela lei; preceito; prescrição, norma.	preceito; problema, complicação; 'altercação, desavença, querela' (cf. <i>quezília</i> , já dicionarizado no PE e PB)
<i>quilápi</i>	ki-lapi	N	N	lápiz grande	dívida: fiado, vale; empréstimo, crédito
<i>quinda</i>	ki-nda	N	N	cesto/balaio, geralmente feito de junco, para transporte de cereais	<i>idem</i>
<i>quissonde</i>	ki-sonde	N	N	formiga brava; formigão avermelhado, de mordedura dolorosa.	<i>idem</i>
<i>quitanda</i>	ki-tanda	N	N	mercado, feira, praça; de <i>kitanda</i> 'estrado / esteira'	mercado, feira, praça; posto de venda de géneros frescos

Interpretando estes exemplos, podemos verificar que o prefixo *ki-* está associado, em termos gerais, ao valor de intensificação do tamanho ou dimensão (*e.g.*: *quilápi* ‘lápiz grande’) ‘fiado, crédito’; *quinda* ‘cesto grande’; *quissonde* ‘formiga grande/brava’), mas também ferocidade/violência (*e.g.*, *quifumbe* ‘assassino’), ou valor pejorativo, quando associado a formas do português (*e.g.*: *quitia* ‘solteirona’; *quipessoa* ‘indivíduo bruto, desajeitado ou sem escrúpulos’; *quivelho* ‘pessoa velha e caquética’; exemplos não atestados no *corpus*, mas também atestados no POL). Mas *ki-*, mantido em muitos empréstimos, nem sempre tem o valor gradativo, expressando a marca do singular dos nomes comuns com traço [\pm concreto] (*e.g.*, *quijila*, ‘preceito’; *quitanda*, ‘mercado’).

As estruturas das palavras ilustradas em (61) permitem-nos concluir que o prefixo *ki-* integra o radical da nova palavra, tal como ocorre noutros casos atrás reportados:

- (61) a. $ki]_{\text{PREF JIL}}]_{\text{RAD NOM a}}]_{\text{IT}}]_{\text{TEMA}}$ *quijila*
 b. $KIJIL]_{\text{RAD NOM a}}]_{\text{IT}}]_{\text{TEMA}}$ *quijila*

V. Generalizando

Além da função de desambiguar situações de homonímia, ambiguidade e/ou vagueza, como constatação geral, extensiva aos quatro pontos analisados nessa subsecção, consideramos que a manutenção dos prefixos ocorre ainda em Kimbundu, justificada pela necessidade da modificação do sentido da palavra num novo contexto, que é ditada pela mudança da categoria lexical. Por exemplo, verifica-se a passagem de verbo para nome, no caso de muitos empréstimos com prefixo *ka-*, cuja base etimológica é verbal, conformando estruturas formadas por conversão, típica em português (cf. *cassumbula* < *ka-sumbula* < *ku-SUMBULA*; *cassumuna* < *ka-sumuna* < *ku-SUMUNA*). Primeiro ocorre o processo de reanálise em Kimbundu e depois a palavra transita para português, com a forma mais ou menos integralmente mantida.

• Manutenção dos prefixos nominais do plural

Muitos empréstimos lexicais das LBA integrados no POL privilegiaram as formas do plural em detrimento das do singular. Conforme as tabelas abaixo, trata-se de palavras que exibem os seguintes prefixos plurais:

- (i) **prefixo *mi-*** (cl. 4): entra na formação do plural dos nomes com o prefixo *mu-* (cl. 3), do singular. Estes nomes referem entidades com traço semântico [\pm concreto], tal como os exemplificados na tabela que se segue:

Tabela 26: Empréstimos adotados com prefixo nominal do plural *mi-* (cl. 4)

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>miconde</i>	mi -konde	N	N	bolos secos; cavacas; variedade de doce, rijo e em forma de argola	<i>idem</i>
<i>mengueleca</i>	mi -engueleka	N	N	esparregado, feito de folha de abóbora	<i>idem</i>
<i>missanga</i>	mi -sanga	N	N	contas de vidro; colar, adorno feminino	<i>idem</i>

(ii) **prefixo *ma-*** (cl. 6): serve para formar o plural dos nomes com prefixo *di-* (cl. 5), no singular, aqueles que também referem entidades com traço semântico [\pm concreto]. As palavras da tabela abaixo representam o conjunto de empréstimos lexicais integrados no POL com este prefixo do plural:

Tabela 27: Empréstimos adotados com prefixo nominal do plural *ma-* (cl. 6)

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>mabanga</i>	ma -banga	N	N	espécie de marisco (ameijoas), bastante apreciado em Luanda	<i>idem</i>
<i>maboque</i>	ma -bole	N	N	fruta silvestre, típica de Angola	<i>idem</i>
<i>marimbondu</i>	ma -dimbondu	N	N	insetos da família dos Vespídeos, geralmente dotados de ferrão...	<i>idem</i>
<i>mateba</i>	ma -teba	N	N	fibra obtida a partir de uma espécie de palmeira (raqítica e de poucas folhas), abundante em zonas costeiras de Angola	<i>idem</i>

(iii) **prefixo *i-***: faz parte da classe 8 e forma o plural de *ki-* (classe 7) de certos nomes com traço semântico [\pm concreto]. O exemplo da Tabela 28 ilustra o único empréstimo com esse prefixo identificado no *corpus*¹⁹⁹:

¹⁹⁹ Fora esse material, existem outras palavras marcadas por esse prefixo pluralizador, por exemplo: *imbangala(s)* < KIMBANGALA (sg) / IMBANGALA (pl) ‘povo ou indivíduo originário da etnia dos *mbangala*, que habitam nas províncias de Malange e Lunda Norte; *Ingombota* < NGOMBOTA (etimologicamente, *ngombo* ‘foragido’ e *kuta* ‘estabelecer’, indicando o lugar pantanoso onde se escondiam escravos foragidos; ver: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ingombota>; acesso:12.09.2018). Na atual divisão político-administrativa de Luanda, *Ingombota* é um dos distritos urbanos do Município de Luanda.

Tabela 28: Empréstimo adotado com prefixo nominal do plural *i-* (cl. 8)

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>imbamba</i>	<i>i-mbamba</i>	N	N	coisas; objetos	tralhas; embrulhos; bagagem

(iv) **prefixo *ji-***: da classe 10, entra na formação do plural dos nomes comuns pertencentes à classe 9, os mesmos que não possuem PN no singular. Trata-se de um prefixo que se junta aos radicais de nomes que indicam entidades, situações, estados ou objetos diversos. Para a descrição dos casos referentes a este prefixo, apoiemo-nos nos empréstimos exemplificados na seguinte tabela:

Tabela 29: Empréstimos adotados com prefixo nominal do plural *ji-* (cl. 10)

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>jimboa</i>	<i>ji-mboa</i>	N	N	legume angolano, espontâneo na época das chuvas, e de grande valor nutritivo	<i>idem</i>
<i>jindungo</i>	<i>ji-ndungo</i>	N	N	espécie de pimenta malagueta	<i>idem</i>
<i>jinguba</i>	<i>ji-nguba</i>	N	N	amendoim	<i>idem</i>
<i>jinguenga</i>	<i>ji-nguenga</i>	N	N	fruto silvestre, abundante em algumas regiões de Angola	<i>idem</i>
<i>jinguinga</i>	<i>ji-nguinga</i>	N	N	prato típico de Angola, feito de dobrada de cabrito enrolada com intestinos	<i>idem</i>

Feita a caracterização particular de cada prefixo e apresentados os respetivos exemplos, passemos agora à análise conjunta das implicações da presença desses prefixos nos empréstimos lexicais em estudo na presente subsecção, considerando quatro aspetos que propiciaram a adoção do prefixo plural em detrimento do prefixo do singular: dois de carácter formal e outros de carácter semântico:

- (i) Redução do PN *di-* (cl. 5) e a sua substituição pelo prefixo *ma-* (cl. 6), ditada por razões formais da LO (Bonvini 2008:139). Eventualmente, para se evitar a vagueza da palavra original, optou-se por se adotar o prefixo plural *ma-*, por sinal bastante produtivo no nosso *corpus*.

(ii) Estratégia de reestruturação da sílaba /N/CV ou de restrição da ocorrência da consoante prenasalizada em posição inicial, inexistente em português, mas presente no étimo banto, sobretudo naquelas palavras que não exibem prefixo nominal no singular (e.g.: *jimboa*, ‘hortaliça’; *jindungo*, ‘pimenta malagueta’; *jinguba*, ‘amendoim’; etc.). Aliás, López (2013:11) reconhece o facto de que a ausência de um prefixo do singular no étimo pode ter facilitado a inserção de *ji-* nos empréstimos do tipo dos exemplificados na Tabela 29.

(iii) O carácter genérico do objeto referido: *imbamba*, ‘tralhas, coisas’; *miconde*, ‘doce (de rua) típico de Angola’; *missanga*, ‘contas de vidro, adorno’.

(iv) Os traços semânticos específicos das entidades envolvidas também jogaram o seu papel decisivo na opção do prefixo do plural:

a. nomes com traço semântico [+massivo; -contável]: *jimboa*, ‘hortaliça...’; *jinguba*, ‘amendoim’; *jinguinga*, ‘dobrada de cabrito’; *mabanga*, ‘espécie de marisco’; *macunde*, ‘feijão frade’; *maruvo*, ‘vinho de palma’; *mengueleca*, ‘esparregado da erva de abóbora’;

b. nomes que referem elementos de espécies determinadas: *mabeco*, ‘cão selvagem’; *maboque*, ‘fruto silvestre comestível’; *marimbondo*, ‘inseto vespídeo’; *mateba*, ‘espécie de palmeira raquítica’.

Em POL, os prefixos mantidos nesses empréstimos perderam o seu traço de pluralidade; ou seja, perderam a “sua função gramatical de partícula pluralizadora/determinante e de concordância” (López 2013:19), passando apenas a integrar o radical da nova palavra, ou, como afirmam Angenot e Jacquemin (1976:13, *apud* López:14), “os prefixos de origem bantu se integram ao sistema da língua portuguesa fundindo-se ao radical nominal do qual eles não se distinguem mais”.

Mingas (2000:84), analisando este fenómeno, fala da “singularização dos plurais do Kimbundu”, na adaptação de certas palavras dessa língua no português falado em Luanda (e.g.: “*ambundu*, *imbamba*, *jindungo*, *jinguba*, *mabanga*, *malamba*, *mabeco*, *massango*, *missanga*”). Para a autora, “todos esses itens lexicais estão no plural, mas entram no português como se estivessem no singular, fazendo, por conseguinte, o plural como qualquer outra palavra portuguesa: com sufixação do morfema plural /-s/”, como

se confirma em formas do plural correspondentes: “*ambundos, imbambas, jindungos, jingubas, mabangas, malambas, mabecos, massangos, missangas*” (*idem*)²⁰⁰.

Este tipo de empréstimos diz respeito às estruturas dos chamados “duplos plurais”, que consistem na flexão dupla de uma palavra. Concretamente, essas novas palavras integradas na LA com a sua forma prefixal do plural, mas consideradas formas do singular, estão sujeitas à flexão em número nessa língua. Também são considerados como casos de “dupla morfologia”, que remetem para as “palavras emprestadas das línguas bantas na forma do plural, como, por exemplo, *macota, miçanga*, [e que] recebem no PA, ou no PB, outros morfemas de plural (*os macotas, as miçangas*)” (Petter 2008:120)²⁰¹. Segundo esta autora, este processo não acontece apenas na subvariedade do PA, mas também no PM, conforme se pode constatar a partir da palavra *machamba* (‘plantação’), inicialmente um “empréstimo do suaíli, *shamba* (singular) / *mashamba* (plural)”, que depois passou para as línguas daquele país e destas para o português, privilegiando também a forma do plural. Nesse caso, a marca de plural da LO é apenas formal, pois o empréstimo comporta-se plenamente como um vocábulo no singular. A sua integração efetiva na nova língua é vista como processo de “reformatação linguística” (Bonvini 2008:137-143, *apud* Petter 2008:185), quando adaptado estavelmente à gramática da LA.

Nos casos em apreço, a inserção do prefixo plural ocorre ainda em banto, cujas formas contrastam com as do singular, conforme as tabelas acima. O português, como língua de adoção, limita-se a integrar as palavras já pluralizadas, mas com valor singular, uma vez despojadas morfológica e semanticamente do seu traço de pluralidade.

Consideremos as estruturas seguintes, que dão conta da presença do referido prefixo banto nos empréstimos que são caracterizados como “duplos plurais”:

²⁰⁰ Nzau (2011:11), apoiando-se na autora referida nesse parágrafo, trata esses empréstimos como “casos de lexicalização apenas a partir do plural”.

²⁰¹ Em português, existem empréstimos de outras línguas que também apresentam esse comportamento, embora contestados por muitos puristas; por exemplo, o *graffiti* / *os graffitis*, do italiano *graffito* (sg) / *graffiti* (pl) e a *pizza* / *as pizzas*, também do italiano *pizza* (sg) / *pizze* (pl); ou as palavras de origem hebraica *querubim* e *serafim*, formas do plural, nessa língua, mas que em português são pluralizadas com as formas *querubins* e *serafins*, respetivamente. Para muitos autores, “não faz qualquer sentido flexionar duplamente uma palavra no plural” (cf. <http://linguamodadoisec.blogspot.com/2009/03/grafittis-pizzas-e-galinhas-inglesas.html>; acesso: 22/06/2015). Aqui reside, talvez, o cerne da divergência na adaptação de muitos termos das línguas bantas para as línguas europeias essencialmente, um dos quais, de maior simbolismo, é *BANTU*, que segundo os bantuístas não deve ser pluralizado nas LA; mas, em português, pode ser perfeitamente adaptado, de acordo com as regras flexionais dessa língua, e daí as formas *banto/bantos*; *banta/bantas*, como já salientado preliminarmente, em 1.4.

- (62) a. mi]_{PREF} SSANG]_{RAD NOM a]}IT]_{TEMA} *missanga*
 b. MISSANG]_{RAD NOM a]}IT]_{TEMA} *missanga*

• Manutenção do prefixo verbal

Neste tópico, vamos analisar alguns empréstimos lexicais das LBA no POL caracterizados pela manutenção do prefixo verbal banto. Em línguas como o Kimbundu, existe um prefixo *ku-* (cl. 15), que se liga ao radical para marcar a forma infinitiva de todos os verbos, independentemente das suas propriedades sintático-semânticas (cf. 4.2.2). No *corpus*, identificámos alguns empréstimos que mantiveram o referido PV, mas formando-se nomes com traço [+humano], conforme os exemplos da tabela seguinte:

Tabela 30: Empréstimos adotados com prefixo verbal *ku-* (cl. 15)

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>cunanga</i>	ku- nanga	V	N	passar tempo livre; folgar; estar desocupado	indivíduo sem ocupação ou trabalho; desocupado; vagabundo
<i>cupapata</i>	ku- papata	V	N	agarrar-se a alguém, para não se desequilibrar	moto táxi, usado em zonas periféricas de algumas cidades de Angola
<i>curibota</i>	ku- dibota	V	N	perder-se; entregar-se a futilidades ou má vida	traíçoeiro; bisbilhoteiro; alcoviteiro; o m. q. <i>fofoqueiro</i> (no PB)

Ora, em várias línguas bantas, e o Kimbundu é uma delas, os nomes exemplificados na tabela anterior e denotando entidades humanas requerem os PN *mu-* (cl. 1) e *a-* (cl. 2), para marcarem respetivamente o singular e o plural. Recorrendo aos processos de formação de palavras disponíveis nessas línguas (cf. 4.2.3), teríamos: *munangi* / *anangi*, ‘indivíduo(s) desocupado(s)’; *omupapati* / *ovipapati*, ‘o(s) que (se) agarra(m)’ (Umbundu); e *mubote(se)* / *abote(se)*, ‘causador(es) {da perda / do desperdício}’ (Kimbundu).

A manutenção deste prefixo verbal implica que o PN *mu-*, que deveria estar presente, foi substituído pelo PV *ku-*, para designar entidades humanas. Neste caso, por extensão metonímica, o estado de coisas expresso pelo verbo passa agora a designar a entidade detentora dessa faculdade, mas sem alteração da estrutura formal do referido termo, tal como ocorre em casos de conversão (similares aos reportados em 5.1.3, abaixo),

atestados em português. A conversão de palavras de uma classe para outra tipifica um dos processos de criatividade lexical, ao mesmo tempo que serve de estratégia de integração de empréstimos lexicais na estrutura morfológica da LA (Winford 2005:50).

Essa manutenção decorre da reinterpretação do valor semântico do prefixo da classe verbal 15, já em português, pois que o mesmo também está presente em alguns nomes; ou seja, nos exemplos acima, o referido prefixo mantém-se não com valor de PV, mas sim com o de PN, designando seres humanos. Em termos estruturais, consideremos o exemplo em (63), para nos ajudar a interpretar a situação descrita:

- (63) a. cu]_{PREF RIBOT}]_{RAD NOM a}]_{IT}]_{TEMA} *curibota*
 b. CURIBOT]_{RAD NOM a}]_{IT}]_{TEMA} *curibota*

Esse elemento inicial agora é parte do radical da palavra emprestada ao português, cujo significado decorre da nova aceção que lhe é atribuída, num novo contexto também.

5.1.1.2. Não manutenção de prefixos

Diferente dos casos anteriores é o caso dos empréstimos lexicais integrados no POL sem a manutenção dos prefixos bantos. A ausência desses constituintes morfológicos não provocou a perda do sentido original das unidades lexicais adotadas, embora tivesse ocorrido mudança da categoria lexical de certas palavras. Por exemplo, os verbos mudaram para nomes, como se pode constatar nos empréstimos apresentados na tabela que se segue (apesar de serem prefixos diversos presentes no étimo, o elemento de semelhança entre essas unidades lexicais é a ausência do prefixo em causa):

Tabela 31: Empréstimos sem manutenção de prefixo nominal banto

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>camba</i>	di-kamba	N	N	amigo, companheiro.	<i>idem</i>
<i>semba</i>	di-semba	N	N	estilo musical e dança típicos de Angola	<i>idem</i>
<i>seixa</i>	ka-sexi	N	N	pequeno antílope ruminante	<i>idem</i>
<i>tambula</i>	ku-tâmbula	V	N	Receber	ofertório; momento de ofertório na missa católica
<i>xídi</i>	u-xidi	N	N	azar; infortúnio; pouca sorte	<i>idem</i>

Conforme os elementos desta tabela, o fenómeno aqui em análise afeta mais concretamente empréstimos cujos étimos apresentam os seguintes PN: *di-* (cl. 5), *ka-* (cl. 12) e *u-* (cl. 14); este último tem a ver genericamente com nomes comuns abstratos.

Interessa reforçar a ideia da queda de *di-*, como já explicado em 5.1.1.1. Petter (2008:120) defende que esse fenómeno, do qual decorrem formas como *cota*, ‘mais velho, adulto’ (< DIKOTA), em português, é resultado da “reanálise morfológica” feita pelo falante do Kimbundu, pelo facto de esse radical por si só suportar o conteúdo nominal e evitar redundância. As palavras assim integradas adequam-se à morfologia da LA, que dispõe de marcadores próprios de número e género.

Os empréstimos exemplificados na tabela anterior são formados apenas por radicais das palavras do Kimbundu, além da vogal final. Mesmo sem o respetivo prefixo, essas estruturas parecem suportar o significado, sem consequências de vagueza ou ambiguidade, como aquela apontada sobre a manutenção de prefixos, na subsecção precedente. Apesar dessa evidência, em alguma variedade socioletal ou idioletal, podem ocorrer variantes que incorporam o prefixo, originando assim formas em competição, ainda que apenas em termos informais; por exemplo, *cota* vs. *dicota* vs. *macota*, ‘mais velho; adulto’, e *semba* vs. *massemba*, ‘dança e música típica de Angola’²⁰².

Diferentes dos casos discutidos acima, marcados pela presença do prefixo na palavra adotada em português, esses empréstimos já não exibem este elemento no radical; ou seja, conforme os exemplos seguintes, a estrutura dessas palavras é formada apenas pelo radical banto e o IT, que também provém da LO:

- (64) a. Ø]_{PREF} SEMB]_{RAD NOM a]}IT]_{TEMA} *semba*
 b. SEMB]_{RAD NOM a]}IT]_{TEMA} *semba*

Sobre a queda de prefixos, temos a destacar ainda, de modo particular, os empréstimos cuja estrutura é resultante da queda do prefixo verbal *ku-* (cl. 15). A não

²⁰² Este é um aspeto que deve merecer uma abordagem particular, para se determinarem a regularidade e o grau de frequência de um e de outro tipo de termos. Mas provavelmente está subjacente ao aspeto pragmático, além do diacrónico, no uso dos referidos termos em competição. Por exemplo, salvo alguma exceção, no par *cota* vs. *macota*, o primeiro termo é mais moderno ou recente, aplicável genericamente a qualquer pessoa adulta; o segundo é mais antigo, com um sentido que se restringe a adultos com certa responsabilidade na comunidade; no par *semba* vs. *massemba*, apesar de ambos os termos referirem estilos de dança, o primeiro indica uma dança moderna e um estilo musical também, enquanto o segundo remete mais para um estilo de dança tradicional, próprio de grupos folclóricos de Luanda, em particular, e dos quimbundos, no geral.

manutenção deste prefixo nos verbos decorre possivelmente do facto de, em Kimbundu, o mesmo nem sempre se realizar em formas de conjugação verbal. Para a análise destes casos, consideremos os empréstimos da tabela seguinte²⁰³:

Tabela 32: Empréstimos formados a partir da queda do prefixo verbal *ku-* (cl. 15)

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>bassula</i>	<i>ku-basula</i>	V	N	quedar; deixar cair; dividir ao meio	queda; jogo/brincadeira praticado pelos pescadores da ilha de Luanda
<i>bungula</i>	<i>ku-bungula</i>	V	N	inclinar-se	dança tradicional angolana, que consiste em saracotear-se
<i>comba</i>	<i>ku-komba</i>	V	N	varrer; limpar	ritual de conclusão de óbito, similar à missa do sétimo dia.
<i>zongola</i>	<i>ku-zongola</i>	V	N	espreitar; observar à distância.	bisbilhoteiro; delator; espião
<i>zunga</i>	<i>ku-zunga</i>	V	N	vaguear; andar sem destino	venda ambulante (informal), nas ruas de uma cidade

Este caso está na fronteira da perda do prefixo e da conversão de radicais, processo que é tratado em 5.1.3, abaixo. De facto, a queda desse prefixo é concomitante com a formação de nomes a partir de bases verbais, sem recurso a afixos derivacionais (*bassula*, *bungula*, *comba*, *zongola*, *zunga*), indiciando assim uma recategorização lexical, com a passagem de uma classe para outra. Nesta perspectiva, podemos assumir que estamos perante o processo de conversão de bases verbais (cf. também 5.1.3), semelhantemente ao que ocorre em línguas como o português, através do qual se criam novas palavras, de outra classe (no caso, $V > N$), sem se empregar nenhum tipo de afixação (Arim e Freitas 2003:2). Na adaptação ao português, a vogal *-a* final do étimo é reinterpretada como marcador temático nominal, na conversão $V > N$ (por exemplo, $(ku-)tambula > [TAMBUL]_{RAD\ NOM} a]_{IT}$), e como vogal temática, nos casos $V > V$ (por exemplo, $(ku-)xingar > [XING]_{RAD\ VERB} a]_{VT\ r}$). A vogal banta em causa não está presente, quando se juntam as

²⁰³ A presente tabela inclui apenas nomes formados a partir da supressão do prefixo verbal, mas também existe outro tipo de estruturas decorrentes desse processo, como damos conta em 5.1.4, sobre os diferentes casos de sufixação. Ou seja, destas palavras, podem formar-se também outros nomes (e.g., *xinguilamento* < *xinguilar* < KUXINGILA) e verbos (e.g., *bassular*, *cunangar*, *jingar*, *zongolar*, etc.).

chamadas extensões verbais, sendo considerada uma vogal que marca a forma infinitiva dos verbos, sem os classificar em tipo de conjugação, diferentemente do português²⁰⁴.

Estes empréstimos V > N podem equiparar-se a palavras que são formadas nos mesmos moldes, em português e noutras línguas semelhantes, já que os processos de geração de novas palavras são similares, partindo de bases verbais para nominais (*cortar* > *corte*; *embarcar* > *embarque*; *jogar* > *jogo*, *escolher* > *escolha*; *perder* > *perda*; *socorrer* > *socorro*; *curtir* > *curte* (cf. Arim e Freitas 2003:11). A diferença é que, em português, é o radical verbal que sofre conversão e neste processo de adaptação do Kimbundu é a base que inclui a vogal *-a*, maior que o radical.

As estruturas a seguir exemplificadas permitem explicar que a palavra integrada no POL perde o prefixo banto, cujo vestígio não é fácil de recuperar. Esta interpretação é diferente da que tivemos nos casos acima reportados, nos quais o prefixo é parte integrante do radical da nova palavra e etimologicamente recuperável:

- (65) a. Ø]PREF ZUNG]RAD NOM por conversão a]IT]TEMA *zunga*
 b. ZUNG]RAD NOM por conversão a]IT]TEMA *zunga*

Em termos gerais, nota-se que muitos desses empréstimos parecem ser recentes e não se atestam noutras variedades do português. Restringem-se, portanto, ao contexto angolano, no qual estão em competição com as palavras vernáculas de português: *camba* vs. *amigo*, *xidi* vs. *azar*, *tâmbula* vs. *ofertório* (religioso), *quínguila* vs. *cambista informal*, *zongola* vs. *bisbilhoteiro*.

5.1.1.3. Palavras adotadas sem prefixo em banto

Diferentes dos casos da subsecção anterior, neste tópico agrupámos todos os empréstimos resultantes de étimos que já não possuíam o PN em Kimbundu, mais concretamente palavras pertencentes à classes 9. A análise que se segue centra-se em quatro tipos de estruturas afetadas por essa estratégia de integração: (i) palavras integradas sem nenhuma alteração estrutural, dada a coincidência formal com as palavras vernáculas da LA; (ii) palavras integradas mantendo algum traço da LO (consoantes prenasalizadas), inexistente na LA; (iii) palavras integradas através da desnasalização das consoantes prenasalizadas; e (iv) palavras integradas com a inserção de vogal protética.

²⁰⁴ Sobre a natureza desta vogal, ver a explicação apresentada em 4.2.2.

I. Empréstimos com simples transposição da forma banta

Neste ponto, analisamos as palavras do Kimbundu da classe 9 integradas no POL sem sofrerem qualquer alteração da sua estrutura dada a coincidência formal:

Tabela 33: Empréstimos sem prefixos nominais bantos, simplesmente integrados na LA

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>fuba</i>	Ø-fuba	N	N	farinha de mandioca, milho, batata doce, massambala...	<i>idem</i>
<i>funge</i>	Ø-funji	N	N	espécie de pasta feita de farinha de mandioca, milho	<i>idem</i>
<i>lambula</i>	Ø-lambula	N	N	espécie de sardinha grossa	<i>idem</i>
<i>palanca</i>	Ø-phalanga	N	N	antílopes do género <i>Hippotragus</i> , originários de África	<i>idem</i>
<i>sanzala</i>	Ø-sanzala	N	N	aldeia, povoação rural	<i>idem</i>

Fazem parte desse grupo nomes que denotam uma diversidade de entidades do mundo com o traço semântico [\pm comum]. O elemento lexical que corresponde ao próprio radical da palavra preenche, por si só, condições para suportar o conteúdo que a palavra veicula, dispensando o PN. Muitas dessas palavras referem entidades que denotam elementos não contáveis ou não quantificáveis, por apresentarem um traço [+massivo] (*e.g.*, *fuba*, *funge*); ou denotam elementos representativos de uma espécie, tomados num sentido genérico, quando no singular (*e.g.*, *lambula*, *palanca*).

Quanto à sua integração na LA, não sofrem aparentes alterações formais, havendo transposição integral de uma língua para outra. Parece-nos que o facto de muitos deles estarem em conformidade com a estrutura formal da LA, sobretudo nos aspetos segmental e silábico, facilita esse processo de integração. Essa conformidade passa, contudo, pela reanálise da vogal final dos radicais bantos em índice temático, em português. Podemos falar aqui de “empréstimos formais”, semelhantes aos analisados na secção 5, acima, não em alusão àqueles que são assim considerados pelas dificuldades da sua adaptação estrutural e ortográfica, mas sim aos que facilmente se conformam ao sistema LA.

Essas palavras confundem-se com as vernáculas e a sua identificação como elementos exógenos à LA requer um certo conhecimento da etimologia das mesmas. Por exemplo, palavras como *fuba*, *palanca* e *sanzala* podem passar despercebidas à compreensão de locutores menos atentos ou não preocupados com as questões etimológicas, ao ponto de não conseguirem relacionar a sua origem com as línguas bantas.

II. Empréstimos com manutenção de consoantes prenasalizadas iniciais

Esses empréstimos, caracterizados particularmente pela presença das consoantes prenasalizadas (cf. 4.1.2.1.2) em início da palavra, ocorrem na estrutura silábica NCV, que é estranha ao PE, mas aceite em POL, conforme os exemplos da tabela seguinte:

Tabela 34: Empréstimos com consoante prenasalizada inicial

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>mbica</i>	Ø-mbika	N	N	o. m. q. pevides	<i>idem</i>
<i>ndengue</i>	Ø-ndenge	Adj	N	pequeno (para entidades humanas)	criança; miúdo; petiz; o m. q. <i>candengue</i>
<i>ngongoenha</i>	Ø-ngongowenya	N	N	guloseima, feito à base de farinha de mandioca, com água e açúcar	<i>idem</i>
<i>nguímbe</i>	Ø-ngimbe	N	N	lugar encantador ou predileto	uma das designações populares da cidade de Luanda

O aspeto interessante a analisar aqui é que a integração deste tipo de empréstimos tem implicações fonológicas, bem evidentes. A manutenção das consoantes prenasalizadas nas palavras em questão implica a presença, no POL, de um segmento estranho ao sistema fonológico do PE e consequentemente de palavras com a sílaba inicial NCV, restringida obviamente a essa subvariedade:

- (66) a. /Nb/ → [mb] *mbica*
 b. /Nd/ → [nd] *ndengue*
 c. /Ng/ → [ng] *nguimbi*

Os grupos de segmentos ilustrados em (66) constituem grupos consonânticos que envolvem o elemento nasal (/N/), que é homorgânico às consoantes oclusivas orais vozeadas (/b, d, g/). Apesar de o *corpus* nos ter fornecido um número reduzido de empréstimos com esse tipo de consoantes em posição inicial absoluta, podemos encontrar outras ocorrências, resultantes das LBA, sobretudo antropónimos (*e.g.*, *Ngola*, *Ndala*, *Ndunduma*, *Ndunguidi*, *Nzinga/Njinga*, *Nvunda*). Por outro lado, há também registos de palavras desse tipo, criadas no português e usadas na variedade do PA, sobretudo no registo de calão ou gíria (*e.g.*, *mboa*, ‘rapariga, mulher’; *mbila*, ‘camisa’ (atestadas em Chavagne 2005:97); *nduta*, ‘condutor (de viatura); etc.).

Em última análise, interessa reter três aspetos que achamos importantes: (i) de acordo com Kang (2013:14), este é um daqueles casos em que determinados empréstimos lexicais resistem à pressão para se conformar e reter padrões estruturais da LA, como é tendência geral, levando a questionar os critérios que permitem adaptar uns e restringir outros empréstimos; (ii) as consoantes prenasalizadas passam a fazer parte do inventário das consoantes do POL, configurando uma tendência ou um dos traços peculiares da variedade do português falado em Angola, no qual se insere a subvariedade do português de Luanda; e (iii) a inserção dessas palavras pode situar-se na fase recente da evolução do português em Angola; ou seja, aparecem no PA, embora ainda não integradas plenamente, a julgar pela sua estrutura formal e ortografia, na fase posterior à época colonial, diferentes de outras atestadas anteriormente, nos primórdios da presença do português²⁰⁵. Contudo, parece-nos que a legitimação dessa tese carece de estudos diacrónicos, que não constituem o enfoque deste trabalho.

III. Empréstimos com perda das consoantes prenasalizadas iniciais

Aqui lançamos um breve olhar para os empréstimos exemplificados na Tabela 35 presentes no POL sem o PN, que também já não existia nos étimos singulares bantos. Essas palavras sofreram desnasalização do tipo de consoantes analisadas anteriormente.

²⁰⁵ É este o tipo de empréstimos considerado como “estrangeirismos”, por não se conformarem à ortografia da LA; a sua grafia é estranha ao sistema ortográfico da nova língua, pois mantêm a forma da LO.

Tabela 35: Empréstimos integrados com a perda do timbre nasal inicial

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>bombó</i>	Ø- <u>m</u> bombu	N	N	mandioca demolhada que, depois de seca; come-se assada ou serve para preparar <i>fuba de bombó</i>	<i>idem</i>
<i>dendém</i>	Ø- <u>n</u> dende	N	N	fruto do dendezeiro de cujo pericarpo se extrai o óleo ou azeite de palma, e cuja amêndoa, conhecida por coconote	<i>idem</i>
<i>jango</i>	Ø- <u>n</u> jango < onjo + hango	N	N	casa + conversa	espécie de caramanchão, ponto de encontro da população, para comer e conversar.

Essas palavras já não podem ser consideradas como adotadas sem qualquer adaptação, pois sofreram a perda do timbre nasal inicial da estrutura do radical. Para se adaptarem à estrutura fonológica do português, a nasal inicial, /N/, deixa de estar presente, passando as palavras aportuguesadas a iniciarem-se pelas consoantes orais subsequentes. Este aspeto é consequência da alteração da sílaba NCV banta, transformada em sílaba CV, em português, como damos conta em 5.2.2.1, mais abaixo.

Este fenómeno, conhecido como “aférese” (supressão de segmentos em início de palavra), constitui uma das estratégias para restringir a ocorrência da consoante prenasalizada e da estrutura silábica que a suporta, em PE. Este processo é semelhante a outros que concorrem para a mesma finalidade: (i) inserção de segmentos no meio da palavra (epêntese), no caso entre a nasal e a consoante oclusiva oral (cf. *Negola* < NGOLA ‘marca de cerveja’, *Negage* < NGAZI ‘topónimo’), e (ii) inserção de segmentos em início da palavra (protése), cujos casos passamos a descrever seguidamente.

IV. Casos de inserção da vogal protética

A integração no POL dos empréstimos aqui em análise foi feita com recurso à inserção das vogais *i-* e *a-*, no início das palavras bantas, isto é, à esquerda dos radicais bantos, conforme os exemplos da tabela que se segue.

Tabela 36: Empréstimos adotados através da inserção da vogal protética

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>imbondeiro</i>	Ø-mbondo	N	N	boabá, uma árvore da espécie <i>Adansonia</i> ; comum nas florestas, savanas e regiões costeiras de Angola	<i>idem</i>
<i>alembar</i>	< lembar ku-lemba	V	V	dar dote; presentear a família da mulher	<i>idem</i>

Considerando as palavras apresentadas nesta tabela, parece-nos evidente que, como uma consequência natural da adaptação desse empréstimo à estrutura da LA:

- a vogal *i-* foi inserida na palavra *imbondeiro*, como simples vogal protética, introduzida como estratégia de reestruturação silábica para restringir a ocorrência da sílaba NCV, em início de palavra, proibida em português. Apesar da baixa frequência deste tipo de empréstimos no *corpus*, muitos outros exemplos atestam-se no PA, tendo como o mais simbólico *Angola* < a+NGOLA, estrutura marcada pela inserção da vogal protética *a*.

- o segmento vocálico *a-* presente em *alembar* é idêntico ao que entra na formação de determinados verbos em português, pelo processo de derivação parassintética, como abordado mais abaixo (5.1.5)²⁰⁶. Contudo, visto que a parassíntese ocorre sobretudo na formação de verbos a partir de bases não verbais, sendo casos como *a-DORM-ec(er)* não muito frequentes, e sendo a base banta de *alembar* já verbal, admite-se tratar-se também de prótese, como ocorre em palavras do tipo de *amandar*, *amostrar*, *assoprar*, em PE, e não de parassíntese com o afixo descontínuo *a...Ø*, como o caso de *ajindungar*, também analisado na subsecção referida anteriormente.

Consideremos, a seguir, os exemplos das estruturas morfológicas finais dos empréstimos analisados ao longo da presente subsecção, reforçando a explicação das estratégias aplicadas na integração dos mesmos.

(67) a. Ø]_{PREF} FUNG]_{RAD NOM e]}IT]_{TEMA} → FUNG]_{RAD NOM e]}IT]_{TEMA} *funge*

b. Ø]_{PREF} NDENG]_{RAD NOM e]}IT]_{TEMA} → NDENG]_{RAD NOM e]}IT]_{TEMA} *ndengue*

²⁰⁶ Note-se que *alembar* se formou de *lembar*, já aportuguesado, e é da base do verbo *alembar* que deve ter sido formado por derivação o nome *alembamento* (tratado em 5.1.4).

c. Ø]PREF BOMBO_{RAD NOM} Ø]IT]TEMA → BOMBO_{RAD NOM} Ø]IT]TEMA *bombó*

d. i]V PROT] Ø]PREF MBOND]RAD NOM O]VT]TEMA] eiro]SUFIXO → IMBOND]RAD NOM O]IT]TEMA] eiro]SUF DERIV *imbondeiro*²⁰⁷

Evidencia-se aqui o facto de o primeiro elemento de cada par indicar a ausência do prefixo banto no étimo, afetando consequentemente a estrutura da nova palavra (precedida de “→”).

5.1.1.4. Palavras adotadas com recuperação de prefixo do banto

Na presente subsecção, centramos a nossa análise nos empréstimos integrados no POL que incorporam na sua estrutura prefixos PN bantos não presentes nas palavras de origem, que são nomes da classe nominal 9. Neste caso, realçam-se os prefixos:

- (i) *ka-* (cl. 12) e *ki-* (cl. 7) veiculam sentido gradativo, associado sobretudo aos valores afetivo e depreciativo, conforme já definido em 5.1.1.1, mais acima.
- (ii) *lu-* (cl. 11) indica o singular dos nomes com traço [\pm concreto];
- (iii) *mu-* (cl. 4) refere igualmente o singular de nomes com traço [\pm concreto].

Tabela 37: Empréstimos adotados com a recuperação de um prefixo banto

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Classe gramatical		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>candengue</i>	Ø-ndenge	Adj	N	menor; pequeno; inferior; fraco	criança, rapaz ou rapariga; miúdo/miúda; petiz
<i>luando</i>	Ø-ngandu	N	N	esteira grossa, feita de <i>mabu</i> ²⁰⁸	<i>idem</i>
<i>mujimbo</i>	Ø-njimbu	N	N	recado, notícia	notícia, zunuzum, boato
<i>quilápi</i>	Ø-lapi	N	N	lápiz grande, em alusão a registo de dívidas	venda a crédito; fiado; vale; dívida; empréstimo

²⁰⁷ O caso de (67d) representa uma das estratégias de reestruturação silábica, por um lado, e um mecanismo que conforma um processo típico do português, procurando ajustar a nova palavra à gramática da LA. Sendo assim, é possível denotar alguma reestruturação morfológica também: a vogal protética (V PROT) passa a fazer parte do radical da nova palavra e a vogal final do étimo é reinterpretada como o índice temático do empréstimo (nome).

²⁰⁸ *Mabu*: “... erva vivaz (*Cyperus papyrus*), da família das Ciperáceas, que se desenvolve em tufos flutuantes nas lagoas e águas mansas dos rios, ocupando milhares de hectares, e com cujos caules são produzidos os luandos; dibo (IDPE *online*; acesso: 22.11.2015).

Enquanto os prefixos *lu-* e *mu-* funcionam apenas como sílabas das novas palavras, sem um valor específico, *ka-* (> *ca-*) e *ki-* (> *qui-*) têm alguma função semântica na estrutura dos empréstimos. Por exemplo, Petter (2008:102), apoiando-se em Chavagne (2005), identifica diferentes valores para o prefixo *ka-*, cuja abordagem aqui retomamos, por considerá-la válida e pertinente para o nosso trabalho:

Ka- serve para formar diminutivo de nomes próprios como *Kanzua*, diminutivo de *Nzua*, adaptação fonológica de João. É utilizado como depreciativo, para apontar os defeitos físicos, como *kamabuinhi* ('desdentado'), *kamalundu* ('que tem olhos grandes'), *kamatama* ('bochechudo'), mas também como verdadeiro diminutivo, como em *kamulele* ('pequeno pedaço de tecido'), *kandenge* ('criança mais nova') *kandimba* ('coelhinho'); (Chavagne, 2005:172). Com o valor de diminutivo, *ka-* aparece em: - *cabocado*, advérbio 'um pouquinho', do português 'um bocado'.

Em relação ao prefixo *ki-*, a referida autora explica o seguinte:

[*Ki-*] É um prefixo aumentativo, no Kimbundu. Em PA, este prefixo, nem sempre de valor aumentativo, entra na formação de novos termos do português, mas está sempre em oposição com *ka-*, como no par *kalumba* / *kilumba* ('menina' / 'moça'). É também utilizado com palavras do português: *kilápi*, *kiveia* e *kitia*: - *kilápi* 'lápiz grande' e por metonímia, a censura (Petter 2008:105).

Os prefixos *ka-* e *ki-* são bastante produtivos, quando se juntam a formas do português para formar novas unidades lexicais híbridas, do tipo *capequeno* 'pequenito' e *capeixe* 'peixinho', muito usadas em contextos informais (cf. 5.1.7, mais abaixo). Os exemplos abaixo tipificam os casos de empréstimos que exibem na sua estrutura prefixos bantos recuperados por inexistirem no étimo.

- (68) a. $\text{mu}]_{\text{PREF}} \text{JIMB}]_{\text{RAD NOM O}}]_{\text{IT}}]_{\text{TEMA}} \rightarrow \text{MUJIMB}]_{\text{RAD NOM O}}]_{\text{IT}}]_{\text{TEMA}}$ *mujimbo*
 b. $\text{qui}]_{\text{PREF}} \text{LAPI}]_{\text{RAD NOM Ø}}]_{\text{IT}}]_{\text{TEMA}} \rightarrow \text{QUILAPI}]_{\text{RAD NOM Ø}}]_{\text{IT}}]_{\text{TEMA}}$ *quilápi*

Os prefixos com valor gradativo (*ka-* e *ki-*) reduzem ou intensificam esse traço nas palavras nas quais ocorrem, à semelhança dos sufixos avaliativos atestados em português, mas admitem a copresença desses elementos numa mesma estrutura (*cambutinha* < *cambuta*; *quilapinho* < *quilápi*), partindo do princípio de que o prefixo banto já é parte do radical do empréstimo. Quanto aos outros dois prefixos (*lu-* e *mu-*), perdem a sua função original, integrando apenas o radical da nova palavra.

5.1.1.5. Sequência de prefixos bantos

Esta subsecção foca o processo de adaptação dos empréstimos lexicais bantos em português que ostentam mais de um prefixo da LO na sua estrutura final. Seguindo o mesmo modelo das análises anteriores, começamos por descrever o tipo dos elementos concatenados aos radicais/bases bantas para formar essas novas palavras: (i) *mu-*: prefixo nominal, classe 1 (seres humanos), ou da classe 5 (entidades não humanas), ou ainda classe 18 (valor de locativo); (ii) *-xi*: (< *ixi*): elemento resultante da simplificação do nome *ixi*, vocábulo que designa noção de ‘terra; localidade...’. Com a queda de <i> inicial, assume aqui um valor de locativo/espacial; (iii) *ka-* e *ki-*: (classes 12 e 7), além do seu valor gradativo, podem apresentar também funções agentiva e designativa, expressando ideia de pertença ou posse de uma determinada qualidade ou atributo; *lu-*: prefixo nominal da classe 11 (singular), dos nomes com traço [\pm concretos]; (iv) *o-*: caracterizado como um preprefixo, é um constituinte morfológico, anteposto aos nomes de algumas LBA, como, por exemplo, o Umbundu; (v) *vi-*: PN (cl. 4), forma o plural de *u-*, em Umbundu, e *mu-*, respetivamente, e ocorre associado ao preprefixo *o-*; (vi) *wa-*: (< *-u-a*): é uma estrutura prefixal resultante da palatalização do prefixo *u-* e em contiguidade com outro prefixo, *a-* (cf. 4.1.2.3), cuja forma final serve para estabelecer a relação de pertença.

Para a análise, consideremos os dados da tabela seguinte:

Tabela 38: Empréstimos com sequência de prefixos

Palavra integrada em POL	Étimo banto	Prefixos			
		I	II	III	IV
<i>caluanda</i>	kaluwanda < mu-ku-a-lu-wanda	ka-	lu-	---	---
<i>camundongo</i>	kamundongo < ka-mu-ndongo	ka-	mu-	---	---
<i>camundombe</i>	kamundombe < ka-mu-ndombe	ka-	mu-	---	---
<i>monandengue</i>	monandenge < mona-wa-ndenge	---	wa- < u-a-	---	--
<i>muxiluanda</i> / <i>axiluanda</i>	Muxiluwanda / Axiluanda < mu/a-kwa-ixi-ya-lu-wanda	mu- /a-	kwa- < ku-a-	ya- < i-a-	lu-
<i>muangolé</i>	mukwangola < mu-kwa-ngola	mu-	kwa- < ku-a-	---	---
<i>ovimbundo</i>	ovimbundu < o-vi-bundu	o-	vi-	---	---
<i>quiabo</i>	ki-ngombo + ku-wa-besa	ki-	wa- < u-a	---	---

A tabela que se segue completa a anterior, em termos de classe gramatical e do significado desses empréstimos em português (“G” está por “gentílico”):

Tabela 38a: Classe gramatical e significado dos empréstimos com sequência de prefixos

Palavra integrada em POL	Étimo banto (já segmentado na tabela anterior)	Classe gramat.		Significado	
		LO	LA	LO	LA
<i>caluanda</i>	Mukwaluwanda	G	G	pertencente a Luanda	natural ou habitante de Luanda; luandense
<i>camundongo</i>	Camundongo	G	G	descendente do reino do Ndongo	designação pejorativa dada aos quimbundos pelos povos do sul de Angola
<i>camundombe</i>	Kamundombe	G	G	descendente dos povos mundombe (Benguela).	nativo do município do Dombe Grande (Benguela)
<i>monandengue</i>	Monandenge	N	N	filho pequeno (literal); criança, jovem	criança, miúdo, jovem
<i>muangolé</i>	Mukwangola	G	G	natural ou originário de Angola	<i>idem</i>
<i>muxiluanda</i> / <i>axiluanda</i>	Muxiluwanda / Axiluanda	G	G	nativo(s) ou habitantes da Ilha de Luanda	<i>idem</i>
<i>quiabo</i>	Kingombo + ku-wabesa ²⁰⁹	N	N	etimologia obscura (cf. nota, abaixo).	fruto de <i>quiabeiro</i> - Família malvácea, em forma de cápsula

Observando os elementos das dessas duas tabelas, constata-se o seguinte:

- os referidos empréstimos apresentam como característica comum a presença de mais de um prefixo, preservado na estrutura do empréstimo;
- exceto *quiabo* [+vegetal], todos os outros elementos assim formados referem entidades com traço semântico [+humano], a maioria denotando a pertença étnica e/ou relação locativa. São nomes (N) e/ ou gentílicos (G) (*axiluanda*, *caluanda*, *camundongo*, *camundombe*, *muangolé*, *muxiluanda*, *ovimbundo*); apenas *monandengue* estabelece uma relação atributiva entre a entidade *mona* ‘filho’ e a qualidade que lhe é inerente *-ndenge* ‘pequeno; menor’, uma noção apenas atribuível aos humanos.

²⁰⁹ A origem etimológica dessa palavra é obscura. Conforme atestado em alguns dicionários de português consultados e outras fontes de pesquisa (cf. <http://bravoafrobrasil.blogspot.pt/2009/10/palavras-de-origem-bantu-inseridas-no.html>; acesso: 11.12.2015); <http://linguaKimbundu.xpg.uol.com.br/palavras2.html>; acesso: 11.12.2015), a palavra *quiabo* foi formada no Brasil, a partir do termo quimbundo *kingombo* (ou *quingombô*, *gombô*, *quibombô*, *quigombô*, *quingombô* e outros, como também é designado naquele país). Todavia, dada a grande distância entre o referido étimo e a forma final, pensa-se que a palavra *quiabo* terá surgido provavelmente da combinação de dois vocábulos quimbundos: *kingombo* e *kuwabesa* ‘tornar bom, agradável, gostoso’, por extensão ao sabor culinário desse fruto. Aliás, em Ribas (1975:139), encontramos apenas o último termo como étimo desse empréstimo (grafado *kuwabesa*), que tem servido de base para outros autores: “Quiabo, s. m. fruto de quiabeiro. Nafé. (...). F. quimb. de *kuwabesa*: tornar bom. Alusão ao sabor culinário”. Vale, neste caso, o testemunho da chamada “etimologia popular”, que tem a ver com “hipóteses etimológicas fantasiosas, geralmente associadas a uma história curiosa e plausível, mas que não encontram confirmação na observação dos dados conhecidos” (Villalva 2008:50).

Uma análise mais atenta desses mesmos vocábulos permite-nos organizá-los em três subgrupos, novamente excluindo o empréstimo *quiabo*, que apresenta uma estrutura peculiar, como demonstrado na Tabela 38:

- aqueles que ostentam os prefixos de classe nominal *mu-* (sg) e *a-* (pl), identificadoras de entidades humanas, mais as estruturas prefixais *kwa-* e *xi-*, que indicam a relação de pertença locativa (*axiluanda*, *muangolé*, *muxiluanda*);
- todos os nomes caracterizados comumente pela presença de *ka-* (diminutivo), prefixo nominal da classe 12, com valor depreciativo, ligado aos prefixos nominais, *lu-*, indicador do singular de alguns nomes com traço [±concreto] ou *mu-*, que funciona como marcador do singular dos nomes com traço [+humano], o mesmo que se atesta nos exemplos dados em (i), mais o radical banto (*caluanda*, *camundongo*, *camundombe*). Tanto os empréstimos do grupo (i) como os de (ii) funcionam duplamente como nomes e como gentílicos;
- um vocábulo formado a partir da aglutinação das estruturas nominal e prefixal, mais o radical banto, dando lugar a um nome com traço [+humano], que denota uma das faixas etárias/fases de crescimento de um indivíduo humano: *monandengue* ‘criança’.

A transposição desses vocábulos de uma língua para outra acarretou muitas alterações na sua estrutura, decorrentes das restrições próprias da LA (adaptação aos sistemas morfológico e fonológico do português), com realce para a “metanálise” ou reanálise, além de outros, dos quais damos conta na parte reservada para a análise dos aspetos fonológicos (5.2).

Como aspeto morfológico, a reanálise ou reestruturação, ou ainda metanálise, “consiste em decompor mentalmente um vocábulo ou locução de maneira diversa do que determina a sua origem” (Câmara, Jr. 1984:166, *apud* Villalva 2008:21), através da “aglutinação”, junção de elementos prefixais ou de palavras diferentes numa única estrutura, ou através da “deglutinação”, supressão de elementos na estrutura duma palavra (*Dicionário de Termos Linguísticos do ILTEC online*²¹⁰).

Ao olharmos particularmente para os casos aqui em análise, notamos que:

²¹⁰ Ver: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=2343>; acesso: 22.08.2018).

- em *muxiluanda* e *axilunada*, ocorre primeiramente a deglutinação da estrutura prefixal *kwa-*, antecedida da supressão de <i>, da expressão *ixi*, e depois a aglutinação dos prefixos *mu-*, *xi-* e *lu-*, ligando-se ao radical banto *wanda*;
- na palavra *muangolé*, houve a deglutinação dos elementos <kw->, da estrutura *kwa-*, e depois a aglutinação dos prefixos *mu-* e *a-* ao radical nominal banto *ngola*, reanalisando-se a vogal [ɐ] (média), para [ɛ] (aberta e [+ baixa]), em posição final²¹¹;
- os empréstimos *caluanda* e *camundongo* resultam apenas da aglutinação dos prefixos *ka-* (diminutivo), *lu-* e *mu-*, respetivamente, unidos aos seus radicais bantos *wanda* e *ndongo*. Esta estratégia é similar à seguida no caso de *camundombe* e *ovimbundo*, uma vez aglutinados os prefixos de cada palavra aos respetivos radicais (*ndombe* e *mbundo*, respetivamente);
- em *monandengue*, com base no seu étimo, dá-se primeiro a deglutinação da estrutura prefixal *wa-* e depois a aglutinação do nome *mona* e do adjetivo *ndengue*.

A maioria dos empréstimos aqui analisados, exceto *monandengue*, está ligada a nomes que indicam relação locativa, funcionando em muitos casos como verdadeiros gentílicos. Se, em muitos casos anteriores, os prefixos estão desprovidos de qualquer valor semântico na LA, nos empréstimos aqui em análise, os elementos prefixais detêm algum significado. São os casos dos prefixos nominais *mu-/a-* (indicador de entidades humanas) e *ka-*, com valor de diminutivo.

As estruturas exemplificadas abaixo procuram traduzir as formas atuais dessas palavras na LA:

- (69) a. $\text{kamu}[\text{EST PREF NDOMB}]\text{RAD NOM e}[\text{IT}]\text{TEMA}$
 → $\text{KAMUNDOMB}[\text{RAD NOM e}[\text{IT}]\text{TEMA}]$ *camundombe*
- b. $\text{mua}[\text{EST PREF NGOLE}]\text{RAD NOM } \emptyset [\text{IT}]\text{TEMA}$
 → $\text{MUANGOLE}[\text{RAD NOM } \emptyset [\text{IT}]\text{TEMA}]$ *muangolé*

Apesar de os prefixos já não poderem mais desempenhar plenamente as funções originais, ainda subjaz algum valor semântico desses elementos, traduzido, por exemplo,

²¹¹ Uma outra hipótese pode colocar-se em relação ao processo de adaptação do empréstimo *muangolé*. É provável que tenha sido formado a partir da aglutinação da estrutura prefixativa locativa *mwa-* (mu-a) ‘em’ e o tema/base *NGOLA*, resultando na expressão interjetiva *mwangola!*, que depois foi aportuguesada.

na relação locativa ou atributiva que se estabelece entre os elementos designados e o lugar de origem ou pertença, e também a qualidade inerente, daí que esses empréstimos constituam nomes denotadores de entidades com traço [+humano].

5.1.2. Tratamento de sufixos

Os sufixos, quer gregos quer latinos, estão largamente presentes em muitas línguas europeias, como o português. A derivação sufixal constitui um processo bastante produtivo na formação de novas palavras. Contrariamente, o uso de sufixos bantos é pouco produtivo na formação de estruturas de empréstimos aqui em foco e é mesmo nula a presença desses sufixos nas palavras que identificámos no *corpus*.

Na presente subsecção, vamos centrar a nossa atenção no conjunto de empréstimos em estudo do tipo de *bassuleiro*, *quilapista*, *quimbandeiro*, *zungueiro*, *xinguilamento*, *quizaquinha*, *caluandense*, *malangino*, *bungular*, *sunguinar*, *zungar*. Trata-se de palavras que exibem, na sua estrutura, uma base ou radical banto e um sufixo do português. Estas unidades lexicais foram formadas a partir de palavras bantas já aportuguesadas, como resultado da integração plena das mesmas no sistema morfológico da LA.

Ainda assim, cremos que esse material se enquadra no âmbito do tema em abordagem, dada a sua origem ou, pelo menos, pela presença do vestígio banto. Trata-se, pois, genericamente, de “empréstimos derivacionais” (*derivacional blends*). Este tipo de empréstimos combina na sua estrutura elementos de uma LO (radicais), e outros de uma LA (afixos), aspeto aplicável particularmente ao nosso caso em análise (cf. o que foi descrito em 2.5 e elementos da Tabela 12). Para além de Haugen (1950b, 1953) e Winford (2003, 2005), este tipo de estruturas é também tratado em outros autores, como, por exemplo, Mbangale (2005) e Sengo (2010).

Essas palavras foram formadas por derivação sufixal, um dos mecanismos de formação de palavras mais produtivo, em português. Recuperando o que já foi dito acima sobre o assunto, de forma introdutória, em contraste com a prefixação (5.1.1), este processo recorre aos chamados sufixos derivacionais, que “se caracterizam pelo facto de seleccionar a base à qual se associam e determinar as propriedades gramaticais dos derivados que geram” (Villalva 2008:118) entre as quais a acentuação (Correia e Lemos 2005:29) – ver também Rio-Torto et al. (2016: caps. 2 a 4), entre outros.

O processo de derivação sufixal ou de derivação por sufixação é analisado em Basílio (2008:29), por exemplo, do seguinte modo: “na sufixação temos a estrutura [[base]sufixo], em que o sufixo determina a categoria lexical X da palavra resultante”. A derivação afixal, em geral, é caracterizada “pela junção de um afixo a uma base (...) [sendo que] uma palavra é derivada quando ela se constitui de uma base e um afixo” (Basílio 1987:27). Do processo derivacional resultam diferentes produtos, como é sabido: nomes (nominalização), adjetivos (adjetivalização), verbos (verbalização) e advérbios (adverbialização em *-mente*; este tipo de advérbios é considerado por alguns autores como um caso de fronteira entre derivação e composição – ver Raposo 2013:1579; Rio-Torto et al. 2016:391-393; não desenvolveremos esta questão, pois não temos atestações de advérbios com esta estrutura no *corpus*).

Convém reter que os sufixos, enquanto afixos derivacionais, não são meros marcadores das características gramaticais dos seus derivantes, mas elementos dotados do poder de seleccionar ou de se restringir a determinado tipo de base, de originar palavras de classe diferente da da base e de, possuindo certa autonomia semântica, condicionar o significado da palavra derivada e as suas propriedades semânticas (Basílio 1987:28-30; Villalva 2007:112ss., entre outros).

Para a ilustração desse processo, consideremos os radicais (e um tema) em exemplos de estruturas derivacionais que serão comparadas com os casos de empréstimos em análise, nos pontos subsequentes:

- | | |
|---|------------------------|
| (70) a. FORM]RAD NOM al]SUF ADJETIVALIZADOR | <i>formal</i> (Adj) |
| b. AMA]TEMA VERB vel]SUF ADJETIVALIZADOR | <i>amável</i> (Adj) |
| c. CAS]RAD NOM al]SUF NOMINALIZADOR | <i>casal</i> (N) |
| d. NOV]RAD ADJ inh]SUF AVALIATIVO a,o]IT | <i>novinha,o</i> (Adj) |
| d'. CAS]RAD NOM inh]SUF AVALIATIVO a]IT | <i>casinha</i> (N) |
| e. VAPOR]RAD NOM iz]SUF VERBALIZADOR a]VT r]FLEX | <i>vaporizar</i> (V) |
| f. FORT]RAD ADJ ific]SUF VERBALIZADOR a]VT r]FLEX | <i>fortificar</i> (V) |

Estes exemplos, entre outros possíveis, mostram que a derivação sufixal desencadeia, muitas vezes, a mudança de classe lexical da base, com a exceção clara dos sufixos avaliativos, que nunca têm esse efeito (70d, d'). Assim, FORM-, radical do nome *forma*, ao receber o sufixo adjetivalizador *-al*, dá origem a um adjetivo, *formal*; por sua vez, CAS-, radical de *casa*, ao acolher o sufixo nominalizador *-al*, origina um novo nome,

casal (‘conjunto de casas, pequena aldeia’); com VAPOR, radical nominal, forma-se um verbo, *vaporizar*, pela adjunção do sufixo verbalizador *-iz*, e com FORT-, radical do adjetivo *forte*, ligando-se o sufixo verbalizador *-ific*, forma-se o verbo *fortificar*. Em (70b) ilustra-se a formação de um adjetivo sobre uma base temática verbal.

Em português particularmente, este assunto tem sido amplamente debatido, a par de outros processos de formação de palavras, quer na gramática tradicional quer nos trabalhos de linguística, essencialmente nos domínios da morfologia, lexicologia e semântica, embora com tratamentos diversificados²¹².

Feitas essas considerações gerais, passemos agora à análise dos casos identificados no *corpus*, organizados de acordo com a natureza do sufixo. Deste modo, temos basicamente palavras com: (i) sufixos nominais diversos, (ii) sufixos adjetivais e (ii) sufixos verbais.

5.1.2.1. Empréstimos formados com sufixos nominalizadores do português

Este tópico cobre todos os casos em que estão envolvidos sufixos nominais na formação de empréstimos do Kimbundu no léxico do POL. A grande parte dos empréstimos nominais em análise foi formada obedecendo ao que é postulado para o português: os sufixos derivacionais selecionam determinadas bases morfológicas, determinam propriedades sintáticas e sintático-semânticas dos derivados e determinam ainda o tipo de operação semântica que se produz sobre a base à qual se associam (Villalva 2007:110-112).

Relembre-se, para contraste com a prefixação, que a derivação sufixal desencadeia, na maior parte das vezes, a mudança de classe lexical da base. Por exemplo, FORM-, radical do nome *forma*, ao receber o sufixo adjetivizador *-al*, dá origem a uma base adjetival e ao adjetivo *formal*. Os sufixos derivacionais têm um forte impacto na criação de novas palavras, constituindo a derivação sufixal o processo mais produtivo em português, como já atrás enfatizado. Com base nos exemplos das tabelas seguintes, organizados de acordo com o tipo de sufixo, e considerando os critérios de formação de nomes nessa língua, os empréstimos em causa podem caracterizar-se como nomes denominais, deadjetivais e deverbais, uma vez que resultam de bases nominais, adjetivais

²¹² Cf. Rio-Torto (1998), Rio-Torto et al. (2004), Rio-Torto et al. (2016), Rodrigues (2008) e Villalva (1994, 2003, 2007, 2008), sobre o PE.

e verbais. Refere-se que, devido à fraca produtividade de alguns sufixos, tivemos que fundir alguns num único grupo, tendo em conta a proximidade semântica dos mesmos.

I. Empréstimos com sufixo *-dor*, *-eiro/-eira*; *-ista*

Neste primeiro ponto, agrupamos três sufixos nominais cujo elemento comum é o facto de referirem entidades com traço [+humano], embora o sufixo *-eiro/-eira* também indique entidades com traço [+vegetal]: árvores ou plantas. Assim, elaborámos duas tabelas: a primeira contém os nomes que denotam aspetos inerentes aos humanos e na segunda estão exemplificados os nomes de árvores.

Feita a distinção, começemos pela análise dos exemplos da tabela que se segue:

Tabela 39: Empréstimos com sufixos nominais *-dor*; *-eiro/-eira*; *-ista* ([+humanas])

Palavra	Radical + sufixo	Significado
<i>bassuleiro</i>	BASSUL-eiro	praticante do jogo da bassula; indivíduo que dá <i>bassulas</i> (quedas); cf. <i>bassula</i>
<i>mujimbeiro</i>	MUJIMB-eira	peessoa que espalha boatos; cf. <i>mujimbo</i>
<i>quilapeiro</i>	QUILAP-eiro	fiador; credor; devedor; indivíduo que contrai <i>quilápi</i> ; cf. <i>quilapar</i>
<i>quilapista</i>	QUILAP-ista	caloteiro; indivíduo que não gosta de pagar as suas dívidas; cf. <i>quilápi</i>
<i>quimbandeiro</i>	QUIMBAND-eiro	curandeiro; adivinho; mago; cf. <i>quimbanda</i>
<i>zungueiro</i>	ZUNG(u)-eiro	vendedor ambulante; indivíduo que percorre as ruas da cidade para vender produtos diversos; cf. <i>zunga</i>
	Tema + sufixo	
<i>quilapador</i>	QUILAPA-dor	fiador; credor; devedor; indivíduo que contrai <i>quilápi</i> ; cf. <i>quilapar</i>

Esses exemplos mostram que os sufixos *-dor*, *-eiro/-eira* e *-or*, ligados a bases diferentes, formaram nomes que indicam realidades humanas diversas, como exemplificado a seguir.

- (i) em relação ao sufixo *-eiro/-eira*, de origem latina, independentemente do seu valor geral em português, neste caso particular, juntou-se a bases nominais de matriz banta, formando nomes denominais: *bassuleiro* (BASSUL-a), *mujimbeira* (MUJIMB-o), *quimbandeiro* (QUIMBAND-a) e *zungueiro* (ZUNG-a). Em todos estes casos, parece-nos evidente que os nomes formados indicam atividades, ofícios ou profissões de indivíduos humanos.

Pode haver, no entanto, alteração de sentido, pois nem sempre o dos nomes formados com esse sufixo está ligado a atividades, ofícios ou ocupações. Por exemplo, nos empréstimos aqui em análise, *mujimbeira* ('bisbilhoteiro') e *quilapeiro* ('devedor') não traduzem necessariamente a ideia de se ocuparem ou praticarem atividades relacionadas com as bases dos quais se formam. Trata-se apenas da intensificação da noção de certos comportamentos, hábitos ou práticas, nesse caso, negativos, daí que esses nomes apresentem também um aspeto avaliativo (cf. Said Ali 1971:242).

(ii) O elemento *-ista*, em português, uma vez ligado a bases nominais ou adjetivais, está tipicamente associado à formação de nomes que denotam agentes ou partidários de doutrinas ou sistemas filosóficos, por exemplo. O único caso que detetámos no nosso material, *quilapista* (cuja base nominal é QUILAPI) não se enquadra obrigatoriamente nessa aceção geral. Este termo não refere adepto nem partidário de *quilápi* (não sendo este também sistema ou doutrina alguma). Talvez se use metaforicamente a partir de nomes como *vigarista*, para designar indivíduos que têm dificuldades em pagar as suas dívidas (*quilápis*), conforme explicou uma informante, sobre o termo aqui em análise (cf. E24-M0A).

(iii) O sufixo *-dor* foi ligado a uma base temática verbal (QUILAPA-, tema de *quilapar* < *quilápi*; embora não atestado no *corpus*, o verbo existe) e formou-se o único nome deverbal, *quilapador*, que indica o agente ou a pessoa que contrai o *quilápi*, sem prejuízo de outras aceções.

A tabela seguinte contém alguns nomes formados com o sufixo *-eiro/-eira*, adicionado a bases nominais de origem banta, formando-se nomes que indicam certas espécies de árvores ou plantas típicas de Angola:

Tabela 40: Empréstimos com sufixos nominais em *-eiro-eira* ([+vegetal])

Palavra	Radical + sufixo	Significado
<i>imbondeiro</i>	IMBOND-eiro	boabá, é uma árvore da espécie de <i>Adansonia</i> ...; é comum nas florestas, savanas e regiões costeiras de Angola
<i>matebeira</i>	MATEB-eira	<i>Hyphaene gossweileri</i> : espécie de palmeira, que produz fibra de <i>mateba</i> , usado na confeção artesanal de certos utensílios: cestos, vassouras e esteiras
<i>mufumeira</i>	MUFUM-eira	cf. <i>mufuma</i> : <i>Ceiba petandra</i> : uma planta tropical da ordem Malvales e da família <i>Malvaceae</i> ; árvore frondosa.
<i>mulembeira</i>	MULEMB-eira	cf. <i>mulemba</i> (<i>Ficus thonningii</i>) ou figueira africana; árvore sarmentosa da família das Moráceas

Normalmente, em português, palavras semelhantes formam-se com a adição de *eiro/a* a uma base que designa um fruto, flor ou outro vegetal. Por exemplo, das bases das palavras *rosa*, *banana* e *tomate*, formam-se os respetivos nomes de árvore ou planta: *roseira*, *bananeira* e *tomateiro*. Contudo, não é isso que acontece com esses empréstimos provindos do Kimbundu. Eles não são formados de bases de nomes das respetivas frutas ou produtos, mas sim das bases dos próprios nomes de árvores: *imbondeiro* (MBOND-u), *matebeira* (MATEB-a), *mufumeira* (MUFUM-a) e *mulembeira* (MULEMB-a). Por exemplo, o fruto de *imbondeiro* é *múcua*, mas não é da base deste nome que se formou aquele. Note-se que, paralelamente aos nomes *matebeira* e *mulembeira*, se atestam também os termos *mateba* e *mulemba*, no POL/PA. Essas formas são usadas em contextos informais, ao contrário das formas com sufixo, que são próprias de contextos formais.

Os exemplos seguintes sintetizam o que foi dito a respeito deste tipo de estruturas:

- (71) a. QUILAP]_{RAD NOM} **ist**]_{SUF NOMINALIZADOR} **a**]_{IT} *quilapista*
 b. MULEMB]_{RAD NOM} **eir**]_{SUF NOMINALIZADOR} **a**]_{IT} *mulembeira*

II. Empréstimos nominais com o sufixo *-mento*; *-ismo*

Na Tabela 41, estão agrupados os dois empréstimos formados com o recurso ao sufixo *-mento* e um empréstimo com o sufixo *-ismo*, associados por os exemplos serem muito poucos e apesar de apresentarem valores diferentes:

Tabela 41: Empréstimos com os sufixos nominais *-mento* e *-ismo*

Palavra	Tema + sufixo	Significado
<i>alembamento</i>	ALEMBA-mento	dote; presente ou tributo de honra que o homem (noivo presta à família da mulher (noiva)
<i>xinguilamento</i>	XINGUILA-mento	ato de cair/entrar em transe; ritual tradicional de alguns povos africanos, que consiste em invocar espíritos dos antepassados ou forças sobrenaturais
	Radical + sufixo	
<i>caluandismo</i>	CALUAND-ismo	crenças ou valores relativo à realidade luandense

Analisando as palavras *alembamento* e *xinguilamento*: *-mento* é um sufixo que entra na formação de nomes deverbais. Os nomes formados com este sufixo podem indicar ação ou resultado dela e também evento (não entramos aqui na descrição de outros valores possíveis). Parece-nos que os dois nomes se enquadram nesses dois critérios, pois (i)

estruturalmente, *alembamento* resulta do tema verbal ALEMBA-, de *alemba*, e do referido sufixo; *xinguilamento* forma-se igualmente pela junção do sufixo *-mento* ao tema XINGILA-, do verbo *xinguilar*; (ii) em termos semânticos, talvez veiculem mais a noção de evento, do que a ideia de ação, propriamente dita.

O sufixo *-ismo*, com o qual se formam nomes de bases nominais e adjetivais, está ligado à formação de termos eruditos (que veiculam opinião, crença, escola, filosofia, sistema, etc) e, muitas vezes, relacionam-se com derivados em *-ista*. O nome *caluandismo*, formado a partir de uma base nominal (CALUAND-), denota noções comportamentais, que têm a ver com maneiras de pensar, proceder ou agir. Parece-nos ser um termo abrangente, que procura traduzir, neste caso, toda a forma de ser e de estar de um *caluanda*, desde as manifestações espirituais até à sua vivência material.

Em (72), exemplificamos o esquema das estruturas aqui analisadas:

- (72) a. XINGUILA]TEMA VERB **ment**]SUF NOMINALIZADOR O]IT *xinguilamento*
 b. CALUAND]RAD NOM **ism**]SUF NOMINALIZADOR O]IT *caluandismo*

III. Empréstimos com sufixos *-aço*; *-inho(a)*; *-eta*

Os empréstimos aqui em análise apresentam, na sua estrutura, os sufixos *-aço*, *-inho(a)* e *-eta*, que fazem parte do conjunto daqueles que entram na formação dos graus diminutivo e aumentativo de nomes, adjetivos e também alguns advérbios. Na Tabela 42, incluímos este grupo de palavras no conjunto das que exibem sufixos nominais, por todas elas serem nomes formados também de bases nominais:

Tabela 42: Empréstimos com sufixos nominais (avaliativos)

Empréstimo	Radical + sufixo	Significado
<i>cacussinho</i>	CACUSS-inho	termo afetivo em alusão ao sabor (apetecível) do prato
<i>jindungaço</i>	JINDUNG-aço	prato típico, à base de peixe (preferencialmente, <i>cacusso</i>) e muito <i>jindungo</i>
<i>jindunguinho</i>	JINDUNG(u)-inho	jindungo apetecível
<i>quizaquinha</i>	QUIZAQ(u)-inha	literalmente, pequenas quantidades de <i>quizaca</i> ; linguagem afetiva, alusão ao sabor (apetecível) do prato
<i>sobeta</i>	SOB-eta	pequeno soba ‘chefe’; soba que tem escassos domínios, às vezes, dependente de outro soba maior

Numa análise mais simples, podemos considerar apenas que as palavras formadas com o recurso desse tipo de sufixos expressam determinado valor gradativo das entidades que nomeiam. Sabe-se que estes sufixos não determinam “as propriedades gramaticais das palavras em que ocorrem, afectando exclusivamente a semântica da base” (Villalva 2008:127). Assim, as palavras dadas na tabela anterior podem ser descritas pelo seguinte:

- *cacussinho*, *jindunguinho* e *quizaquinha*, formados a partir do sufixo *-inh-* ligado às bases nominais CACUSS-, JINDUNG- e QUIZAC-, indicam o grau diminutivo de *cacusso*, *jindungo* e *quizaca*, respetivamente, associado não propriamente ao valor diminuto (“pequenez”), mas sim ao de afetividade, relacionado com a simpatia que se nutre pelo alimento;

- *jindungaço*, proveniente da junção do sufixo aumentativo *-aço* ao radical nominal JINDUNG-a, de *jindungo*, intensifica o valor desse nome. Não se trata aqui, todavia, de um “jindungo grande”, mas sim de uma outra realidade, que tem a ver com um prato feito à base de *jindungo*. O nome não veicula necessariamente um valor pejorativo, ao qual está associado normalmente o prefixo *-aço*, mas sim tem a ver com o possível incremento das propriedades condimentais do *jindungo*, no referido prato;

- o nome *sobeta* indica o grau diminutivo de *soba* e foi formado da base nominal SOB-, com a junção do sufixo *-eta*. Partindo do seu significado ‘soba que tem escassos domínios’, este nome assemelha-se a outros da mesma natureza, que remetem genericamente para a noção de entidades ou realidades de pequena dimensão ou valor, como, por exemplo, aquelas que significam dimensões e/ou espaços reduzidos: *maleta*, *saleta*, *valeta*, *vinheta*, etc.

Uma última palavra sobre o assunto para sublinharmos que esta questão é hoje tratada numa perspectiva diferente da visão tradicional. Por exemplo, na tradição gramatical, alguns desses sufixos entram indistintamente no grupo dos afixos derivacionais. Contrariamente, nos trabalhos modernos, eles são considerados como afixos modificadores, juntamente com alguns prefixos, dando-se certo destaque aos chamados sufixos avaliativos, dos quais fazem parte *-inho(a)/-ito(a)* e *-zinho(a)/-zito(a)*, estes últimos designados particularmente por “sufixos *z*-avaliativos” (cf. Villava 1994; 2003; 2008; Rio-Torto et al. 2016).

A seguir, ilustramos os três tipos de estrutura dos empréstimos, formados com os sufixos marcadores de valor gradativo (*-aço*; *-inh-*; *-eta*):

- (73) a. JINDUNG]_{RAD NOM} **aç**]_{SUF AUMENTATIVO O}]_{IT} *jindungaço*
- b. CACUSS]_{RAD NOM} **inh**]_{SUF DIMINUTIVO (avaliativo) O}]_{IT} *cacussinho*
- c. SOB]_{RAD NOM} **et**]_{SUF DIMINUTIVO a}]_{IT} *sobeta*

5.1.2.2. Empréstimos formados com sufixos adjetivadores do português

No *corpus*, não registámos empréstimos adjetivais provenientes diretamente de adjetivos bantos. Detetámos apenas um adjetivo formado de uma base nominal de um empréstimo já integrado em POL. É a palavra *xidiada*, exemplificada na tabela seguinte.

Tabela 43: Empréstimo com sufixo adjetivador

Empréstimo	Radical + sufixo	Significado
<i>xidiada</i>	XIDI-ada	azarado; desafortunado; indivíduo que tem pouca sorte

Este empréstimo caracteriza-se como um adjetivo denominal, formado do radical XIDI (atemático), já aportuguesado, ao qual se acrescentou o sufixo *-ad* (*a*), um sufixo que entra na formação de adjetivos a partir de radicais nominais, tal como no nosso exemplo. Como é típico em português, com este sufixo formam-se adjetivos que expressam situações ou estado de coisas, indicando, por exemplo, a noção de um indivíduo ou entidade “ser, estar ou ter” certa propriedade abstrata ou concreta que lhe é inerente. No caso de *xidiada*, entendemos que o seu significado está associado à noção de ‘azar, desgraça’, que é inerente ao indivíduo, quer naturalmente quer provocada.

Sem muito a comentar, podemos acrescentar apenas que a informação dada acerca desse tipo de adjetivos pode ser sintetizada com a representação da estrutura seguinte:

- (74) XIDI]_{RAD NOM} **ad**]_{SUF ADJETIVADOR a}]_{IT} *xidiada*

Dos dados do *corpus* constam também alguns empréstimos adjetivais formados de bases bantas já aportuguesadas e diferentes sufixos adjetivadores de português, dando lugar aos chamados “adjetivos étnicos, gentílicos ou pátrios” (*e.g.*, *benguelense*, *caluandense*, *malangino*). No entanto, essas palavras podem ser tratadas ao mesmo nível dos outros adjetivos formados em português, daí não lhes termos dado destaque nessa análise²¹³. O *corpus* forneceu-nos ainda o adjetivo gentílico *lobitanga*, que é uma palavra

²¹³ Sobre a formação e caracterização desses adjetivos em português, ver Rio-Torto (1998:223), Rio-Torto

formada da junção da base nominal LOBIT- e o elemento sufixal *-anga* (?), designando indivíduo originário ou habitante de Lobito (um dos municípios da província angolana de Benguela). Mas o referido elemento é de origem desconhecida, já que não faz parte dos sufixos do português, apesar de estar dicionarizado o nome *molhanga* ('grande quantidade de molho ou molho pouco apurado', cf. Dicionário Priberam *online*). Contudo, em português existe *-engo* (cf. *molenga* > *molengão*, *mulherengo*, *solarengo*), podendo admitir-se que existe algum paralelismo formal²¹⁴.

Em termos globais, a integração de empréstimos adjetivais segue o mesmo critério de adequação ao sistema gramatical da LA. Morfologicamente, interessa apenas referir que, tal como nos nomes, as vogais finais bantas passam a índice temáticos adjetivais, enquanto os aspetos referentes à marcação de número e género do adjetivo em análise podem ser conferidos na abordagem feita, respetivamente, em 5.1.8 e 5.1.9. Agora, o grau de produtividade para a formação de outras palavras a partir de bases de empréstimos desse tipo é uma questão não considerada neste trabalho, por exigir outras reflexões adicionais. Em termos sintáticos, os adjetivos emprestados tendem a ser integrados na posição de atributo, na língua destinatária (Matras 2009:189). Em português, como se sabe, essa posição canónica é à direita do nome que o adjetivo modifica.

5.1.3. Empréstimos formados por conversão de radicais

Para além dos casos de formação de palavras por prefixação e sufixação, há no *corpus* um pequeno conjunto de verbos formados a partir de radicais bantos já adaptados ao português que sofrem a conversão. Estes verbos são todos de 1ª conjugação, em POL. Identificámos alguns verbos dessa natureza, conforme a Tabela 44, em que radicais nominais bantos sofrem conversão em radicais verbais, em POL:

et al. (2016:325-326) e Said Ali (1975:245). Ver também o *Dicionário de gentílicos e topónimos do ILTEC online* (<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=gentilicos>), acerca dos diferentes produtos que designam os gentílicos e topónimos em português.

²¹⁴ Este sufixo existe em espanhol, particularmente na variedade americana, onde é bastante produtivo, e entra na formação de palavras que transmitem um sentido pejorativo ou depreciativo, de burla, de coisa de má qualidade (Selva 1949:192). Ainda segundo este autor, a maioria dessas palavras são de origem indígena (e.g., *bullanga* 'perturbação, reboliço, tumulto'; *carrindanga*, pejorativamente, 'carro velho ou ruim'; *charanga*, depreciativamente, 'música ou conjunto musical desafinado ou barulhento') e algumas terão sido levadas de África (e.g., *morandanga* 'futilidade'; *candanga* 'tonto'; *machanga* 'mulher durona'). Podemos concluir que a formação de *lobitanga* pode também estar ligada a estruturas análogas em línguas bantas.

Tabela 44: Empréstimos formados por conversão de radicais

Palavra	Rad N > Rad V	Significado
<i>bungular</i>	BUNGUL-ar	amaldiçoar; desejar mal a alguém.
<i>cunangar</i>	CUNANG-ar	passar o dia sem ocupação; entregar-se ao ócio
<i>jingar</i>	JING-ar	mover (o corpo ou as ancas) de um lado para outro; bambolear-se ao andar
<i>quilapar</i>	QUILAP-ar	contrair dívida; pedir crédito ou fiado
<i>quinguilar</i>	QUINGUIL-ar	praticar câmbio informal de moeda
<i>zungar</i>	ZUNG-ar	praticar venda ambulante; vender ambulantemente pela cidade.

Conforme tratado em gramáticas, textos de morfologia e outras áreas afins da Linguística, os sufixos derivacionais mais frequentes que entram na formação de verbos são: *-e*, *-ej*, *-ific*, *-iz*, que se ligam a bases nominais e adjetivais. No entanto, nenhum desses elementos participa da formação dos verbos referidos na tabela anterior, semelhantes a muitos que existem em português. Nessa língua, alguns verbos também podem ser formados por “um processo não afixal” (Rio-Torto et al. 2016:268-269; Villalva 2013)²¹⁵. Como o nome do processo indica, um dado radical passa a pertencer a outra classe. São disso exemplos casos como FORÇ-, radical de *força*, e o verbo *forçar* (‘fazer *força* para obter determinado efeito’) ou PIOR-, radical de *pior*, e *piorar* (‘tornar(-se) *pior*’)²¹⁶. Para Said Ali (1971:247), são verbos que se “formam por derivação mediata”, seguindo o paradigma flexional dos verbos da primeira conjugação (e.g. *murar*, *jardinar*, *casar*). Pereira (2007:38), numa abordagem contemporânea, caracteriza este tipo de verbos como produtos verbais que “não apresentam qualquer afixo derivacional acoplado à base (Xb), o que acarreta por vezes alguns problemas na determinação da direcionalidade do processo derivativo (...). Trata-se, portanto, de produtos verbais não prefixados e não sufixados”. Analisando três hipóteses para explicar o problema, a saber (i) sufixação agenciada pela VT; (ii) sufixação zero; e (iii) conversão, e depois de refutar os argumentos a favor das hipóteses (i) e (ii), a autora defende que é o processo de conversão que está por detrás da formação de tais verbos, fundamentando que

²¹⁵ Ver também Arim e Freitas (2003), Correia (2002), Correia e Almeida (2012), Pereira (2007) e Villalva (2003).

²¹⁶ O conceito de conversão cobre os dois processos conhecidos tradicionalmente como “derivação regressiva” (como no caso dos exemplos de formação de verbos, acima) e “derivação imprópria” (como em *jantar*, verbo, e *jantar* / *jantares*, nome), hoje já não adotados nas descrições morfológicas.

a formação desta classe de verbos pode explicar-se por um processo de conversão (...), entendido como processo de formação de palavras em que se procede à integração de um radical nominal ou adjectival numa nova classe de palavras, sem que se verifique qualquer alteração formal. A categoria sintáctica da palavra derivada determinará qual o constituinte temático que acompanhará o seu radical e, consequentemente, como flexionará... (p. 38).

Perante este quadro, parece-nos ser a hipótese defendida por Pereira (2007) a mais válida para explicar os produtos lexicais da tabela acima e também a que nos permite melhor fazer a comparação com o processo afixal da parassíntese (5.1.5). Já anteriormente reconhecemos a intervenção desse processo na integração de alguns empréstimos bantos em POL, concretamente nomes deverbais (cf. os casos *casumbula* e *cassumuna* da Tabela 24 e *cunanga* e *cupapata* da Tabela 30), podemos assumir que estes verbos são formados por conversão de radicais nominais de empréstimos já aportuguesados: *bungular* < BUNGUL-; *cunangar* < CUNANG-; *jingar* > JING-; *quilapar* < QUILAP-; *quinguilar* < QUINGUIL-; *zungar* < ZUNG-).

5.1.4. Empréstimos de radicais verbais bantos

Neste tópico, analisamos os poucos casos de bases verbais bantas, tratadas pelos falantes como se fossem portuguesas, integradas na 1ª conjugação verbal, como acontece com os neologismos, em geral. Uma vez adaptados à morfologia do português, pode considerar-se que passam a ser radicais portugueses, dando origem a derivados típicos desta língua (cf. *lembamento*, *xingamento*, *xinguilamento*):

Tabela 45: Empréstimos com base banta e morfologia portuguesa

Palavra	Radical + VT (+flex)	Significado
<i>lembar</i>	LEMB-ar < kulemba	o mesmo que <i>alembar</i>
<i>sabular</i>	SABUL-ar < kusabula	falar à toa; mentir; atraiçoar
<i>sunguinar</i>	SUNGUIN-ar < kusungina	passar serão; cear
<i>xingar</i>	XING-ar < kuxinga	injuriar, insultar, ofender.
<i>xinguilar</i>	XINGUIL-ar < kuxingila	cair/entrar em transe; invocar espíritos dos antepassados e ou forças sobrenaturais.

Este caso distingue-se do de conversão de radicais pelo facto de aqui se tratar de radicais que já são verbais, em banto. A classe da base não é, assim, alterada. Distingue-se ainda da parassíntese, visto que, neste processo, a parte prefixal está sempre realizada,

visível, facto não verificado nestes quatro verbos (nem nos da subsecção precedente).

A seguir, ilustramos as possíveis estruturas que caracterizam os empréstimos formados por conversão, comentados na subsecção anterior (75a), ou diretamente sobre radicais verbais bantos, tratados como radicais portugueses (75b):

- (75) a. CUNANG]_{RAD NOM} → RAD VERBAL a]_{VT r]}_{FLEX} *cunangar*
 b. XINGUIL]_{RAD VERB BANTO} → RAD VERB PORTUGUÊS a]_{VT r]}_{FLEX} *xinguilar*

Em ambos os casos, a integração morfológica desses verbos é assegurada pela adjunção da vogal temática *-a* (típica nos empréstimos, em POL). Aliás, a presença de uma vogal temática da LA é um dos critérios para determinar a integração de empréstimos verbais numa nova língua (Matras 2009:175-181).

5.1.5. Caso de parassíntese

Conforme exemplificado em (76), o nosso *corpus* forneceu-nos apenas um empréstimo, cuja integração no POL envolveu o processo da parassíntese. Apesar de se tratar de um único caso, tipifica um produto resultante desse mecanismo de integração morfológica do material lexical de outras línguas, disponível em português. Haverá certamente outras palavras do POL de origem banta afetadas por esse processo, embora não as tenhamos identificado:

- (76) *ajindungØ-ar* < JINDUNG-o *ajindungar* ‘apimentar’

A formação desse verbo, que deriva do radical do nome *jindungo* (étimo banto NDUNG-, presente no vocábulo *ndungo* ‘pimento malagueta’) segue o mesmo paradigma daqueles formados em português, que “não integram qualquer sufixo derivacional” (Villalva 2003:952) na sua estrutura; na sua adaptação ao português, os verbos adquirem a VT *-a*, como acontece em PE, sistematicamente. Os elementos derivacionais do português, que constituem um afixo descontínuo, ligam-se ao radical banto, com parte sufixal zero (Ø) e parte prefixal *a-*; em (76), a vogal temática e a marca desinencial (*-r*) são elementos que indicam, respetivamente, a classe de conjugação a que pertence o verbo (a primeira conjugação) e a sua forma infinitiva. Estamos perante o que se designa também por parassíntese com realização zero da parte sufixal do afixo descontínuo (cf. Monteiro 1978:108-110; 1987:154-155).

A parassíntese ou derivação parassintética é um dos processos derivacionais de formação de verbos em português, a par da formação por sufixação e por conversão de radicais. Trata-se de um processo de derivação afixal também denominado circunfixação (Rio-Torto et al. 2016, p.e.), o qual implica a presença de um afixo descontínuo, com radical intercalado (daí, um circunfixo), para se formarem novos verbos, que tipificam estruturas verbais como $PODR]_{RAD\ ADJ}$ e $aPODRec]_{RAD\ VERB}$ *apodrecer*; $COLER]_{RAD\ NOM}$ e $enCOLERiz]_{RAD\ VERB}$ *encolerizar*. Esses radicais são nominais ou adjetivais, formando-se verbos denominais e deadjetivais. A parassíntese com parte sufixal zero, como em $emBELEZ\emptyset]_{RAD\ VERB}$ *embelezar*, assenta na pressuposição, geralmente defendida, de que um prefixo não altera a classe da base; assim, a simples adjunção de *em-* ao radical nominal BELEZ-, por exemplo, não alteraria a classe nominal do radical (por outro lado, a presença da vogal temática *-a* só ocorre quando o radical a que se junta já é verbal; por isso, não conta para explicar a alteração da classe do radical nominal em verbal²¹⁷).

Mas o processo que aqui denominamos parassíntese é uma questão que suscita análises diversas, sobretudo, relativamente à presença de uma parte sufixal zero. Por exemplo, há defensores (Rio-Torto et al. 2016, secção 4.3.3.4, e Pereira 2002) da posição de que a presença de um prefixo acrescentado a um radical não verbal permite a formação de um radical verbal, acrescentando-se, então, o processo de prefixação a radicais aos já acima indicados (prefixos *a(d)-*, *en-*, *es-*; por exemplo, *aCLAR-*, em *aclarar*, partindo de $CLAR-RAD\ ADJ$ e não incluindo esta abordagem a parte sufixal zero da parassíntese, cuja relevância é também minorada em Valente et al. 2009, por exemplo). Os mesmos autores defendem a existência da parassíntese/circunfixação com afixos descontínuos plenos (por exemplo, *en...ec-*, em *enriquecer*, ou *es...ej-*, em *esbracejar*). Outros defendem que ocorre a conversão de radicais e a prefixação, com prefixos expletivos: retomando *aclarar*, teríamos $CLAR-RAD\ ADJ \rightarrow RAD\ VERBAL$ e prefixação de *-a*: *aCLAR-*, em *aclarar*²¹⁸. Nas gramáticas tradicionais, a questão é laconicamente tratada, ou não o é²¹⁹.

²¹⁷ Ver Rio-Torto et al. (2016:108): “a VT não é responsável pela derivação. Se assim fosse, não se explicaria a sua presença ao lado de sufixos derivacionais, como em *divin+iz+a(r)*; se a VT fosse responsável pela derivação, não poderia ocorrer em verbos não derivados, como *amar*, *correr*, *ouvir*. Assim, formas como *entortar* não são produtos de circunfixação. (...). Trata-se da anexação de um prefixo (*en-*) a uma base correspondente ao radical do adjetivo (TORT-) e da sequente colocação dos morfemas de flexão inerentes à categorial lexical entretanto formatada” (citação formal e ligeiramente adaptada ao formato de nota).

²¹⁸ Cremos ser o caso da atual visão de Alina Villalva, considerando a análise desta questão feita em Villalva e Silvestre (2017; secção 2.4).

²¹⁹ De um ponto de vista mais tradicional, ver Cunha e Cintra (1984) e Bechara (2009); quanto a obras mais

Na nossa perspetiva, consideramos que o elemento zero é relevante, em morfologia e fonologia, e tendemos a considerar que a parassíntese é um dos mecanismos normais de integração morfológica dos empréstimos bantos em português, visando a adaptação plena desses mesmos vocábulos ao sistema do POL, tal como ilustra a segmentação da estrutura do empréstimo anteriormente referido:

(77) a][PARTE PREF JINDUNG]RAD NOM Ø][PARTE SUF]RAD VERBAL ar][VT+FL *ajindungar*
‘apimentar’

5.1.6. Casos de composição

O ponto de partida da descrição deste tipo de empréstimos passa por esclarecer a natureza linguística dessas unidades lexicais. No material em análise, algumas dessas unidades são verdadeiros decalques da LO, integrados na LA, em forma de compostos, enquanto outras já foram criadas na língua-alvo²²⁰. Todas estas unidades integram na sua estrutura elementos do banto e do português ou simplesmente constituintes bantos já aportuguesados. No âmbito da presente abordagem, entendemos incluir esse material, no conjunto dos empréstimos em estudo, sob a designação de “compostos híbridos”, por envolverem elementos das duas línguas.

Esta noção não é estranha na análise de produtos dessa natureza, porquanto encontramos-la em alguns autores que se debruçaram sobre materiais semelhantes aos que se analisam nesta secção. Por exemplo, Mbangale (2005:180) fala de formas híbridas criadas a partir de uma base africana e um afixo (derivados híbridos) ou de uma palavra portuguesa (compostos híbridos). Isquerdo (2006:19) refere-se às formações híbridas resultantes de bases/palavras vernáculas do PB e de outras línguas (indígenas, africanas, estrangeiras), exemplificando com a palavra composta *erva cuê* (‘erva sem sabor, velha, que já foi utilizada no preparo do tereré ou do mate’, segundo a autora), formada por elementos de português e de guarani. Em Costa (2002:172-176), considera-se a questão

recentes e com outro tipo de enquadramento, considerem-se Arim e Freitas (2003), Kehdi (2005), Monteiro (1987), Pereira (2004), Rio-Torto (1998), Rio-Torto et al. (2016), Rocha (1998), Sandmann (1997), Silva (2011), Villalva (2000) e Valente et al. (2009).

²²⁰ Cabe-nos assumir que os compostos aqui em análise (sobretudo, os sintáticos) se inserem num tema muito mais vasto, referente às chamadas unidades multilexicais, resultantes da composição, um dos processos morfológicos produtivos, a par da derivação, na formação de unidades lexicais complexas, através do processo de lexicalização (Bacelar do Nascimento 2013:2015). Ver também a caracterização deste tipo de material lexical, feita 1.3.2, acima.

das formas linguísticas híbridas que se verificam no discurso de muitos angolanos. Este autor focaliza o aspeto sintático-semântico, ao referir-se a construções frásicas híbridas que envolvem o léxico do português e uma organização lógico-estrutural de matriz banta (cf. os exemplos seguintes, do referido autor: “*Este é o problema que estamos com ele. > Este é o problema que temos*”; “*Estávamos ir no serviço dele e não estávamos lhe encontrar. > Fomos ao serviço dele e não o encontramos.*”).

Na presente secção, a questão da composição envolve os dois tópicos seguintes: (i) composição como processo de formação de palavras em português, já a seguir, e (ii) empréstimos das LBA integrados no POL em forma de compostos, em 5.1.6.2.

5.1.6.1. Composição em português

A composição é um processo de formação de palavras que envolve dois ou mais elementos (bases ou palavras), que apresenta consistência estrutural interna e autonomia e valor semântico próprio em relação aos termos de origem.

Colocam-se alguns problemas na caracterização desses produtos lexicais, com realce para a: (i) diferenciação entre composição e afixação; (ii) identificação de compostos morfossintáticos e compostos sintáticos; e (iii) distinção entre os compostos sintáticos e unidades multilexicais, discutidas em Bacelar do Nascimento (2013:215-246), em que entra também em linha de conta a questão da composicionalidade: nos casos mais típicos, os compostos são não composicionais semanticamente (quer dizer, o seu significado é diverso do da soma dos significados dos elementos que os constituem, como em *pés de galinha* ‘rugas no canto dos olhos’). No entanto, são questões não desenvolvidas na presente tese, que não tem esta questão (composicionalidade) como foco central, embora possamos referir alguns aspetos pertinentes sempre que necessário²²¹.

Ao contrário da abordagem das gramáticas tradicionais, centradas numa perspetiva fonológica, subdividindo o tema em composição por aglutinação (*aguardente, planalto, vinagre*) e composição por justaposição (*passatempo, beija-flor, água de colónia, limpa-para-brisas*), as obras de morfologia focalizam mais os critérios morfológicos, sintáticos

²²¹ Sobre o português, estas questões têm merecido a atenção de vários pesquisadores, como podemos constatar em muitos trabalhos sobre o assunto, nos quais procuraram esclarecer as dúvidas, apresentando determinados critérios caracterizadores desse material (Bacelar do Nascimento 2013; Basílio 1987; Bechara 2009; Caetano 2010; Correia e Lemos 2005; Cunha e Cintra 1986; Gonçalves 2012; Monteiro 2002; Said Ali 1971; Sandmann 1989; Villalva 2000, 2003).

e semânticos. À luz das investigações mais recentes, considera-se que as palavras compostas podem ser formadas por composição morfológica, composição morfossintática e composição sintática, resultando nos tipos de compostos, a seguir sumariamente descritos, com vista a verificar-se até que ponto a composição nos empréstimos se adapta à tipologia do português (ver secções seguintes). Por razões da economia desta descrição, aspetos gramaticais como, por exemplo, o género e o número dos compostos, não são aqui tratados, mas apenas referidos, quando necessário, remetendo-se para as obras de referência mencionadas. Note-se que, nesta descrição, nos baseamos no PE.

I. Compostos morfológicos

Os compostos morfológicos são formados pela concatenação de dois ou mais radicais. Neste processo, envolve-se sempre uma vogal de ligação (Villalva 1994:314ss.; 2003:975-978; Correia e Almeida 2012:52-54)²²². Esta vogal de ligação (VL) pode ser *-i*, se o radical da direita é de origem latina (78a), ou *-o*, se radical é grego ou outro (78b), conforme os elementos a *bold*; esta última vogal é sempre produzida como média-baixa, [ɔ] (aberta). Mas há casos em que não ocorre a VL, se o segundo elemento do composto começa por vogal (78c):

- (78) a. *vermicida* VERM]_{RAD 1} **i**]_{VL} CID]_{RAD 2} a]_{IT}
 b. *cardiopatia* CARDI]_{RAD 1} **o**]_{VL} PAT]_{RAD 2} ia]_{SUF DERIV E IT}
 c. *cardialgia* CARDI]_{RAD 1} --]_{VL} **ALG**]_{RAD 2} ia]_{SUF DERIV E IT}

Quanto à classe gramatical, formam-se nomes que denotam entidades ou realidades de natureza diversa (79a), mas também adjetivos (79b) – alguns podem ser adjetivos ou nomes –, que atribuem qualidades a objetos ou caracterizam situações do mundo:

- (79) a. *fitoterapia, talassoterapia, hematofobia, hidromassagem, megalomania, hemodiálise, agricultur, fruticultura, antropófago, ginecologia*
 b. *ortopédico, hemofílico, frutífero, pedófilo*

Os radicais que formam o composto podem estabelecer entre si uma relação sintática de hipotaxe ou de parataxe. No primeiro caso, também designada por relação de modificação (Villalva 2003:975), o radical da direita é o núcleo do composto e o da

²²² Basílio (1987:47) define o processo de formação desses compostos como “composição de bases presas”.

esquerda é um modificador ou um complemento (80a). A relação de parataxe ou de coordenação ocorre quando numa estrutura nenhum radical é proeminente sobre o outro (em *afro-chinês*, por exemplo, há uma associação por adição não havendo um núcleo sintático) e os seus membros podem comutar (80b) ou não (80c)²²³:

- (80) a. *talassoterapia; hematofobia; hidromassagem; cronómetro.*
 b. *luso-sino-argentino / sino-luso-argentino, russo-germano / germano-russo*
 c. *afro-chinês, latino-americano, sociopolítico, infanto-juvenil*

Os compostos em (80a) são monocêntricos, com o elemento proeminente no radical da direita (*hidromassagem* corresponde a ‘massagem realizada pela água/através da água’, por exemplo), e os restantes são policêntricos.

II. Compostos morfossintáticos

Os compostos morfossintáticos constituem estruturas formadas por mais de uma palavra e a sua estrutura interna é constante e fixa (apenas podem mostrar variação em género e número). São o produto da concatenação de palavras já existentes e que consequentemente podem ocorrer numa frase como palavras independentes. Estas unidades lexicais “têm uma estrutura híbrida, exibindo algumas das propriedades das estruturas sintáticas e algumas das propriedades das estruturas morfológicas” (Villalva 2003:978)²²⁴:

- (81) a. *saia-calça, sobrinho-neto* (N+N)
 b. *pombo-correio, carruagem-cama* (N+N)
 c. *surdo-mudo, trabalhador-estudante* (Adj+Adj)
 d. *bule-bule, chupa-chupa, vaivém* (V+V)
 e. *come-e-dorme, rói-e-sopra, sobe-e-desce* (V+e+V)

²²³ Ao longo desta subsecção, mantivemos o hífen nos exemplos de certos compostos, tendo em conta as fontes de origem das palavras, conservando a própria grafia, apesar de atualmente vigorarem outras regras de hifenização, baseadas no Acordo Ortográfico de 1990.

²²⁴ A composição morfossintática é designada de “composição sintagmática”, em Correia e Lemos (2005). Por outro lado, os casos de composição morfossintática são tratados em Villalva (1994), sob rótulo de “composição sintática”, designação já não usada em Villalva (2003). Contudo, no presente texto, a composição sintática tem a ver globalmente com estruturas sintagmáticas diversas, que foram lexicalizadas como unidades lexicais plenas (preliminarmente, exemplificadas no texto), e não tratadas nas duas obras da autora anteriormente referenciada.

Conforme os exemplos, este tipo de compostos resulta da concatenação de duas palavras da mesma classe lexical: (i) **N+N** (81a-b) – semanticamente, os compostos de (81a) são policêntricos, sem nenhum dos elementos dominantes, e os de (81b), monocêntricos, com o elemento da esquerda a dominar (em *pombo(s)-correio* e *carruagem/ns-cama*, com aposição de dois nomes, só o primeiro membro pluraliza e a leitura é de ‘tipo de pombo / carruagem’); (ii) **Adj+Adj** (81c), também semanticamente policêntricos (*surdo(s)-mudo(s)* equivale a *surdo(s)* e *mudo(s)*, por exemplo); (iii) **V+V** (81d); e (iv) **V-e-V** (81e) – estes dois últimos, que incluem verbos, são exocêntricos, isto é, sem núcleo semântico. Do ponto de vista sintático, (81a,c,d,e) são estruturas de parataxe e a outra, de hipotaxe (81b).

Em suma, em termos semânticos, com base na dominância de um dos membros, identificam-se três tipos de compostos, dando-se a seguir outros exemplos: (i) compostos monocêntricos, que têm um núcleo semântico à esquerda (82a); (ii) compostos policêntricos, que exibem dois núcleos semânticos e ambos os membros são igualmente nucleares (82b); e (iii) compostos exocêntricos, aqueles que não apresentam nenhum núcleo semântico (82c):

- (82) a. *aluno-modelo, mãe-galinha, palavra-chave, tubarão-martelo* (N+N)
 b. *ator-encenador, sofá-cama* (N+N); *marxista-leninista* (Adj+ADJ)
 c. *grande-angular, morto-vivo* (Adj+Adj); *pisca-pisca, entra-e-sai* (V+e+V).

III. Compostos sintáticos

Neste tipo de compostos, as propriedades sintáticas são mais evidentes e nota-se neles maior dificuldade de identificação, em relação aos sintagmas livres. Contudo, no âmbito deste trabalho, interessa-nos apenas referir que esses compostos (em que a relação entre os elementos é de hipotaxe) são estruturas formadas por sequências sintáticas que se organizam segundo as regras e princípios da gramática do português. Em Bacelar do Nascimento (2013:216), considera-se que “Os compostos sintáticos (...) como *desportos radicais, condomínio fechado* ou *cadeira de rodas* podem ser vistos como expressões sintáticas lexicalizadas, isto é, como unidades multilexicais”²²⁵. Conforme os exemplos

²²⁵ Como se depreende, essas unidades resultam da chamada “lexicalização” que, segundo Correia e Lemos (2005:40), consiste no “processo pelo qual determinadas unidades construídas em outras componentes da gramática (sintática, morfológica, discursiva) se transformam em unidades lexicais (exs.: os sintagmas, as unidades flexionadas (*olhar*) ou as unidades discursivas (*pára-arranca*)), que se fixam na língua, passando a funcionar como unidades lexicais de pleno direito. (...). A passagem dá-se da componente sintática para

que se seguem, estes compostos envolvem como constituintes elementos de diversas classes lexicais:

- (83) a. *condomínio fechado, lugar-comum, semana santa* (N+Adj)
 b. *má-fé, extrema-esquerda, pronto-socorro* (Adj+N)
 c. *lua de mel, pão-de-ló, pé-de-cabra* (N+de_{PREP}+N)
 d. *primeiro-ministro, quinta-feira* (Num+N)
 e. *abre-latas, beija-flor, guarda-pó* (V+N)

Em (83a) e (83c), o elemento predominante semanticamente é o da esquerda; em (83b) e (83d) é o da direita; e em (81e), nenhum elemento é predominante. Sintaticamente, são todas estruturas de hipotaxe. A flexão em número é feita nos dois membros (salvo no caso de (83c), em que só o membro nuclear pluraliza, como em *pés-de-cabra*). No caso de (81e), o N funciona como complemento de V e só ele pluraliza, dado a forma verbal não poder pluralizar como um nome, apesar de integrada num nome composto – cf. *guarda-pós*, por exemplo, ‘bata(s) de trabalho, que protege(m) a roupa’. Quanto ao género do composto, este é determinado pelo género do nome (do primeiro, em (83c)).

5.1.6.2. Estruturas de composição nos empréstimos bantos em POL

Com base no que foi dito até aqui sobre a composição nas línguas que nos servem de base (Kimbundu e PE) e observando as estruturas dos empréstimos em estudo, constatamos três realidades: (i) alguns compostos resultam da aglutinação de elementos bantos, que depois transitaram integralmente para a LA; (ii) outros constituem decalques no POL de compostos já existentes em banto; e (iii) alguns poucos compostos são formados por elementos (vernáculos ou não) da LA e da LO, estes já aportuguesados.

Considerando a tipologia apresentada para o português e a descrição feita relativamente aos compostos em Kimbundu, identificamos, no conjunto dos empréstimos em análise, os tipos de compostos que adiante descrevemos.

a componente lexical e a fixação dos sintagmas lexicalizados é muitas vezes acompanhada por uma especialização semântica, isto é, o significado do sintagma deixa de ser o seu significado composicional e passa, sim, a ser um significado diferente”. Em Bacelar do Nascimento (2013:215), considera-se que a formação de unidades multilexicais corresponde a “lexicalização”, admitindo-se, porém, o seu uso com vários sentidos (amplo ou restrito). Trata-se, portanto, de “um processo gradual de fixação de sequência de palavras em grupos formal e semanticamente coesos, com um comportamento semelhante ao de uma unidade do léxico” (*idem*).

Antes de o fazer, retomamos, aqui, para lembrança, o dito em 4.2.3.1 – na introdução e nos pontos I a IV, onde demos a justificação necessária, nomeadamente semântica –, a tipologia dos compostos do Kimbundu:

- (i) adjunção de um prefixo de classe nominal a um radical ou nome; o PN funciona como modificador do significado destes últimos. A nova estrutura adquire, assim, significado próprio e diferente dos significados de base; da combinação desses elementos resultam novas unidades lexicais não-composicionais, como próprio de estruturas de composição (Katamba 2003:106);
- (ii) concatenação entre prefixos, palavras ou partes de palavras e radicais ou palavras completas, redundando em aglutinação;
- (iii) associação de dois nomes ou dois radicais nominais, resultando numa única estrutura, portadora de um significado diferente do dos elementos de partida (tipo de compostos existentes na maioria das línguas bantas – Schadeberg 2003:87);
- (iv) associação de um verbo e um nome (complemento OD do verbo – Basciano, Kula e Melloni 2011:218); o verbo apresenta-se numa dada forma; o nome apresenta um prefixo, quando este existe.

Desde já, prevê-se, portanto, que os empréstimos do Kimbundu no POL que consideramos como compostos não seguem exatamente os critérios formais dos compostos em PE. Como é evidente, trata-se aqui de fazer uma tentativa de aproximação desses novos produtos às estruturas da língua de acolhimento, mostrando as especificidades dos empréstimos, no enquadramento geral do contacto de línguas, tipologicamente diversas e dos processos de reestruturação que tal pode implicar. Para a caracterização destes compostos, tentamos, assim, testar as propriedades dos compostos em Kimbundu, a fim de fazer uma proposta de análise o mais fundamentada possível.

Conforme referido na subsecção anterior, sobre o PE, os compostos morfológicos resultam da concatenação de radicais das línguas clássicas (grego e latim) ou de radicais/bases do português. Embora na formação destes empréstimos no POL não estejam envolvidas línguas clássicas²²⁶, mas sim as LB (e o português), os produtos resultantes da aglutinação de diferentes constituintes morfossintáticos podem aproximar-

²²⁶ Mas não é impossível ocorrerem estruturas formadas por elementos do banto e radicais neoclássicos, como por exemplo em *sambódromo* (Villalva 2003:973) e *umbadolatria* (Gonçalves 2012:24), ambas atestadas no PB, cujos constituintes africanos são originários do Kimbundu (*samba* e *umbanda* < KUSAMBA ‘rezar’ e KIMBANDA ‘curandeiro, advinho’, respetivamente).

se desse tipo de compostos, com a hipótese de uma VL *-a-* entre os dois constituintes. Nesta perspetiva, uma palavra como *monadengue* poderia ser analisada como MON]_{RAD} NOM a]_{VL} NDENG]_{RAD} ADJ]_{RAD} NOM COMPOSTO e]_{IT}. Um argumento a favor desta análise é o facto de palavras como esta pluralizarem à direita, apenas, como os compostos morfológicos do PE. Mas cremos que este argumento não é suficientemente válido para os considerar produtos da composição morfológica, já que também *vinagre* ou *fidalgo* (ou mesmo *bancarrota*) pluralizam à direita, apenas, e têm na origem estruturas sintáticas: nos empréstimos no POL, como no caso dos dois primeiros exemplos anteriores, ocorreram processos de aglutinação que o justificam. Consequentemente, alguns empréstimos apresentam características que os aproximam dos compostos morfossintáticos do PE e, assim, consideramo-los, como descrito a seguir. Outros são claramente idênticos aos sintáticos do PE, conforme a descrição mais abaixo.

• Compostos morfossintáticos

Sob esse rótulo, agrupam-se todos os empréstimos formados exclusivamente de material banto, através da junção de duas palavras bantas, conforme os elementos da tabela seguinte (na tabela, indica-se a estrutura banta de base, para clarificar a análise do composto em POL):

Tabela 46: Empréstimo de compostos morfossintáticos formados por N+N (estruturas de parataxe)

Palavra integrada em POL	Tipo de estrutura	Significado	Radical banto / palavra banta
<i>bessangana</i>	N + N	mulher tipicamente luandense, de classe média, que se veste de forma tradicional, com panos e quimono	bessa+ngana
			< banto [[besa] _N [ngana] _N] _N COMP
<i>massambala</i>	N + N	cereal; espécie de milho miúdo; sorgo...	massa+mbala
			< banto [[massa] _N [a] _{PREF CON} [mbala] _N] _N COMP

A julgar pelos elementos que entram na composição destes empréstimos, podemos assumir que estamos perante compostos morfossintáticos. Em primeiro lugar, os produtos resultantes são nomes; em segundo lugar, envolveram-se nessa composição elementos da mesma classe lexical (N+N); em terceiro e último lugar, estes empréstimos podem ser

classificados como compostos formados num processo de parataxe, já que não exibem um núcleo sintático (à semelhança de, por exemplo, *sobrinho-neto*, em (81a)), sendo, portanto, semanticamente policêntricos.

Seguindo o paradigma adotado para o tratamento de prefixos e sufixos, para estes casos de compostos morfossintáticos, propomos a estrutura abaixo de um dos exemplos da tabela anterior, procurando melhor clarificar o processo de associação dos elementos envolvidos. Faz-se notar que, na perspetiva de adaptação, na referida estrutura, a presença de *-a*, à direita dos radicais BESS- e NGAN-, é interpretada como sendo um índice temático; por isso, consideramos tratar-se de dois nomes temáticos, assim como o composto.

(84) BESSA]_N + NGANA]_N]_{N COMP} *bessangana*

Os nomes contáveis formam o plural acrescentando-se o sufixo flexional *-s* ao último constituinte. Esta é uma característica típica do POL, em compostos morfossintáticos, pondo-se como hipótese que na sua formação ainda resta algum resquício da presença de elementos prefixais reinterpretados e incorporados na estrutura do radical nominal, o que lhe dá uma morfologia particular. Relembre-se que, em PE, os compostos morfossintáticos N+N, formados por parataxe, pluralizam nos dois membros (*couves-flores*, *sobrinhos-netos*).

Quanto ao género gramatical desses nomes, tal como nos casos de compostos vernáculos de português, esse valor é-lhes inerente e está diretamente associado ao género natural das entidades referidas, ancorado no traço de animacidade neles evidente:

(85) a. *o *bessangana* vs. a *bessangana* [+feminino]
 b. *o *massambala* vs. a *massambala* [+feminino]

Estes exemplos permitem a seguinte leitura: (i) o empréstimo *bessangana*, com o traço [+humano], tem o valor do género feminino, já que o mesmo só denota entidades com género natural ‘mulher’, tratando-se de um aspeto sociocultural/pragmático com influência na língua; e (ii) quanto a *massambala*, nome com os traços semânticos [-animado; +massivo], exibe o traço de género [+feminino], pela presença da vogal banta final *a*, reinterpretada, em POL, como IT, marcador típico de feminino, em português.

Na Tabela seguinte, incluem-se nomes associados por hipotaxe (apenas inserimos o constituinte banto, pelo facto de o português ser facilmente identificável):

Tabela 46a: Empréstimos de compostos morfossintáticos formados por N+N (estruturas de hipotaxe)

Palavra integrada em POL	Constituinte banto	Tipo de estrutura	Significado
<i>farinha musseque</i>	museke	N+N	farinha fina de mandioca
	[[farinha] _{N (port)} [messeque] _{N banto}] _{N COMP}		
<i>peixe canjila</i>	kanjila	N+N	peixe com bico em forma de pássaro
	[[peixe] _{N (port)} [canjila] _{N (banto)}] _{N COMP}		

Cada um desses compostos é constituído por uma palavra do Kimbundu e outra do português, independentemente da sua posição na estrutura. Trata-se de nomes que têm à cabeça os nomes *farinha* e *peixe* e, como modificadores, os nomes *musseque* e *canjila*, como se pode confirmar a partir das seguintes paráfrases:

- (86) a. *farinha musseque* ‘farinha em forma de areia...’
 b. *peixe canjila* ‘peixe de bico (em forma) de pássaro’

Um dos aspetos sintáticos a considerar na estrutura deste tipo de compostos é a questão da concordância em número: pluralizam os dois constituintes, embora (87b) nos levante dúvidas. Neste aspeto, diferenciam-se dos compostos morfossintáticos formados por hipotaxe do PE, em que só pluraliza o primeiro membro (cf. *palavra(s)-chave*, *pombo(s)-correio*, *tubarão/tubarões-martelo*), comportando-se como os compostos morfossintáticos por parataxe, acima descritos:

- (87) a. *farinha musseque*, *farinhas musseques*
 b. *peixe canjila*, *?peixes canjilas* / *peixes canjila*

Quanto ao género deste tipo de compostos: (i) nas palavras do português em geral, o género é o desta língua; (ii) os nomes bantos, que funcionam como modificadores (*musseque* e *canjila*) mantêm a forma de origem, mas concordam com o nome da esquerda, núcleo semântico (são nomes monocêntricos).

Em (88), dá-se a proposta de estrutura desse tipo de compostos:

- (88) $[FARINHA]_{N (port)} [MUSSEQUE]_{N (banto)}]_{N COMP}$ *farinha musseque*

• Compostos sintáticos

Com base nos elementos exemplificados nas tabelas abaixo, alguns destes compostos correspondem a formas decalcadas da língua de origem para a variedade do POL (cf. Tabelas 49 e 50), cuja tradução, muitas vezes literal, dá lugar às referidas palavras. Interessa-nos considerar as estruturas sintáticas que, uma vez lexicalizadas, se comportam como unidades lexicais plenas, com uma autonomia semântica, caracterizando-se como “estruturas formadas por um mínimo de duas variáveis (...), [e que] são palavras que integram estruturas sintáticas” (Villalva 2000:329).

Estruturalmente, a fixidez é visível, uma vez que a alteração da ordem dos seus elementos ou a supressão de um deles altera o significado²²⁷. Essas palavras possuem autonomia no significado, pois referem entidades ou realidades novas, diferentes das de partida, sendo compostos não composicionais. Por exemplo, em *palanca negra* ‘espécie rara de antílope de Angola’ e *mãe de quixiquila* ‘mulher que coordena a *quixiquila*’, os significados não têm a ver necessariamente com os seus constituintes, mas sobretudo com o valor simbólico ou metafórico da expressão no seu todo. No primeiro caso, não se trata objetivamente de “palanca de cor negra”, mas uma designação atribuída por aproximação à referida cor e que ganhou notoriedade e simbolismo devido ao valor de raridade atribuído ao animal, dentro dum contexto social específico (cientificamente até tem outro nome distinto, como expresso na tabela, abaixo); no outro caso, nenhuma mulher é “mãe de um processo como a *quixiquila*”, tão pouco ela é a inventora dessa prática, mas apenas alguém que é capaz de organizar/coordenar esse tipo de processo. Essas palavras compostas traduzem realidades socioculturais específicas da sociedade luandense, em particular, e angolana, em geral. Cada uma dessas expressões cristalizou-se, especializou-se para referir determinados estados de coisa com valor peculiar inerente. Dos exemplos dados, é quase impossível falar-se em *palanca negra*, que não seja aquela espécie rara de antílope que só se localiza na província de Malange (Angola); não faz parte do imaginário

²²⁷ A fixidez estrutural e coesão semântica são os dois critérios básicos de distinção entre compostos sintáticos e sintagmas livres. Geralmente, os compostos apresentam uma ordem fixa, cuja alteração provoca também a alteração do significado, ao contrário dos sintagmas livres, que permitem a troca dos seus elementos, sem que haja alteração no significado (Monteiro 2002:185; Bacelar do Nascimento 2013:219). Por outro lado, estas estruturas apresentam um significado não composicional, como já referido atrás; ou seja, detêm uma autonomia semântica em relação aos seus constituintes de partida, o que quer dizer que o seu significado deixou de ser a soma do resultado das suas partes (*Dicionário de Termos Linguísticos do ILTEC* online: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=2787>; acesso: 22.08.2018).

de qualquer angolano falar em “*pai de quixiquila*”, ainda que haja homens a desempenharem esse papel. Portanto, estamos diante de estruturas que configuram unidades lexicais plenas como as que se verificam em outras línguas e não simplesmente lexias ou sintagmas livres.

No material em análise, distinguem-se dois tipos de palavras compostas, de acordo com a classe lexical das palavras envolvidas: os compostos formados por N+Adj (cf. Tabela 47) e os compostos formados por N+ de_{PREP} +N (cf. Tabelas 49 e 50).

I. Compostos do tipo Nome+Adjetivo

O primeiro exemplo, *palanca negra*, é constituído por uma palavra do Kimbundu e outra do português, sendo a sua estrutura idêntica à de *urso pardo*, por exemplo. No outro exemplo, existem duas palavras bantas aglutinadas, independentemente da posição do adjetivo na estrutura. Estes dois exemplos podem ser aproximados de *vinagre* (<cast. < lat. *vinum acre*, segundo Cunha 1986), como resultantes de processos fonológicos que intervieram na sua evolução (no caso, típicos do banto – cf. 5.2, abaixo, sobre as “adaptações fonológicas”):

Tabela 47: Empréstimos de compostos sintáticos formados por N+Adj

Palavra integrada em POL	Tipo de estrutura	Constituinte banto	Significado
<i>palanca negra</i>	N+Adj	phalanga	<i>Hippotragus Niger Varianti</i> : tb. conhecida por <i>palanca negra gigante</i> ; espécie rara de antílope de Angola
	< banto [[palanca] _{N (banto)} [negra] _{Adj (Port)}] _{N COMP}		
<i>monandengue</i>	N + Adj	mona+ndenge	criança, miúdo, jovem
	< banto [[mona] _N [ndenge] _{Adj}] _{N COMP}		

Trata-se de uma formação com o nome como núcleo e um modificador adjetival, com relação de hipotaxe entre os membros, como se pode confirmar mais facilmente em *palanca negra* a partir da paráfrase, do facto de o adjetivo concordar em género com o núcleo nominal e de ambos pluralizarem (*palancas negras*, como *amores-perfeitos* ou *guarda(s)-noturno(s)*, p.e.): *palanca negra* ‘espécie de palanca, caracterizada pela sua cor negra’. No nome de origem banta (*palanca*), a última vogal é interpretada como marca

de género feminino e como índice temático (IT), seguindo a tendência geral dos nomes femininos em português (*palanca* é um nome epiceno, como *águia* ou *cobra*).

A proposta da estrutura para este nome é a seguinte:

(89) PALANCA]_{N (banto)} NEGRA]_{ADJ (port)}]_{N COMP} *palanca negra*

II. Compostos do tipo Nome + Preposição (*de*) + Nome

O segundo tipo de compostos sintáticos em análise na presente secção tem a ver com um conjunto considerável de empréstimos caracterizados pela estrutura N+PREP (*de*)+N (cf. *fuba de bombó*, *funge de milho*, *muzongué da tradição*, *sumo de múcua*), aliás estruturas abundantes em português (cf. *água de colónia*, *caminho de ferro*, *casa de banho*, por exemplo). Alguns são verdadeiros decalques do Kimbundu que passaram para o POL, enquanto outros são estruturas formadas já na LA, mas que contam com uma palavra banta.

Para uma descrição sistematizada desses produtos, subdividimo-los em duas tabelas: uma que contém os empréstimos em forma de decalques e outra que agrupa os que são formados por uma palavra do português e outra banta, já aportuguesada:

Tabela 48: Empréstimos de compostos do tipo N+PREP+N (decalques bantos)

Palavra integrada em POL	Decalque banto	Significado
<i>fuba de bombó</i>	< fuba ya mbombo	farinha de mandioca (<i>bombó</i>)
<i>funge de bombó</i>	< funji ya mbombo	funge feito de farinha de <i>bombó</i>
<i>muamba de dendém</i>	< mwamba wa ndende	guisado de carne ou peixe, temperado com óleo espesso (<i>muamba</i>) de <i>dendém</i> .
<i>muzongué da tradição</i>	< muzongue wa xakulu	evento musicocultural e recreativo típico de Luanda, no qual é servido tradicionalmente caldo de peixe.
<i>quitutes da terra</i>	< kitutu kya'xi	pratos e/ou guloseimas, típicos da culinária angolana
<i>quizaca de peixe</i>	< kizaka kya mbiji	guisado de <i>quizaca</i> , geralmente com peixe seco

Existe um número considerável desse tipo de empréstimos e, na descrição dos mesmos, saltam à vista os aspetos a seguir indicados:

• Formalmente, podem ser caracterizados como estruturas sintáticas de hipotaxe que sofreram lexicalização e como tendo o núcleo semântico à esquerda (como *pão de ló*, p.e.). Em termos semânticos, a estrutura composta constitui uma única unidade de significação e podem admitir paráfrases como as que se seguem, retomando apenas dois casos dos ilustrados na tabela anterior:

- (90) a. *funge de bombó* [funge feito de farinha de *bombó*]
 b. *quizaca de peixe* [*quizaca* feita misturada com peixe seco]

Em termos de aspetos morfossintáticos que podem afetar a estrutura frásica, por exemplo a concordância, quer em número quer em género, seguem os mesmos esquemas da LA. Na sua generalidade, são nomes com o traço [+massivo], como *canja de galinha* ou *pão-de-ló*, mas podem pluralizar no primeiro membro, como nestes últimos exemplos. O género do composto é marcado pelo género do primeiro nome (como em *lua de mel*).

• Estes decalques constituem uma espécie de tradução literal de expressões sintáticas para formas de português, as chamadas “traduções de empréstimos” (*loan translations*), de acordo com Haugen (1950b, 1953) e Winford (2005).

Centremo-nos, agora, nas estruturas constituídas por um primeiro elemento do português, ao qual se liga um outro da língua banta. A tabela seguinte apresenta apenas alguns desses elementos:

Tabela 49: Empréstimos de compostos com estrutura N (port)v+ PREP + N (kmb)

Palavra integrada em POL	Decalque banto	Significado
<i>doce de jinguba</i>	ndose ya jinguba	doce típico de Angola, feito à base de amendoim (<i>jinguba</i>)
<i>gelado de múcua</i>	?jeladu ya mukwa	gelado feito com polpa de <i>múcua</i> (fruto de <i>imbondeiro</i>)
<i>mãe de quixiquila</i>	mama ya kixiquila	mulher que coordena o processo da <i>quixiquila</i>
<i>papa de massambala</i>	matete (m)a masambala	papa feita de farinha de <i>massambala</i>
<i>sumo de múcua</i>	sumu ya mukwa	sumo feito com polpa de <i>múcua</i>

Com base nesses exemplos, podemos aferir que a grande diferença com os casos anteriores reside no facto de apresentarem como núcleo um nome português, modificado por um termo banto, o que pressupõe que esses elementos foram formados depois de

aportuguesadas as palavras do banto. Por outro lado, as formas equivalentes, apresentadas como decalques, são traduções literais do português para aquelas línguas, nas quais algumas são possíveis e outras apresentam um grau de aceitabilidade duvidoso, daí marcarmos os casos com o sinal “?”.

Os aspetos morfossintáticos e semânticos descritos para os casos anteriores parecem aplicar-se a esses empréstimos. Todavia, há que particularizar que os referidos empréstimos, contrariamente aos anteriores, constituem nomes claramente com o traço [+contável], com um dos membros designando entidade humana (*mãe de quixiquila*), enquanto os demais denotam entidades com traço [-animado, +massivo], indicando géneros alimentícios diversos. Em função desses traços, esses nomes admitem variação em número, seguindo o paradigma da LA: apenas o primeiro constituinte flexiona.

Seguem-se os exemplos das estruturas dos compostos anteriormente ilustrados nas Tabelas 49 e 50:

- (91) a. MUAMBA]_{N (banto)} de]_{PREP (port)} DENDEN]_{N (banto)}]_{NOM COMP} *muamba de dendém*
 b. SUMO]_{N (port)} de]_{PREP (port)} MUCUA]_{N (banto)}]_{NOM COMP} *sumo de múcua*

5.1.7. Casos de hibridismo (LBA e português)

As palavras em POL que aqui consideramos têm a particularidade de envolver prefixos bantos e palavras do português e partes de palavras de origem banta mas já existentes no POL e palavras portuguesas. Este tipo de palavras é caracterizado como “criações híbridas” (*hybrid creations*) de acordo com a taxonomia de Winford (2005)²²⁸.

Segundo Sengo (2010), acerca de Moçambique, cuja situação é semelhante à de Angola, a hibridação constitui um dos processos de formação de novas palavras bastante produtivo, envolvendo elementos de línguas locais e do português. O *corpus* forneceu-nos apenas três empréstimos híbridos: dois nomes caracterizados estruturalmente pela adjunção de um prefixo banto *ka-* a um radical português:

²²⁸ Ver a análise em Mota (1996:525), sobre este tipo de estruturas, no caso associado a um produto de mistura de códigos, no âmbito do contacto linguístico.

Tabela 50: Hibridismos (banto + português) no POL: modificação prefixal

Palavra integrada em POL	Estrutura híbrida	Significado
<i>cadinheiro</i>	ka + dinheiro	pouco dinheiro; moeda/nota de baixo valor fácil
<i>caponteira</i>	ka + ponteira	primeiras porções de aguardente caseira (<i>caporroto</i>), mais fortes, que servem de mistura com a parte mais fraca

A variação em número é feita de acordo com o paradigma da LA, formando o plural com o constituinte morfológico *-s*, no final da palavra (embora haja alguma dúvida, em relação à (?) *cadinheiros*); apenas o constituinte do português flexiona, já que os elementos bantos estão desprovidos dessa característica, desde a sua origem:

(92) *cadinheiro*, (?) *cadinheiros*; *caponteira*, *caponteiras*

O género também é condicionado pelo constituinte da LA; ou seja, depende do valor da palavra do português; aliás, como se sabe, os elementos bantos envolvidos perdem o valor de marcador de género, ao integrarem o radical da nova estrutura. Por isso, consoante o género do segundo constituinte, essas palavras apresentam valores de masculino (92a) e feminino (92b):

(93) a. *o cadinheiro* [+masc]
 b. *a caponteira* [-masc]

Em termos semânticos, podem ser caracterizados genericamente como nomes com traço [+comum, +massivo] (líquido, em *caponteira*).

Analisando as definições dos empréstimos ilustrados na Tabela 50, o significado dos mesmos é resultante do valor das partes envolvidas em diferentes graus de composicionalidade. Por exemplo, (i) em *cadinheiro*, o valor diminutivo de *ka-* (*ca-*) não é totalmente anulado, permitindo remeter para a noção de ‘valor monetário insignificante para determinada necessidade’, que a referida palavra encerra; (ii) em *caponteira*, tanto o prefixo *ka-* (*ca-*), com valor gradativo (diminutivo), como a palavra de português (*ponteira* ‘aguardante da ponta’, em alusão às primeiras porções de um tipo da aguardente caseira, típica de Luanda) contribuem para o significado da palavra.

Para a representação da estrutura desse tipo de hibridismos, apresentamos seguidamente uma proposta:

(94) CA]_{PREF (banto)} PONTEIR]_{RN (port)}]RAD NOM (POL) a]_{IT}]N COMP HIB (POL) *caponteira*

Embora tenhamos identificado um número reduzido deste tipo de empréstimo no material em análise, não significa que o processo em si não seja produtivo. Na variedade do PA, podemos encontrar muitas outras palavras formadas pelo processo de hibridação aqui em destaque. Para justificar esta constatação, socorremo-nos de exemplos não atestados no *corpus*, alguns dos quais retomados do trabalho de Chavagne (2005) e já referidos atrás: *cabocado*, *cacarne*, *caloja*, *caminino/caminina*, *camiúdo/camiúda*, *capequeno*, *capeixe*, *capequeno*, *carrapaz*, *cassaco*, *quiferro*, *quipessoa*, *quitia*, *cavelha* ~ *caveia*, etc. Mais usadas em contextos informais (domínio coloquial e particular) e podendo ser classificadas como regionalismos, todas essas palavras apresentam um prefixo banto + palavra do português, às quais é associado um valor gradativo (positivo ou depreciativo), resultando em estruturas que exibem aspetos morfológicos das duas línguas.

Uma observação a fazer, ainda, a respeito dos prefixos *ka-* e *ki-*: trata-se de dois constituintes que têm uma produtividade considerável na formação de novos produtos, em POL, comportando-se como verdadeiros prefixos do português. Ou seja, apresentam um comportamento similar ao dos prefixos típicos dessa língua pelas seguintes razões: (i) colocam-se antes da base nominal e não alteram a classe lexical da palavra à qual se ligam; e (ii) têm como função a modificação semântica do radical nominal, introduzindo um valor gradativo, e assemelham-se, neste caso, aos sufixos avaliativos, que também se enquadram na classe de afixos modificadores, a par dos prefixos.

A presença e o comportamento dos elementos prefixais adjungidos às bases portuguesas não podem ser encarados como um fenómeno estranho, mas sim resultado normal do próprio processo de contacto entre as línguas envolvidas. De acordo com Winford (2005:53-54), em situações de contacto intenso e prolongado, como é o caso da realidade angolana, podem ocorrer casos de empréstimo estrutural, consistindo na introdução de novos segmentos e constituintes morfológicos da LO (ou manter alguns nas palavras integradas) na LA, podendo afetar as estruturas fonológica e morfológica desta última língua, como já referimos no início do capítulo. Este tipo de empréstimo afigura-se também como estratégia do uso de duas línguas por um falante bilingue (Matras 2013:10), consciente da adequação dos dois sistemas gramaticais.

Em termos de adaptação de elementos bantos ao português, estes aspetos permitem-nos admitir que a variedade do POL conta com dois prefixos, originariamente das línguas bantas, como consequência do contacto entre línguas. Despojados dos seus traços morfológicos bantos, autonomizaram-se e passaram a fazer parte do inventário dos prefixos dessa subvariedade do português local, podendo ligar-se a estruturas nominais, evidenciando um enriquecimento linguístico nesse domínio. Os ditos elementos conservaram o seu significado original, conferindo-lhes alguma transparência semântica, que se revela crucial, quanto ao seu grau de produtividade²²⁹. Por outro lado, a adoção destes prefixos é possibilitada também pela coincidência formal (fonológica) com as estruturas silábicas do português, sendo assim facilmente segmentáveis. Cremos que estes aspetos podem constituir uma grande novidade para a gramática do português, em geral, como resultado da contínua presença das LB na inovação e enriquecimento dessa língua. Todavia, esta constatação não passa de uma hipótese de trabalho, cuja confirmação carece de um trabalho mais aprofundado, assente em abordagens diacrónica e sincrónica, assim como um estudo de frequência, numa perspetiva sociolinguística²³⁰.

Um outro caso de hibridismo é ilustrado por *quixicrédito*:

Tabela 50a: Hibridismo (banto + português) no POL: N composto

Palavra integrada em POL	Estrutura híbrida	Significado
<i>quixicrédito</i>	quixi + crédito	espécie de crédito especial, que alguns bancos concedem, para apoio à prática de <i>quixiquila</i> .

Trata-se de um caso do tipo amálgama (*blending*), mas com elementos das duas línguas em causa: uma forma truncada de uma palavra do POL + palavra do português; em *quixicrédito*, a estrutura *quixi-* (matriz banta) é resultante do truncamento da palavra *quixiquila*, do POL (formada pelo prefixo banto *ki-* e radical banto *xikila*).

²²⁹ Essa transparência semântica tem a ver com o facto de esses prefixos apresentarem uma função semelhante à dos sufixos avaliativos do português (*-inho/-ito*; *-zinho/-zito*), como já observámos anteriormente, denotando o valor gradativo (neste caso concreto, diminutivo e aumentativo), associado a diferentes sentidos (de afetividade, pejorativo, de intensificação), inerentes aos objetos ou entidades designadas. Também está evidente o aspeto pragmático, na medida em que a manutenção destes elementos vincula-se a determinada realidade sociocultural específica, cuja marcação dos valores em referência é feita com recurso a estes prefixos.

²³⁰ Esta hipótese surge da chamada de atenção da Professora Margarita Correia, na prova pública para a aprovação do projeto da presente tese, a quem agradecemos profundamente por este valioso contributo.

Em Correia e Lemos (2005:44) é dado o exemplo *telemóvel* “telefone móvel”, que se aparenta com a palavra aqui em análise, como acontece também com *brunch*, em inglês (< *breakfast* + *lunch*). Segundo Beliaeva (2014:177), nos compostos por *blending* “os parâmetros considerados cruciais para reconhecer as palavras de origem são 1) a preservação da primeira ou da última parte das palavras fonte e 2) a preservação total ou parcial das palavras fonte”. Refere, ainda, que não se trata apenas de associar palavras mas de operar diferentes processos, como “tentativa consciente de expressar um significado específico”.

Em *quixicrédito*, o significado global da palavra resulta do valor tanto da estrutura truncada do banto *quixi-* (de *quixiquila* ‘espécie de sociedade corporativa’) como da palavra *crédito* e a sua estrutura pode ser assim descrita: QUIXI]_N TRUNCADO (banto) CREDITO]_N (port)]_N COMPOSTO HÍBRIDO (POL) *quexicrédito*.

5.1.8. Flexão em número

Apesar de, ao longo das subsecções anteriores, termos avançado notas sobre a flexão nominal e adjetival, aqui sumariamos o que se verifica no processo de integração de empréstimos lexicais.

Em geral, essas unidades recebem as marcas de número da língua-alvo, seguindo o mesmo comportamento das palavras vernáculas. Este facto é facilitado por determinados fatores linguísticos, relacionados com os critérios formais (p.e., a semelhança fonológica), o significado e a analogia com o léxico original, e também pelos fatores sociais (Windford 2005:49)²³¹. Mas, oriundos de línguas tipologicamente diferentes, depois de integrados, esses empréstimos nem sempre seguem o PE, concretamente no domínio da composição, como acima referido; considerando estarem tratados esses casos particulares, a seguir ocupamo-nos em mostrar unicamente a regularidade da marcação de número, seguindo o modelo do português, em geral.

²³¹ Os aspetos teóricos gerais sobre esta categoria gramatical já foram descritos acima, em 4.2.1.2.

5.1.8.1. A flexão de número em português

Em português, número é descrito como uma categoria morfossintática que se realiza através do processo de flexão nominal²³². Interessa-nos apenas considerar os seguintes aspetos, pertinentes para a análise dos empréstimos:

- Nesta língua, número é uma categoria gramatical que determina o valor de quantidade e cardinalidade dos nomes, traduzida na oposição singular-plural. Deste modo, “o singular quantifica o nome com o valor de ‘igual a uma unidade’ e o plural quantifica com o valor ‘superior a uma unidade’” (Villalva 2008:163).
- O valor do singular é marcado pela ausência de um constituinte morfológico e fonológico plenos, o que é simbolizado por “Ø”. Contrariamente, o do plural é expresso pela adjunção do constituinte -s à estrutura nominal, correspondente ao tema (nos nomes atemáticos, o tema coincide formalmente com o radical, como em *tatu* ou *rapê*).
- Nos nomes, o valor de número depende da referência (cf. *o café abriu* (=1), os cafés abriram (> 1)). Uma vez integrada na matriz de traços do lexema nominal e a informação de o nome variar em número gramatical, obtêm-se duas formas de palavra: uma que marca o singular, caracterizada pela ausência do constituinte -s, e outra que exhibe o referido constituinte morfológico. Ou, de forma mais acurada, a “flexão em número codifica a oposição dos valores [+sing] ~ [-sing] através dos marcadores -Ø ~ -s, estando as duas formas de palavra disponíveis para serem ativadas pelo falante, explorando a interface da morfologia com a sintaxe” (Mota 2016b:153).
- Nos adjetivos, o valor de número depende do valor do nome que eles modificam, num sintagma nominal.

5.1.8.2. A flexão de número nos empréstimos bantos em POL

A marcação de número nos empréstimos em estudo pode ser caracterizada como um dos aspetos da adaptação dessas palavras à morfologia do português. Os referidos empréstimos, procurando conformar-se ao sistema da LA, adquiriram os seus traços de número, facto que se traduz na eliminação da oposição prefixal (singular/plural) banta e no uso dos marcadores -Ø e -s para a formação do plural dos nomes e adjetivos. As vogais

²³² Ver, por exemplo, Basílio (1987), Duarte (2008), Câmara (1975), Mota (2016b e cap. em pub. na *Gramática do português*, Vol. III), Villalva (2000, 2003, 2007, 2008), Rio-Torto (2002), Poamanes e Ribeiro (2013).

finais bantas sofreram uma reanálise, passando a funcionar como IT nominais e adjetivais, propiciando o acolhimento dos marcadores de número do português.

Os exemplos seguintes ajudam a clarificar a marcação de número nos empréstimos em estudo. As estruturas ilustradas em (95) constituem o protótipo do contraste de número em nomes, cuja vogal final passou a IT, enquanto as de (96) exemplificam o caso de nomes atemáticos (o primeiro elemento -Ø que aparece em (96a) assinala a ausência da vogal com a função de IT):

- | | | | |
|------|----|---|------------------|
| (95) | a. | QUITAB] _{RAD NOM a} IT -Ø] _{SUF FLEX SG} | <i>quitaba</i> |
| | b. | QUITAB] _{RAD NOM a} IT -s] _{SUF FLEX PL} | <i>quitabas</i> |
| (96) | a. | MUZONGUE] _{RAD NOM -Ø} IT -Ø] _{SUF FLEX SG} | <i>muzongué</i> |
| | b. | MUZONGUE] _{RAD NOM -Ø} IT -s] _{SUF FLEX PL} | <i>muzonguês</i> |

Identificámos alguns nomes que apresentam habitualmente a forma do plural, (são *pluralia tanta*, como, por exemplo, palavras vernáculas do português *exéquias*, *núpcias*; cf. Mota 2016a:167, nota 9; 2016b:61), por referirem estados de coisas que não se realizam num único evento (97a) ou suscetíveis de expressarem valores superiores a apenas um elemento (97b):

- (97) a. *calemas*
 b. *quitutes*

A primeira palavra desses exemplos designa um fenómeno natural que ocorre sempre em forma de sucessivas vagas de ondas marítimas, que se abatem à costa, daí que não se possa admitir simplesmente a forma “uma calema”, mas sim “calemas”; a segunda palavra traduz sempre um conjunto de iguarias diversas, típicas de uma determinada região (no caso, de Angola) e considerar apenas “quitute” é como referir um único tipo de iguaria, o que anularia o significado básico que lhe é inerente.

Os nomes em (98) ocorrem geralmente no singular. Trata-se de nomes que denotam realidades com traços semânticos [+massivo]. Fazem parte desse grupo, sobretudo, aqueles nomes que indicam diferentes tipos de alimentos e bebidas. Muitos deles, ao serem usados no plural, podem perder o seu valor semântico geral:

- (98) *calulu, cahome, candumba, canjica, caporroto, capuca, catato, caxipembe, fuba, fúmbua, funge, jimboa, jinguba, jinguinga, lombi, mabanga, macunde, manhi, maruvo, massambala, maxanana, múcua, muzongé, ngongoenha, quibeba, quicuerria, quiabo, quifufutula, quiteta, quízaca, súmate, usse.*

A formação do plural dos empréstimos da classe lexical dos adjetivos segue o paradigma dos adjetivos vernáculos do português, quer morfológicamente quer sintaticamente (o valor de número depende do valor do nome que modificam).

- (99) a. CALUAND]_{RAD ADJ a}]_{IT -Ø}]_{SUF FLEX SG} caluanda
 b. CALUAND]_{RAD ADJ a}]_{IT -s}]_{SUF FLEX PL} caluandas

5.1.9. Marcação do género

Neste tópico, centramo-nos na análise dos traços de género gramatical adquiridos pelas palavras bantas integradas no POL. Para tal, torna-se necessário compreender as características da LA, neste domínio, para além de conhecermos os mecanismos de marcação de género nas LO. No Capítulo IV (4.2.1.2), foi feita uma breve abordagem geral sobre esta categoria gramatical, aplicável às línguas em contacto, no contexto em estudo, e válida para o presente tópico. Mas, como o género gramatical constitui um dos aspetos da integração de unidades lexicais, retomamos aqui a questão. Um empréstimo, uma vez integrado através de diferentes mecanismos morfológicos disponíveis na LA, também está sujeito a receber a marca de género, de acordo com os critérios dessa língua.

5.1.9.1. O género em português

Em português, o género é uma categoria gramatical inerente aos lexemas nominais, para alguns autores (cf. Villalva 1994:182; Mota 2016b), e morfossintática, para outros (cf. Carvalho 2013:44), que se manifesta através de dois valores, o masculino e feminino, tal como ocorre noutras línguas de matriz românica²³³. Segundo Câmara, Jr. (1970), “do ponto de vista semântico, o masculino é uma forma não-marcada e o feminino indica uma especialização qualquer”, conceção referida por vários autores, como, por exemplo, Vilela (1974:144), Carvalho (2013:33-34) e Lobato e Ferreira (2013:148); formalmente,

²³³ Considera-se que o género gramatical dessas línguas radica do indo-europeu, no qual se fundamentava na noção de sexo dos seres animados (Costa e Esteves 2009:25; Cardoso-Carvalho e Oliveira 2014:311), subdividindo-se assim em masculino, feminino (para os nomes animados) e o neutro (para os nomes inanimados). Diacronicamente, essa tripartição de género persistiu no grego e no latim, mas viria a desaparecer na maioria das línguas românicas (Carvalho e Nascimento 1977; *apud* Costa e Esteves 2009:25; Vilela 1974:145-146).

o masculino é marcado tipicamente por *-o* e o feminino, por *-a*. Existem, contudo, outras estratégias de marcar o contraste de género em nomes e adjetivos, como se verá adiante.

A categoria gramatical “género” caracteriza nomes e adjetivos, pois está “inscrita na matriz lexical destas duas classes de lexemas, mas aplicando-se diferenciadamente: o valor de género é inerente, invariável e especificado na matriz do lexema nominal, propriedade não aplicada no lexema adjetival, por não possuir esse valor lexicalmente especificado” (Mota 2016b:151); ou, no “Português, o género é uma propriedade inerente dos radicais nominais. Todos os radicais nominais possuem, pois, informação de género gramatical e esta informação é sintacticamente relevante, dado que desencadeia mecanismos de concordância” (Villalva 2008:88). Defende-se também que género não é uma categoria flexional nos nomes, mas apenas nos adjetivos (Mota 2016b:155, 157). Alguns autores defendem ainda que o género é marcado pelos índices temáticos²³⁴, nos nomes, mas essa visão é contestada em Villalva (2000 e outros) e em Mota (2016b), que o reconhecem para os adjetivos, mas com fortes restrições para os nomes²³⁵.

Existem diversas estratégias linguísticas para a marcação de contraste de género nos nomes em português (cf. Villalva 1994:172; Mota 2016b:156-158), mas, independentemente disso, estão disponíveis, em termos gerais, dois valores de género gramatical, que caracterizam os radicais nominais, de acordo com Villalva (2008:88):

(i) **masculino**, definido como um valor não-marcado, manifesta-se tipicamente nos nomes com o traço [+animado] e com índice temático *-o* que estabelecem relação com nomes de tema em *-a*, semanticamente muito próximos, mas que denotam entidades femininas. Contudo, há nomes em *-a*, *-e*, *-Ø*²³⁶ ou aтемáticos que também podem ser portadores desse valor:

(100) a. *O mundo é injusto para mim.*

b. *Este dente é dourado.*

c. *O motor aqueceu.*

d. *Um anel mágico pode provocar maldições.*

²³⁴ Por exemplo, Botelho (2004:87, *apud* Poamanes e Ribeiro 2013:71): “ao contrário dos adjetivos, que são “flexionados” a fim de concordar em género e número com os substantivos (...), os nomes substantivos dispõem de uma variedade de afixos para expressar a categoria de género”.

²³⁵ Esta é uma visão que, de certa maneira, vem contrariar as conceções das gramáticas tradicionais, bastante refletidas em manuais escolares, que situam a categoria de género na flexão, a par de número.

²³⁶ Ou *-Ø~e*, em Mota (em pub., na *Gramática do português*, Vol. III).

(ii) **feminino**, com um valor marcado em relação ao masculino, caracteriza-se habitualmente pelo marcador *-a*, sobretudo nos nomes animados, como contraponto ao descrito acima. Todavia, muitos nomes de outras classes temáticas também podem possuir esse valor:

(101) a. *Uma **cidade** de mil e um encantos.*

b. *Algumas **tribos** indígenas ainda veneram os seus deuses ancestrais.*

c. *A **dor** da alma magoa profundamente.*

Considerando os lexemas cujo valor de género não é lexicalmente fixado e a que habitualmente se dá o nome de “comuns de dois”: trata-se de nomes que denotam entidades humanas, podendo referir tanto indivíduos do sexo masculino como os do sexo feminino. Pode dizer-se que o seu valor de género é subespecificado (só especificado numa frase); para tal, os especificadores nominais jogam um papel relevante na especificação do género, assim como os adjetivos que igualmente concordam em género com o núcleo do sintagma nominal:

(102) a. *O/a **agente** de seguros ignorou a minha reclamação.*

b. *Muitos/muitas **modelos** buscam mais fama que dinheiro.*

Há a considerar ainda os chamados nomes “sobrecomuns”, que referem indistintamente homens e mulheres, embora tenham um único valor de género, aplicando-se exclusivamente aos humanos (cf. {o} *cônjuge*, *ídolo*; {a} *criança*, *testemunha*). No caso de entidades com traço [+animado, -humano], fala-se de nomes “epícenos”. A especificação do valor de género, se necessária, passa por uma estrutura de composição do tipo N-N, com *homem/macho* (género masculino) ou *mulher/fêmea* (género feminino) na segunda posição. Considerem-se aqui dois exemplos de marcação de género de nomes sobrecomuns e epícenos:

(103) a. *um piloto homem / piloto mulher*

b. *uma hiena macho / hiena fêmea*

5.1.9.2. O género nos empréstimos bantos em POL

No tratamento desta questão, a nossa atenção centra-se nas estruturas que resultaram diretamente de radicais bantos, pondo-se de parte os que foram derivados de bases já adaptadas, do tipo referido ao longo da subsecção 5.1.2.

Tendo em conta as estruturas dos empréstimos à nossa disposição, passamos a considerar diferentes casos, organizados em função da natureza semântica das entidades referidas pelos nomes em questão, com base no traço de animacidade (e, por vezes, na identificação do índice temático *-a* e *-o* com valor feminino e masculino, respetivamente):

▪ **Nomes comuns com o traço [-animado]:** o valor de género gramatical em nada tem a ver com género natural, como é evidente. Não existe contraste de género com outras palavras formalmente próximas e só distintas quanto a esta categoria gramatical, caracterizando-se simplesmente como portadores de valor masculino ou feminino:

- (104) a. {**o**} *burututo, jango, mambo, mujimbo, quiabo, quizango, quimbo*
 b. {**a**} *bassula, jinga, jinguba, missanga, quianda, quizaca, quizomba, sanzala*
 c. {**o**} *comba, semba*
 d. {**o**} *canhome, funge, maboque, mufete, musseque, quissonde, súmate, usse*
 e. {**o**} *cafuné; lombi, mahini, nguimbi, quilápi, xídi; calulu, calandu, safu; dendém*

Estes empréstimos seguem o mesmo comportamento das palavras vernáculas do português, quanto à marcação de género: (i) a maioria dos nomes com IT em *-o* apresentam o valor do masculino (104a); (ii) quase todos os nomes que terminam por IT *-a* exibem o valor de feminino (104b)²³⁷, mas há nomes, embora em número reduzido no *corpus*, que contrariam essa tendência (104c); (iii) os nomes terminados em *-e* pertencem ao género masculino (104d); e (iv) todos os nomes atemáticos, quer terminados em diferentes vogais tónicas quer em consoante nasal, têm valor masculino (104e).

▪ **Nomes comuns com os traços [+animado, -humano]:** são nomes de animais de várias espécies. Tal como nos casos anteriores, a marca do IT coincide com a especificação do género gramatical; quando a marca não existe (105d), o género é

²³⁷ Esta parece ser a tendência natural do português e de outras línguas românicas, pois, como se atesta diacronicamente, com o desaparecimento do género neutro do latim nessas línguas, “nomes neutros terminados em *-o* passaram para o masculino e os neutros terminados em *-a*, para o feminino” (Vilela 1974:146).

masculino, género não-marcado (como em (104e)), fazendo-se notar que *esté* é o único exemplo do *corpus*:

- (105) a. {o} *cacusso, catato, mabeco, marimbondo, pungo*
 b. {a} *cabuenha, cassumuna, pacaça, seixa*
 c. {o} *calafate, quissonde,ombe*
 d. {o} *cambuá*

Esses nomes referem genericamente entidades sexuadas e por isso podem marcar contraste de género, quando se pretende especificar o sexo de cada espécie, sobretudo aqueles que referem animais de grande porte. Para tal, recorre-se às expressões “macho” e “fêmea”, para o masculino e o feminino, respetivamente (106). Trata-se, aqui, de um conjunto caracterizado como nomes epícenos, semelhante aos atestados em português:

- (106) a. *mabeco macho – mabeco fêmea*
 b. *pacassa macho – pacassa fêmea*
 c. *seixa macho – seixa fêmea*

Em banto, temos estruturas do tipo N-PC-N (cf. *phalanga ya ndumbi* ‘palanca de macho’ > ‘palanca macho’), para especificar o género natural, se necessário. Mas em POL, como mostram os exemplos (106), é a estratégia N-N, que prevalece nos empréstimos. Desaparece, portanto, a marca do designativo do banto, o que mostra que essas novas palavras recebem os traços da LA em detrimento dos das LO.

▪ **Nomes comuns com o traço [+humano]:** neste conjunto, agrupam-se todos aqueles nomes que referem entidades humanas, portadoras da distinção de sexo biológico, mas em que o valor de género não vem discriminado lexicalmente, podendo adquirir o género feminino ou masculino, conforme o referente:

- (107) a. {o/a; este/esta} *camba, cota, cunanga, curibota, quínguila, soba, zongola*
 b. {o/a; este/esta} *candengue, cassule (~ cassula), madié, ndengue*

Mesmo a forma *cassula*, mais usada no Brasil, não especifica o género natural. Nestes casos, a especificação de género pode realizar-se ao nível da sintaxe, com uso de determinantes, por exemplo. Mas, no *corpus*, identificámos três nomes (cf. *bessangana*, já referido acima, em 5.1.6.2, e os outros dois exemplificados, a seguir), cujo valor de género se restringe a entidades portadoras de características exclusivas, ou do sexo

masculino (108a) ou do sexo feminino (cf. 108b), comportamento semelhante ao de algumas palavras em PE, como, por exemplo, *papa* (da igreja) (só masculino) ou *parturiente* (só feminino).

(108) a. *seculo*

b. *mufico*

Em (108a), *seculo* designa um indivíduo do sexo masculino que exerce uma espécie de autoridade que, no âmbito da cultura banta, se restringe geralmente a homens; em (108b), *mufico* faz parte restritivamente do universo feminino, como designação dada a uma menina das tribos do sul de Angola, sujeita ao ritual de iniciação, na fase da puberdade, chamado *efico*.

▪ **Adjetivos:** os poucos adjetivos formados de radicais bantos que o material nos forneceu modificam apenas entidades humanas. Trata-se de palavras que designam relação de pertença entre o indivíduo e a sua região de origem ou local de nascimento, que, neste trabalho, tomámos como adjetivos gentílicos, genericamente:

(109) a. {**homem/mulher**} *axiluanda, caluanda, muxiluanda*

b. {**homem/mulher**} *bacongo, camundongo, ovimbundo, quimbundo*

c. {**o/a jovem**} *camundombe, camutangre*

d. {**cantor/cantora**} *muangolé*

Nestes exemplos, constata-se que os radicais adjetivais são o resultado da fusão entre os prefixos nominais e os radicais nominais bantos, aos quais se juntam diferentes vogais finais bantas, transformadas em IT temáticos, na estrutura do POL. Deste modo, temos adjetivos de tema em *-a* (109a), *-o* (109b), *-e* (109c) e um único exemplo de adjetivo atemático, terminado em *-e* tónico (cf. 109d). Estes adjetivos não marcam contraste de género, comportando-se como adjetivos uniformes, mas exibindo uma variedade de IT; sintaticamente, concordam em género com o nome.

Em português, os adjetivos com o índice temático *-o* representam a forma masculina de qualquer adjetivo variável (cujas formas femininas terminam sempre em *-a*) e os uniformes podem terminar em qualquer outro índice temático (Villalva 1994:174). Se os outros adjetivos exemplificados em (109) podem inscrever-se nesse âmbito, os adjetivos de (109b) parecem contrariar esse facto, ao não permitirem a presença de *-a*, que marcaria

o valor de feminino e consequentemente o contraste de género. Podemos estar diante de uma particularidade específica do POL, ou mesmo da variedade do PA, resultante de razões de uso, justificados por certas idiosincrasias socioculturais de Angola, e não propriamente de aspetos linguísticos²³⁸.

Do mesmo modo que acontece com os casos de número, a reestruturação do radical banto parece constituir o aspeto mais relevante e interessante ocorrido nesse processo. Considerem-se as estruturas que se seguem, representando simultaneamente os aspetos de número e género, devido às afinidades gramaticais existentes entre as duas categorias, principalmente nas línguas bantas, cujo marcador é o mesmo:

- (110) a. **ki**_{PN12-“12/13”} **JIL**_{RAD NOM} **a**_{VF} *kijila* / **i**_{PN13-“12/13”} **JIL**_{RAD NOM} **a**_{VF} *ijila* (BT)
 a'. **QUIJIL**_{RAD NOM} **a**_{IT / GN [-MASC] + -Ø}_{SUF FLEX SG} *quijila* ‘preceito’ (PT)
 → **QUIJIL**_{RAD NOM} **a**_{IT / GN [-MASC] + -s}_{SUF FLEX PL} *quijilas*
 b. **ji**_{PN10-“9/10”} **NDUNG**_{RAD NOM} **u**_{VF} *jindungu* / **Ø**_{PN9-“9/10”} **NDUNG**_{RAD NOM} **u**_{VF} *ndungu* (BT)
 b’. **JINDUNG**_{RAD NOM} **o**_{IT/GN [+MASC] + -Ø}_{SUF FLEX SG} *jindungo* ‘pimenta malagueta’ (PT)
 → **JINDUNG**_{RAD NOM} **o**_{IT / GN [+MASC] + -s}_{SUF FLEX PL} *jindungos*

Estes exemplos permitem-nos a seguinte leitura: (i) em (110a-b), os prefixos *ki-* (cl.12) > (*qui-*) e *ji-* (cl. 10), presentes nos empréstimos *quijila* e *jindungo*, respetivamente, marcam as formas do singular e do plural dos referidos nomes, nas línguas bantas. No primeiro caso, contrasta com o marcador do plural, *i-* (cl. 13), e ambos constituem o género “12/13”, enquanto *ji-* alterna com *-Ø* (cl. 9), singular, formando o género “9/10”. Mas quando a palavra é integrada no português, os prefixos perdem a função de marcadores de número e género, porque já são apenas parte do radical da nova palavra. Esses traços passam agora a ser marcados pelos respetivos constituintes morfológicos típicos do português. Se em banto, número e género são marcados à esquerda do radical nominal ou adjetival, em português, passam para direita deste constituinte, que é a posição canónica desses constituintes morfológicos. Veja-se, por exemplo, o prefixo *ji-*, em *jindungo*: em Kimbundu, traduz o valor do plural, mas na estrutura do português não passa de uma das sílabas da nova palavra, que é integrada com a forma do singular.

²³⁸ Linguisticamente, são possíveis as formas femininas “mulher {bacongá / quimbunda, ovimbunda, etc. (expressões que, às vezes, se ouvem), mas, no contexto angolano, parecem ferir social e culturalmente alguma sensibilidade, daí que as mesmas palavras se tenham especializado como adjetivos uniformes.

5.2. Adaptações fonológicas

Na presente secção, o nosso foco centra-se num conjunto de fenómenos fonológicos que ocorrem no processo de adaptação dos empréstimos bantos no POL, em estreita articulação com processos morfológicos abordados ao longo da secção anterior. Como até aqui sempre referimos, a análise do léxico com origem em LBA e integrado no POL deve situar-se na interface entre a morfologia e a fonologia, uma vez que muitos fenómenos fonológicos podem ser desencadeados a partir de determinados processos morfológicos. Por sua vez, a fonologia permite “corrigir” a forma morfológica, para que a forma final de palavra seja adequada. De modo geral, assumimos que as adaptações feitas sobre as bases bantas decorrem de fenómenos morfológicos e fonológicos, em interface, de modo a não violar as regras do português, nesses dois domínios²³⁹. Não se dissociando o estudo de determinados processos morfológicos de aspetos fonológicos, relembramos que muitos autores utilizam o conceito de “morfofonologia”²⁴⁰; mas, no nosso trabalho, preferimos falar de interfaces entre os dois domínios.

Algumas das questões consideradas abaixo já foram tratadas no Capítulo IV relativamente ao Kimbundu (por exemplo, a estrutura silábica, em 4.1.2.1.2). Aqui – retomando alterações morfológicas visíveis na estrutura interna das palavras entradas no POL que se articulam com aspetos fonológicos a nível da estrutura da sílaba –, desenvolvemos esta relação entre domínios da gramática: a estrutura final da palavra é o resultado de inserção de novos elementos, quer morfológicos quer fonológicos, ou de supressão de elementos, por exemplo, de forma a que as palavras de *output* sejam conformes à gramática do português / do POL.

Para o efeito da análise da estruturação silábica dos empréstimos lexicais bantos na língua-alvo, tendo já em conta a abordagem sobre a estrutura da sílaba do Kimbundu no contexto das línguas bantas, nas duas subsecções seguintes, passamos a analisar: (i) a

²³⁹ Para uma visão mais aprofundada sobre a interface morfologia-fonologia, em português, ver Mota (2016a:160-165), trabalho já referido em 1.3.3; para outras línguas como o inglês, sugerimos a abordagem de Booij (2005, 2007:153ss.).

²⁴⁰ Ver, por exemplo, a abordagem de Apontes (2010:47), sobre esta perspetiva: “A morfofonologia trata da ‘aparência’ da organização da estrutura silábica, ou das formas dos morfemas sendo os mesmos gramaticalmente condicionados, quer dizer que há um elo entre as formas gramaticais e fonológicas; a análise fonológica não se considera completa, sem a verificação de todo e qualquer tipo de mudança morfofonêmica. Há ‘condicionamentos’ que ligam os sistemas gramaticais e fonológicos, determinando ‘princípios’ basilares de estruturação silábica, isso porque a sílaba (...) é o coração das representações fonológicas” e “a sílaba representa o primeiro nível de organização fonológica dos fonemas de uma língua em particular”.

estrutura da sílaba em português, com base nas características da variedade padrão dessa língua (PE) (5.2.1); e (ii) os diferentes processos fonológicos atestados na adaptação estrutural dos empréstimos bantos ao sistema do POL (5.2.2).

A abordagem sobre aspetos suprasegmentais dos empréstimos em estudo deveria envolver também a questão de tom e acentuação em Kimbundu (LO) *vs.* acentuação, ou de outros traços prosódicos, em LA, procurando analisar a influência dessas características na forma final do empréstimo integrado no POL, como antecipadamente aludimos em 4.1.2.2. Todavia, por necessidade de delimitar o escopo e a dimensão do trabalho, entendemos mantê-la fora desta discussão. Ainda assim, interessa sublinhar, apenas, de forma sucinta, que: (i) uma vez integrados, os empréstimos perdem as suas marcas tonais bantas e adquirem traços de acentuação do português, sendo que, na maioria dos casos, o acento tónico localiza-se na penúltima sílaba com vogal de tom alto do radical banto; (ii) tal como acontece na prefixação em português, a presença dos prefixos bantos não tem nenhum efeito na acentuação das palavras adotadas, já que o tom baixo da vogal destes elementos se sujeita ao tom alto da vogal do radical; (iii) existem alguns empréstimos acentuados na antepenúltima sílaba (e.g., *quínguila*) ou na última sílaba (*calundu*, *muzongué*, *cambuá*), em resultado da adaptação dessas palavras a pronúncias particulares no POL; e (iv) os empréstimos constituídos por radicais bantos e sufixos do português exibem o acento na vogal inicial da parte sufixal, traço típico dessa língua. Em suma, a coincidência da posição do acento lexical nas duas línguas facilita a pronúncia dos empréstimos, segundo os critérios do português.

5.2.1. Estrutura silábica do português

A sílaba em português é analisada na perspectiva do modelo “Ataque-Rima”, proposto por Selkirk (1982), conforme estudos de vários autores portugueses que se debruçam sobre o assunto²⁴¹. Com base nesse modelo, a sílaba canónica, tal como em muitas línguas do mundo, é constituída por uma consoante (C) e uma vogal (V), apresentando a estrutura CV; a posição de Ataque pode ou não ser ocupada por uma consoante (simples ou ramificada), enquanto a Rima contém obrigatoriamente uma vogal, que é o núcleo silábico, e facultativamente uma consoante na posição de coda – ou seja,

²⁴¹ Considerem-se alguns desses autores: Barbeiro (2007), Freitas e Santos (2001), Mateus, Frota e Vigário (2003), Mateus e Andrade (2000) e Veloso (2007).

a Rima (R) é constituída por Núcleo (N) e Coda (Cd). Eis a representação do esqueleto da sílaba em português, incluído o preenchimento da posição de coda:

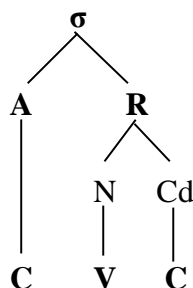


Figura 7: Esquema da estrutura da sílaba canónica em português

Com base na estrutura da figura anterior, passamos a exemplificar o que se passa com a sílaba oral, em português (a sílaba com vogal nasal merecerá uma abordagem particular, no ponto seguinte, dada a sua complexidade de interpretação). Neste caso, consideremos as estruturas das duas sílabas da palavra *carta*, ilustrada na Figura 8, a primeira com Coda preenchida e a segunda, com Coda vazia:

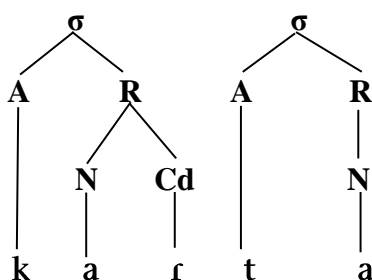


Figura 8: Ilustração esquemática das sílabas da palavra *carta*

Quanto a outros aspetos sobre a sílaba de português, vejamos sucintamente os seguintes aspetos, com base em Mateus e Andrade (2000:39ss.): (i) existência de consoantes ramificadas em posição de Ataque, ou seja, “ataques complexos”, sobretudo aqueles constituídos por grupos consonânticos formados por (a) oclusiva+vibrante (*prado*, *trigo*, *cravo*); (b) oclusiva+lateral (*pla.nal.to*, *blo.co*, *cla.rei.ra*); (c) fricativa+vibrante (*fru.ta*, *la.vrar*); e (d) fricativa + lateral (*flor*) (cf. também Freitas e Santos 2001; Veloso 2007; Vicente 2009)²⁴²; (ii) possibilidade de ocorrência de todas as

²⁴² Também existem outros grupos consonânticos, cuja análise é complexa e que correspondem a sequências com consoantes: (a) oclusiva + nasal (*pneu*, *gnomo*, *admirar*); (b) oclusiva + fricativa (*psicologia*, *absurdo*, *advertir*); (c) oclusiva + oclusiva (*captar*, *obter*, *pacto*); (d) fricativa + oclusiva (*afra*); e (e) nasal + nasal (*amnésia*). Retomamos estes exemplos de Freitas e Santos (2001:34). Segundo alguns autores como Mateus e Andrade (2000:43) e Mateus (2004:11), em PE, estas estruturas violam o “Princípio de Sonoridade”, que é observado, por exemplo, nos grupos consonânticos ramificados mais frequentes nesta língua. Um dos

consoantes simples em posição de Ataque (posição inicial de palavra), excepto [ɲ] e [ʎ]; (iii) o núcleo silábico é sempre uma vogal, podendo ramificar-se, com a presença de um glide (caso de ditongo)²⁴³; (iv) impossibilidade de os glides funcionarem isoladamente como núcleos²⁴⁴; e (v) existência de sílabas fechadas, com Coda preenchida (mas somente, com as consoantes /l, r, S/).

• Sílabas com vogal nasal em português

A questão da sílaba nasal em português é aqui tratada em particular, dado que, em Kimbundu, existem também fenómenos associados a nasalidade e é importante cotejar estas línguas deste ponto de vista (cf. 5.2.2.1, abaixo, sobre o POL). Trata-se de um aspeto que se enquadra no domínio mais vasto da nasalidade, envolvendo o comportamento do segmento nasal, que atua à direita do Núcleo, na estrutura silábica. Nesse caso, a abordagem centra-se nas vogais e ditongos nasais (não considerando aqui as consoantes /m, n, ɲ/, que ocupam a posição de Ataque, tanto em início de palavra (apenas as duas primeiras) como em posição medial (as três)). A nossa análise focaliza, assim, dois aspetos: a estrutura da sílaba com vogal nasal e a sílaba formada por um ditongo nasal.

O problema crucial consiste em se definir a natureza fonológica desse segmento vocálico. Se foneticamente é consensual aceitar-se a existência das vogais nasais, caracterizadas pela presença do timbre nasal sobre a vogal oral ([ĩ; ã; õ; ũ]), já a

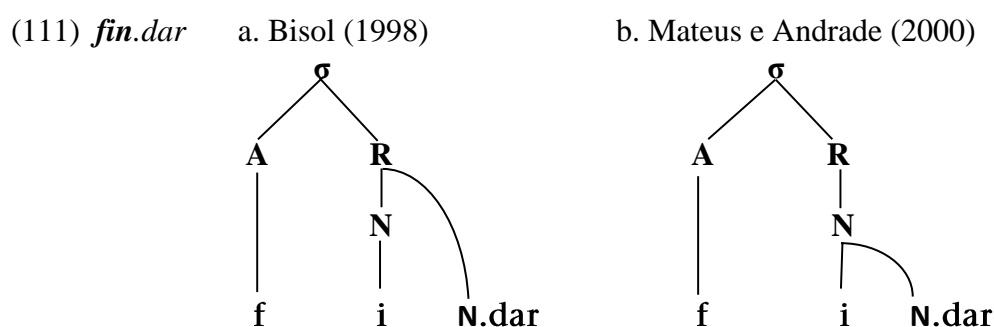
argumentos que legitima ou explica a violação desse princípio tem a ver com a existência de núcleos de sílaba vazios entre as duas consoantes, que pode ser preenchido com uma vogal epentética [i], no PB (Freitas e Santos 2001:36-37; Mateus 2004:11), o que leva a inferir que as duas consoantes fazem parte de Ataques diferentes (cf. os exemplos anteriores: *pi.neu, g(u)i.no.mo, a.di.mi.rar; pi.si.co.lo.gi.a, a.bi.sur.do, a.di.ver.tir; ca.pi.tar, o.bi.ter, pa.c[k]ito; a.fi.ta; a.mi.nésia*, respetivamente).

²⁴³ Estamos a falar concretamente de algumas estruturas do núcleo ramificado, representadas no nível subjacente (fonológico) por sequências de sílabas xxV.Vxx. Nesse caso, dependendo do contexto da fala, podem originar-se, foneticamente: a) ditongos decrescentes (xxVG: *pai, pauta, mão, aviões*); b) ditongos crescentes (xxGVxx: *m[ja]da, m[jo]lo, c[we]lho*); c) hiatos, numa articulação mais pausada (xx.V.Vxx: *m[i.a]da, m[i.o]lo, c[u.e]lho*); d) a possibilidade de inserção de glides, para se evitarem hiatos, sobretudo em limites intersilábicos (xxV.GVxx: *[e.ja]lma, a alma*) e e) fusão de vogais (xxVxx: *minh[a]mada, minha amada*).

²⁴⁴ Por exemplo, em Barbosa (1994:136-137), os glides são comparados às consoantes, na perspetiva distribucionalista dos segmentos: nesse caso, o glide nunca ocupa a posição nuclear na sílaba, situando-se apenas à margem (esquerda ou direita) do Núcleo. Daí a possibilidade de se alargar o leque de segmentos na posição de ataque (sua ramificação) e de coda, envolvendo também esses elementos. Assim, o português comporta-se como uma língua que apresenta uma grande diversidade de estruturas silábicas. Este e outros tipos de questões, que têm a ver com o Núcleo ramificado, são discutidos detalhadamente em Andrade e Viana (1994), Freitas e Santos (2001), Mateus (2004), Mateus e Andrade (2000) e Vigário e Falé (1994).

nível fonológico as posições divergem, assinalando-se duas correntes: há autores que reconhecem a função distintiva das vogais nasais em relação às vogais orais, conferindo-lhes o estatuto de fonemas do português; mas a tendência mais forte é a de essas vogais serem consideradas como o resultado da combinação de uma vogal oral com um segmento teórico nasal (Ferreira 2009:7)²⁴⁵. Para Filho (2004:12), seguindo a perspectiva de Câmara Jr. (1970), em termos fonémicos, as vogais nasais são formadas por uma vogal oral, seguida de arquifonema nasal, que ocorre em posição final de sílaba ou palavra, reforçando o caráter não fonémico desse tipo de vogais, e a sua caracterização como uma sequência de dois segmentos: vogal + consoante nasal (VN), que marca a nasalidade. Seja qual a designação atribuída a esse segmento nasal, na verdade, vários são os argumentos que abonam a favor da sua existência, partindo do caráter bifonémico da VN²⁴⁶.

Neste trabalho, assumimos a perspectiva que privilegia o caráter bifonémico da vogal nasal, considerando que a vogal nasal apresenta uma estrutura VN, isto é, uma vogal oral mais um segmento nasal (Mateus e Andrade 2000:21)²⁴⁷. A nasalização da vogal resulta do processo de assimilação da nasalidade da consoante nasal que lhe segue ou do espreadimento do traço de nasalidade desse segmento nasal, um “autossegmento flutuante”, ancorado no constituinte silábico (Bisol 2005:177; Mateus e Andrade 2000:130). Para a ilustração, consideremos a figura que se segue, retratando a primeira estrutura da palavra *findar*, retirada de Mateus e Andrade (2000:21):



Figuras 9 (a; b): Representação da estrutura da sílaba vocálica nasal em português

²⁴⁵ Ainda seguindo esta autora, o referido segmento recebe interpretações variadas: arquifonema nasal neutralizado (Barbosa 1965:96, 1994:154, 195-196; Barroso 1999:143), segmento nasal não especificado /N/, em finais de sílaba e de morfema (Mateus 1975), ou autossegmento flutuante, preservado, apesar de não estar associado a uma posição esquelética (Mateus e Andrade 2000:131-132), e que é apagado no nível fonético (*idem*:23).

²⁴⁶ Sobre esses argumentos, ver a abordagem de Ferreira (2009:8).

²⁴⁷ Noutros trabalhos, é referida uma vogal oral e uma consoante nasal subjacente (Ferreira 2009:10) ou ainda “uma vogal oral, seguida por uma mora nasal ‘tautossilábica’” (Filho 2004:14).

Estas figuras representam duas hipóteses defendidas por autores diferentes: que o autossegmento nasal (/N/) se situa diretamente ao nível da Rima (Bisol 1998) – (cf. 9a) – ou ao nível do Núcleo (Mateus e Andrade 2000:48, 54) – (cf. 9b) –, não recebendo interpretação fonética alguma, por não possuir traços articulatorios (Ferreira 2009:2)²⁴⁸. Em termos silábicos, a referida vogal nasalizada ocupa a posição de Núcleo, enquanto o elemento nasal (/N/) ancora no nível do Núcleo ou da Rima. Infere-se, portanto, que uma sílaba com vogal nasal caracteriza-se como uma sílaba fechada ou travada por um elemento suprasegmental nasal, no nível abstrato.

• Sílaba com ditongo nasal em português

Partindo do que se abordou no tópico anterior sobre a sílaba com vogal nasal, consideramos um ditongo nasal, foneticamente, como sequência sonora de uma vogal nasal e um glide também nasal. Em termos fonológicos, a existência ou não do ditongo nasal em português, com caráter contrastivo, também é motivo de debate. Para Mateus e Andrade (2000:131), o segmento nasal /N/ ancora no núcleo e o glide fonético também se torna nasalizado. Na perspetiva de Câmara Jr. (1970, *apud* Filho 2004:12), os “ditongos nasais são formados por duas vogais orais, seguidos de um arquifonema nasal”, e ocorrem predominantemente em posição final de palavra. Este aspeto ajuda a explicar a hipótese de estarmos na presença de uma Rima formada por Núcleo ramificado e Coda preenchida pelo suprasegmento (arquifonema) nasal, já que,

palavras que terminam em um ditongo nasal geralmente têm acento na sua sílaba final, o que mostra que os ditongos nasais representam sequências de dois elementos na Rima. Via de regra, os ditongos nasais não ocorrem em sílabas travadas por uma consoante. Assumindo a noção de nasalidade defendida por Câmara Jr. (1970), Wetzels interpreta esses segmentos nasais como sendo segmentos derivados de um ditongo oral seguido por um arquifonema nasal (Filho 2004:13).

Ferreira (2009:15ss.), sobre o estatuto fonológico dos ditongos nasais, realça a falta de consenso entre os pesquisadores, tal como acontece com as vogais nasais. A autora, baseada em vários autores, apresenta dois pontos de vista diferentes sobre o assunto: (i)

²⁴⁸ O argumento central de Mateus e Andrade (2000) para a representação do autossegmento nasal no domínio do Núcleo e não no da Rima assenta no facto de existirem ditongos crescentes nos quais o glide não é nasal (cf. *ciência* ['sjẽsiẽ]; *biombo* ['bjõbu]; *Luanda* ['lwẽde]). Aliás, esta análise já foi avançada anteriormente em Andrade e Viana (1994:40).

“o ditongo nasal forma-se por nuclearização da nasal”; e (ii) o ditongo nasal corresponde a uma sequência teórica /VVN/, em que /N/ representa um segmento nasal flutuante”.

Um outro aspeto divergente tem a ver com a posição do glide na estrutura da sílaba. De acordo com a autora anteriormente citada (p. 15), para alguns autores, de igual modo, o glide faz parte do Núcleo silábico, conformando um Núcleo ramificado, enquanto outros defendem que este segmento ocupa a posição de Coda, apresentando um comportamento semelhante ao das consoantes que podem ocorrer na referida posição²⁴⁹.

Seguindo a linha de abordagem feita acima, acerca das vogais nasais, consideramos aqui que a estrutura silábica com ditongo nasal decrescente pesado apresenta uma Rima complexa, com um núcleo ramificado (VV) e um autosegmento nasal que nasaliza as duas vogais que a antecedem. Contudo, é necessário distinguir, para melhor explicar esta questão, que o português também admite ditongos nasais decrescentes leves (Mateus e Andrade 2000:57; Mateus, Frota e Vigário 2003:992), em que o glide ocorre a nível fonético. Neste caso, trata-se de um Núcleo simples (como em *vagem*: /VN/ > [Vj]_{+nasal}), sendo que o glide fonético recebe o traço de nasalidade da vogal. Por outro lado, importa assinalar que, nos ditongos pesados, a segunda vogal do núcleo ramificado é morfologicamente um índice temático (Bisol 1989, 1998, 2001, 2002, *apud* Ferreira 2009:20), como em *irmão* (vs. *irmã*), por exemplo, o “glide, presente no nível de superfície, resulta de um marcador de classe” (Ferreira 2009:20).

As duas figuras abaixo procuram ilustrar simplificadaamente o que foi dito a respeito do ditongo nasal /VVN/, na estrutura da sílaba em português. Estes exemplos, contrastando o ditongo oral com o nasal, foram retomados de Mateus e Andrade (2000:54), com uma ligeira adaptação, a partir da abordagem de Ferreira (2009:18):

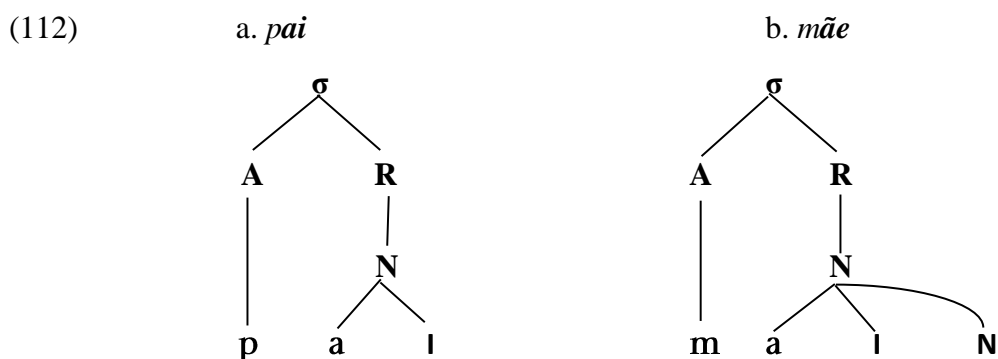


Figura 10: Representação das estruturas silábicas dos ditongos oral (a) e nasal (b)

²⁴⁹ A primeira é defendida por autores como Câmara, Jr. (1970), Mateus e Andrade (2000) e Mateus, Frota e Vigário (2003); a segunda é seguida, p.e., por Barbosa (1965, 1994), Barroso (1999) e Bisol (1989).

Com base nessa representação, podemos aferir que os dois elementos (vogal e glide) fazem parte do mesmo Núcleo e vão originar um ditongo pesado. No caso particular de um ditongo nasal, ambos os segmentos são nasalizados. Os dois segmentos caracterizam-se como vogais de um núcleo ramificado, considerando a posição expressa em Mateus, Frota e Vigário (2003:993), que invoca a inexistência de “glides no nível fonológico do português”, pois nesta língua não se atestam oposições entre ditongos e sequências de duas vogais. Assim, não é possível o contraste entre vogais e glides, fonologicamente.

Em português, em geral, ocorrem diferentes processos implicando a reestruturação silábica. Pela sua importância em POL, também destacamos aqui esse processo.

- **Ressilabificação como fenómeno fonológico-prosódico**

É um processo de reestruturação silábica que consiste em religar elementos de sílabas diferentes em novas sílabas, depois de certos reajustes na estrutura da sílaba, tendo em conta as regras de cada língua. A ressilabificação, que aqui tratamos, afigura-se, por conseguinte, como um fenómeno de *sândi* de fronteira de sílaba ou de palavra e, com base no que descreve Faria (2012:23), estamos perante um processo marcado pelo “choque” entre duas sílabas contíguas: geralmente, entre a Rima de uma sílaba precedente e o Ataque ou Rima da sílaba seguinte. É um processo que pode decorrer do encontro entre Núcleos silábicos em final de uma palavra e em início da outra (114), e também do encontro do Núcleo ou da Coda da sílaba anterior com o Núcleo da sílaba seguinte, em fronteira de sílaba/palavra (115). Simplificando, podemos considerar que é um processo desencadeado na cadeia fónica, i.e., no nível prosódico, no qual determinados sons contíguos, numa relação fonotática, se fundem, obrigando à reorganização silábica das palavras envolvidas²⁵⁰. Exemplos como *desço* de [f.su] > de. [fu] ilustram esse processo: da estrutura CVC.CV passa-se a CV.CV, um fenómeno presente no PE, sobretudo no dialeto de Lisboa e entre os locutores mais jovens.

Para o efeito de análise, consideremos os seguintes casos:

²⁵⁰ Para uma visão mais aprofundada desta questão, além das duas autoras citadas, ver também Zani (2009) e Bisol (2002). Todos esses autores associam o processo da ressilabificação ao fenómeno de *sândi*. Segundo Faria (2012:27), este fenómeno traduz-se nas alterações fonológicas, que ocorrem no interior ou na fronteira da palavra, após a ressilabificação. No primeiro caso, dá-se o *sândi* interno e no segundo, temos o *sândi* externo. O *sândi* externo pode ser vocálico (cf. (114)) ou consonântico (cf. (115)).

(113) a. <i>crescer</i>	cre.[ʃer]	([creʃ].ser)
b. <i>piscina</i>	pi.[ʃi].na	([piʃ].si.na)
(114) a. <i>lente exata</i>	len[ti].xa.ta	(len[ti.i].xa.ta)
b. <i>carne e osso</i>	car.[n.i.o]sso > car.[njo].sso	(car[ni.i.o]sso)
c. <i>casa amarela</i>	ca.[za].ma.re.la	(ca[zɐ.ɐ]marela)
(115) a. <i>mar azul</i>	ma.[rɐ].zul	(ma[r.a]zul) ²⁵¹
b. <i>olhos azuis</i>	o.lho.[zɐ].zuis	(o.lho[z.a].zuis)
c. <i>animal amigo</i>	a.ni.ma.[lɐ].mi.go	(a.ni.ma[l.a].mi.go)

Estes exemplos ilustram casos diferentes de ressilabificação:

- em (113), o processo ocorre no interior da palavra, como consequência da reestruturação da sequência consonântica [ʃs], grafada <sc>. Em contextos de pronúncia normal, as duas consoantes pertencem a sílabas diferentes: a primeira é Coda da sílaba inicial e a outra, Ataque da sílaba seguinte. Com a supressão da fricativa [s], a Rima remanescente (Núcleo e Coda) junta-se a Coda da outra sílaba [ʃ], que passa para Ataque da sílaba reestruturada;

- nos casos de (114) e (115), a ressilabificação dá-se em limites/fronteiras de palavras: o primeiro caso envolve vogais (duas Rimas de sílabas distintas), no qual o processo em análise se manifesta através de três fenómenos, como definidos por Barbosa (2005:68-69): **elisão**, que ocorre com o apagamento da vogal não-acentuada em contiguidade com uma vogal acentuada, em final ou princípio de palavra (cf. 114a); **semivocalização**, através do qual a vogal átona final de uma palavra anterior se semivocaliza em contiguidade com outra vogal tónica inicial da palavra seguinte (cf. 114b); e **degeminação**, que ocorre quando há fusão de duas vogais idênticas (cf. 114c). No segundo, aglutinam-se consoantes (Coda da sílaba anterior) e vogais (Núcleo) da sílaba seguinte (cf. 115a-c).

²⁵¹ Os exemplos, tal como apresentados nesta coluna, são retomados de Faria (2012:29). Na coluna correspondente anterior, acrescentamos uma representação nossa, refletindo a estrutura da nova sílaba já ressilabificada. Saliente-se que os exemplos (113) e (114) são de nossa autoria.

A seguir, desenvolvemos a questão, já aplicada ao POL, assim como a questão dos segmentos nasais, pela qual começamos.

5.2.2. Processos fonológicos nos empréstimos em POL

Na subsecção 5.2.2.1, analisamos as alterações ocorridas nos empréstimos em POL, do ponto de vista dos segmentos nasais e do seu comportamento. Em 5.2.2.2, centramo-nos nos processos de ressilabificação.

Nos exemplos apresentados em cada caso em análise, nessas duas subsecções, incluímos também a transcrição fonética da forma final do empréstimo (além da banta), considerando as características específicas da variedade em estudo; ou seja, a transcrição que se apresenta reflete a realidade do POL, que é o objeto da nossa tese.

5.2.2.1. Questões de nasalidade

Conforme indicado acima, é interessante comparar o tratamento da nasalidade nos empréstimos em POL, a partir do que ocorre em Kimbundu e em português, em geral. Este aspeto tem a ver especificamente com a desnasalização da sílaba com consoante prenasalizada em algumas palavras bantas no POL, como estratégia de restringir a ocorrência do segmento nasal /N/, inexistente em português, neste contexto.

Assim, na presente subsecção, procuramos organizar, os casos de empréstimos integrados com o acréscimo de PN bantos (ou de vogal protética) aos radicais nominais, iniciados por consoantes prenasalizadas; ou seja, aqueles radicais que apresentam como Ataque da sílaba inicial a estrutura NC (nasal-consoante). No quadro da presente análise, entendemos que a presença desses elementos desestrutura a sílaba inicial, afetando a vogal, à esquerda, que forma o Núcleo da única sílaba que o prefixo exhibe. O segmento nasal do Ataque da sílaba prenasalizada, em posição inicial absoluta, torna-se flutuante com a presença de prefixos, formados por consoantes e vogais ou simplesmente por vogal. Este elemento, desgarrado da sua estrutura inicial NCV, que agora é CV e em posição medial, nasaliza o Núcleo da sílaba do prefixo, pelo processo de espraçamento, tal como assumido na perspetiva da sílaba vocálica nasal do português (5.2.1).

Quer dizer que, nesses casos, verifica-se a desnasalização das consoantes prenasalizadas e a consequente nasalização da vogal precedente. Assim, a estrutura NCV na segunda sílaba passa a CV e a primeira sílaba CV transforma-se em sílaba CVN (por

exemplo, kí.ndà e kiN.da ‘cesto’). Ou seja, o traço de nasalidade da sílaba inicial do radical banto [ⁿ] é interpretado como não podendo estar presente na estrutura portuguesa e é reanalisado como /N/ que, nesta língua, se vai ligar à vogal disponível, o Núcleo da primeira sílaba (alterando, assim, a configuração do prefixo de origem). De forma sistematizada, agrupámos os casos de acordo com a natureza do prefixo que se juntou ao radical. Essa análise incide em empréstimos que mantiveram os prefixos nominais do Kimbundu, tanto do singular (cf. 116) como do plural (cf. 117), conforme analisado acima, na subsecção sobre a manutenção de prefixos (5.1.1.1):

I. Manutenção de prefixos

- (116) a. *canjica* [kã'ʒika] < caN.jica < kà-njìkà [kanʒíka]
 b. *quinda* ['kĩda] < kiN.da < kí-ndà [kínda]
 c. *quimbo* ['kĩbu] < kiN.bo < kí-mbù [kímbu]
- (117) a. *imbamba* [ĩ'bãba] < iN.bamba < ì-mbábà [imbábamba]
 b. *jinguba* [ʒĩ'guba] < jiN.guba < jì-ngùbà [zingùba]
 c. *jinguinga* [ʒĩ'gĩga] < jiN.guinga < jì-ngíngà [zingínga]

Com base nestes exemplos, verificamos que os processos da desnasalização consonântica e da nasalização vocálica também afetam as vogais e as consoantes dos radicais (os segmentos que ocorrem em posição medial da estrutura da palavra, mesmo sem o prefixo) ²⁵². Consideremos os exemplos seguintes, para demonstrar o comportamento dos segmentos em causa:

- (118) a. *candumba* [kã'dũba] < can.duN.ba < kà-ndùmbà [kandúmba]
 b. *calundu* [kalũ'du] < ca.luN.du < kà-lùndù [kalùndù]
 c. *kunanga* [ku'nãga] < ku.naN.ga < kù-nángà [kunánga]

²⁵² Sobre essa questão, Mingas (2000:61-62) fala em “nasalização das vogais orais” e “perda das consoantes semi-nasais” do Kimbundu. Parece-nos essa ser a tendência comum entre os falantes do POL, sobretudo os jovens que têm o português como língua materna e que não dominam o Kimbundu. No entanto, este é um aspeto que carece de uma testagem acústica, que não está ao alcance do trabalho.

II. Inserção de uma vogal protética

(119) *imbondeiro* [ĩbõ'dejro] < iN.bond[eiro] < Ø-mbóndù [mbóndu]

Este é um dos poucos casos de inserção de uma vogal no início da palavra (apesar de não ser prefixo banto), um fenómeno de evolução fonética conhecido por “prótese”. Trata-se de uma estratégia para se restringir a ocorrência da sílaba NCV, proibida em português, tal como aconteceu em outras várias palavras como *Angola* < a+NGOLA e *Amboim* < a+MBUIM (ambos topónimos), adotadas em português (cf. 5.1.1.3).

III. Formação de ditongo nasal final

(120) *dendém* [dẽ'dẽj] < den.d[ejN] < Ø-ndéndè [ndénde]

Em (120), está ilustrada a ocorrência de uma sílaba com ditongo nasal. Este tipo de ditongo, um ditongo leve, é mais frequente em posição final absoluta (veja-se, em PE: *dendém* [dẽ'dẽj], como *refém* ou *acém*, por exemplo). No caso em análise, o ditongo em questão é consequência da adaptação da palavra do Kimbundu *ndende*, já que, nessa língua, não ocorre o referido tipo de ditongo. Esse mesmo ditongo pode ter sido formado provavelmente por analogia, ou seguindo o paradigma das palavras oxítonas, com mais de uma sílaba, terminadas por ditongo nasal leve (*acém*, *além*, *refém*, *vintém*). É possível que, com a desnasalização da consoante prenasalizada (Ataque da sílaba inicial em Kimbundu), tenha havido a transferência desse timbre nasal para a sílaba final²⁵³.

5.2.2.2. Ressilabificação dos empréstimos lexicais das LBA em POL

Um dos processos interessantes no conjunto dos fenómenos identificados ao longo do processo da adaptação dos empréstimos lexicais é a ressilabificação. Na sequência do assunto em abordagem nesta subsecção, passamos a analisar, agora, alguns casos concretos de ressilabificação identificados nos dados do *corpus* do nosso trabalho. Os aspetos teóricos apresentados acima permitem-nos trabalhar nos dados em questão com certa segurança. A nossa abordagem centra-se na descrição teórica dos fenómenos identificados, suportada pelos dados empíricos, organizados com base em cada caso: (i) elisão (5.2.2.2.1); (ii) semivocalização (5.2.2.2.2); e (iii) degeminação (5.2.2.2.3).

²⁵³ Note-se que coexiste a forma paralela *dendê*, usada no PB.

Concorrem para esse processo aspetos que têm a ver com a natureza das línguas em contacto: as transformações ocorridas em LB e as restrições em português, de acordo com as regras dessa língua, que condicionam a adaptação dos novos vocábulos. O centro de atuação da ressilabificação é a sílaba, cujo elemento motivador é a reorganização dos elementos silábicos flutuantes, resultantes da reestruturação morfológica. Em todos esses casos, a nossa análise apoia-se na visão que temos da forma final atestada em POL, cujos segmentos afetados estão marcados em *bold*.

5.2.2.2.1. Elisão

Os poucos casos de elisão que identificámos estão associados à queda de segmentos semivocalizados em banto, aquando da passagem desses vocábulos para o português; quer dizer que esse fenómeno ocorre exatamente em português e não na língua de origem. Parece-nos evidente que o falante do português suprime a semivogal, evitando a ocorrência de ditongo. Neste caso, consideremos os únicos dois exemplos atestados no nosso *corpus*, aqui exemplificados em (121):

- (121) a. *madié* [ma'dje] < m(w)ádi(w)é < mù- ádi u-é [mwádiwé]
 b. *mengueleca* [mẽge'lɛka] < m(j)éngèlékà < mì-éngèlékà [mjéngeléka]

Em (121a), elide-se a semivogal [w], resultante da semivocalização de <ù>, do prefixo nominal *mu-* cl.1 (sg), ante <á>, do radical nominal *-ádi* ‘marido/esposo’, resultando o empréstimo *madié* ‘amigo; pessoa íntima’. Na palavra *mengueleca*, ‘esparregado de folha de abóbora’, dada em (121b), elide-se também a vogal baixa prefixo nominal, neste caso, <ì>, de *mì-*, cl. 4 (pl), já semivocalizada, em contiguidade com a vogal alta <é>, do radical nominal *éngèlék-à*. Este processo parece uma estratégia que visa eliminar ditongos, recorrendo o falante do POL à supressão das semivogais do Kimbundu. Nesses dois casos, a ressilabificação dá-se com a junção do segmento consonântico da sílaba do prefixo, flutuante, com a queda da vogal nuclear, numa etapa anterior já semivocalizada, à vogal inicial do radical nominal, formando-se assim uma sílaba canónica (CV).

5.2.2.2.2. Semivocalização

A semivocalização está presente nos dados empíricos em análise na presente tese. Detetámos um número razoável de empréstimos lexicais afetados por esse fenómeno, aquando da sua passagem da LO para a LA. Os casos de semivocalização aqui considerados estão ligados à elisão, conforme os elementos da coluna do meio, entre parênteses; ou seja, primeiro cai o segmento semivocalizado, que ocasiona o encontro entre as duas vogais de tons diferentes em sílabas também diferentes; depois, as vogais de tom baixo semivocalizam perante as vogais de tom alto, provocando ditongos²⁵⁴.

- (122) a. *caluanda* [ka'lwãda] < kàlù(w)àndà < kà- lùwàndà [kaluwánda]
 b. *jimboa* [ʒĩ'bɔwa] < jìmbó(w)à < jì-mbówà [ʒimbówa]
 c. *muamba* ['mwãba] < mù(h)ámbà < mù-hámbà [muhàmba]
 d. *muangolé* [mwãgɔ'le] < mù(kw)ángólà < mù-kù-à-ngólà
 [mukwàngóla]
 e. *quicuerra* [ki'kwɛra] < kùkù(w)élà < kù-kùwélà [kukuwéla]

Nalguns casos, ocorre a supressão de uma série de segmentos, até mesmo estruturas silábicas completas; noutros casos, cai apenas o segmento semivocalizado em banto, por causa da contiguidade de vogais de tons diferentes, como já explicado anteriormente. Em ambas as situações, o resultado é o mesmo, que passa pela reorganização da estrutura da nova palavra, juntando-se partes de sílabas diferentes.

5.2.2.2.3. Degeminação

O *corpus* do nosso trabalho forneceu-nos poucos exemplos de degeminação. Provavelmente, essa escassez não se deve à fraca produtividade deste fenómeno nas LB, mas a uma baixa recetividade do POL ou ao facto de não terem sido produzidas, nas entrevistas que estão na base do *corpus*, palavras suficientes com essas características:

²⁵⁴ Nesse caso particular, ocorre a semivocalização das vogais [+alt] ([i; u]), em contiguidade com as vogais [-alt], quer média ([e]) quer aberta ([a]). É possível admitir-se a presença de hiatos, com a elisão de algum segmento, como, por exemplo na palavra *jimboa*. No entanto, por razões de uniformização da nossa análise, preferimos admitir que se trata genericamente de casos de semivocalização. Ressaltamos aqui o caso da palavra *muamba* 'espécie de cesto' < MUHAMBA, na qual o segmento suprimido é a consoante fricativa aspirada glotal [h] e não uma semivogal.

- (123) a. *maka* [ˈmaka] < m[a-a]ka < mà-áka [máka]²⁵⁵
 b. *massambala* [masãˈbala] < más[àà]mbálà < másà à- mbálà
 [másambála]
 c. *monandengue* [mɔnãˈdẽge] < món(à(w)à)ndèngè < mónà ù-à-ndèngè
 [mónandènge]

A primeira constatação é que estas estruturas resultam da aglutinação de constituintes diferentes em banto, mas mesmo assim as vogais afetadas são pronunciadas num contínuo sonoro. Uma vez transpostas essas palavras para o POL, os referidos segmentos fundem-se numa única vogal. Assim, a degeminação ocorre com a fusão das duas vogais idênticas, ambas de tom baixo (<à> + <à>), mas resultando numa vogal tipicamente aberta, no caso [a]. Este fenómeno ocorre tanto em estruturas nominais prefixadas (123a) como em aglutinadas (123b-c).

5.3. Síntese

Este capítulo constitui a parte principal da nossa tese e, de acordo com a discussão feita, interessa-nos realçar os seguintes aspetos:

- (i) A integração linguística é um conceito que ultrapassa a simples dimensão de um processo de reajustamento estrutural dos elementos de uma LO noutra LA, em situações de contacto linguístico. Trata-se, *lato sensu*, de um processo assente num conjunto de estratégias ou critérios de inserção de elementos linguísticos exógenos, concretamente empréstimos lexicais (adaptados ou não) e estruturais numa nova língua; e *stricto sensu*, estamos perante um processo que envolve todos aqueles mecanismos morfológicos e fonológicos tendentes à conformação estrutural dos empréstimos ao sistema gramatical da LA.
- (ii) A integração dos empréstimos pode ocorrer em todos os níveis linguísticos e até mesmo ortográfico. Assim, os empréstimos são integrados como decalques da LO na LA (empréstimos semânticos), ou adaptados plenamente à gramática da LA (empréstimos adaptados), ou ainda incorporados sem qualquer alteração da sua

²⁵⁵ Dá-se conta que o radical do étimo de *maca* (< MA-AKA) é *-aka* e não simplesmente *-ka*, a partir da forma do singular *dyaka* (< DI-AKA [djáka]), em Kimbundu. Na forma do plural, a vogal do radical fundiu-se com do prefixo, conformando aqui um verdadeiro caso de degeminação.

forma original (empréstimos incorporados).

(iii) A adaptação, pelo seu carácter de integração plena dos empréstimos, é vista como um dos mecanismos de naturalização ou acomodação dessas novas palavras na LA. Por isso, é o processo mais interessante no estudo da integração dos empréstimos e largamente debatido pelos especialistas, que procuram descrever as transformações registadas na estrutura das palavras emprestadas.

(iv) Os processos morfológicos constituem o cerne das estratégias de integração dos empréstimos bantos no POL. Este facto permitiu-nos constatar que o referido processo envolve a nível da formação de palavras: (a) casos de prefixação: (1) manutenção ou não de prefixos bantos nominais e verbal, na estrutura dos empréstimos, com alguns processos fonológicos, pelo meio da inserção de vogal protética, adjungido ao radical banto; (2) recuperação de prefixos bantos ausentes no étimo; e (3) formação de certas palavras com sequência de prefixos bantos, legitimada pelo processo da metanálise; (b) casos de sufixação, de que se destacam aqueles de derivação sufixal, cujos produtos são formados por bases de origem banta e sufixos do português, e alguns que envolvem a conversão (diretamente de radicais bantos ou de radicais de palavras já integradas) em verbos da primeira conjugação; (c) casos de composição, genericamente cunhados de “compostos híbridos”, por envolverem elementos bantos e do português, distinguindo-se dois tipos de estrutura: (1) empréstimos de compostos morfossintáticos, formados exclusivamente por elementos bantos; e (2) empréstimos de compostos sintáticos, que são as diferentes estruturas resultantes da combinação de elementos simplesmente bantos e elementos dos dois sistemas linguísticos envolvidos (línguas bantas + português), desdobrando-se em estruturas diversas, a julgar pelos seus constituintes; e (d) os casos de hibridismos, formados da concatenação de prefixos bantos e bases do português, como criações já ocorridas na LA.

(v) Como seria de esperar, os diferentes processos morfológicos em questão produziram uma série de resultados/consequências, nos níveis do sistema gramatical da LA, verificando-se que: (a) a integração dos empréstimos implicou a adaptação estrutural ao sistema do português. Nesse aspeto, destaca-se: (1) a perda dos traços gramaticais dos prefixos bantos e a sua inserção na estrutura do radical da nova palavra; (2) os radicais desses empréstimos são formados por estruturas “Ø

prefixal + radical banto” (simples) e “prefixo banto + radical banto” (complexos), na sua origem; e (3) reinterpretação das vogais terminais bantas em índices temáticos de nomes, adjetivos, ou vogais temáticas de verbos, assegurando o enquadramento dessas palavras nas respetivas classes temáticas nominais, adjetivais e verbais; e (b) sublinha-se o facto de se registar a integração de novos prefixos no sistema do POL. Trata-se dos prefixos *ca-* (< *ka-*) e *qui-* (< *ki-*), que, por conservarem o seu significado original (valor gradativo), participam, com um considerável grau de produtividade, na formação de novas palavras, ligando-se a bases portuguesas.

(vi) Em termos morfológicos, realçam-se também dois aspetos essenciais que permitem conformar os novos produtos lexicais ao sistema da LA. Falamos da marcação das categorias gramaticais de número e género nos empréstimos. Como tal, segue-se o critério básico de que as novas palavras recebem os traços da LA. Nos casos em apreço, verifica-se o seguinte: (a) a flexão em número dos empréstimos bantos no POL adota o padrão flexional típico em português. Salvaguardam-se os casos de alguns empréstimos que só admitem as formas do singular, por referirem entidades com traço [+massivo] ou que denotam valores não quantificáveis; e (b) com exceção de alguns casos específicos, a marcação de género nesses empréstimos segue os mesmos esquemas para as palavras vernáculas do português.

(vii) Fonologicamente, além de alguns fenómenos enunciados na parte da prefixação, destacámos outros ocorridos na estrutura da sílaba. Toda a atenção centrou-se em: (a) processo de desnasalização consonântica e nasalização vocálica, como consequência da flutuação do segmento nasal /N/, que, desgarrando-se da estrutura silábica banta /N/CV, vai ancorar na vogal precedente (Núcleo do prefixo banto), nasalizando-a, ao mesmo tempo que se desnasaliza a consoante à qual estava ligada; e (b) processo de ressilabificação, como estratégia de reestruturação de determinadas estruturas silábicas de alguns empréstimos, estando associado a certos fenómenos fonológicos: (1) elisão, evidenciada na queda de alguns segmentos na estrutura da palavra, desencadeou a reorganização dos constituintes soltos/desgarrados, culminando com o surgimento de nova(s) estrutura(s) silábica(s); (2) semivocalização, caracterizada pela transformação de certas vogais de tom baixo, contíguas a outras de tom alto, em glides; e (3) degeminação, que se

atesta em número reduzido de empréstimos, ocorre em estruturas nominais aglutinadas, do tipo das abordadas em 5.1.1.4.

Finalmente, resta-nos enfatizar que esta é apenas uma abordagem possível, dentro de um quadro teórico definido previamente. Com certeza, existem outras perspetivas de estudo de um tema tão vasto quanto complexo, envolvendo múltiplos aspetos de sistemas linguísticos distintos.

Capítulo VI Considerações finais e trabalho futuro

Tirar conclusões de um trabalho que ainda agora começou é muito difícil. Mas, a ter que ser, uma conclusão parece óbvia: há ainda muito trabalho pela frente. Quiçá, esta seja a principal conclusão a tirar (Rego 2012:179).

O foco da nossa tese centrou-se na problemática da integração dos empréstimos lexicais bantos no português falado em Luanda, procurando descrever os aspetos morfológicos e fonológicos envolvidos nesse processo. Em termos gerais, o tema está ligado a questões do português angolano do qual o POL é uma subvariedade. Este facto pressupõe um olhar prévio para aspetos linguísticos, assentes na divergência estrutural das línguas envolvidas, e extralinguísticos, de ordem histórica, geopolítica, sociológica, demográfica, cultural e educacional.

Este trabalho constitui um modesto contributo para a compreensão da situação sociolinguística de Angola, no geral, e de Luanda, em particular. Trata-se de um assunto de grande complexidade, pela pertinência e variedade de questões abordadas. Diante desse facto, nem sempre é fácil chegar-se a uma conclusão satisfatória e definitiva, abrindo-se sempre espaço para outras leituras, uma vez adquirida experiência de trabalho com dados deste tipo e podendo dispor-se de mais recursos e tempo. Por isso, a citação com a qual abrimos este último capítulo.

6.1. Conclusões

Assumindo este cuidado e considerando o conteúdo dos vários pontos desenvolvidos, podemos concluir que, em termos globais, os resultados das discussões confirmam a nossa tese inicial e satisfazem as inquietações levantadas, permitindo-nos aferir que os objetivos pretendidos foram alcançados. Ainda assim, interessa retomar algumas ideias que traduzem os resultados importantes dessa investigação, sem ignorarmos, contudo, as conclusões parciais, refletidas nas “sínteses” dos capítulos precedentes.

I. A transversalidade e a multidisciplinaridade do tema

A nossa tese levantou, em termos linguísticos, questões ligadas a vários domínios, com particular realce para o léxico, fonologia e morfologia, além de muitos aspetos sociolinguísticos, cujo tratamento envolveu conhecimentos de várias disciplinas afins: Sociolinguística, Dialectologia, Geolinguística, Crioulística, Linguística de *corpus* e Política linguística. No plano geral, este tema suscitou a abordagem de assuntos variados, pertencentes a diversas áreas do conhecimento, mas com principal enfoque para as do campo de História e disciplinas afins (Antropologia, Etnologia e Etnografia), Sociologia, Geografia e Demografia. Os aspetos de todos esses campos permitiram-nos ter uma visão mais ampla da temática discutida, a partir da qual foi possível tratar de questões específicas. Este quadro diversificado de abordagem faz jus ao próprio carácter transversal e multidisciplinar subjacente ao estudo de temas enquadrados em Linguística de contacto.

II. As LBA como substrato/adstrato do POL

O português oral de Luanda define-se como produto de uma simbiose entre vários traços socioculturais e linguísticos que tem lugar nesta urbe. Além de ter origem na variedade do PE, é uma subvariedade marcada por elementos das línguas autóctones faladas localmente, refletindo a realidade luandense, na qual o português constitui o instrumento comum e privilegiado para a interação quotidiana entre pessoas de diferentes origens, línguas e culturas. As marcas formais bantas, ainda que residuais, constituem o elemento de substrato/adstrato do POL, há muito acomodadas no seu sistema. Por exemplo, muitas palavras bantas adotadas possuem um valor pragmático-simbólico, pois representam os aspetos típicos e identitários ancestrais dos povos de Luanda, partilhados por e ao longo de várias gerações, formando-se uma sociedade híbrida, onde se fundem os valores africanos e europeus.

III. Fatores, contexto de emergência e esferas de uso do PA/POL

A emergência do português falado em Luanda tem a ver com múltiplos fatores, mas salientam-se os de ordem histórica, política e sociolinguística. Esse português formou-se do contacto secular entre os portugueses e os angolanos, principalmente no contexto de colonização efetiva europeia. Enquanto subvariedade do PA, inicialmente restringido aos musseques luandenses, ganhou espaço com a independência do país, desenvolvendo-se num ambiente de diversidade etnolinguística, que caracteriza Angola. Com um estatuto multifuncional, é usado em esferas variadas e em situações de multilinguismo,

estabelecendo relações de di/poliglossia, internamente, entre as diferentes (sub)variedades locais, e também com as outras línguas em presença.

IV. Os empréstimos bantos como produto do contacto linguístico

Sob condições sócio-históricas diversas, o contacto entre povos e culturas diferentes ditou o surgimento de novas realidades. No domínio linguístico, esse contacto traduziu-se nas influências mútuas entre as várias línguas afetadas, resultando, em alguns casos, em novas línguas, e noutros, apenas nas interferências recíprocas, a todos os níveis, com realce para as lexicais. No caso analisado no presente trabalho, é evidente a presença de palavras bantas no léxico do português, adaptadas ou não à sua gramática. Esses empréstimos passam a fazer parte do conjunto das palavras da variedade do português local e não só, não interessando o grau da aceitação e das esferas de uso dos mesmos.

V. Traços característicos do POL

A subvariedade do português falado em Luanda é uma realidade, ainda que esteja numa fase de reestruturação e haja certa polémica sobre a sua assunção ou reconhecimento, no âmbito global do PA. Com uma base sociológica definida e assegurada, esse português apresenta características específicas que o distinguem de outras (sub)variedades, como, por exemplo, a variedade nacional próxima da do PE (adotada localmente como padrão) e a variedades faladas em África e no Brasil. Muitas dessas características estão também presentes em outros dialetos do português, mas ganham notoriedade no POL, quando são encaradas como marcas típicas do mesmo, sustentadas por fatores idiossincráticos locais.

VI. Os dados de *corpora* orais como material empírico fundamental para o estudo dos empréstimos lexicais

Toda a investigação sociolinguística deve apoiar-se num *corpus* linguístico, que é o material empírico de base do qual se extraem os elementos necessários ao estudo dos factos sociais da linguagem, numa determinada comunidade de fala. Nesses estudos, deve-se privilegiar *corpora* constituídos de dados da oralidade (fala real e espontânea), representativos do discurso do quotidiano (o vernáculo), mais ou menos livre da possível influência do pesquisador, conforme os princípios do “vernáculo” e do “paradoxo de observador”, de Labov. O tratamento dos casos estudados na tese teve como suporte os dados do “*corpus* oral do POL”, constituído pelas entrevistas sociolinguísticas que efetuámos em Luanda. No geral, são dados satisfatórios por corresponderem às necessidades e exigências do nosso trabalho.

VII. Integração dos empréstimos lexicais no POL

Partimos do princípio básico de que os empréstimos lexicais são integrados de acordo com os critérios da língua de acolhimento, implicando a adaptação dos mesmos ao sistema da nova língua. No nosso caso particular, algumas dessas palavras foram integradas com adaptação formal (e.g., *alembamento* < KU-LEMBA; *madié* < mwadi wé; *muangolé* < MU KWA NGOLA), enquanto outras não sofreram qualquer modificação a este nível, por causa da coincidência formal (e.g., *dicanza* < DIKANZA; *mabeco* < MABEKU (pl)). Mas houve também aquelas que mantiveram sua forma original, com alguns segmentos inexistentes na LA (e.g., *mbica* < MBIKA; *ngongoenha* < NGONGWENYA; *quihanza* < KIHANZA)²⁵⁶. A integração de empréstimos lexicais bantos no POL envolveu diferentes processos morfológicos e fonológicos, em função dos reajustes necessários e possíveis. Constitui o ponto central da nossa tese e ocupa uma extensa parte do texto, merecendo a atenção alguns pontos, como a seguir se comenta:

(i) A análise de questões sobre a integração dos empréstimos bantos no POL situou-se na interface entre a morfologia e fonologia, pois os fenómenos de um e do outro domínio se condicionaram mutuamente. Por exemplo, a adaptação estrutural de algumas dessas palavras à morfologia do português implicou também determinada reestruturação silábica; e a manutenção ou não de prefixos bantos e a inserção ou supressão de segmentos fonológicos influenciou, de certo modo, na classe gramatical e na estrutura silábica das palavras adotadas.

(ii) A integração morfológica dos empréstimos lexicais bantos no POL teve em conta dois processos de formação de palavras: a afixação e a composição, que envolvem diferentes mecanismos. No domínio da afixação, destacam-se os casos de prefixação, sufixação, parassíntese e mesmo conversão de radicais:

a. A **afixação prefixal (modificação)**, como critério de adaptação desses novos elementos à morfologia do português de Luanda, consiste na adoção/manutenção de prefixos bantos presentes nas palavras em questão. Parece-nos que este mecanismo configura a mesma estratégia que ocorre em português, quando se trata da questão da formação de palavras, recorrendo a esse tipo de afixos. No âmbito desse processo, verificou-se o seguinte:

²⁵⁶ Vejam-se os significados atuais e etimológicos dessas palavras, essencialmente na tabela do Anexo 1.

- integração de muitos empréstimos com respetivos prefixos de classes nominais e verbal, embora estes constituintes tenham perdido a sua função gramatical e semântica de base, passando apenas a integrar a estrutura da nova palavra (*e.g.*, *cacusso*, *dicota*, *jinguba*, *quitutes*). Mas alguns conservaram, o seu valor semântico (*e.g.*, *candengue*, *quilápi*);
- queda de prefixos do singular, como consequência de uma reanálise morfológica, feita em Kimbundu, pelo facto de o radical do banto por si só suportar o conteúdo do novo vocábulo (*e.g.*, *cota*, *camba*, *semba*).
- recategorização lexical, com a queda do prefixo verbal banto: verbos bantos passaram a nomes em português, conformando o processo de conversão de radicais, com todas as suas implicações morfológicas, como por exemplo, a reinterpretação da vogal final do verbo banto como marcador temático dos nomes no POL (*e.g.*, *bassula*, *bungula*, *jinga*, *tâmbula*, *zongola*, *zunga*);
- singularização dos plurais bantos, com a integração de empréstimos com prefixo plural banto como formas do singular no POL. Estes são os casos dos chamados “duplos plurais”, nos quais os prefixos plurais bantos perderam o seu valor gramatical original de pluralidade, passando a integrar, no POL, simplesmente o radical de uma palavra do singular (*e.g.*, *imbamba* /*imbambas*, *jindungo*/jindungos, *mabanga*/mabangas, *missanga*/missangas);
- formação de empréstimos que conservaram mais de um prefixo, cuja forma final é resultado da reanálise de expressões bantas diversas, dando lugar a verdadeiros gentílicos (*e.g.*, *axiluanda*, *caluanda*, *muangolé*);
- a integração de empréstimos com prefixos do singular e do plural bantos indica claramente a adoção de traços estruturais da LO na LA, apesar de, no caso presente, poderem considerar-se uma espécie de resquícios dessas línguas africanas no português. Mas exceto os prefixos *ka-* e *ki-*, que mantiveram certo valor semântico-pragmático de base, todos os outros perderam as suas funções originais, comportando-se apenas como parte integrante da nova palavra. Esta perda do valor de base dos prefixos bantos pode indiciar certa “opacidade estrutural”, pois já não é possível segmentar a forma final do radical, pelo facto de os constituintes se tornarem simples sílabas das novas palavras.

b. a **afixação sufixal (derivação)**, enquanto critério de integração de empréstimos bantos em estudo, envolveu aquelas unidades lexicais formadas por uma base banta e um sufixo do português. Trata-se de um processo desencadeado numa fase posterior à da integração plena das bases presentes nesses empréstimos no sistema morfológico da LA, revelando a efetiva integração dessas palavras e o grau de produtividade lexical dos radicais ou bases bantas, na formação de novos produtos na LA. Estes empréstimos já derivados também encontram espaço neste trabalho para o seu tratamento, conjuntamente com outros tipos de empréstimos analisados na secção sobre a prefixação. Assim, destacamos os seguintes aspetos:

- seguindo os mesmos paradigmas da derivação sufixal, em português, destaca-se a presença de nomes e adjetivos, cujas estruturas apresentam sufixos de diferente natureza, adjungidos a bases bantas (e.g., *muambeira*, *sanzaleiro*, *benguelense*, *jindugaço*, *quizaquinha*);
- a formação de novas palavras a partir de empréstimos bantos traduz bem a dinâmica do português em incorporar no seu sistema lexical novos elementos. Essas palavras, ajustadas à gramática desta língua, deixam de ser estranhas, ganhando uma filiação plena, fazendo com que delas surjam novos produtos.

c. **outros procedimentos morfológicos**, não menos importantes, incidiram na formação de novos verbos a partir de material banto, seguindo as regras do português. Têm a ver com a conversão de radicais, o empréstimo de radicais bantos e a parassíntese, que concorreram para o surgimento de novos verbos no POL (da 1.^a conjugação), com base em palavras bantas. Por exemplo, alguns empréstimos verbais resultaram de radicais bantos já aportuguesados e que sofrem a conversão (e.g., *jingar*, *zungar*); outros decorreram da adoção de bases verbais bantas, vistas como se fossem portuguesas (e.g., *sabular*, *xinguilar*); e, por fim, um empréstimo com estrutura parassintética, formada de um radical banto, com um afixo descontínuo (*ajindungar*).

d. **composição**, também tomada como mecanismo de integração dos empréstimos das LBA no POL, é um processo que envolveu material banto e do português, do qual resultaram novos compostos. Face ao que foi discutido no trabalho sobre esta questão, interessa retomar e realçar o seguinte:

- esse tipo de empréstimos lexicais caracteriza-se como estruturas formadas por elementos exclusivamente bantos (muitos dos quais verdadeiros decalques dessas línguas no POL), ou por elementos do banto e do português;
- tal como os outros empréstimos, estas estruturas adotam, em geral, os padrões da LA, na marcação das categorias de número e género gramatical, passando a comportar-se como palavras plenas dessa língua;

e. no *corpus*, identificámos também algumas palavras cujas estruturas conformam casos de “hibridismos”, já criadas no POL. Trata-se de unidades lexicais que envolvem, na sua constituição, prefixos bantos (quase especializados para função especial), ou parte da estrutura banta, e palavras plenas de português. Este aspeto indicia a presença de dois novos prefixos, *ca-* (*ka-*) e *qui-* (*ki-*), no sistema do português, em consequência do contacto entre as línguas envolvidas. Esses elementos constituem um tipo de empréstimo estrutural e, assim, contribuem também para enriquecimento do sistema gramatical do POL, ao se comportarem como novos constituintes morfolexicais do português, adotados das LBA.

(iii) A integração morfológica envolveu também a questão de variação/flexão em número e género, procurando determinar os critérios de atribuição dos traços dessas categorias gramaticais aos empréstimos lexicais em estudo. Da análise feita, constatámos que a semelhança fonológica entre as vogais finais bantas e vogais temáticas do português facilitou esse processo, realçando-se o seguinte:

a. uma vez perdida a função gramatical dos prefixos bantos e convertidas as vogais bantas finais em índices temáticos das estruturas em português, ficaram criadas as condições para que a marcação do contraste de número fosse à direita, num processo de flexão, com a presença de *-Ø* (sg) ou adjunção do sufixo *-s* (pl) aos radicais nominais ou adjetivais. Assim, a variação de número nesses empréstimos passa a ser um processo normal, marcada tipicamente à direita, à semelhança das palavras vernáculas do português.

b. basicamente, devido à semelhança da forma fonológica das vogais finais das LO e da LA, os nomes terminados em *-o* receberam o traço [+masculino], enquanto os terminados em *-a* foi-lhes atribuído o traço [-masculino]. Essas transformações criaram condições estruturais para que as novas unidades lexicais

se enquadrassem no sistema do português, passando a marcar o género, à direita, como é próprio nessa língua, ao contrário do que acontece nas LO (à esquerda).

(iv) A adaptação morfológica dos empréstimos lexicais está também associada a uma série de processos fonológicos, que ocorrem nos níveis segmental e suprasegmental, tendo a sílaba como a estrutura de atuação privilegiada. A nível segmental, realçam-se os processos de inserção, substituição e manutenção de segmentos bantos estranhos ao português, e em termos suprasegmentais, destaca-se a reestruturação silábica, através do processo da desnasalização consonântica e nasalização vocálica, assim como o da ressilabificação. Assim, interessa reter os seguintes aspetos:

a. as semelhanças e/ou as dissemelhanças notadas nas línguas envolvidas, no que tange à sílaba, concorreram para a viabilização ou não dos diferentes fenómenos morfológicos e fonológicos resultantes do processo de adaptação dos empréstimos das LBA no português: restrição de ocorrência de segmentos prenasalizados NC em português, que provocou a desnasalização dessas consoantes, tanto em posição inicial como em posição medial das palavras, evitando as sílabas NCV; nasalização das vogais orais bantas seguidas do segmento nasal /N/; resistência de consoantes prenasalizadas iniciais em alguns empréstimos, originando a presença desses segmentos no sistema fonológico do POL.

b. em relação à ressilabificação, este processo afetou determinadas sílabas de alguns empréstimos estudados, através dos fenómenos elisão, semivocalização e degeminação, contribuindo para tal o jogo tonal entre as vogais de tom baixo e as de tom alto das estruturas bantas.

VIII. Relevância dos empréstimos lexicais bantos no léxico do português

Os empréstimos lexicais são unidades neológicas a par daquelas que são criadas internamente numa LA através de mecanismos morfológicos e não morfológicos. Assim, o empréstimo de palavras de uma língua noutra, por meio de variados processos, constitui também um recurso de inovação e enriquecimento do léxico da língua destinatária. O contacto linguístico é o fenómeno típico que proporciona a integração desse tipo de unidades lexicais na LA, podendo espoletar também, em certas circunstâncias, inovações morfológicas e fonológicas na língua acolhedora, traduzidas, por exemplo, na presença de constituintes morfológicos e segmentos fonológicos ou estruturas silábicas da LO, a

exemplo de elementos estruturais bantos adotados no POL (prefixos e certos fonemas bantos estranhos ao português). Em termos extralinguísticos, vale sublinhar que, embora ocorram também por razões de prestígio, os empréstimos lexicais são adotados por necessidades culturais, como forma de denominar novas realidades, quando a língua da comunidade de acolhimento não possui palavras ou não se quer criar novas palavras para essa função. Seja qual for a motivação, a adoção desse tipo de palavras implica uma imposição de novos valores culturais. No caso em análise, salientamos o facto de os empréstimos bantos no POL funcionarem como elementos simbólicos e representativos dos aspetos identitários bantos.

IX. Reaproveitamento do *corpus*

Qualquer *corpus* sociolinguístico constitui um manancial inesgotável de factos linguísticos diversificados, podendo ser reutilizado para novos estudos. Assim, as entrevistas (gravações e respetivas transcrições, em CD), que serviram de material empírico da tese, serão postas à disposição do CLUL, ao qual está vinculado o projeto, como base de dados para outros estudos.

6.2. Questões em aberto e trabalho futuro

O trabalho de investigação não só levanta problemas como também avança soluções e abre novos horizontes, conforme ficou expresso ao longo da nossa abordagem. Mas, pela complexidade do assunto e a necessidade de delimitar o escopo da investigação, nem todos os assuntos foram desenvolvidos. Muitas questões ficam em aberto, constituindo assim matéria para investigações futuras, no seguimento dessa linha de pesquisa ou de outras que possam vir a ser adotadas. Assim, questões como as que a seguir passamos a enunciar devem merecer a nossa atenção, em trabalhos que esperamos poder desenvolver, no quadro da universidade e sob forma de projetos, com o envolvimento de outros estudiosos da realidade linguística de Angola:

- (i) A implicação dos fenómenos do contacto linguístico na aquisição do português como língua materna ou no processo de ensino e aprendizagem da mesma como língua segunda, no contexto luandense, em particular, e angolano, em geral.
- (ii) Elaboração de *corpora* do português de Luanda, de diferente natureza ou tipologia (oral, escrito, visual, etc.) e extensão, que sirvam de base para o estudo das várias questões linguísticas e da descrição de fenómenos gramaticais delas

decorrentes. Reiteramos a posição de que a investigação linguística deve centrar-se em dados da realidade, isto é, em *corpora* orais, tendo em conta a situação sociolinguística do país, caracterizada pela copresença de línguas diferentes e marcada por constantes dinâmicas sociais. Este trabalho deve procurar captar a diversidade linguística, bem visível nesta sociedade, com realce para as distintas subvariedades decorrentes do português, ancorando-se em teorias linguísticas contemporâneas, numa perspetiva transversal e multidisciplinar. Talvez este procedimento metodológico permita ter acesso aos usos linguísticos do quotidiano, que realmente sejam representativos do português falado em Angola, com vista a propiciar uma descrição mais acurada dos vários aspetos caracterizadores dessa variedade, com o suporte de ferramentas tecnológicas modernas para o tratamento dos dados também. Este tipo de trabalho permitirá participar na necessária tarefa de descrever a norma culta angolana (cf. Cabral: 2005:2).

(iii) Redefinição da realidade sociolinguística de Luanda, para se traçar o atual quadro das línguas faladas nesta urbe, procurando mensurar o impacto de cada uma no português. Este estudo implica uma pesquisa alargada sobre as atitudes dos falantes em relação às línguas bantas e ao português local, para se aferir o grau de aceitação pela comunidade. A questão linguística diz respeito a toda a comunidade, por isso deve ter-se em conta os próprios usuários da língua, na tomada de decisões que afetem o interesse comum. Esta ação poderia ajudar a determinar o grau de consciência linguística dos falantes, aspeto importante para assunção das distintas línguas e/ou variedades em confronto, tendente à escolha, por exemplo, da variedade padrão do PA, ou das línguas locais a ensinar nas escolas, em função da especificidade de cada região do país.

(iv) Estudo mais rigoroso sobre o percurso histórico da implantação, expansão e desenvolvimento do português em Angola, com base em documentos escritos nos primórdios da chegada dos portugueses e outros das épocas subsequentes, para determinar o aspeto diacrónico subjacente à presença dos empréstimos lexicais bantos no POL e de outros fenómenos linguísticos da mesma natureza que o caracterizam. Este facto pode ajudar na compreensão, por exemplo, das tendências de integração de empréstimos, que considerámos mais recentes, como aqueles que conservam a consoante prenasalizada inicial.

(v) Determinação da regularidade e do grau de frequência de algumas formas de empréstimos bantos em competição (uma integrada com prefixo e outra sem prefixo), no POL, do tipo *cota/ dicota*, *semba/massemba*, *ndengue/candengue*. Por outro lado, há necessidade de inventariação de formas em competição que revelam certa novidade em contraste com as formas mais antigas (*e.g.*, *camba* vs. *amigo*, *xidi* vs. *azar*, *tâmbula* vs. *ofertório*, *quínguila* vs. *cambista informal*, *zongola* vs. *bisbilhoteiro*).

(vi) A questão da opacidade vs. transparência dos constituintes bantos presentes nas palavras já integradas no português, assim como o grau de produtividade dos radicais dessa palavra, no âmbito dos critérios da LA, procurando identificar a viabilidade e as restrições inerentes a estes constituintes.

(vii) Um estudo aprofundado para confirmar a hipótese formulada sobre *ca-* e *qui-*, de origem banta (cf. *ka-* e *ki-*), como novos prefixos que enriquecem o inventário gramatical do POL e do português, em geral. Este aspeto pode constituir umas das marcas mais relevantes do empréstimo estrutural das LO na LA, no âmbito dessa interação linguística.

(viii) Abordagem sobre outras características suprasegmentais no processo de integração dos empréstimos bantos no POL, com destaque para os casos ligados aos aspetos tonais das LB e da acentuação do português, ajudando a determinar a tendência dessa subvariedade, em particular, e do PA, em geral, neste domínio.

(ix) Atenção a questões transversais que suscitam um debate mais amplo, envolvendo toda a sociedade, mas sobretudo entidades e instituições com certa responsabilidade nesta matéria. Reside aqui o facto de que um trabalho de investigação deve contribuir na solução dos problemas que afetam a comunidade (“princípio da responsabilidade do investigador”; cf. Labov 1982b; Milroy e Gordon 2003). No caso particular, consideremos algumas questões pertinentes de ordem sociolinguística:

a. necessidade da (re)padronização da variedade do português falado em Angola, na qual se possa rever o português de Luanda, em termos da sua normatização. Esta questão já tem merecido certa atenção de estudiosos, apelando-se para a urgência de uma norma-padrão do português angolano, uma vez que o mesmo se diferencia do padrão do PE. Mas este facto deve ser antecedido de um estudo

rigoroso e sistematizado dos traços gramaticais específicos. Salvo no aspeto formal, em que se visa seguir a norma do PE (pelo menos na escrita), noutros domínios, este português há muito foi “nativizado / naturalizado / nacionalizado/ angolanizado” e passou a refletir os aspetos socioculturais da angolanidade, demarcando-se do português de Portugal, como ocorreu em muitas situações semelhantes, noutros países; então “é utópico que o ideal linguístico em Angola [continue a ser] a norma-padrão europeia” (Adriano 2014b:445), dada a grande dinâmica e forte pressão social, à qual está sujeita a variedade local do português;

b. realização de censo(s) linguístico(s), de amplitude nacional e detalhado(s), que permita(m) determinar os dados linguísticos reais do país, referentes ao número de línguas faladas em cada localidade e ao número de falantes por cada língua nacional e/ou estrangeira. Talvez este exercício permita a (re)atualização do mapa etnolinguístico do país, o que seria um instrumento de grande utilidade para os investigadores de áreas afins. Esta tarefa pressupõe estimular estudos dialetológicos e/ou geolinguísticos sobre todas as línguas em presença, mas com principal enfoque para o português;

c. a criação de novas instituições de investigação vocacionadas para o estudo científico das línguas angolanas e reforçar as poucas existentes, quer autónomas quer ligadas a instituições de ensino superior e outros departamentos afins. Só havendo instituições fortes e suficientes é que se podem lograr sucessos para essa tarefa, uma vez bem apetrechados com meios humanos e tecnológicos.

Esta investigação deu-nos, por conseguinte, uma outra visão mais aprofundada e crítica, sobre a situação sociolinguística de Luanda, e permitiu-nos adquirir novos conhecimentos, consolidando outros sobre as diversas questões linguísticas. Tratou-se de um trabalho desafiador, mas ao mesmo tempo estimulante e gratificante, que nos possibilitou mergulhar um pouco mais no ambiente sociológico luandense, revelado em e através de muitas entrevistas efetuadas, além de nos permitir também penetrar na essência das palavras estudadas, olhá-las por dentro, para descobrir todas as modificações que sofreram até se integrarem na subvariedade do português em foco na tese.

Referências bibliográficas

- Adriano, P. A. (2014a). *O professor de Língua Portuguesa como revisor de textos – os casos da cliticização e da regência verbal: que atitude normativa em Angola?*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (dissertação de Mestrado: <https://run.unl.pt/handle/10362/12171>; acesso: 01.03. 2017).
- Adriano, P. A. (2014b). *Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do Português em Angola. Divergências em relação à norma Europeia*. Évora: Universidade de Évora (Tese de Doutoramento: https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11802/1/Doutoramento_Paulino%20Adriano.pdf; acesso: 30.12.2015).
- Agualusa, J. E. (2004/2005). A Língua Portuguesa em Angola – língua materna *versus* língua madrastra. Uma proposta de paz. *Imaginário – USP*, X (10), 27-33 (http://www.ip.usp.br/portal/images/Labi/IMAGIN%C3%81RIO_10_nov_2004-5_Africas.pdf; acesso: 30.10.2015]).
- Aitchison, J. (2004 [1991]). *Language change: progress or decay?*. 3.^a Edition. Cambridge / New York: Cambridge University Press.
- Akhamanova, O. (1971). *Phonology, Morphonology, Morphology*. Paris / The Hague: Mouton.
- Akmajiani, A. et al. (1992). *Linguistics: an introduction to Language and Communication*. Cambridge: MIT
- Al-Dala‘ien, O. A, Mudhsh, B. A.D.M. e Al-Takhayinh, A. H. (2015). Mental lexicon: a conceptual framework. *International Journal of Scientific and Research Publications*, vol. 5 (5), 1-4 (<http://www.ijsrp.org/research-paper-0515/ijsrpp4167.pdf>; acesso: 11.01.2016).
- Alves, A. (2013). *Dicionário de arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Alves, I. M. (1984). A integração dos neologismos por empréstimo ao léxico português. *Alfa*, 28 (supl.): 1. São Paulo, 19-126. (<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3681/3447>; acesso: 25.06.2015]).
- Amaro, R. e Mendes, S. (2016). Lexicologia e Linguística Computacional. In Martins, A. M. e Carrilho, E. (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin / Boston: De Gruyter, 178-199.
- Anderson, S. R. (1992). *A-morphous Morphology*. Cambridge / New York: Cambridge University Press.
- Andrade, A. R. de (2002). A terminologia do empréstimo linguístico no Português Europeu: uma terminologia ambígua?. In *Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Porto: CLUP, 35-44.
- Andrade, E. e Viana, M. C. (1994). Sinérese, diérese e estrutura silábica. In *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (1993)*. Lisboa: APL / Colibri.
- Andrade, E. (2007). *Línguas Africanas: breve introdução à Fonologia e Morfologia*. Lisboa: A. Santos.
- Angenot, J-P. e Jacquemin, J-P. (1976). Identificação de critérios lingüísticos que permitem precisar a origem dos empréstimos bantos no Português do Brasil. In *X Reunião Brasileira de Antropologia*. Salvador, Bahia.
- Antunes, S. et al. (2016). Apresentação do *Corpus* de Português Língua Estrangeira/Língua Segunda – COPLE2. *Revista da APL*, 1, 37-56 (<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/24717>; acesso: 06.03.2017).

- APL/ILTEC (1990). *Dicionário de Termos Linguísticos*. Vol. I. Organizado por Maria Francisca Xavier e Maria Helena Mateus. Lisboa: Edições Cosmos.
- Apontes, S. A. (2010). Acomodação de palavras *Bantu* em Português: algumas consequências morfofonológicas. *Revista Philologus*, Ano 16, 46, Supl. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos – CiFEFiL, 41-58
(<http://www.filologia.org.br/revista/46sup/05.pdf>; acesso: 02.07.2015).
- Apothéloz, D. e Reichler-Béguelin, M.-J. (1995). Construction de la référence et strategies de designation. In Berrendonner, A. e Reichler-Béguelin, M.-J. (eds.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 227-271.
- Araújo, G. A. e Agostinho, A. L. dos S. (2010). Nativização e manutenção de acento oxítono em Português. *Signótica*, 21(2), 305-340 (<https://doaj.org/article/b498b793216247699625a66aefb7e6b2>; acesso: 24.06.2015).
- Arim, E. e Freitas, T. (2003). Parassíntese e conversão: uma nova explicação para um velho problema. Texto em PDF (<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2003-earim-parassintese.pdf>; acesso: 17.12.2015).
- Aronoff, M. e Feudman, K. (2011). *What is Morphology?*. 2nd Edition. Oxford / Malden: Wiley-Blackwell.
- Aronoff, M. (1976). *Word formation in Generative Grammar*. London / Cambridge / Massachusetts: The MIT Press.
- Aronoff, M. (1994). Morphology by itself, stems and inflectional classes. *Linguistic Inquiry*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Audring, J. (2009). Gender assignment and gender agreement: evidence from pronominal gender languages. *Morphology* 18, Issue 2 (October 2008) 93-116
(http://dspace.uvuu.vu.nl/bitstream/handle/1871/19438/10.1007_s11525-009-9124-y.pdf;jsessionid=285D3A2BEF201711D0FA76827D659AFF?sequence=1; acesso: 12.04.2016).
- Austin, P. K. e Sallabank, J. (2011). Introduction. In Austin, P. K. e Sallabank, J. (eds.). *The Cambridge Handbook of Endangered Languages*. Cambridge / New York: Cambridge University Press, 1-24.
- Azuaga, L. (1996). Morfologia. In: Faria, I. H. et al. (orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 215-244.
- Babin, J. - P. (2000). *Lexique mental et Morphologie Lexicale*. Berne / Berlin / Bruxelles / Frankfurt / New York / Oxford: Peter Lang.
- Bacelar do Nascimento, M. F. (2002). O lugar do *Corpus* na investigação linguística. In *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 601-605.
- Bacelar do Nascimento, M. F. (2013). Processos de lexicalização. In Raposo, E. B. P. et al. (orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015-246.
- Bagno, M. (1999). *Preconceito lingüístico: que é, como se faz?*. 1.^a Edição. São Paulo: Edições Loyola.
- Baker, C. (1992). *Attitudes and language*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Baker, P. (2010). *Sociolinguistics and Corpus Linguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Barata, F. (2013). Primórdios da imprensa periódica em Angola (1845 a 1900). *Recolha de Tomás Gavino Coelho* (<https://aeppea.wordpress.com/2013/05/08/primordios-da-imprensa-periodica-em-angola-1845-a-1900-recolha-de-tomas-gavino-coelho/>; acesso: [04.07.2017]).
- Barbeiro, L. (2007). *A aprendizagem da ortografia – princípios, dificuldades e problemas*. Lisboa: Asa Editores, S.A.
- Barbosa, C. S. (2005). A elisão da vogal média [e] no Sul do país: uma regra variável. Texto em PDF (www.periodicos.ulbra.br/index.php/trxa/article/download/772/596; acesso: 26.07.2015).
- Barbosa, J. M. (1965). Etudes de Phonologie Portugaise. *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, n.º 77. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Barbosa, J. M. (1994). *Introdução ao estudo da Fonologia e Morfologia do Português*. Coimbra: Almedina.

- Barros, A. (2002). A situação do Português em Angola. In Mateus, M. H. M. (Coord.). *Uma política de Língua para o Português*. Colóquio organizado pelo ILTEC, julho de 1998. Lisboa: Edições Colibri, 35-44.
- Barroso, H. (1999). *Forma e substância da expressão da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Basciano, B., Kula, N. and Melloni, C. (2011). Modes of compounding in Bantu, Romance and Chinese. *Rivista di Linguistica* 23 (2), 203-249 (http://linguistica.sns.it/RdL/23.2/basciano_et_alii.pdf; acesso: 04.05.2016).
- Basílio, M. (1987). *Teoria Lexical*. São Paulo: Editora Ática, S.A.
- Basílio, M. (2000). Em torno da palavra como unidade lexical: palavras e composições. *Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos*, 4(2). Juiz de Fora – Brasil, 9 -18 (<https://veredas.ufjf.emnuvens.com.br/veredas/article/view/459/404>; acesso: 08/11/2017).
- Basílio, M. (2008). *Formação e classes de palavras no Português do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Bastin, Y. et al. (eds.) (2002). *Bantu Lexical Reconstructions 3 (online database)*. Tervuren: Royal Museum for Central Africa.
- Bastin, Y., Coupeze, A. e Mann, M. (1999). Continuity and divergence in Bantu languages: perspectives from a lexicostatical study. *Annales Sciences Humaines*. Vol. 162. Tervuren: Musée Royal du Afrique Centrale.
- Bauer, L. (2004). *A Glossary of Morphology*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Baxter, A. (1996). Línguas pidgins e crioulas. In Faria, I. H., Pedro, E. R., Duarte, I. e Gouveia, C. A. M. (orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Bazell, C. E. (2004). On the problem of the morpheme. In Katamba, F. (ed.). *Morphology. Critical concepts in Linguistics*. Vol. I. London / New York: Routledge, 97-109.
- Bechara, E. (2009). *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.^a Edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira / Editora Lucerna.
- Beliaeva, N. (2014). *Unpacking contemporary English blends: morphological structure, meaning, processing*. Victoria, New Zeland: Victoria University of Wellington (Tese de Doutoramento: <https://researcharchive.vuw.ac.nz/xmlui/bitstream/handle/10063/3619/thesis.pdf?sequence=2>; acesso: 25.07.2018).
- Bell, R. T. (1976). *Sociolinguistics: goals, approaches and problems*. London: Batsford.
- Bento, C. T. J. S. F. (2010). *Contributos para uma caracterização linguística do luandense*. Aveiro: Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro (Dissertação de Mestrado: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/4044/1/4416.pdf> acesso: 09/03/2014).
- Bettencourt, A. C. de (2011). *Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas. Os musseques de Luanda*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Dissertação de Mestrado: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/.../Dissertação.Andrea.Bettencourt.FINAL.pdf>; acesso: 16.06.2017).
- Biderman, M. T. C. (1978). *Teoria Lingüística: Lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro / São Paulo: Livros Técnicos e Científicos.
- Bijeikienė, V. e Tamošiūnaitė, A. (2013). *Quantitative and qualitative research methods in Sociolinguistics. Study guide / A resource book for students*. Kaunas: Vytautas Magnus University.
- Bills, G. D. e Vigil, N. A. (2008). *The Spanish language of New Mexico and Southern Colorado. A Linguistic Atlas*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Birmingham, D. (2015). *Breve história da Angola moderna [séc. XIX-XXI]*. Lisboa: Guerra e Paz Editores, S.A.
- Bisol, L. (1989). O Ditongo na perspectiva da Fonologia atual. *DELTA*, vol. 5, n.º 2. São Paulo, Associação Brasileira de Linguística, 185-224.
- Bisol, L. (1998). A nasalidade, um velho tema. *DELTA*, vol. XIV, n.º especial. São Paulo: Associação Brasileira de Linguística (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000300004&lng=pt&tlang=pt; acesso: 04.01.2016).

- Bisol, L. (2001). Ditongo nasal: uma hipótese e duas leituras. In *Razões e Emoção: Miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mateus*. Lisboa: FLUL.
- Bisol, L. (2002). Estudo sobre a nasalidade. In Rodrigues, M. B. et al. (eds.). *Gramática do Português falado*. Vol. VIII. Campinas: UNICAMP, 501-531.
- Bisol, L. (2005). (org.) *Introdução a estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Bleek, W. H. (1862, 1869). *A comparative Grammar of South African languages*. Part 1. London: Trübner e Co.
- Blevins, J. (1995). The syllable in Phonological Theory. In Goldsmith, J. A. (ed.). *The Handbook of phonological theory* (edição online 2007). London: Blackwell, 206-207.
- Bloomfield, L. (1927). Literate and Illiterate speech. *American Speech*, vol. 2, 432-439 (<http://terpconnect.umd.edu/~israel/Bloomfield-LiterateIlliterate.pdf>; acesso: 20/03/2018).
- Bloomfield, L. (1933). *Language*. New York: Henry Holt and Company, Inc.
- Bonvini, E. (2008). Os vocábulos de origem Africana na constituição do Português do Brasil. In Petter, M. M. T. (ed.). *África no Brasil – formação da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Contexto, 101-144.
- Booij, G. (2005). *The Grammar of words*. Oxford: Oxford University Press.
- Booij, G. (2005, 2007). *The Grammar of words. An introduction to Morphology*. Second edition. Oxford / New York: Oxford University Press.
- Booij, G. (2010). *Construction Morphology*. New York: Oxford University Press.
- Bostoen, K. e Bastin, Y. (2015). Bantu Lexical Reconstruction. In *Oxford Handbook online*. Oxford: Oxford University Press, 1-31 (https://www.researchgate.net/publication/304023435_Bantu_lexical_reconstruction; acesso: 20.03.2018).
- Bostoen, K. (2007). Pots, words and the bantu problem: on lexical reconstruction and early African history. *Journal of African History*, 48. Cambridge University Press, 173-99.
- Botelho, J. M. (2004). O gênero dos substantivos: flexão ou derivação?. *SOLETRAS*, ano IV, n.º 07. São Gonçalo – Brasil, 86-92.
- Bowern, C. (2008). *Linguistic Fieldwork. A practical guide*. New York: Palgrave Macmillan.
- Branco, A. (2013). A Língua Portuguesa face ao choque tecnológico digital”. In *Colóquio Internacional sobre a Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital*. Guaramiranga / Brasil, 2012. *Revista Platô*, n.º 3, vol. 2, 28-36 (<http://www.youblisher.com/p/849067-Plato-Numero-3-Volume-2-Coloquio-de-Guaramiranga-V02/>; acesso: 25.11.2016).
- (<https://veredas.ufjf.emnuvens.com.br/veredas/article/view/238/197>; acesso: 07.02.2018).
- Brandão, S. F. e Vieira, S. R. (2012a). A concordância nominal e verbal no Português do Brasil e no Português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, 22(2), 7-39. (<http://www.revistas.fflch.usp.br/papia/article/viewFile/1681/1492>; acesso: 07.02.2018).
- Brandão, S. F. e Vieira, S. R. (2012b). Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do Português. *Alfa: Revista de Linguística*, 56 (3), 1036-1064 (<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4913/4371>; acesso: 07.02.2018).
- Brandão, S. F. (2011). Concordância nominal em duas variedades do Português: convergências e divergências. *Veredas* 15(1), 164-178.
- Brandão, S. F. (2013). Patterns of agreement within the Noun Phrase. *Journal of Portuguese Linguistics*, 12 (2), 51-100 (<https://jpl.letras.ulisboa.pt/articles/abstract/10.5334/jpl.68/>; acesso: 07.02.2018).
- Brandão, S. F. (2015). Concordância nominal em três variedades do Português: resultados gerais, novas indagações. *Cuadernos de la ALFAL*, 7, 36-52. (http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/07_cuaderno_004.pdf; acesso: 07.02.2018).

- Brandão, S. F., Mota, M. A. e Cunha, C. S. (2003). Um estudo contrastivo entre o português europeu e o português do Brasil: o R final de vocábulo. In Brandão, S. F. e Mota, M. A. (Org.). *Análise contrastiva de variedades do português*. Rio de Janeiro, In-Fólio. 163-180.
- Brandão, S. F., Pessanha, D. B., Pontes, S. P., Correa, M. O. (2017). Róticos na variedade urbana do Português de São Tomé. *Papia Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, 27(2). São Paulo, 293-315 (<http://www.revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2762/pdf>; acesso: 06.02.2019).
- Bréal, M. (1992 [1897]). *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. Trad. Brasileira. São Paulo: EDUC/Pontes.
- Briggs, C. L. (2005). Sociolinguistic interviews. In Ammon, H. von U., Mattheier, N. D. K. J. e Trudgill, P. (eds.). *Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society*. Vol. 2. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 1052-1060.
- Brown, K. e Miller, J. (2013). *The Cambridge Dictionary of Linguistics*. Cambridge / New York: Cambridge University Press.
- Bryan, M. A. (1959). *The Bantu languages of Africa*. London: IAI – International African Institute.
- Bussmann, H. (ed.) (1996). *Routledge Dictionary of Language and Linguistics*. Trad. and edition by Gregory Trauth e Kerstin Kazzazi. London / New York: Routledge.
- Cabral, L. A. V. (2005). *Complementos verbais preposicionados do Português em Angola*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Dissertação Mestrado).
- Cabré, M. T. (1993). *La Terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida / Empúries.
- Caetano, M. do C. (2010). A meio caminho entre a derivação e a composição. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 5. Lisboa: Edições Colibri / CLUNL, 131-140 (http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/5h%20maria%20caetano.pdf; acesso: 09.11.2015).
- Calvet, J.-L. (2002a). *Sociolinguística: uma introdução crítica*. S. Paulo. Parábola Editorial.
- Câmara Jr., J. M. (1966). Considerações sobre o gênero em Português. *Estudos Linguísticos*, 1(2), 1-9.
- Câmara Jr., J. M. (1970). *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- Câmara Jr., J. M. (1975). *História e estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- Câmara, Jr., M. (1984). *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Vozes.
- Cameron, H. F. (2010). Inovação lexical: novas finalidades, novas aplicações. Texto em PDF (<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2059/1/Inova%C3%A7%C3%A3o%20lexical....pdf>; acesso: 08.01.2016).
- Cardoso, A. S. (2012). *Parâmetros de qualidade no discurso público argumentativo: paralelismo por contraste e carisma*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Dissertação de Mestrado: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6967/1/ulfl122644_tm.pdf; acesso: 06.03.2017).
- Cardoso-Carvalho, V. F. e Oliveira, M. T. de (2014). Marcação de gênero em Rikbaktsa (macro-jê) / Marking of gender in rikbaktsa (macro-jê). *Revista Ecos*, vol. 17, Ano XI, N.º 02, 303-328 (<https://pt.scribd.com/document/254120886/MARCACAO-DE-GENERO-EM-RIKBAKTSA-MACRO-JE>; acesso: 15.04.2016).
- Carmo, H. (1998). *Metodologia da Investigação Científica: guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalho, D. da S. (2013). Algumas considerações sobre a Morfossintaxe de gênero. *Revista Estudos Linguísticos*, nº 47. Salvador, 30-46.
- Carvalho, D. G. e Nascimento, M. (1977). *Gramática Histórica: para o 2º grau e vestibulares*. 12.ª Edição. São Paulo: Editora Ática.
- Carvalho, F. O. de (2014). Notes on underspecification and reversal in Kimbundu tonology. *Afrikanistik online* (<http://www.afrikanistik-aegyptologie-online.de/archiv/3864>; acesso: 25.03.2016).
- Carvalho, H. A. D. de. (1890). *Methodo pratico para fallar a lingua da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- Carvalho, N. M. de (2009). Empréstimos linguísticos e identidade cultural. In Alves, I. M. et al. (Orgs.). In 4.º Colóquio sobre “Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas”. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Castilho, A. de (2002). Variação dialetal e ensino institucionalizado da Língua Portuguesa. In Bagno, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 27-36.
- Caws, P. (1989). The law quality and quantity, or what numbers can and can't describe. In Glassner, B. e Moreno, J. (eds.). *The qualitative-quantitative distinction in the Social Sciences*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 13-28.
- Chambers, J. K. (2003). *Sociolinguistic Theory: Linguistic variation and its social significance*. Malden / Oxford: Blackwell Publishers.
- Chatelain, H. (1964 [1888-9]). *Kimbundu Grammar. Gramática elementar do Kimbundu ou língua de Angola*. Genève: Typ de Charles Schuchardt.
- Chatelain, H. (2001 [1894]). *Folk-tales of Angola – fifty tales, with Ki-mbundu text literal English translation, introduction and notes*. Honolulu, Hawaii: University Press of the Pacific.
- Chavagne, J.-P. (2005). *La Langue Portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais*. Lyon: Université Lumière Lyon 2 (Tese de doutoramento).
- Chaves, R. (2013). Organização do léxico. In Raposo, E. B. P. et al. (orgs.). *Gramática do Português*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 185-212.
- Childs, G. T. (2003). *An introduction to African languages*. Amsterdam / Philadelphia. John Benjamin Pub Co.
- Chimbutane, F. (1991). Línguas Bantu ou Línguas Bantas?. *Revista Tempo*, 1088. Maputo (http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/Perguntugues_%20Linguas_bantu_bantas.pdf; acesso: 24.03.2016).
- Chomsky, N. (1986). *Knowledge of language: its nature, origin, and use*. New York: Praeger.
- Chomsky, N. e Halle, M. (1968). *Sound pattern English*. New York / Evanston / London: Harper & Row, Publishers.
- Clements, G. N. (2000). Phonology. In Heine, N. e Nurse, D (Eds.). *African languages. An introduction*. New York: Cambridge Press Univesity, 123-160.
- Clyne, M. (1987). History of research on language contact. In Ammon, H. von U., Dittmar, N. e Mattheier, K. J. (eds.). *Sociolinguistics*. Vol. 1. Berlin: Walter de Gruyter, 452-459.
- Coelho, I. L. (2012). *Sociolinguística*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Coelho, S. (1999). *Angola: histórias e estórias da Informação*. Luanda: Executive Center.
- Coelho, S. (2004). Língua Oficial e Línguas Nacionais. Texto em PDF (http://www.uasites.adm.br/iclas/pagina_ver.php?CdNotici=27 e Pagina=Biblioteca; acesso: 30.01.2018).
- Coelho, V. (2010). «Em busca de Kábàsà!...». *Estudos e reflexões sobre o «Reino» do Ndòngò. Contribuições para a história de Angola*. Luanda: Kilombelombe.
- Coelho, V. (2015). A classificação etnográfica dos ovos de Angola (1.ª parte). *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, 5 (9), 1-13 (<http://mulemba.revues.org/473>; acesso: 03.05.2017).
- Cole, D. T. (1961). Doke's classifications of Bantu languages. In Doke, C. M. e Cole, C. T. (eds.). *Contributions to the history of Bantu Linguistics*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- Corbett, G. (1991). *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Corbett, G. (2000). *Number*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Corbett, G. (2006). *Agreement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Correia, M. e Lemos, L. S. P. (2005). *Inovação lexical em Português*. Lisboa: Colibri.
- Correia, M. (1998). Neologia e Terminologia. In *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos*. Lisboa: Publicações Europa-América, 59-74.

- Correia, M. (2002). A conversão em Português, com particular incidência na construção de substantivos deadjectivais. In *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Porto: CLUP.
- Correia, M. e Almeida, G. de B. (2012). *Neologia em Português*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Costa, A. F. da (2002). Questões da língua e das culturas: o ensino do Português em Angola (estudo de caso). In *XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Luanda: AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa.
- Costa, A. F. da (2006). *Rupturas estruturais do Português e línguas bantas em Angola: para uma análise diferencial*. Luanda: Universidade Católica de Angola.
- Costa, B. E. da e Esteves, M. B. (2009). Uma discussão sobre a categoria de gênero no Português do Brasil. *Revista Prolíngua*, vol. II, n.º 2, 24-37
(periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/download/13429/762; acesso: 15.03.2016).
- Costa, T. M. C. J. (2015). *Umbundismos no Português de Angola. Proposta de um dicionário de umbundismos*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Tese de Doutoramento: <http://www.clunl.edu.pt/en/?id=1700> e mid=; acesso: 02.01.2016).
- Coulmas, F. (1998) (ed.). Introduction. *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 1-11.
- Coupez, A., Bastin, Y. e Mumba, E. (eds.) (1998). *Reconstructions Lexicales Bantoues 2 / Bantu Lexical Reconstructions 2 (electronic database)*. Tervuren: Musée royal de l’Afrique centrale.
- CRA – Constituição da República de Angola (2010). *Diário da República n.º 23, I Série*. Luanda: Assembleia Nacional (<http://www.tribunalconstitucional.ao/uploads/%7B9555c635-8d7c-4ea1-b7f9-0cd33d08ea40%7D.pdf>; acesso: 03/10/2017).
- Cristófaros-Silva, T. (2002). Morte de língua ou mudança linguística? – uma revisão bibliográfica. *Revista do Museu Antropológico*, vols. 5-6, n.º 1. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 55-73 (<http://www.projetoaspa.org/cristofaro/publicacao/pdf/mudancalgtca-goias-2002.pdf>; acesso: 29.09.2016).
- Cruse, A. (2011). *Meaning in language. An introduction to Semantics and Pragmatics*. 2.ª Ed. New York. Oxford University Press.
- Crystal, D. (2008). *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. 6th Edition. Malden / Oxford / Victoria: Blackwell Publishing.
- Cunha, C. e Cintra, L. (1984, 1986). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 1.ª e 3.ª edições. Lisboa: Sá da Costa.
- Cunha, A. G. da. (1986). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Cusin-Berche, F. (1999). La notion d’« unité lexicale » en linguistique et son usage en Lexicologie. *Linx – Revue des linguistes de l’Université Paris X* (versão eletrónica Linx, 40, 2012). Nanterre, 1-17 (<https://linx.revues.org/730>; acesso: 08.11.2017).
- Déchain, R. et al. (2014). The internal syntax of Shona class prefixes. *Language Sciences* 43, 18-46 (<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0388000113001113>; acesso: 12.04.2016).
- Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (1996). Barcelona. Texto em PDF (http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf acesso: 25.11.2016).
- Demuth, K. (2000). Bantu noun class systems: loan word and acquisition evidence of semantic productivity. In Senft, G. (ed.). *Classification systems*. Cambridge University Press, 270-292.
- Dias, H. N. (2002). *As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar: em direção a uma prática linguístico-escolar libertadora*. Maputo: Promédia.
- Dicionário de Estrangeirismos do ILTEC online –
(<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=loanwords> e act=list e letter= acesso: 18/01/2017]).

- Dicionário de Gentílicos e Topónimos do ILTEC *online*
(<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=genticos>).
- Dicionário de Termos Linguísticos do ILTEC *online*
(<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=2207>).
- Dicionário Priberam *online* (<https://www.priberam.pt/dlpo/>).
- Dimmendaal, G. J. (2000). Morphology. In Hein, B. e Nurse, D. (eds.). *African languages. An introduction*. New York: Cambridge University Press, 161-193.
- Dixon, R. M. W. e Aikhenvald, A. Y. (2002). Word: a typological framework. In Dixon, R. M. W. e Aikhenvald, A. Y. (eds.). *Word. A Cross-linguistic typology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Domingos, M. da S. e Bernardo, E. P. (s.d.). Adultério onomástico em Angola: discussão à luz dos direitos linguísticos e convenções ortográficas. Texto em PDF
(<http://politicasinguisticas.paginas.ufsc.br/files/2016/09/Adult%C3%A9rio-Onom%C3%A1stico-final.pdf>; acesso: 04.12.2017).
- Dorian, N. (1981). *Language death: the life cycle of a Scottish Gaelic dialect*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Downes, W. (1984). *Language and society*. London: Fontana.
- Downing, L. (2004). What African languages tell us about accent typology. *ZAS Papers in Linguistics* 37, 01-136 (<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.218.9799&rep=rep1&type=pdf>; acesso: 14.07.2018).
- Dressler, W. e Wodak-Lleodolter, R. (1977). Language preservation and death in Brittany. *International Journal of the Sociology of Language* 12, 33-44.
- Duarte, I. (2000). *Língua Portuguesa. Instrumento de análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Duarte, S. (2008). Flexão e derivação – dois processos morfológicos. *Linguagem – Estudos e Pesquisas*, vol. XII. UFG – *Campus Catalão*, 196-206
(<https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/lep/article/view/34454>; acesso: 31.03.2016).
- Duranti, A. (1997). *Linguistic Anthropology*. Cambridge / New York: Cambridge University Press.
- Eckert, P. (1998). *Jocks and Burnouts: social categories and identity in the High School, New York*. London: Teacher's College Press.
- Ehlich, K. (2007). *Sprache und sprachliches Handeln*. Berlin: De Gruyter.
- Endruschat, A. (1989). Création lexicale en Portugais parlé dans la République Populaire d'Angola. In Massa, J.-M. e Perl, Ma. (orgs.). *La Langue Portugaise en Afrique*. Rennes: Université de Haute Bretagne, 69-86.
- Faria, M. (2012). *Estudo sobre fenómenos de fronteira de palavra sob as perspetivas da Fonologia Generativa e da Fonologia Declarativa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado: https://sigarra.up.pt/flup/pt/publs_pesquisa.FormView?p_id=69220; acesso: 20.10.2015).
- Fasold, R. (2004). *The Sociolinguistics of society*, vol. I. Oxford: Basil Blackwell.
- Ferguson, C. A. (1959). Diglossia. *Word* 15, 325-340. Reprinted in Hymes, D. (ed.) (1964). *Language in culture and society*. New York: Harper and Row, 429-439.
- Fernandes, J. e Ntongo, Z. (2002). *Angola: povos e línguas*. Luanda: Editorial Nzila.
- Fernando, M. (2008). *An analysis of verbal affixes in Kikongo with special reference to form and function*. Pretoria: Department of African Languages of the University of South African (UNISA). (Dissertação de Mestrado: <http://uir.unisa.ac.za/handle/10500/2414>; acesso: 25.03.2016).
- Ferreira, A. S. de S. R. (2009). *Flexão de número dos nomes terminados em ditongo nasal à luz da Fonologia Lexical*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/23204>; acesso: 20.10.2015).

- Ferreira, M. (1988). *Que futuro para a Língua Portuguesa em Angola? Uma perspectiva sociocultural*. Linda-a-Velha: Edições 11 E.
- Figuerola, E. (1994). Sociolinguistic metatheory. *Language e Communication Library*, 14. Oxford / New York / Tokyo: Pergamon.
- Filho, E. C. da S. (2004). *Reflexão sobre ditongos e nasalidade no Português Brasileiro*. Maceió/Brasil. Alagoas: Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal de Alagoas (Dissertação de Mestrado: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/439>; acesso: 13.08.2015).
- Filusová, R. (2012). *Difusão e desenvolvimento do Português vernáculo de Angola*. Brno-República Checa: Faculdade de Letras da Universidade Masaryk (dissertação para diploma de Bacharelato: https://is.muni.cz/th/342269/ff_b/Difusao_e_desenvolvimento_do_portugues__Angola_RF.pdf; acesso: 20.04.2015).
- Firmino, G. (2002a). *A “questão linguística” na África pós-colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- Firmino, G. (2002b). A situação do Português no contexto multilingue de Moçambique. Texto em PDF (<http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/mes/06.pdf> acesso: 20.07.2015).
- Fishman, J. (1964). Language maintenance and language shift as a field inquiry. *Linguistics* 9, 32-70.
- Fishman, J. (1967). Bilingualism with and without diglossia. Diglossia with and without bilingualism. *Journal of Social Issues* 23, 29-38.
- Fishman, J. et al. (1966). *Language loyalty in the United States*. The Hauge: Mouton.
- Flores, C. G. (2009). *Miados e rugidos: as denominações dos felinos em bantu*. Rondônia: Universidade Federal de Rondônia, Campus de Guajará-Mirim (Dissertação de Mestrado: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp135452.pdf>; acesso: 19.05.2017).
- Freitag, R. M. K. e Lima, G., O. S. (2010). *Sociolinguística*. São Cristóvão – SE, Brasil: Universidade Federal de Sergipe / CEAD (http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/18534216022012Sociolinguistica_Aula_1.pdf; acesso: 16.08.2018).
- Freitas, M. J. e Santos, A. L. (2001). *Contar (histórias de) sílabas. Descrição e implicações para o ensino do Português como Língua Materna*. Lisboa: Colibri.
- Freitas, T. (2010). Gravando e transcrevendo o Português falado. Um guia teórico e prático. In Oliveira Jr., M. (org.). *Estudos de Corpora. Da teoria à prática*. Lisboa: Edições Colibri / ILTEC, 15-66.
- Freitas, T., Ramilo, M. C. e Arim, E. (2010). O processo de integração dos estrangeirismos no Português Europeu”. In Oliveira, Jr. (org.). *Estudos de Corpora. Da teoria à prática*. Lisboa: Edições Colibri / ILTEC, 145-162.
- Galani, A., Hicks, G. e Trollas, G. (eds.) (2011). *Morphology and its interfaces*. Amsterdam / Philadelphia: Benjamins.
- Garbo, F. di (2013). Evaluative Morphology and noun classification: a cross-linguistic study of Africa. *SKASE Journal of Theoretical Linguistics*, vol. X, 1, 114-137 (http://www.skase.sk/Volumes/JTL22/pdf_doc/07.pdf; acesso: 25.03.2016).
- Garmadi, J. (1983). *Introdução à Sociolinguística*. Lisboa. Edições Dom Quixote.
- Gärtner, E. (1989). Remarques sur la syntaxe du Portugais en Angola e au Mozambique. In Massa, Jean-Michel/Perl, Matthias (orgs.). *La Langue Portugaise en Afrique*. Rennes: Université de Haute Bretagne, 29-54.
- Gärtner, E. (1996). Particularidades morfossintáticas do Português de Angola e Moçambique”. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa, Separata*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português 12, 29-58.
- Gayer, J. E. L. (2015). Uma breve história dos constituintes prosódicos. *Revista Diadorim*, 17, vol. 2. Rio de Janeiro, 149-172 (<https://revistas.ufjf.br/index.php/diadorim/article/view/4074/3052>; acesso: 25.07.2018).

- Gerhardt, T. E., et al. (2009). Estrutura do projeto de pesquisa. In Gerhardt, T. E. e Silveira, D. T. (orgs.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 65-88.
- Gerhardt, T. E., Ramos, I. C. A., Riquinho, D. L. & Santos, D. L. (2009). Estrutura do projeto de pesquisa. In Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (orgs.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 65-88.
- Getao, K. W. and Miriti, E. K. (s.d). *Computational modelling in Bantu language*. Nairobi / Kenya: School of Computing and Informatics of the University of Nairobi (https://www.uonbi.ac.ke/eamiriti/files/computational_modeling_in_bantu_language.pdf; acesso: 04.05.2016).
- Gonçalves (2012), C. A. Prefixação: composição ou derivação? Novos enfoques sobre uma antiga polêmica. *Matraga*, vol. XIX, n.º 30. Rio de Janeiro, 142-167 (<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga30/arqs/matraga30a07.pdf>; acesso: 09.11.2015).
- Gonçalves Viana, A. R. (1973). *Estudos de Fonética Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Gonçalves, P. (2013). O Português em África. In Raposo, E. B. P. et al. (orgs.). *Gramática do Português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 157-176.
- Gordon, M. J. (2005). Research aims and methodology. In Ammon, H. von U., Mattheier, N. D. K. J. e Trudgill, P. (eds.). *Sociolinguistics. An international Handbook of the Science of Language and Society*, vol. 2. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 995-965.
- Grawitz, M. (1993). *Méthodes des Sciences Sociales*. Paris: Editions Dalloz.
- Green, D. (1998). Mental control of the bilingual lexico-semantic system. *Bilingualism: Language and Cognition* 1(2). 67-81.
- Greenberg, J. H. (1948). The tonal system of Proto-Bantu. *Word* 4, 196-208.
- Greenberg, J. H. (1963). *The languages of África*. Mouton, Haia: Indiana University Bloomington.
- Grimes, B. (1996). *Ethnologue: languages of the world*. 3 Vols. Dalas: Summer Institute of Linguistics.
- Grimes, J. e Grimes, B. (eds.) (1996). *Ethnologue: language family index*. Thirteenth edition. Dalas: Summer Institute of Linguistics.
- Gumperz, J. J. (1982). *Discourse strategies*. Cambridge / New York: Cambridge University Press.
- Guthrie, M. (1948). *Classification of the Bantu languages*. London / New York / Toronto: Oxford University Press.
- Guthrie, M. (1967-1971). *Comparative Bantu languages: an introduction to the Comparative Linguistics and prehistory of the Bantu languages*. Vols. I – IV. London: Gregg International Publishers.
- Guy, G. (2001). As comunidades de fala: fronteiras internas e externas”. In *II Congresso Internacional da ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística*. Fortaleza.
- Guy, G. R. (1993). The quantitative analysis of linguistic variation. In Preston, D. (ed.). *American dialect research*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 223-249.
- Haarmann, H. (2005). Research on national languages. In Ammon, H. von U., Mattheier, N. D. K. J. e Trudgill, P. (eds.). *Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society*. Vol. II. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 1361-1377.
- Habtoor, H. A. (2012). Language maintenance and language shift among second generation Tigrinya-speaking Eritrean immigrants in Saudi Arabia. *Theory and Practice in Language Studies*, vol. 2, n.º 5: 945-955 (<http://www.academypublication.com/issues/past/tpls/vol02/05/11.pdf>; acesso: 14.04.2018).
- Hagemeijer, T. (2016). O Português em contacto em África. In Martins, A. M. e Carrilho, E. (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin / Boston: De Gruyter, 43-67.
- Halliday, M. A. K. e Yallop, C. (2007). *Lexicology. A short introduction*. 2nd edition. London / New York: Continuum.

- Harjula, L. (2006). The Ha noun class system revisited. In *A man of measure festschrift in honour of Fred Karlsson. SKY Journal of Linguistics*, vol. 19. 200-208
(<http://www.linguistics.fi/julkaisut/sky2006special.shtml>; acesso: 19.04.2016).
- Haspelmath, M. e Tadmor, U. (2009). (eds.). *Loanwords in the World's languages. A comparative Handbook*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- Haspelmath, M. (2009). Lexical borrowing: concepts and issues. In Haspelmath, M. e Tadmor, (eds.). *Loanwords in the world's languages. A comparative Handbook*. Berlin: De Gruyter Mouton, 35-54.
- Hatch, E. e Brown, C. (1995). *Vocabulary, Semantics and Language Education*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Haugen, E. (1950a). Problems of bilingualism. *Lingua* 2, 271-290.
- Haugen, E. (1950b). The analysis of linguistic borrowing. *Language*, vol. XXVI, n.º 2, 210-231
(<http://www.jstor.org/stable/pdf/410058.pdf>; acesso: 08.02.2016).
- Haugen, E. (1953). *The Norwegian language in America: the bilingual community*. Vols. I e II. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Heller, M. (2005). Language and identity. In Ammon, H. von U., Mattheier, N. D. K. J. e Trudgill, P. (eds.). *Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society*. Vol. 2. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 1582-1586.
- Herzog, G. (1941). Culture change and language: shift in the Pima vocabulary. In Spier, L., Hallowell, A. Newman, e I S. S. (eds.). *Language, culture and personality. Essays in memory of Eduard Sapir*. Menasha, Wis: Sapir Memorial Publication Found, 66-74.
- Hickey, R. (2010). Language contact: reconsideration and reassessment. In Hickey, R. (ed.). *The Handbook of Language Contact*. Oxford / Malden: Wiley-Blackwell, 1-28.
- Hockett, C. F. (1958). *A course in Modern Linguistics*. New York: Macmillan.
- Hoeksma, J. (2004). Theory of the Lexicon. In Katamba, F. (ed.). *Morphology. Critical concepts in Linguistics*. Vol. V. London / New York: Routledge, 185-2013.
- Hoey, M. (2005). *Lexical premiering. A new theory of words and language*. New York: Routledge. Taylor e Francis Group.
- Holmes, J. (1992, 2013). *An introduction to Sociolinguistics*. London: Longman / 4.th editions. London /
- Honna, N. (1995). English in Japanese society: language within language. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, vol. XVI, Issue 1-2, 45-62.
- Huth, K. (1994). Language policy in Angola: results and problems. In *Language Ecology in Africa – Part III, Logos* 14, 76-89.
- Hyman, L. M. (1975). *Phonology: theory and analysis*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Hyman, L. M. (2009). Penultimate lengthening in Bantu: analysis and spread. *UC Berkeley Phonology Lab Annual Report*. Berkeley: University of California, 195-209
(http://linguistics.berkeley.edu/phonlab/documents/2009/Hyman_Penult_Length_PLAR.pdf; acesso: 23.08.2018).
- Hymes, D. H. (1962). The ethnography of speaking. In Gladwin, T. e Sturtevant, W. C. (eds.). *Anthropology in Human Behaviour*. Washington, D. C.: Anthropological Society, 13-53.
- I.N.L. – Instituto Nacional de Línguas / INALD – Instituto Nacional do Livro e do Disco (1980). *Histórico sobre a criação dos alfabetos em Línguas Nacionais*. Luanda: Edições 70, LDA.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2016). *Censo Geral 2014. Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação*. Luanda
(http://effaangola.org/AngolaCensus2014_ResultadosDefinitivos_Mar2016.pdf; acesso: 15/04/2016)).
- Infopédia dicionários Porto Editora – IDPE-IDPE (<https://www.infopedia.pt/>).
- Inverno, L. (2005). *Angola's transition to vernacular Portuguese*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Mestrado).

- Inverno, L. (2008). Transição de Angola para o Português: uma história sociolinguística. In Torgal, L. R., Pimenta, F. T. e Sousa, J. S. (coord.). *Comunidades Imaginadas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 169-181.
- Inverno, L. (2009a). A transição de Angola para o Português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In Carvalho, A. (ed.). *Português em contacto*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana / Editorial Vervuert, 1-12.
- Inverno, L. (2009b). *Contact-induced restructuring of Portuguese Morphosyntax in interior Angola. Evidence from Dundo (Lunda Norte)*. Coimbra: Universidade de Coimbra (Tese de Doutoramento).
- Iorio, D. (2011). The Noun Phrase in Kibembe (d54). In *Newcastle Working Papers in Linguistics* 17, 46-66 (<http://www.ncl.ac.uk/linguistics/assets/documents/TheNounPhraseinKiBembeD54.pdf>; acesso: 25.03.2016).
- Iribarren, M. C. (2005). *Fonética Y Fonología Españolas*. Madrid: Editorial Sintesis.
- Isquerdo, A. N. e Krieger, M. da G. (2004). *As ciências do éxico. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Vol. 2. Mato Grosso do Sul: Editora da Universidade do Mato Grosso do Sul – UFMS, 11-15.
- Isquerdo, A. N. (2006). Achegas para a discussão do conceito de regionalismos no português do Brasil. *Alfa*, São Paulo, 50 (2), 9-24 (<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1408>; acesso: 07.01.2016).
- Jespersen, O. (2007 [1824]). *Progress in language with special reference to English*. London: Swan Sonnenschein and Co.
- Johnstone, B. (2000). *Qualitative methods in Sociolinguistics*. Oxford: Oxford University Press.
- Júnior, A. (s/d.). *Dicionário de Kimbundu-Português: linguístico, botânico, histórico e corográfico*; de A. de A. Júnior. Luanda: Edição Argente Santos e C.^a L.da.
- Júnior, A. D. (1970). A origem do nome Luanda. *Loanda: grupo «amigos de Luanda»*, vol. 3, N.º 11 (jul., ago., set.), 138-142.
- Júnior, E. P. (2007). O uso de estrangeirismos no Brasil e o PL n.º 1676/99. *Senatus*, vol. V, n.º 1, 17-23 (<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/99591/o%20uso%20do%20extrangeirismo%20no%20brasil.pdf?sequence=1>; acesso: 11.01.2018).
- Kachru, B. B. (1986). *The alchemy of English: the spread, functions and models of non-native Englishes*. Oxford: Pergamon Press.
- Kang, Y. (2013). Loanwords. *Oxford bibliographies: Linguistics*. Texto em PDF (http://www.yoonjungkang.com/uploads/1/1/6/2/11625099/kang_loanwords_july_17.pdf; acesso: 14.07.2015).
- Karaağaç, N. D. (2009). Sur l'innovation lexicale et l'intégration phonétique et sémantique de quelques emprunts lexicaux en français et en turc. *Synergies Turquie*, n.º 2. Université d'Istanbul, 147-158 (<http://gerflint.fr/Base/Turquie2/nurcan.pdf>; acesso: 14.05.2015).
- Kasack, S. (1996). Os musseques de Luanda: problemas do desenvolvimento urbano. *Garcia da Orta, Série de Geografia*, 15 (1), 65-78.
- Katamba, F. (1989). *An introduction to Phonology*. New York / London: Longman.
- Katamba, F. (2003). Bantu nominal Morphology. In Nurse, D. e Philippson, D. (eds.). *The Bantu languages*. London / New York: Routledge, 103-120.
- Katushemerewe, F. e Hanneforth, T. (2010). Fsm2 and the morphological analysis of Bantu nouns – first experiences from Runyakitara. *International Journal of Computing and ICT Research*, Special Issue, vol. IV, n.º 1, 58-69 (<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=2CF6E8E379DB80993F589027E0ECA924?doi=10.1.1.372.7153&rep=rep1&type=pdf>; acesso: 04.05.2016).
- Kehdi, V. (2005). *Formação de palavras em Português*. São Paulo: Ática.
- Kemp, W. (1979, 1981). Major sociolinguistic patterns in Montréal French. In Sankoff, D. e Cedegren, H. (orgs.). *Variation onnbus*. Edmonton: Linguistic Research, 53-74.

- Kim, R. (2011). Uriel Weinreich and the birth of modern contact linguistic. In Chruszczewski, P.P. e Wąsik, Z. (eds.). *Language in contact (2010)*. Wrocław: Philological School of Higher Education in Wrocław Publishing, vol. IV, 99-111.
(https://www.academia.edu/382812/Uriel_Weinreich_and_the_birth_of_modern_contact_linguistics; acesso: 21.11.2016).
- Krauss, M. (1992). The world's languages in crisis. *Language*, vol. LXVIII, n.º 1, 4-10
([https://sustainableunh.unh.edu/sites/sustainableunh.unh.edu/files/images/Krauss\(1992\).pdf](https://sustainableunh.unh.edu/sites/sustainableunh.unh.edu/files/images/Krauss(1992).pdf); acesso: 17.12.2017).
- Kristeva, J. (2007 [1969]). *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70.
- Kroch, A. (1989). Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change* 1, 199-244 (<http://www.ling.upenn.edu/~kroch/online.html>; acesso: 17.06.2018).
- Kukanda, V. (1992). As Línguas Nacionais no contexto linguístico Angolano. In Ferronha, A. et al. (eds.). *Atlas Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Laberge, S. (1977). *Étude de la variation des pronoms définis et indéfinis dans la le Français parlé à Montréal*. Montréal: Université de Montréal (Tese de Doutoramento).
- Labov, W. (1963). The social motivation of a sound change. *Word*, 19 (3), 273-309
(<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00437956.1963.11659799>; acesso: 22.03.2018).
- Labov, W. (1966). *The social stratification of English in New York City*. Washington, DC: Center for Applied Linguistics.
- Labov, W. (1969). Contraction, deletion, and inherent variability of the English copula. *Language* 45, 4, 715-762.
- Labov, W. (1972a). The design of a sociolinguistic research project. In *Report of the Sociolinguistics Workshop*. Central Institute of Indian Languages.
- Labov, W. (1972b). *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Labov, W. (1972c). *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Labov, W. (1972d). Some principles of linguistic methodology. *Language in Society* 1, 97-120
(http://www.rnld.org/sites/default/files/Labov_1972_Principles-linguistic-methodology.pdf; acesso: 16.06.2018).
- Labov, W. (1982b). Objectivity and commitment in linguistic science: the case of the black English trial in Ann Arbor. *Language in Society*, 11, 165-201.
- Labov, W. (1984). Field methods of the project on linguistic change and variation. In Baugh, J. e Sherzer, J. (eds.). *Language in use: readings in Sociolinguistics*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 28-66.
- Labov, W. (2001b). *Principles of linguistic change: social factors*. Vol. 2. Cambridge: Blackwell Publishers.
- Labov, W. (2002). Driving forces in linguistic change. In *International Conference on Korean Linguistics*. Seoul National University (<http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/Papers/DFLC.htm>; acesso: 01.03.2018).
- Labov, W. (2006). *The social stratification of English in New York City*. 2nd ed. Cambridge / New York: Cambridge University.
- Labov, W. (2007). Transmission and diffusion. *Language*, 83(2), 344-387
(<http://muse.jhu.edu/article/218159/pdf>; acesso: 01.03.2018).
- Labov, W. (2008 [1972]). *Padrões sociolingüísticos*. Trad. de M. Bagno, M. M. P. Scherre e C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial.
- Labov, W. (2010). Unendangered dialect, endangered people: the case of African American Vernacular English. *Transforming Anthropology*, vol. XVIII(1), 15-29
(http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/Papers/UDEP_TRAA.pdf; acesso: 01.03.2018).

- Langa, D. (2013). *Morfofonologia do verbo em Changana*. Maputo: UEM (Tese de Doutoramento: <http://www.site.letas.ufmg.br/laliafro/images/publicacoes/Langa,%20David%20MORFOFONOLOGIA%20DO%20VERBO%20EM%20CHANGANA.pdf>; acesso: 20.07.2015).
- Leão, M. M. M., Gamito, M. D. e Costa, P. C. (2007). O Português Angolano na prova de João Melo. In Mata, I. e Grosso, M. J. (orgs.). *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa: Professor João Malaca Casteleiro. Homenagem*. Macau: Centro de Publicações da Universidade de Macau, 172-208.
- Lehmann, A. e Martin-Berthet, F. (2003). *Introduction à la Lexicologie: Sémantique et Morphologie*. 10.^a edição. Paris: Nathan.
- Lei 13/01, de 31 de Dezembro (Lei de Bases do Sistema de Educação). *Diário da República*, n.º 65, I Série. Luanda: Assembleia Nacional (http://welvitchia.com/SESA_files/Lei%2013_01_Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20de%20Educacao%20de%20Angola%202001.pdf; acesso: 23.02.2017).
- Lei 8/16, de 15 de Julho (Lei da Codificação das Circunscrições Territoriais). *Diário da República* n.º 97, I Série. Luanda: Assembleia Nacional (http://www.parlamento.ao/documents/91849/136379/LEI+N.%C2%BA+8_16_CODIFICA%C3%87%C3%83O+DAS+CIRCUNSCRI%C3%87%C3%95ES+TERRITORIAIS.pdf; acesso: 05.12.2017).
- Leiria, I. (2006). *Léxico, aquisição e ensino do Português Europeu*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Li, D. e Lee, S. (2006 [2004]). Bilingualism in East Asia. In Bathia, T. K. e Ritchie, W. C. (eds.). *The Handbook of Bilingualism*. Oxford / Malden / Victoria: Blackwell Publishing, 742-779.
- Lieberman, M. (2008). *Code-switching conscious?* Texto em PDF (<http://languagelog.ldc.upenn.edu/nll/?p=671>, 18.01.2018).
- Lieber, R. (2009). *Introducing Morphology*. New York: Cambridge University Press.
- Lightfoot, D. (1999). *The development of language: acquisition, change and evolution*. Oxford / Massachusetts: Blackwell.
- Lima, L. (2000). Atitudes: estrutura e mudança. In Vala, J. e Monteiro, M. B. (coord.). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 186 – 225.
- Lipski, J. (1985). Linguistic aspects of Spanish-English language switching. Tempe: Arizona State University, Center for Latin American Studies.
- Lipsik, J. (2014). Spanish-English code-switching among low-fluency bilinguals: Towards an expanded typology. *Sociolinguistic Studies* 8(1), 23-55. Equinoxe Publishing / *Equinoxonline* (<http://www.personal.psu.edu/jml34/Lipski-SS.pdf>; acesso: 01.02.2017).
- Lobato, M. C. A. e Ferreira, M. de N. de O. (2013). *Curso licenciatura em Letras. Língua Portuguesa – modalidade a distância. Disciplina Morfologia*. Belém: Gráfica Universitária da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Brasil.
- Lodhi, A. Y. (2002). Verbal extension in Bantu (the case of Swahili and Nyamwezi). *Africa e Asia*, 2. Göteborg University, 4-26.
- Lopes, A. M. (2011). *As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Tese de Doutoramento, já editada).
- López, L. A. (2013). Saravá zifui!': a integração do prefixo 'zi' em afro-variedades do Português. *Caderno de Estudos Linguísticos*, 55.2, 7-23. Campinas (<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/2890>; acesso: 11.12.2015).
- Loveday, L. J. (1996). *Language contact in Japan: a socio-linguistic history*. Oxford: Clarendon Press.
- Lowie, W. M. (1998). *The acquisition of interlanguage morphology: a study into the role of Morphology in the L2 learner's mental lexicon*. Groningen: University of Groningen.
- Luandino Viera, J. (1960). *A cidade e a infância*. Lisboa: CEI – Casa de Estudantes do Império.

- Lucchesi, D. (2002). Norma lingüística e realidade social. In: Bagno, M. (org.). *Lingüística da Norma*. São Paulo: Edições Loyola, 63-90.
- Lucchesi, D. (2012). A diferenciação da Língua Portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos. lingüísticos galegos* 4: 45-65
- Lucchesi, D., Baxter, A. e Ribeiro, I. (orgs.) (2009). *O Português Afro-Brasileiro*. Bahia: EDUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Lusakalalu, P. (2005). *Línguas e unidades glossonímicas*. Luanda: Editorial Nzila.
- Lyons, J. (1968). *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lyons, J. (2004). The word. In Katamba, F. (ed.). *Morphology. Critical concepts in Linguistics*. Vol. II. London / New York: Routledge, 14 -25.
- Macedo, T. (1992). O ‘pretoquês’ e a literatura de José Luandino Vieira”. *Alfa, São Paulo*, 36, 171-176 (<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3917/3598>; acesso: 20.09.2017).
- Mackey, W. F. (2004). Multilingual cities. In Ammon, H. von U., Dittmar, N., Mattheier, K. J. e Trudgill, P. (eds.) *Sociolinguistics – An International Handbook of the Science of Language and Society*. Vol. I. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 1304-1312.
- MacMahon, A. (2002). *An introduction to English Phonology*. Endiburg: Endiburg University Press.
- Maho, J. F. (1999) A comparative study of Bantu noun classes, Gothenburg: Acta Universitatis Gothoburgensis.
- Maho, J. F. (2001). The Bantu area: (towards clearing up) a mess. *Africa e Asia, I*. Göteborg University, 40-49.
- Maia, A. da S. (1951). *Lições de Gramática de Quimbundo (Português e Banto). Dialeto Omumbuim*. Luanda: Edição do autor.
- Marconi, M. de A. e Lakatos, E. M. (2003 [1985]). *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5.ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Margetts, A. e Margetts, A. (2012). Audio and video recording techniques for Linguistic Research. In Thieberger, N. (ed.). *The Oxford handbook of Linguistic fieldwork*. Oxford: Oxford University Press, 1-45.
- Marques, I. G. (1983). *Algumas considerações sobre a problemática lingüística em Angola*. In *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, vol. I. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 205-223.
- Marshall, J. (2004). *Language change and Sociolinguistics. Rethinking social networks*. Hampshire / New York: Palgrave Macmillan.
- Martínez, J. G. (2008). Metodología para el estudio de las actitudes lingüísticas. In Moreno, I. O., Velarde, M. C. e Ruiz, R. G. (eds.). In *Actas del XXXVII Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística (SEL)*. Pamplona: Departamento de Lingüística Hispánica y Lenguas Modernas / Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra (<http://www.unav.es/linguis/simposiosel/actas/>; acesso: 27.03.2010).
- Mateus, M. e Andrade, E. (2000). *The Phonology of Portuguese*. New York: Oxford University Press.
- Mateus, M. H. M. (1975). *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- Mateus, M. H. M. (2004). Estudando a melodia da fala: traços prosódicos e constituintes prosódicos. In *Actas do Encontro sobre O Ensino das Línguas e a Linguística APL e ESE de Setúbal*. Texto em PDF (<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2004-mhmateus-prosodia.pdf>; acesso: 02.01.2015).
- Mateus, M. H. M., Frota, S. e Vigário, M. (2003). Prosódia. In Mateus, M. H. M. et al (orgs.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1035-1076.
- Matras, Y. (2009). *Language Contact*. New York: Cambridge University Press.
- Matras, Y. (2013). Languages in contact in a word marked by change and mobility. *Rev. Franc. de Linguistique Appliquée*, XVIII-2, 7-13.

- Matras, Y. (2014). Why is the borrowing of inflectional morphology dispreferred?. In Gardani, F., Arkadiev, P. e Amiridze, N. (eds). *Borrowed morphology*. Berlin / Boston / Munich: De Gruyter Mouton, 47-80.
- Matthews, P. H. (1991 [1974]). *Morphology*. 2nd edition. New York: Cambridge University Press.
- Mattos e Silva, R. V. (1991). Diversidade e unidade: a aventura linguística do Português. In Castro, I. (org.). *Curso de História da Língua Portuguesa. Leituras complementares*. Lisboa: Universidade Aberta, 111-141.
- Mbangale, M. T. (2005). As unidades neológicas do Português em África. *Revista Babilónia – Línguas, Culturas e Tradução*, N.º 02/03. 179-188
(<http://revistas.ulusofofona.pt/index.php/babilonia/article/view/1805>; acesso: 16.02.2016).
- McDavid, Jr., R. I. (1955). The Norwegian language in America: A Study in Bilingual Behavior. Einar Haugen 1953. Vol. II (Review). *American Anthropologist*, vol. LVII, Issue 6, 1339-1341
(<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1955.57.6.02a00580/pdf>; acesso: 30/11/2016).
- Mchombo, S. (2004). *The Syntax of Chichewa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McKenzie, R. M. (2010). *The Social Psychology of English as a global language. Attitudes, awareness and identity in the Japanese context*. London / New York: Spring.
- McMahon, A. (1994). *Understanding Language Change*. Cambridge / New York: Cambridge University Press.
- Meeussen, A. E. (1969). *Bantu Lexical Reconstructions*. Tervuren: Musée Royal de l'Afrique Centrale.
- Meeussen, A. E. (1980 [1967]). *Bantu grammatical reconstructions*. *Archives d'anthropologie* 27. Tervuren: Musée Royal de l'Afrique Centrale.
- Meinhof, C. (1899, 1906, 1948). *Gradzüge einer Vergleichenden Grammatik der Bantusprachen*. Berlin: Dietrich Reiner. Revised edition. Hamburg: von Eckardt Messtorff.
- Mendes, B. C. (1985). *Contributo para o estudo do Português em Angola*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Dissertação de Mestrado).
- Meyerhoff, M. (2004). Communities of practice. In Chambers, J. K., Trudgill, P. e Schilling-Estes, N. (eds.). *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford: Blackwell, 526-547.
- Meyerhoff, M. (2006). *Introducing Sociolinguistics*. New York: Routledge.
- Miehe, G. (1989). Verbal extensions in Swahili and neighbouring languages. *Logos*, 9(1). Windhoek, 23-44.
- Miguel, A. (2013). Internet: a nova grande caravela da Língua Portuguesa na era digital. *Platô – Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa*, 2(3), 113-122
([http://www.plataformadoletramento.org.br/arquivo_upload/2014-11/20141112131715-youblisher.com-849067-plat_n_mero_3_volume_2_col_quio_de_guaramiranga_v02-\(1\).pdf](http://www.plataformadoletramento.org.br/arquivo_upload/2014-11/20141112131715-youblisher.com-849067-plat_n_mero_3_volume_2_col_quio_de_guaramiranga_v02-(1).pdf); acesso: 14.08.2017).
- Miguel, M. H. (2014 [2003]). *Dinâmica da pronominalização no Português de Luanda*. Luanda: Mayamba Editora.
- Miller, J. (1976). *Early Mbundu states in Angola: kings and kinsmen*. Oxford: Oxford University Press.
- Milroy, J. (1981). *Regional accents of English: Belfast*. Belfast: Blackstaff Press Ltd.
- Milroy, J. (1992). *Linguistic variation and change: on the historical Sociolinguistics of English*. Oxford / Cambridge: Blackwell.
- Milroy, L. e Gordon, M. (2003). *Sociolinguistics. Method and interpretation*. London / Malden / Victoria / Berlin: Blackwell Publishing.
- Milroy, L. e Milroy, J. (1985). Linguistic change, social network and speaker innovation. *J. Linguistics* 21, 339-384
([http://www.sfs.unituebingen.de/~Roland/Literature/Milroy\(85\)_linguistic_change_social_network_and_speaker_innovation.pdf](http://www.sfs.unituebingen.de/~Roland/Literature/Milroy(85)_linguistic_change_social_network_and_speaker_innovation.pdf); acesso: 20.04.2017).

- Milroy, L. e Milroy, J. (1992). Social network and social class: towards an integrated sociolinguistic model. *Language in Society*, 21, 1-26.
- Milroy, L. (1980, 1987a). *Language and social networks*. Baltimore, MD: University Park Press / 2nd Edition. Oxford / New York: Basil Blackwell.
- Milroy, L. (1987b). *Observing e analysing natural language: a critical account of Sociolinguistic method*. Oxford / Malden: Basil Blackwell.
- Milroy, L. (2004 [2002]). Social network. In Chambers, J. K., Trudgill, P. e Schilling-Estes, N. (eds.). *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford: Blackwell, 549-572.
- Milroy, L. e Margrain, S. (1980). Vernacular language loyalty and social network. *Language in Society*, vol. 9, n.º 1: 43-70 (<http://web.stanford.edu/~eckert/Courses/ParisPapers/MilroyMargrain1986.pdf>; acesso: 15.06.2018).
- Mingas, A. (1998). O Português em Angola: reflexões. In *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Vol. I. Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, 109-126.
- Mingas, A. (2000). *Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- Mingas, A. (2002). Ensino da Língua Portuguesa no contexto Angolano. In Mateus, M. H. M. (Coord.). *Uma política de língua para o português*. Colóquio organizado pelo ILTEC, julho de 1998. Lisboa: Edições Colibri, 45-50.
- Molina, D. de S. L. (2010). Empréstimos linguísticos no campo lexical: a contribuição do Português para o léxico da Língua Inglesa. *Revista Gatilho*, Ano VI, vol. XI, 7-8 (<http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2010/12/Molina.pdf>; acesso: 10.11.2016).
- Mollica, M. C. (2003). Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In Mollica, M. C. e Braga, M. L. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística. O tratamento da variação*. São Paulo: Editorial Contexto, 9-14.
- Monteiro, J. L. (1978). O morfema zero no processo de derivação. *Revista Letras*, vol. I, n.º 2, 95-113 (http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2955/1/1978_Art_JLMonteiro.pdf; acesso: 31.07.2018).
- Monteiro, J. L. (1987). *Morfologia Portuguesa*. Fortaleza: EDUFC.
- Monteiro, J. L. (2000). *Para compreender Labov*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda.
- Monteiro, L. (2002). *Morfologia Portuguesa*. 4.^a edição revista e ampliada. Campinas / S. Paulo: Pontes.
- Moreno-Fernández, F. (1990). *Metodología Sociolingüística*. Madrid: Biblioteca Románica Hispánica / Editorial Gredos.
- Moreno-Fernández, F. (1998). *Principios de Sociolingüística y Sociología del Lenguaje*. Barcelona: Ariel.
- Mortureux, M.-F. (2004). *La Lexicologie entre langue et discourse*. Paris/Nanterre: Armand Colin.
- Mota, M. A. (1990). *Aspectos do Francês falado por emigrantes Portugueses na Alsácia*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Tese de Doutoramento).
- Mota, M. A. (1996). Línguas em contacto. In Faria, I. H., et al. (orgs.). *Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 505-533.
- Mota, M. A. (2013). A integração de «plantas daninhas e exóticas» no léxico Português: a inevitável troca de bens linguísticos. In Quaresma, J. (coord.). *Chiado, Baixa e confronto nas Artes e na Literatura. Arte Pública e Espaço Público*. Lisboa: CIEBA-FBAUL, 175-190.
- Mota, M. A. (2015). Para uma tipologia da concordância sujeito-verbo, em Português falado: contributos do português de Luanda e de Cabo Verde. *Cuadernos de la Alfal*, 7, 17-35.
- Mota, M. A. (2016a). Morfologia nas interfaces. In Martins, A. M. e Carrilho, E. (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin / Boston: De Gruyter, 156-177.
- Mota, M. A. (2016b). A categoria gramatical género, nos nomes e adjetivos do Português: algumas reflexões. *Diadorim, Especial*. Rio de Janeiro, 150-164 (<https://revistas.ufjf.br/index.php/diadorim/article/view/4053/3031>; acesso: 25.10.2015).

- Mota, M. A. (cap. em publicação). In Raposo, E. B. P. et al. (orgs.). *Gramática do Português*. Vol. III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. No prelo.
- Mota, M. A., Miguel, M. e Mendes, A. (2012). A concordância de P6 em Português falado. Os traços pronominais e os traços de concordância. *PAPIA*, 22 (1), 161-187
(<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1688/1499>; acesso: 07.02.2018).
- Mudiambo, Q. (2013). *Da Lexicologia e Lexicografia de aprendizagem ao ensino da Língua Portuguesa no II Ciclo do Ensino Secundário: 10^a, 11^a, 12^a e 13^a classes na E.F.P. “Cor Mariae” do Uíje*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Doutoramento: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/10963/1/QUIBONGUE%20Tese%20-19-12-2013.pdf> acesso: 17.04.2015).
- Müller, F. M. (1875). *Lectures on the Science of Language*. Vol. I. New York: Scribner, Armstrong.
- Myers-Scotton, C. (1993b). *Duelling languages. Grammatical structure in codeswitching*. Oxford: Oxford University Press.
- Ndombele, E. D. T. (2014). *Políticas linguísticas em Angola: uma reflexão sobre a identidade sociolinguística nacional*. San Lorenzo: Universidade San Lorenzo (Tese Doutoramento: <http://e-ipol.org/wp-content/uploads/2015/05/tese-Ndombele.pdf>; acesso: 10.04.2017).
- Nelde, P. H. (1997). Language conflict. In Florian, C. (ed.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 285-300.
- Nelde, P. H. (2005). Research on language conflict. In Ammon, H. von U., Mattheier, N. D. K. J. e Trudgill, P. (eds.). *Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society*. Vol. 2. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 1346-1353.
- Ngunga, A. e Simbine, M. C. (2012). *Gramática Descritiva da língua Changana*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA) – UEM.
- Ngunga, A. (2000). *Lexical Phonology and Morphology of the Ciyao verb*. California: Leland Stanford University Publications / CSLI – Center for the Study of Language and Information.
- Ngunga, A. (2002). *Elementos de gramática da língua Yao*. Maputo: UEM, Imprensa Universitária.
- Ngunga, A. (2004). *Introdução à Linguística Bantu*. Maputo: UEM, Imprensa Universitária.
- Nurse, D. e Philipsson, G. (2003). Introduction. In Nurse, D. e Philipsson (eds.). *The Bantu languages*. London / New York: Routledge, 1-12.
- Nurse, D. (2008). *Tense and aspect in Bantu*. Oxford / New York: Oxford University Press.
- Nzatzuzola, J. B. L. (2008). Aspectos de algumas características e manifestações de migrações em Luanda. In *III Congresso de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia / Celta Editora, 1-9.
- Nzau, D. G. N. (2011). *A Língua Portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Covilhã: Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior (Tese de Doutoramento: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/1844>; acesso: 02.01.2016).
- Nzau, D.G. N., Venâncio e Sardinha (2013). Em torno da consagração de uma variante Angolana do Português: subsídios para uma reflexão”. *Limites*, n.º 7, 159-180
(<http://www.revistalimite.es/volumen%207/09nzau.pdf>; acesso: 02.01.2016).
- Ochs, E. (1979). Transcription as theory. In Ochs, E. e Schieffelin, B. (eds.). *Developmental Pragmatics*. New York: Academic Press, 43-72.
- Oliveira, A. C. de (2003). A literatura Angolana de tradição oral e a sua recolha: história breve e teoria. *Revista Triplov*.
(http://www.triplov.com/letras/americo_correia_oliveira/literatura_angolana/anexo3.htm; acesso: 23.01.2018).
- Oliveira, I. da C. (2018). *Os róticos em coda silábica externa: O interior da região sul no Projeto ALIB*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado: https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/dissertacao_-_versao_completa.pdf; acesso: 06.02.2019).
- Ortega, S. V. (1992). *Fundamento de Morfología*. Madrid: Editorial Síntesis.

- Pantoja, S. (2004). Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, III (5/6), 117-136
(http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5601/inquisicao_mesticagem_angola.pdf?sequence=1; acesso: 08.07.2017).
- Pap, L. (1949). *Portuguese-american speech: an outline of speech conditions among Portuguese immigrants in New England and Elsewhere in the United States*. New York: King's Crown Press.
- Paradis, M. (2004). *A Neurolinguistic Theory of Bilingualism*. Amsterdam: John Benjamins.
- Paul, H. (1886). *Prinzipien der Sprachgeschichte*. Halle: Max Neimeyer.
- Pereira, R. A. (2002). Propriedades dos prefixos A(d)-, EN- e ES- na formação de verbos em português. In *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 367-376.
- Pereira, R. A. (2004). Condições estruturais de formação de verbos em Português. In Rio-Torto, G. (org.). *Verbos e nomes em português*. Coimbra: Almedina.
- Pereira, R. A. (2007). *Formação de verbos em Português – afixação heterocategorial*. Muenchen: LINCOM EUROPA.
- Petter, M. M. (2008). *Variedades lingüísticas em contato: Português Angolano, Português Brasileiro e Português Moçambicano*. São Paulo. Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Tese de livre-docência).
- Petter, M. M. (2009). Aspectos morfossintáticos comuns ao Português Angolano, Brasileiro e Moçambicano. *Papia 19*, 201-220 (<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2016/1837>; acesso: 04.01.2016).
- Pfaff, C. (1979). Constraints on language mixing: intransentential code switching and borrowing in Spanish/ English. *Language* 55, 291-318.
- Piel, J.-M. (1989). *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Pinto, A. O. (2015). *História de Angola. Da pré-história ao início do século XXI*. Lisboa: Mercado de Letras Editores.
- Poamanes, R. e Ribeiro, F. da S. (2013). Flexão ou derivação? Reflexões sobre o ensino de gênero, número e grau. *Alumni – Revista Discente da UNIABEU*, 1, vol. I, 67-76.
(<http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/alu/article/viewFile/1021/875>; acesso: 31.03.2016).
- Poplack, S. e Sankoff, D. (1984). Borrowing: the synchrony of integration. *Linguistics* 22, 99-135. Mouton Publishers
(<https://pdfs.semanticscholar.org/7879/6507882d203afbe2995e496329872c9fd34c.pdf>; acesso: 28.11.2016).
- Poplack, S. e Sankoff, G. (1988). Code switching. In Ammon, von U., Dittmar, N. e Mattheier, K. J. (eds.). *Sociolinguistics*. Vol. II. Berlin: Walter de Gruyter, 1174-1180.
- Poplack, S. (1980). Sometimes I'll start sentence in English y termino en Español: toward a typology of a code switching. *Linguistics* 18, 581-618.
- Poplack, S. (1983). *Lenguas en contacto*. In Lopez Morales, H. (ed.). *A la Lingüística actual*. Madrid: Editorial Playor, 183-207.
- Poplack, S. (1984). Variable concord and sentential plural marking in Puerto Rican Spanish. *The Spanish Review* 52, 2, 2005-222
(<http://www.sociolinguistics.uottawa.ca/shanapoplack/pubs/articles/Poplack1984.pdf> acesso: 28.11.2016).
- Poplack, S. (1993). Variation Theory and Language Contact: concept, methods and data. In Preston, D. R. (ed.). *American Dialect Research*. Amsterdam: Benjamins, 251-86.
- Poplack, S. (2001). Code-switching (linguistic). In Smelser, N. e Baltes, P. (eds.). *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. Elsevier Sciences Ltd., 2062-2065.

- Poplack, S., Sankoff, D. e Miller, C. (1988). The social correlates and linguistic processes of lexical borrowing and assimilation. *Linguistics* 26, 47-104.
- Quelhas, A. (2006). Musseques de Luanda. Texto *online* (<http://arkivao.blogspot.pt/2006/07/musseques-de-luanda.html>; acesso: 16.10.2017).
- Quemada, B. (1971). A propos de la néologie. Essai de délimitation des objectifs des moyens d'action. *La Banque des Mots*, 2. Paris, 137-150.
- Quivuna (2014). *Lexicologia aplicada ao ensino do léxico em português Língua não Materna. Estudo de caso: Escola do 2º Ciclo da cidade do Wizi*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Doutoramento: <https://run.unl.pt/handle/10362/10961>; acesso: 05.05.2015).
- Ramilo, M. C. e Freitas, T. (2010). Transcrição ortográfica de textos orais: problemas e perspectivas. In Oliveira, Jr., M. (org.). *Estudos de Corpora. Da teoria à prática*. Lisboa: Edições Colibri / ILTEC, 67-83.
- Raposo, E. B. P. (1992). *Teoria da Gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, S.A.
- Raposo, E. B. P. (2013). Advérbio e sintagma adverbial. In Raposo, E. B. P. et al. (orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: F. C. Gulbenkian, 1567-1684.
- Rasinger, S. M. (2008). *Quantitative research in Linguistics. An introduction*. London / New York: Continuum.
- Rebello d'Andrade, A. (1995). *As palavras importadas no léxico da decoração*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa (Dissertação de Mestrado).
- Redinha, J. (1975 [1962]). *Distribuição étnica de Angola*. 7ª ed. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola.
- Reed, C. (1948). The adaptation of English to Pennsylvania German Morphology. *American Speech* 23, 239-244.
- Rego, S. V. (2012). *Descrição sistémico-funcional da gramática do modo oracional das orações em Nyungwe*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Tese de Doutoramento: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7530/1/ulsd064278_td_Sostenes_Rego.pdf; acesso: 26.01.2018).
- Resolução n.º 3/87, de 23 de Maio. *Aprovação a título experimental dos Alfabetos das línguas: Kikongo, Kimbundu, Cokwé, Umbundu, Mbunda e Oxikwanyama e as respectivas regras de transcrição*. Luanda: Conselho de Ministros de Angola (<http://www.axl.cefanelaval.ca/afrique/Angola-loi-1987-3.htm>; acesso: 04.12.2017).
- Ribas, O. (1975). *Ilundo: espíritos e ritos Angolanos*. Luanda: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Ribeiro, M. R. P. de C. (2012). *A palavra dita e a palavra escrita. Encontros e desencontros*. Évora: Universidade de Évora (Tese de Doutoramento).
- Rio-Torto, G. M. e Ribeiro, S. (2010). Unidades pluriverbais – ensino e processamento. In Fonseca, M. J. M. et al. (orgs.). *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora, 227-248.
- Rio-Torto, G. M. (1998). *Morfologia Derivacional – teoria e aplicação ao Português*. Porto: Porto Editora.
- Rio-Torto, G. M. (2002). Flexão e derivação: simetrias e assimetrias. *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXIV, 253-289.
- Rio-Torto, G. M. (2004). *Verbos em Português*. Coimbra: Almedina.
- Rio-Torto, G. M. (2006). O Léxico: semântica e gramática das unidades lexicais. In Athayde, M. F. (ed.). *Estudos sobre o léxico e gramática*, 23. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 11-34.
- Rio-Torto, G. M. et al. (2004). *Verbos e nomes em Português*. Coimbra: Almedina.

- Rio-Torto, G. M. et al. (2016 [2013]). *Gramática Derivacional do Português*. 2.^a edição (online). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
(<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/13485/3/Gram%C3%A1tica%20Derivacional.pdf>).
- Robins, R. H. (1997 [1967]). *A Short history of Linguistics*. 4th Edition. New York: Routledge.
- Rocha, C. H. da. (1998). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- Rodrigues, A. S. (2008). *Formação de substantivos deverbais sufixados em Português*. Muenchen: LINCOM EUROPA.
- Rodrigues, C. U. (2003). Recomposição Social e Urbanização em Luanda. In *Respositório do ISCTE* (artigo ocasional). Lisboa: CEA – Centro de Estudos Africanos do ISCTE – Instituto das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Rohbein, J. (1977). *Komplex handeln. Elemente zur handlungstheorie der Sprache*. Stuttgart: Metzeler.
- Romaine, S. (1994). *Language in society – An introduction to Socio-linguistics*. Oxford: Oxford University Press.
- Romaine, S. (2010). Contact and language death. In Hickey, R. (ed.). *The Handbook of Language Contact*. Oxford / Malden: Wiley-Blackwell, 320-339.
- Rosa, M. C. (2013). *Uma língua Africana no Brasil colônia de seiscentos*. Rio de Janeiro: FAPERJ / Editora 7 Letras.
- Sacks, H., Shegloff, E. A. e Jefferson, G. (1974). A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversation. *Language* 50, 696-735.
- Said Ali, M. (1957). *Dificuldades da Língua Portuguesa. Estudos e observações*. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Said Ali, M. (1971 [1931]). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 7.^a Edição. São Paulo: Biblioteca Brasileira de Filologia.
- Samuels, M. A. (2011). *Educação ou instrução: a história do ensino em Angola [1878-1914]*. Luanda: Mayamba Editora.
- Sandmann, A. J. (1989). *Formação de palavras no Português Brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor / Ícone.
- Sandmann, A. J. (1997). *Morfologia Geral*. São Paulo: Contexto.
- Sankoff, D. (2005). Problems of representativeness. In Ammon, H. von U., Matthieu, N. D. K. J. e Trudgill, P. (eds.). *Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society*. Vol. 2. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 998-1002.
- Sankoff, D. e Poplack, S. (1981). A formal grammar for codeswitching. *Papers in Linguistics, Journal of Human Communication*, vol.14, issue 1, 3-45.
- Sankoff, G. (2001). Linguistic outcomes of language contact. In Trudgill, P., Chambers, J. e Schilling-Estes, N. (eds.). *Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Basil Blackwell, 638-668.
- Sankoff, G. (1974). A quantitative paradigm for the study of communicative competence. In Bauman, R. e Scherzer, J. (eds). *Explorations in the Ethnography of Speaking*. Cambridge: Cambridge University Press, 18-49.
- Sankoff, G. (1980a). A quantitative paradigm for the study of communicative competence. In Sankoff, G. (ed.). *The social life of language*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 47-79.
- Sankoff, G., Kemp, W. e Cedergen, H. J. (1978). The syntax of ce que, que'est-ce que variation and its social correlates. In Shuy, R. W. e Fishing (eds.). *Dimension of variability and competence*. Washington, D. C.: Georgetown University Press.
- Santos, E. dos (1962). *Elementos de Gramática Quioca*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- Sapir, E. (1921). *Language: an introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, Brace.
- Sasse, H-J. (1991). *Arvanitika: die Albanischen sprachreste in Griechenland*. Part 1. Wiesbaden: Harrassowitz.

- Sasse, H-J. (1992a). Theory of language death. In Brenzinger, M. (Ed.). *Language death: Factual and theoretical explorations with special reference to East Africa*. Berlin: Mouton de Gruyter, 7- 30.
- Schadeberg, T. C. (1990). *A sketch of Umbundu*. Köln: Rodiger Köppe Verlag.
- Schadeberg, T. C. (2003). Historical linguistics. In Nurse, D. e Philipson, G. (eds.). *Bantu languages*. London / New York: Routledge/Taylor e Francis Group, 143-163.
- Schmidt, A. (1985). *Young people Dyirbal – an example of language death from Australia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schmidt, J. (1872). *Die Verwandtschaftsverhältnisse der Indogermanischen Sprachen*. Weimar: H. Bohlau.
- Schuchardt, H. (1884). *Slawo-Deutsches und Slowo-Italienisches*. Graz: Leuschener and Lubensky.
- Schuchardt, H. (1888). On creole portuguese. In Markey. T. L. (ed.). *The Ethnography of Variation: selected writings on pidgins and creoles*. Ann Arbor: Karoma, 59-72.
- Segura, L. (2013). Variedades dialetais do Português europeu. In Raposo, E. B. P. et al. (orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 85-142.
- Selkirk, E. O. (1982). *The syllable*. In van der Hust, H. e N. Smith (eds.). *The structure of Phonological Representations*. Dordrecht: Foris Pub, 337-383.
- Selkirk, E. O. (2004). A general theory of word structure. In: Katamba, F. (ed.). *Morphology. Critical concepts in Linguistics*. Vol. I. London / New York: Routledge. 274 -286.
- Selva, J. B. (1949). Sufijos americanos. In *Thesaurus, Tomo V (1-2-3)*, 192-213. Centro Virtual Cervantes (https://cvc.cervantes.es/lengua/thesaurus/pdf/05/TH_05_123_202_0.pdf; acesso: 09.07.2018).
- Sengo, A. S. (2010). *Processos de enriquecimento do léxico do Português de Moçambique*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/55314/2/tesemestaliceengo000124585.pdf>; acesso: 09.03.2014).
- Shadeberg, T. C. (1990). *A sketch of Umbundu*. West Germany: Rodiger Koppe Verlag.
- Silva, C. C. C. da (2011). Das propostas em torno da parassíntese: um problema do rótulo ou de conceituação?. *Revista Polimpsesto*, n.º 13, Ano 10, 201, Estudos (4), 1-16 (<http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num13/estudos/palimpsesto13estudos04.pdf>; acesso: 04.07.2015).
- Silva-Corvalán, C. (1989). *Sociolingüística: teoría y análisis*. Madrid: Alhambra.
- Silveira, C. E. da R. (2010). Um estudo sociocognitivo de recategorizações lexicais no “depoimento do orkut”. *Estudos Linguísticos* 39 (1). São Paulo, 954-968 (http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/39/v2/EL_V39N3_21.pdf; acesso: 22.02.2017).
- Silveira, D. T. e Córdova, F. P. (2009). A Pesquisa científica. In: Gerhardt, T. E. e Silveira, D. T. (orgs.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Brasil, 31-42.
- Songa, E. N. e Dias, L. de O. (2015). Jornalismo e identidades: Línguas Nacionais na Televisão Pública de Angola e o exercício da cidadania. In XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Rio de Janeiro (04 a 07/09/2015) (<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2516-1.pdf>; acesso: 30.01.2018).
- Sousa, J. M. M. de e Veloso, L. L. M. M. (1987). *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade.
- Sousa, M. J. e Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. 5.ª Edição. Lisboa: Pactor.
- Spencer, A. e Zwicky, A. M. (1998). Introduction. In Spencer, A. e Zwicky, A. M. (eds.). *The Handbook of Morphology*. Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd., 1-10.
- Spencer, A. (1996b). Syllables and syllabification. In *Phonology*. London: Blackwell, 72-103.

- Spencer, A. (2002). Gender as an inflectional category. *Journal of Linguistics*, 38, 279-312.
- Spencer, A. (2010). Lexical relatedness and the lexical entry – a formal unification. In Muller, S. (ed.). *Proceedings of the 17th International Conference on Head-Driven Phrase Structure Grammar*. Paris: Université Paris Diderot, Paris 7.
- Street, R. e Giles, H. (1982). Speech accommodation theory: a social cognitive approach to language and speech behavior. In Roloff, M. E. e Berger, C. R. (eds.). *Social cognition and communication*. Beverley Hills: Sage, 193-226.
- Tagliamonte, S. A. (2006). *Analysing sociolinguistic variation*. Cambridge / New York: Cambridge University Press.
- Tarallo, F. (1986). *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Editora Ática S.A.
- Tavares, J. L. (1915). *Gramática da língua do Congo (kikongo) - dialeto kisolongo*. Loanda: Imprensa Nacional de Angola.
- Thomason, S. G. e Kaufman, T. (1988). *Language contact, creolization and genetic Linguistics*. Berkeley: University of California Press.
- Thomason, S. G. (2001). *Language contact: an introduction*. Washington DC / Edinburgh: Georgetown University Press / Edinburgh University Press.
- Thomason, S. G. (2010). Contact explanations in Linguistics. In Hickey, R. (ed.). *The Handbook of Language Contact*. Oxford / Malden: Wiley-Blackwell, 31-47.
- Timbane, A. A. (2012). Os estrangeirismos e os empréstimos no Português falado em Moçambique. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (54.2), Campinas. Jul./dez.
(<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636607/4326>; acesso: 14.02.2014).
- Togeb, K. (2004). Qu'est-ce qu'un mot?". In: Katamba, F. (ed.). *Morphology. Critical concepts in Linguistics*, vol. 2. London / New York: Routledge, 1-13.
- Traill, A. (1985). *Phonetic and phonological studies of ! xóõ bushman*. Hamburg: Helmut Busk Verlag.
- Treffers-Daller, J. (1991). Towards a uniform approach to code switching and borrowing. *Papers for the Workshop on Constraints, Conditions and Models*. Strasbourg: European Science Foundation, 259-279.
- Trudgill, P. (1999). Language contact and the function of linguistic gender. *Poznan Studies in Contemporary Linguistics* 35, 133-152.
- Trudgill, P. (2004). The subject matter of Sociolinguistics. In Ammon, H. von H., Dittmar, N., Mattheier, K. J. e Trudgill, P. (eds.). *Sociolinguistics – an International Handbook of the Science of Language and Society*. Vol. I. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 1-5.
- Undolo, M. (2016). Caracterização do sistema vocálico do Português culto falado em Angola. *Revista de Filología Románica*, n.º 3, vol. 31, 181-18
(<https://revistas.ucm.es/index.php/RFRM/article/viewFile/51071/47414> acesso: 29.02.2016).
- Vala, J. (1986). Sobre as representações sociais – para uma epistemologia do senso comum. *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 4/abril, 5- 30.
- Valente, A. C. M. de M. et al. (2009). Enfoques sobre parassíntese em Português: da tradição gramatical à lingüística cognitiva. *ReVEL – Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, vol. XVII, n.º 12 (www.revel.inf.br; acesso: 04.07.2015).
- Valente, J. F. (1964). *Gramática Umbundu: a língua do centro de Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- van Coetsem, F. (1988). *Loan phonology and the two transfer types in Language contact*. Dordrecht / Providence: Foris Publications.

- van de Velde, M. (2006). Multifunctional agreement patterns in Bantu and the possibility of genderless nouns. *Linguistic Typology* 10, 183-221.
(<http://lacan.vjf.cnrs.fr/pers/vandavelde/files/pdfs/Multifunctional-agreement-patterns-in-Bantu-and-the-possibility-of-genderless-nouns.pdf>; acesso: 19.04.2016).
- Vandermeeren, S. (2005). Research on language attitudes. In Ammon, H. von U., Dittmar, N., Mattheier, K. J. e Trudgill, P. (eds.). *Sociolinguistics – an International Handbook of the Science of Language and Society*, vol. II. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 1319-1332.
- Vanin, A. A. (2009). Considerações relevantes sobre definições de ‘comunidade de fala’. *Acta Scientiarum. Language and Culture. Maringá*, vol. XXXI, nº. 2, 147-153
(<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/viewFile/6367/6367>; acesso: 24/03/2018).
- Vansina, J. (2001). Portuguese vs Kimbundu: language use in the colony of Angola (1575- c. 1845). *Bulletin des Séances l’Academie Royal d’Outre-Mer Mede. Zitt. K. Acad. Overzeese Wet* 47 (3), 267-281.
- Vaux, B. e Cooper, J. (2003). *Introduction to Linguistic Field methods*. München: LINCOM EUROPA.
- Veloso, J. (2007). *Da influência do conhecimento ortográfico sobre o conhecimento fonológico. Estudo longitudinal de um grupo de crianças falantes nativas do português europeu*. München: LINCOM EUROPA
- Venâncio, J. C. (1996). *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII – um estudo de Sociologia histórica*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Vicente, F. L. (2009). *Consciência fonológica no Ensino Básico em Moçambique*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Dissertação de Mestrado).
- Vieira, S. R. (2015). Padrões de concordância de terceira pessoa plural no português: Um balanço das contribuições do projeto 21 da ALFAL. *Cuadernos de la ALFAL*, 7, 107-123
(http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/07_cuaderno_008.pdf; acesso: 07.02.2018).
- Vigário, M. e Falé, I. (1994). A sílaba no Português fundamental: uma descrição e algumas contribuições de ordem teóricas. In *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (1993)*. Lisboa: APL / Colibri, 465-478.
- Vilela, M. (1974). Considerações gerais sobre o género. *Filologia – Revista da Faculdade de Letras. Universidade do Porto*, 139-150 (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1262.pdf> acesso: 15.04.2016).
- Vilela, M. (1979). *Estruturas léxicas do Português*. Coimbra: Almedina.
- Vilela, M. (1994). *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Almedina.
- Vilela, M. (1995). *Léxico e Gramática*. Coimbra: Almedina.
- Villalva, A. (1994). *Estruturas morfológicas. Unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Tese de Doutoramento).
- Villalva, A. (2000). *Estrutura morfológica básica. Unidades e hierarquias nas palavras do Português*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Villalva, A. (2003). Aspectos morfológicos da gramática do Português. In Mateus, M. H. M. et al. (orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Caminho, 915-983.
- Villalva, A. (2007). *Morfologia do Português*. Texto em PDF
(http://www.academia.edu/10492589/Morfologia_do_Portugu%C3%AAs; acesso: 13.05.2015).
- Villalva, A. (2008). *Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Villalva, A. (2013). Bare Morphology. *Revista de Estudos Linguísticos da Univerdade do Porto*, vol. 8, 121-14 (<https://www.researchgate.net/publication/324695105/download>; acesso: 25.07.2018).
- Villalva, A. e Silvestre, J. P. (2017 [2014]). *Introdução ao léxico: descrição e análise do Português*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada (edição online, versão eBook: <https://www.wook.pt/Biblioteca>; acesso: 22.08.2018).

- Villalva, A. (s.d.). Aspectos morfológicos da Gramática do Português. Texto em PDF (http://www.clul.ulisboa.pt/files/alina_villalva/Morfologia_GLP.pdf; acesso: 24.10.2017).
- Walter, H. (2006). Les emprunts lexicaux et leur devenir. In *Actes du XXVIIIème Colloque de la Société Internationale de Linguistique Fonctionnelle*. Saint-Jacques de Compostelle et Lugo, 20-26 septembre 2004.
- Wardhaugh, R. (1993, 2006 [1986]). *An introduction to Sociolinguistics*. 2.^a e 5.^a editions. Malden / Oxford / Victoria: Blackwell publishing.
- Weeler, D. e Péliissier, R. (2016 [2009]). *História de Angola*. 6.^a edição. Lisboa: Tinta da China Edições.
- Weinreich, U. (1953). *Languages in contact. Findings and problems*. New York: Linguistic Circle of New York (Reprinted 1968, The Hauge: Mouton).
- Weinreich, U., Labov, e Herzog, M. I. (1968). Empirical foundations for a theory of language change. In Lehmann, W. P. e Malkiel, Y. (eds.). *Directions for historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 95-195.
- Werner, A. (1915). *The language-families of Africa*. London: Society for Promoting Christian Knowledge.
- Wiesemann, U. et al. (1983). *Guide pour le developement des systèms d'écriture des langues Africaines*. Youndé: Departament des Langues Africanines et Linguistique, Faculté de Lettresbet Sciences Humaines, Université de Youndé.
- Williamson, K. e Blench, R. (2000). Number of speakers and distribution of Niger-Congo languages. In Hein, B. e Nurse, D. (Eds.). *African languages. An introduction*. New York: Cambridge University Press, 11-42.
- Winford, D. (2003). Contact-induced changes – classification and processes. *OSUWPL – Ohio State University Working Papers in Linguistics* 57, 129–150 (<https://linguistics.osu.edu/sites/linguistics.osu.edu/files/Don-WPL.pdf>; acesso: 07.03.2016).
- Winford, D. (2005). *An introduction to Contact Linguistics*. Oxford / Malden / Berlin: Blackwell Publishing.
- Winford, D. (2010). Contact and borrowing. In Hickey, R. (ed.). *The Handbook of Language Contact*. Oxford / Malden: Blackwell Publishing Ltd., 170-187.
- Wodak, R., Kerswill, P. e Johnstone, B. (2010). Introduction. In Wodak, R., Johnstone, B. e Kerswill, P. (eds.). *The Sage Handbook of Sociolinguistics*. London: Sage Publications Ltd., 1-8.
- Xavier, F. da S. (2010). *Fonologia segmental e supra-segmental do Quimbundo: variedades de Luanda, Bengo, Quanza Norte e Malange*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-20102010-091425/pt-br.php>; acesso: 26.04.2014).
- Xavier, F. da S. (s.d.). Para uma proposta de como se adaptaram as pré-nasalizadas de línguas africanas no português brasileiro. Texto em PDF (http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcw.fflch.usp.br/files/03_23.pdf; acesso: 14.01.2016).
- Zani, J. C. (2009). *Alçamento das vogais médio-baixas no falar da cidade de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Dissertação de Mestrado: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-09122009-144258/pt-br.php> acesso: 20.08.2015).
- Zau, M. E. (2007). *Uma revolução silenciosa em Angola. O ensino técnico-profissional antes e depois da independência: Uma contribuição para a história da educação*. Salvador: MED – Ministério da Educação (Angola) / Raimundo João (Editor).
- Zwicky, A. M. (1990). Syntactic words and morphological words, simple and composite. *Yearbook of Morphology* 3, 201-216 (<https://web.stanford.edu/~zwicky/syntactic-words.pdf>; acesso: 07/11/2017).

Webgrafia

- http://www.catedraportugues.ueem.mz/?__target__=lista-bibliografia-angola (acesso: 12.10.2017).
- <http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling04.htm> (acesso: 24.11.2016).
- <http://www.letras.ulisboa.pt/pt/investigacao/comissao-de-etica-para-a-investigacao>; acesso: 27.04.2012
- <http://www.plataformamacau.com/angola/200-mil-chineses-ja-trabalham-em-angola> (acesso: 01.02.2017).
- http://www.triplov.com/letras/americo_correia_oliveira/literatura_angolana/anexo3.htm (acesso: 23.01.2018).
- <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1139775> (acesso: 27.07.2018).
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_de_Angola#/media/File:Angola_Map.jpg (acesso: 02.02.2018).
- <https://sites.google.com/a/angolaretail.com/www-pt/angola/luanda> (acesso: 01.02.2018).
- https://www.infoangola.com/index.php?searchword=axiluandas&searchphrase=all&Itemid=1810&option=com_search (acesso: 27.07.2018).
- <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ingombota>; acesso: 12.09.2018)
- <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/mulemba>; acesso: 05.06.2017).
- <https://www.scribd.com/document/54771678/Bibliography-of-Research-on-Social-Network-Sites> (acesso: 15.06.2018).
- <http://linguamodadoisec.blogspot.com/2009/03/graffittis-pizzas-e-galinhas-inglesas.html> (acesso: 30.06.2015).
- <http://bravoafrobrasil.blogspot.pt/2009/10/palavras-de-origem-bantu-inseridas-no.html> (acesso: 11.12.2015).
- <https://en.wikipedia.org/wiki/Polyglossia> (acesso: 24.11.2016).
- <http://www.clul.ulisboa.pt/en/resources-en> (acesso: 20/04/2017).
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Kifas (acesso: 06.06.2017).
- https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_bantas; (acesso: 25.01.2018).
- <https://ionline.sapo.pt/521126> (acesso: 01.02.2018).
- <https://www.jafezasmalas.com/morar-em-angola/> (acesso: 01.02.2018).
- <https://baal.org.uk/> (acesso: 16.03.2018).
- http://www.freelang.net/families/language_maps.php (acesso: 06.10.2017).
- <http://linguaKimbundu.xpg.uol.com.br/palavras2.html> (acesso: 11.12.2015).

ANEXOS

Anexo 1: Lista de empréstimos lexicais do POL²⁵⁷

- Total: 255

Palavra integrada em POL	Étimo banto	LBA	Classe gramatical		Significado	
			LO	LA	LO	LB
<i>alembamento</i>	kulemba > alembar (PT)	kmb	V	N	Dote; presente ou tributo de honra que o homem (noivo) presta à família da mulher (noiva).	<i>Idem.</i>
<i>alembar</i>	kulemba	kmb	V	V	pagar dote; presentear a família da mulher.	<i>Idem.</i> ; e atualmente, ‘pedido de noivado’.
<i>axiluanda</i>	axiluanda	kmb	ADJ	Adj	Forma plural de <i>muxiluanda</i> .	<i>Idem.</i>
<i>bacongo</i>	bacongo	kon	ADJ	Adj	Relativo ou pertencente ao grupo etnolinguístico bacongo.	<i>Idem.</i>
<i>bassula</i>	kubasula	kmb	V	N	Queda; jogo de luta típico dos pescadores da Ilha de Luanda.	<i>Idem.</i>
<i>bassular</i>	kubasula	kmb	V	V	Aplicar <i>bassulas</i> (quedas)	<i>Idem.</i>
<i>bassuleiro</i>	kubassula > bassula (PT)	kmb	V	N	Praticante do jogo da bassula; indivíduo que dá <i>bassulas</i> .	<i>Idem.</i>
<i>benguelense</i>	mbengela > benguela (PT)	umb	N	Adj	Relativo ou pertencente a <i>Benguela</i> ‘umas das províncias do centro de Angola’	Habitante ou relativo a Benguela.
<i>bessangana</i>	besangana	kmb	N	N	Pesa ‘bênção’ + ngana ‘senhor’ = forma de cortesia dirigida a senhoras respeitáveis da Ilha de Luanda.	Mulher <i>caluanda</i> , merecedora de respeito e deferência; mulher típica da Ilha de Luanda.
<i>bombó</i>	mbombo	kmb	N	N	Mandioca demolhada que, depois de seca, come-se assada ou serve para preparar <i>fuba de bombó</i> .	<i>Idem.</i>
<i>bungula</i>	kubungula	kmb	V	N	De <i>kubungula</i> ‘inclinarse’.	Dança tradicional angolana, que consiste em saracotear-se.
<i>bungular</i>	kubungula	kmb	V	V	De <i>kubungula</i> ‘inclinarse’.	Amaldiçoar; desejar mal a alguém.
<i>burututo</i>	mbulututu ~ mburututu	kmb	N	N	Pequena árvore da família das Coclospérmeas, cujas raízes têm largas aplicações medicinais.	<i>Idem.</i>

²⁵⁷ Abreviaturas da tabela: N – nome; V – verbo; Adj – Adjetivo; Loc – locativo; OIC – refere o conjunto de empréstimos cuja origem é indeterminada ou o seu étimo comum a mais de uma língua banta (cf. 2.4.1); LB – língua banta; kmb – Kimbundu; kon – Kikongo; nba – Ngangela; nyk – Nyaneka-nkhumbi; kua – Oshiwambo (Kwanyama); umb – Umbundu; PT – português; PV – perífrase verbal. As LBA estão representadas pelos símbolos do ISO, já usados acima, em 3, onde elencamos os respetivos nomes.

cabetula	kubetula	kmb	V	N	De <i>kubetula</i> ‘levantar, erguer’	dança típica de Angola que consiste em levantar bem alto as pernas.
cabuenha	kabuenha	kmb	N	N	Peixe miúdo.	<i>Idem.</i>
cacimba	kixima	kmb	N	N	Cova ou poço de água.	<i>Idem.</i>
cacimbo	kixibu	kmb	N	N	Estação seca e fria do ano	<i>idem</i>
cacussinho	kikusu > cacusso (PT)	kmb	N	N	<i>Cacusso</i> pequeno (< <i>kakikussu</i>)	<i>Idem</i> (linguagem afetiva, em alusão ao sabor (apetecível) do prato).
cacusso	kikusu	kmb	N	N	De <i>kukusuka</i> ‘ser avermelhado’ – Tilápia, pequeno peixe da água doce da família das Pécidas, de coloração avermelhada.	<i>Idem.</i>
quifumbe	kifumbe < kufumba ‘vergar’	kmb	N	N	Assassino; malfeitor; salteador	<i>Idem.</i>
cafumbeiro	kifumbe	kmb	N	N	O. m. q. ‘quifumbe’.	<i>Idem.</i>
cafuné	kifune	kmb	N	N	De <i>kufuna</i> ‘cravar, enterrar, massajar’	Afago na cabeça para adormecer, carícia leve (PB).
cahombo	kahombo	kmb	N	N	Cabrito	Espécie de picante, típico de Angola (cf. <i>jindungo de cahombo</i>).
caipirinha de múcua	mukwa	kmb	N	N	De étimo banto <i>mukwa</i> ‘fruto de imbondeiro’	<i>Cocktail</i> , feito à base de sumo de <i>múcua</i> .
calafate	kalafate	kmb	N	N	<i>Umbina cirrosa</i> , um peixe teleosteo perciforme da família dos cienídeo, encontrado na costa angolana.	<i>Idem.</i>
calemas	kalemba	kmb	N	N	Violenta agitação do mar; ondulação do mar nas costas de África	<i>Idem.</i>
calu	caluanda	kmb	Adj	Adj	O. m. q. “caluanda”.	<i>Idem.</i>
caluanda	mukwaluwanda	kmb	ADJ	Adj	Relativo ou pertencente a Luanda.	<i>Idem.</i>
caluandense	caluanda (PT)	kmb	Adj	Adj	O. m. q. <i>caluanda</i>	<i>Idem.</i>
caluandismo	caluanda (PT)	kmb	Adj	N	De <i>caluanda</i> / <i>axiluanda</i> .	Valores ou crenças relativas aos luandenses.
calulu	kalulu	umb	N	N	Rama de batata doce (vd. <i>lombi</i>).	Prato típico de Angola e S.Tomé, à base de peixe fresco ou seco guisado com hortaliças.
calundu	kilundu	kmb	N	N	Divindade; entidade ou força sobrenatural; ser/força do mundo invisível ou oculto.	mau humor; tristeza, cansaço, mau humor sem motivo aparente.
camba	dikamba	kmb	N	N	Amigo; compadre; ,companheiro	<i>Idem.</i>
cambangula	kambangula	kua	N	N	Luta/dança típica do do sul de Angola, semelhante à <i>bassula</i> .	<i>Idem.</i>
Cambua	kambwá	kmb	N	N	Cãozinho, cachorro.	<i>Idem.</i>
camundombe	mukwandombe	umb	Adj	Adj	Relativo ou pertencente mudombes, subetnia dos ovimbundo de Benguela.	<i>Idem.</i>
camundongo	mukwandongo	kmb	Adj	Adj	Relativo ou pertencente ao reino do Ndongo.	Designação pejorativa dada ao indivíduo de origem dos quimbundos, pelos povos do sul de Angola.

<i>camutangre</i>	kamutangili	umb	Adj	Adj	Relativo ou pertencente à região de Lobito (Angola).	<i>Idem.</i>
<i>candengue</i>	kandengue	kmb	N	N	De <i>monandengue</i> ‘criança, rapaz/rapariga, miúdo/miúda; petiz	<i>Idem.</i>
<i>candumba</i>	kandumba	kmb	N	N	Espécie de papa feita à base de farinha de batata doce.	<i>Idem.</i>
<i>canhome</i>	kanyome	nba	N	N	Bebida fermentada, típica do sul e leste de Angola, feita à base de cana de açúcar e frutos silvestres.	<i>Idem.</i>
<i>canjica</i>	canjica	OIC	N	N	Prato típico de Angola, à base de guisado de milho e feijão.	<i>Idem.</i>
<i>caponteira</i>	kapontera	kmb	N	N	Primeiras porções de <i>caporoto</i> , de melhor qualidade.	<i>Idem.</i>
<i>caporroteiro</i>	kapoloto > caporroto (PT)	kmb	N	N	De <i>caporroto</i> , consumidor viciado em caporroto.	<i>Idem.</i>
<i>caporroto</i>	kapoloto	kmb	N	N	Bebida fermenta/destilada, típica de Angola, feita à base de açúcar e cereais/frutos.	<i>Idem.</i>
<i>caporroto de banana</i>	kapoloto	kmb	N	N	<i>Caporroto</i> feito à base de banana.	<i>Idem.</i>
<i>caporroto de cana</i>	kapoloto	kmb	N	N	<i>Caporroto</i> feito à base de cana de açúcar	<i>Idem.</i>
<i>caporroto de mandioca</i>	kapoloto	kmb	N	N	<i>Caporroto</i> feito à base de mandioca.	<i>Idem.</i>
<i>capuca</i>	kapuka	kmb	N	N	O. m. q. <i>caporroto</i> .	<i>Idem.</i>
<i>cassule ~ cassula</i>	kasule < ku-sula	OIC	N	N	De <i>kusula ~ kusuka</i> ‘terminar, ultimar’	O mais novo ou o último filho/irmão.
<i>cassumbula</i>	kusumbula	kmb	V	N	De <i>kusumbula</i> ‘usurpar; tirar algo de alguém sem avisar’.	Brincadeira infantil que consiste em tirar algo em posse de alguém, sem avisar; usurpar/apoderar-se de um bem ou esposo/esposa de outrem.
<i>cassumuna</i>	kasumuna < ku-sumbula	OIC	N	N	De <i>kusumuna</i> ‘ablactar’, em referência à mordedura desse inseto; ‘pequena formiga preta, brava’.	<i>Idem.</i>
<i>catato</i>	katatu	kmb	N	N	Espécie de pequena lagarta das árvores comestível.	<i>Idem.</i>
<i>caxipembe</i>	kaxipembe	nba	N	N	Aguardente caseiro, à batata doce, típica do leste de Angola.	<i>Idem.</i>
<i>cazucuta</i>	kuzukuta	kmb	V	N	De <i>kuzukuta</i> ‘brincar; gozar; folgar’.	Dança típica do carnaval de Luanda; brincadeira; preguiça, negligência.
<i>comba</i>	kukomba	kmb	V	N	De <i>kukomba</i> ‘varrer, limpar’.	Ritual tradicional de conclusão de um óbito, similar à missa do sétimo dia.
<i>cota</i>	dikota	kmb	N	N	O. m. q. dicotta: adulto; mais velho; pessoa respeitável	<i>Idem.</i> ; coloquialmente, tratamento dado pelos adolescentes/jovens a pai e/ou mãe.
<i>curibota</i>	kudibota	kmb	V	N	De <i>kudibota ~ kuribota</i> ‘perder-se; entregar-se a futilidades ou à má vida.	Traíçoeiro; bisbilhoteiro; alcoviteiro; <i>fofoqueiro</i> (PB).
<i>cunanga</i>	kunanga	kmb	V	N	De <i>kunanga</i> ‘folgar, descansar’.	Indivíduo sem ocupação, ou entregue ao ócio.
<i>cunangar</i>	kunanga > cunanga (PT)	kmb	V	V	De <i>kunanga</i> ‘folgar, descansar’.	<i>Idem.</i>
<i>cupapata</i>	kupapata	umb	V	N	De <i>kupapata</i> ‘apalpar, abraçar’.	Moto táxi, usado em zonas periféricas de algumas cidades de Angola.

<i>dendém</i>	ndende	kmb	N	N	Fruto do dendezeiro de cujo pericarpo se extrai o óleo ou azeite de palma.	<i>Idem.</i>
<i>dibidica</i>	dibidica	kmb	N	N	Erva comestível.	<i>Idem.</i>
<i>dicanza</i>	dikanza	kmb	N	N	Instrumento musical tradicional (reco-reco); dança típica de Angola.	<i>Idem.</i>
<i>dicomba</i>	kukomba	kmb	V	N	De <i>kukomba</i> ‘varrer’ > varredura.	Venda, em tempo recorde, de um produto, no mercado informal.
<i>dipanda</i>	dipanda	kmb	N	N	Independência; emancipação.	<i>Idem.</i>
<i>dissue</i>	disuwe	kmb	N	N	Espécie de erva comestível; hortaliça.	<i>Idem.</i>
<i>doce de jinguba</i>	jinguba	kmb	N	N	Doce típico de Angola, feito à base de amendoim (<i>jinguba</i>).	<i>Idem.</i>
<i>efico</i>	efiko	nyk	N	N	Ritual de iniciação feminina, típico do sul de Angola.	<i>Idem.</i>
<i>farinha musseque</i>	musseque	kmb	N	N	Tipo de farinha fina de mandioca.	<i>Idem.</i>
<i>fazer dicomba</i>	kubanga dikomba	kmb	V	V	O. m. q. <i>dicombar</i> .	<i>Idem.</i>
<i>fuba</i>	fuba	OIC	N	N	Farinha de mandioca, milho, batata doce, <i>massambala</i> , etc.	<i>Idem.</i>
<i>fuba de bombó</i>	fuba ya mbombo	kmb	N	N	Farinha de mandioca (<i>bombó</i>).	<i>Idem.</i>
<i>fuba de candumba</i>	fuba ya kandumba	kmb	N	N	Farinha de batata doce.	<i>Idem.</i>
<i>fuba de macoca</i>	fuba ya makoka	kmb	N	N	Farinha feita à base de pedaços de <i>bombó</i> .	<i>Idem.</i>
<i>fuba de massango</i>	fuba ya masangu	kmb	N	N	Farinha de mexoeira (<i>massango</i>).	<i>Idem.</i>
<i>fuba de milho</i>	fuba ya masa	kmb	N	N	Farinha de milho.	<i>Idem.</i>
<i>fúmbua</i>	nfumbwa	kon	N	N	Prato típico do norte de Angola, à base de ervas locais e pasta de amendoim.	<i>Idem.</i>
<i>funge</i>	funji	OIC	N	N	Pasta comestível, feita à base de farinha de mandioca, milho (pirão), etc. e acompanhado com carne, peixe, verduras...	<i>Idem.</i>
<i>funge de banana</i>	funji	OIC	N	N	<i>Funge</i> feito com farinha de banana.	<i>Idem.</i>
<i>funge de bombó</i>	funji ya mbombo	OIC	N	N	<i>Funge</i> feito com farinha de mandioca	<i>Idem.</i>
<i>funge de mbala</i>	funji ya mbala	OIC	N	N	<i>Funge</i> feito com farinha de sogro (<i>massambala</i>).	<i>Idem.</i>
<i>funge de milho</i>	funji ya masa	OIC	N	N	<i>Funge</i> feito com farinha de milho (pirão).	<i>Idem.</i>
<i>funge de quingululu</i>	funji ya kingululu	OIC	N	N	O. m. q. <i>funge de candumba</i> .	<i>Idem.</i>
<i>funge misto</i>	funji	OIC	N	N	<i>Funge</i> feito de farinha de <i>bombó</i> e farinha de milho.	<i>Idem.</i>
<i>gelado de múcua</i>	mukwa	kmb	N	N	Gelado feito de fruto de <i>múcua</i> .	<i>Idem.</i>
<i>imbamba</i>	imbamba	kmb	N	N	Coisas, objetos.	Tralhas, embrulhos, bagagem.

<i>imbondeiro</i>	mbundu	kmb	N	N	<i>Boabá</i> , uma árvore da espécie de <i>Adansónia</i> ; comum nas florestas, savanas e regiões costeiras de Angola.	<i>Idem.</i>
<i>jango</i>	onjango	umb	N	N	Casa ou espaço de conversa.	Espécie de caramanchão; ponto de encontro dos aldeões, para tomar refeições e conversar.
<i>jimboa</i>	jimbowa	kmb	N	N	Hortaliça leguminosa típica de Angola, espontâneo na época das chuvas, e de grande valor nutritivo.	<i>Idem.</i>
<i>jindungaço</i>	jindungu > jindungo (PT)	kmb	N	N	De <i>jinfungo</i> ‘prato típico, à base de peixe (preferencialmente, <i>cacusso</i>) e muito <i>jindungo</i> ’.	<i>Idem.</i>
<i>jindungo</i>	jindungu	kmb	N	N	Espécie de pimenta malagueta.	<i>Idem.</i>
<i>jindungo de cahombo</i>	jindungo ja kahombu	kmb	N	N	Espécie de pimenta malagueta típica de Angola (o. m. q. <i>cahombo</i>).	<i>Idem.</i>
<i>jindungo de calicato</i>	jindungo ja kalikatu	kmb	N	N	Pimenta malagueta de tamanho pequeno; <i>jindungo</i> miúdo).	<i>Idem.</i>
<i>jindunguinho</i>	jindungu > jindungo (PT)	kmb	N	N	De <i>jindungo</i> ‘pequeno/pouco jindungo’.	<i>Idem.</i>
<i>jinga</i>	kujinga	kmb	V	N	De <i>kujinga</i> ‘enrolar, dobrar’.	Forma de andar, movendo (o corpo ou as ancas) de um lado para outro; bambolear ao andar.
<i>jingar</i>	Kujinga > jinga (PT)	kmb	V	V	Enrolar, dobrar.	Andar estilosamente; o. m. q. <i>jinga</i> .
<i>jinguba</i>	jinguba	kmb	N	N	Amendoim.	<i>Idem.</i>
<i>jinguenga</i>	jinguenga	kmb	N	N	Fruto silvestre, de cor avermelhada, quando amadurecida, e abundante em algumas regiões de Angola.	<i>Idem.</i>
<i>jinguinga</i>	jinguinga	kmb	N	N	Prato típico de Angola, feito de dobrada de cabrito enrolada com intestinos.	<i>Idem.</i>
<i>lambula</i>	lambula	kmb	N	N	Espécie de sardinha grossa, bastante gordurosa.	<i>Idem.</i>
<i>lembar</i>	ku-lemba	kmb	V	V	O. m. q. <i>alembar</i> .	<i>Idem.</i>
<i>lobitanga</i>	olopitu > lobito (PT)	umb	N	ADJ	De <i>Lobito</i> < OLOPHITU ‘porta ou passagem para o mar’	Habitante ou originário da cidade de Lobito.
<i>loengo</i>	olohengo	umb	N	N	Fruta silvestre, típica de Angola, semelhante à ameixa.	<i>Idem.</i>
<i>lombi</i>	olombe	umb	N	N	Designação típica do sul de Angola de esparregado de folha de abóbora ou de feijão, ou qualquer outra erva comestível.	<i>Idem.</i>
<i>lombi de abóbora</i>	olombe	umb	N	N	Esparregado feito de folha de abóbora.	<i>Idem.</i>
<i>lombi de batata doce</i>	olombe	umb	N	N	Esparregado feito de rama de batata doce.	<i>Idem.</i>
<i>lombi de feijão</i>	olombe	umb	N	N	Esparregado feito de ervas de feijão.	<i>Idem.</i>
<i>lossua</i>	loswa	umb	N	N	Espécie de erva comestível, em várias regiões de Angola.	<i>Idem.</i>
<i>luandense</i>	luwanda > luanda (PT)	kmb	N	ADJ	Habitante ou relativo a Luanda; o. m. q. <i>caluanda</i>	<i>Idem.</i>
<i>luando</i>	ngandu	kmb	N	N	Esteira grossa, feita de <i>mabu</i> (ver a nota 208, acima).	<i>Idem.</i>
<i>ludongo</i>	ludongu	umb	N	N	Dança típica da zona Centro-Sul de Angola.	<i>Idem.</i>

mabanga	mabanga	kmb	N	N	Marisco com concha bivalve, bastante apreciado em Luanda.	<i>Idem.</i>
mabeco	mabeku	OIC	N	N	Cão selvagem.	<i>Idem.</i>
maboque	mabole	kmb	N	N	<i>Strychnos spinosa</i> , fruto silvestre amarelo, quando amadurecido, de sabor agridoce e sumarento.	<i>Idem.</i>
maca	maka	kmb	N	N	Conflito, contenda, problema, controvérsia, querela.	<i>Idem.</i>
macau	makaw	OIC	N	N	Bebida fermentada, típica do sul de Angola, feita à base de <i>massango</i> .	<i>Idem.</i>
macoca	makoka	kmb	N	N	Pedaços de <i>bombó</i> seco, que se comem assados.	<i>Idem.</i>
macota	makota	kmb	N	N	Chefe/conselheiro; indivíduo respeitável na tribo.	Mais velho, adulto; o. m. q. <i>dicota/cota</i> .
macunde	makundi	kmb	N	N	Feijão miúdo; espécie de feijão frade.	<i>Idem.</i>
madié	mwadyé	kmb	N	N	Homem de certa proximidade e/ou intimidade.	Amigo, colega, companheiro; genericamente, qualquer indivíduo.
mãe de quixiquila	quixiquila	kmb	N	N	Mulher que coordena o processo da <i>quixiquila</i> .	<i>Idem.</i>
mahini	mahini	kua	N	N	Leite fermentado (azedo), típico do sul de Angola; espécie de iogurte natural caseiro.	<i>Idem.</i>
malangino	malanji > malange (PT)	kmb	N	ADJ	De <i>Malange</i> ‘habitante ou originário da província de Malange’.	<i>Idem.</i>
malodo	malodo	kua	N	N	Fruto silvestre do sul de Angola.	<i>Idem.</i>
mambo	mambu	kon	N	N	Problemas, conflitos (pl).	Problema, conflito; azar, desgraça; extensivamente, objeto ou algum pertence.
marimba	madimba	kmb	N	N	Instrumento musical tradicional da família de xilofones (em Moçambique, <i>timbila</i>).	<i>Idem.</i>
marimbondo	madimbondo ~ ma(di)bwende	kmb	N	N	Insetos da família dos Vespídeos, geralmente dotados de ferrão.	<i>Idem.</i>
maruvo	maluvu	OIC	N	N	Vinho de palma, típico do norte de Angola.	<i>Idem.</i>
maruvo de bordão	maluvu	kmb	N	N	<i>Maruvo</i> extraído da palmeira bordão.	<i>Idem.</i>
maruvo de palmeira	maluvu	kmb	N	N	<i>Maruvo</i> extraído concretamente da palmeira-dendezeira.	<i>Idem.</i>
massambala	masa-a-mbala	OIC	N	N	Cereal, típico do sul de Angola, do aspeto aparecido com o do milho; milho miúdo; sorgo.	<i>Idem.</i>
massango	masangu	OIC	N	N	De <i>kisangu</i> ‘aste de capim ou planta de cereais’.	Cereal típico de Angola (<i>pennisetum robustum</i>), base de alimentação de alguns povos do Sul do país.
mateba	mateba	kmb	N	N	Espécie de palmeira raquítica e de poucas folhas, abundante em zonas costeiras de Angola.	<i>Idem.</i>
matebeira	mateba > mateba (PT)	kmb	N	N	Fibra obtida da palmeira <i>mateba</i> , usada no fabrico artesanal de cestos, esteiras, etc.	<i>Idem.</i>
maxanaxa	maxanaxa < kuxanana	kmb	N	N	De <i>kuxanana</i> ‘escorregar, deslizar’.	Esparregado à base de folhas de abóbora e <i>quiabos</i> .

mbica	mbica	kmb	N	N	O. m. q. pevides (designação usada entre os <i>bacongos</i>).	<i>Idem.</i>
mengueleca	miengueleka	kmb	N	N	Esparregado, feito só de folhas de abóbora.	<i>Idem.</i>
miconde	mikonde	kmb	N	N	Bolos secos; variedade de doce, rijo e em forma de argola.	<i>Idem.</i>
missanga	misanga	kmb	N	N	Contas de vidro, colar, adorno feminino.	<i>Idem.</i>
monandengue	mona-a-ndengue	kmb	N	N	criança, garoto, miúdo, rapaz, petiz.	<i>Idem.</i>
muamba (culinária)	mwamba	OIC	N	N	Guisado de galinha à base de óleo de palma ou pasta de amendoim.	<i>Idem.</i>
muamba (negócio)	muhamba > muamba	kmb	N	N	Espécie de cesto para cargas aos ombros (PB).	Produtos/objetos comprados e vendidos no mercado informal/paralelo; contrabando.
muamba de dendém	mwamba	OIC	N	N	Muamba à base de polpa de <i>dendém</i> espremida.	<i>Idem.</i>
muamba de galinha	mwamba	OIC	N	N	Guisado de galinha, à base de <i>mumba</i> (de <i>dendém</i> ou <i>jinguba</i>).	<i>Idem.</i>
muamba de jinguba	mwamba + jinguba	OIC	N	N	Muamba temperada com pasta de <i>jinguba</i> (amendoim).	<i>Idem.</i>
muambeiro	mwamba > muamba	OIC	N	N	De <i>muamba</i> ‘vendedor de produtos descaminhados ou de contrabando’; contrabandista.	<i>Idem.</i>
muangolé	mukwangola	kmb	ADJ	ADJ	Relativo ou originário de Angola; angolano.	<i>Idem.</i>
múcua	mukwa	kmb	N	N	Fruto de imbondeiro.	<i>Idem.</i>
mufete	mufete	kmb	N	N	Prato típico angolano, à base de peixe grelhado, com mandioca, banana pão ou batata doce, com molho de azeite, vinagre, malagueta, cebola e sal.	<i>Idem.</i>
mufico	mufiko	kmb	N	N	Rapariga sujeita ao ritual de iniciação feminina entre os povos do sul de Angola.	<i>Idem.</i>
mufongo	mufongo	kmb	N	N	O. m. q. <i>loengo</i> .	<i>Idem.</i>
mufumeira	mufuma	kmb	N	N	É a <i>mafumeira</i> ou sumaúma (<i>Ceiba pentandra</i>), árvore/planta típicas da Angola.	<i>Idem.</i>
mujimbeiro	njimbu > mujimbo (PT)	kmb	N	N	De <i>mujimbo</i> ‘boato, bisbilhotice, meiriquice’ < <i>njimbu</i> ‘recado, notícia’.	Boateiro, bisbilhoteiro, mexeriqueiro.
mujimbo	mjimbu	kmb	N	N	Recado, notícia	Boato, bisbilhotice, mexerico.
mulemba	mulemba	kmb	N	N	<i>Ficus thonningii</i> ; figueira africana; árvore sarmentosa da família das Moráceas.	<i>Idem.</i>
mulembeira	mulemba > mulemba (PT)	kmb	N	N	O. m. q. <i>mulemba</i> .	<i>Idem.</i>
mumuila	muwila	nyk	N	N	Mulher da etnia <i>Mwila</i> , da província da Huíla.	<i>Idem.</i>
musseque	museke	kmb	N	N	Areia fina, geralmente de cor de vermelho ocre; terreno arenoso.	Zona periférica de Luanda, geralmente pobre.
muteta	muteta	kmb	N	N	Pevides.	Prato típico da culinária angolana, à base de pevides.

<i>muxiluanda</i>	muxiluwanda	kmb	N	ADJ	Relativo ou pertencente aos povos quimbundos da Ilha de Luanda.	<i>Idem.</i>
<i>muzongué</i>	muzongue	kmb	N	N	Molho, caldo.	Prato típico dos habitantes da Ilha de Luanda, à base de peixe com mandioca, batata doce.
<i>muzongué da tradição</i>	muzongue	kmb	N	N	De <i>muzongué</i> .	Evento musicocultural e recreativo típico de Luanda, no qual é servido tradicionalmente caldo de peixe.
<i>ndango</i>	ndangu	kmb	N	N	Espécie de bagre de água salgada.	<i>Idem.</i>
<i>ndengue</i>	ndengue	kmb	Adj	N	Pequeno, novo (para entidades humanas); diminuto (comum).	Criança, miúdo, petiz; o m. q. <i>candengue</i> .
<i>ngongoenha</i>	ngongoenya	kmb	N	N	Guloseima, à base de farinha de mandioca, com água e açúcar.	<i>Idem.</i>
<i>nguimbi</i>	ngimbi	kmb	N	N	Lugar encantador ou predileto.	Designação coloquial da cidade de Luanda.
<i>onjando</i>	ondjandu	umb	N	N	Dança da região Centro de Angola, dos povos ovimbundos.	<i>Idem.</i>
<i>ovimbundo</i>	ovimbundu	umb	Adj	ADJ	Relativo o pertencente à etnia dos umbundos.	<i>Idem.</i>
<i>pacassa</i>	phakasa	umb	N	N	Mamífero ruminante, bovídeo bufalino, abundante em Angola.	<i>Idem.</i>
<i>palanca</i>	phalanga	kmb	N	N	Antílopes do género <i>Hippotragus</i> , originários de África.	<i>Idem.</i>
<i>palanca negra</i>	phalanga	kmb	N	N	<i>Hippotragus niger</i> ; espécie de palanca rara, que se restringe à fauna angolana.	<i>Idem.</i>
<i>papa de candumba</i>	kandumba	kmb	N	N	Papa feita à base de farinha de batata doce.	<i>Idem.</i>
<i>papa de massambala</i>	masa-a-mbala	kmb	N	N	Papa feita à base de farinha de <i>massambala</i> .	<i>Idem.</i>
<i>pé de moleque</i>	muleke > moleque (PB)	kmb	N	N	De <i>moleque</i> ‘criança, criado, escravo’.	Doce de consistência sólida, feito com amendoim torrado e açúcar / rapadura.
<i>peixe canjila</i>	kanjila	kmb	N	N	De <i>canjila</i> ‘pássaro’.	Peixe com boca em forma de bico de pássaro.
<i>ponda</i>	phonda	kmb	N	N	Cinta usada pelas mulheres para prender panos à cintura.	<i>Idem.</i>
<i>pungo</i>	phungo	kmb	N	N	Espécie de grande peixe abundante no mar angolano.	<i>Idem.</i>
<i>quiabo</i>	kimgombu	kmb	N	N	Etimologia obscura (ver a nota 209, acima).	Fruto de <i>quiabeiro</i> (‘planta da família malvácea’), em forma de cápsula, comestível.
<i>quianda ~ kianda</i>	kianda	kmb	N	N	Divindade das águas; deusa protetora dos pescadores e da fertilidade.	Sereia; entidade mitológica.
<i>quibeba</i>	kibeba	kmb	N	N	Prato típico da ilha de Luanda, à base de guisado de peixe e mandioca.	<i>Idem.</i>
<i>quicuanga</i>	kikwanga ~ tshikwanga	OIC	N	N	Espécie de bolo fervido, feito de farinha de <i>bombó</i> , de milho ou de banana pão.	<i>Idem.</i>
<i>quicuerra</i>	kukuwela	kmb	V	N	De <i>kukuwela</i> ‘espalhar’	Guloseima: farinha de mandioca torrada acompanhada com açúcar e <i>jinguba</i> .
<i>quiela</i>	kiyela	kmb	N	N	Jogo de pedrinhas, num tabuleiro, com buracos.	<i>Idem.</i>

quifufutula	kifufutula < fufutula	kmb	N	N	De <i>fufutula</i> ‘pó; poeira fina.	Milho torrado e moído, misturado com açúcar.
quifumbe	kufumba	kmb	N	N	De <i>kufumba</i> ‘vergar pau ou ferro; danificar forçosamente’.	Assassino; malfeitor; salteador.
quihanza	kihanza	kmb	N	N	Lagarta (espécie de larva de inseto) comestível.	<i>Idem</i>
quijila	kijila	kmb	N	N	Preceito, regra, mandamento.	<i>Idem.</i>
quilapador	kilapi > quilápi (PT)	kmb	N	N	De <i>quilápi</i> (cf. abaixo).	Devedor; indivíduo que contrai <i>quilápi</i> .
quilapanga	kilapanga	kmb	N	N	Festa barulhenta; estilo musical.	Estilo musical típico de Angola.
quilapar	quilápi > quilápi (PT)	kmb	N	V	De <i>quilápi</i> ‘fazer quilápi; fiar, pedir crédito, pôr vale.	<i>Idem.</i>
quilapeiro	quilápi > quilápi (PT)	kmb	N	N	De <i>quilápi</i> ; caloteiro; indivíduo que paga dívidas.	<i>Idem.</i>
quilápi	kilapi	kmb	N	N	De <i>lapi</i> ‘lâpis’ (empréstimo do português para Kd.)	dívida, fiado, vale; empréstimo, crédito.
quilapista	quilápi > quilápi (PT)	kmb	N	N	De <i>quilápi</i> ; ‘o. m. q. <i>quilapeiro</i> ’.	<i>Idem.</i>
quimbanda	kimbanda < kumbanda	kmb	N	N	Feiticeiro-médico (curandeiro); adivinho; mago; de <i>kumbanda</i> ‘desvendar, adivinhar’	Feiticeiro-médico (curandeiro); adivinho; mago.
quimbandeiro	quimbanda (PT) < kimbanda	kmb	N	N	O. m. q. <i>quimbanda</i> .	<i>Idem.</i>
quimbári	kimbadi	kmb	N	N	Capataz, feitor; emissário do branco.	<i>Idem.</i>
quimbo	ko-imbu	umb	LC	N	No povoado / na aldeia.	Povoado, sanzala; aldeia rural.
quimbombeiro	quimbombo (PT)	umb	N	N	De <i>quimbombo</i> ; indivíduo viciado ao consumo de <i>quimbombo</i> .	<i>Idem.</i>
quimbombo	kimbombu	umb	N	N	De <i>ombundi</i> ‘planta de cuja raiz se faz <i>quimbombo</i> ‘garapa; cerveja caseira, à base de farelo de milho e fermento.	<i>Idem.</i>
quimbundo	kimbundu < mu-mbundu	kmb	ADJ	ADJ	Relativo/pertencente ao grupo étnico dos ambundos.	<i>Idem.</i>
quinda	kinda < ku-inda	kmb	N	N	De <i>kwinda</i> ‘trançar; manufaturar em espiral’ > Cesta feita de junco, bambu ou outro material de árvore.	<i>Idem.</i>
quínguila	kukingila	kmb	V	N	Esperar.	Cambista informal de divisas.
quinguilar	quínguila (PT)	kmb	N	V	De <i>quínguila</i> ; fazer transação de divisas no mercado informal.	<i>Idem.</i>
quissângua	kisângwa	OIC	N	N	Espécie de bebida caseira não fermentada, feita à base de açúcar e (farinha de) cereais.	<i>Idem.</i>
quissângua de arroz	kisangwa	OIC	N	N	<i>Quissângua</i> feita de arroz e açúcar.	<i>Idem.</i>
quissângua de milho	kisângwa	OIC	N	N	<i>Quissângua</i> de farinha de milho e açúcar.	<i>Idem.</i>
quissângua de raízes	kisângwa	OIC	N	N	<i>Quissângua</i> de feita de certas raízes e açúcar.	<i>Idem.</i>
quissonde	kisonde	OIC	N	N	Grande formiga avermelhada, de mordedura dolorosa.	<i>Idem.</i>
quitaba	Kitaba < kutaba	kmb	N	N	Estar peganhento > doce de pasta de amendoim ou de gergelim.	<i>Idem.</i>
quitanda	kitanda	kmb	N	N	Mercado, feira, praça, posto de venda de géneros frescos.	<i>Idem.</i>

<i>quitandeira</i>	kitanda > quitanda (PT)	kmb	N	N	O. m. q. <i>quitanda</i> .	<i>Idem.</i>
<i>quiteta</i>	kiteta	kmb	N	N	De <i>kuteta</i> ‘descascar’; > O. m. q. <i>mabanga</i> .	<i>Idem.</i>
<i>quitutes (da terra)</i>	kitutu	kmb	N	N	Indigestão.	Pratos e/ou guloseimas típicos da culinária Angolana; iguaria fina e delicada; pitéu’ (PB).
<i>quixicrédo</i>	kixikila	kmb	N	N	De <i>quixikila</i> .	Crédito especial que alguns bancos concedem para apoio à prática da <i>quixiquila</i> .
<i>quixiquila</i>	kixikila	kmb	N	N	De <i>kuxikila</i> ~ <i>kuxikila</i> ‘assentar’ > ‘Dinheiro, ração ou salário que um operário dá a outro, no fim da semana ou mês, instituindo-lhe em dobro’.	Espécie de sociedade mutualista, cujos membros descontam mensalmente uma percentagem do salário, constituindo pé-de-meia, gerido por um dos associados.
<i>quizaca</i>	kizaka	OIC	N	N	Esparregado de folhas de mandioqueira	<i>Idem.</i>
<i>quizaca de peixe</i>	kizaka	OIC	N	N	De <i>quizaca</i> .	Guisado de <i>quizaca</i> com peixe geralmente seco.
<i>quizango</i>	kizangu	kmb	N	N	De <i>kuzanga</i> ‘encantar’ > encantamento natural; tentação, azar, desgraça.	<i>Idem.</i>
<i>quizaquinha</i>	kizaka > quizaca (PT)	kmb	N	N	De <i>quizaca</i> .	Lit.: pequenas quantidades de <i>quizaca</i> ; afetivamente: alusão ao sabor apetecível do prato.
<i>quizomba</i>	kizomba	kmb	N	N	De <i>kuzomba</i> ‘seguir pausadamente’ > folguedo, dança, festa.	Música e dança típicas de Angola; ritmo africano, de origem angolana.
<i>sabular</i>	kusabula	kmb	V	V	Delirar; ter pesadelos.	Falar à toa, mentir, atraíçoar.
<i>safu</i>	nsafu	kon	N	N	Fruto longo e roxo escuro (quando maduro), cuja árvore, de mesmo nome, pertencente à família das Burseráceas.	<i>Idem.</i>
<i>sanga</i>	disanga	kmb	N	N	De <i>disanga</i> ‘bilha ou vasilha de água, feita de argila’.	<i>Idem.</i>
<i>sanjala</i>	sanjala	kmb	N	N	Aldeia, povoação rural; o. m. q. <i>quimbo</i> .	<i>Idem.</i>
<i>sanzaleiro</i>	sanjala (PT)	kmb	N	N	De <i>sanjala</i> ; indivíduo mal-educado ou que causa perturbação ou distúrbio.	<i>Idem.</i>
<i>seculo</i>	sekulo	umb	N	N	Tio; conselheiro do soba; ancião	Conselheiro do soba; ancião.
<i>seixa</i>	kasexi	kmb	N	N	Pequeno antílope ruminante.	<i>Idem.</i>
<i>semba</i>	semba > massemba	kmb	N	N	Umbigada > dança popular/folclórica tipicamente luandense.	Modernamente, estilo musical e dança, típicos de Angola.
<i>soba</i>	soba	kmb	N	N	Chefe de um grupo ou pequeno Estado africano; régulo; autoridade tradicional.	<i>Idem.</i>
<i>sobeta</i>	soba > soba (PT)	kmb	N	N	De <i>soba</i> .	Pequeno soba; soba que tem escassos domínios, às vezes, dependente de outro soba maior.
<i>sombe</i>	sombe	OIC	N	N	Lagarta da palmeira comestível, típico do norte de Angola.	<i>Idem.</i>
<i>sunguinar</i>	kusungila ~ kusungila	kmb	V	V	De <i>kusungila</i> ~ <i>kusungina</i> ‘passar serão; cear’.	<i>Idem.</i>

<i>súmate</i>	Sumati < kusumatena.	kmb	N	N	De <i>kusumatena</i> ‘«abreviar a culinária», alusão à simplicidade do molho’; prato típico luandense, à base de peixe seco, assado ou frito, com molho de água ajindugada.	<i>Idem.</i>
<i>sumo de múcua</i>	mukwa	kmb	N	N	Sumo feito à base da polpa de <i>múcua</i> .	<i>Idem.</i>
<i>tala</i>	tala	kmb	N	N	Feitiçaria, bruxaria; encantamento.	<i>Idem.</i>
<i>tambarino</i>	mutamba	kmb	N	N	Árvore cujo fruto é tamarino.	Tamarindo – fruto de tamarineiro ²⁵⁸ .
<i>tâmbula</i>	kutambula	kmb	V	N	Receber.	Ofertório; momento de ofertório na missa católica.
<i>usse</i>	use	kmb	N	N	Esparregado de folhas de uma hortaliça, da espécie malvácea, escorregadia e de sabor ácido.	<i>Idem.</i>
<i>xianda</i>	ciyanda	nba	N	N	Dança típica do povo quioco.	<i>Idem.</i>
<i>xidiada</i>	xidi > xídi (PT)	kmb	N	ADJ	De <i>xídi</i> .	Azarado; desafortunado; o que tem pouca sorte.
<i>xidi</i>	uxidi	kmb	N	N	Azar; infortúnio, pouca sorte.	<i>Idem.</i>
<i>xingar</i>	kuxinga	kmb	V	V	Injuriar, insultar, ofender (com palavras); lançar impropérios.	<i>Idem.</i>
<i>xinguilamento</i>	xinguilar (PT) < kuxingila	kmb	V	N	De <i>xinguilar</i> ‘ato de cair/entrar em transe; ritual tradicional de alguns povos africanos, que consiste em invocar espíritos dos antepassados ou forças sobrenaturais.	<i>Idem</i> ; nervosismo, enfurecimento.
<i>xinguilar</i>	kuxingila	kmb	V	V	Cair/entrar em transe; invocar espíritos dos antepassados e ou forças sobrenaturais.	<i>Idem</i> ; e ‘enervar-se, enfurecer-se’.
<i>zongola</i>	kuzongola	kmb	V	N	Espreitar; observar à distância ou discretamente.	Bisbilhoteiro; delator; espião.
<i>zunga</i>	kuzunga	kmb	V	N	De <i>kuzunga</i> ‘vaguear; andar sem destino’.	Venda ambulante, pelas ruas da cidade.
<i>zungar</i>	kuzunga	kmb	V	V	Vaguear; andar sem destino.	Praticar venda ambulante; vender ambulantemente pela cidade.
<i>zungueiro</i>	ku-zunga > zunga (PT)	kmb	N	N	De <i>zunga</i> .	Vendedor ambulante; indivíduo que percorre as ruas da cidade para vender produtos diversos.

²⁵⁸ *Tamarindo* – nome também existente em português, a partir do termo do latim tardio *tamarindus*, e este do árabe *tamr al-Hindi* ‘tâmara da Índia’ (cf. <https://www.priberam.pt/dlpo/tamarindo>; acesso: 10.04.2018). Pode colocar-se a possibilidade de a palavra ser um empréstimo do português no Kimbundu ou então esta língua ter adotado diretamente de alguma outra língua indo-europeia; só um estudo diacrónico aprofundado pode confirmar ou infirmar estas hipóteses.

Anexo 2: Guião de entrevista sociolinguística

<p>I. Tema de entrevista</p> <p><i>Realidade sociocultural de Angola.</i></p>
<p>II. Objetivo da entrevista</p> <p>Recolher dados linguísticos do POL, em contexto de fala natural e espontânea, para servirem de material empírico no tratamento dos diferentes aspetos de integração morfológica e fonológica dos empréstimos lexicais bantos na subvariedade do português em estudo.</p>
<p>III. Tipo de entrevista</p> <p>Pela sua natureza, é uma entrevista áudio, gravada com o recurso de um gravador digital; estruturalmente, caracteriza-se como entrevista semiestruturada, com três tipos de questões: (i) perguntas de resposta fechada, com um caráter da eliciação dos resultados; (ii) perguntas de resposta aberta, pretendendo-se obter resultados espontâneos/não elicitados; e (iii) narrativas de vida pessoal, para criar um ambiente de certa naturalidade e espontaneidade no discurso.</p>
<p>IV. Dados sociológicos (ficha) dos informantes</p> <p>Nome: _____</p> <p>Idade: _____ sexo: _____</p> <p>Naturalidade _____ língua materna _____</p> <p>Nível de escolaridade _____</p> <p>Profissão/ocupação: _____</p> <p>Residência _____</p> <p>Com que idade veio para Luanda? (em caso de ter outra proveniência): _____</p> <p>Já viveu noutras localidades de Angola/no estrangeiro? _____ Se sim, onde?: _____</p> <p>Fala alguma língua nacional? _____</p> <p>Fala alguma língua estrangeira? _____ Qual? _____</p> <p>Tem contacto com estrangeiro? _____</p> <p>Origem dos pais _____</p> <p>Língua materna dos pais _____</p>

V. Questionário para dados linguísticos		
Tópicos (subtemas)	Enquadramento temático	Perguntas
A. Educação dos jovens.	Este tópico é preliminar e teve como finalidade, essencialmente, introduzir o informante na temática da entrevista, logo após a recolha dos dados sociológicos.	1. O que acha (ou pode falar-me) da situação da educação em Luanda? 2. Será que a fraca educação pode ser uma das causas da delinquência juvenil na nossa cidade? 3. Alguma experiência sobre a delinquência em Luanda (se alguma vez já foi assaltado)? 4. E como acabar com essa prática?
B. Valores morais e comportamentais.	Com este tópico pretendíamos recolher um conjunto de empréstimos ligados a esta área, como, por exemplo, <i>buala</i> , <i>candengue</i> / <i>ndengue</i> , <i>cota</i> , <i>kianda</i> , <i>muangolé</i> , <i>quimbo</i> , <i>sanzala</i> , etc., explorando o aspeto intergeracional e também os ligados à cidadania, responsabilidade social e áreas afins.	5. Hoje, fala-se muito na perda dos valores morais na nossa sociedade, e, muitas vezes, diz-se que os jovens são os culpados. Concorda com essa posição? Comente, por favor. 6. Falando disso, pode citar os valores culturais (sobretudo tradicionais) que nos identificam como angolanos? 7. Como resgatar esses mesmos valores? 8. Onde deve começar esse processo: das aldeias para as cidades ou então, das <i>sanzalas</i> / <i>bualas</i> / <i>quimbos</i> para a cidade?
C. Cultura: hábitos e costumes...	Articulando-se com o tópico anterior, este subtema foi selecionado na perspetiva de obtermos empréstimos como <i>alembamento</i> , <i>bessangana</i> , <i>cafuné</i> , <i>caluanda</i> , <i>musseque</i> , etc., todos eles ligados ao quotidiano e à vivência dos luandenses e do país, em geral.	9. Já alguma vez viveu/visitou um quimbo/sanzala? Fale da forma da organização dessas localidades, em relação à cidade. 10. Pode comentar a seguinte frase? – <i>Luanda é um musseque de betão</i> . (perguntar se vive no Musseque ou na Baixa). 11. Indique os hábitos e costumes típicos da nossa terra, (por exemplo, alguns rituais tradicionais; algumas práticas que são do nosso quotidiano). 12. Fale do casamento tradicional. Aprova ou não a prática do <i>alembamento</i> ? 13. Conhece os hábitos e costumes típicos de Luanda, já que é onde vivemos (explorar também os seguintes termos: (<i>muxiluanda</i> / <i>axiluanda</i> / <i>caluanda</i> ; <i>baçula</i> ...; <i>bessangana</i> ; <i>cafuné</i> ...;

		<p>14. O que lhe lembra a palavra “muangolé”?</p> <p>15. Fale-me da sua experiência de vida em Luanda (sobretudo se o informante é originário doutra província de Angola).</p>
D. Culinária / alimentação (pratos e bebidas típicas).	<p>Não deixando de ser um aspeto cultural, o tópico de “culinária / alimentação” reveste-se de grande simbolismo sociocultural dos <i>caluandas</i>, pois é uma das marcas da sua identidade; por exemplo, os pratos típicos estão sempre presentes na vida da gente de Luanda. Este subtema, provavelmente o mais produtivo, forneceu-nos muitos empréstimos, tais como: <i>calulu</i>, <i>jindungo</i>, <i>mufete</i>, <i>muamba</i>, <i>muzongué</i>, <i>quitaba</i>, <i>quibeba</i>, <i>quifufutula</i>, <i>capuca</i>, <i>maruvo</i>, <i>quissângua</i>, e tantos outros.</p>	<p>16. Qual é o seu prato preferido?</p> <p>17. O que sabe cozinhar?</p> <p>18. Fale de todos os pratos típicos angolanos que conhece, sobretudo os da região de Luanda.</p> <p>19. Com certeza, já ouviu falar dos “quitutes da terra/banda”. Pode falar-me disso?</p> <p>20. A par da culinária, se quisermos “angolanizar” a nossa refeição, quais as bebidas típicas a selecionar (insistir sobre as bebidas típicas existentes, sobretudo em Luanda)?</p> <p>21. Já alguma vez consumiu alguma dessas bebidas? Qual?</p>
E. Cultura: danças e músicas típicas de Angola; carnaval...	<p>De igual modo como simbólicos, os aspetos referentes a este tópico traduzem muitos valores identitários do luandense, cujas diferentes manifestações, através da música e da dança, o caracterizam, tornando-o singular em relação aos outros angolanos; empréstimos como <i>cabetula</i>, <i>dicanza</i>, <i>quizomba</i>, <i>semba</i>, etc. referem realidades que são peculiares a Luanda.</p>	<p>22. Fale da música e dança tipicamente angolanas, com realce para as da região de Luanda.</p> <p>23. Sabe dançar alguma dessas danças mencionadas? Qual?</p> <p>24. Gosta de carnaval? Fale dessa festa popular que se realiza anualmente, em Luanda (tipos de dança)?</p>
F. Atividade laboral / comercial.	<p>Luanda é uma cidade frenética no seu dia-a-dia, o maior mercado do país, onde se exercem variadas atividades laborais e se entrecruzam muitos interesses comerciais e negócios. A par de ocupações mais clássicas, hoje vão emergindo outras formas de sobrevivência, ditadas por diferentes dinâmicas sociais, como o desemprego acentuado e a luta pela sobrevivência, face ao nível de vida bastante elevado. Assim, surgem palavras novas para retratarem novas realidades ligadas a esse dinamismo social; é assim que descobrimos empréstimos como <i>dikomba</i>, <i>mãe da quixiquila</i>, <i>quixi-crédito</i>, <i>quilápi</i>, <i>quínquila</i>, <i>zungueira</i>, etc. e até mesmo <i>cunanga</i>.</p>	<p>25. Pode falar um pouco da sua profissão/ocupação (se tiver)?</p> <p>26. O que acha da situação socioeconómica dos luandenses, sobretudo o problema do desemprego?</p> <p>27. Hoje, em Luanda e não só, surgiram novas formas de “ganhar o pão” (trabalho), algumas até se assemelham a empregos privados. Mencione-as.</p> <p>28. E essas pessoas são muito solidárias, pois às vezes para se ajudarem mutuamente a subir os rendimentos jogam... o quê? (procurar conduzir o informante à palavra “quixiquila”). Como se processa?</p>

		29. E será que “quixikila” é mesma coisa que “quilápi”? Explique, por favor.
G. Desportos / jogos e brincadeiras (infantis) típicos de Angola.	O universo luandense e/ou angolano também é marcado de certos tipo de práticas desportivas, jogos ou brincadeiras tipicamente locais, que não se perderam, sob a influência de novas realidades, sobretudo ocidentais. Assim, temos jogos e brincadeiras como <i>bassula</i> , <i>cambangula</i> , <i>cassumbula</i> , <i>quiela</i> , etc., que enriquecem o léxico do POL.	30. Conhece alguns jogos ou práticas desportivas que são tipicamente angolanas? 31. Fale de algumas brincadeiras da sua infância (já jogou <i>cassumbula</i> ? e a <i>bassula</i> ?). Explique como se processam e que recordações tem desses tempos.
H. Ambiente: clima / fauna e flora (subsidiariamente).	Este tópico é fonte de muitos empréstimos, que designam determinadas entidades e realidades que são específicas a Angola, neste campo, e que fazem parte do POL. Neste caso, são visivelmente abundantes as palavras de origem banta, como, por exemplo, <i>cacimba</i> , <i>cacimbo</i> , <i>cassumuna</i> , <i>jinguenga</i> , <i>loengo</i> , <i>marimbondó</i> , <i>mabeco</i> , <i>múcua</i> , <i>palanca</i> , etc.	32. Quais são as duas estações do ano que caracterizam o nosso clima (uma quente e outra de frio)? 33. O lugar com águas paradas, ali na zona da Samba, também é “cacimbo”? 34. Como é que se chama a fruta, ou produto que se usa para fazer um tipo de gelado ou sumo que já é famoso (e muito apreciado) aqui em Luanda (sobretudo para as crianças)? 35. E sabe de que planta é extraída a <i>múcua</i> ? Outras plantas ou árvores tipicamente angolanas? 36. Pode mencionar as outras frutas de origem tipicamente angolana (aqui conduzir o informante a palavras como: <i>maboque</i> , <i>luengo</i> , <i>jinguenga</i> , <i>tamarindo</i> ...). 37. O símbolo da nossa seleção de futebol é um animal. Como é que se chama? Outros animais da fauna angolana? 38. Qual é o peixe de que mais gosta? E os outros tipos que conhece?
I. Conclusão	Como último tópico, visou basicamente o fecho da entrevista, na expectativa de surgirem qualquer outro empréstimo não tenha emergido, mas infelizmente pouco ou nada se registou. No entanto, permitiu produzir boas narrativas, pela plena liberdade que se deu aos entrevistados.	39. Uma mensagem final para os “caluandas” de todas as idades (dependendo do tempo).

Anexo 3: Protocolo de transcrição

Etiqueta / símbolo	Função	Exemplo	Observações
?	Usado para frases interrogativas	- <i>então eu acho que há há pessoas que desempenham muitas funções porque?</i> (E24-M0A:34) - <i>o moço sabe Ambaca? conheces? não conheces?</i> (E03-AAB:3).	É o único sinal de pontuação recomendado nas transcrições.
-	Pausa breve	- <i>eh - a - ham hum - a população é bem mais - ham hum - como é que eu posso dizer?</i> (E011-A0C:39).	Em certas convenções, uma barra oblíqua (/) = pausas breves.
- -	Pausa longa	- <i>olha - - a dizer a a - - uns doces XX por exemplo aqui em Luanda podemos ver a manga - - temos o o mamão</i> (E09-ACB:226-227).	Em algumas convenções, duas barras oblíquas (//) = pausas longas.
<i>eh</i>	Pausa preenchida	- <i>eh - bom - se nós irmos ao conceito daquilo que é a língua materna - - eh eh - diz-se que a língua materna é a primeira língua que o indivíduo - eh fala</i> (E05-A0F:29-30).	Em alguns casos, usou-se também outros elementos, como “hum”, “ham” ou outras expressões...
XX	Palavra ou sequência incompreensível	- <i>XX assim não escuta já - sabwenha - mete já no mete sare lá aquele cabuenha sai já na água já logo já XX mete já na panela XX XX</i> (E01-E00:211-212).	
/X, y; p. e. engloba/	Quando não se tem a certeza do que o I disse	- <i>a pessoa habitua-se com aquilo que se /X, engloba</i> (E19-DFA:58).	No caso, parece que o I disse “vinha” mas não se tem a certeza.
_____	Falas de I e D sobrepostas	- <i>I – já a zungueira não - tem que andar de rua em rua</i> - <i>D – de um lado pra outro</i> (E23/CBT:305-36).	
Outras convenções/recomendações			
Fenómeno		Exemplo	
Uso de maiúsculas para nomes próprios, só		- <i>nasci na província do Cuanza Norte no Ambaca</i> (E03-AAB:2-3). - <i>pois - nomes como Tshinossanda - Nami - Kyami - então são nomes que</i> (E12-ABI:553).	
Manutenção da(s) sílaba(s) dita(s) em palavra não totalmente produzida		- <i>embora já há família que já estão a virar pra o sítio de pedir de fazer a car a cartinha de meter dinheiro dentro do envelope como é?</i> (E35/EMC:83-84). - <i>alberti - eh – luvale</i> (E28-A0J:10).	
Transcrição de todas as ocorrências de dado elemento (repetições)		- <i>fato do pai da mãe calçado - calçado calçado do pai da mãe</i> (E15-D0F:57).	
Transcrição sem adaptação à ortografia canónica.		- <i>aquela fase foi uma fase em que rigorosa cheia para (~ pra) a vida militar</i> (E30-J0C:12-13). - <i>agora - não são só os jovens que estão modernizados como os adultos também (~ tamém)</i> - (E08-MCQ:43-44).	
Manutenção de desvios sintáticos (p.e., falta de concordâncias no SN		- <i>~ festir falar ir nas lavra tirar mandioca cascar meter no rio - outras cosa</i> (E28-A0J: 45).	

ou no SUJ-V); ou seja, transcrição do que se ouve e não normalizar.	- <i>peessoas fica junto</i> – comem (E01/EO:107).
Os elementos extralinguísticos, como risos, tosse e outros estão entre parênteses curvos.	- (<i>riso</i>) - <i>eh</i> - <i>nu nunca tive a oportunidade de ouvir-los falar quimbundo</i> (E10-EEP:43).
O discurso direto sobreposto ao discurso do informante é representado entre aspas...	- <i>a começar a xinguilar</i> - <i>ela</i> - “ <i>olha ali desse lado ninguém nada - aí não sei quê?</i> ” (E20/MAC:384).
As interrupções e interferências externas estão representadas entre parênteses retos.	<i>I – há muita diferença</i> (E15-D0F:64). [<i>interrupção...</i>]
Os empréstimos estão destacados em itálico, mesmo os que já se encontram dicionarizados, por não serem termos vernáculos do português.	- as nossas músicas nacionais - temos o <i>semba</i> - <i>quizomba</i> - são essas músicas mais que nos identificam como angolanos (E6-JPS:119-120). - <i>quizaca</i> - - temos a <i>quizaca</i> temos - o <i>funje</i> - - o <i>fungi</i> (E33-C0V:217).
As palavras não padronizadas no PE também estão destacadas a itálico.	- <i>canjica</i> já contém - a preparação é muito diferente e a /X, <i>cachupa</i> / o coiso a <i>cachupa</i> (E25-AAP:270).
As siglas e os acrónimos mantêm-se representados de acordo com o padrão do PE.	- mas eu eu estou muito preocupada com a questão do HIV (E011-A0C:1067). - <i>agora o cinema o cinema Colonial é aqui - onde - tá a ver tá a ver a delegação da UNITA?</i> (E27-AE:426-227).
A letra D identifica o entrevistador, na interação discursiva; A letra I identifica o informante, na interação discursiva...	<i>D – hem - onde aprendeu a falar kikongo?</i> <i>I – na minha província</i> <i>D – em que em que província?</i> <i>I – Uíge</i> (E04-I0G:14-19).
As entrevistas estão numeradas, de 1 ao infinito, numa sequência de 5 em linhas.	10 I – não - eu eu eu - no princípio metia mesmo o nome completo mas (...) 15 D – e conhece o significado de Capewa? (E02: DFC)
Dados metalinguísticos/metadados (exemplo)	
Ítems	Descrição (exemplo)
Identificação do <i>corpus</i>	<i>Corpus</i> do português oral de Luanda: CPOL
Identificação do informante	Ana Beatriz Itumba: ABT
Sexo	M (mulher)
Idade	25A
Nível de instrução	S(uperior)
Número de entrevista	06
Anonimização da identificação informante	E06-ABT (o primeiro elemento indica o ficheiro da gravação e o segundo, o da transcrição).
Data da entrevista	12/07/2012
Duração da entrevista	73:09'
Data da transcrição	29/10/2012
Entrevistador	Afonso Miguel: D-AM
Transcritor	Afonso Miguel: T-AM
N.º de ocorrência de empréstimos	57
Identificação global do <i>corpus</i>	CPOL-E06-ABT (pasta-entrevista/transcrição)

